

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

José Manuel Taborda Barreto

**A FORMAÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS E DO SINDICALISMO
CONTEMPORÂNEO EM PORTUGAL
(1968-1990)**

Dissertação apresentada à prova de acesso à categoria de investigador auxiliar

Lisboa, 1991

[Versão corrigida]

ÍNDICE

Introdução.....	p. 5.
------------------------	--------------

Capítulo I

Os sindicatos no fim do salazarismo.....	p. 23.
---	---------------

1. Uma organização sindical unicitária, tutelada e sem entidade colectiva....p. 24.
2. Comunistas e católicos críticos nos sindicatos corporativos.....p. 37.
3. A negociação colectiva: uma simulação de propósitos pedagógicos.....p. 62.

Capítulo II

As reformas laborais de Marcelo Caetano e os primórdios da Intersindical.....	p.75.
--	--------------

1. As reformas laborais de Marcelo Caetanop. 76.
2. Acolhimento e execução das reformas. A reanimação sindicalp. 95.
3. Consequências do aparecimento de um sector sindical oposicionista. O
lançamento das reuniões intersindicaisp. 115.
4. Da quase legalidade à quase clandestinidade. A proibição da
"Intersindical"p. 135.
5. Recomeço das reuniões intersindicais. A preponderância comunistap. 150.
6. Balanço em vésperas da Revolução.....p. 172.

Capítulo III

Os sindicatos na Revolução (1974-75).....p. 179.

1. Os primeiros passos: ocupação das estruturas corporativas, defesa e consagração da Revolução.....p. 180.

2. A Intersindical expande-se e organiza-se sobre as estruturas "herdadas". A estratégia de conquista.....p. 195.

3. Forças e tendências no movimento sindical: o predomínio comunista....p. 202.

4. Reivindicações, lutas e conflitos. A lei da greve. A crise da negociação colectiva.....p. 217.

5. A adiada reestruturação sindical. Prioridade à consolidação organizativa da Intersindical.....p. 232.

6. A polémica em torno da futura lei sindical. O papel dos sindicatos no avanço da Revolução.....p. 242.

7. A guerra da unicidade sindical.....p.261.

8. A Intersindical na escalada revolucionária. O primeiro Congresso.....p. 274.

9. A crise da Intersindical na fuga em frente da Revolução.....p. 291.

Capítulo IV

Cisão e pluralismo no movimento sindical (1975-79).....p. 299.

1. A unidade impossível. O movimento Carta Aberta.....p. 300.

2. Impasse na negociação colectiva e na concertação social. O apogeu do intervencionismo governamental.....p. 318.

3. O nascimento da UGT.....p. 332.

Capítulo V

O sindicalismo nos anos 80.....	p. 347.
--	----------------

1. A organização sindical portuguesa após a criação da UGT.....	p. 348.
2. As dimensões do pluralismo.....	p. 365.
3. Competição entre tendências, sindicatos e centrais.....	p. 381.
4. A acção dos sindicatos.....	p. 390.
4.1. Os dois planos da acção sindical e o sistema de relações profissionais.....	p. 391.
4.2. A negociação colectiva nos anos 80.....	p. 404.
4.3. A acção política dos sindicatos nos anos oitenta.....	p. 425.
4.3.1. Sindicatos e partidos.....	p. 427.
4.3.2. As principais lutas políticas dos sindicatos. A aproximação entre a UGT e a Intersindical.....	p. 434.
4.3.3. A acção política no quotidiano.....	p. 446.
4.3.4. Concertação social e participação institucional.....	p. 453.

Reflexão final

Continuidade e mudanças do sindicalismo português no longo prazo.....	p. 478.
--	----------------

Quadros.....	p. 526.
---------------------	----------------

Fontes.....	p. 564.
--------------------	----------------

Introdução

1. Objecto e estrutura da obra

Este estudo tem por objecto principal a formação das centrais sindicais actualmente existentes, a Intersindical Nacional (CGTP-IN desde 1977) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT), bem como o seu papel na génese do sindicalismo contemporâneo em Portugal. Simultaneamente, procura dar uma visão de conjunto da organização sindical e da acção por ela desenvolvida nas duas últimas décadas, detém-se sobre diversos aspectos cruciais para o tema — como a evolução da negociação colectiva, da legislação laboral ou do papel do Estado — e analisa o contexto político, económico e social do sindicalismo.

Uma justificação mais detalhada para a delimitação temporal adoptada (1968-1990) encontrar-se-á, se ela entretanto não se tiver tornado suficientemente clara, no capítulo final deste trabalho. Por ora, dir-se-á apenas que se considerou o período de governo de Marcelo Caetano como o do início da formação do sindicalismo contemporâneo — coincidindo aliás com a génese da Intersindical e com uma muito sensível intensificação da conflitualidade laboral relativamente às décadas anteriores. Se, no plano político, os anos de 1968-1974 representaram um impasse da liberalização caetanista (e, em especial, da transição democrática almejada pela chamada *ala liberal*), no plano sindical e laboral registaram-se mudanças substanciais. Num sentido bastante

amplo, o processo de formação do sindicalismo contemporâneo não estará ainda hoje completado, na medida em que talvez não estejamos perante um modelo estável e que, a curto ou médio prazo, se possam verificar alterações significativas. Mas a fase crítica desse processo de formação situa-se indubitavelmente na década de 70, entre a reanimação sindical do caetanismo e a criação da UGT (1978), com, pelo meio, a revolução de 1974-75 e a aprovação da Constituição de 1976.

O sindicalismo contemporâneo não recomeçou no mesmo ponto em que os *sindicatos livres* haviam parado nos anos 30 — ainda que, por exemplo, se possa apontar um antepassado em linha directa da Intersindical na CIS ¹ de então. Tão pouco é uma criação *ex nihilo* do período democrático — embora a UGT, como organização sindical com ligações a partidos de vocação governamental e integrada no espírito das democracias liberais, não dispusesse de sólidas referências passadas e viesse, por isso, dar corpo a uma concepção de sindicalismo nova em Portugal. Para o melhor e para o pior, o corporativismo deixou marcas duradouras nas estruturas associativas, nas práticas e no quadro jurídico das relações laborais do sistema democrático. Entendeu-se, por isso, que seria aqui necessário — ainda que recorrendo a meios de pesquisa comparativamente menos amplos — fazer anteceder o capítulo referente às reformas caetanistas (capítulo II) por uma exposição sucinta do sindicalismo corporativista instaurado em 1933, das rupturas que estabeleceu com o sindicalismo livre e do estado em que se encontrava nos anos finais do governo de Salazar (capítulo I).

Os capítulos subsequentes desta obra dispõem-se segundo idêntico critério cronológico, abarcando sucessivamente o período revolucionário, os anos da cisão e pluralização da organização sindical e, por fim, a década de 80. A perspectiva globalmente diacrónica será complementada pela abordagem sincrónica, especialmente no capítulo respeitante à última década (capítulo V), que por isso assumirá,

¹ Comissão Inter-Sindical, órgão ilegal de coordenação sindical ligado ao PCP clandestino e filiado na ISV – Internacional Sindical Vermelha, sediada em Moscovo. A CIS autodissolveu-se em meados dos anos 30, na sequência de uma decisão da Internacional Comunista que desaprovava a criação de organismos sindicais clandestinos e aconselhava a infiltração dos sindicatos únicos dos regimes fascistas.

internamente, muito menos a forma e o carácter de relato cronológico. Chama-se aqui a atenção para o ponto 4.1. desse capítulo, onde se procede à discussão dos conceitos de negociação colectiva e de acção política — os dois planos principais da acção sindical — e se integram numa visão de conjunto do actual sistema de relações laborais em Portugal.

No capítulo das conclusões, intitulado *Reflexão final*, não houve tanto a intenção de retomar o que para trás ficou dito, sintetizando-o ou fazendo-o eventualmente passar pelo crivo dos modelos teóricos e das análises comparativas internacionais, como o propósito de situar o período estudado num horizonte temporal alargado. As conclusões tiradas decorrem pois, em boa parte, da perspectiva de longo prazo adoptada nesse capítulo final e das novas coordenadas que ela proporcionou à reflexão sobre o sindicalismo português do presente e do passado recente.

2. Ponto preliminar sobre peculiaridades históricas do confederalismo sindical em Portugal

As centrais sindicais foram historicamente um produto natural da evolução do sindicalismo dos países mais industrializados e, em primeiro lugar, da Inglaterra. Uma vez criadas, elas foram-se tornando por sua vez num importante factor estruturante da organização e acção sindicais, a sua actuação foi-se repercutindo também sobre o meio político envolvente e o seu exemplo foi servindo de inspiração internacionalmente. Na origem das centrais sindicais esteve primordialmente o mesmo esforço de coordenação, acção conjunta e cumulação de forças e recursos em que o associativismo de base sempre consistiu e que, por etapas sucessivas, foi reconhecendo e estendendo a novos escalões, quer no seio duma mesma profissão ou sector, quer no âmbito interprofissional e intersectorial, tanto a nível local como regional e nacional. O requisito de eficácia da acção — fosse esta exercida directamente sobre o mercado de trabalho por meio de greves, contratos colectivos, regulamentos unilaterais, etc. ou, indirectamente, pela via

política, por meio de pressões — impeliu constantemente à conjugação de forças. O sindicalismo apenas podia fazer face ao poder económico e à influência política patronal com base na força do número, isto é, no desenvolvimento da organização. Na generalidade dos países europeus este princípio traduzir-se-ia por um relativo avanço da organização operária e dos assalariados em geral sobre o associativismo de classe do patronato, designadamente ao nível de cúpula ou confederal.¹

A expansão e o desenvolvimento dos mercados à escala nacional e internacional, o crescente papel interventor e regulamentador do Estado central nos campos económico, social e laboral, a influência das ideologias socialistas e a crescente articulação de forças políticas com os diferentes interesses e grupos sociais foram outras das principais circunstâncias que contribuíram para projectar o associativismo, através das federações ou confederações, para o nível nacional e, desde cedo, para o nível europeu ou mundial, através das associações ou confederações de âmbito internacional.

O processo "clássico" de constituição e expansão da rede associativa do sindicalismo, operando gradualmente da base para o topo, coincidindo tendencialmente com um processo de concentração e centralização organizativas, dando, por fim, origem a partidos políticos (ou a uma ligação privilegiada com partidos entretanto surgidos em paralelo) nem sempre viria a reproduzir-se por todo o lado pela mesma ordem lógica (e cronológica) ou com o mesmo carácter progressivo. Em países da periferia da

¹ A constatação deste clássico "desequilíbrio" organizativo foi feita em Portugal por diversas vezes, antes e depois do corporativismo. Ao contrário do verificado noutros países, nenhum estudo foi ainda realizado em Portugal acerca da influência do associativismo operário sobre o associativismo patronal — influência que, obviamente, também é recíproca. Em 1919, por sinal o ano da constituição da CGT e um ano antes da formação da chamada Confederação Patronal, o engenheiro Geraldo Coelho de Jesus chamou enfaticamente a atenção para a desorganização da classe patronal relativamente ao operariado (*Bases para um Plano Industrial*, ed. Núcleo de Acção Nacional, Lisboa, 1919). A sua observação, para a qual parece não ter encontrado outra explicação além da forte influência ou exemplo do sindicalismo europeu, mereceria da parte de Manuel Villaverde Cabral, que cita aquele autor em *O Operariado nas Vésperas da República* (1977), uma interpretação que, em aparência, se aplicaria apenas ou especificamente a Portugal. Aqui, o desenvolvimento do capitalismo teria sido caracterizado, designadamente, pelo avanço da difusão do trabalho assalariado em relação ao crescimento das forças produtivas (investimento e tecnologia), fazendo daí decorrer Villaverde Cabral o avanço "político" (e organizativo) do proletariado sobre o capital. Implícita nesta interpretação parece estar a ideia de que nos países economicamente mais desenvolvidos não existiria aquele "avanço" relativo da organização sindical em relação à organização patronal. Ou a ideia de que esta última não se teria desenvolvido quase sempre, por todo o lado, largamente em resposta ao desenvolvimento da primeira — como foi também o caso em Portugal durante a 1ª República e logo após o 25 de Abril.

civilização industrial e da economia capitalista, como Portugal, o percurso foi por vezes parcialmente invertido. Aqui o associativismo de defesa dos interesses dos assalariados começou logo por receber muita da sua inspiração inicial do estrangeiro,¹ bem antes que a chamada *questão social* revelasse entre nós a feição ou as proporções que nos países mais desenvolvidos havia já assumido; diversas associações foram apoiadas desde a sua criação, se não mesmo lançadas por organizações promotoras, de carácter político-partidário ou não, e por organismos coordenadores ou de escalão superior previamente existentes; as primeiras centrais sindicais (ou organismos percursores de cariz análogo) surgiram quase ao mesmo tempo do que as primeiras associações de base e antes que se verificasse entre estas últimas uma coordenação significativa no seio das diferentes profissões, sectores, localidades ou regiões; enfim, estes primeiros organismos centrais do sindicalismo português, desde a Fraternidade Operária até à UON/CGT, foram sempre inspirar-se nos modelos organizativos, ideologias políticas e concepções estratégicas (de algumas) das suas congéneres europeias contemporâneas, com as quais de resto se encontravam associadas. Claro que em Portugal também se verificou simultaneamente um movimento de coordenação e articulação de sentido "clássico", isto é, partindo gradualmente da base para os escalões superiores, mas menos característico da evolução do associativismo no seu conjunto do que nas *pátrias* do movimento sindical.

O problema encontra uma certa analogia em outros aspectos ou processos de desenvolvimento das sociedades e economias periféricas: a importação de modelos

¹ Não nos referimos ao associativismo puramente mutualista, que tinha em Portugal um antecedente directo nas *irmandades*, por exemplo. Em todo o caso, e apesar da sua composição socialmente heterogénea, as associações de socorros mútuos desempenharam em Portugal, na segunda metade do século XIX, algumas funções a que hoje chamaríamos sindicais. Isto deveu-se, em parte, às próprias limitações coevas do direito de associação. O *associativismo de classe*, voltado principalmente para a defesa ou melhoria dos salários e outras condições de trabalho, foi durante muito tempo tratado pelo poder liberal como uma ameaça revolucionária. As primeiras tentativas de criação de associações deste tipo datam de 1848-49, mas as ulteriormente criadas só em 1891 ganharam reconhecimento legal. As associações mutualistas, permitidas e, por vezes, amparadas pelo poder, forneciam assim, até certo ponto, uma cobertura para acções de defesa dos interesses operários. Não se verificaria, contudo, uma evolução gradual do mutualismo para o associativismo de classe ou "de resistência". Este último seguiu o seu caminho separadamente e, frequentemente, em conflito e ruptura com o mutualismo.

estrangeiros avançados leva a queimarem-se etapas, constituem-se enclaves de modernidade que tanto actuam como catalisadores e difusores do progresso como entram em conflito com as realidades locais, pervertem-se certos processos "naturais", rompe-se o carácter gradual de outros, introduzem-se factores de instabilidade que perturbam um desenvolvimento endogenamente determinado e teoricamente mais harmónico, ainda que mais lento. Ao mesmo tempo, a importação de modelos e concepções provenientes de sociedades mais avançadas pressupõe muitas vezes uma acção pedagógica de incentivo e consciencialização que visa promover o seu enraizamento num terreno que lhes não é ainda nem necessariamente receptivo. Essa acção implica por sua vez a existência de núcleos ou entidades "esclarecidas", promotoras ou coordenadoras, em muitos casos o próprio Estado, que procuram assim compensar as falhas de iniciativa, de informação e outros condicionalismos locais.

A estes fenómenos que afectam especialmente as sociedades da periferia — tanto mais quanto maior é o atraso global em relação ao "centro" — e que não poderiam deixar de se manifestar no campo do associativismo português, acresce a circunstância histórica de o corporativismo português ter congelado por mais de quarenta anos as condições de autonomia e liberdade de que o sindicalismo sempre se alimentara no passado. Suprimindo o sindicalismo livre, o regime corporativo interrompeu um processo evolutivo já com mais de meio século de existência e pretendeu, através dos *sindicatos nacionais*, constituir um modelo de associativismo desligado das suas prévias fontes de inspiração estrangeiras e que reflectisse primordialmente as realidades nacionais e locais, o seu ritmo "natural" e gradual, expressando e assegurando — teoricamente — um desenvolvimento harmónico das relações socio-laborais. O pretendido retorno às antigas funções assistenciais e mutualistas e à profissão como critério de associação inscrevia-se também naquele desígnio.

Um dos grandes paradoxos desta tentativa de regresso às raízes e às condições nacionais duma evolução *intrinsecamente harmónica* residiu — como o sublinharam

diversas análises do corporativismo autoritário¹ — no *necessário recurso à força*, isto é, à repressão e a fórmulas antidemocráticas, para a realizar. Por outro lado, a clássica crítica corporativista das "minorias activas" que no passado haveriam desviado o "bom" associativismo dos seus fins naturais nunca foi correspondida, na prática dos regimes autoritários, por nenhuma tentativa para restabelecer o efectivo controlo das associações pelas maiorias. Outro paradoxo, ainda, consistiu em que, a pretexto de valorizar as tradições, a organicidade e a identidade própria de cada sociedade, se acabasse por extinguir e desterrar formas organizativas e modelos de acção que, se bem que originariamente inspirados ou trazidos de além-fronteiras, nem por isso tinham deixado de se nacionalizar, isto é, de criar raízes e tradições localmente. Foi o que aconteceu, nomeadamente, com as centrais sindicais que, dos anos 30 aos anos 70, foram excluídas do panorama sindical português, tendo o regime concebido para o lugar da anterior representação "classista" as corporações, organismos de cúpula mistos e de colaboração do capital com o trabalho. Todavia, nada de sequer remotamente parecido com isso havia existido durante um século de liberalismo em Portugal — e desde o século XVIII que a antiga organização corporativa entrara em decadência.

O reaparecimento das centrais sindicais em Portugal nos anos 70 processou-se sob o signo de uma dupla restauração, ainda que algo remota, dado o hiato de mais de 40 anos. Por um lado, reactivava-se no sindicalismo a ligação da periferia ao centro, ou seja, a estreita articulação do nacional com o internacional, restabelecendo-se a antiga corrente inspiradora externa do associativismo português. Por outro, reatava-se uma tradição já *nacional* de sindicalismo livre, na qual se incluía com toda a proeminência a actuação de uma confederação, a CGT – Confederação Geral do Trabalho, fundada em 1919 a partir da UON – União Operária Nacional, criada em 1914 e que, por sua vez, sucedera à Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, que desde 1909-11 assumira algumas funções de coordenação intersindical. Iriam contudo ser razões muito práticas a presidir a essa dupla restauração, não um abstracto espírito restauracionista.

¹ Ver Leo Panitch, "The Development of Corporatism in Liberal Democracies", in Schmitter & Lehmbruch, *Trends Toward Corporatist Intermediation*, Sage, 1979, pp.119-120.

Como sucede em geral com todas as revoluções, tudo aparece de repente por fazer, a todos os níveis e ao mesmo tempo. Após o 25 de Abril, a reorganização do sindicalismo colocava subitamente inúmeros problemas interligados, suscitando a necessidade premente de traçar linhas de rumo, distinguir prioridades e coordenar esforços — as tarefas, afinal, de um organismo de cúpula. A imediata procura (e oferta) de ligações e apoios sindicais internacionais de toda a ordem também tornava necessário um órgão desse tipo. Enfim, o novo poder sentiu depressa a necessidade de um interlocutor sindical ao mais alto nível. Por estas e outras razões, quase sempre relacionadas com o carácter brusco das mudanças geradas pelo 25 de Abril, abriam-se perspectivas de um desenvolvimento associativo largamente determinado de cima para baixo.

A circunstância adicional de o caetanismo ter proporcionado, na fronteira da legalidade com a clandestinidade, a formação de um embrião confederal, a Intersindical, estreitamente ligado aos estados-maiores da oposição ao regime, muito especialmente do PCP, contribuiu decisivamente para reunir as condições mais favoráveis ao predomínio duma acção que, do topo para a base, impulsionaria e manteria sob controlo a reorganização do sindicalismo no início do novo período democrático. Outras circunstâncias jogariam então em sentido inverso: o surto de basismo e assembleísmo, o aparecimento das comissões de trabalhadores, a hiperactividade dos agrupamentos políticos de extrema-esquerda, o espírito generalizado de contestação das hierarquias, os primeiros fenómenos de rejeição da influência sindical comunista e, talvez não em último lugar, o relativo protagonismo a que haviam sido remetidos no passado os organismos primários do sindicalismo corporativo — os sindicatos de âmbito distrital e pluridistrital, na sua maioria — que, pelo facto de terem sido mantidos, punham certos obstáculos estruturais às tentativas dirigistas e cupulistas. Mas, pelo menos numa primeira fase, o dirigismo comunista iria em pouco tempo levar de vencida as tendências que lhe eram adversas e a reorganização do sindicalismo processar-se-ia sob a acção determinante e estruturante da Intersindical.

A gradual reacção das bases a este estado de coisas iria, parcialmente, estar na origem da UGT, de par com uma intervenção decisiva dos estados-maiores partidários socialista e social-democrata e com a influência e a ajuda muito substancial de organizações sindicais e forças políticas internacionais. A formação da UGT traduziu inegavelmente um processo gradual de coordenação de diversas forças que previamente se foram afirmando no terreno, foi antecedida por longos debates e complexas negociações e, por fim, amplamente referendada pelas bases. Ou seja, a cúpula ou órgão coordenador surgiu — muito mais do que no caso da Intersindical — como expressão fiel dos *compromissos* e da *diversidade* dos que nela se associaram. Por isso terá tardado a sua criação e, talvez também por isso, terá experimentado esta central maiores dificuldades na tentativa de construção duma forte autoridade confederal e, ainda mais, na realização dos ambiciosos planos de reestruturação organizativa concebidos ou idealizados centralmente. Mas, tal como se passou com a Intersindical, também os factores politico- partidários (neste caso a tentativa de implantação no campo sindical dos recém-criados PS e PPD/PSD, em luta contra o domínio do PCP) e o relacionamento internacional tiveram uma parte substancial na génese da UGT e também esta central pretendeu assumir um papel muito activo de condução e orientação dos sindicatos nela filiados. Daí o facto de a multiplicação de sindicatos independentes (isto é, não confederados), sobretudo nos anos 80, exprimir já uma rejeição em relação à própria UGT, encarada por eles como veículo de influências partidárias, censurada pela sua orientação igualitarista em face de certos segmentos profissionais ou acusada, até, de cumplicidade com os governos.

O papel de primeira linha que o sindicalismo alcançou após a revolução e manteve, pelo menos até final da década de 70, no plano político nacional — suplantando mesmo a projecção política do antigo sindicalismo revolucionário da CGT nos seus melhores dias — transformou-o também num dos principais terrenos de luta entre *todas* as forças do espectro partidário. De importante contexto e necessário instrumento da acção sindical, a política passou por vezes a substância quase exclusiva do sindicalismo. Este protagonismo político, excedendo muito largamente o âmbito

clássico da defesa dos interesses dos assalariados (quer esta se processasse predominantemente pelos meios sindicais "directos" quer pela via da acção política), teve decerto um forte carácter conjuntural e, nos anos 80, assistir-se-ia neste aspecto a uma nítida tendência de "retorno" à normalidade, isto é, uma aproximação em relação aos padrões europeus ou sul-europeus. Em todo o caso, aquela grande projecção política marcou profundamente a génese do sindicalismo contemporâneo, designadamente como factor de promoção da acção confederal, uma vez que as centrais são os órgãos políticos por excelência do sindicalismo.

A história da formação das actuais centrais sindicais é, em boa medida, a história da formação do sindicalismo do período democrático — embora a primeira não possa evidentemente substituir a segunda, que não constitui aqui o objecto principal de estudo. Mas fazer a história da formação e da actuação das centrais sindicais equivale também, pelos vários motivos já referidos, a focar ou a reconstituir uma parte importante da história política das últimas décadas. Por isso neste estudo se deverá falar tanto de estruturas associativas, negociação colectiva ou legislação laboral como de partidos, ideologias e lutas políticas. A dimensão e o contexto económico e social do sindicalismo não serão certamente preteridos pela ênfase dada aos múltiplos aspectos políticos e institucionais, mas estes vão assumir frequentemente e com naturalidade um maior destaque.

3. Sobre as fontes utilizadas

A pesquisa recorreu a cinco tipos de fontes: 1) registos e arquivos associativos, estatais e privados; 2) legislação; 3) imprensa geral e associativa; 4) bibliografia (estudos genéricos ou monográficos, publicados ou inéditos, relatórios, depoimentos, colectâneas de documentos, cronologias, estatísticas e outra informação impressa); 5) entrevistas pessoais. Relativamente às fontes arquivísticas, experimentaram-se as

dificuldades e limitações que eram previsíveis, tanto no acesso aos repositórios documentais associativos como estatais.

Os registos de efectivos mais fidedignos (os cadernos eleitorais) bem como os relatórios e contas das associações sindicais, a qualquer nível organizativo, permanecem, salvo raras excepções, ou no segredo dos deuses ou a uma distância da publicidade difícil de transpor. A informação ou documentação — em princípio menos "quente" — relativa a anos mais distantes, também não está muitas vezes acessível, por razões que vão desde o desaparecimento de documentos em diversas épocas, a desorganização dos arquivos e a falta de meios (e de interesse) para a remediar até à proverbial reacção de defesa que os estudiosos sempre suscitam da parte dos responsáveis sindicais.

A informação estatística sobre associações sindicais, consideravelmente ampla e presumivelmente rigorosa, que desde os anos 30 e até 1973 o governo fez publicar com regularidade pelo INE, não teve continuidade após a instauração da democracia. Isto pode explicar-se, até certo ponto, como reflexo lógico da autonomia em relação ao Estado reconquistada pelas organizações sindicais depois de 1974. A recusa em continuar a fornecer os relatórios e contas anuais às entidades oficiais, sobretudo na sequência duma directiva emitida pela Intersindical em 1975 ou 1976, encontraria aliás eco nas diferentes tendências sindicais. O pluralismo e a competição entre sindicatos forneceriam pretextos adicionais para esta atitude de defesa e os próprios governos se desinteressariam, aparentemente com motivo, pela inquirição — ainda que dum ponto de vista legal a apreciação da representatividade real, por exemplo, não pudesse deixar de lhes interessar ou mesmo de lhes competir. Se tal atitude de defesa é de algum modo defensável em virtude quer dos preceitos constitucionais que proíbem a interferência do Estado na organização sindical quer da inexistência de normas legais sobre o método de aferição e comparação da representatividade, resta todavia uma certa incongruência entre, por um lado, o estatuto político- institucional, o conjunto de direitos, atribuições, competências e até subsídios estatais de que os sindicatos usufruem legalmente e, por

outro, a relativa opacidade que se ergue em torno dos seus efectivos e das suas contas, incluindo o fluxo de receitas oriundas do estrangeiro.

O acesso a documentação sindical também é por vezes muito dificultado por razões políticas e outras menos penetráveis. As importantes actas das "reuniões intersindicais" de 1970-1974 e dos plenários da Intersindical de 1974-1977, a que esta pesquisa só conseguiu ter acesso num arquivo privado pessoal ¹, teriam sido ainda hoje muito difíceis de obter junto da CGTP-IN. Amiúde se deparou também, no decurso desta pesquisa, com uma atitude de retracção de certas entidades e responsáveis sindicais, justificada com o propósito de não reabrir feridas antigas e de esquecer águas e erros passados. Em todo o caso, a contribuição de carácter documental para esta pesquisa por parte da UGT, da CGTP-IN e de alguns sindicatos nelas filiados foi apreciável.

Os arquivos estatais encerram um importantíssimo manancial de informações para o estudo do sindicalismo nas últimas décadas (e em todo o período corporativo). Muitas vezes, todavia, impera neles grande desorganização, que em alguns casos poderá já significar a perda irremediável de documentação, dadas as condições precárias da sua conservação.² Acresce a isto a controversa legislação que até hoje impôs prazos muito dilatados à abertura ao público dos principais arquivos da época corporativa, ainda que alguns investigadores tenham pontualmente conseguido acesso a documentação da PIDE/DGS, do antigo Ministério do Interior, dos espólios de Salazar e Caetano, etc (indirectamente, esta pesquisa pôde retirar um ou outro benefício esporádico dessa circunstância). Relativamente ao período pós-25 de Abril, as dificuldades são obviamente ainda maiores, por força da proximidade temporal. Ao longo deste trabalho serão assinaladas várias situações de inexistência ou escassez de dados, resultantes de alguma das circunstâncias acima referidas. Embora alguns ficheiros e dossiers

¹ Arquivo do antigo dirigente sindical dos ourives Joaquim dos Reis Marques.

² É, provavelmente, o caso do acervo documental do antigo Ministério das Corporações e das corporações propriamente ditas.

documentais menos problemáticos tenham podido ser consultados, no quadro desta pesquisa, nomeadamente no Ministério do Trabalho (hoje do Emprego), em geral os arquivos do Estado foram de magro auxílio para este trabalho. Mais útil foi a documentação facultada a título individual por diversas pessoas, especialmente antigos militantes, dirigentes e consultores sindicais, e a existente no arquivo da biblioteca do Instituto de Ciências Sociais.

A imprensa geral e associativa, especialmente do período democrático, constituiu uma importante fonte deste estudo. As frequentes entrevistas, depoimentos e artigos de opinião publicados na imprensa diária e semanal, bem como as análises e a matéria noticiosa, por vezes de excelente nível, da autoria de jornalistas especializados em questões sindicais e laborais asseguraram uma parte substancial da informação aqui trabalhada.

A bibliografia disponível sobre o sindicalismo português contemporâneo e áreas temáticas afins e complementares pode considerar-se globalmente muito lacunar. São raras as monografias sobre os diferentes sindicatos. A formação e a actuação de qualquer das centrais sindicais nunca foram estudadas em profundidade. As análises históricas cobrem geralmente períodos muito recuados. Há poucos estudos, parcelares ou de conjunto, sobre o sindicalismo corporativo ou pós-corporativo, sobre a negociação colectiva e a conflitualidade laboral, sobre a evolução da legislação laboral, das condições de trabalho, do emprego e da estrutura socioprofissional. Não há nenhum trabalho significativo de pesquisa, pelo menos publicado, sobre o relacionamento internacional dos sindicatos portugueses nas últimas décadas, a classe dirigente sindical, os aparelhos e a militância, as taxas *reais* de sindicalização, o fenómeno da dessindicalização, as atitudes dos trabalhadores em geral e de vários segmentos em particular (jovens, mulheres, imigrantes, etc.) em face dos sindicatos, as estratégias patronais perante o sindicalismo, os sindicatos independentes, o sindicalismo dos quadros, a presença e a acção comparadas dos sindicatos no sector público e no sector privado, a implantação e o funcionamento das comissões de trabalhadores e sua relação com os sindicatos, etc.

Nestas circunstâncias, um trabalho de âmbito tão vasto como o presente, teve de prescindir de boa parte dos contributos alheios com que desejaria ter contado. Infelizmente, também não foram muito úteis alguns dos trabalhos que sobre o sindicalismo actual ou o sistema de relações laborais em Portugal têm sido publicados, dada a excessiva propensão teorizante que os anima nuns casos e, noutros, as discutíveis metodologias utilizadas, sem a vantagem, sequer, de constituírem estímulos ao debate. Constituem relativa excepção os mais numerosos estudos incidindo sobre o período revolucionário, devendo também destacar-se, tanto num plano quantitativo como qualitativo, a produção de análises jurídico-institucionais sobre questões sindicais e laborais.

As clássicas limitações e deficiências dos aparelhos estatísticos nacionais também se reflectiram negativamente sobre esta pesquisa. Elas persistem ainda em parte, apesar da nítida evolução verificada nos anos 1980 no respeitante à informação estatística sobre o emprego, a conflitualidade, a cobertura da negociação colectiva, etc.

A realização de entrevistas aprofundadas com cerca de meia centena de pessoas de algum modo ligadas à história recente do sindicalismo e das relações laborais em Portugal constituiu uma das bases mais profícuas desta pesquisa. Antigos ou actuais dirigentes da Intersindical, da UGT e de diversos sindicatos e federações, consultores de sindicatos, responsáveis ou activistas de várias associações ou organizações directa ou indirectamente relacionadas com o sindicalismo, funcionários corporativos, governantes dos períodos anterior e posterior a 1974 e funcionários de departamentos governamentais compuseram o *bouquet* dos entrevistados no âmbito desta pesquisa. Muitos deles tiveram ou têm ainda também uma participação activa na vida política (responsabilidades partidárias, Parlamento, etc.).

Na fase inicial da investigação, as entrevistas efectuadas proporcionaram um levantamento geral de assuntos e problemas que contribuiu para orientar melhor a direcção da pesquisa. Numa fase subsequente, permitiram um confronto dos entrevistados — que foram por vezes repetidamente ouvidos — com informações ou documentos entretanto obtidos e com depoimentos prestados pelos outros entrevistados.

Houve um cuidado especial em tentar verificar os dados factuais cujas únicas fontes eram as entrevistas individuais. Nos casos em que não foi possível corroborar essas informações por outra via, mas em que o testemunho pessoal pareceu digno de crédito e significativo do ponto de vista do tema em estudo, não se hesitou em utilizá-lo no presente texto, referenciada sempre a sua origem em nota de rodapé. Tratando-se porém de opiniões ou apreciações pessoais dos entrevistados, aqui citadas num contexto em que esse seu carácter é manifesto, não se levantou tanto o problema da credibilidade, na medida em que muitas dessas opiniões são intrinsecamente significativas, independentemente da veracidade das informações que veiculam ou em que se baseiam.

Por fim, obteve-se de um pequeno número de entrevistados, concretamente seis deles (outros não se revelaram disponíveis para isso), uma apreciação da versão preliminar deste trabalho concluída em 1988, que lhes foi cedida para leitura. Pôde, assim, ser melhor esclarecida diversa matéria factual, desenvolvidos certos aspectos dos depoimentos e debatida alguma da parte interpretativa.

Deve aqui registar-se que, se em matéria factual controversa se procurou sempre atingir um consenso, no campo da interpretação várias divergências surgidas, por vezes de monta, subsistiram. Alguns dos entrevistados, por exemplo, recordando ou não certos factos (ou recordando-os só vagamente), não lhes atribuíam porém o mesmo significado que no presente trabalho se lhes confere. A divergência entre a memória de certos actores e o enredo em que se viram, neste relato, retrospectivamente integrados levantou, decerto, problemas para os quais as soluções aqui propostas poderão ser discutíveis. A subjectividade dos protagonistas foi sempre considerada como um dado *objectivo* a ter em conta. Mas, quando se dispôs de provas documentais, de indícios muito consideráveis e, até, de outros depoimentos em abono duma interpretação contestada por aqueles actores, optou-se por manter esse juízo. Por vezes, não foi sequer o facto descrito ou a interpretação sugerida que suscitaram a dúvida ou a discordância dos entrevistados, mas sim o mero destaque que se deu à questão — a qual, segundo eles, não teria tido repercussões sensíveis na época em que se verificou ou teria passado despercebida. Se também as observações deste tipo podem ser pertinentes e

esclarecedoras, seria contudo absurdo pretender conceder significado e relevância apenas aos factos e acontecimentos que mais impressionaram aqueles que de perto os viveram.

Ao natural subjectivismo e frequentes falhas de memória dos entrevistados juntaram-se duas outras circunstâncias limitadoras: a escassa disponibilidade de tempo alegada por boa parte das pessoas cujo contributo foi solicitado e o evidente laconismo com que foram torneadas numerosas questões delicadas. A ampliação do número de entrevistados poderia ter parcialmente contrabalançado todos estes condicionalismos, mas não os teria obviamente ultrapassado. Sobretudo, a prudência ou a atitude de defesa (individual ou colectiva) muitas vezes subjacente a estas limitações foi difícil de contornar, dado o facto de numerosos entrevistados continuarem activos ou de algum modo ligados à vida associativa e (ou) político-partidária.

4. *Contribuições*

O presente trabalho integrou-se desde o seu início num projecto de investigação mais vasto, realizado no ICS e subordinado ao tema *Organizações de interesses e democracia em Portugal*, sob a coordenação de Manuel de Lucena e com a participação de Carlos Gaspar (subprojecto sobre as associações empresariais) e Inês Mansinho (associativismo agrícola). Este projecto foi inicialmente encomendado pelo Instituto Universitário Europeu, de Florença e contou, na sua continuação, com o apoio da Tinker Foundation.

O autor da presente obra, pelo conteúdo da qual é o único a responder, beneficiou largamente da sua inserção naquela equipa, desde a participação dos seus membros em parte das entrevistas realizadas, até ao debate exaustivo da versão preliminar do texto produzido, passando pela discussão de questões metodológicas e por sugestões bibliográficas e indicação de fontes documentais que valorizaram este estudo. Menção muito especial é devida ao coordenador do projecto geral e orientador deste

subprojecto em particular, Manuel de Lucena, pelo seu constante acompanhamento e inestimável colaboração.

Este trabalho pôde ainda beneficiar com os debates que, incidindo sobre a versão preliminar do texto, foram realizados no seio do Instituto de Ciências Sociais, sendo de destacar os comentários e críticas feitas por Manuel Braga da Cruz, Fátima Patriarca, Maria Filomena Mónica e Rui Ramos. Deve igualmente destacar-se o contributo valioso da generalidade dos sindicalistas e outras pessoas entrevistadas, com relevo para os que, oralmente ou por escrito, teceram comentários ou críticas à primeira versão do texto ou a algum dos seus capítulos: José Malaquias Pinela, Francisco Marcelo Curto, Francisco Canais Rocha, Padre Agostinho Jardim Gonçalves, Agostinho Roseta e Joaquim Silva Pinto. A contribuição de carácter documental generosamente prestada, em acréscimo aos seus depoimentos orais, por Joaquim dos Reis Marques foi muito valiosa.

Pelos seus depoimentos em entrevistas ou ainda pelas sugestões e indicações que fizeram, pelas fontes e documentos que facultaram e outro auxílio prestado a esta pesquisa, registe-se o contributo das seguintes pessoas: José Manuel Torres Couto, José Mota e Rui Oliveira e Costa, dirigentes da UGT; Manuel Lopes, José Luís Judas, Emídio Martins, Antero Martins e Joaquim Calhau, dirigentes da CGTP – Intersindical Nacional; António Janeiro (entretanto falecido), do SITESE – Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços; Vítor Ramalho, ex-secretário de Estado do Trabalho e antigo consultor sindical; Dulcínio Caiano Pereira, da FEPCES – Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços; Armando Santos, do Sindicato dos Seguros do Sul e Ilhas; Arménio Santos, do SBSI – Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas e líder dos TSD – Trabalhadores Sociais-Democratas; Manuel Barbosa de Oliveira, do SBSI; José Luís Nogueira de Brito, antigo subsecretário de Estado das Corporações; António Maldonado Gonelha, ex-governante do sector do Trabalho; Mário Pinto, da Fundação Oliveira Martins; António Ferreira Guedes, antigo dirigente do SBSI; Vítor Wengorovius, antigo consultor sindical; Francisco Osório Gomes, do Sindicato dos Bancários do Centro; Basílio Horta, antigo secretário-geral da Corporação da Indústria; Carlos Augusto Fernandes de Almeida, antigo dirigente da JOC –

Juventude Operária Católica, do CCO – Centro de Cultura Operária e da FDT – Federação Democrática do Trabalho; Américo Cavalheiro, ex-secretário-geral adjunto do CPCS – Conselho Permanente de Concertação Social; António Dornelas, ex-assessor do SITESE, actualmente da UGT; e ainda, entre outros, Amílcar Mateus, Fernando Abreu, Alfredo Morgado, Manuel Bidarra, José Teodoro da Silva, Fernando Moura Palhaça, Carlos Mamede, João Silvério, Manuel Francisco Guerreiro, Joaquim Dionísio, Fernando Marques, Leodolfo Bettencourt Picanço, José Nobre dos Santos, José Braz Rodrigues, João Batista, José Dinis, David Castro e Ernesto Gil de Oliveira.

Capítulo I

Os sindicatos no fim do salazarismo

1. Uma organização sindical unicitária, tutelada e sem entidade colectiva.

Em 1968, trigésimo quinto ano do regime corporativo e último de Salazar como seu líder (lugar que deixou em Setembro desse ano), a organização sindical existente em Portugal vivia ainda numa quase total dependência em relação ao Estado. A perspectiva duma relativa autonomia, ainda que no quadro da *organização corporativa*, não passara do plano das intenções ou dos desejos de certos círculos reformistas do regime.

Os primeiros *sindicatos nacionais*¹ tinham visto a luz do dia em 1933, pela mão do governo de Salazar, no quadro da nova Constituição, do Estatuto do Trabalho Nacional e da nova lei sindical, todos datados desse ano. Foram-se constituindo uns a partir dos sindicatos sobreviventes à Ditadura e às medidas repressivas de Fevereiro de 1927, por adopção "voluntária" de estatutos moldados pela doutrina corporativa, outros em lugar dos sindicatos livres dissolvidos por não se terem submetido à remodelação estatutária, outros enfim criados de raiz em profissões anteriormente não associadas.

Das mais de 700 associações de trabalhadores existentes até 1933, apenas 57 requereram "voluntariamente", nos sucessivos prazos concedidos, a sua transformação de acordo com o novo quadro legal². O governo atribuiu tão pequena adesão à

¹ Entenda-se: sindicatos subordinados aos "superiores interesses da economia nacional" e opostos ao internacionalismo, logo, impedidos de se filiarem e até de se relacionarem com organizações sindicais internacionais.

² Havia em 1933 registadas oficialmente 754 *associações operárias*, incluindo as de trabalhadores rurais, constituídas ao abrigo do Decreto de 9 de Maio de 1891. Além destas, havia ainda 37 *associações mistas* (de trabalhadores e patrões), perfazendo o total de 791 associações. Tende somente 57 requerido a sua legalização, "deixaram de ter existência legal 734" ("Relatório" da Repartição de Trabalho e Corporações, mandado publicar por despacho do subsecretário de Estado no *Boletim do INTP* de 16-IV-1934, pp. 1-4). Em 1931 haviam já sido "reformadas" as *associações de socorros mútuos*, cujo número fora na altura

resistência activa de um punhado de dirigentes sindicais qualificados de "agitadores profissionais" e à resistência passiva da maioria dos dirigentes sindicais, que teriam agido assim por ignorância ou "com receio de possíveis represálias" por parte dos primeiros.¹ O governo achava, de qualquer modo, que "a maior parte das antigas associações de classe tinha uma existência mais fictícia do que real".²

Organizados por profissões e tendo por âmbito geográfico, em princípio, o distrito, não se pode dizer que os sindicatos nacionais diferissem radicalmente, nesses aspectos, dos anteriores sindicatos livres. Qualquer que tenha sido a intenção a longo prazo do regime relativamente às estruturas representativas dos trabalhadores, o governo de Salazar decidiu prudentemente proceder por etapas, resistindo à tentação de fazer inteiramente tábua rasa do sindicalismo anterior. Por isso se manteve nos sindicatos nacionais — é Marcelo Caetano quem o diz — a aparência classista das antigas associações de trabalhadores, abdicando-se da criação no imediato de organizações mistas (de assalariados e patrões). Procedeu-se assim por "estar tão arreigada a consciência de classe operária que se tornou necessário reconhecê-la e aproveitá-la para a depurar do sentido de luta" e a levar, mais tarde, a "fundir-se com a classe patronal".³ Sabemos hoje que quarenta anos não chegaram para levar a bom termo tão prudente quão ambicioso plano: a primeira etapa revelou-se a mais definitiva.

Atribuiu-se frequentemente nos meios oposicionistas a uma política deliberada do salazarismo a estrutura organizativa sindical dispersa baseada no distrito e na profissão (ou ofício). Por detrás dessa política estariam intuítos mais ou menos perversos de divisão dos trabalhadores e de enfraquecimento da sua organização representativa.

computado em 533 e que, na sua maioria, se mantiveram, remodelando voluntariamente os seus estatutos (*Dez Anos de Política Social*, INTP, 1943, p. 168).

¹ Ver o "Relatório" da Repartição de Trabalho e Corporações citado na nota anterior.

² Idem.

³ Marcelo Caetano, *O Sistema Corporativo*, Lisboa, 1938, p. 79.

Independentemente de tais intuitos terem possivelmente existido, a tese muitas vezes exposta de que a corporativização (ou "fascização") dos sindicatos provocou a pulverização da organização sindical nunca foi, a meu ver, correctamente demonstrada.¹ Poderá, contudo, ser sustentável, desde que formulada de modo diverso e convenientemente matizada.

Em alguns aspectos, com efeito, terá sido o contrário daquela tese o que realmente se verificou. O regime pretendeu desde o seu início — invocando justamente a necessidade de evitar a dispersão das organizações sindicais — diminuir substancialmente o número das associações de trabalhadores.² E diminuiu-o de facto, por duas vias. Por um lado, como é óbvio, banindo expressamente o pluralismo associativo — ainda que fosse muito reduzido nos finais da República o número de sindicatos de âmbito concorrente. Por outro lado, e principalmente, através do redimensionamento das associações de trabalhadores existentes. Os sindicatos livres da 1.^a República, oriundos em grande parte dos tempos da Monarquia, tinham tradicionalmente um pequeno âmbito geográfico, concelhio ou ainda menor, embora geralmente se reagrupassem em federações regionais ou nacionais. Por regra, esses sindicatos constituíam-se em qualquer localidade, da grande cidade à aldeia, na imediata proximidade dos seus associados. Só em casos especiais adoptavam um âmbito mais vasto, regional ou nacional.³ Num mesmo distrito, mas sediados em diferentes

¹ Veja-se, entre muitos exemplos possíveis, 3.^o *Congresso da Oposição Democrática* (Aveiro, Abril de 1973) – *Teses*, 2.^a *Secção*, Seara Nova, 1974, pp. 168-172 e 213. Numa das análises apresentadas ao congresso afirma-se nomeadamente, sem qualquer fundamento, que a lei sindical de 1933, impondo o critério distrital de organização, "fez triplicar o número de sindicatos", com o intuito de "dividir para reinar".

² Ver, por exemplo *A Nação Corporativa – Textos Legais Comentados e Justificados*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1937, pp. 122-124.

³ A própria CGT sempre promoveu esta estrutura organizativa descentralizada. Veja-se, por exemplo, a estrutura preconizada na "Organização Social Sindicalista", aprovada no Congresso da CGT de 1925, em Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, 2.^a ed. 1976, pp. 203 e segs.

localidades, havia assim muitas vezes dois, três, quatro e mais sindicatos da mesma profissão ou ramo.¹

O corporativismo rompeu até certo ponto com esta tradição de organização consideravelmente descentralizada na medida em que impôs o distrito como âmbito territorial *mínimo*, permitindo embora a criação de secções e delegações locais. Quando muito, poderia acusar-se a lei salazarista de ter cristalizado em certa medida a "atomização" pré-existente, impedindo assim a ulterior livre concentração das organizações sindicais — partindo-se da premissa, duvidosa, que teria sido esta a vontade dos sindicalizados. Ora o regime corporativo não se opôs sequer à formação de sindicatos *pluridistritais*, que se foram criando em bom número desde a década de 30. E os sindicatos de "profissões livres" ou não operárias, em geral de pequenos efectivos, adoptaram desde então o âmbito nacional.

Outro aspecto da corporativização tinha sido a imposição do critério *profissional* de organização, tendo como consequência, nomeadamente, a divisão da representação dos trabalhadores duma mesma empresa por diversos sindicatos. O critério profissional vinha, de facto, contrariar uma orientação ainda recente em Portugal (e que, diga-se, não era inteiramente consensual) para a constituição dos chamados *sindicatos únicos de indústria*, que reuniam localmente numa só estrutura os vários ofícios de cada ramo de actividade. Esta orientação vinha sendo impulsionada especialmente desde 1919-20 pela central sindical CGT, aparentemente com algum êxito, se bem que a experiência não tenha podido durar o suficiente para ser conclusiva.² Em 1933, esboçou-se pois, neste

¹ Em 1926, no sector da construção civil, havia 4 sindicatos no Distrito de Setúbal, 11 no de Faro, 5 no de Castelo Branco, 4 no de Braga, 6 no de Évora, 12 no de Lisboa, 7 no do Porto, etc. Na mesma data, havia no Distrito do Porto 7 associações de empregados do comércio, 4 no de Évora, 4 no de Faro, etc.

² Ver Manuel Joaquim de Sousa, *op. cit.* e A. H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa – As Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, s/d, pp. 374 e segs. Em todo o caso, a CGT nunca excluiu os outros modos de organização sindical, por ofício (*sindicatos de ofício*) e por grupos de

particular, uma ruptura com a orientação imediatamente anterior, procedendo o corporativismo ao restabelecimento da organização sindical com base na profissão ou ofício. Com o tempo, todavia, o regime corporativo viria a permitir a criação de sindicatos agrupando maior ou menor número de profissões do mesmo ramo ou indústria, ao lado dos puramente de ofício. Certos sindicatos chegariam mesmo a juntar a representação de operários à de outros estratos socioprofissionais (técnicos e empregados).

De qualquer modo, não tinha sido o corporativismo a inventar a representação separada entre os vários ofícios operários, entre operários e "colarinhos brancos", entre "pessoal maior" e "pessoal menor", etc. Em muitos casos, tais divisões provinham directamente do passado e resistiam por si próprias à sectorialização ou à verticalização. Os *sindicatos únicos de indústria*, por sua vez, inspiravam-se na experiência sindical espanhola e de outros países europeus onde o desenvolvimento da indústria e do operariado tinha atingido um estágio muito mais avançado do que em Portugal.

A organização corporativa previa também a criação de federações e uniões de sindicatos. Estes organismos de segundo grau (mais exactamente: "organismos intermédios da respectiva Corporação", como a lei os definia) foram-se realmente formando — embora lentamente, carecendo de funções efectivas e nunca chegando verdadeiramente a representar um factor unificador regional ou nacional da organização sindical. Seria contudo excessivo imputar exclusivamente ao regime corporativo as causas da debilidade federal, pois esta também tinha raízes no passado do movimento sindical português.

Na impossibilidade de existência do nível confederal (excluído pela lógica da hierarquia representativa que culminava nas Corporações interclassistas), os organismos

ofícios ou de indústrias (*sindicatos mistos*). As próprias federações poderiam ser de indústria, ofício ou profissão (ver a citada "Organização Social Sindicalista", em Manuel J. de Sousa, *op. cit.*).

primários, os sindicatos, revelavam-se o nível substancial do conjunto da organização sindical. Aqui sim, tem cabimento falar de uma política deliberada de dispersão ou pulverização, uma vez que o regime impedia na prática — e por razões que relevavam dos fundamentos da doutrina corporativa — a formação de qualquer órgão coordenador sindical que pudesse assumir a representação a nível nacional do conjunto dos assalariados e dos seus interesses globais. Este tipo de coordenação tida como "classista" foi impedido mesmo a nível regional e local, com a extinção das antigas uniões de sindicatos e câmaras sindicais. Deve contudo observar-se que a corporativização teria tido idênticas consequências para a organização e representação da classe patronal, submetidas *em teoria* à mesma lógica.¹

O corporativismo proibiu a constituição de sindicatos de funcionários e quaisquer trabalhadores da administração e empresas públicas, incluindo professores, trabalhadores da saúde, trabalhadores dos correios e telecomunicações, etc. Os rurais e os pescadores também não puderam criar sindicatos, tendo para eles criado o regime organizações de tipo pluriclassista (embora com algumas atribuições sindicais), as *casas do povo* e as *casas dos pescadores*. Enfim, o pessoal do serviço doméstico também estava afastado da possibilidade de sindicalização.

Os sindicatos nacionais eram únicos: em cada distrito apenas um sindicato podia representar os trabalhadores de determinada profissão ou sector de actividade. Não era admitida concorrência na organização sindical corporativa. Definidos, à maneira do fascismo italiano, como entidades de direito público,² os sindicatos detinham em

¹ Quando se fizer a história das associações patronais oriundas do liberalismo (comerciais, industriais e da agricultura) e a da sua sobrevivência — se não resistência — sob o corporativismo, poder-se-ão então julgar com as necessárias *nuanças* as características reais da representação do patronato sob o regime de Salazar, em confronto com o modelo único de representação que aos assalariados foi permitida.

² Artigo 3.º do Decreto-Lei 23.850 de 23-II-1933 (lei sindical). Nota de totalitarismo na legislação corporativa portuguesa, esta menção isolada dos sindicatos como "entidades de direito público" — sem equivalente na lei sobre os grémios patronais — enquadra-se na algo ambígua concepção salazarista de

Portugal o monopólio legal da representação dos trabalhadores, fossem estes sócios ou não. Alegava o regime que, como principal "consequência" disto, os contratos colectivos de trabalho assinados por um sindicato podiam aplicar-se — e com força legal — a todos os trabalhadores, dentro do âmbito profissional e geográfico da convenção.

Na realidade, porém, nem a imposição legal da unicidade era condição necessária da força executória das convenções colectivas, nem esta era fatalmente excluída pelo pluralismo sindical. Provam-no as orientações também intervencionistas, mas muito divergentes da do corporativismo português, adoptadas na mesma época nos Estados Unidos (Lei Wagner, 1935) ou em França (Lei de 24 de Junho de 1936, governo de Léon Blum). A lei americana estipulou o monopólio representativo do *sindicato maioritário* em cada unidade de negociação, abrindo assim o caminho ao reconhecimento jurídico da aplicabilidade das convenções colectivas a todos os trabalhadores da mesma unidade.¹ A lei francesa, por sua vez, instituiu os mecanismos de *extensão* das convenções colectivas negociadas pelas organizações *mais representativas* a todos os trabalhadores da mesma profissão e região, sindicalizados ou

uma organização corporativa *incorporada no Estado*, ainda que *não confundida* nele (ver A. O. Salazar, "Conceitos económicos e sociais da nova Constituição", conferência realizada na União Nacional em 16-III-1933). Dois conceitos de Estado separados por algo mais do que uma simples *nuance* afloram, de facto, na doutrina e na legislação salazarista. Primeiro, o Estado como organização política, administração central, entidade "superior" que se move "sobre a Nação" (conferência citada de A. O. Salazar). Segundo, um Estado frequentemente designado de "Estado corporativo" ou "Estado social e corporativo", *integrando* em si a "Nação corporativamente organizada". As forças produtivas (o capital e o trabalho) "entram na orgânica, fazem parte da constituição" deste segundo Estado — que Salazar nunca decide se é do presente ou do futuro, realidade efectiva ou promessa no horizonte (ver *O Trabalho e as Corporações no Pensamento de Salazar*, Junta da Acção Social, Lisboa, 1968, pp. 21-25, 61-62, 138-139, 149, 181, 193-194). Marcelo Caetano pensava em 1933 de modo diverso, recusando a integração no Estado das "associações de produtores" e acentuando mesmo o papel destas na *limitação do Estado*. O Estado representaria a generalidade dos consumidores e não os produtores. Ao mesmo tempo que considerava o sistema corporativo um sistema "pluralista", apontava as "semelhanças flagrantes entre o bolchevismo e o fascismo" (ver "Corporações no Estado ou corporações do Estado?", *Cadernos Corporativos*, n.º 4, 5-III-1933, pp. 151-155).

¹ Michel Despax, *Conventions Collectives*, Dalloz, Paris, 1966, pp. 124-132.

não.¹ Orientações basicamente distintas entre si, convergiam deste modo para idêntico resultado, sem necessidade de coarctarem a liberdade de associação ou de imporem um modelo único de sindicato, velando somente pela prevalência do princípio da maior representatividade.

Em Portugal, pelo contrário, a lei investiu à partida os sindicatos únicos com poderes de representação monopolista, deixando a questão da avaliação da *representatividade real* desses mesmos sindicatos para o plano da sua vida interna. Só que como contrapartida da concessão de poderes tão vastos, o Estado deduzia o direito de interferir como queria na vida dos sindicatos. Reservava-se mesmo o direito de os dissolver quando se desviassem da orientação corporativista ou dos fins estatutários. Podia, no entanto, optar pela destituição dos corpos gerentes, no todo ou em parte, substituindo-os sem prazo determinado por "comissões administrativas", até à "normalização" da vida associativa. Os estatutos dos sindicatos e as suas alterações tinham de ser homologadas pelo governo, o que permitia nomeadamente o controlo do nível das quotizações — geralmente estipuladas em valor e não em percentagem dos salários. Se é certo que a legislação portuguesa mantinha desde 1891 o preceito da aprovação pelo governo dos estatutos dos sindicatos, o salazarismo alargou muito esse poder de interferência na vida sindical, juntou-o a vários outros novos e, sobretudo, utilizou-os a todos correntemente.

A actividade sindical, além de doutrinariamente balizada pela "colaboração do trabalho, da propriedade e do capital", era minuciosamente regulamentada e expressamente previstos todos os seus actos possíveis. A liberdade sindical resumia-se ao singelo princípio de não se obrigar ninguém a inscrever-se como *sócio* de um sindicato. Ainda assim, havia sindicatos de inscrição obrigatória e outros de inscrição

¹ Idem, *ibidem*, pp. 49-41.

necessária para o exercício da respectiva profissão (obtenção de carteira profissional). Havia, sobretudo, *quotização obrigatória*, que com o tempo se foi estendendo a quase todos os trabalhadores não sindicalizados de quase todas as profissões. O que, de parceria com o monopólio legal de representação, reduzia a quase nada o princípio de liberdade sindical atrás citado. Enfim, os serviços prestados pelos sindicatos (como a colocação, assistência, formação e diversos outros) — capítulo em que o corporativismo se propunha fazer muito mais que os sindicatos do passado — estavam vinculados à efectiva inscrição dos trabalhadores nos sindicatos, não bastando para o efeito a mera quotização. Em certos casos, o abandono da qualidade de sócio de sindicato implicava mesmo a perda do direito à segurança social assegurada pelas caixas de previdência sindicais.¹

Nos anos 60 — e dado que a quotização já era então vulgarmente descontada no salário pela entidade patronal e enviada por esta aos respectivos sindicatos — muitos trabalhadores nem sabiam se estavam sindicalizados ou não.² Esta é, aliás, uma das razões pelas quais é muito difícil tirar conclusões, em especial válidas para o conjunto do país, sobre a evolução do número de sindicalizados e dos diferentes tipos de quotizantes. Outra razão prende-se com a fiabilidade das estatísticas da organização corporativa, obviamente utilizadas para fins de propaganda de regime.

A escolha dos dirigentes sindicais era igualmente limitada e condicionada pelo poder. Ainda que às eleições pudessem concorrer várias listas, habitualmente apresentava-se uma só, proposta pela direcção cessante e apadrinhada pelo departamento governamental que exercia a acção tutelar, o INTP (Instituto Nacional do Trabalho e Previdência). A lista eleita, porém, só tomava posse caso fosse sancionada

¹ Artigo 23.º, parágrafo único, do Decreto-Lei 23.050 de 23-11-1933.

² Isto mesmo reconheceu o relator do parecer da Câmara Corporativa quando da revisão da lei sindical, em 1969 (ver *Pareceres da Câmara Corporativa*, ano de 1969, p. 258, nota 47).

pelo ministro das Corporações. Esta *homologação* ministerial era geralmente precedida de um parecer elaborado pela polícia política acerca dos dirigentes eleitos.¹ Em caso de dúvida, a homologação podia não ser recusada, mas sim arrastar-se por longos meses e até anos.

A legislação laboral salazarista e a própria Constituição de 1933 tinham a greve (e o *lock-out*) na conta de graves delitos, punidos com pesadas penas. Para além disso, o despedimento dos trabalhadores envolvidos em paralisações beneficiava de *justa causa*. A greve, que para o regime de Salazar exprimia concentradamente a "violência" e a "selvajaria" da luta de classes, era um mal absoluto a extirpar da vida da Nação. Para além de atentado aos direitos de propriedade e da perturbação da economia, encerrava o perigo da sua utilização para fins políticos. Esta última variedade da greve incorria nas penas mais pesadas.

A organização e a acção sindicais, apesar de inteiramente controladas pelo regime, eram mantidas a uma certa distância das empresas. A eleição ou nomeação de delegados sindicais nas empresas não estava prevista na legislação, o que sob o salazarismo equivalia *quase* a uma proibição. Seguindo porém os exemplos dos sindicatos dos ferroviários e dos bancários,² vários outros (incluindo sindicatos operários, como é o caso do dos metalúrgicos) foram desde os anos 40 nomeando delegados nas empresas. Mas só podiam nomear delegados nas maiores empresas, apenas um por cada e com o

¹ Segundo um antigo subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, não consistia em outra coisa o requisito da homologação ministerial dos dirigentes eleitos (entrevista com José Luís Nogueira de Brito). Segundo outro antigo governante, as delegações locais do INTP também poderiam ter uma palavra a dizer (entrevista com Joaquim Silva Pinto). Segundo Fátima Patriarca ("O triângulo corporativo", *Análise Social*, n.º 99, p. 999) o parecer em causa poderia também provir dos governos civis e dos órgãos locais da União Nacional.

² A partir de 1939-49, o Sindicato dos Bancários de Lisboa promoveu a eleição de delegados sindicais nos estabelecimentos (depois sancionados pela direcção) e até a formação de comissões de delegados nas localidades, numa interpretação generosa dos seus direitos. Seria esta uma das primeiras "redes de delegados" criadas por um sindicato sob o corporativismo. Este "basismo" seria então tolerado, atendendo à confiança política que o governo depositava na direcção do Sindicato. Mas o controlo burocrático do INTP, através do sistema de homologação, não tardará a abater-se sobre a nomeação dos delegados e as suas estruturas. Ver a este respeito José Pedro Castanheira, *Os Sindicatos e o Salazarismo – A História dos Bancários do Sul e Ilhas (1919-1969)*, ed. SESI, Lisboa, 1983, pp. 146-147.

inevitável assentimento (*homologação*) do INTP. Na realidade, e até 1969, muitos sindicatos não tinham delegados nos locais de trabalho.

Como vimos já, a organização sindical sob o salazarismo quase se resumia ao nível das organizações primárias, os sindicatos. As federações e uniões existentes, além de não disporem de competências significativas e de carecerem de recursos técnicos e humanos, eram vistas com desconfiança pelos próprios sindicatos nelas agrupados, especialmente os que tinham direcções mais dinâmicas.¹ O nível confederal não pertencia à lógica do sistema, embora a lei o não proibisse expressamente. Quando a partir do final da década de 50 as Corporações surgiram, considerou-se, de acordo com a legislação de 1933, que elas constituíam os organismos de cúpula da *organização corporativa* — por consequência dos sindicatos e dos grémios conjuntamente — quer no âmbito nacional quer para efeitos de representação internacional (na OIT).

Nem mesmo aos sindicalistas mais empenhados na defesa do corporativismo foi proporcionado desempenharem o papel de porta-vozes ou de coordenadores do *conjunto* das organizações de trabalhadores. Uma única vez, em 1942, foi esboçado esse protagonismo sindical colectivo de forma autónoma, numa operação de que ainda se não esclareceu o grau de espontaneidade ou de encenação. Em Abril desse ano, realizou-se na capital uma "assembleia magna" dos sindicatos nacionais do Distrito de Lisboa, com a presença de cerca de quatrocentos delegados. Reuniram-se para apreciar o que descreveram como a gravíssima situação de descrença das massas trabalhadoras na organização corporativa, em virtude do agravamento das condições de vida e da

¹ Mário Pinto, *As Estruturas Sindicais Portuguesas*, GIS, Lisboa, 1973, pp. 45-47. Ver também J. P. Castanheira, *op. cit.*, pp. 177-180. Mário Pinto fala dos "conflitos e desinteligências" entre os organismos de segundo grau e os sindicatos de base, acrescentando ser por vezes essa "a maior manifestação de vida nas relações entre os dois níveis de associação sindical". J. P. Castanheira relata a oposição movida nos anos 40 pela direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa à respectiva Federação Nacional, recém-formada, que acabaria mesmo por ser dissolvida.

injustiça social.¹ A assembleia, cuja realização a polícia política (PVDE) supostamente terá tentado impedir, nomeou uma comissão composta por sindicalistas entusiastas do salazarismo,² encarregada de representar ao líder do regime as preocupações e os anseios dos trabalhadores do país. A "Mensagem a Salazar" que a comissão compôs e levou à presença do governante traçava um quadro realisticamente negro das condições de vida dos assalariados, denunciando a ineficácia da organização corporativa, o tratamento diferenciado que o governo dava aos representantes do patronato e dos trabalhadores, o "excessivo acautelamento dos interesses do Capital", a mentalidade individualista do patronato, etc. Em contraponto, como que a prevenir possíveis equívocos suscitados pelas críticas, o documento alertava insistentemente para o modo como os comunistas, os "velhos" democratas e os maçónicos exploravam as dificuldades do regime, através duma "intensíssima propaganda" que encontrava nas massas "fácil aceitação". A "Mensagem a Salazar" tecia simultaneamente os maiores encómios ao regime e ao seu chefe, repetidamente qualificado de génio.

Dias depois, a própria comissão de sindicalistas se encarregaria de percorrer o país dando a conhecer aos sindicatos da província os resultados da audiência com Salazar. Em Julho, num longo discurso, o ditador taxou de exagerada a exposição sindical, elogiou as realizações do Estado Novo, culpou a incompetência dos "executantes" e as circunstâncias da guerra, renovando promessas de melhorias. Honrados e satisfeitos com a resposta de Salazar, os dirigentes sindicais fá-lo-iam *sócio honorário* dos seus

¹ Ver João Franca, *Cinquenta Anos de Vida de um Sindicato*, Lisboa, 1984, pp. 31-36 e J. P. Castanheira, *op. cit.*, pp. 191-194 e 409-415.

² Nela avultavam Pereira Ferraz, dirigente dos bancários e Manso Preto, dos empregados de serviços de navegação, ambos fervorosos salazaristas e competentes propagandistas do regime. Participavam também os dirigentes sindicais dos seguros, empregados de escritório, caixeiros, motoristas, ferroviários e tipógrafos. Curioso *bouquet* este, constituído pelos representantes corporativos da "nata" dos assalariados, sem vestígios do proletariado industrial. Segunda curiosidade: seria um núcleo de sindicatos lisboetas idêntico a este (mas com a participação também de representantes dos metalúrgicos e dos trabalhadores dos lanifícios) que, anos mais tarde, sob Marcelo Caetano, animaria o embrião da Intersindical.

organismos. A escassez dos géneros e a paralisia da contratação colectiva — que alegadamente haviam motivado a tomada de posição conjunta dos sindicatos — não se alteraram. Em compensação, o governo começou a recorrer com muito maior frequência à fixação directa de salários mínimos, por meio de despachos, mas evitando a todo o transe aumentos que a seu ver impedissem a normal capitalização das empresas ou se repercutissem nos preços. O governo decretou ainda a possibilidade de alargamento da jornada de trabalho (que antes havia sido fixada, para os centros urbanos, em 8 horas), para que os aumentos salariais fossem "compensados" com aumento de trabalho. Foi então também criado o primeiro esquema de *abono de família*. Mas o ambiente social não deixaria de se deteriorar, conduzindo às greves de 1942-43 e, sobretudo, às greves e manifestações de Maio de 1944 na região de Lisboa e Ribatejo. Não tornou a haver "assembleias magnas" nem quaisquer outras movimentações conjuntas dos sindicatos nacionais. A experiência de Abril de 1942, espontânea ou encenada pelo poder, não serviu de exemplo nem de modelo, perdendo-se esse solitário assomo de personalidade colectiva e formalmente autónoma dos sindicatos. Em meados de 1944 houve ainda a tentativa de criação de um "jornal de todos os sindicatos", que se chamaria *O Jornal dos Trabalhadores* e para o qual diversos sindicatos estariam dispostos a contribuir financeiramente. Por razões desconhecidas, o projecto abortou em Outubro desse ano.¹

Como mais adiante teremos ocasião de relatar (capítulo II, ponto 3), o PCP clandestino tentou em 1945-46 organizar, "mesmo nas condições do fascismo", uma *central sindical* que abarcasse todos os sindicatos com "direcções honradas". A ideia era a de explorar as possibilidades legais de coordenação dessas direcções (nomeadamente através das uniões e federações previstas na lei), criando em paralelo estruturas ilegais

¹ Ver João Franca, *op. cit.*, p. 46.

para a coordenação não permitida pelo regime. Mas as condições para pôr em prática tal plano só estariam reunidas muito mais tarde, já sob o governo de Marcelo Caetano.

Pelas razões expostas, quando falamos da *organização sindical corporativa* estamos porventura a envolver numa designação algo desapropriada uma realidade organizativa muito vasta, mas quase reduzida à base, dispersa porque decapitada, unificada apenas pela tutela comum do INTP. Um corpo difuso, sem entidade nem cabeça próprias. Não podemos, porém, deixar de admitir que algum efeito benéfico poderá ter tido uma certa descentralização inerente, apesar de tudo, àquela estrutura organizativa. Pela sua relativa proximidade em relação aos associados, os *organismos primários*, isto é, os sindicatos distritais e pluridistritais, constituíram provavelmente um obstáculo à total burocratização do aparelho sindical. Após as reformas caetanistas de 1969, esta "descentralização" tornará porventura a organização sindical corporativa mais vulnerável à penetração de forças oposicionistas no seu seio. A partir de 1974, enfim, o protagonismo dos organismos primários beneficiará de alguma força de inércia no seio da própria Intersindical, cuja liderança ainda terá que penar muito para criar o nível federal (sectorial) e dotá-lo com funções substanciais. Na UGT, todavia, aquele protagonismo perdurará em alguns casos até aos nossos dias, num curioso esforço de resistência à concentração e à centralização.

2. Comunistas e católicos críticos nos sindicatos corporativos.

Os sindicatos nacionais tinham muito pouco de organismos representativos, autodirigidos e autênticos. Nem por isso deixaram de adquirir, ao longo de décadas,

uma certa dimensão em efectivos, quotizações e meios de acção ou uma certa rotina no tratamento dos problemas dos trabalhadores, na condução (preferiria chamar-lhe simulação) da negociação colectiva, etc. O regime de Salazar, se aniquilou o associativismo livre, terá porém legado à posteridade algo com características formais duma "organização de massas".

Pelo menos, assim o entendia a direcção do clandestino Partido Comunista, que desde muito cedo e sem aparentes reservas adoptou tal qualificação. É o que se pode inferir de um documento do secretariado do comité central do PCP, com a assinatura de Álvaro Cunhal e a data de 1943: "Sem dúvida que as massas operárias viram desde logo nos sindicatos nacionais *inimigos de classe*. Mas a coacção fascista, dum lado, as promessas demagógicas, do outro, a sindicalização obrigatória, nuns casos, certas vantagens mínimas, noutros, levaram as massas operárias a ingressar nos sindicatos nacionais com maior ou menor gosto, mais ou menos contrafeitas. Isto é, os sindicatos nacionais tornaram-se de facto amplas organizações de massas".¹ Contrafeitas ou não, as "massas" estavam nos sindicatos. Era o que interessava aos comunistas.

Estas "organizações de massas" suplantavam mesmo num aspecto, o dos efectivos, as que no passado houvera em Portugal. Consideremos, com efeito, os 125.000 inscritos que, segundo estimativas tidas por benevolentes, na realidade inteiramente fantasistas, a confederação anarco-sindicalista CGT contaria nas suas fileiras em 1919, número que diminuiria para 100.000 em 1922 e para cerca de 80.000 no ano seguinte.² Segundo o testemunho decisivo do próprio secretário-geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa, em 1919 o número de inscritos nos sindicatos confederados

¹ *O PCP e a Luta Sindical*, ed. Avante!, 1975, p. 22.

² César Oliveira, *O Movimento Sindical Português – A Primeira Cisão*, PEA, s/d, p. 69. Para 1917, António José Telo estimou que o número de sindicalizados em todos os sectores de actividade, incluindo a agricultura, andaria por 50.00 a 70.000 (*O Sidonismo e o Movimento Operário Português*, Ulmeiro, 1977, p. 46).

andaria apenas pelos 80.000. Acrescentava ainda o mesmo dirigente que os quotizantes efectivos da CGT — ou seja, os sindicalizados que realmente assumiam as "responsabilidades materiais" de confederados — nunca passaram de 35.000 "em média".¹ Evidentemente, nem todas as associações sindicais existentes em Portugal se encontravam filiados na CGT, embora talvez a maioria estivesse, participando ainda mais algumas nos seus congressos.

Consideremos, por outro lado, mas com a atenção devida às circunstâncias criadas pela ditadura instaurada em 1926, os 45.000 sindicalizados de todas as organizações que, segundo o dirigente comunista Bento Gonçalves, parece que ainda restavam em 1933, na véspera da chamada fascização dos sindicatos.² Efectivos estes absolutamente voluntários, é certo, mas esqueléticos, sobretudo atendendo ao número de organizações existentes: 428 associações de classe ou sindicatos, 16 uniões e câmaras sindicais e 15 federações (dados de 1926).³ E se os baixos efectivos eram em parte consequência de uma época de grande crise, provavelmente também reflectiam a minoritária adesão dos assalariados às virtudes discutíveis de um associativismo de índole revolucionária.

Em compensação, as estatísticas do salazarismo em cinco anos (1938) registavam já a inscrição de 185.000 sócios em 232 *sindicatos nacionais*. Em dez anos (1943), o número de sócios ultrapassava os 430.000 em 300 sindicatos, ao mesmo tempo que se

¹ Manuel Joaquim de Sousa, *Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante*, Antígona, Lisboa, 1989, pp. 77-78 (trata-se de uma obra que ficara inédita desde os anos 30).

² Distribuídos assim, segundo o dirigente comunista Bento Gonçalves em *Palavras Necessárias*: CGT – Confederação Geral do Trabalho (anarquistas), 15.000, CIS – Comissão Inter-Sindical (comunistas), 25.000 e FAO – Federação das Associações Operárias (socialistas), 4.000 a 5.000. Estes números foram naturalmente contestados pelos cegêstistas.

³ *Almanaque de A Batalha para 1926*, Lisboa, 1926. O desdém de Marcelo Caetano pelos sindicatos livres era manifesto quando afirmou, em 23 de Outubro de 1969, num discurso comemorativo do Estatuto do Trabalho Nacional, que antes de 1933 em Portugal havia "apenas meia dúzia de associações de classe, geralmente infectadas de vírus revolucionário". Depois do 25 de Abril, Caetano ainda insistia nessa ideia, ao escrever no seu *Depoimento* (p. 126) que em 1933 só havia "uma dúzia de pobres associações de classe".

contavam outros 130.000 trabalhadores (não sócios) a contribuírem de fora, obrigatoriamente, para a organização. Esta espécie de imposto sindical que foi, desde 1939, sendo alargado à massa dos não sócios era justificada pelo governo com a circunstância de os contratos colectivos negociados pelos sindicatos se aplicarem a todos os trabalhadores do respectivo âmbito, sindicalizados ou não. Mas isto era uma meia verdade: foram com efeito centenas de milhares os trabalhadores que durante anos e anos pagaram quotização, voluntária ou obrigatória, sem serem abrangidos por qualquer tipo de convenção colectiva.¹

Entre meados das décadas de 40 e de 50, o número de sócios dos sindicatos subiu devagar, chegando mesmo a estagnar durante alguns anos em torno do meio milhão de inscritos. Nesse período as próprias estatísticas se tornam subitamente opacas (ver **quadro Ia**). Mas a partir de meados de 50 os números de sócios e dos chamados *contribuintes* (obrigatórios) recomeçaram a crescer regularmente. Em 1960 contavam-se 650.000 sócios e um total de quotizantes vizinho do milhão. No fim do longo governo de Salazar, em 1968, havia mais de 840.000 sócios e de 540.000 *contribuintes*, perfazendo pouco menos de 1.400.000 quotizantes. Nesse ano as quotizações ascenderam a 124,2 milhões de escudos, provenientes em 71% de sócios e em 29% de *contribuintes*.²

Dum modo talvez simplista, poderemos afirmar que o corporativismo de Salazar habituou, mal ou bem, perto de um milhão e meio de assalariados a verem descontado no seu salário uma quotização mensal para o sindicato — 900.000 dos quais mais ou menos "voluntariamente". Para além disso, acostumou os trabalhadores e o patronato à

¹ Em 31 de Dezembro de 1965 ainda eram 346.677 os quotizantes sindicais não abrangidos por regulamentação colectiva (*Boletim do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra*, 2.º Suplemento ao n.º 16, Maio de 1967, p. 17).

² Os números provêm dos anuários estatísticos do INE (*Estatísticas da Organização Corporativa*).

ideia, que não era propriamente evidente, de uma instituição respeitável aos olhos do próprio Estado, chamada sindicato, vocacionada em princípio para a defesa e promoção dos interesses profissionais dos seus filiados. Incutiu, enfim, na massa dos trabalhadores a consciência do *direito*, que jamais fora óbvio, à contratação colectiva, embora esta fosse propagandeada como uma benesse do regime ou denunciada, na perspectiva oposta, como um meio de contenção salarial, e ainda que largos sectores do patronato — para os quais aquele direito à contratação surgia preferencialmente com as feições duma obrigação — tivessem feito tudo para inviabilizar ou retardar o seu efectivo funcionamento.

Estas circunstâncias e os números acima citados — a que, com alguma ironia, poderíamos chamar as *conquistas dos trabalhadores* sob o corporativismo — não suscitavam, como hoje se poderia talvez pensar, a dúvida ou o menosprezo de toda a oposição, e muito menos da parte dos dirigentes do clandestino Partido Comunista Português. Os comunistas, após uma posição inicial de repúdio total do sindicalismo instituído em 1933-34, mudaram radicalmente de atitude. Mais do que a inclinação gradual para uma posição de realismo, amadurecida no confronto com a prática, a nova atitude da direcção do PCP significava uma mudança súbita de rumo decidida na sequência do VII Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1935 em Moscovo. No dizer de Álvaro Cunhal, esse congresso viera "indicar o caminho justo" ao PCP que, até então, de par com a central sindical clandestina comunista, a CIS, "incitara as massas a não entrarem para os sindicatos fascistas", considerando mesmo "uma indignidade" a inscrição num sindicato nacional.¹ A política sindical seguida pelos comunistas até 1935 seria enjeitada, acusada de se ter afastado do ensinamento de Lenine, "trabalhar onde estão as massas". A promoção de *sindicatos ilegais* foi então

¹ *O PCP e a Luta Sindical, op. cit.*, p. 22.

abandonada em definitivo pela direcção do PCP, em proveito da acção nos sindicatos corporativistas. Esta estratégia foi basicamente mantida até ao fim do regime, em 1974, ainda que com algumas oscilações e fortes reticências das bases em alguns períodos.

Durante os anos 50 e 60, a imprensa ilegal comunista cita regularmente as cifras oficiais do Instituto Nacional de Estatística sobre a organização sindical. E fá-lo com um sentimento de respeito vizinho da admiração.¹ Para a direcção comunista são números que simultaneamente provam a justeza da estratégia "entrista" de trabalho sindical aprovada e posta em prática pelo PCP desde princípios da década de 40 e a tornam, com a passagem dos anos, cada vez mais actual e premente. São números que "não se podem ignorar", que "há que encarar de frente" e "com os olhos bem abertos" — insistem os dirigentes do PCP, como se falassem para um auditório céptico.²

Em 1967, divulgando as estatísticas sindicais do INE relativas a 1964 — ano em que já havia 1.212.325 quotizantes, dos quais 757.009 sócios — a folha comunista *O Militante* insiste na importância destes números. "Com vontade ou sem ela, é uma realidade que não pode ser iludida", diz o jornal clandestino. Tratava-se de "uma massa enorme a subtrair à influência ideológica dos agentes da burguesia do Ministério das Corporações".³ Ou como anos antes o dirigente Sérgio Vilarigues afirmara num "informe" da Comissão Política do PCP: uma "grande massa" que "o Partido Comunista, se quiser cumprir o seu dever para com a classe operária, tem de orientar".⁴ Contra os que ainda encolhiam os ombros diante de tais números — argumentando que se a inscrição nos sindicatos ou a quotização não fossem obrigatórias "nem um quinto lá

¹ Idem, pp. 155, 169, 177-178, 217-218.

² Idem., pp. 177-178.

³ Idem, p. 218.

⁴ Idem, p. 178.

estaria" — o citado dirigente comunista reconhece friamente que "assim seria, ou mesmo pior, mas não será com tal argumento que modificaremos a realidade".¹

Contrariamente às convicções partilhadas por vários sectores da oposição, principalmente várias gerações de anarquistas e esquerdistas, o PCP acreditava na possibilidade de utilização e transformação do aparelho sindical corporativista para a prossecução de outros fins: a luta pelos "verdadeiros interesses dos trabalhadores" e a luta contra o regime. Outras vezes, é certo, a imprensa comunista veiculava posições doutrinariamente mais assépticas: nas circunstâncias do regime salazarista um sindicato nunca poderia ser transformado num "baluarte de defesa dos interesses dos trabalhadores". Assim, conquistar uma direcção não era conquistar um sindicato.² Os sindicatos apenas poderiam ser transformados em *campos de batalha* pelos direitos e reivindicações dos trabalhadores. Consequentemente, os sindicatos *fascistas* — não era a altura de lhes chamar *nacionais* — teriam de ser "destruídos com o Estado fascista que os criou e mantém".³ Não foi porém esta filosofia purista que vingou no seio da direcção comunista, nem antes nem depois da Revolução de 1974.

Durante várias décadas a direcção do PCP apelou à inscrição dos trabalhadores nos sindicatos nacionais bem como ao pagamento pontual das quotas, condição para se participar nas eleições sindicais. O objectivo ia aqui muito para além da infiltração dos sindicatos por militantes comunistas, também necessária mas tida por muito insuficiente. O que era importante era o apoio da massa dos trabalhadores para fazer eleger dirigentes "honrados" ou "de confiança" em listas de oposição às afectas ao regime, ou para reclamar a inclusão de elementos "honestos" nas próprias listas únicas,

¹ Idem, pp. 177-178.

² Idem, pp. 227-228. Trata-se de um texto inserto no *Militante* de Julho de 1968, momento em que a direcção oposicionista eleita em Março para o Sindicato dos Bancários de Lisboa ainda estava impedida (e continuaria até 1969) de tomar posse por falta de homologação do ministro das Corporações.

³ Idem., ibidem.

ou para pressionar *in loco* as direcções sindicais eleitas, fossem elas quais fossem, fazendo-as patrocinar as reivindicações dos trabalhadores. Para o PCP, o essencial era fazer participar o maior número de trabalhadores na vida do sindicato, levando-os a frequentar a respectiva sede e a servirem-se dela para reuniões. Numa palavra, o objectivo era fazer perverter pela acção das massas o carácter subserviente e burocrático dos sindicatos corporativistas.

Esta directiva foi em geral mediocrementemente correspondida pelos trabalhadores, cuja grande maioria — inscritos ou não nos sindicatos — se mostravam indiferentes ou cépticos em relação à actividade sindical. Até ao fim do governo de Salazar o PCP renovou periodicamente o seu épico apelo ao "avanço em massa sobre os sindicatos nacionais". Mas os próprios militantes partidários se lhe opunham (incluindo alguns líderes, como, na década de 30, José de Sousa, que fora igualmente dirigente da CIS) ou demonstravam uma certa relutância em lhe corresponder, atitude que muitas vezes a direcção do PCP criticou. Já no princípio da década de 40, Álvaro Cunhal — citando Dimitrov, secretário-geral do Komintern — repreendera duramente os militantes comunistas que achavam "humilhante" ou "indigna" a forma de actuar nos sindicatos fascistas designada correntemente por *cavalo de Tróia*.¹

Por seu turno, os responsáveis do regime e a polícia nunca deixaram de estar ao corrente das directivas do PCP em matéria de trabalho sindical. A vigilância permanente, os sucessivos ajustamentos restritivos da legislação sindical, o cancelamento de eleições, a não homologação de eleitos, a repressão, a intimidação e os frequentes entorses à legalidade ofereceram duríssima resistência à realização prática das palavras de ordem comunistas relativamente aos sindicatos nacionais. A avaliar por alguns documentos já vindos a lume, os arquivos da PVDE/PIDE/DGS, Legião

¹ Idem, p. 23. A expressão *cavalo de Tróia* é do próprio dirigente do PCP.

Portuguesa, Ministério do Interior, Ministério das Corporações e o "Arquivo Salazar" encerram ainda um copioso manancial de informações a respeito do apertado controlo a que os sindicatos foram sujeitos.

No imediato pós-guerra, em 1945 algumas forças de oposição tinham conseguido sucessos relativamente importantes nas eleições sindicais. Comunistas, socialistas e outros proclamaram ter estendido a sua influência a muitas dezenas de sindicatos.¹ Em 1947-48 ainda se repetiriam alguns desses resultados, mas com o governo já na ofensiva, impondo novas regras e novas limitações, impedindo de concorrer listas de oposição, não homologando direcções eleitas, etc. O PCP também atribuiu algumas derrotas ao concurso de duas e três listas oposicionistas para o mesmo sindicato, pluralidade que achava condenável em nome da unidade contra o fascismo. Depois, até meados dos anos 60, as vitórias de direcções "da escolha dos trabalhadores" ou integrando "elementos honestos" far-se-ão mais raras, embora pontualmente importantes. As eleições eram então "disputadas" em pouquíssimos sindicatos: em 1953-54, no dizer do PCP, apenas se "lutou" em 20 dos 301 sindicatos existentes (embora não todos tenham realizado eleições nesse período). O PCP dirá mais tarde que, em certas alturas, o trabalho sindical havia sido subestimado pelos militantes e pela própria direcção partidária.

Por outro lado, algumas direcções sindicais corporativistas iam mostrando trabalho, dinamismo e um certo empenhamento na defesa dos interesses dos trabalhadores. Isto levou o próprio PCP a reconhecer essa realidade e a chamar a atenção dos seus militantes para o facto de nem todas as direcções e dirigentes "colocados pelos salazaristas à frente dos sindicatos" serem "inimigos dos

¹ Nas eleições sindicais de 1945, o PCP considerava que a sua influência — mesmo minoritária nos corpos gerentes, supõe-se — se estendia às direcções de cerca de 50 dos 300 sindicatos então existentes no país. Por seu turno, a Frente Operária então formada pelos socialistas declarava ter elementos seus em 30 direcções sindicais, "controlando" (segundo fonte comunista) no total 50.000 trabalhadores (*O PCP e a Luta Sindical*, op. cit., pp. 55 e 78).

trabalhadores". O dirigente Jaime Serra, por exemplo, assegurava em 1957 no *Militante* que a grande maioria dos dirigentes sindicais corporativos mantinham "fortes vínculos com a sua classe de origem", pois que com esta se relacionariam "os seus interesses de homens e de trabalhadores" e não com a burguesia.¹ No mesmo ano, o dirigente António Dias Lourenço chamava a atenção para o facto de alguns desses responsáveis sindicais corporativos começarem a "deixar de afinar pela flauta salazarista" e até, aberta ou veladamente, começarem a "passar para as posições da classe operária".² Pragmaticamente, o PCP achava que, de preferência a combater os bons sindicalistas corporativos, os comunistas deveriam atraí-los às suas causas.

Indício certo de que o regime teve desde o princípio problemas de vária ordem com a organização sindical que ele próprio havia criado e com muitos sindicalistas que começaram por ter o *agrément* do governo está, como já foi mostrado, na escalada de medidas legislativas tomadas logo entre 1933 e 1942 para remediar os desvios, exorbitâncias, omissões e conivências dos dirigentes sindicais.³ Prova-o também a frequência com que o governo, entre os anos 30 e 40, recorreu aos amplos poderes de interferência com que se havia dotado: as centenas de dirigentes eleitos não homologados, as dezenas de sindicatos a que foi retirada a aprovação dos estatutos, as muitas direcções destituídas, as numerosas comissões administrativas nomeadas e até, os membros destas demitidos pelo mesmo governo que os havia nomeado. Os obstáculos que até hoje têm barrado o acesso aos arquivos do antigo Ministério das

¹ *O PCP e a Luta Sindical, op. cit.*, pp. 166-167.

² "Informe" de A. Dias Lourenço ao V Congresso do PCP, 1957, em *O PCP e a Luta Sindical, op. cit.*, p. 173.

³ Manuel de Lucena, *O Salazarismo, Perspectivas & Realidades*, 1976, pp. 244-245.

Corporações e da extinta policia política não permitem, todavia, ter sobre este assunto senão dados muito fragmentários.¹

Além dos comunistas (e depois de no pós-guerra os socialistas se terem praticamente esfumado), uma outra família exterior ao salazarismo trabalhava, mas predominantemente à luz do dia, no terreno sindical do corporativismo. Tratava-se, mais propriamente, não de uma, mas de diversas famílias de activistas *católicos*, situados numa escala que ia desde os moderadamente críticos do corporativismo aos francamente oposicionistas. Como é óbvio, não se considera aqui o segmento católico basicamente identificado com o corporativismo salazarista. Em nome do catolicismo social — que também serviu, aliás, de ideologia inspiradora ou legitimadora do corporativismo do Estado Novo — muitos católicos de algum modo ligados à organização sindical corporativa se foram demarcando, pela sua actuação, das doutrinas e práticas nela dominantes. Faziam-no sempre a título individual (nem outro lhes seria permitido), se bem que na sua talvez maioria os unisse a comum experiência de militância nos organismos da Acção Católica. A crítica católica do corporativismo salazarista não se confinava, porém, ao meio associativo sindical, que apenas constituiu uma das suas áreas de expressão. Membros do clero, como o padre Abel Varzim ou, mais tarde, o bispo do Porto, António Ferreira Gomes, emprestaram a sua voz e influência a essa corrente crítica, que sobretudo a partir do final dos anos 40 e princípio dos anos 50 se expandiu igualmente nos meios intelectuais, académicos e estudantis, repercutindo-se mesmo em círculos políticos próximos do regime. Destacados juristas católicos, incontestavelmente da área do regime, embora nunca tenham ocupado cargos

¹ Não existe nenhuma quantificação rigorosa, mas apenas dados esparsos sobre a interferência do governo de Salazar neste capítulo da vida sindical. Seria ainda necessário interpretar convenientemente esses números, o que exigiria por si só toda uma investigação, actualmente ainda impossível. Vejam-se, em todo o caso, os números avançados por Francisco Canais Rocha em "História de um sindicato na história do movimento operário", *O Diário – Fim de Semana*, 29-VII-1989.

governativos, como Afonso Queiró e Guilherme Braga da Cruz, mantiveram por vezes posições próximas dessa corrente crítica do corporativismo.¹

A Liga Operária Católica (LOC) e, em menor medida, a Juventude Operária Católica (JOC) foram, sob o salazarismo, verdadeiros alfobres de activistas, animadores e responsáveis, que muitas vezes se passaram para o trabalho nos sindicatos. A LOC e a JOC relacionavam-se com os movimentos de trabalhadores cristãos da Bélgica e França, dos quais recebiam considerável apoio, nomeadamente formativo. As organizações católicas portuguesas inspiravam-se até certo ponto na experiência e filosofia desses movimentos (sobretudo no catolicismo social belga), que por sua vez traduziam a doutrina social da Igreja, expressa nas encíclicas. Ora essa doutrina, segundo algumas figuras católicas portuguesas mais influenciadas pela experiência belga, era inconciliável com o corporativismo salazarista.² Assim, apesar do comprometimento maioritário da hierarquia católica nacional com o regime de Salazar, as organizações católicas de trabalhadores — criadas em 1934 no seio da Acção Católica Portuguesa sob a orientação dos padres Abel Varzim e Manuel Rocha, formados na Bélgica³ — tiveram desde a sua criação alguns conflitos com o governo e as autoridades.

Em virtude do sistema de sindicato único, a velha ideia da constituição de sindicatos cristãos em Portugal — já uma vez posta de lado, após a revolução republicana de 1910 — teve de ser novamente abandonada. O governo de Salazar, por

¹ Veja-se as dúvidas que, em 1949, a ambos merecia a proibição da greve, em Afonso Queiró, "Direito à greve" e G. Braga da Cruz, "Bases sociológicas, morais e jurídicas duma concepção moral do trabalho", em *O Problema do Trabalho*, (Semanas Sociais Portuguesas, Acção Católica Portuguesa, 3.º Curso, Porto, 1949), Tip. União Gráfica, Lisboa, 1950.

² Manuel Rocha, "O amor tem que ser servido pela organização", em *Educação e Trabalho*, n.º 15, Julho-Setembro de 1980, pp. 57-60. O Padre Manuel Rocha revela nesse artigo que, ainda na Bélgica e desde finais de 1933, ele e o Padre Abel Varzim consideravam "a organização corporativa que o governo português acaba de criar *contrária* às Encíclicas sociais e à tradição católica". Em 1934, o Padre Manuel Rocha tentou ainda demonstrar ao Cardeal Cerejeira "que não havia possibilidade nenhuma de conciliação entre o programa social das encíclicas e o chamado corporativismo português".

³ Os Padres Varzim e Rocha foram encarregados da elaboração do projecto de que saíram as "Bases" da Acção Católica Portuguesa (Manuel Rocha, *op. cit.*, p. 59).

volta de 1934-35, quando se começavam a constituir os sindicatos nacionais, terá inclusivamente recusado a proposta que lhe foi feita de "uma certa presença cristã, suficientemente independente, nos sindicatos".¹ Segundo outra fonte, os operários católicos estariam já em 1933 a tentar organizar-se sindicalmente, mas tiveram que se render à evidência de que "era o Estado Novo que mandava nas expressões da dimensão social do catolicismo", tanto mais que o Episcopado não teria então feito ouvir o seu protesto.² De facto, o órgão oficial da Acção Católica de então publicou uma circular da União Popular Católica, enviada à hierarquia eclesiástica em 28 de Dezembro de 1933, em que se pode ler: "Os operários católicos de Portugal não podem propor-se, hoje, fazer uma organização sindical própria. Veda-lho a recente organização corporativa do Estado, que não permite senão os sindicatos nacionais".³ O regime pretendeu mesmo, manobrando influências no interior da Acção Católica, acabar com a chamada "especialização" dos organismos nela integrados, como era o caso da JOC e da LOC.⁴ A especialização (por sectores sociais da população) seria alegadamente um obstáculo à "unidade", ideia mestra das ideologias corporativas autoritárias.

Durante os anos 50, todavia, a presença de católicos provenientes da JOC e da LOC foi-se acentuando nos sindicatos. Entre os militantes das organizações católicas "operárias" preponderavam inicialmente os empregados de escritório e dos serviços, mas alguns provinham já de meios realmente operários (designadamente dos sectores têxtil e metalúrgico). Em 1957, o PCP registava, nos documentos do seu V Congresso, o "interesse cada vez maior dos operários católicos pela actividade sindical". Os

¹ Manuel Alpiarça, "Os cristãos e os sindicatos em Portugal", *Educação e Trabalho*, n.º 35, Julho-Setembro de 1985, pp. 24-27. Manuel Alpiarça foi presidente da LOC e, até 1967, animador do CCO – Centro de Cultura Operária, que funcionava no seio da LOC.

² Frei Bento Domingues, "Artes de ser católico português", *Reflexão Cristã*, 46/7 (1985), p. 6-43.

³ *Boletim da Acção Católica*, n.º 1, pp. 62-65 (cit. por Frei Bento Domingues, *op. cit.*).

⁴ Manuel Rocha, *op. cit.*, p. 60.

dirigentes comunistas chamavam então a atenção para a necessidade de *transformar* essas e outras manifestações num *movimento organizado*, "lançando as bases para um amplo movimento sindical de massas".¹ No mesmo ano de 1957, em pleno recinto do santuário de Fátima, jovens responsáveis comunistas encontrar-se-iam com dirigentes da JOC.²

Especialmente na JOC existiu a partir de determinada altura um tipo de militância *obreirista*, que não pode de modo algum considerar-se como mero produto de infiltração ou contágio marxista. Tratava-se de jovens entusiasmados por uma acção de proselitismo e também por ideais de fraternidade e redenção, que iam beber à doutrina social da Igreja. Segundo José Teodoro da Silva, jocista nos anos 40 e 50, os membros da JOC eram rotulados como "os comunistas da Igreja", ainda que para eles as diferenças em relação aos comunistas propriamente ditos fossem grandes e claramente estabelecidas.³ Na Acção Católica Portuguesa, segundo certos testemunhos, talvez fosse precisamente a JOC o meio menos impermeável à influência do PCP, mas o obreirismo jocista buscava a sua inspiração no "Cristo operário" e não em Marx. Esse obreirismo enquadrava-se numa orientação ligada aos valores da religião, que fazia decorrer os objectivos da militância operária de imperativos de fé: a recristianização da classe operária e o combate à "apostasia das massas" e à "gangrena do socialismo e do comunismo" — nas palavras do Padre Joseph Cardijn, o fundador belga da JOC em

¹ *O PCP e a Luta Sindical*, op. cit., p. 172.

² Entrevista com Agostinho Jardim Gonçalves. O Padre Jardim Gonçalves foi assistente nacional da JOCF, LOC e LOCF e assistente internacional da LOC até pouco depois do 25 de Abril de 1974.

³ Entrevista com José Teodoro da Silva. Depois de jocista, Teodoro da Silva foi membro da LOC e do CCO de Lisboa, dirigente do Sindicato dos Delegados de Propaganda Médica de 1970 a 1972, sócio fundador da SEDES, o único com estatuto de "trabalhador" nessa organização, segundo afirma. No pós-25 de Abril foi fundador da FDT – Força Democrática do Trabalho e deputado do PPD-PSD. O rótulo de "comunistas da Igreja", provavelmente mal-intencionado, poderá contudo não ter desagradado a muitos jocistas. Há um certo paralelismo entre o radicalismo jocista dos anos 30 e 40 e o "revolucionarismo pacífico" do Padre Américo, fundador, na mesma época, da Obra da Rua. Acusado diversas vezes de comunista, o Padre Américo ripostava: "Sim. Somos comunistas... cristãos. O verdadeiro, o autêntico, o único comunismo é o do Evangelho, por ser o de Cristo" (*Padre Américo – Páginas Escolhidas e Documentário Fotográfico*, Inova, Porto, 1974, p. 215).

1925. Daí também, em Portugal, o resoluto anticomunismo da JOC inicial do Padre Abel Varzim.¹

A tensão existente entre o regime e as organizações católicas de trabalhadores, sobretudo a JOC, conheceu alguns pontos altos já nos anos 40 e 50. O quinzenário *O Trabalhador*, que tinha sido de 1934 a 1947 o órgão da JOC e da LOC e que fora relançado em 1948 por um grupo de padres e de trabalhadores cristãos sob a direcção de Abel Varzim, seria nesse mesmo ano suspenso e depois encerrado. Pouco antes disso, o jornal havia sido acusado pelo subsecretário de Estado das Corporações A. J. Castro Fernandes, em *nota oficiosa* mandada publicar nas suas próprias páginas, de cultivar o "melhor estilo marxista" e de constituir "o mais execrável elemento de desorientação dos espíritos, de deformação da verdade e abastardamento da dignidade dos que trabalham".² Em 1955, a polícia cancelou o jogo cénico que deveria seguir-se à sessão final do Congresso Nacional da JOC. O governo proibiu também a publicação das conclusões desse congresso.³ Em relação aos círculos oposicionistas tradicionais, a JOC beneficiava, ainda assim, de uma relativa imunidade, porque a hierarquia eclesiástica acorria muitas vezes em sua defesa.⁴ Para a Igreja, com efeito, a JOC jogava de algum modo como compensação do seu patente comprometimento como regime de Salazar.

¹ Entrevista com Agostinho Jardim Gonçalves. Ver também Abel Varzim, *Comunismo*, SET, Lisboa, 1949 e Francisco Maria da Silva (Arcebispo de Braga), "Padre Abel Varzim e o comunismo", *Educação e Trabalho*, n.º 15, Julho-Setembro de 1980, pp. 53-56.

² Manuel Alpiarça, "O drama de *O Trabalhador*", *Educação e Trabalho*, n.º 15, Julho-Setembro de 1980, p. 16.

³ *Trabalho, Sindicatos e Greves no Regime Fascista*, Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, Lisboa, 1984, pp. 221-229. O ministro das Corporações Soares da Fonseca, nas informações que sobre este caso prestou a Salazar, alertou para o cariz social e político que a actividade da JOC estava a tomar, em lugar de se restringir à "formação moral" dos trabalhadores. Preocupavam-no também os contactos internacionais da organização, as viagens ao estrangeiro dos seus dirigentes e assistentes religiosos e indignava-o a utilização "abusiva" que a JOC fazia da imagem do "Cristo operário".

⁴ "Quem vos toca, toca na Igreja" — terá feito saber o Cardeal Cerejeira aos jocistas ameaçados pela polícia política por ocasião do Congresso da JOC de 1955 (entrevistas com Carlos A. Fernandes Almeida e A. Jardim Gonçalves). No entanto, vários foram os dirigentes da JOC que foram afastados das suas funções na década de 50, quer por motivos políticos, quer por críticas feitas à hierarquia da Igreja.

Após as medidas repressivas de 1955 sobre a JOC, o cardeal Cerejeira teria declarado a Salazar que ele perdera, com essa atitude, os últimos operários que ainda o poderiam apoiar.¹ Em 1959, vários dirigentes e militantes da JOC, entre os quais o presidente nacional da organização, João Gomes, participaram na tentativa de sublevação (“golpe da Sé”) de 12 de Março desse ano.

Segundo o testemunho do Padre Agostinho Jardim Gonçalves, a partir do final dos anos 50 e princípios de 60 vai operar-se, primeiro na JOC e depois na LOC, uma certa reviravolta na filosofia, objectivos e acção das organizações católicas operárias. Uma linha metodológica denominada "revisão de vida" vai gradualmente sobrepor-se à orientação até aí preponderante. Preconizava-se um aprofundamento do método jocista sintetizado no lema *ver, julgar e agir*, que consistia em partir dos casos da vida real para aí descobrir os "sinais dos tempos" e não, de modo oposto, dos textos bíblicos para a vida. Paralelamente, entusiastas desta nova linha com especiais preocupações sociais consideravam necessário um maior empenhamento dos militantes católicos junto da realidade operária e nas suas estruturas, nomeadamente nos sindicatos. Abandonava-se também o arquétipo do militante que cumpria exemplarmente com as suas obrigações no trabalho e trazia "a ficha ligada a Cristo, passando a graça aos seus colegas".²

Este processo vai suscitar uma relação cada vez mais conflituosa com a própria hierarquia da Igreja. Certos bispos achavam que a "revisão de vida" era uma "praga", uma "heresia".³ A orientação da hierarquia eclesiástica era no sentido de que a Acção Católica não deveria imiscuir-se no terreno social (não só no campo político, como também no social). O próprio termo *reivindicação* chegou a ser banido de documentos

¹ Entrevista com A. Jardim Gonçalves.

² Idem.

³ Idem.

de organismos da Acção Católica, por essa razão.¹ Alguns párocos olhavam também com crescente desconfiança para os militantes católicos operários, a quem por vezes retiraram apoio (espaço de reunião, por exemplo). Outros, pelo contrário, talvez mais numerosos, davam cobertura e protecção a esses militantes que eram alvo da vigilância das autoridades ou da polícia.²

Em 1962-63 foi criada, utilizando a LOC como "cobertura", uma estrutura denominada Centro de Cultura Operária (CCO), dispondo de uma direcção nacional e de responsáveis em seis ou sete cidades (centros industriais) do país. Carlos A. Fernandes de Almeida, presidente nacional da JOC nos anos 50 e integrando então a direcção da LOC, regressado havia pouco tempo da Bélgica, foi o seu principal animador e primeiro director. O CCO inspirava-se em idêntica experiência das organizações católicas belgas e francesas e tinha como objectivo uma formação operária muito variada. Tratava-se de formar quadros, activistas e animadores operários para actuar nos sindicatos, locais de trabalho, cooperativas, etc. A formação de sindicalistas abrangia matérias práticas como a negociação de contratos colectivos, incluindo aspectos *sensíveis* como a organização de uma greve e a respectiva recolha de fundos. A técnica de formação era de tipo laboratorial (*simulavam-se* as negociações e as greves), mas a aprendizagem podia ser completada com deslocações ao estrangeiro (Bélgica ou França), para o contacto directo com as realidades laborais europeias. Fazia-se também formação política de tipo europeu ocidental, que igualmente chocava com a realidade portuguesa. Toda esta actividade de formação se processava com um carácter semiclandestino, tanto perante o poder político como perante a hierarquia da Igreja. Esta fora contudo informada, na pessoa do cardeal Cerejeira, da criação do CCO sob a

¹ Idem.

² Entrevista com Amílcar Mateus.

protecção ou capa da LOC, sem que tivesse posto reticências ao projecto.¹ O CCO era apoiado nos planos financeiro e de formação pelo movimento sindical cristão belga e internacional (a CISC – Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos, depois rebaptizada CMT – Confederação Mundial de Trabalho).

Mas a influência doutrinária do movimento belga na JOC e LOC portuguesas era já por essa altura alvo de críticas. O movimento cristão belga era acusado por alguns sectores de desenvolver um "modelo ocidental" ou até um "modelo capitalista", com o seu Banco Operário e as suas mutualidades, as suas cooperativas, a sua fé nas reformas da legislação laboral.² Duas linhas principais de militância social católica começavam já claramente a demarcar-se em Portugal. Por volta de 1967 o CCO foi abalado por discussões internas. Os cursos de formação e a orientação sindicalista eram criticados. Após uma espécie de golpe, alguns dos seus dirigentes e principais fundadores viram-se obrigados a sair, enveredando então o CCO por uma orientação cada vez mais radical em relação ao regime salazarista, inclinando-se também para posições nitidamente anticapitalistas. A linha belga ou moderada foi acusada pelos radicais de preconizar que os trabalhadores *ordenassem a vaca do capitalismo, engordando-a primeiro*, isto é, que tirassem o proveito possível do sistema sem o contestarem. Tratar-se-ia ainda, segundo os seus opositores, de uma orientação importada do Norte da Europa, logo *não latina*.³

Tudo isto foi simultâneo do movimento de laicização e desconfessionalização que soprava na Europa, reflectindo-o em parte. Ao mesmo tempo verificava-se uma forte desfiliação na LOC. Entre 1963 e 1969, só na diocese de Lisboa, a LOC viu o número de associados descer de 2.000 para 400. Este fenómeno foi interpretado como o

¹ Entrevista com Carlos A. Fernandes de Almeida.

² Entrevista com A. Jardim Gonçalves.

³ Idem.

abandono em massa dos militantes de motivação exclusivamente religiosa, os chamados espiritualistas. A militância "sociocultural", isto é, os mais activos e "conscientes", eram os que ficavam, sentindo a debandada como uma "purificação".¹

Em 1967-68 o CCO decidiu abrir-se a elementos não católicos de diversas procedências, incluindo comunistas (uns sê-lo-iam já então, outros tornar-se-iam só mais tarde). Na realidade, a anterior direcção do CCO já se reclamava de uma abertura aos não católicos. Os novos dirigentes pretendiam também "dar resposta à luta que os trabalhadores portugueses estavam a desencadear contra o regime salazarista". O surto revolucionário europeu — sobretudo Maio de 1968 — e o afastamento de Salazar, em Setembro do mesmo ano, precipitaram esta evolução. No interior do CCO viria a encarar-se a hipótese de uma actividade clandestina, incluindo a criação, nunca concretizada, de sindicatos paralelos (ideia nada cara aos comunistas) e a organização de greves e lutas contra o regime. Deste projecto materializar-se-ia em Novembro de 1968 a criação de uma estrutura clandestina ligada ao CCO, a que se chamará mais tarde BASE e, após o 25 de Abril, BASE-FUT (Frente Unitária dos Trabalhadores). O "catolicismo progressista", fórmula mais apropriada à militância das classes médias, cedia aqui o lugar à *verve operária*, ao obreirismo.²

A linha moderada, afastada da direcção do CCO, parecia carecer de seguidores. Perdeu também, em benefício dos radicais, o apoio financeiro que provinha da CMT. Os membros da linha moderada iriam aderir em 1970 à associação "cívica" SEDES, que materializava a esperança de sectores moderados da oposição numa evolução política de Portugal segundo moldes europeus ocidentais. A ideia, inicialmente encarada, de organizar estruturas de trabalhadores em torno da SEDES ou no seu seio não foi avante:

¹ Entrevista com Fernando Abreu (secretário-geral da Acção Católica Portuguesa, vice-presidente da LOC e, a partir de 1967, presidente do CCO).

² Entrevistas com Fernando Abreu e com A. Jardim Gonçalves.

"A SEDES era uma organização muito intelectualizada e os trabalhadores não se sentiam muito bem lá".¹

Nos anos finais do regime de Salazar, apesar do continuado controlo burocrático e policial sobre o aparelho de sindical, havia sinais crescentes de avanço dos sectores oposicionistas (nomeadamente católicos progressistas) nos sindicatos. Os sindicatos dos bancários do Porto (1966) e de Lisboa (1968) elegeram mesmo direcções só com elementos da oposição, formadas ambas de católicos (ligados à JOC, LOC e CCO), comunistas e outros sem filiação. Estes sucessos seguiram-se ao processo de negociação de um contrato colectivo para o sector bancário, terminado em 1965, que decorrera de modo acidentado e acabara por se traduzir num aumento de meia hora de trabalho diário, a "troco" de um aumento salarial. A direcção do Sindicato dos Bancários do Porto, compreendendo elementos da Acção Católica e outros próximos do PCP, seria eleita em lista única e com apenas 80 votos. Em Lisboa, em Março de 1968, duas semanas após a conclusão de um novo contrato colectivo nacional muito favorável, haveria luta renhida entre a lista de oposição, vitoriosa, e a lista corporativista (ver **quadro 2**). O governo demoraria um ano a sancionar, já sob Marcelo Caetano, a direcção eleita, mas impedindo a posse a dois dos seus membros. No Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa, a direcção eleita em 1966, embora não toda ela oposicionista, integrava alguns elementos que o eram.

Estes três sindicatos eram, aliás, um alvo muito ambicionado, dado disporem dos maiores volumes de quotização sindical do país e dos melhores meios de organização. De qualquer modo, a conquista (ainda que relativa) pela oposição destes sindicatos de trabalhadores das classes médias, comparativamente privilegiadas, transformava em autêntica *antiprofecia* esta tese do dirigente comunista Joaquim Pires Jorge, datada da

¹ Entrevista com Carlos A. Fernandes Almeida.

década precedente: "Será o desenvolvimento das lutas da classe operária que ajudará outras classes mais vacilantes, como as classes médias, a entrar mais decididamente na luta".¹ Foi, muito provavelmente, o contrário que aconteceu, em especial na luta pela eleição de direcções "da confiança dos trabalhadores".

No entanto, até 1967-68, a grande maioria dos sindicatos continuou a eleger, em assembleias muito pouco concorridas, direcções da confiança do regime. A ameaça de destituição pelo governo dos dirigentes mais combativos ou conotados com a oposição,² bem como de não homologação das direcções eleitas e todas as outras medidas repressivas e estratagemas burocráticos de que o governo se servia constituíam um permanente factor desmotivador da participação da massa dos associados na vida das suas organizações.

A reforma dos sindicatos e da organização corporativa em geral, há muito desejada em alguns círculos do próprio regime, liderados quase sempre por pessoas de formação ou militância católica, foi frustrada até ao fim do governo de Salazar. Já por ocasião do I Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social, realizado em 1961, esses círculos reformistas insistiam na necessidade de "sindicatos fortes" e na "conveniência de substituição do regime de homologação dos corpos gerentes dos sindicatos",³ fazendo-se eco, aliás, de posições tomadas desde meados da década anterior. Por exemplo, o conselheiro J. Vaz Pinto, procurador à Câmara Corporativa, defendera em 1956 o exercício da direcção de

¹ *O PCP e a Luta Sindical*, op. cit., p. 150.

² Em fins de 1967, por exemplo, as direcções dos sindicatos do Pessoal dos Carros Eléctricos de Lisboa (eleita em 1966) e do Porto encontravam-se demitidas e substituídas por comissões administrativas.

³ Joaquim Silva Pinto, "Corporações já instituídas – Análise da sua estrutura e funcionamento", em *I Colóquio Nacional do Trabalho... – Comunicações*, vol. III, pp. 465-569.

sindicatos corporativos por elementos não simpatizantes do regime, argumentando que isso poderia contribuir para atrair e integrar no sistema esses mesmos elementos.¹

Para resolver um dos problemas cronicamente referidos da organização corporativa, isto é, o baixo nível "técnico" dos representantes sindicais (e, por vezes, também dos patronais), que dificultaria o contacto e a negociação com os representantes patronais e do Estado, o regime criara um Instituto de Formação Social e Corporativa. Se o diagnóstico era defeituoso, o remédio não foi melhor. No dito Instituto acabaram por se reflectir inelutavelmente as mesmas questões que, no fundo, estavam na origem da suposta incompetência endémica dos dirigentes sindicais e gremiais. Ou seja, a falta de autonomia, democraticidade e representatividade dos sindicatos, assim como os critérios políticos de selecção dos seus dirigentes — por regra simpatizantes do regime, que geralmente davam funcionários obedientes, sempre prontos a manifestar a sua adesão aos princípios corporativistas.

Um diagnóstico mais correcto estava feito pelos reformistas ou renovadores do regime pelo menos desde 1961: "O grande mal [refere-se ao problema da formação dos responsáveis] está logo na forma de recrutar os dirigentes corporativos sindicais, geralmente não eleitos pela maioria dos seus colegas, mas sim em assembleias gerais desertas, onde se não vai porque se não concorda com os candidatos e não se tem coragem de votar em contrário".² Aqui residiam, em boa parte, as causas da fraqueza sindical que depois se manifestava nos contactos com o patronato ou com o INTP, sob a forma de "baixo nível" dos dirigentes sindicais: "Se durante as suas reuniões os operários se diminuem na discussão com os representantes das entidades patronais,

¹ Trata-se da declaração de voto de Vaz Pinto quando da aprovação do parecer da Câmara Corporativa sobre a proposta de lei que instituiu as Corporações (cit. por Joaquim Silva Pinto, vd. nota precedente).

² Joaquim Silva Pinto, "Corporações já instituídas...", *op. cit.*, p. 544.

podemos inferir da menor força sindical".¹ Os mesmos reformistas sempre insistiram, por outro lado, na necessidade de os organismos sindicais poderem dispor de consultores, gabinetes de estudos, etc., o que não era obviamente o mesmo que exigir tais competências técnicas dos dirigentes eleitos.

Outro problema frequentemente referido, já levantado por ocasião do I Colóquio Nacional do Trabalho, objecto de uma proposta apresentada ao III Colóquio e contemplado nos "objectivos e medidas de política" do III Plano de Fomento (para 1968-1973), dizia respeito à fraca dimensão média, em efectivos, dos sindicatos. Partia-se da ideia de que os sindicatos eram fracos porque careciam de meios materiais e técnicos, consequência, por sua vez, da pequena dimensão média. Concluía-se que eles seriam fortes se, por meio de fusões e da *proibição* de constituição de novos sindicatos com menos de 1.000 sócios, se favorecesse o aparecimento de grandes organizações de trabalhadores. O "reagrupamento" de sindicatos, tendendo possivelmente para sindicatos de ramo de actividade, seria "em princípio, voluntário", segundo previa o III Plano de Fomento. O que deixava transparecer a ideia de que o Estado poderia, em último caso, empreender este *fortalecimento* dos sindicatos à *força*. Mesmo reformadores bem-intencionados não se davam conta que o problema principal da fraqueza dos sindicatos não estaria tanto, nem forçosamente, na sua dimensão como na sua multiforme subordinação ao Estado.

Os Colóquios Nacionais do Trabalho e da Organização Corporativa — sobretudo os três primeiros,² realizados em Lisboa em 1961, 1962 e 1964 — tiveram o raro mérito de acolher um punhado de teses animadas do desejo de análise objectiva, assumindo por vezes um inegável tom crítico e até dissonante em relação à doutrina oficial do regime.

¹ Idem, *ibidem.*, p. 466.

² Houve um quarto e último Colóquio Nacional do Trabalho, realizado em Luanda em 1966, que se debruçou sobre as questões laborais e corporativas do "espaço português", isto é, relativas às colónias.

A sua realização ocorreu nos anos em torno do 30.º aniversário da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional (1933), num período em que a orgânica corporativa do Estado Novo começara já a completar-se com a constituição das Corporações (Lei n.º 2086, de 22 de Agosto de 1956), a "abóbada" do edifício, para recorrer à terminologia do regime. Norteados por objectivos mistos de consagração, balanço e aperfeiçoamento do corporativismo, os Colóquios serviram por um lado de caixa de ressonância da ortodoxia, que imperou sobretudo nas comunicações de cariz doutrinário, admitindo, por outro lado, pontos de vista mais neutrais, eventualmente críticos, em comunicações de carácter mais técnico. O debate que dentro destas coordenadas se instalou, apesar de frequentemente surdo, proporcionou aos moderados e aos "tecnocratas" de matriz ou militância católica o desempenho do papel de alvitristas de reformas teoricamente ainda concebíveis no quadro do regime então vigente.

No respeitante à actividade sindical, as análises e propostas de reforma mais notáveis apresentadas aos Colóquios apontavam no sentido da autonomização dos sindicatos e do reconhecimento do papel social da conflitualidade laboral.¹ A posição globalmente mais crítica, cuidadosamente fundamentada do ponto de vista teórico, acerca do sindicalismo e das relações laborais em Portugal, da autoria de Mário Bigotte Chorão, revelava notória sintonia com algumas posições dos "tecnocratas" católicos espanhóis que, no início da década de 60, iriam ser melhor acolhidas pelo regime franquista. Bigotte Chorão propunha assim, em 1961, a adopção de mecanismos de "solucionamento pacífico" dos conflitos colectivos de trabalho, não excluindo contudo a greve, ainda que "sempre condicionada aos fins sindicais" (excluídos pois os fins considerados políticos), "limitada pelas exigências do bem comum" e como "último

¹ Estão neste caso as comunicações de Joaquim Silva Pinto, Mário Bigotte Chorão e Agostinho Rosa ao I Colóquio e a de José Carlos Ferreira e Joaquim Silva Pinto ao II Colóquio.

recurso".¹ O autor, universitário de militância católica e adepto de um "corporativismo de base sindical", advogava um *sindicalismo autónomo*, que contrapunha ao "sindicalismo domesticado pelo Estado", incluindo implicitamente neste último modelo o caso português. O sistema de sindicalismo de Estado, "despojado do seu peculiar espírito de luta", compreenderia, na sua opinião, duas variantes principais, convergentes no seu resultado de *anemização do sindicato*. A primeira variante seria o sindicalismo dos regimes colectivistas. A segunda, o sindicalismo de certos regimes capitalistas "que imaginam iludir a realidade da luta com a ficção idealista de um pansolidarismo ou crêem, mais pessimistamente, na necessidade inelutável de fazer sufocar as tensões sociais pela disciplina estadual".²

Um dos principais animadores destes debates, Joaquim Silva Pinto, alvitrou que a "grande conclusão" do I Colóquio fosse a de que "o corporativismo em Portugal precisa de ser reformado", dada a "grave crise corporativa" que existia no país — mais por falta de corporativistas do que por crise do regime, tranquilizava.³ Não foi essa, porém, a conclusão final de nenhum dos Colóquios, que evitaram, de um modo geral, as grandes conclusões.⁴ Quanto aos sindicatos, sua autonomia, representatividade e redimensionamento, as propostas dos reformistas seriam rejeitadas ou ignoradas até final do governo de Salazar. Adiante veremos que idêntico destino tiveram as propostas de remodelação da negociação colectiva.

¹ M. Bigotte Chorão, "Espírito sindical e espírito corporativo", *I Colóquio Nacional...*, *op. cit.*, *Comunicações*, vol. III, pp. 117-123.

² Idem, *ibidem*.

³ Joaquim Silva Pinto, "Corporações já instituídas...", *op. cit.*, p. 549.

⁴ As próprias comunicações ao I Colóquio só foram publicadas, com uma distribuição restrita, depois de realizado o II Colóquio, em 1962.

3. A negociação colectiva: uma simulação de propósitos pedagógicos.

A contratação colectiva ocupava um lugar central na ideologia e na propaganda corporativa. Tratava-se de uma prática corrente na Europa, inicialmente espontânea, que depois evoluiu em muitos países para formas legalmente regulamentadas. A contratação colectiva começara por se enraizar em Inglaterra, onde no princípio do século XX já se encontrava generalizada na indústria. Ora o regime de Salazar pretendeu instituí-la em Portugal como um dique contra a greve e a "luta de classes". Não se tratou de reconhecer ou reforçar pela lei uma prática nascida espontaneamente das relações conflituais próprias do liberalismo. Também não se pretendeu pôr de pé uma instituição que enquadrasse a conflitualidade, pois isso pressupunha o reconhecimento da validade do conflito no mundo do trabalho, ideia que no corporativismo português se recusava. A ideologia corporativa rejeitava a concepção “revolucionária” de *acto de armistício* que nos sistemas liberais alegadamente se possuía do contrato colectivo,¹ contrapondo-lhe a concepção de *autêntico tratado de paz social*, pois o contrato colectivo não marcaria apenas uma trégua na luta de classes, seria antes o instrumento para acabar com essa luta definitivamente. O regime corporativo pretendeu, sim, introduzir uma instituição disciplinada pela lei e orientada pelo governo, destinada a erradicar a conflitualidade sob as formas, institucionalizadas ou não, que desde o liberalismo ela havia assumido em Portugal.

"Litígios", "divergências" e "controvérsias" mais ou menos *individuais* haveria talvez sempre entre patrões e assalariados — por isso se lhes referiam a Constituição de 1933, o Estatuto do Trabalho Nacional e a legislação avulsa, ainda que de modo vago e

¹ Ver, por exemplo, Ruy de Lordello, “Contratos colectivos de trabalho”, em *Cadernos Corporativos*, n.º 9, 20 de Maio de 1933, pp. 132-134.

impreciso. Mas o regime estava decidido a banir definitivamente as greves e tudo aquilo que sempre designou em bloco, sem o definir, como "luta de classes". Por isso via na contratação colectiva não uma institucionalização da conflitualidade, mas o meio privilegiado da sua erradicação. O corporativismo deveria ultrapassar historicamente a chamada "luta de classes" por um sistema de relações submetido ao primado da *unidade nacional*, ou seja, ao princípio da cooperação e solidariedade entre o capital e o trabalho. Havia nesta pseudo-superação das relações laborais conflituais do demo-liberalismo um pendor historicista que inesperadamente a aproximava de certas profecias do marxismo.¹ Mihail Manoilescu, destacado teórico do corporativismo cuja obra foi influente em todo o Sul da Europa, incluindo Portugal, nos anos 30, descreveu essa evolução histórica do sistema liberal para o sistema corporativo como "fatalidade inelutável", numa *démarche* que alguns autores consideraram parcialmente inspirada na sociologia marxista.²

Contrariamente à ideia propalada por ideólogos do Estado Novo, não foi a Constituição de 1933 a primeira peça legislativa portuguesa a falar de contratos colectivos de trabalho, nem, muito menos, o regime de Salazar a introduzir essa prática em Portugal. Os sindicatos dos tipógrafos de Lisboa (1904), dos trabalhadores rurais ribatejanos e alentejanos (1910-1912) e dos operários da construção civil de Lisboa (1916) devem ser considerados, juntamente com certos sectores dos respectivos patronatos, como os verdadeiros introdutores das *práticas* de contratação colectiva

¹ Em quadros ideológicos diametralmente opostos, é certo, poderiam detectar-se outras importantes afinidades. Assim a ideia comum de uma *finalidade superior* inerente a uma entidade social determinada — a Nação, nas doutrinas corporativistas e fascistas, ou a classe operária, no marxismo. Em ambos os casos, essas entidades sociais portadoras de uma finalidade superior presidiriam a uma transformação da sociedade, pondo termo à "luta de classes" vigente sob o liberalismo (ou capitalismo).

² Ver, por exemplo, Adérito Sedas Nunes, *Situação e Problemas do Corporativismo*, 1954, pp. 49 e 53-54 (nota 25).

sectorial em Portugal.¹ Isto para não falar da negociação de regulamentos e condições de trabalho a nível de empresa, de que há exemplos muito anteriores. Por seu turno, o primeiro diploma legal a referir a contratação colectiva, enumerando-a entre as competências das federações e uniões sindicais, bem como dos próprios sindicatos ou associações de classe, datava de 27 de Dezembro de 1924 (Decreto n.º 10.415), ou seja, era anterior à Ditadura de 1926 e nove anos anterior à Constituição de 1933 e ao Estatuto do Trabalho Nacional.

Salazar, porém, acreditava que em matéria de organização corporativa nada podia ser "improvisado", isto é, deixado livremente ao jogo dos interesses e da negociação. Na sociedade portuguesa, as forças em presença tanto do lado sindical como do lado patronal não lhe inspiravam confiança. Por umas razões ou por outras, revolucionarismo sindical ou individualismo patronal, suposta relutância de ambos à composição de interesses e crónico alheamento relativamente ao "interesse nacional", nada lhe parecia predispor naturalmente à organização das "forças produtivas" e ao espírito de colaboração que delas se exigia. Uma persistente acção pedagógica cabia pois ao Estado, para "levar os interessados a assimilar princípios, a ver o interesse da organização, a desejar servir-se dela para elevar o nível económico, intelectual e moral dos seus pares".² Meio privilegiado dessa acção seria uma contratação colectiva superiormente orientada e disciplinada, que fosse traduzindo exclusivamente a elevação recomendável e possível da condição dos trabalhadores.

¹ Ver a este respeito José Barreto, "Sobre a implantação da contratação colectiva na Europa e em Portugal", *Análise Social* n.º 64 (1980), "Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal", *Análise Social* n.ºs 66 (1981) e 70 (1982), e "Jorge Coutinho e 'O Despertar dos Trabalhadores Rurais' (1911)", *Análise Social* n.º 83 (1984). Embora ainda não exista um estudo exaustivo sobre a contratação colectiva do primeiro quarto deste século, creio poderem vir a apontar-se *dezenas* de exemplos de autênticos contratos colectivos de trabalho nesse período.

² A. O. Salazar, citado em *Dez Anos de Política Social*, edição do INTP, Lisboa, 1943, p. 41.

O sistema de negociação colectiva que a "Revolução Nacional" pretendeu instaurar a partir de 1934 em Portugal sofria de algumas contradições insanáveis ligadas ao voluntarismo paternalista do empreendimento e ao carácter autoritário do regime. De um lado preconizava-se cooperação, negociação e auto-regulação, o que pressupunha associações sindicais e patronais representativas e fortes, obviamente mais representativas e mais fortes do que o tinham sido no passado. Do outro lado, perfilava-se uma tutela estatal que não fomentava, pelo contrário desmotivava e impedia a progressiva responsabilização das partes, temendo até que estas se fossem tornando mais representativas. As próprias Corporações, cuja criação estivera prevista para o final dos anos 30, só começaram a ser organizadas vinte anos mais tarde — muito depois do fim da II Guerra Mundial, que fornecera o pretexto do adiamento. O Estado detinha muita da iniciativa processual, o papel orientador e o inteiro controlo dos produtos da negociação colectiva, que necessitavam de homologação ministerial para entrar em vigor. Ao mesmo tempo que se apontava a incipiência ou a incapacidade da organização corporativa existente, o INTP – Instituto Nacional do Trabalho e Previdência ia-se agigantando como departamento governativo e substituindo-se às partes, *preparando e impondo* ele próprio muitas das convenções colectivas.¹ O dever de o Estado *promover a negociação* entre as partes de contratos colectivos, estipulados no Estatuto do Trabalho Nacional, expressava assim apenas um comprometimento pio por parte do governo. Algo que viria a ser muitas vezes cumprido, quando o foi, como

¹ J. M. Cortez Pinto, "Editorial", em *Estudos Sociais e Corporativos*, n.º 29, Março de 1969, p. 12. Esta actuação do INTP, participando na elaboração das convenções, orientando as negociações e a redacção das próprias cláusulas, estava estipulada na legislação desde 1947 (Decreto-Lei n.º 36.173 de 6 de Março de 1947, regime jurídico das convenções colectivas de trabalho). O INTP, criado em 1933 no Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, fora concebido para apoiar a organização corporativa. "Pela força das circunstâncias", segundo diz Cortez Pinto, o INTP "encontrou-se transformado num grande departamento de Estado, a exigir uma orgânica que o transformasse num verdadeiro ministério". Em 1951, após a criação do Ministério das Corporações (1950), o INTP deixou de ser mencionado na lei, a qual apenas conservou, *anacronicamente*, uma referência às "delegações do INTP", que eram agora, na realidade, delegações do Ministério das Corporações. O *Boletim do INTP*, agora um boletim do Ministério, também conservou, por inércia, o seu nome original. Pode pois afirmar-se que o INTP, em 1951, deixou de existir, fundindo-se na orgânica interna do Ministério.

um ritual propagandístico. Ainda que, como outras simulações, também esta não deixasse de ter um valor didáctico a médio ou longo prazo.

Até 1969 não haverá obrigação *efectiva* de negociar. Sobre os grémios, e só à medida que se foram criando, pendia, é certo, uma obrigação genérica de realizarem contratos colectivos, mas sem qualquer prazo-limite de celebração. Do ponto de vista estritamente legal, tornava-se deste modo facultativo responder a uma proposta de contrato ou concluir uma negociação encetada com a assinatura de qualquer acordo. As pressões sociais (sindicais ou outras) no sentido da negociação, quando existiam, eram geralmente mediatizadas pelo governo ou pelo INTP. A partir de 1961, segundo Joaquim Silva Pinto, alguns sindicatos começaram a dirigir-se directamente aos grémios, diminuindo então relativamente a mediação e a própria iniciativa do INTP na negociação colectiva.¹ Na verdade, porém, só em 1969 a lei estipulou expressamente esse contacto directo.

Largos sectores do patronato denotavam compreensível preferência por um mercado livre de mão-de-obra, pelo menos enquanto ela foi abundante. Mas o próprio governo durante muito tempo não reconheceu competência, política ou técnica, à organização corporativa existente para negociar em matérias consideradas da mais alta responsabilidade, argumentando com o primado do interesse nacional. Para além do papel dominante, via INTP, na elaboração de contratos colectivos, o governo recorreu também à regulamentação directa, por meio de despachos.

Já antes da II Guerra Mundial haviam surgido os *despachos de salários mínimos*, depois chamados *despachos normativos* e extensíveis às restantes condições de trabalho. Entre 1942 e 1946, sob forte pressão inflacionária e um clima de agitação social, verificara-se uma proliferação extraordinária destes diplomas (39 por ano, em

¹ Entrevista com Joaquim Silva Pinto.

média), ficando provavelmente então a grande maioria dos trabalhadores portugueses abrangida por eles. Deve, aliás, dizer-se que o governo faltou aqui à sua jura, exarada no Estatuto do Trabalho Nacional, de não interferir de modo directo na regulamentação das actividades económicas. Inicialmente tidos por actos extraordinários de administração, quando estivessem em causa os superiores interesses da economia ou da justiça social, os despachos iriam sobreviver aos tempos difíceis da década de 40, constituindo-se paulatinamente em alternativa à negociação de contratos. Um dos ideólogos do corporativismo português, José Pires Cardoso (tido por paladino do *corporativismo de associação* ou, como ele preferia, do *corporativismo autónomo*) chegou paradoxalmente a qualificar o despacho normativo de "poderoso instrumento para a defesa do trabalhador", argumentando que o receio de ele ser emitido pelo governo podia levar as partes a entenderem-se.¹ Ora esse poderoso instrumento estava, obviamente, nas mãos do governo e não dos sindicatos. E o governo, depois de se ter servido largamente dele no período final da guerra, não queria de modo algum perpetuar o seu uso. Em finais de 1965, os salários estipulados por despachos normativos, que estavam então a tornar-se cada vez mais raros, já só abrangiam cerca de 9% do total dos trabalhadores com regulamentação colectiva — embora a proporção de trabalhadores com condições de trabalho não pecuniárias estipuladas por despacho fosse muito maior.² Em 1966, 1967 e 1968 apenas houve a registar um despacho normativo em cada ano, o que parecia efectivamente apontar para a sua próxima extinção.

Os trabalhadores das principais indústrias desconhecera a contratação colectiva ao nível de *sector* até aos anos 60. É o caso dos metalúrgicos (primeiro contrato para o sector em 1960), trabalhadores têxteis (1965) e da construção civil (1968) e grande parte

¹ J. Pires Cardoso, "Editorial", em *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 34, Julho-Setembro de 1959, p. 198.

² *Boletim do FDMO*, 2.º Suplemento ao n.º 16, Maio de 1967. Ver também a obra citada na nota seguinte.

dos químicos (1970). Antes destas datas apenas se haviam negociado *acordos colectivos de trabalho*, assinados por uma ou várias empresas de cada sector, com uma cobertura consequentemente muito parcelar, por vezes ínfima. Alegavam-se características específicas desses sectores (dispersão geográfica, pequena dimensão empresarial, disparidades de nível salarial e tecnológico, etc.), mas também a inexistência de grémio para negociar com os sindicatos. Houve, claramente fortes resistências à uniformização das condições de trabalho por parte de segmentos mais ou menos importantes dos respectivos patronatos, mas, até meados dos anos 60, o Estado também abdicou visivelmente da utilização de todos os meios ao seu alcance (especialmente o despacho normativo) para pressionar a parte mais forte no sentido da negociação e, em particular, para fazer encurtar os prazos de vigência dos contratos e impedir o arrastar de "negociações" durante anos e anos.

Em Abril de 1966, dos 454 instrumentos de regulamentação colectiva *em vigor*, considerando sempre as últimas actualizações de tabelas salariais, apenas 213 datavam da década de 60, isto é, dos últimos seis anos e quatro meses.¹ Para além deste problema, causado pelo facto de a revisão das condições de trabalho estabelecidas no passado não obedecer a qualquer prazo contratual ou legal, havia então uma cobertura de contratação colectiva ainda bastante deficiente na indústria e no comércio e serviços, para não falar da agricultura e das pescas, onde era quase nula.

Não se tratou aqui, a nosso ver, de um processo de raiz doutrinária, de uma discussão ou hesitação do regime sobre as virtudes respectivas do corporativismo de associação ou do corporativismo de Estado. A situação concreta da negociação colectiva no salazarismo apresenta-se mais como uma solução intermédia ou hesitante entre a não regulamentação e o *corporativismo de Estado*, ou seja, entre uma orientação puramente

¹ Números calculados com base em *Regulamentação do Trabalho por Actividades*, FDMO – Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, Ministério das Corporações e Previdência Social, Lisboa, 1967.

"liberal" e uma regulamentação formalmente corporativa, mas comandada e inteiramente controlada pelo Estado. O *corporativismo de associação*, de resto, não poderia passar de uma figura de retórica ideológica enquanto fossem negadas ou contrariadas as próprias premissas da existência de autênticas associações sindicais (e patronais). O facto é que até finais do salazarismo — quando começa realmente a desenhar-se um certo condicionamento do mercado de trabalho pela via da contratação — a regulamentação colectiva existente deixara sempre um larguíssimo campo ao jogo da oferta e da procura, limitando-se frequentemente a "oficializar salários que as empresas, na sua maior parte, já pagam".¹ Só quando, em meados dos anos 60, em consequência de uma conhecida conjugação de factores (emigração maciça, crescimento acelerado, guerra colonial), a procura de mão-de-obra sobretudo especializada começou a defrontar crescentes dificuldades, é que a contratação colectiva, pelo seu esperado efeito elevador da produtividade mínima, começou a aparecer como uma solução para aumentar a oferta, pelo menos em certos sectores.²

No plano económico o regime de Salazar tivera sempre o pavor dos factores de instabilidade, dos movimentos súbitos ou incontrolados, bem como do espectro da inflação e do desemprego, entrando aqui também em conta considerações de índole social e política (estabilidade do regime). A "livre negociação dos salários" (ou o que no sistema corporativo do Estado Novo se considerava como tal) constituía aos olhos de alguns responsáveis um factor de desequilíbrio, abrindo perspectivas de desemprego, inflação, espiral de salários e preços, perda de competitividade no mercado externo e

¹ José Carlos Ferreira e Joaquim Silva Pinto, "Resolução dos conflitos colectivos de trabalho", *II Colóquio Nacional do Trabalho...* (1962) – *Comunicações*, Lisboa, 1963, vol. I, pp. 105-116.

² Veja-se a este respeito o excelente trabalho de Alfredo de Sousa, *Inflação e Desenvolvimento em Portugal*, Cadernos GIS, Lisboa, 1973, pp. 51-52.

outras misérias.¹ Porque nos diferentes sectores económicos não se tomaria em devida consideração o "interesse nacional" e os próprios sindicatos não se importariam com os efeitos negativos sobre o nível de emprego. Mesmo nos sectores e empresas com maiores aumentos de produtividade seria discutível fazer partilhar os trabalhadores equitativamente desses ganhos. Depois havia o efeito de imitação, que levaria os sindicatos a formular pedidos de aumentos nivelados pelo mais alto. Por sua vez, o ajustamento automático dos salários ao custo de vida contribuiria para a espiral inflacionista. Ora como se pretendia (estava-se em 1961) "acelerar a taxa de crescimento evitando sensíveis flutuações do nível de preços e volume de emprego", a conclusão era que "a livre negociação entre organizações operárias e patronais dificilmente se tornará aceitável pelo governo". E ainda que "a exemplo de que tem vindo a acontecer num número crescente de sectores, a liberdade dos grupos que participam no mercado de trabalho deverá ser condicionada pelas exigências dos grandes objectivos nacionais".²

O problema que na realidade se punha ao governo não era tanto o de permitir ou não a "livre negociação dos salários", o que dentro dos condicionalismos do regime não passava de uma hipótese académica. Na lógica do regime corporativista, dado que por princípio rígido não se admitia a concessão de verdadeiros poderes de negociação aos sindicatos e uma vez que o Estado não pretendia perpetuar o recurso à regulamentação administrativa ou "directa", a alternativa que se punha com mais evidência era a de tornar (ou não) *obrigatória* a negociação colectiva em moldes estreitamente controlados pelo governo. Só assim se poderia obstar de algum modo ao duplo problema das falhas de cobertura e da crónica desactualização das convenções colectivas. Ora essa

¹ Fernando M. Alberto Seabra, "Salários e estabilidade económica", em *I Colóquio Nacional...*, *op. cit.*, *Sessões Plenárias*, pp. 93-123.

² *Idem.*, pp. 116-123.

obrigatoriedade, através dos automatismos que criaria, poderia realmente implicar um relativo afastamento do Estado em relação ao processo de negociação, ainda que o governo mantivesse amplo poder de controlo final sobre o conteúdo das convenções. Por outro lado, temia-se o efeito psicológico de sucessivas negociações e revisões contratuais. Antevia-se, sobretudo, um crescente efeito "artificial" (na óptica do liberalismo económico) da contratação colectiva sobre o livre jogo do mercado e sobre a livre formação dos salários. No fundo, era a estas possíveis implicações que se opunha a argumentação económica atrás citada e não à "livre negociação", que estava fora de causa enquanto as partes não tivessem autênticos poderes e liberdade para a praticar.

Em 1962, no II Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social, os círculos reformistas do regime tomaram posição pelo estabelecimento e generalização da negociação obrigatória. Propunham, assim, a extensão da contratação colectiva aos sectores em que ainda não vigorava; um prazo máximo para a revisão das convenções colectivas (concretamente três anos, quando a taxa de inflação se situava abaixo dos 2,5% anuais!); uma tramitação, com prazos obrigatórios, do processo de negociação, que no seu total não poderia exceder um ano, da proposta inicial à conclusão; enfim, a criação de mecanismos de resolução dos *conflitos colectivos de trabalho* — a conciliação e a arbitragem. Estas far-se-iam no âmbito de funcionamento das Corporações respectivas, para onde aliás tenderia a deslocar-se o "centro de gravidade" da negociação colectiva. A última palavra era contudo deixada ao ministro das Corporações que, em caso de não acordo, poderia optar pela regulamentação administrativa (ou "directa"). Do sistema de homologação ministerial das convenções não falavam os reformistas, mas parecia implícita a sua manutenção.

Na justificação, alegavam-se razões de justiça e paz social e razões económicas. Entre estas últimas, salientava-se a necessidade de impedir a concorrência entre empresas pelos baixos salários e o estímulo que assim se introduziria ao aumento da produtividade. As subidas de salários seriam menos súbitas: acompanhando gradualmente o aumento da produtividade, deixariam de criar tensões inflacionistas. Alegava-se, enfim, a progressiva integração de Portugal na Europa pelas vias dos mercados comunitários e da emigração.¹ Este argumento não era secundário: depois de em 1959 Portugal ter aderido à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), o governo de Salazar havia solicitado em Maio de 1962 a abertura de negociações com a Comunidade Económica Europeia (CEE). Quanto à emigração, ela ia, com efeito, desencadear a integração *avant la lettre* dos trabalhadores portugueses na Europa.

Estas e outras medidas preconizadas nos referidos Colóquios de 1961-62 encontraram, no imediato, a oposição do governo, que as achou demasiado avançadas ou perigosas. Um dos principais defensores das reformas, Joaquim Silva Pinto (futuro responsável pelo sector do Trabalho sob Marcelo Caetano), recorda-se de ter sido repreendido pelo então ministro das Corporações, J. Gonçalves Proença, por "quase ter falado" do reconhecimento da greve.² Temia-se também que a revisão automática de três em três anos pudesse criar uma "psicose revisionista". Houve contrapropostas, durante o II Colóquio, alvitando que o prazo obrigatório de revisão das convenções fosse fixado em dez anos...³

No entanto, até 1968 o governo continuaria a promover, com todos os vagares, o alargamento da cobertura de contratação colectiva. Em 1965 concluiu-se o primeiro contrato colectivo para as indústrias têxteis. O primeiro contrato colectivo de trabalho

¹ José Carlos Ferreira e Joaquim Silva Pinto, *op. cit.*

² Entrevista com Joaquim Silva Pinto.

³ J. M. Cortez Pinto, *II Colóquio Nacional do Trabalho..., op. cit., Comunicações*, vol. I, pp. 204-287.

para a construção civil, concluído em 1968 e abrangendo (teoricamente) cerca de 250.000 trabalhadores, tinha tido estudos preparatórios já em 1961. As maiores falhas de cobertura iam, assim, desaparecendo.

Por outro lado, em 1966 e 1967 começou a ensaiar-se, no clausulado de quatro convenções colectivas de reduzido âmbito, um regime de obrigatoriedade de negociação, incluindo um mecanismo de composição dos eventuais conflitos colectivos. Este ensaio extremamente cauteloso e quase laboratorial (três das quatro convenções em causa aplicavam-se na Ilha de S. Miguel) correspondia parcialmente à linha das reformas preconizadas em 1961-62.¹ Mas, contrariamente a essas, não previa prazo de revisão "automática": no decurso do período de vigência da convenção qualquer das partes a poderia denunciar — o que parece realmente uma fórmula mais elástica, permitindo prazos reais de vigência até inferiores a três anos. Por outro lado, essa possibilidade de denúncia colocaria expressamente a *iniciativa* da negociação nas mãos das entidades directamente interessadas. Ao Estado (INTP) seria reservado um papel de colaboração e intervenção supletiva, em caso de não acordo. Maior autonomia das partes, menor papel do Estado — pelo menos aparentemente. Não se previa contudo *arbitragem* dos conflitos, como fora proposto em 1962. Em lugar desta, estipulava-se o pedido de intervenção do INTP para tentar a composição entre as partes ou, em último caso, remeter a fixação das condições de trabalho para despacho do ministro. Como se tratava de regras fixadas em simples convenções colectivas, rodeava-se assim o problema da inexistência legal de mecanismos de conciliação ou arbitragem.

Esta experiência não chegou a produzir ensinamentos, porque a história ia acelerar-se em fins de 1968 com o afastamento de Salazar. De resto, o seu carácter excessivamente laboratorial e a qualidade dos protagonistas da negociação colectiva de

¹ J. de Almeida Policarpo, "Conciliação dos conflitos colectivos de trabalho" e "Notas sobre alguns problemas relativos à contratação colectiva", em *Estudos Sociais e Corporativos*, respectivamente n.º 13, Março de 1965 e n.º 23, Setembro de 1967.

então certamente não permitiriam que se chegasse muito longe. Pode contudo concluir-se que, por detrás do imobilismo da política laboral salazarista, se faziam os preparativos para a introdução, com toda a suavidade, das reformas recusadas ou adiadas em 1961-62. O sentido dessas reformas parecia desde já assente, bem como a inevitabilidade da sua realização. Mas, tal como no caso da legislação sindical, cuja revisão estava igualmente na forja, a reforma da negociação colectiva parece ter tido que esperar pelo fim da governação de Salazar.

Capítulo II

As reformas laborais de Marcelo Caetano e os primórdios da Intersindical

1. As reformas laborais de Marcelo Caetano.

As reformas laborais introduzidas pouco após o início do governo de Marcelo Caetano constituíram um dos aspectos mais salientes da "liberalização" então ensaiada do regime corporativo. Entre essas reformas assumiram especial importância a revisão da legislação relativa aos sindicatos e a revisão do regime jurídico das relações colectivas de trabalho.¹

A revisão dessas leis instaurou, à primeira vista, um quadro legal das relações laborais inteiramente novo, não tanto pela extensão como pela qualidade das matérias que foram alteradas. Olhando mais de perto, contudo, ficará a sensação de que o conteúdo real das reformas seria o que o governo na prática permitisse — independentemente, até certo ponto, da letra e do espírito inicial das novas leis. Tão importante como estas terá sido, por um lado, o clima social e político suscitado pela fase de "abertura" do caetanismo, as grandes expectativas geradas no meio sindical e dos trabalhadores em geral. Uma certa *reanimação sindical* iniciou-se mesmo antes de aprovadas as novas leis. Por outro lado, a experiência colhida no plano laboral pelo governo de Caetano nos seus primeiros tempos antes e depois da aprovação das novas leis, também foi determinante do rumo que as reformas tomaram. O novo quadro legal podia ter tido uma interpretação mais liberal mas, pela sua ambiguidade, teria igualmente permitido uma interpretação ainda mais restritiva do que a que finalmente teve.

¹ Respectivamente pelo Decreto-Lei 49.058, de 14 de Junho de 1969, e pelo Decreto-Lei 49.212, de 28 de Agosto de 1969.

O governo de Caetano não apresentou as reformas laborais de 1969 em ruptura com a situação anterior, mas como novos passos de uma "actualização progressiva e metódica da legislação social portuguesa" que teria sido iniciada no princípio daquela década.¹ Na verdade, porém, como foi sublinhado no capítulo anterior, desde meados da década de 50 e princípios da de 60 que os círculos reformistas do regime vinham propondo, sem êxito, as principais alterações que as reformas caetanistas iriam consagrar em 1969. Eram estas, no caso dos sindicatos, a abolição do sancionamento governamental dos dirigentes eleitos e, no plano da contratação colectiva, a consagração da obrigatoriedade de negociar e o consequente estabelecimento de mecanismos de resolução dos conflitos colectivos de trabalho.

Não se pode pôr em causa a sinceridade com que Marcelo Caetano declarou, repetiu e insistiu na sua fidelidade à política de trabalho seguida no passado pelo regime corporativo. Embora logo nos primeiros dias do seu governo tenha lançado a fórmula do *Estado Social* — conceito que só nos anos seguintes se foi tornando algo mais explícito —, nem por um momento se duvidou da manutenção do Estado Corporativo. Mas também não é lícito questionarem-se as intenções e iniciativas reformadoras do caetanismo. Se aceitássemos a tese comunista ou esquerdista segundo a qual foram as lutas dos trabalhadores as únicas ou as principais responsáveis pelas mudanças operadas no mundo do trabalho a partir de 1968, dificilmente compreenderíamos porque não se desencadearam essas lutas ou não se operaram essas mudanças mais cedo.

Tendo Marcelo Caetano assumido a liderança do governo em fins de Setembro de 1968, os projectos de diplomas revendo a lei sindical e a lei da negociação colectiva ficaram concluídos e foram enviados para apreciação à Câmara Corporativa ainda antes do fim do ano. Da sua elaboração havia sido encarregada uma comissão de revisão da

¹ Veja-se o preâmbulo do Decreto-lei 49.058, de 14 de Junho de 1969. Dessa actualização da legislação social teriam feito parte a reforma da Previdência (1962) e a lei do contrato individual de trabalho (1966). Não é contudo convincente a afirmação de uma continuidade entre estas reformas e as de 1969.

legislação laboral, que funcionava junto do ministro J. Gonçalves de Proença e era composta por J. Silva Pinto, J. L. Nogueira de Brito (dois futuros membros do governo) e Basílio Horta. A prontidão com que tudo foi feito resultou, em parte, do facto de os estudos preparatórios¹ terem sido efectuados havia muito tempo e de estar mais ou menos assente, desde os Colóquios Nacionais do Trabalho e da Organização Corporativa do princípio da década de 60, o sentido desejável das reformas. Tratou-se apenas de desbloquear e pôr em movimento um mecanismo já programado. Por outro lado, havia uma notória vontade política de realizar rapidamente reformas, de não frustrar as expectativas abertas pela sucessão do líder do regime. Do ponto de vista do governo, com efeito, a importância destas e de outras reformas de 1969 (nomeadamente a extensão aos trabalhadores rurais de uma série de esquemas de assistência e segurança social que eles desconheciam) media-se muito concretamente pela proximidade de eleições para a Assembleia Nacional, realizadas em Outubro desse ano. As eleições, ainda que invariavelmente muito pouco competitivas (a avaliar pela composição da Assembleia Nacional delas resultante, em que a oposição continuou a não ter lugar), constituíam para Caetano a primeira oportunidade de plebiscitar o *novo curso*.

Os autores das novas leis estariam convictos de que "tal como o sistema estava antes era absolutamente inútil",² pelo que não se trataria de lhe aplicar um tratamento cosmético. Mas as reformas laborais procuravam também satisfazer, talvez menos na essência do que na aparência, alguns dos princípios e direitos consagrados nas Convenções 87 e 98 da OIT (a primeira, à qual Portugal ainda não aderira então, sobre liberdade sindical, e a segunda, ratificada por Portugal em 1964, sobre o direito de

¹ Os trabalhos preparatórios deveram-se essencialmente aos técnicos do Centro de Estudos Corporativos e do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (FDMO), este último o departamento do Ministério das Corporações onde se encontravam as pessoas com mais "abertura política" e que privilegiavam o "enfoque tecnocrático" (entrevista com J. L. Nogueira de Brito).

² Entrevista com J. L. Nogueira de Brito.

organização e negociação colectiva). Desde 1961, com efeito, que o Comité de Liberdade Sindical da OIT vinha examinando as queixas apresentadas pela Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL) contra o governo português e fazendo pressões sobre este no sentido da revogação das restrições.

A revisão da lei sindical articulava-se estreitamente com a nova lei da negociação colectiva. Formavam um conjunto lógico, que potenciava o efeito separado de cada uma delas. Os objectivos da nova lei sindical, segundo o parecer sobre ela emitido pela Câmara Corporativa,¹ eram o fortalecimento dos sindicatos e uma menor interferência do governo na sua vida interna e na sua actividade. Quanto à nova lei das relações colectivas do trabalho, o objectivo fundamental era a dinamização da negociação, submetendo-a a uma tramitação obrigatória e imprimindo uma certa celeridade ao seu processo, resultando de tudo uma atenuação do papel interventor do Estado — "se é que não se extingue", arriscava mesmo o respectivo parecer da Câmara Corporativa.² Ambas as reformas se orientavam, pois, para uma diminuição da intervenção do Estado, ao mesmo tempo que proporcionavam o fortalecimento e uma maior responsabilização da organização sindical. Vejamos agora como é que, no concreto, se propunham atingir estes fins.

O aparecimento de sindicatos "mais fortes" ou "poderosos" seria em princípio favorecido pelas novas disposições da lei sindical respeitantes ao âmbito geográfico e dimensão. Era abandonado em definitivo o princípio do âmbito *distrital*. Exigia-se genericamente que os sindicatos tivessem uma dimensão (em efectivos) e uma capacidade financeira "bastantes para assegurar convenientemente a representação dos trabalhadores". A nova lei apontava assim para a fusão ou o alargamento de âmbito dos sindicatos já existentes — de modo quer a abrangerem uma maior área geográfica quer

¹ Parecer nº 21/IX, *Pareceres da Câmara Corporativa*, ano de 1969, p. 196.

² Parecer nº 26/IX, *Pareceres da Câmara Corporativa*, ano de 1969, pp. 591-594.

a agruparem mais profissões dentro do mesmo sector — embora isto não fosse estipulado directamente. O relator do primeiro parecer atrás citado, J. M. Cortez Pinto, acreditava porém que a "apagada situação sindical" existente em Portugal se devia mais à carência de poderes dos sindicatos do que às deficiências das estruturas organizativas (neste caso a pequena dimensão da maioria dos sindicatos). Haveria mesmo que contar, segundo ele, com as resistências dos pequenos sindicatos às "fusões suicidas". Por sua vez, o principal remédio para a falta de poderes sindicais residiria na nova lei da negociação colectiva.¹

A "minimização da interferência do Estado nos sindicatos" seria atingida através da limitação dos poderes discricionários do governo e da transferência para os tribunais do juízo da legalidade da actuação dos sindicatos. Neste capítulo surgia a aparente grande novidade da lei: a substituição da homologação ministerial dos dirigentes eleitos por uma verificação prévia dos requisitos de elegibilidade dos candidatos. Entre esses requisitos contavam-se as condições estabelecidas para o exercício do direito de voto segundo a lei geral. A verificação competia ao próprio sindicato, através de uma comissão nomeada *ad hoc* de entre os sócios que não exercessem funções directivas. A comissão de verificação, quando o achasse necessário ou a solicitação do INTP, devia exigir dos candidatos a *prova documental* das condições de elegibilidade.

O governo deixava também de poder destituir ou suspender as direcções sindicais, reservando-se para os tribunais do trabalho toda a competência do julgamento do contencioso eleitoral e das infracções às leis. Contudo, qualquer sócio ou o INTP podia a todo o momento requerer ao tribunal a destituição dos dirigentes que deixassem de reunir as condições de elegibilidade ou dos que, por exemplo, estivessem a "desviar o sindicato do fim para que foi instituído." Podia, simultaneamente, qualquer sócio ou o

¹ Parecer nº 21/IX, *cit.*, pp. 196-197 e 264-265.

INTP requerer do tribunal a suspensão preventiva dos dirigentes até decisão final do processo. Se por decisão judicial uma direcção sindical viesse de futuro a ser destituída, o INTP nomearia em seu lugar uma comissão administrativa obrigada a promover a realização de eleições no prazo máximo de seis meses — e não *sine die*, como até aí. O ministro das Corporações perdia também a faculdade de dissolver os sindicatos, transitando esse poder para o Conselho Corporativo — uma espécie de conselho de ministros restrito assistido por especialistas de direito corporativo.

A nova lei sindical incluía ainda uma série de inovações talvez menos importantes do que as já enunciadas, ainda que também significativas ou sintomáticas. Assim o direito expresso (que o não era antes) de as direcções sindicais e as respectivas secções nomearem delegados nas localidades e "junto das empresas em que forem considerados necessários." Era o pleno reconhecimento legal da presença do sindicato na empresa, consagrando um direito que na prática já se fora reconhecendo, mas que aparentemente se desejava difundir mais ou generalizar. A lei não entrava, porém, em mais pormenores na regulamentação desse direito, possivelmente com a intenção de dar primeiro alguma rédea solta e esperar pelos resultados. Como veremos adiante, no começo de 1974 o governo já pretendia regulamentar detalhadamente essa prática, através de um "Estatuto dos delegados sindicais" cuja preparação veio a ser interrompida pela Revolução de 1974.

Houve, porém, outras inovações na lei de 1969 nas quais predominou a intenção meramente cosmética do legislador. Assim a possibilidade de os sindicatos se filiarem em organismos internacionais e de participarem em reuniões no estrangeiro, mediante acordo prévio do INTP, o desaparecimento da antiga menção dos sindicatos como

"entidades de direito público" e a supressão da fórmula "sindicatos nacionais" nos artigos alterados da lei.¹

Com efeito, a filiação internacional dos sindicatos ou a sua participação em reuniões sindicais internacionais eram teoricamente possíveis desde 1933, com a condição da autorização prévia do governo. A redacção do preceito evoluiu, pela lei de 1969, para um tom mais eufemístico, mas no essencial manteve-se. De qualquer modo, durante todo o período corporativo, de Salazar a Caetano, nenhum sindicato chegou a servir-se da faculdade de filiação ou reunião internacional. Também não é para admirar: a CISL – Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, a CMT – Confederação Mundial do Trabalho e a FSM – Federação Sindical Mundial, bem como as respectivas federações internacionais sectoriais, eram as primeiras a condenar na Organização Internacional do Trabalho e fora dela a falta de credibilidade e representatividade dos sindicatos pró-governamentais portugueses, cuja filiação logicamente recusariam. Esta situação era arquiconhecida do governo português, o qual por sua vez não deixaria de chumbar as pretensões de filiação dos sindicatos portugueses naqueles organismos, se tais pretensões chegassem a ser formuladas (nunca o foram!) por direcções sindicais oposicionistas.

Quanto ao desaparecimento, aliás sub-reptício, da única menção dos sindicatos nacionais como "entidades de direito público" (artigo 3.º da lei sindical de 1933), apenas se suspeita qual terá sido a intenção do legislador ao suprimi-la. O longo parecer da Câmara Corporativa que esmiuçadamente analisou todo o texto do projecto de lei sindical é simplesmente omissivo sobre o eclipse da menção à "entidade de direito público". Não deixa, em contrapartida, esse parecer de vincar o princípio doutrinal que se mantém em vigor: "Num Estado Corporativo [...] os sindicatos fazem parte da

¹ Previam-se que nos restantes artigos da lei se operasse futuramente a supressão da expressão "sindicatos nacionais", o que já não chegou a fazer-se até 1974.

estrutura política da Nação e são-lhes confiadas funções da maior relevância não só no campo dos interesses meramente laborais, mas também no domínio social [...], económico [...], cultural [...], na vida administrativa e política (desde a participação nos conselhos municipais até à eleição do chefe de Estado, passando pela constituição da Câmara Corporativa)." Este princípio era tanto mais importante, quanto dele se fazia decorrer a legitimidade da intervenção do Estado nos sindicatos.¹ Após a entrada em vigor das reformas laborais, Marcelo Caetano não perderia a primeira ocasião propícia para assegurar que "os sindicatos e os grémios não podem ser tratados como associações privadas". Isto porque "o Estado dos nossos dias tem de constituir um Estado Social em cuja estrutura encontram o seu lugar as organizações de trabalhadores e empresários"; porque "o trabalho como a empresa são elementos essenciais da moderna sociedade política"; enfim, porque "os sindicatos e os grémios recebem da própria Constituição poderes consideráveis, não só de representação, mas também para celebrar essas verdadeiras *leis* de trabalho que são as convenções colectivas".² Já no exílio, em 1974, Marcelo Caetano ainda continuará a defender a ideia de uma *organização sindical inserida no Estado Corporativo*.³ Ressaltará, pois, de tudo isto, a intenção preponderantemente cosmética do reformador ao apagar da lei, sem explicações, a menção dos sindicatos como "entidades de direito público". Terá o governo pensado sobretudo em reduzir o número de pontas por onde o Comité de Liberdade Sindical da OIT poderia pegar ou — seguindo outra interpretação — em aliviar a legislação corporativa das últimas veleidades de doutrina propriamente *totalitária*?⁴

¹ Parecer nº 21/IX, *cit.*, p. 267.

² Discurso de Marcelo Caetano em 15-VI-1970, "por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelos dirigentes sindicais e das Casas do Povo", *Boletim do INTP*, 15-VI-1970.

³ Marcelo Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, 1974, p. 124.

⁴ Manuel de Lucena, *O Marcelismo*, Lisboa, 1976, p. 64,

Se a intervenção discricionária do governo nos sindicatos era realmente limitada pela nova lei, a judicialização do controlo estatal dos mesmos aumentava em idêntica proporção. Indirectamente, pela via judicial, o INTP — ou seja, o Ministério das Corporações — podia com facilidade pôr tudo em causa, desde os actos dos dirigentes aos resultados eleitorais, passando pelas decisões das assembleias-gerais e as da própria comissão de verificação dos requisitos de elegibilidade. Basta aqui referir que a lei geral citava, entre as oito categorias de inelegíveis, os que professavam "ideias contrárias à disciplina social".¹ Ora o INTP podia requerer ao tribunal a destituição de dirigentes eleitos invocando essa movediça incapacidade ou exigir dos candidatos *prova documental*, passada pela autoridade administrativa, de que as suas ideias não se opunham à "disciplina social".² Exploradas integralmente todas as faculdades legais, o governo não andaria longe de reconstituir os seus anteriores poderes e, até, de transformar em selecção prévia dos candidatos a antiga homologação *a posteriori* dos dirigentes eleitos.³

Mas o governo conservava, também, fortes poderes de controlo e intervenção directa, como a aprovação dos estatutos dos sindicatos e suas alterações, a orientação e fiscalização permanente das contas dos sindicatos, o controlo burocrático das receitas (nível das quotizações) e das despesas de aquisição de bens, muitas vezes sujeitas a autorização prévia. Já se referiu atrás a possibilidade de dissolução dos sindicatos, bem como o licenciamento prévio da sua filiação, contactos e representações internacionais.

¹ Lei 2.615, de 28 de Maio de 1946, art.º 2.º, ponto 7.

² Para a prova de que os dirigentes ou candidatos a dirigentes sindicais *não professavam ideias contrárias à disciplina social* a entidade competente era o presidente da Câmara do concelho em que residia o interessado ou, nos casos de Lisboa e Porto, o administrador do respectivo bairro administrativo (despacho ministerial de 26-X-1970).

³ A homologação dos dirigentes seguia-se à sua eleição, mas no passado também havia formas eficazes de selecção prévia de dirigentes sindicais.

A tudo isto acrescia a manutenção e o lógico reforço do dispositivo de vigilância e intimidação policial em torno dos sindicatos, mais do que nunca necessário ao governo para conservar sob apertado controlo a actividade sindical. Todos os corpos policiais, e não apenas a PIDE/DGS, tinham os sindicatos debaixo de olho, mantendo o governo de Caetano informado com grande regularidade e pormenor. Por exemplo, o Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública enviava todas as semanas ao ministro do Interior um relatório circunstanciado sobre a acção do "adversário" (a oposição ao regime), em que avultavam as informações sobre actividades sindicais, recolhidas em todo o país pelos comandos distritais daquela polícia.¹

Dois aspectos fundamentais do sindicalismo de feição salazarista mantinham-se também incólumes: o princípio *unicitário* da organização e o regime da *quotização obrigatória*. Se bem que a nova lei viesse expressamente permitir, em certos casos, a sobreposição parcial de âmbito de representação entre sindicatos de profissão e sindicatos de ramo de actividade (o que, de resto, já se verificava na prática), ficava claro que isso só poderia suceder entre sindicatos "de enquadramento diferente".² Mantinha-se, de facto, o monopólio de representação dos sindicatos e a exclusão do pluralismo, embora se evitasse afirmá-lo — como alega o citado parecer da Câmara Corporativa, que candidamente achava que assim se evitariam as críticas da OIT.³ O pluralismo *idealizado* pela reforma caetanista não ia muito além de uma limitada expressão de tendências preferencialmente apolíticas no interior dos sindicatos únicos.

Quanto à quotização obrigatória, não se lhe tocou. A questão foi simplesmente ignorada — ainda que não pudesse servir de desculpa o facto de a matéria se encontrar

¹ Veja-se *Perintrep semanal* n.º 15/74 do Comando-Geral da PSP, relativo ao período de 6 a 13 de Abril de 1974, publicado pelas edições Afrodite - Fernando Ribeiro de Melo em Maio de 1974 (*Perintrep* é acrónimo de *periodical intelligence report*).

² Decreto-Lei 23.050, de 23 de Setembro de 1933, alterado pelo Decreto-Lei 49.058, de 14 de Junho de 1969, art.º 3.º.

³ Parecer n.º 21/IX, *loc. cit.*, pp. 301-302.

regulada noutro diploma que não a lei da organização sindical. Como é natural, a quotização obrigatória estava relacionada com o regime de unicidade sindical. Ou, mais exactamente, com o sistema de sindicatos únicos da confiança do regime. A diferença é decisiva, como adiante se terá ocasião de comprovar.

Não foi por prudência táctica que Marcelo Caetano se manteve fiel à unicidade, repudiando o pluralismo sindical, mas sim por opção política clara e convicta. Numa entrevista concedida em Outubro de 1969, poucos dias antes das eleições para a Assembleia Nacional, Caetano dizia que a liberdade de se constituírem vários sindicatos na mesma área e na mesma profissão "traduziria um retrocesso, e grande, no mundo português do trabalho".¹ Essa liberdade, reclamada por algumas forças oposicionistas durante a campanha eleitoral, não interessava, na sua opinião, aos trabalhadores, mas sim aos partidos políticos, que pretendiam "politizar os sindicatos e transformá-los, como dantes, em armas de luta, em vez de serem instrumentos de realização pacífica das conquistas do trabalho". Caetano entendia a liberdade sindical noutro sentido, isto é, como faculdade de os trabalhadores se inscreverem ou não no sindicato único, definição que ao Partido Comunista Português certamente não repugnaria.² Como argumento positivo mais forte em apoio da unicidade sindical, Caetano sustentava que "o facto de haver um único sindicato reconhecido em cada distrito permite que ele celebre contratos colectivos sancionados pelo Estado como verdadeiras leis".³ Um fraco argumento, porque a liberdade sindical preconizada pelas convenções da OIT e reclamada por certos sectores não comunistas da oposição em Portugal não contrariava o princípio da *força legal* das convenções, que não dependia da existência de sindicatos únicos.

¹ Entrevista de Marcelo Caetano a João Coito, em *Diário de Notícias*, 23 e 24 de Outubro de 1969.

² Idem, *ibidem*.

³ Idem, *ibidem*.

Relativamente à questão da unicidade sindical poder-se-á constatar ainda uma curiosa convergência estratégica do salazarismo, do caetanismo "liberalizador" e do PCP. Os comunistas portugueses, com efeito, não faziam coro com todas as recomendações da OIT aos governos de Salazar ou Caetano e ainda menos alinhavam com as posições e exigências da CISL. Como vimos, o PCP navegava estrategicamente, e não por tática, nas águas dos sindicatos corporativistas, os quais pretendia, de acordo com a metodologia leninista, "colocar ao serviço dos trabalhadores". Por isso rejeitara desde 1941 (e, com Bento Gonçalves, já desde 1935) a criação de sindicatos paralelos clandestinos e condenara, no pós-guerra, a apresentação de mais de uma lista oposicionista às eleições sindicais.

Por sua vez, a posição do governo de Caetano também não pode ser interpretada como uma continuidade meramente tática. Para além das fortes razões políticas e também doutrinárias acima referidas, Caetano apostava na consolidação de uma nova classe dirigente sindical, fiel ao regime. Esta pautar-se-ia por critérios politicamente neutros de competência e eficácia e seria capaz de prestigiar os sindicatos corporativistas e de granjear o apoio dos associados em eleições mais competitivas que anteriormente. Uma classe de sindicalistas "tecnocratas" (um pouco à imagem da classe política do caetanismo), cuja adesão à doutrina e ao regime poderia ser maior ou menor, desde que não se traduzisse em acções políticas de hostilidade. Se o governo não acreditasse nesta possibilidade, não teria feito sentido manter os sindicatos únicos e deixá-los impassivelmente conquistar por dirigentes oposicionistas.

Passando ao exame da reforma da negociação colectiva, e seguindo o mesmo método que atrás, começemos pelas novidades introduzidas pela nova lei. Não se tratou aqui, como foi o caso da reforma sindical, de fazer alterações num velho decreto-lei, mas sim de elaborar um articulado inteiramente novo. A maior novidade foi, como já se

disse, a consagração da *obligatoriedade de negociar*, decorrente da imposição de uma tramitação, com prazos limitados, a todas as fases do processo de negociação. Não seria doravante possível recusar ou arrastar indefinidamente a negociação ou a revisão de uma convenção colectiva. Desde que existisse o correspondente organismo (ou organismos) de representação patronal — em 1969 a cobertura da rede de grémios estava, enfim, bastante adiantada — um sindicato podia iniciar o processo de negociação com a apresentação de uma proposta de contrato colectivo de trabalho. Teoricamente a mesma iniciativa se proporcionava aos grémios, embora estes por regra a não exercessem. A partir da recepção da proposta, contava o tempo para a resposta da outra parte e para o prazo máximo de conclusão da convenção.

Esta nova regra revolucionava por si só todo o existente quadro legal, tais as suas implicações. Em primeiro lugar, a *iniciativa* das negociações, a *manutenção* destas e a *elaboração* das convenções colectivas passavam para a competência principal e quase exclusiva dos sindicatos e dos grémios (ou empresas), com o conseqüente decréscimo do papel do Estado. Daqui decorria um considerável reforço dos poderes e responsabilidades sindicais. Em segundo lugar, a lei admitia, pela primeira vez sob o regime corporativo, que viessem a surgir "conflitos colectivos de trabalho".¹ Esta eventualidade era tanto mais provável quanto se tornava a negociação obrigatória e se pretendia simultaneamente — pela revisão da lei sindical — diminuir a interferência governamental nos sindicatos e o controlo político dos seus dirigentes. Em terceiro lugar, instauravam-se mecanismos de resolução dos conflitos colectivos. Eram eles a *tentativa de conciliação* (a realizar no seio da Corporação respectiva) ou, caso esta

¹ Decreto-Lei 49.212, de 28 de Agosto de 1969, art.º 1.º, parágrafo 3. No articulado do decreto é a expressão "diferendos colectivos" que é consagrada, mas no preâmbulo fala-se repetidamente de "conflitos", "conflitos colectivos" e "conflitos emergentes das relações colectivas de trabalho", qualificados aliás como "os mais graves conflitos sociais do nosso tempo". O ministro das Corporações, J. Gonçalves de Proença, achando porventura a expressão ainda demasiado rebarbativa do ponto de vista corporativo, preferia dizer "os chamados conflitos colectivos de trabalho" (veja-se, por exemplo, o seu discurso transcrito no *Boletim do INTP*, 28-II-1969, pp. 201 e 203).

falhasse, a *arbitragem*, da competência de uma comissão arbitral composta por três elementos. A arbitragem representava o último recurso da parte que se julgasse prejudicada com o arrastamento do conflito — por regra, os sindicatos.

Para o governo, a instituição da arbitragem representava o aspecto mais relevante da nova lei. Permitiria que o executivo adoptasse uma atitude menos paternalista e se compromettesse menos directamente nas questões laborais. Constituía, por outro lado, a grande justificação para a continuada proibição da greve. De facto, admitindo-se finalmente a inevitabilidade dos conflitos colectivos, a arbitragem era a única alternativa para a greve em caso de impasse nas negociações, uma vez que o governo pretendia *em princípio* abandonar a regulamentação administrativa — questão a que adiante se voltará. No tratamento doutrinário e normativo dado pelo regime à conflitualidade laboral parecia despontar assim uma nova etapa histórica, que logicamente se poderá denominar *corporativização*. Esta surgia depois da *judicialização*, a doutrina inicial do regime (que ficara letra morta desde 1933-34) e da *governamentalização*, que imperara na prática desde o princípio. Tratava-se em 1969 apenas de um primeiro passo, se bem que decidido, no caminho da corporativização dos conflitos colectivos, pois estes ficavam ainda largamente sob a alçada directa ou indirecta do governo.

A importância atribuída à arbitragem na nova lei fica esclarecida se recordarmos que, para Marcelo Caetano, ela constituía o "único processo civilizado" de solucionar conflitos colectivos, substituindo com vantagem a greve,¹ que continuaria obviamente proibida. No fundo, Caetano talvez não acreditasse tão piamente nas virtudes miraculosas da arbitragem ou na possibilidade de Portugal suplantar, na questão da greve, os países mais civilizados. Em 1969, de facto, as greves em Portugal, mesmo ilegais, já começavam a tornar-se uma realidade insofismável e quantitativamente

¹ Marcelo Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, 1974, p. 130.

importante. Caetano, provavelmente, pensaria apenas que legalizar a greve seria encorajá-la, proporcionando assim aquilo que ele mais procurava evitar: a sua utilização como "arma política". O mesmo tipo de reflexão havia sido feito pelos sectores conservadores quando o direito de greve fora reconhecido pela primeira vez em Portugal, após a Revolução de 5 de Outubro de 1910, precipitando uma vaga de paralisações. De resto, nos meios governamentais caetanistas ninguém terá levantado seriamente a hipótese de voltar a legalizar a greve.¹

Nem a tentativa de conciliação nem a arbitragem eram formalmente obrigatórias, mas, na realidade, não alternativa havia para elas. Além disso, o recurso à arbitragem tinha como condição prévia a efectiva realização da tentativa de conciliação. Assim, as partes em litígio não poderiam esquivar-se, sem denotar má-fé, à *disciplina racionalizadora dos conflitos* fixada na lei. Os mecanismos de resolução dos conflitos serviriam também para peneirar as eventuais tentativas de aproveitamento político da acção sindical, que o governo temia acima de tudo.

A questão fulcral da arbitragem era a nomeação do árbitro presidente ou terceiro árbitro — sendo os outros dois nomeados por cada uma das partes. Com efeito, sobre o árbitro presidente recaía a responsabilidade de uma decisão que teoricamente podia ser tomada por unanimidade, mas se antevia que viesse a ser quase sempre por maioria de dois contra um. Depois de se terem encarado várias hipóteses pelo governo e pela Câmara Corporativa, ficou estabelecido na lei que o terceiro árbitro seria escolhido pelos dois primeiros. Uma solução aparentemente conforme aos cânones do "corporativismo de associação", mas de aplicação problemática. Em Outubro do ano

¹ Entrevista com J. L. Nogueira de Brito. Para se fazer uma ideia do carácter tabu desta questão, basta referir que nem mesmo o projecto de revisão constitucional apresentado à Assembleia Nacional, em Dezembro de 1970, pelos deputados da "ala liberal" propunha a supressão ou alteração do artigo 39.º, que proibia a greve.

seguinte (1970), como se verá, o governo recuará, chamando a si a escolha do terceiro árbitro.

Passando ao que a nova lei manteve do anterior regime da negociação colectiva, deve primeiramente citar-se a regulamentação *administrativa* das condições de trabalho. Reservava-se a sua utilização para os casos, considerados excepcionais, em que a via *convencional* não fosse possível, quando "os superiores interesses da economia nacional e da justiça social" o exigissem ou, ainda, na ausência de organizações representativas das partes. As condições de trabalho nestes casos seriam estipuladas pelo governo, através de *portarias de regulamentação do trabalho* (anteriormente denominadas despachos normativos). Apesar da fé aparentemente inquebrantável na arbitragem, o governo sabia que, se esta por algum motivo falhasse no cumprimento do papel que lhe era cometido, restava sempre o recurso às portarias regulamentadoras. Do ponto de vista do regime, com efeito, que garantia decisiva poderia a arbitragem oferecer de fazer prevalecer o "interesse geral" ou "nacional"?

Mas se o governo da Caetano não abdicava de intervir, ainda que a título supletivo e excepcional, na estipulação das condições de trabalho, também não desistia de ter *sempre a última palavra* a dizer. Com efeito, a nova lei mantinha a homologação ministerial das convenções assinadas pelas partes e — note-se bem — das próprias decisões arbitrais, sem a qual estas não tinham eficácia. Compreende-se, contudo, que nas novas circunstâncias essa última palavra pudesse ser realmente importante para o governo — não no passado, quando todo o processo de contratação colectiva estava sob o controlo directo do INTP. A homologação, um autêntico direito de veto do ministro das Corporações, era a garantia de que nada de importante seria estipulado pelas partes contra a vontade do governo, agora que este havia optado por se manter a uma certa distância da negociação propriamente dita. O governo de Caetano, *renovando na*

continuidade a política intervencionista de Salazar, não se mostrava disposto a deixar simplesmente ao arbítrio dos negociadores de contratos colectivos "deliberações de tamanha influência na vida económica, sobretudo pelas consequências que em período inflacionário podiam resultar".¹ Pretendia sobretudo impedir o *efeito de imitação* que poderiam provocar salários demasiado altos eventualmente negociados em certos sectores. Curiosamente, estes argumentos coincidiam com os avançados anos antes, só que no passado não se registava ainda qualquer inflação significativa.

Se a atitude adoptada tendia a perpetuar uma interferência burocrática e paternalista nas relações laborais, a preocupação do governo de Caetano com as perspectivas de agravamento da inflação tinha, essa sim, fundamento. A partir de 1969, com efeito, vai observar-se uma escalada da taxa de inflação em Portugal, no seguimento, aliás, de um aumento moderado iniciado em 1965. A escassez de mão-de-obra, sobretudo especializada, resultante do forte fluxo emigratório da década de 60 e da mobilização militar para a guerra nas colónias, conjugava-se com factores inflacionistas provenientes do sector agrícola e com a intensificação do ritmo de crescimento da economia e o aumento da procura nos mercados interno e externo. Numa análise retrospectiva, o salto operado pela taxa de inflação entre 1969 e 1971 será atribuído à acção de um novo factor: a alteração das condições de determinação dos salários industriais, na sequência das reformas laborais caetanistas.² É contudo muito difícil, em nossa opinião, avaliar as verdadeiras repercussões da liberalização da contratação colectiva nos aumentos salariais e, por tabela, na taxa de inflação, num período em que todas as outras condições económicas nacionais se conjugavam no mesmo sentido de alta dos salários e dos preços.

¹ Marcelo Caetano, *op. cit.*, p. 139.

² Daniel Bessa, "O processo inflacionário português no pós-25 de Abril de 1974", em *Pensamiento Iberoamericano*, n.º 9, Janeiro-Julho de 1986, pp. 389-400.

As reformas laborais caetanistas de 1969 ficaram longe de satisfazer o Comité de Liberdade Sindical da OIT. Examinando de novo, em princípios de 1970, a queixa apresentada pela CISL contra o governo português, o Comité constataria a permanência na nova legislação de várias das antigas restrições à liberdade sindical e de negociação colectiva, bem como a continuada interferência do Estado em ambos os campos.¹ Verificava, nomeadamente, a manutenção do sistema de homologação das convenções colectivas (agora incidindo também sobre as decisões arbitrais), situação considerada inconciliável com a adesão de Portugal aos princípios consignados na Convenção 98 da OIT.² Na sua resposta às críticas formuladas pelo Comité de Liberdade Sindical, o governo português alegaria que a homologação das convenções colectivas se resumia a um simples *registo administrativo*, para se conferirem as convenções assinadas pelas partes com a legislação em vigor. Explicação esta que, a breve trecho, a prática se encarregou de desmentir completamente.

Em resumo, pelas novas leis, o governo mostrava sobretudo a sua *disposição* de abrir caminho a uma gradual emancipação dos sindicatos da tutela administrativa e a uma progressiva autonomização da negociação colectiva. Mas as precauções de que as leis se rodeavam eram tais e tantas que tornavam as reformas reversíveis ou condicionais. Sem contar com a eventualidade — nada remota, como se verá — de futuras alterações ou "aperfeiçoamentos" da legislação contribuírem para retroceder sobre os passos dados na chamada *abertura*.

Em todo o caso, se o governo não tivesse por si próprio assumido uma atitude de extrema prudência precavendo-se de muitos modos contra os possíveis aproveitamentos "abusivos" e consequências indesejadas da abertura, os próprios trabalhadores e os

¹ ILO - *Official Bulletin - Supplement* n.º 2, 1970, pp. 1-36.

² H. Nascimento Rodrigues, *Regime Jurídico das Relações Colectivas de Trabalho Anotado*, Coimbra, 1971, p. 87.

meios oposicionistas ter-lhe-iam fornecido os motivos e os pretextos. Com efeito, nos meses que antecederam a aprovação e promulgação das novas leis laborais, quando já eram conhecidos os textos dos projectos e estes se encontravam para apreciação na Câmara Corporativa, desencadeou-se uma vaga de agitação laboral (e estudantil), bem como um surto de greves nas empresas da cintura industrial de Lisboa sem paralelo nas décadas precedentes. O momento político — a sucessão do líder do regime — era julgado particularmente favorável para a intensificação das lutas reivindicativas. Aproveitar a "demagogia liberalizante" e virá-la contra o próprio governo era a palavra de ordem comunista. O PCP alertava para o "perigo maior" de os trabalhadores acreditarem em qualquer liberalização do regime, porque nem o governo nem o patronato cederiam nada por vontade própria.¹ Desde o início que o governo de Caetano vinha qualificado na imprensa comunista de "governo da ditadura terrorista dos monopólios (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários" ² ou de continuador do salazarismo sem Salazar.³ Após a vaga de agitação e greves dos primeiros meses de 1969, o PCP congratulava-se pelo seu efeito de agudização das dificuldades do governo, enquanto censurava o político socialista Mário Soares por este se ter mostrado receptivo às medidas "falsamente liberalizadoras" de Caetano.⁴ Num desafio frontal à objectividade, o PCP — denunciando algum pânico e desorientação perante as "dádivas" liberalizadoras do regime — acabaria por concluir que tinham sido as lutas dos trabalhadores no princípio de 1969 que tinham *forçado* o governo a operar as modificações da legislação sindical.⁵ Isto apesar da prévia posição tomada pelo

¹ *Avante!* n.º 397, Dezembro de 1968, pp. 1 e 4.

² *Avante!* n.º 396, Outubro-Novembro de 1968, p. 1.

³ *Avante!* n.º 398, Janeiro de 1969, p. 1.

⁴ *Avante!* n.º 404, Julho de 1969, p. 3.

partido, segundo a qual nada havia mudado, senão para pior, com as reformas laborais caetanistas. E apesar, como vimos, de o PCP ter feito o que estava ao seu alcance para as dificultar.

2. Acolhimento e execução das reformas. A reanimação sindical.

As reformas laborais de 1969 tiveram em geral um acolhimento muito crítico. Os sectores mais fiéis à política salazarista — aos quais era sensível o próprio ministro das Corporações, J. Gonçalves de Proença, que viria a ser substituído em Janeiro de 1970 — mostravam-se preocupados com o rumo que o regime levaria "com tantas liberdades sindicais".¹ Por seu turno, na difusa área política situada entre o regime e a oposição, de onde saiu a chamada *ala liberal* do regime, as reformas laborais foram julgadas por muitos como insuficientes. Mário Pinto, jurista ligado aos meios católicos "liberais" e que tinha sido consultor do Sindicato dos Bancários do Porto em 1966-67, diz ter recusado o convite de Caetano para o cargo de secretário de Estado do sector do Trabalho por concluir que seria "impossível fazer o que queria".² Nos seus estudos publicados entre 1963 e 1973 sobre conflitos de trabalho e estruturas sindicais, Mário Pinto mostrava-se favorável nomeadamente à institucionalização da conflitualidade e da própria greve, à independência dos sindicatos em relação ao Estado e à possibilidade de

⁵ Idem, ibidem. O dirigente comunista José Vitoriano, que tinha então a seu cargo a "frente sindical" do partido, disse taxativamente que foi na conjuntura criada pela "poderosa vaga de lutas" nas empresas dos primeiros meses de 1969 que Marcelo Caetano "sentiu necessidade de introduzir na legislação sindical algumas alterações pretensamente liberalizantes" (*O PCP e a Luta Sindical, op. cit.*, p. 286). Álvaro Cunhal defendeu idêntico ponto de vista em "Une année de grands événements", em *La Nouvelle Revue Internationale*, n.º 3, Março de 1970.

¹ Entrevista com Joaquim Silva Pinto.

² Entrevista com Mário Pinto.

existência do nível confederal de organização sindical. Francisco Sá Carneiro, deputado da *ala liberal* entre 1969 e 1973, confiou inicialmente na possibilidade de uma reforma da vida sindical — ciente embora das restrições mantidas pela lei à liberdade sindical, ou seja, a existência de "sindicatos oficiais e únicos", que reprovava.¹

Do lado da oposição democrática moderada, apontava-se sobretudo o carácter "pouco ambicioso" da reforma sindical, embora se reconhecessem algumas "melhorias relativas". Segundo o sindicalista Mário Pina Correia (católico, eleito para a direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa em 1968, mas que viu recusada a sua homologação pelo ministro das Corporações já em 1969), o governo tinha esperado 36 anos para modificar somente "aspectos circunstanciais" da lei. Na sua opinião, tinham ficado por satisfazer não só as recomendações da OIT como os próprios objectivos expressos pelos Colóquios Nacionais do Trabalho do princípio da década.² Outros apodavam a reforma sindical de conjunto de "habilidades político-jurídicas", considerando que o governo perdera uma oportunidade histórica de conferir aos sindicatos representatividade, independência relativamente ao poder político e força contratual, entendida como maior dimensão.³ Mas, embora críticos, estes meios moderados duma maneira geral acharam que, pelo menos inicialmente, valia a pena fazer um esforço para o aproveitamento das alterações introduzidas na legislação, "confiantes em que o diálogo com o governo era possível".⁴

Do lado da oposição organizada clandestinamente, nomeadamente o PCP, as reacções críticas às reformas caetanistas foram desde o início muito mais extremadas.

¹ Francisco Sá Carneiro, *Textos – 1.º Volume (1969-1973)*, EPSP, Lisboa, 1981, pp. 33-34 e 443-444.

² "Problemas e evolução do sindicalismo", mesa-redonda com a participação de representantes das três listas oposicionistas que se apresentaram às eleições para deputados de Outubro de 1969: Mário Pina Correia (CEUD), Manuel Bidarra (CDE) e Henrique Barrilaro Ruas (CEM), em *Diário de Lisboa*, 12 e 13 de Outubro de 1969.

³ Manuel Bidarra em "Problemas e evolução do sindicalismo", *loc. cit.* na nota anterior.

⁴ Entrevista com Armando Santos (actual secretário-geral do Sindicato dos Seguros do Sul e Ilhas).

Os dirigentes comunistas achavam, por exemplo, que a nova lei da negociação colectiva vinha "limitar ainda mais os direitos dos trabalhadores", reforçando "o controlo governamental sobre a discussão dos contratos colectivos de trabalho e a sua resolução final" bem como o "predomínio da imposição patronal". Apenas "alguns pequenos recuos" do governo, resultantes de uma hipotética ofensiva prévia dos trabalhadores, se poderiam contabilizar positivamente na nova lei. Mas até nesses casos teriam os trabalhadores de lutar, novamente, pela sua concretização prática.¹ Exemplo dos "pequenos recuos" que o PCP assinalou foi a imposição de prazos ao processo de negociação. A posição comunista sobre a nova legislação sindical não era mais favorável, apesar de a considerar também resultado da luta dos trabalhadores. Assim, sobre o controlo governamental dos sindicatos era dito que "se possível, aumentou ainda mais". Quanto à judicialização do controlo da legalidade da acção sindical, as perspectivas seriam as mais sombrias, dada a "composição de classe" dos tribunais e o facto de os juízes serem nomeados pelo governo.² Onde a nova lei previa a possibilidade de os sindicatos nomearem delegados nas empresas, o dirigente comunista José Vitoriano via uma medida destinada a combater a representatividade das "comissões de unidade" cuja formação o PCP promovia nas empresas.³ Onde a lei apontava (ainda que vagamente) para o aumento da dimensão dos sindicatos pela suposta via de fusões, o mesmo dirigente detectava uma manobra para provocar um maior afastamento geográfico dos trabalhadores das sedes dos seus sindicatos.⁴

Em 1969 eram raras as vozes que em Portugal reclamavam expressamente a possibilidade de criação de *novos sindicatos*, ao lado dos existentes e, logicamente, em

¹ *Avante!* n.º 407, Outubro de 1969.

² *Avante!*, n.º 404, Julho de 1969.

³ José Vitoriano, *Experiências de Três Anos de Luta Sindical*, ed. *Avante!*, 1973.

⁴ *Idem*.

concorrência com eles. Os comunistas, que eram em Portugal a força política oposicionista mais organizada, nomeadamente na "frente sindical", viam assim prevalecer com aparente facilidade a sua estratégia entrista, unitária e unicitária. Mesmo em sectores não comunistas da oposição, pensava-se ou admitia-se, com efeito, que não seria benéfico para a própria classe trabalhadora a existência de um pluralismo sindical dentro da mesma profissão ou sector de actividade.¹ A ideia da conveniência de um futuro movimento sindical único, no *prolongamento* da organização sindical corporativista, parecia reunir então um largo consenso entre as diversas tendências oposicionistas, embora alguns vincassem bem, já em 1969, a condição de todas as correntes sindicais e ideológicas serem respeitadas e poderem ter expressão dentro dos sindicatos.² Não se pode deixar de relacionar esta ressalva com a fractura ocorrida no bloco da oposição nas eleições para deputados desse mesmo ano. No meio de acusações feitas aos comunistas de tentarem exercer o seu "domínio monolítico" na coligação eleitoral "unitária" CDE – Comissão Eleitoral Democrática, a corrente socialista, aliada a católicos, apresentaria uma segunda lista oposicionista, a CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática, em alguns dos principais círculos eleitorais, recolhendo contudo muito menos votos que a primeira.

Linha estratégica divergente da orientação dos comunistas era a de alguns agrupamentos esquerdistas e de certos meios católicos de esquerda, que antes de 1974 falaram em criar sindicatos ou estruturas sindicais paralelas, forçosamente clandestinas, mas muito pouco ou nada adiantaram na prática. Haverá discussões e significativas divergências entre algumas correntes sindicais oposicionistas a propósito destas e outras questões — assunto a que ainda se voltará — mas sempre com fácil prevalência final da

¹ Manuel Bidarra, em "Problemas e evolução do sindicalismo", *loc. cit.* O militante católico Manuel Bidarra estava então ligado à coligação unitária CDE.

² Mário Pina Correia em "Problemas e evolução do sindicalismo", *loc. cit.*

posição comunista. Em 1973, no 3.º Congresso da Oposição Democrática (Aveiro, 4-8 de Abril), o socialista Francisco Marcelo Curto,¹ consultor jurídico de vários sindicatos, tomou a defesa do *pluralismo sindical*, que na sua opinião não excluía a "unidade dos sindicatos na sua luta por melhores condições salariais e de trabalho", negando mesmo que a unidade (organizativa) sindical fosse "em si mesma, um benefício ou vantagem para os trabalhadores".² Esta posição, embora não completamente isolada, não encontrava na altura um eco considerável nos meios sindicais (e até políticos) da oposição e, muito menos, nos meios ligados ao poder. Prenunciava, contudo, os debates em torno desta questão que, num contexto político muito diferente, eclodirão após a Revolução, em finais de 1974.

Enfim, outras vozes, muito dispersas e de fraca expressão no mundo do trabalho, recusavam o "entrismo" e admitiam já em 1969 o pluralismo de organizações sindicais, tal como existia em vários países europeus, considerando, por exemplo, desejável a existência futura de sindicatos agrupando trabalhadores "segundo as suas afinidades ideológicas".³

A este panorama pouco diversificado, em que preponderava quase sem contestação uma posição coincidente com a linha estratégica do PCP (e convergente, no ponto da unicidade, com a rígida posição governamental), não era alheio o bloqueio da situação política portuguesa e a consequente falta de perspectivas de alteração profunda do quadro sindical. A situação pouco evoluirá até 1974, devido também, à relativamente forte unidade oposicionista fomentada, tanto no plano político como no sindical, pelo conservadorismo inábil de Marcelo Caetano. A quebra nos anos 30 com uma autêntica

¹ F. Marcelo Curto seria um dos 27 fundadores do Partido Socialista, em reunião realizada na Alemanha Federal em 1973, poucos dias após o congresso oposicionista de Aveiro.

² 3.º Congresso da Oposição Democrática — *Teses*, 2ª secção, Seara Nova, 1974, pp. 224 e 228.

³ Ver, por exemplo, Henrique Barrilero Ruas (ligado, em 1969, à CEM — Comissão Eleitoral Monárquica), em "Problemas e evolução do sindicalismo", *loc. cit.*

tradição associativa, a forçada inexperiência política dos trabalhadores e algum isolamento relativamente ao sindicalismo europeu ocidental eram outros factores importantes da situação sindical em 1969.

Deste modo, quando a abertura política do regime e as novas leis laborais dão o sinal de partida para a desejada reanimação da vida sindical, as ideias ou projectos que aparecem acerca das estruturas organizativas mais convenientes assentam basicamente nos sindicatos existentes ou no quadro por eles definido, na esteira, aliás, das propostas de reestruturação sindical avançadas anos antes, nos Colóquios Nacionais do Trabalho, e da própria filosofia que havia presidido à elaboração das reformas. Falar-se-á assim de pulverização sindical, de sindicatos pequenos e pobres, de divisão e descoordenação, de ineficácia, de falta de poderes, de incapacidade técnica dos dirigentes, bem como dos remédios necessários para pôr fim a essas situações. Em certos meios oposicionistas defendia-se, por exemplo, que só uma evolução para sindicatos de ramo de actividade asseguraria uma acção sindical coesa e eficaz,¹ adequada, além do mais, à estrutura dos grémios, obviamente organizados por actividades. Outros defendiam grandes sindicatos de âmbito nacional, de ramo ou de profissão, criados a partir dos existentes por fusão de sindicatos distritais ou pluridistritais.

O PCP não se ocupava muito do estudo ou discussão destas questões sobre o enquadramento sindical desejável, ou, pelo menos, não o fazia segundo uma óptica especificamente sindicalista, de defesa dos interesses dos associados. Essas questões interessavam-lhe quase exclusivamente dum ponto de vista político, isto é, do ponto de vista da luta de classes e da luta contra o regime. Deveriam os sindicatos ser grandes ou pequenos? Distritais ou nacionais? Profissionais ou de ramo de actividade? Que novos

¹ Ver, por exemplo, F. Marcelo Curto, "O sindicalismo em questão", *Seara Nova*, n.º 1.496, Junho de 1970, com a chegada de Dulcínio Caiano Pereira no n.º 1.500 da mesma revista (Outubro de 1970) ou os comentários de Manuel Bidarra em "Problemas e evolução do sindicalismo", *loc. cit.*

sindicatos (ao abrigo da lei) deveriam ser criados? Como resposta, tudo dependeria, para os comunistas, das *condições concretas de cada situação*.¹

Assim, que algumas centenas de delegados de propaganda médica tivessem em 1963 deixado de pagar quotização para o Sindicato dos Caixeiros e formado o seu próprio sindicato, nada haveria a dizer. Os comunistas viriam até a interessar-se muito por esse novo sindicato. Mas quando, alguns anos depois, em 1971, um grupo de vendedores (caixeiros viajantes e de praça) propunham destacar-se do dito Sindicato dos Caixeiros de Lisboa para fundarem, como os seus colegas do Porto já haviam feito, um sindicato que poderia vir a abranger cerca de 6.000 associados na região da capital — isso já foi considerado um divisionismo condenável.² O Sindicato dos Caixeiros de Lisboa tinha então (desde 1970) na sua direcção e no seu aparelho administrativo vários elementos comunistas ou próximos. Mobilizando os associados, a direcção conseguiu frustrar a tentativa autonomista, conotando-a com a anterior direcção do sindicato, derrotada nas eleições. A autonomização consumir-se-á, todavia, após o 25 de Abril, com a criação do Sindicato dos Técnicos de Vendas.

Por princípio, o PCP declarava-se favorável a estruturas sindicais que não dividissem os trabalhadores nas empresas. Mas quando, por volta de 1972, um grupo de trabalhadores de várias tendências pretendeu fundar um novo sindicato de âmbito nacional agrupando todos os assalariados das indústrias de construção e reparação naval, o PCP condenou e combateu a iniciativa. Os comunistas argumentaram então que o novo sindicato enfraqueceria os sindicatos metalúrgicos distritais (tradicionais bastiões de militância comunista) e provocaria uma situação de afastamento geográfico de milhares de trabalhadores das indústrias navais da sede do seu sindicato nacional. Haveria ainda o risco de uma empresa dominante no sector (Lisnave) que urdiria planos

¹ *O PCP e a Luta Sindical*, op. cit., p. 297.

² Circular nº 17, de 5-III-1971, do Sindicato dos Caixeiros de Lisboa.

de monopolizar toda a construção naval do país — poder vir a "dominar" o sindicato.¹ Com efeito, o PCP julgava saber que a ideia da criação de um sindicato de todas as profissões da indústria de construção e reparação naval fora "soprada pelos donos da Lisnave", ou seja, "os tubarões da CUF e os seus associados estrangeiros".² Acusação desmentida por um dos líderes da iniciativa, o católico progressista Manuel Bidarra, segundo o qual haveria inclusive alguns trabalhadores comunistas envolvidos na tentativa de criação do novo sindicato.³

A atitude do PCP perante o movimento sindical podia pois considerar-se extraordinariamente flexível no plano tático, mas clara e coerente no plano estratégico, o que lhe valia, desde essa época, acusações de "oportunismo", "reformismo" e "revisionismo" vindas sobretudo do lado dos esquerdistas. Por detrás do grande radicalismo e intransigência verbais manifestados, por exemplo, na imprensa partidária clandestina, os comunistas moviam-se realmente com bastante prudência e perícia nos sindicatos e instituições corporativas durante os anos do caetanismo. Segundo afirmaria mais tarde o líder comunista Álvaro Cunhal, o PCP não tomou de assalto o aparelho sindical *após* o 25 de Abril de 1974, mas sim *antes*: "Na verdade, o movimento operário e, com ele, o PCP tomaram de 'assalto' os sindicatos fascistas já no próprio tempo do fascismo e transformaram-nos naquilo que sempre deviam ter sido, organizações de classe dos trabalhadores." ⁴ O que, se não corresponde, nos termos usados, inteiramente à verdade, encerra pelo menos uma boa parte dela.

¹ *O PCP e a luta Sindical*, *op. cit.*, pp. 296-297.

² *Idem*, p. 282.

³ Entrevista com Manuel Bidarra. Segundo este, a rejeição da iniciativa pelo PCP apenas se deveu ao facto de os comunistas não dominarem o processo. A circunstância de a administração da Lisnave achar igualmente vantajoso que houvesse apenas um interlocutor sindical e não quinze ou vinte, como até então, não prova, segundo Bidarra, que a ideia de formação do novo sindicato tivesse sido "soprada" pela empresa.

⁴ Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro*, Lisboa, 1976, p. 45.

Exceptuando, pois, alguns agrupamentos políticos de extrema-esquerda, mais implantados no meio estudantil do que no laboral, e que repudiavam a actuação nos sindicatos "fascistas", pode dizer-se que, na prática, a resposta dos meios oposicionistas à política de abertura sindical do governo de Caetano foi no sentido do aproveitamento total das novas margens de actuação. Como consequência, entre 1969 e 1971 — ou seja, no primeiro triénio do governo caetanista — perto de 30 sindicatos seriam conquistados por direcções eleitas em listas constituídas ou participadas por elementos da oposição, também designadas direcções *representativas* ou *da confiança dos trabalhadores*. Para se ser mais exacto, o início deste movimento situou-se pouco tempo após a chegada de Marcelo Caetano ao governo, ainda antes da publicação das novas leis laborais (Junho e Agosto de 1969), como reflexo do clima de confiança gerado pelas expectativas de liberalização do regime.

Em Janeiro de 1969 seria finalmente homologada pelo governo a direcção oposicionista dos bancários de Lisboa eleita em Março do ano anterior, após várias pressões exercidas sobre o ministro, nomeadamente através do envio de cartas a Marcelo Caetano e publicadas na imprensa.¹ Ainda assim, dois dos membros da nova direcção (um católico e um marxista independente) não obtiveram o sancionamento ministerial, contrariamente a dois elementos comunistas, que o ministro deixará passar, talvez por falta de informação a seu respeito. Um destes dois elementos, Daniel Cabrita, cuja filiação no clandestino PCP era naturalmente desconhecida dos bancários, assumirá a presidência da direcção do Sindicato após a respectiva tomada de posse, em 20 de Fevereiro de 1969. Dos dois dirigentes excluídos pelo ministro Gonçalves de Proença, o marxista independente António Guedes não desistiria de assumir (informalmente) as suas funções, frequentando o sindicato após o horário de trabalho. O outro, o católico

¹ Entrevista com António Ferreira Guedes.

Mário Pina Correia, seria substituído (também informalmente) pelo comunista Antero Martins. Aumentava assim para três o número de membros do PCP na direcção dos bancários de Lisboa.¹

No Sindicato dos Bancários do Porto, em eleições realizadas em Fevereiro de 1969, seriam praticamente reconduzidos os corpos gerentes eleitos em 1966, da confiança dos meios oposicionistas e compostos por católicos progressistas, comunistas (ou próximos) e outros. Se em 1966 estes corpos gerentes haviam sido eleitos com somente 80 votos em lista única (o que não era, pois, exclusivo das direcções pró-governamentais), em 1969 aparecera uma segunda lista, próxima do regime, mas que foi batida por grande diferença (1.478 votos contra 212). A homologação da direcção tardaria até Outubro desse ano, sendo concedida apenas dias antes das eleições para deputados à Assembleia Nacional.

Igualmente nos primeiros meses de 1969, em dois sindicatos de operários metalúrgicos nortenhos foram eleitas "listas da classe" (segundo o PCP). O primeiro, o Sindicato dos Metalúrgicos de Braga, só em fins de Dezembro desse ano conseguiu a homologação dos eleitos, que foi festejada como uma "magnífica vitória" pelos dirigentes comunistas.² No segundo, o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, a vitória eleitoral conseguida em Fevereiro desse ano por 435 votos contra 333 (cerca de 300 destes últimos por correspondência) foi de imediato anulada, no meio de grandes protestos da própria assembleia eleitoral.³ O presidente da mesa invocaria a ilegalidade da lista vencedora, que antes considerara preencher as condições. Com a complacência das autoridades, que tentaram persuadir, sem êxito, a lista oposicionista a chegar a um

¹ Entrevistas com os antigos dirigentes bancários de Lisboa Fernando Moura Palhaça, António Ferreira Guedes e Antero Martins, este último actual [1990] dirigente da CGTP-IN.

² *O PCP e a Luta Sindical*, op. cit., p. 248.

³ Eduardo Serpa, *Em Portugal: Sindicatos e Subversão*, s/l., [1972], p. 5.

entendimento de partilha com a direcção cessante, esta última iria manter-se no cargo até 1970.

Sempre em Fevereiro de 1969, realizaram-se as eleições para a direcção central do Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa. Tinha então este sindicato mais de 50.000 quotizantes, 30.000 dos quais sócios inscritos. Era um dos sindicatos mais bem organizados, seguramente o de maior volume de quotizações em Portugal. Globalmente, talvez se pudesse considerar o mais importante sindicato do país. Estava organizado por secções de actividade, cujos dirigentes eram eleitos trienalmente. A direcção central era por sua vez eleita por um colégio composto pelos representantes das secções de actividade. Em 1969, de acordo com um costume contestado pela oposição, os representantes das secções de actividades eleitos nos meses precedentes não puderam participar na escolha da direcção central, mas sim e apenas os representantes eleitos em 1966, cujo mandato havia já terminado. Tratava-se de um mecanismo não estatutário que só possibilitava a conquista da direcção central do sindicato em, pelo menos, duas eleições consecutivas. A lista oposicionista para, a direcção central foi pois derrotada, mas impugnou as eleições em tribunal — o que acontecia pela primeira vez nos 36 anos do regime corporativo e, por si só, constituía uma grande novidade. O tribunal confirmaria, entretanto, a legalidade das eleições. A lista "corporativista" eleita incluía, contudo, Álvaro de Campos Marçal, um elemento moderado, de formação católica, que iria presidir à direcção e "abrir o sindicato à linha defendida pela lista oposicionista".¹ Como várias das secções de actividade do Sindicato tinham por sua vez dirigentes recentemente eleitos conotados com a oposição (católicos, comunistas e outros), a derrota da lista oposicionista mais parecia uma meia vitória. Um dos líderes desta lista, o comunista Caiano Pereira (que pertencera, aliás, à direcção central cessante), iria

¹ Entrevista com Dulcínio Caiano Pereira. Segundo o actual [1990] dirigente socialista Maldonado Gonelha, que foi dirigente sindical antes de 1974, Álvaro de Campos Marçal "não era pessoa do regime", mas sim um "militante católico" (entrevista com Maldonado Gonelha).

mesmo integrar um *grupo de trabalho* do sindicato com a missão de dar apoio à direcção em matéria de informação e formação sindical.¹

Além destes, outros sindicatos de menor dimensão elegeram direcções homogéneas de oposição ou integrando um ou vários elementos oposicionistas. Entre esses estava o Sindicato dos Delegados de Propaganda Médica, atrás já referido, que havia sido criado em 1963 e reunia algumas centenas de profissionais. Um sindicato muito pequeno, mas cujos associados aliavam um grande activismo a uma extrema mobilidade no país. Os impulsionadores da criação do sindicato, entre os quais o militante católico José Teodoro da Silva, tinham entrado em conflito com o Ministério das Corporações, que não aceitara os estatutos propostos. A direcção do sindicato foi assim confiada a um grupo de trabalhadores que aceitou o modelo de estatutos impostos pelo governo.² Entre 1967 e 1969, os profissionais que se opunham à direcção, entre os quais militantes católicos e vários comunistas muito activos, montaram uma operação de "abordagem" ao sindicato.³ Conseguiram a suspensão da direcção em 1967 por irregularidades financeiras, mas o governo voltou a nomear, impassível, os dirigentes suspensos para uma *comissão administrativa* do sindicato. Já sob o governo de Caetano, os dirigentes em causa serão definitivamente suspensos. Em eleições realizadas em 31 de Outubro de 1969 é, por fim, eleita uma direcção presidida por José Teodoro da Silva e incluindo vários elementos do PCP ou ligados à coligação CDE. É uma das primeiras

¹ "Caiano Pereira responde", *Expresso* 29-XII-1973, p. 9. É de notar que, sendo a filiação comunista antes de 1974 mantida em segredo, não é possível saber com exactidão a data de adesão ao PCP de muitos sindicalistas que posteriormente se revelaram comunistas. Também não se pode presumir que essa filiação fosse então conhecida pela massa associativa dos sindicatos, o que era altamente improvável, dadas as circunstâncias políticas anteriores a 1974.

² Entrevista com José Teodoro da Silva.

³ Entrevista com Alfredo Morgado. Segundo Morgado (antigo militante católico, funcionário do CCO de Lisboa até 1967, delegado de propaganda médica a partir desse ano), teria sido o militante comunista José Maria do Rosário, delegado de propaganda médica, a dirigir as operações de "abordagem" ao sindicato. Outros comunistas muito activos no sindicato foram Álvaro Rana, Américo Costa Pereira (futuros dirigentes da Intersindical), José Perdigo e Fernando Paraíso Guerreiro. Domingos Abrantes, dirigente do PCP, actual [1990] responsável partidário pelo pelouro do trabalho e sindicatos, também foi, em 1973, funcionário do Sindicato de Propaganda Médica.

direcções sindicais que não necessitará da homologação ministerial para tomar posse, nos termos da nova lei.

A partir das eleições legislativas de 26 de Outubro de 1969, o avanço das forças oposicionistas sobre as direcções sindicais acelerou-se, aproveitando um denso calendário de eleições nos sindicatos. A entrada em vigor das novas leis laborais, bem como a mudança do responsável pelo sector governamental do trabalho, em Janeiro de 1970, com a posse do secretário de Estado do Trabalho Joaquim Silva Pinto,¹ compunham um quadro bastante diferente do do primeiro governo de Caetano. Mas o processo das eleições para deputados de 1969 constituiu, até pelas frustrações que gerou, um impulso decisivo à acção oposicionista no plano sindical. Após aquilo que a oposição qualificou, como no passado, de *burla eleitoral* — as listas da CDE, CEUD e CEM não colocaram um único deputado na Assembleia Nacional — tornava-se mais claro que a liberalização política continuaria bloqueada. Ora no campo sindical desenhava-se uma margem de relativa liberdade, que se traduzia na possibilidade de substituir, ainda que por vezes com alguma luta, as direcções da confiança do governo, tranquilamente eleitas no passado por escassas dezenas de votantes. Naturalmente, a luta política tenderia a deslocar-se para esse espaço de relativa liberdade. Por outro lado, a dinâmica e a mobilização geradas durante a campanha eleitoral, em particular em torno das *comissões* ou *grupos socioprofissionais* da CDE, seriam eficazmente aproveitadas nas várias profissões que a curto prazo tinham eleições sindicais. Foi como que uma continuação, nos sindicatos, da campanha eleitoral para a Assembleia Nacional, só que com resultados substancialmente diferentes para as forças da oposição.

¹ O novo ministro das Corporações (acumulando com a pasta da Saúde e Assistência), Baltazar Rebelo de Sousa, delegava praticamente em J. Silva Pinto a gestão da área do Trabalho. A nova Secretaria de Estado do Trabalho (e não das Corporações) anunciava no seu nome uma nova atitude relativamente às questões laborais. Em Março de 1969 havia já tomado posse como subsecretário de Estado do Trabalho J. L. Nogueira de Brito, que em Janeiro de 1970 se manteria nesse posto, mas abaixo do secretário de Estado J. Silva Pinto. O ministro substituído, J. Gonçalves de Proença, mostrava-se por essa altura já abertamente crítico em relação à liberalização sindical (entrevista com Joaquim Silva Pinto).

Uma dessas profissões eram os caixeiros de Lisboa, classe em que logo após as eleições para deputados se iniciou, sob a direcção de José Pinela,¹ um movimento reivindicativo pela *semana inglesa* (com redução do horário semanal de 48 para 44 horas). A acção articulava-se com a campanha pela conquista da direcção sindical. Em 13 de Abril de 1970, após eleições prévias em três das quatro secções² do sindicato, um colégio elegeu por grande maioria a lista oposicionista. A direcção passou a ter uma maioria de elementos comunistas e independentes próximos do PCP.³ Uma semana antes, em 5 de Abril de 1970, outro sindicato fora conquistado por uma lista de oposição: o Sindicato dos Lanifícios de Lisboa, cujo líder passou a ser Manuel Lopes, antigo militante católico, agora da área socialista revolucionária. No mesmo ano, outros sindicatos do sector dos lanifícios (Gouveia, Covilhã) seriam igualmente conquistados por listas oposicionistas, que em conjunto puderam designar a direcção da Federação Nacional dos Lanifícios (Outubro de 1970). Mas já nos primeiros meses de 1970, dois outros sindicatos haviam sido ganhos por listas da oposição: o dos jornalistas, em Fevereiro, e o dos assistentes sociais, em Março.

Em Junho e Julho de 1970, listas oposicionistas venceram no Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa (1.436 votos contra 18) e no Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, onde a afluência às urnas foi ainda maior. A direcção dos metalúrgicos de Lisboa, chefiada por António dos Santos Júnior, católico de esquerda, incluía elementos comunistas e de extrema-esquerda. Os três principais postos eram ocupados por mecânicos altamente qualificados da manutenção de aviões da TAP, empresa de onde

¹ José Malaquias Pinela, antigo operário corticeiro, depois empregado do comércio, era em 1969 um elemento próximo do PCP, do qual já fora membro nos anos 50, até ser preso em 1958 pelas suas actividades políticas.

² A quarta secção, a feminina, seria extinta pouco depois.

³ Segundo J. Pinela, alguns deles só mais tarde, depois do 25 de Abril, se tornariam membros do PCP (entrevista cor José Pinela).

partira a mobilização da classe.¹ Os líderes dos metalúrgicos do Porto eram os comunistas Vítor Ranita e António Mota.² No Porto, a vitória da lista oposicionista nas eleições de Julho de 1970 culminava mais de um ano de luta pelo reconhecimento da direcção, já eleita uma vez em Fevereiro do ano anterior, mas não homologada. Em 1970, já com J. Silva Pinto no governo, este ainda pressionou, sem êxito, a lista oposicionista no sentido de chegar a um acordo com a direcção cessante. A campanha da oposição assentou na contestação do contrato colectivo para o sector, em vigor desde 1968, que na sua opinião "já estava desactualizado quando foi assinado". Com três dos principais sindicatos metalúrgicos conquistados (Lisboa, Porto e Braga), a direcção da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos e Metalomecânicos foi por sua vez conquistada em Outubro de 1970.

No sector da banca, depois das vitórias oposicionistas nos sindicatos do Porto e de Lisboa, já só faltava à oposição ganhar a direcção do sindicato de Coimbra, o que veio de facto a acontecer em Maio de 1970. Foi então eleita, em votação muito concorrida, uma lista composta por "católicos progressistas" e elementos da esquerda moderada, ligados à coligação CDE (em Coimbra não se apresentara uma lista CEUD às eleições para deputados de 1969, mas apenas uma lista CDE). Saiu derrotada uma segunda lista oposicionista, constituída por comunistas e incluindo também católicos. A lista vencedora, ainda que tivesse sido proposta pela direcção anterior, não era afectada ao regime, como a imprensa comunista clandestina de então pretendeu. A nova direcção do

¹ Eram eles, além do citado mecânico de aviação António dos Santos Júnior, o torneiro mecânico Carlos Neves Alves e o mecânico de aviação Luís Faustino. Os dois últimos são actualmente [1990] militantes do Partido Socialista, sendo Luís Faustino presidente do SITEMA – Sindicato dos Técnicos de Manutenção de Aeronaves (saído, por cisão, do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa) e membro do Secretariado da UGT.

² António Mota, actualmente [1990] deputado do PCP, não seria então ainda, segundo alguns, membro desse partido, mas apenas próximo.

Sindicato dos Bancários de Coimbra participará de futuro activamente nas actividades das direcções sindicais de oposição.¹

No sector dos seguros, os dois sindicatos existentes (Lisboa e Porto) elegeram em Julho de 1970 direcções oposicionistas moderadas e "independentes", constituídas por alegadas "figuras de prestígio". No Sindicato dos Seguros de Lisboa, não tendo a direcção cessante proposto nenhuma, concorreram duas listas oposicionistas. A lista derrotada era composta maioritariamente por comunistas e a vencedora era liderada por Armando Santos, de formação católica (militante socialista após 1974) e constituída por elementos ligados aos meios oposicionistas e às organizações católicas.

Tanto no sector dos seguros como no da banca, a contratação colectiva tinha-se feito com regularidade desde a década de 30, nunca se tendo registado uma greve. Eram sectores em que os trabalhadores se podiam considerar privilegiados em relação à grande maioria dos assalariados, usufruindo de salários e regalias muito superiores à média. Curiosamente, no Sindicato dos Seguros de Lisboa a contestação à anterior direcção (da confiança do regime) iniciou-se, em 1969, a pretexto de o seu presidente (Marques Alexandre) ter votado, na Corporação do Crédito e Seguros, no candidato patronal para procurador à Câmara Corporativa e não no candidato dos sindicatos.² Mais do que questões propriamente laborais, o que estaria em causa era a dignidade da representação da classe ou, porventura, a posição política da anterior direcção.

Entre os bancários de Lisboa, a contestação à direcção corporativista tivera início em 1967-68, fundando-se no descontentamento gerado pelo arrastar do processo de negociação do contrato colectivo. Começada em 1966 e concluída só em Fevereiro de 1968, esta negociação acabou todavia por se traduzir em grandes benefícios para os

¹ Entrevista com Francisco Osório Gomes (bancário de Coimbra).

² Entrevista com Armando Santos.

bancários, entre os quais o *subsídio de férias* obrigatório. Isso não obstou, contudo, a que duas semanas após a assinatura do novo contrato uma lista oposicionista ganhasse as eleições para os corpos gerentes do sindicato. O descontentamento, mais uma vez, não tinha directamente a ver com a situação objectiva das condições de trabalho, mas com a desconfiança que aos trabalhadores merecia uma direcção da confiança do governo.

Ainda em 1970 foram eleitas outras direcções sindicais de dominante oposicionista, como no Sindicato dos Empregados Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca (onde alguns elementos vinham já de direcções anteriores), no recém-criado Sindicato dos Técnicos de Desenho ou no Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros de Santarém.

Embora em outros sectores operários tenha igualmente havido mobilização em torno de listas oposicionistas, negociações de contratos, lutas e greves nas empresas, etc., por razões de vária ordem — a que não foi estranha a interferência do governo — não foram conquistadas as direcções dos respectivos sindicatos. Assim aconteceu, por exemplo, com os sindicatos dos operários têxteis, vidreiros, gráficos ou alguns sindicatos de metalúrgicos. Mas em diversos outros importantes sectores operários a mobilização foi nula ou muito fraca, como por exemplo no grande sector da construção civil ou na indústria cerâmica. Entre os sindicatos dos serviços também foram naturalmente muitos os que escaparam à conquista por listas da oposição.

Nos dois primeiros anos de governo de Caetano, a reanimação sindical restringiu-se pois a um pequeno número (cerca de 20-30) do total de 325 sindicatos existentes, mas vários deles se contavam entre os mais importantes em efectivos, quotizações e meios de organização. Por seu turno, a efectiva mobilização dos trabalhadores para assembleias, lutas, reivindicações nem sempre resultou na conquista de direcções

sindicais. Estas conquistas aconteceram com mais frequência em sindicatos de empregados administrativos e do sector dos serviços. Entre os sindicatos conquistados pela oposição nos dois primeiros anos, apenas os de metalúrgicos e de trabalhadores dos lanifícios representavam o operariado industrial. Em suma, o movimento de reanimação sindical ficava a dever muito aos trabalhadores das classes médias, designadamente à acção pioneira dos bancários.

Dirigentes e sindicalistas comunistas explicaram esta circunstância alegando a maior tolerância do regime para com os sindicatos das classes médias.¹ Mas esta explicação, se encerra uma parcela de verdade, parece mais servir de desculpa doutrinária para a evidente passividade do operariado em muitos sectores e zonas do país. Essa relativa falta de militância ou combatividade operária (excepção feita para certas lutas por melhores salários e condições de trabalho a nível de empresa) era, aliás, frequentemente criticada pela própria imprensa comunista. Para já não referir que entre os sindicalistas comunistas que nas últimas duas décadas mais se destacaram, nomeadamente na direcção nacional do movimento, são relativamente poucos os de proveniência realmente operária.

O movimento de reanimação sindical de 1969-70 localizou-se predominantemente em Lisboa e no Porto. Quase não se manifestou nos sectores em que a sindicalização era proibida (função pública, agricultura). Coincidiu com uma explosão do movimento estudantil, principalmente em Lisboa e Coimbra, com o qual por vezes se articulou. O movimento estudantil, segundo alguns, teria mesmo "puxado" pelo movimento operário, servindo-lhe de exemplo no plano organizativo e nas lutas e greves. Algumas figuras do movimento estudantil passar-se-iam depois para o terreno sindical, quer como dirigentes quer como consultores jurídicos ou técnicos.

¹ Entrevista com F. Canais Rocha. Ver também João Vilanova, 1977/1978 — *Sindicalismo em Portugal*; Assírio e Alvim, Lisboa, 1977, pp. 51-52 (entrevista com o dirigente da Intersindical Álvaro Rana) e *O PCP e a Luta Sindical*, op. cit., pp. 247-248.

Das várias tendências oposicionistas que protagonizaram o surto sindical de 1969-70 emergia já a corrente comunista, pela sua maior capacidade organizativa e presença sistemática nos pontos-chave. Os católicos críticos do regime (por vezes ditos *católicos progressistas*, embora esta designação, pelo menos inicialmente, fosse mais conotada com os meios intelectuais), então talvez mais numerosos, não formavam todavia uma tendência coerente nem estavam, enquanto tais, submetidos a qualquer tipo de coordenação. No fundo, o activista sindical não corporativista só podia abrigar-se sob a capa de *católico* ou, em último caso, intitular-se *independente*. Segundo o testemunho de vários militantes e dirigentes organizativos da época, a militância católica serviu, de facto, muitas vezes para dar cobertura a acções de cariz especificamente sindical e até a estruturas como o CCO – Centro de Cultura Operária, que vivia à sombra da Liga Operária Católica.¹ Como em Portugal as correntes políticas moderadas de centro-esquerda não puderam desenvolver-se sob o salazarismo e o caetanismo, não havia outras referências para a militância sindical legal. Sob a comum designação de *católicas* encontramos pois, nesta época, uma variedade considerável de linhas de militância sindical e política. Um consultor jurídico de várias direcções sindicais oposicionistas dessa época, Marcelo Curto (próximo, na década de 60, de sectores marxistas-leninistas, mas fundador, em 1973, do Partido Socialista), que conheceu de perto o meio "católico progressista" anterior a 1974, afirma: "Muitos católicos eram de facto profundamente marxistas, por vezes mais radicais politicamente que os próprios comunistas. Eram católicos de origem, nada mais".² Outros católicos, em compensação, sentiam-se mais próximos da "ala liberal" do caetanismo ou do projecto cívico-político embrionário da SEDES, tolerado pelo regime de Caetano. Após 1974, os *católicos* aparecerão

¹ Entrevistas com os antigos militantes católicos José Teodoro da Silva, Joaquim Calhau, Alfredo Morgado e Carlos A. Fernandes de Almeida. Ver também, neste trabalho, o ponto 2 do capítulo I.

² Entrevista com F. Marcelo Curto.

posicionados num largo espectro político e divididos, inclusivamente, no campo sindical.

Um dos objectivos das reformas de 1969 fora, segundo J. L. Nogueira de Brito, um dos governantes de então no sector do Trabalho, "reconhecer a conflitualidade na base sem fazer perigar o sistema".¹ O governo tivera "fé na existência de forças sindicais corporativas", mas a animação destas fora insuficiente. Sempre segundo o mesmo antigo governante, a ofensiva oposicionista saldara-se, entre 1969 e 1970, pela "tomada dos principais sindicatos, restando apenas nas mãos de gente apoiante do regime os sindicatos profissionais e pequenos". A conflitualidade na base, supostamente controlável, aparecia afinal transfigurada em "permanente agitação política". Além disso, o governo constatava a "exploração da contratação colectiva para fins políticos" logo nos primeiros processos importantes de negociação colectiva iniciados com a nova legislação. A revisão do contrato colectivo do sector bancário (que resultou simultaneamente na primeira decisão arbitral ao abrigo da nova legislação), das numerosas convenções colectivas para os caixeiros de Lisboa (que proporcionaram logo seis arbitragens), dos contratos colectivos para as indústrias metalúrgicas e metalomecânicas e dos lanifícios, assim como a negociação do primeiro acordo colectivo da TAP, haviam conduzido, na óptica do governo a um "estado de grande agitação".²

Verificaram-se, da parte do governo, tentativas no sentido de conter a vaga de conquistas de sindicatos, ora correndo em auxílio das direcções da sua confiança (que pediam socorro ao Ministério quando sentiam o lugar ameaçado), ora procurando conciliar com estas as listas da oposição, servindo-se, enfim, de expedientes burocráticos e medidas repressivas para travar o avanço dos oposicionistas. Mas,

¹ Entrevista com J. L. Nogueira de Brito.

² Idem.

saldando-se tudo por um aparente insucesso, o governo irá optar no Outono de 1970 por iniciar um movimento de *marcha atrás* nas reformas das leis laborais, cujas consequências começavam a não ser suportadas. A isso o persuadia a própria conjuntura política interna e externa de crescente contestação à guerra em África, na sequência da audiência do Papa aos líderes dos três movimentos de libertação das colónias (Julho de 1970) e do início da vaga de, atentados de organizações "terroristas" contra objectivos militares do Continente (a partir de Outubro de 1970). A organização, também a partir de Outubro desse ano, das chamadas *reuniões intersindicais* contribuiu para lançar o alarme nas hostes do regime: Semanas depois, nova legislação era publicada a pretexto de suprir "deficiências" e esclarecer "dúvidas" das leis aprovadas em 1969.

3. Consequências do aparecimento do sector sindical oposicionista. O lançamento das *reuniões intersindicais*.

A conquista, entre 1969 e 1970, de um grupo de importantes sindicatos por forças da oposição teve múltiplas consequências, algumas das quais possivelmente não previstas pelo governo. A grande animação da vida sindical, as mudanças operadas no interior das organizações do modo a torná-las mais actuates e a orientação política dos novos dirigentes potenciaram mutuamente os seus efeitos. A negociação colectiva, num primeiro passo retirada do regime de voluntariado patronal em que jazia, tornou-se, num segundo passo, no campo de acção privilegiado de dirigentes, sem "espírito corporativo", apoiados pelas bases em assembleias gerais concorridas como nunca. Em muitos casos, nem as recentes eleições sindicais tinham conseguido atrair o número de

trabalhadores que começaram a afluir às assembleias convocadas para analisar e debater o conteúdo das convenções colectivas. Os bancários de Lisboa, sempre na vanguarda, chegaram a reunir 7.000 trabalhadores numa assembleia geral, em 18 de Abril de 1970, para divulgar e discutir a decisão arbitral relativa ao seu contrato colectivo.

A informação permanente dos associados em reuniões e assembleias ou através de circulares, panfletos, jornais, e revistas tornou-se uma regra básica da actuação dos dirigentes. A participação individual de sócios na actividade quotidiana dos sindicatos aumentou extraordinariamente. Vários sindicatos criaram no seu seio estruturas de apoio especializadas (*grupos de trabalho*), em que os sócios mais activos prestavam o seu contributo.

Aproveitando a faculdade expressamente concedida pela nova lei sindical, começaram a nomear delegados nas empresas e localidades — e, em alguns casos, a promover a eleição nas empresas dos delegados e comissões de delegados. Os autores da nova lei sindical aparentemente não temiam (ou não previam) a eventualidade de uma direcção sindical constituída por elementos oposicionistas construir toda uma rede de delegados sindicais a partir do topo, nomeando em dezenas ou centenas de empresas elementos da sua confiança. Neste capítulo, de resto, duas concepções se confrontarão no meio sindical oposicionista (e inclusive no seio do PCP). Uma tida por mais dirigista, favorável à nomeação dos delegados pela direcção do sindicato, outra mais basista, favorável à eleição dos delegados nas empresas.

Por outro lado, o PCP insistirá muito na necessidade de manter *duas frentes* na luta laboral. A acção sindical não podia dispensar a acção localizada nas empresas, "principal campo das lutas económicas dos trabalhadores".¹ A própria estrutura dos sindicatos profissionais dificultava a acção destes em muitas empresas, nas quais só a

¹ J. Vitoriano, *Experiência de Três Anos de Luta Sindical* (1973), reproduzido em *O PCP e a Luta Sindical*, op. cit., p. 293.

existência de "comissões sindicais de unidade" proporcionaria a actuação conjunta dos trabalhadores, nomeadamente as greves. As comissões de unidade eram tanto mais importantes no organigrama sindical dos comunistas quanto era certo que em várias grandes empresas se constituíam, com assentimento patronal, "comissões internas" (na CUF e na Lisnave, por exemplo) ou "comissões do pessoal" (como na TAP). Para o PCP, tratava-se de comissões "criadas por alguns patrões, com o fim de controlar o movimento reivindicativo", devendo os trabalhadores boicotá-las e criar ou reforçar em seu lugar as comissões sindicais de unidade.¹ Enfim, as comissões sindicais de empresa, em contacto umas com as outras, poderiam até certo ponto constituir uma alternativa ao próprio sindicato, caso este viesse a ser dirigido por elementos da confiança do governo. Para o PCP, aliás, na base deste organigrama estavam as células partidárias nos locais de trabalho.

As novas direcções dinamizaram sistematicamente a assistência jurídica aos seus associados — serviço em muitos casos ainda incipiente — recorrendo para isso à contratação de mais advogados. A acrescida iniciativa e responsabilidade das direcções na condução da negociação colectiva também motivou o recurso a economistas, tanto mais que a nova lei impunha a fundamentação económica das propostas, das contrapropostas e dos pedidos de conciliação. A criação de estruturas técnicas de negociação nos sindicatos fez-se inclusive em detrimento de certas funções assistenciais dos sindicatos corporativistas. Foi o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, onde a nova direcção suprimiu o subsídio aos associados para aquisição de livros escolares, aplicando os 500 mil escudos anuais correspondentes na manutenção de um gabinete técnico de contratação. A direcção afirmaria que em consequência desta

¹ *O PCP e a Luta Sindical, op. cit.*, p. 247.

aplicação da dita verba os metalúrgicos não teriam mais "necessidade de anualmente mendigarem os magros subsídios".¹

Os serviços do INTP continuavam a garantir um certo apoio técnico aos sindicatos durante a negociação colectiva, caso fosse solicitado, mas as direcções oposicionistas prescindiam naturalmente dele. Os técnicos e consultores em que os novos dirigentes sindicais confiavam eram recrutados exclusivamente no meio oposicionista² e viriam a ter um papel influente dentro dos próprios sindicatos, participando em reuniões da direcção e outras, redigindo documentos, etc. O problema da insuficiente formação técnica dos dirigentes sindicais, tantas vezes levantado no passado pelos governantes para justificar a interferência do INTP nas relações colectivas, encontrava aqui uma primeira solução, rápida e radical. O suposto problema técnico aparecia afinal como uma questão de confiança política, ou confiança *tout court*, do governo nos dirigentes sindicais e reciprocamente. Resta dizer que nos sindicatos em que anteriormente já havia assessores ou consultores jurídicos e também assistentes sociais e outros técnicos, estes foram regra geral despedidos ou substituídos por serem considerados elementos ligados às direcções derrotadas nas eleições. Alguns havia que o próprio INTP colocara nos sindicatos, mas pagos por estes.³ Em 1969, o consultor jurídico que a nova direcção dos bancários de Lisboa "encontrou" no sindicato era, simultaneamente, advogado de um banco.⁴

¹ *Informação da Direcção*, Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa (19-X-1970).

² Alguns juristas e economistas que trabalharam antes de 1974 como consultores, técnicos ou árbitros para os sindicatos com "direcções representativas": Francisco Marcelo Curto, Vítor Wengorovius, Jorge Fagundes, Mário Brochado Coelho, Manuel Luís Macaísta Malheiros, Levy Baptista, João Moura, João Amaral, José Barros Moura, Mário Pinto, Vital Moreira, José Gomes Canotilho, António José Avelãs Nunes, Jorge Leite, Sérgio Ribeiro, Vítor Constâncio, Carlos Carvalhas, Francisco Pereira de Moura, Mário Valadas, Luís Moita, Luís Filipe Salgado de Matos, Mário Murteira, Eduardo Ferro Rodrigues, José Manuel Félix Ribeiro, Júlio Dias. Alguns dos advogados acima referidos foram também defensores em tribunal de presos políticos.

³ Entrevista com José Pinela.

A "abertura sindical" de 1969-70 teve como consequência inevitável o aparecimento de um conflito de representatividade entre a *organização corporativa* e o sector político-sindical constituído pelas direcções oposicionistas eleitas. À medida que os sindicatos com milhares ou dezenas de milhares de sócios e quotizantes se iam passando, por via dos dirigentes eleitos, para o campo da oposição, esse conflito de representatividade ganhava mesmo expressão numérica. Utilizava-se abertamente o termo "direcções representativas" para designar as direcções de oposição eleitas. O antagonismo não era absoluto, uma vez que, por princípio legal, todos os sindicatos se integravam na organização (se não também na filosofia) corporativa. Como vimos, o monopólio representativo dos sindicatos únicos corporativos não foi verdadeiramente posto em causa pelos principais sectores oposicionistas. Mas havia outras convergências e coincidências — doutrinárias e práticas. Certas visões retrospectivas absolutizam, contudo, o elemento conflitual. Situa-se assim em 1968-69 o "fim da era corporativa" no Sindicato dos Bancários de Lisboa¹ ou fala-se da "ruptura com o regime corporativo" em 1970 noutro sindicato.² Menospreza-se talvez aqui a duplicidade inerente ao *entrismo* oposicionista nas estruturas do corporativismo — não só nos diferentes níveis do aparelho sindical como também, e de forma crescente com o tempo, nas comissões corporativas, nas direcções e nos conselhos gerais das Corporações e na própria Câmara Corporativa. Contudo, o elemento de conflito institucional, inicialmente apenas latente, tomará forma e agudizar-se-á com a organização das chamadas *reuniões intersindicais* a partir do Outono de 1970.

⁴ Ver a revista sindical dos bancários *Ângulo Novo*, nº 4, p. 47 (sobre a assembleia geral de 25-II-1970).

¹ José Pedro Castanheira, *Os Sindicatos e o Salazarismo – A História dos Bancários do Sul e Ilhas 1910-1969*, SBSI, Lisboa, 1983, p. 374.

² [João Franca], *Cinquenta Anos da Vida de um Sindicato*, Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, Lisboa, 1985, p. 65.

Já em 1969 apareciam referidas como "reuniões intersindicais" as tradicionais reuniões realizadas entre os três sindicatos de bancários do país (Lisboa, Porto e Coimbra) para a elaboração da proposta comum de contrato colectivo para o sector.¹ Na negociação colectiva como em outras acções conjuntas de sindicatos (junto de certas empresas, por exemplo) era indispensável reunir os vários dirigentes interessados. A partir de 1969 essas reuniões iriam naturalmente multiplicar-se, espelhando assim a reanimação da vida sindical e da negociação colectiva. Da colaboração em acções pontuais à necessidade de estabelecer formas de consulta e coordenação intersindical mais estáveis a distância parecerá curta. Mas não o era nas circunstâncias políticas concretas de 1970, quando tudo o que não estivesse previsto expressamente nas leis ainda começava por ser ilegal e muito especialmente no caso de envolver a *coordenação* de elementos ou organizações de algum modo conotadas com a oposição.

O projecto concreto de coordenar em permanência e à escala nacional a actuação das direcções sindicais "representativas" proveio, segundo indiciam documentos e testemunhos credíveis, do sector sindical comunista e área política mais próxima, naturalmente em execução duma directiva partidária. É uma afirmação que ainda hoje pode suscitar polémica, sobretudo da parte dos que, não sendo comunistas, se empenharam convictamente naquele projecto e reclamam naturalmente uma parte da sua autoria. Vítor Wengorovius, ao tempo consultor jurídico de direcções sindicais oposicionistas e um dos responsáveis no seio da CDE pela acção nos sindicatos a partir de 1969, não atribui ao PCP o papel principal no lançamento das reuniões intersindicais.² O seu grupo político, que actuava ao lado do PCP na CDE e que em

¹ *Ângulo Novo* nº 1, Julho-Agosto de 1969, p. 27. Os sindicatos dos bancários não estavam reunidos em federação nacional, ao contrário, por exemplo, dos sindicatos dos seguros. A experiência de uma federação nacional fora abandonada nos anos 40, depois de ter verificado a oposição do sindicato lisboeta.

² Entrevista com Vítor Wengorovius.

1974 dará origem a um novo partido (o MES – Movimento da Esquerda Socialista), contava com alguns importantes dirigentes e militantes sindicais.¹ Segundo o testemunho de Wengorovius, a insistência para se criar a estrutura intersindical permanente teria provindo do seu agrupamento e não dos comunistas. Na sua opinião, "o PCP também queria, mas mais lentamente, de modo a controlar melhor".

A prévia directiva do PCP no sentido de se realizarem reuniões intersindicais nacionais é, porém, um facto facilmente comprovável — se não bastar hoje a declaração dos próprios comunistas acerca da autoria do projecto.² Num documento aprovado na reunião do Comité Central do PCP de Maio de 1970 e transcrito no órgão do partido em Julho desse ano, apontava-se entre outras "tarefas urgentes para a ampliação e reforço do movimento sindical" a realização de "encontros interdirecções" regionais e nacionais, "para tratar dos problemas sindicais". Nesse mesmo documento, admitindo-se a possibilidade de conquista de novas direcções, fala-se também de criar "um grande movimento sindical à escala de todo o país".³

Não era a primeira vez que o PCP de Álvaro Cunhal emitia tal directiva. A situação político-sindical de 1969-70 assemelhava-se, em vários aspectos, à de 1945-46, quando os sectores oposicionistas igualmente conquistaram posições em algumas

¹ Como Manuel Lopes, António Santos Júnior, António Rosas, Luís Faustino, Jerónimo Franco e outros. Este agrupamento informal, dinamizado por uma "coordenadora" de cerca de dez elementos, surgira um pouco no prolongamento da associação Pragma (fundada em 1964 e encerrada pelo regime em 1967), em que haviam participado uma maioria de elementos provenientes de organismos da Acção Católica (LOC, JOC e JUC). Tendo assumido a forma de cooperativa como modo de contornar os condicionamentos legais do associativismo, a Pragma interessou-se desde o seu início pelas eleições sindicais. Após ter sido encerrada, os seus membros continuaram a reunir-se, muitas vezes em escritórios de advogados. Nessas reuniões preparavam-se listas para eleições sindicais, organizavam-se greves, etc. Entre 1969 e 1974, este agrupamento, alargado a outros elementos, desenvolverá uma acção dirigida para três campos distintos: a actividade sindical, a luta anticolonial e o movimento estudantil. O seu posicionamento político fazia-se bastante em função das posições do PCP, procurando geralmente "dobrá-las pela esquerda" (entrevista com Vítor Wengorovius).

² Entrevista com José Luís Judas.

³ *O PCP e a Luta Sindical, op. cit.*, pp. 249-250. O documento intitula-se "Alarga-se e organiza-se a luta reivindicativa operária. O movimento sindical em marcha".

dezenas de direcções sindicais. No final da segunda guerra mundial também se tinha gerado em Portugal — embora por razões de fundo muito distintas das de 1968-69 — uma grande expectativa de mudança política, se não mesmo de fim de regime. Exceptuados o português e o espanhol, verificara-se então a queda de todos os regimes autoritários-corporativos europeus. Nesse quadro político, que levou Salazar a reivindicar para o seu regime a qualificação de "democracia orgânica",¹ o regime consentiria, bom grado mau grado, uma certa presença — aliás não duradoura — de elementos oposicionistas nas direcções sindicais então eleitas. Por essa altura, o PCP clandestino, numa resolução de 1945 do seu Bureau Político e, depois, no congresso de 1945, fixaria o objectivo de unificação e coordenação das "direcções honradas" eleitas, com vista à "constituição, mesmo nas condições do fascismo, duma nova central sindical".² O PCP considerava essa tarefa tanto mais oportuna, quanto o desaparecimento das "velhas centrais" sob a ditadura de Salazar era um facto consumado.³ Na verdade, nada restava da CIS (Comissão Inter-Sindical), de orientação comunista, autodissolvida nos anos 30, e da CGT (anarco-sindicalista) pouco mais sobrava que um punhado de militantes sem sindicatos. A central que no PCP se projectava em 1945 e 1946 devia, pois, unificar todo o movimento sindical, acabando com as antigas divisões e imprimindo-lhe "uma só orientação".⁴ A sua criação devia permitir também a representação dos sindicatos portugueses (dos então existentes, como pelo contexto parece legítimo concluir-se) em "futuras conferências sindicais

¹ Veja-se a este respeito M. Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, 1986, p. 42.

² "Resoluções do II Congresso Ilegal do PCP" (1946), reproduzido em *O PCP e a Luta Sindical*, op. cit., p. 83.

³ "Relatório do Comité Central ao II Congresso Ilegal do PCP" (1946), relator José Gregório, reproduzido em *O PCP e a Luta Sindical*, op. cit., p. 77.

⁴ Idem, ibidem.

internacionais".¹ Para atingir esse fim o PCP considerava indispensáveis certas tarefas prévias: a realização de reuniões preparatórias só com dirigentes sindicais comunistas e, seguidamente, de conferências sindicais alargadas a todas as "direcções honradas". Enfim, preconizava-se a criação de organismos de coordenação regional e de um nacional.² Mas os dirigentes comunistas reconheciam, em 1946, que o seu partido falhara já no ano anterior a realização dessas tarefas. Finalmente, em 1947, o PCP considerava já não existirem as condições indispensáveis para a constituição da central, por alegada falta de "unidade das várias tendências do movimento operário no terreno sindical."³ Na realidade, o surto sindical oposicionista encontrava-se então já em refluxo, deparando com novas restrições e crescentes dificuldades impostas pelo governo de Salazar.

A ideia de uma central sindical desaparecerá até 1970, momento em que a referida analogia de situações relança no seio do PCP os projectos com vista à sua criação. As condições políticas e sociais pareciam agora muito mais favoráveis do que em 1945, embora parte dos obstáculos se mantivesse. Se, por prudência, o objectivo de criação da central não foi em 1970 publicamente divulgado (como, de resto, em 1945 também não fora), o programa traçado para o alcançar e tornado público sob a forma da directiva citada era perfeitamente claro e muito similar ao do período do pós-guerra. Desta vez, todavia, será executado com algum êxito a curto termo e plenamente bem sucedido a médio prazo.

¹ Idem, *ibidem*.

² "Informe de Organização ao II Congresso Ilegal do PCP" (1946), relator Álvaro Cunhal, reproduzido em *O PCP e a Luta Sindical, op. cit.*, p. 53. O objectivo "mais amplo" destas tarefas seria, segundo Cunhal, a "constituição dum forte movimento sindical unificado à escala nacional" (quase a mesma formulação da directiva relançada em 1970), por outras palavras "a edificação em Portugal duma verdadeira central sindical."

³ "Relatório ao Comité Central" (Junho de 1947), relator Manuel Rodrigues da Silva, reproduzido em *O PCP e a Luta Sindical, op.cit.*, p. 105.

A 28 de Setembro de 1970, cinco direcções sindicais reunidas em Lisboa na sede do Sindicato dos Metalúrgicos decidem convocar uma primeira *reunião intersindical* para o dia 11 de Outubro seguinte. Dirigem o seu convite a 19 sindicatos de todo o país, que enumeram em lista anexa. A convocatória é emitida apenas em nome de quatro dos cinco sindicatos, a saber, dos sindicatos dos bancários, pessoal dos lanifícios, caixeiros e metalúrgicos, todos do distrito de Lisboa.¹ Havia já algum tempo que dirigentes desses cinco sindicatos vinham efectuando reuniões preparatórias, as primeiras das quais se tinham realizado no Sindicato dos Delegados de Propaganda Médica.² Segundo José Pinela, então dirigente dos caixeiros de Lisboa e um dos maiores impulsionadores do movimento sindical daquele período, as reuniões começaram por ser bilaterais, tornando-se depois multilaterais com a participação dos cinco sindicatos já referidos. Desde o início que nestas reuniões se começou a discutir a possibilidade de se criar uma estrutura intersindical permanente, abarcando todas as direcções ditas "representativas". A ideia, sempre segundo José Pinela, fora proposta por "um punhado de sindicalistas com experiência política" e consistia, num primeiro passo, em avançar para a criação de uma "estrutura semilegal", isto é, aonde "não iria quem queria, mas quem fosse convidado".³

A regra-chave observada no lançamento das reuniões intersindicais foi a tentativa de preservação da legalidade formal, a actuação a céu aberto, a afirmação de uma representatividade adquirida legitimamente. Nos contactos entre os sindicatos cumpriram-se as formalidades, a redução a escrito, a correspondência oficial arquivada.

¹ A convocatória exhibe a data de 1 de Outubro de 1970, mas a reunião teve realmente lugar a 28 de Setembro. Sabe-se que na reunião participaram também um ou dois delegados de propaganda médica, não dirigentes, em representação do respectivo sindicato (entrevista com José Pinela).

² A pretexto de discutir questões relacionadas com o primeiro contrato colectivo para esses profissionais, cujas negociações decorriam então (entrevista com José Pinela).

³ Entrevista com José Pinela.

Desde a primeira convocatória que aparece designada uma "comissão organizadora" das reuniões, composta por elementos dos quatro sindicatos iniciais, mas todos os documentos, inclusive esse primeiro, eram emitidos em nome dos diversos sindicatos, em conjunto ou rotativamente, e não em nome da dita comissão. A intenção era a de não fornecer pretextos às autoridades para actuarem em defesa da legalidade. Sob Marcelo Caetano, o Ministério das Corporações mantinha em funcionamento a IOC – Inspecção dos Organismos Corporativos, que em qualquer momento podia ser enviada à sede de um sindicato examinar os seus livros de actas e contabilidade, a sua correspondência ou fazer os interrogatórios julgados convenientes.

A primeira *reunião intersindical* realizou-se como previsto — e sem polícia — a 11 de Outubro de 1970, na sede do Sindicato dos Bancários de Lisboa, comparecendo representantes de 14 dos 19 sindicatos convidados. Dos 13 sindicatos que estiveram representados até final da reunião e aprovaram os respectivos documentos, 9 eram de trabalhadores do comércio, serviços e escritório e 4 de trabalhadores das indústrias metalúrgicas e de lanifícios; quanto à localização da sua sede, 7 eram de Lisboa, 3 do Porto e 3 de outras localidades. Jornais e rádio puderam noticiar o acontecimento, enquanto o governo parecia estar na expectativa. Fazendo alguma "vista grossa" sobre as primeiras reuniões intersindicais, o responsável pelo sector do trabalho, Joaquim Silva Pinto, tê-las-á estimulado.¹ A ordem dos trabalhos da reunião, segundo a convocatória, compreendia a discussão de vários aspectos do regime de contratação colectiva, da legislação sobre horário de trabalho que o governo preparava bem como de questões relativas à liberdade de reunião dos sindicatos e à censura das respectivas publicações. Mas o ponto relativo à liberdade de reunião sindical foi o único retido, em virtude da proibição pelas autoridades de uma assembleia geral do Sindicato dos

¹ Entrevista com José Luís Judas.

Metalúrgicos de Lisboa convocada para o dia anterior (10 de Outubro) e que por essa razão se não efectuou. As autoridades concediam assim às reuniões intersindicais a oportunidade de um começo menos apagado, que não será desperdiçada.

Outras reuniões e assembleias sindicais tinham já sido nos meses anteriores objecto de proibição ou medidas impeditivas pelas autoridades (trabalhadores dos lanifícios e caixeiros de Lisboa). A proibição da assembleia geral dos metalúrgicos de Lisboa, dadas as sequelas que teve, marcou todavia o início da rápida deterioração das frágeis relações entre o governo e os sindicatos de direcção oposicionista. Os dirigentes dos metalúrgicos de Lisboa, eleitos apenas alguns meses antes, haviam-se destacado já pelo radicalismo das suas posições, pela intenção de se tornarem realmente incómodos no uso dos seus direitos e pelo inusitado tom de confrontação que utilizavam nos comunicados, circulares e convocatórias. O contraste era aliás notório na comparação com a actuação dos dirigentes metalúrgicos do Porto e Braga, também oposicionistas.¹ A situação era de molde a assustar o governo — preocupado com a alta dos custos salariais reais e seus reflexos na evolução da inflação — no início do processo de revisão do contrato colectivo para a indústria metalúrgica e metalomecânica. Desde o primeiro comunicado da nova direcção, em Agosto de 1970, que o Ministério das Corporações pusera a IOC a fazer interrogatórios e pesquisas na sede do sindicato. Após várias ameaças seguiu-se a proibição da assembleia geral e, por fim, a acção de destituição, com imediata suspensão dos três principais dirigentes, em 12 de Novembro de 1970. O Ministério das Corporações justificaria a sua acção contra os dirigentes dos metalúrgicos alegando a sua "mentalidade classista" e "revolucionária", a "ausência de espírito de colaboração com a Administração Pública" e em particular a "criação ilegal"

¹ No mesmo dia 10 de Outubro em que a assembleia geral dos metalúrgicos de Lisboa não pôde ter lugar, os metalúrgicos do Porto e os de Braga puderam realizar normalmente as suas. O objectivo das três assembleias era a discussão da proposta de CCT (contrato Colectivo de Trabalho) para o sector metalúrgico e metalomecânico.

de *comissões sindicais* eleitas nos locais de trabalho. O "estilo panfletário" dos comunicados era também apontado. No processo de destituição surgiria ainda uma menção ao facto de a direcção ter suprimido o subsídio aos associados para a aquisição de livros escolares e utilizado a verba em causa para criar um gabinete técnico para a contratação colectiva.¹

Quando em fins de Outubro de 1970 o Ministério das Corporações decidiu actuar contra os dirigentes esquerdistas dos metalúrgicos, armou-se previamente com nova legislação para obter a sua suspensão preventiva sem depender da apreciação que, nos termos da recente lei sindical, o tribunal pudesse fazer dos fundamentos invocados para tal decisão.² Isto configurava um recuo nítido na reforma sindical do ano anterior. Um ponto fulcral da lei sindical de 1969 era, assim, alterado antes de ter sido aplicado uma só vez. Em termos práticos, significava um quase retorno ao poder de destituição de direcções sindicais pelo ministro das Corporações e à sua imediata substituição por comissões administrativas. Com manobras dilatórias burocráticas e judiciais ajudando, as comissões administrativas poderiam ser mantidas no lugar indefinidamente. De facto, o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa só voltaria a ter uma direcção eleita pelos trabalhadores a 5 de Janeiro de 1974, três anos e um mês depois da suspensão da anterior.

Por essa mesma altura (Outubro de 1970) decidiu o governo introduzir diversas alterações também à lei da negociação colectiva, que fora publicada em Agosto do ano

¹ "Esclarecimento" do Ministério das Corporações e Previdência Social, *Diário de Notícias*, 14-XI-1970. Todas as peças do processo dos metalúrgicos de Lisboa, bem como vários documentos com ele relacionados foram compilados e publicados pelos advogados do Sindicato, Marcelo Curto e Vítor Wengorovius em *Uma Questão Sindical – O Processo dos Metalúrgicos de Lisboa*, [1971].

² O Decreto-Lei 502/70, de 26 de Outubro de 1970, praticamente subtraía ao tribunal e entregava à IOC (um departamento do Ministério das Corporações) o poder de decisão sobre a eventual suspensão dos dirigentes sindicais, até final do respectivo processo de destituição, quando a suspensão fosse solicitada pelo INTP (que é o mesmo que dizer pelo Ministério das Corporações).

anterior.¹ Entre outras novidades, a nomeação do presidente das comissões de arbitragem passou para a competência do ministro das Corporações, com o intuito de melhor fazer prevalecer o "interesse geral" e garantir o "nível técnico" das decisões arbitrais a emitir futuramente. O INTP (entidade, como vimos, fundida no interior do Ministério das Corporações) ficava igualmente habilitado a devolver à procedência para *correção* os textos das convenções colectivas ou decisões arbitrais que o ministro recusasse homologar, com a indicação do que deveria ser *corrigido*. Também estas duas alterações à lei da negociação colectiva e que de imediato o governo começou a utilizar representavam um claro recuo no caminho das reformas. Surgiam estas alterações na sequência da decisão arbitral para o sector bancário (Abril de 1970) e do impasse a que haviam chegado as arbitragens de seis convenções colectivas para os caixeiros de Lisboa, com a recusa do ministro em homologar a semana inglesa concedida (em Agosto de 1970) pelas respectivas comissões arbitrais. O patronato mostrava-se claramente insatisfeito com as decisões dos árbitros-presidentes escolhidos pelos árbitros das partes. Segundo o testemunho de J. L. Nogueira de Brito, "os bancos ficaram com a ideia de terem completamente perdido o controlo da situação, pois viam à partida um inimigo no Prof. Teixeira Ribeiro" (o árbitro-presidente na arbitragem do sector bancário).² A decisão arbitral foi, porém, homologada pelo Ministério. No comércio retalhista uma parte do patronato considerava a semana inglesa uma concessão catastrófica. O secretário de Estado, Silva Pinto, cederia às suas pressões, não homologando as decisões arbitrais e devolvendo-as depois para correção às respectivas comissões arbitrais. O assunto não ficaria por ali, como se verá. A arbitragem — a suposta grande inovação da negociação colectiva sob Caetano, o mecanismo civilizado

¹ Decreto-Lei 492/70, de 22 de Outubro de 1970, que alterou o Decreto-Lei 49.212, de 28 de Agosto de 1969.

² Entrevista com J. L. Nogueira de Brito.

em que o regime escudava a sua argumentação para manter a proibição da greve — não parecia ter futuro senão sob a figura tutelar do ministro das Corporações.

Entre Outubro e Novembro de 1970, pelo conjunto de razões expostas e por razões também de política geral, a *abertura* sindical entrou em crise e começou a transformar-se em *fecho*. No Outono de 1970 operou-se na política global de Marcelo Caetano uma inflexão que o deputado da *ala liberal* Francisco Sá Carneiro designou (em 1972) como "o abandono da liberalização e da democratização". Sá Carneiro referia-se concretamente à proposta governamental de alteração da Constituição, apresentada no início de Dezembro de 1970, que "veio confirmar que o governo não tencionava efectuar modificações substanciais".¹ Mas no campo laboral o *fecho* também teve uma lógica própria. O regime teria recuado aí "por falta de previsão das consequências da abertura", afirma J. L. Nogueira de Brito, ao tempo subsecretário de Estado do Trabalho, algo crítico em relação à política de Silva Pinto.² Segundo Nogueira de Brito, "o mundo empresarial suportou muito mal a abertura do regime no campo laboral". O próprio sector económico do governo, alertado com a repercussão do aumento dos custos salariais no nível dos preços, havia começado a pôr o travão ao Ministério das Corporações.³

É nesse período de crise da *abertura* que surgem em campo as *reuniões intersindicais*, que serão factor da sua subsequente agudização. A principal função das reuniões, dadas as circunstâncias, iria ser a contestação do *fecho*. Assim, na primeira reunião foram aprovados documentos de protesto contra as restrições à liberdade de reunião sindical, nomeadamente a autorização prévia pelo governo civil das assembleias

¹ Entrevista de Francisco Sá Carneiro ao *Diário de Lisboa* em 25-VII-1972. O texto da entrevista foi "totalmente censurado", mas o original está reproduzido em F. Sá Carneiro, *Textos – 1.º Volume (1969-1973)*, EPSP, Lisboa, 1981, pp. 29-48.

² Entrevista com J. L. Nogueira de Brito.

³ Idem.

realizadas fora das sedes dos sindicatos, a proibição da assembleia geral dos metalúrgicos de Lisboa (ocorrida na véspera) e as dificuldades criadas aos sindicatos na obtenção de locais amplos de reunião. Na segunda reunião, em 25 de Outubro de 1970, protestou-se contra a alteração da lei de negociação colectiva, as restrições à liberdade de reunião e a censura prévia dos anúncios, comunicados e convocatórias sindicais que o governo acabara de impor. Na terceira reunião (15 de Novembro), protestou-se contra a suspensão dos dirigentes metalúrgicos de Lisboa (verificada na véspera), a alteração da lei sindical no referente à suspensão preventiva dos dirigentes e, enfim, a proibição de mais uma assembleia sindical.¹ Os documentos de protesto aprovados nas reuniões, segundo foi decidido, eram inicialmente enviados a todos os sindicatos do país, com pedido de apoio e de difusão entre os respectivos associados. Era uma maneira de clarificar as posições dos dirigentes, dividindo-os entre apoiantes e não apoiantes.

Em geral, estes protestos tomavam a forma de exposições e telegramas ao primeiro-ministro Marcelo Caetano e aos ministros das Corporações, Justiça, Interior, etc. Após cada reunião faziam-se comunicados também para a imprensa, a qual até finais de 1970 pôde dar larga cobertura aos acontecimentos laborais. Na reunião intersindical de 15 de Novembro de 1970 decidiu-se também dar conhecimento directo das exposições aprovadas "a alguns deputados" — alusão aos elementos da chamada *ala liberal* da Assembleia Nacional eleita em Outubro do ano anterior.² Os dirigentes dos quatro sindicatos signatários da primeira convocatória já antes se tinham encontrado com os deputados *liberais* Francisco Pinto Balsemão e Francisco Sá Carneiro.³ Este contacto prolongar-se-á, a 17 de Dezembro de 1970, numa reunião entre os deputados

¹ Actas das reuniões intersindicaes (fotocópias, arquivo do projecto).

² Acta da reunião intersindical de 15-XI-1970.

³ Entrevista com José Pinela.

Sá Carneiro e Alarcão e Silva e onze representantes das "reuniões intersindicais".¹ No dia anterior, a *ala liberal* apresentara na Assembleia Nacional um projecto de alteração da Constituição. Sobre a boa receptividade e o apoio que os deputados da *ala liberal* testemunharam às reuniões intersindicais não deixava dúvidas Sá Carneiro quando, em 1972, afirmava que "os trabalhadores [...] só através duma acção sindical unida e disciplinada, designadamente pelas *intersindicais*, é que teriam um meio de se fazerem ouvir".²

Os textos aprovados nas reuniões e enviados ao governo sob a forma de exposições ou telegramas nada tinham da timidez e subserviência das petições corporativistas. Referiam sempre os "protestos enérgicos" ou "veementes" dos sindicatos signatários. Estes exigiam ser ouvidos previamente pelos governantes em matéria de legislação laboral, declarando que, como sindicatos, representavam os "direitos [dos] trabalhadores, maioria [da] população nacional".³

Apenas uma única vez os dirigentes "intersindicais" foram recebidos em conjunto pelos responsáveis do Ministério das Corporações. Foi em Outubro de 1970, uma semana após a primeira reunião intersindical, tendo a audiência sido pedida para protestar contra a proibição da assembleia dos metalúrgicos. O ministro Baltazar Rebelo de Sousa, acompanhado do secretário de Estado Silva Pinto e do subsecretário Nogueira de Brito, recebeu os presidentes das direcções dos 13 sindicatos representados na primeira reunião intersindical. Os governantes advertiram os sindicalistas de que a sua actividade devia manter-se politicamente neutral e "não podia exceder os limites da acção sindical admitida pelo governo". Deixavam também claro o propósito de

¹ Entrevista com Dulcínio Caiano Pereira.

² F. Sá Carneiro, *Textos...*, *op. cit.*, p. 34.

³ Telegrama ao ministro das Corporações (25-X-1970) em *Circular Informativa n. 18* do Sindicato dos Bancários de Lisboa.

acturem com toda a firmeza caso aquela advertência não fosse acatada.¹ Até Abril de 1974 não haveria mais audiências conjuntas, embora várias delegações saídas das "intersindicais" tivessem procurado ser recebidas pelo primeiro-ministro e pelos responsáveis pelo sector do trabalho. Os governantes não se furtavam porém a receber os dirigentes sindicais opositoristas individualmente, bem pelo contrário. O secretário de Estado Silva Pinto mostraria mesmo "vontade de seguir demasiado de perto a acção dos sindicatos", segundo José Pinela. "Queria ter-nos lá todas as semanas", refere este antigo líder dos caixeiros de Lisboa.²

De início o governo não hostilizou frontalmente as reuniões intersindicais. Para isso teria bastado proibi-las logo atitude que talvez nem tivesse surpreendido muito, no ambiente político que ainda se vivia em Portugal. Mas, se as não proibiram logo, os governantes também se abstiveram cuidadosamente de todos os passos que pudessem ser interpretados como um reconhecimento tácito da entidade colectiva ou da representatividade emanadas daquelas reuniões. Dificilmente poderia o governo de Caetano ter procedido doutro modo, pois isso teria equivalido à desautorização das restantes cerca de 300 direcções sindicais, em geral da sua confiança, apoio que não queria trair. De facto, os documentos aprovados nas reuniões intersindicais, embora redigidos em nome dos sindicatos signatários, deixavam transparecer a pretensão ao exclusivo da representação dos interesses dos trabalhadores. Por outro lado, como vimos, a participação nas reuniões intersindicais fora desde o início restringida aos organismos convidados — e esse critério foi confirmado na terceira reunião sindical.³

¹ Acta da reunião intersindical de 25-X-1970 e entrevista com José Pinela.

² Entrevista com José Pinela.

³ Acta da reunião intersindical de 15-XI-1970.

Ora havia direcções que pretendiam participar nas reuniões, mas não eram convidadas,¹ chegando mesmo a aparecer uma proposta, que foi ignorada, para a realização de "uma reunião de todos os sindicatos".² Algumas direcções, tendo recebido os documentos aprovados nas reuniões intersindicaais, apressavam-se a declarar-se insolidárias com eles ou solidárias com o governo,³ enquanto outras, pelo contrário, comunicavam o seu acordo com as posições tomadas. Certos sindicatos condicionavam a sua participação a uma reorganização das reuniões ou à comunicação antecipada dos assuntos a tratar nelas, de modo a poderem dar instruções aos seus representantes.⁴

Uma importante característica das reuniões intersindicaais foi a unidade patenteada pelos dirigentes de várias tendências que nelas participaram. A comum oposição ao regime sobrepunha-se por regra às eventuais divergências políticas e doutrinárias. O unitarismo político oposicionista (ou "antifascista") predominava, após décadas de bipolarização com o regime salazarista, moldando fortemente o comportamento sindical. Os comunistas procuraram desde o início garantir e reforçar essa orientação unitária, que a seus olhos era de vital importância. Evidentemente, o pluralismo limitado resultante do critério de acesso às reuniões intersindicaais também contribuía para assegurar *a priori* essa unidade, embora pudesse servir de pretexto para tal limitação a alegada falta de representatividade e autenticidade das direcções não convidadas. Aqui é preciso notar que alguns dirigentes inicialmente considerados "representativos" deixaram de participar nas reuniões intersindicaais por não concordarem com o que lá viam e ouviam ou por recearem eventuais consequências dessa participação. É também

¹ Foi o caso do Sindicato dos Telefonistas de Lisboa (ofício de 20 de Outubro de 1970).

² Ofício de 23 de Novembro de 1970 do Sindicato da Construção Civil de Santarém, citado na acta da reunião intersindical de 13-XII-1970.

³ Ofício de 22 de Outubro de 1970 do Sindicato da Construção Civil de Viana do Castelo. Idêntica posição assumiu o Sindicato dos Têxteis de Braga (acta da reunião intersindical de 25-X-1970)

⁴ Acta da reunião intersindical de 13-XII-1970.

difícil estabelecer até que ponto os representantes dos vários sindicatos reflectiam nas reuniões as posições dos respectivos órgãos colegiais, para já não falar da opinião das suas massas associativas.

Mantendo boa parte da organização sindical na sua dependência a pretexto de a conservar politicamente neutral, o regime de Caetano não conseguiu promover nesse espaço a formação duma nova classe de dirigentes legítimos, prestigiados e moderados, antes a terá impedido. Por contraste, reforçou a audiência das correntes mais à esquerda, contribuindo assim para a redução do leque político de tendências sindicais. Nestas condições, a dialéctica principal gerada no seio das reuniões intersindicais polarizava-se entre as posições relativamente mais prudentes e ponderadas assumidas em geral pelos militantes comunistas (então não identificados como tais) e as posições mais frontais e impacientes da esquerda revolucionária, católicos esquerdistas, etc.

O aumento da representatividade das reuniões intersindicais era, em Dezembro de 1970, um objectivo prioritário para alguns dos seus líderes, apostados em alargar a participação a "umas dezenas de sindicatos".¹ Este objectivo quantitativo não será atingido, pelo menos em relação a presenças regulares nas reuniões. Com efeito, o maior número de sindicatos participantes com direito de voto numa reunião intersindical não ultrapassou os 23 (em 15 de Novembro de 1970), embora certos documentos tenham recolhido mais assinaturas. Até Junho de 1971, porém, o número de sindicatos convidados para as reuniões ainda aumentou, com a conquista de mais direcções sindicais da área oposicionista (Sindicato dos Técnicos e Operários da Indústria Química de Lisboa, das Telecomunicações e Radiodifusão, dos Electricistas do Porto, dos Estivadores do Porto, dos Protésicos Dentários, etc.).

¹ Idem.

Entre Dezembro de 1970 e Janeiro de 1971, as actas das três reuniões intersindicais realizadas declaravam a sua própria representatividade em número de trabalhadores "abrangidos" pelos sindicatos participantes: 172.000, outra vez 172.000 e 190.000. Depois, por razões desconhecidas, deixaram de registar este número. Ele punha, com efeito, vários problemas de difícil solução. Por um lado, incluía os contribuintes (não sócios) dos sindicatos, o que podia parecer um abuso pouco democrático. Por outro, podia sugerir que os restantes sindicatos, considerados não representativos, "abrangiam" afinal a grande maioria dos trabalhadores (o total de quotizantes de todos os sindicatos era 1.450.000 no fim de 1970). Ora os sindicatos participantes nas reuniões intersindicais pretendiam, de uma forma que com o tempo se foi tornando mais explícita, impor o seu reconhecimento — senão oficialmente, pelo menos de facto — como *organizações mais representativas dos trabalhadores*. Enfim, a quantificação dos trabalhadores representados levantava ainda o problema dos sindicatos com direcções suspensas (caso dos metalúrgicos de Lisboa), que por esse motivo não eram dados como participantes nas reuniões.

4. Da quase legalidade à quase clandestinidade. A proibição da "Intersindical".

As reuniões intersindicais, iniciadas no Outono de 1970 perante a tolerância crispada do governo, terminarão a primeira fase da sua existência — a fase de *quase legalidade* — em 26 de Julho de 1971. Nesta data, e após duas recentes reuniões intersindicais terem sido impedidas de se realizar pela polícia, um ofício do secretário

de Estado do Trabalho e Previdência Joaquim Silva Pinto proibi-las-á formalmente.¹ Seguir-se-á, até 25 de Abril de 1974, uma fase de *quase clandestinidade*, com características distintas. Vejamos, por agora, como chegou o governo à proibição da *Intersindical* — nome que então já se dava às reuniões intersindicais e que estas adoptariam em documentos aprovados a 13 de Junho e 5 de Julho de 1971.

No final de 1970 e decurso do primeiro semestre de 1971, várias circunstâncias se conjugaram no sentido de proporcionar a gradual subida de tom do movimento sindical de oposição. No plano político, verificava-se a crescente contestação ao regime por parte de forças de esquerda (nomeadamente sob a forma violenta, com atentados aparatosos a objectivos militares) e o definitivo distanciamento da *ala liberal* em relação ao governo de Caetano, por desacordo quanto à revisão da Constituição e outras leis em discussão na Assembleia Nacional. Por um momento, Marcelo Caetano receou isolar-se, em face das manifestações de descontentamento dos sectores mais à direita, igualmente a propósito da revisão constitucional. Desapoiado pelos partidários de uma liberalização consequente, cujo grupo minoritário de deputados (*ala liberal*) se isolara na Assembleia Nacional, Caetano virou-se para os meios mais conservadores do regime.²

No plano sindical, à representatividade angariada pelas correntes de oposição em eleições relativamente concorridas deparavam-se, na prática, medidas crescentemente frustradoras do seu exercício efectivo. A força de que os dirigentes se sentiam investidos, a legitimidade do voto, não impressionava, notoriamente, a esfera governamental. Além de actuarem sob a ameaça de suspensão preventiva — ensaiada, para aviso dos restantes, no Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa — os dirigentes sindicais eram com frequência impedidos de reunir livremente com a massa associativa,

¹ Ofício 2675/SE/71 de 26-VII-1971 (fotocópia, arquivo do projecto).

² Marcelo Caetano, *Depoimento*, *op. cit.*, pp. 65-66.

condicionados na comunicação com ela pela acção da Censura, ostensivamente vigiados e intimidados pela polícia. A negociação colectiva revelava-lhes a sua impotência. Nas arbitragens os sindicalistas sentiam-se defraudados pelo poder discricionário do ministro das Corporações. Ora nos contratos estavam muitas vezes em jogo os programas e reivindicações em torno dos quais os trabalhadores se tinham mobilizado para a eleição das direcções (por exemplo, a *semana inglesa* entre os caixeiros de Lisboa). Como dirigentes que se consideravam representativos, sentiam a obrigação de prestar contas e cumprir o seu mandato. Nas tentativas de conciliação, os dirigentes sindicais achavam-se igualmente prejudicados pela actuação das corporações, organismos de vocação paritária, mas onde os representantes patronais preponderavam realmente. Ciente desse facto, o governo não se coibiu de conceder em 1970 às corporações a competência exclusiva para a tentativa de conciliação. A organização corporativa e em especial o órgão de soberania em que ela se encontrava representada, a Câmara Corporativa, eram na realidade alheias ao conceito democrático e equitativo de representatividade em que os dirigentes sindicais oposicionistas acreditavam e fundavam, aliás, a sua própria legitimidade. Ora se, na prática do regime, a representatividade de critério democrático era assim depreciada, obviamente também não era cumulável por associação. Daí a derradeira frustração dos sindicatos participantes nas reuniões intersindicais: o governo não lhes reconhecia em conjunto mais representatividade do que a cada um separadamente.

No plano social e económico, enfim, a escalada dos preços em situação próxima do pleno emprego (devido sobretudo à emigração maciça) sustentava a crescente disponibilidade reivindicativa dos trabalhadores, contribuindo para manter desde 1969 a um nível bastante alto, relativamente a todo o período do pós-guerra em Portugal, a frequência das lutas salariais e das greves.

O debate sobre toda esta situação nas reuniões intersindicais trouxe à superfície algumas divergências a respeito da atitude conjunta a adoptar. A reunião de 13 de Dezembro de 1970 evidenciou as clivagens existentes, em matéria de estratégia política e sindical, entre o sector "realista" (composto por militantes do PCP e elementos moderados) e o sector esquerdista ou "utópico".¹ Imediatamente após a suspensão dos três dirigentes metalúrgicos esquerdistas de Lisboa, havia surgido numa reunião intersindical para discussão um documento, oriundo do sector esquerdista, intitulado "Posição dos sindicatos quanto ao que entendem necessário conseguir para uma acção sindical autónoma e eficaz".² O texto retomava quase ponto por ponto as recomendações que a OIT fizera em 1970 ao governo português, após o exame pelo Comité de Liberdade Sindical às alterações introduzidas pelas reformas laborais de 1969.

Entre os princípios básicos que, segundo esse documento, constituíam objectivos a atingir incluíam-se: (1) "livre associação em sindicatos profissionais ou de actividades, sem limitações quanto à existência de *mais de uma associação* para a mesma classe profissional ou ramo de actividade"; (3) "total autonomia quanto à constituição e alteração de estatutos dos sindicatos, federações *e confederações*"; (7) "supressão completa e absoluta da quotização obrigatória", para "assegurar a completa autonomia sindical, no sentido de os trabalhadores poderem decidir qual a organização sindical que lhes convém"; (8) "supressão da homologação ministerial das convenções colectivas"; (9) "livre inscrição dos sindicatos, suas federações ou *confederações* em organismos internacionais de trabalhadores (FSM, CISL, etc.)"; (10) "o direito à greve

¹ Retomam-se aqui, entre aspas, as designações dadas por José Luís Judas (em entrevista) às duas principais linhas que se demarcavam nas reuniões intersindicais.

² Redigido por um grupo de sindicalistas e consultores sindicais da linha esquerdista da CDE, ligados nomeadamente ao Sindicato dos Lanifícios de Lisboa, que era dirigido por Manuel Lopes.

(...) devidamente regulamentada", embora as restrições não devessem ser "de molde a que na prática impedissem o exercício do direito" (sublinhados nossos).

A apreciação do documento "Posição dos sindicatos" teve lugar a 13 de Dezembro de 1970 e deu origem a um vivo debate que a acta da reunião intersindical, excepcionalmente, registou com algum detalhe e realismo. As opiniões dos intervenientes foram-se dividindo nitidamente entre, por um lado, os que aprovavam o documento, chegando a considerá-lo o mais importante até então admitido naquelas reuniões, e, por outro lado, os que o qualificavam de inoportuno, prematuro, ambíguo, distanciado das massas, provocatório, etc. Reconhece-se facilmente nos segundos a posição "moderada" dos comunistas. Contestando assim a oportunidade do documento e negando-se a discuti-lo ponto por ponto, os comunistas (sobretudo pela voz dos seus militantes da direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa) centraram as suas críticas sobre a reivindicação do direito de greve, que lhes parecia perigosa, porque anticonstitucional. Na sua opinião, o governo poderia aproveitar esse pretexto para proibir as reuniões intersindicais e legitimar a repressão. Ora a *representatividade* das reuniões intersindicais não seria suficiente para lhes servir de escudo protector contra o governo. Os comunistas sublinhavam ainda a grande importância do "comportamento unitário sindical" naquela "fase inicial das reuniões", que interessava manter. Por fim, o documento "Posição dos sindicatos" seria habilmente afastado de discussão e, em seu lugar, aprovada uma proposta para a elaboração de novo documento sobre direitos sindicais, com referência às recomendações da OIT, mas redigido por outro grupo.¹

Só meses depois, na reunião de 21 de Março de 1971, foi aprovado o novo documento, referenciado como "Programa básico dos sindicatos" e redigido sob a forma de exposição ao primeiro-ministro. Tendo Marcelo Caetano recusado conceder a

¹ Acta da reunião intersindical de 13-XII-1970. A redacção do novo documento será da responsabilidade de um grupo constituído por Caiano Pereira, José Pinela, J. J. Gonçalves André, etc. — muito mais próximos das posições comunistas.

audiência pedida pelos presidentes dos 21 sindicatos signatários, o documento foi-lhe enviado pelo correio.¹ O texto começava por referir que as reformas laborais de 1969 haviam sido efectuadas sem a consulta dos "principais interessados — os trabalhadores", uma vez que os sindicatos representados na Câmara Corporativa não teriam "qualquer representatividade dos trabalhadores". Seguiam-se as críticas ao "nítido retrocesso" entretanto verificado na senda das reformas laborais iniciadas em 1969, em lugar da sua prevista continuação. Por fim, os sindicatos signatários declaravam aderir ao conteúdo dos relatórios da OIT sobre Portugal e, de acordo com eles, reivindicavam uma série de princípios relacionados com os direitos sindicais.

Cotejando nesta parte essencial a "Posição dos sindicatos" com o "Programa básico dos sindicatos", verifica-se que o segundo apenas difere do primeiro por terem desaparecido certas referências concretas, que nem sequer tinham sido abordadas na discussão. Examinando as referências amputadas, concluímos sem grande dificuldade que elas desagradavam aos comunistas menos por uma questão de oportunidade do que por divergências quanto ao fundo. Assim, o segundo documento omite a referência à *possibilidade de pluralismo* (ou seja, à possibilidade de existência de mais de uma associação sindical para a mesma classe profissional ou ramo de actividade), declarando em seu lugar que "nesta fase [...] deve ser tarefa principal [dos trabalhadores] o desenvolvimento de uma acção sindical unitária". Em seguida, o "Programa básico dos sindicatos" omite a referência concreta à liberdade de constituição de *confederações sindicais*, deixando apenas uma vaga alusão à livre constituição de organizações da escolha dos trabalhadores. O ponto sobre a supressão da *quotização obrigatória* desaparece totalmente, o que marca uma divergência fundamental entre comunistas e

¹ Documentos apensos à acta da reunião intersindical de 21-III-1971. Para esta reunião haviam sido convidados 35 sindicatos, tendo estado presentes apenas 20. O Sindicato dos Jornalistas não esteve presente mas subscreveu a exposição enviada ao primeiro-ministro.

esquerdistas. A referência concreta à supressão da homologação ministerial das convenções colectivas é também omitida, defendendo-se em seu lugar o princípio abstracto da não interferência estatal limitativa do direito de livre negociação. Enfim, é omitida a referência quer à FSM quer à CISL, como organismos internacionais em que os sindicatos se poderiam filiar livremente (o princípio da liberdade de filiação internacional é mantido). Quanto à reivindicação do direito de greve, que servira de pretexto aos comunistas para criticar a inoportunidade da "Posição dos sindicatos", é afinal mantida no "Programa básico dos sindicatos", embora redigida doutro modo.

Ocupámo-nos detalhadamente deste caso não só pelas diferenças de estratégia política e sindical que através dele se podem detectar no seio do "movimento unitário" da Intersindical desde a sua primeira fase, mas também por outros ensinamentos que dele importa colher. É um bom exemplo do modo organizado e eficaz pelo qual os comunistas encaminhavam um debate para a aceitação das suas posições — se não de todas, pelo menos das essenciais. Como repetidamente já aqui se sublinhou, os militantes do PCP não eram então, nas circunstâncias da clandestinidade, identificáveis como tais, tendo até muitas vezes uma imagem de moderados que afastava essa possível presunção. Os depoimentos recolhidos entre vários participantes das reuniões intersindicais de 1970-71 coincidem em que os comunistas não as dominariam numericamente. Mas ainda que assim fosse, o modo concertado de actuação que os caracterizava bastava para que, em geral, as suas directrizes conseguissem prevalecer sobre os pontos de vista dos demais. Em último caso, quando isso se revelasse impossível, obtinham o adiamento indefinido das discussões.¹ Os comunistas faziam assim reverter em seu favor as características da acção ilegal ou clandestina, à qual, aliás, eram remetidos pelo regime. Inversamente, constatar-se-á a falta de perseverança

¹ Entrevista com Vítor Wengorovius.

e de consistência programática das posições defendidas pelas outras correntes. Estas circunstâncias, combinadas com a nem sempre clara triagem dos sindicatos convidados a participar nas reuniões intersindicais, foram obviamente determinantes do carácter "unitário" do sindicalismo oposicionista antes do 25 de Abril de 1974. O permanente efeito aglutinador das diversas tendências de oposição exercido pelo regime corporativo fez o resto.

A aprovação do "Programa básico dos sindicatos" fora antecedida de uma semana por uma manifestação dos caixeiros de Lisboa junto da Assembleia Nacional. Os trabalhadores exigiam ser recebidos pelo primeiro-ministro, mas acabaram sendo dispersados violentamente. A manifestação, em si, seria então um acontecimento banal noutras paragens, mas em Portugal era uma ousadia sem paralelo, revestindo-se de carácter revolucionário aos olhos do governo. Na origem do incidente estava a questão da semana inglesa no comércio (44 horas de trabalho com tarde de sábado livre) a que dias antes o governo pusera termo com a anulação das decisões arbitrais que a haviam instituído. Em sua substituição, o ministro das Corporações emitiu portarias de regulamentação, concedendo a semana inglesa apenas durante os três meses de verão. As comissões arbitrais tinham-se recusado a corrigir as matérias já decididas que o governo, argumentando com os interesses do público consumidor, se recusara a sancionar. Ao governo restou apenas a regulamentação administrativa, não recuando sequer perante a insólita perspectiva de fixar num diploma as condições de trabalho para uma empresa privada, substituindo-se ao acordo colectivo ali existente.¹ Afinal, a intervenção administrativa na regulamentação colectiva, que se admitira dois anos antes poder vir a extinguir-se por completo, retomava um inesperado fôlego. No caso em questão constata-se que ela regressou para compensar a inadequação da arbitragem

¹ "Portaria de regulamentação do trabalho para os empregados de comércio ao serviço da empresa Grandella Lda.", *Boletim do INTP*, n.º 12/1971, pp. 608 e segs.

equitativa (terceiro árbitro escolhido pelos árbitros de parte) a uma relação de forças que o não era. A questão da semana inglesa, é necessário dizer-lo, relacionava-se directamente com o novo regime jurídico da duração de trabalho que o governo preparava e se encontrava em apreciação na Câmara Corporativa. As reuniões intersindicais — que disputavam a representatividade dos trabalhadores à dita Câmara — haviam já manifestado ao governo e restantes órgãos de soberania a sua "rejeição pura e simples" do projecto do governo.¹ A manifestação dos caixeiros, apoiando-se embora em reivindicações "corporativas", enquadrava-se perfeitamente na acção intersindical e na luta política mais vasta. Nela terão participado também estudantes.

Enquanto a acção sindical parecia tomar uma dimensão mais ofensiva, a imprensa do regime associava a actividade dos sindicatos a um "amplo movimento de subversão" em que se integravam também o movimento estudantil, a propaganda marxista e os "actos de terrorismo" cometidos desde o Outono de 1970 por organizações armadas. O movimento subversivo procuraria assim atingir a "retaguarda" num momento em que o país se encontrava envolvido em três guerras coloniais.² No melhor dos casos, a imprensa governamental achava que uma manifestação sindical era uma "desordem" a que o país não se podia "dar ao luxo de abrir portas", dadas as "horas difíceis" que se atravessavam.³ Como prova de que o objectivo das reuniões intersindicais seria não a legítima defesa dos interesses dos respectivos associados, mas sim o fomento do "espírito revolucionário da luta de classes", a mesma fonte referia a circunstância de nelas participarem, "lado a lado", os bancários, os caixeiros, os jornalistas, os

¹ Documento apenso à acta da reunião intersindical de 3-I-1971.

² Diogo de Lima, "Um acto de terrorismo", *Época*, 10-III-1971. Trata-se de um comentário à sabotagem de helicópteros na base aérea de Tancos, executada dois dias antes pela ARA, organização armada próxima do PCP.

³ Dutra Faria, "Ou espírito corporativo ou luta de classes", *Época*, 18-III-1971.

estivadores e os trabalhadores dos lanifícios. Era uma "frente geral do trabalho" ou o "esboço de uma CGT" que ali estava! ¹

A ruptura do governo com as reuniões intersindicais surgiu no seguimento de mais um caso de conflito de representatividade. Em princípios de Maio de 1971 a comissão organizadora das reuniões intersindicais informou os sindicatos de que o governo, segundo notícia divulgada pela imprensa, teria já designado a representação portuguesa à conferência anual da OIT. A reunião intersindical de 16 de Maio decidiu então enviar ao ministro das Corporações um ofício sublinhando a "total ausência de representatividade", dos dirigentes sindicais que no passado se tinham deslocado à Suíça e propondo o nome de três sindicalistas para integrarem a representação daquele ano. Eram eles os dirigentes dos bancários de Lisboa, dos caixeiros de Lisboa e dos metalúrgicos do Porto, ou seja, os nomes que tinham recolhido o maior número de votos na dita reunião intersindical.² A legitimidade da proposta baseava-se no artigo da Constituição da OIT que estabelecia que a designação dos elementos não-governamentais das representações dos Estados membros deveria ser feita *de acordo com as organizações profissionais mais representativas*. Ora os 19 sindicatos signatários da proposta consideravam reunir as condições necessárias para, no espírito da Constituição da OIT, serem tidos como representativos, "quer pela forma como foram eleitas as respectivas direcções, quer pelo trabalho que têm desenvolvido, quer ainda pelo número de trabalhadores que integram". Em apoio da sua proposta, os sindicatos citavam uma comunicação de J. Silva Pinto ao I Colóquio Nacional do Trabalho, em 1961, onde tecera várias críticas ao modo de constituição das representações portuguesas à Conferência Internacional do Trabalho. O ministro das

¹ Idem.

² Documento apenso à acta da reunião de 16-V-1971. Os escolhidos foram António Ferreira Guedes (dos bancários de Lisboa), José Pinela (dos caixeiros de Lisboa) e António Mota dos metalúrgicos do Porto.

Corporações era ainda advertido que uma cópia daquele ofício seria enviado na mesma data ao Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, o que foi cumprido.

Em resposta, o Ministério das Corporações informou os sindicatos de que o governo havia já designado a delegação portuguesa à Conferência, decisão que fora "precedida da audiência das Corporações, *organizações profissionais mais representativas no nosso País*, como órgãos de cúpula da organização corporativa das respectivas actividades ou ramos de produção, nelas se integrando todos os grêmios e sindicatos, suas uniões e federações, dos respectivos âmbitos de competência" (sublinhado nosso). Eram em seguida indicados os nomes dos membros da representação oficial dos trabalhadores.¹

Em princípios de Junho de 1971 era endereçado um protesto ao secretário-geral da Conferência Internacional do Trabalho, assinado por um dos dirigentes dos bancários de Lisboa, Daniel Cabrita, em nome de 20 sindicatos, denunciando a falta de representatividade da delegação dos trabalhadores que havia sido nomeada pelo governo português.² Deste protesto resultaria um apelo da comissão de verificação de poderes da Conferência Internacional do Trabalho ao governo português para que "se conformasse totalmente à letra e ao espírito da Constituição da OIT." Depois, os acontecimentos sucederam-se em ritmo de campanha. O governo proibiu as reuniões intersindicais marcadas para 13 de Junho, no Porto (que acabou por se realizar num café), e 20 de Junho, em Lisboa. Esta última, realizada na sede do Sindicato dos Profissionais de

¹ Ofício de 2 de Junho de 1971, subscrito pelo director-geral do Trabalho (transcrito em *Informação Sindical*, 17-VII-1971).

² O delegado dos trabalhadores na representação oficial portuguesa era Manuel Ferreira da Silva, presidente da mesa da assembleia geral do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Porto (as últimas eleições haviam sido impugnadas por um grupo de sócios), director administrativo da empresa SONAFI e membro do conselho fiscal da empresa EFACEC (*Informação Sindical*, 17-VII-1971). Manuel Ferreira da Silva já tinha sido o delegado dos trabalhadores portugueses à Conferência Internacional do Trabalho no ano anterior.

Escritório da capital, seria interrompida por uma força de polícia, que expulsou os dirigentes sindicais ali reunidos. Por essa altura, o deputado "liberal" Sá Carneiro fez na Assembleia Nacional, onde se discutiam os projectos de revisão constitucional, várias intervenções a favor da liberdade sindical, criticando nomeadamente a proibição de reuniões sindicais.¹

A 30 de Junho foi preso o dirigente bancário Daniel Cabrita (que assinara nesse mês a carta de protesto ao secretário-geral da Conferência Internacional do Trabalho), sob a acusação de "actividades subversivas".² Seguiu-se, como as autoridades decerto previam, uma onda de protestos, sobretudo por parte dos trabalhadores e sindicalistas bancários de Lisboa e do Porto, fazendo circular sucessivos comunicados e efectuando diligências junto do governo.³ A direcção dos bancários de Lisboa encontrava-se reunida em permanência. A 3 de Julho uma nota da polícia política DGS (novo nome da PIDE desde Novembro de 1969) insinuava que Daniel Cabrita estaria comprometido com a organização armada comunista ARA, responsável por várias sabotagens e atentados desde Outubro do ano anterior.⁴ Em comunicado, os bancários responderam

¹ *Informação Sindical*, 17-VII-1971. Em 21 de Junho de 1971, foi endereçado ao Presidente da Assembleia Nacional um telegrama subscrito por 17 sindicatos participantes nas intersindicais apoiando as intervenções do deputado Sá Carneiro sobre liberdade sindical e liberdade de reunião.

² Daniel Cabrita fora já preso pela polícia política (PIDE) em 30 de Abril de 1969, por pouco tempo, sob a mesma acusação. Cabrita tinha sido escolhido para presidente da direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa em 1969 (por impossibilidade de António Ferreira Guedes assumir o cargo) e era secretário da direcção desde as eleições de Fevereiro de 1971. Oriundo de uma família operária do Barreiro em que todos trabalhavam para a CUF, Daniel Cabrita, bancário no Banco Totta (grupo CUF), era membro do PCP, mas poucos bancários e sindicalistas teriam conhecimento disso (entrevistas com Fernando Moura Palhaça e Dulcínio Caiano Pereira). Quanto aos motivos concretos da prisão de Cabrita, sabe-se que estaria relacionada com a prisão, em fins de Maio de 1971, de Augusto Lindolfo, membro do Comité Central do PCP. Lindolfo teria fornecido à polícia, entre outras informações, os nomes da organização clandestina dos comunistas do sector bancário (entrevista com José Pinela).

³ Comunicados n.º 1 e 2 do Sindicato dos Bancários de Lisboa, respectivamente de 1 e 2 de Julho de 1971.

⁴ O tribunal não confirmaria tais acusações, condenando Cabrita apenas por ser membro do PCP, pagar a quotização do partido e distribuir as suas publicações clandestinas.

que a repressão visaria apenas "paralisar o movimento sindical".¹ Foram também organizadas várias manifestações: trabalhadores de luto nos locais de trabalho, greves curtas, cortejos de rua em Lisboa (o de 26 de Julho, seria violentamente dispersado) e até uma missa no Porto, promovida por "um grupo de bancários cristãos".² A Intersindical também se movimentou. A 5 de Julho de 1971 realizou uma "reunião extraordinária" com 13 sindicatos (representando, segundo o jornal clandestino *Avante!*, 200.000 trabalhadores), cujos dirigentes se deslocaram ao Palácio de S. Bento para solicitar uma audiência ao primeiro-ministro, que todavia os não recebeu.

Perante a vaga de agitação verificada, o governo (ou melhor, o Conselho de Segurança Pública, que deixou então de existir só no papel) mandaria encerrar ainda em Julho os sindicatos dos bancários de Lisboa e Porto, cujas direcções foram depois suspensas preventivamente pelos tribunais do trabalho e substituídas por comissões administrativas (Agosto). Os dirigentes bancários de Lisboa e Porto foram definitivamente destituídos pelos tribunais em Dezembro desse ano (1971), mantendo-se apenas a direcção do pequeno Sindicato dos Bancários de Coimbra. Em princípios de Agosto tinham ainda sido detidos, sob os mesmos pretextos que Daniel Cabrita, uma dirigente do Sindicato dos Caixeiros de Lisboa, um dirigente do Sindicato dos Jornalistas e um membro da direcção suspensa do Sindicato dos Metalúrgicos, todos membros do clandestino PCP.³ Ainda em Julho, porém, o secretário de Estado do Trabalho, J. Silva Pinto, em carta dirigida a vários dirigentes de sindicatos, proibiu formalmente a realização futura de reuniões intersindicais.⁴ (O ofício datava de 26 de Julho de 1971, o dia da maior manifestação de rua pela libertação do dirigente bancário

¹ Comunicado n.º 3 do Sindicato dos Bancários de Lisboa, de 3 de Julho de 1971.

² Eduardo Serpa, *Em Portugal: Sindicatos e Subversão*, s/l., [1972], p. 13.

³ Eram eles, respectivamente, Maria Júlia dos Santos, António dos Santos e Manuel Candeias.

⁴ Ofício 2675/SE/71 de 26 de Julho de 1971 (acima já citado).

preso). A Comissão Organizadora das reuniões intersindicais era aí acusada por Silva Pinto de constituir a "base de um novo organismo, configurado como verdadeira confederação de trabalhadores", ultrapassando a linha legal de defesa dos interesses das categorias profissionais representadas por cada sindicato. Ora "se os sindicatos, como aliás os grémios, decidem chamar a si problemas que não se referem à categoria por eles representada, exorbitam da competência que a lei lhes atribui, contrariando claramente os princípios legais da *representatividade* e da *unicidade* que os devem caracterizar". Em concreto, o responsável do Trabalho citava a redacção de circulares pela dita Comissão Organizadora em papel timbrado próprio, a existência de um "fundo autónomo" destinado a cobrir as despesas dos elementos intervenientes nas reuniões, assim como a tentativa de estabelecer "um conjunto de normas orientadoras" para os sindicatos participantes naquelas reuniões.¹

Quanto ao último ponto, ele tinha de facto sido debatido na reunião intersindical de 18 de Abril. Segundo a respectiva acta, abordaram-se "aspectos relacionados com a organização e funcionamento das reuniões intersindicais e, em especial, o *acatamento por parte dos sindicatos das deliberações tomadas ao nível intersindical*" (sublinhado nosso).² Um registo particular da mesma reunião refere as propostas respectivamente do dirigente dos lanifícios de Lisboa, Manuel Lopes, no sentido de os sindicatos conservarem "liberdade de acção para lá da linha de rumo comum" e do dirigente dos bancários Daniel Cabrita, no sentido de as reuniões intersindicais poderem "criticar a acção dos sindicatos participantes".³ As posições sobre este assunto eram contudo muito diversas, havendo mesmo quem estivesse frontalmente contra o carácter vinculativo das

¹ Idem.

² Acta da reunião de 18 de Abril de 1971.

³ Notas manuscritas de um dirigente sindical sobre o debate da segunda parte da reunião intersindical de 18 de Abril de 1971 (fotocópia, arquivo do projecto).

resoluções intersindicais.¹ Quanto à alegada existência de um "fundo autónomo", a Comissão Organizadora das reuniões havia de facto informado abertamente, numa circular aos sindicatos convidados, que cobriria as despesas de deslocação e estadia dos dirigentes de "alguns sindicatos com problemas financeiros".² Quanto, enfim, aos documentos emitidos em nome próprio pelas reuniões intersindicais, um facto merece aqui especial relevo, por ser imediatamente anterior à proibição: nos seus mais recentes documentos aprovados e impressos a estrutura já se autodesignava, na terceira pessoa, "a Intersindical", referindo também as *reuniões da Intersindical*.³

Mais decisivo do que a proibição governamental das reuniões intersindicais, terá sido o golpe dado em dois dos seus principais esteios, os sindicatos dos bancários de Lisboa e do Porto. Para além dos meios organizativos importantes destas duas organizações, perdia-se também para o movimento intersindical a auréola de prestígio e respeitabilidade próprias da classe dos bancários. A prisão de dirigentes sindicais destacados também obrigou a um recuo, sobretudo por parte dos militantes comunistas, particularmente visados em virtude das actividades da ARA. As autoridades tinham investido na conotação do movimento intersindical com a guerrilha urbana do PCP.

Algun tempo após a proibição das reuniões intersindicais, o governo português argumentaria perante o Comité de Liberdade Sindical da OIT que apenas *um certo tipo* de reuniões entre sindicatos tinham sido proibidas — as que se ocupavam de problemas estranhos às categorias de trabalhadores representados por cada sindicato, contrariando assim o princípio de *representatividade*. Continuariam, pois, a poder realizar-se

¹ Por exemplo, Ernesto Gil de Oliveira, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, que faria mesmo aprovar pela direcção desse sindicato uma resolução no sentido de nenhum dirigente se comprometer no futuro a acatar deliberações emanadas das reuniões intersindicais (entrevista com E. G. de Oliveira). Ver também João Franca, *Cinquenta Anos da Vida de um Sindicato*, op. cit.).

² Circular da Comissão Organizadora das reuniões intersindicais de 11-III-1971.

³ Ver, por exemplo, *Informação Sindical*, 17-VII-1971.

reuniões entre sindicatos, "sobretudo quando se trate de negociação conjunta de convenções colectivas". O governo teria também pretendido evitar, segundo alegou, as "situações assinaladas por alguns sindicatos, em nome dos quais se tomavam decisões sem que os seus representantes estivessem presentes a qualquer reunião comum e sem que tivessem sido ouvidos sobre as questões a resolver".¹ O governo estava naturalmente em muito má posição para se poder preocupar com a representatividade dessas direcções sindicais dando as da sua confiança, nesse capítulo, um péssimo exemplo. Todavia, os sindicatos democraticamente eleitos e autoproclamados "mais representativos" eram-no, de facto, relativamente a um mau padrão. Residia aqui um sério *handicap* do sindicalismo nascente, agravado pelo condicionalismo da *unicidade* — o princípio sagrado da organização corporativa. Sem concorrência, que as forças corporativas não estavam em condições de *lealmente* proporcionar, o bloco sindical da oposição seria sempre "mais representativo", ainda que fosse pouco.

5. Recomeço das reuniões intersindicais. A preponderância comunista.

Com o fecho progressivo da liberalização e a "grande vaga repressiva de 1971", como o PCP lhe chamou, o recém-criado movimento sindical oposicionista ficou momentaneamente enfraquecido e desmoralizado. Até Abril de 1974 ia, todavia, conseguir urna gradual recuperação das posições perdidas, penetrar em novas áreas e recomeçar a tentativa falhada ou interrompida de impor o reconhecimento da sua representatividade. As estratégias sindicais (e principalmente a estratégia sindical

¹ *Bulletin Officiel OIT*, vol. LV, 1972, pp. 94-95.

comunista) ajustar-se-ão melhor aos condicionalismos existentes e às limitações experimentadas no passado. O governo não desistirá de manter os sindicatos sob o seu estreito controlo, que em certos aspectos ainda se acentuará. Tão pouco deixará de promover e proteger, pelos mais variados meios, direcções não representativas à frente de vários sindicatos. O intervencionismo governamental na contratação colectiva não abrandará, assumindo mesmo novas formas, sem dispensar as antigas. Mas a atitude meramente repressiva de 1971 cederá o suficiente para não impedir um segundo fôlego de reanimação sindical.

Em Junho de 1972 os sindicatos de bancários de Lisboa e do Porto regressaram às mãos de direcções oposicionistas. Listas *únicas* recolheram nas eleições então realizadas percentagens impressionantes de votantes: 40% e 49% do total dos sócios de Lisboa e do Porto, respectivamente (ver os **quadros 2 e 3**). Ficava comprovada a extrema penúria de forças sindicais corporativas, reafirmando-se a aparente unidade da oposição. Mas tanto em Lisboa como no Porto os corpos gerentes eleitos eram constituídos basicamente por comunistas e elementos próximos. "Não se sabia que éramos comunistas. Consideravam-nos os melhores, por isso fomos escolhidos" — conta hoje convictamente Antero Martins, membro do PCP desde os anos 60 e dirigente, de 1969 a 1975, do Sindicato dos Bancários de Lisboa.¹ A direcção do Porto era presidida por Avelino Gonçalves, membro do PCP, que será em 1974 ministro do Trabalho no I Governo Provisório. Na direcção de Lisboa haveria inicialmente, em 1972, apenas dois elementos comunistas, mas até ao termo do mandato todos os restantes se tornariam membros do PCP.² Em Coimbra, em 1973, os bancários

¹ Entrevista com Antero Martins. Activo na Intersindical desde o seu início, Martins fez parte do secretariado das reuniões intersindicais antes de 1974. Até 1979 teve o pelouro de organização da central.

² Idem. Os dois comunistas iniciais eram Anselmo Dias (o presidente da direcção) e Antero Martins. O único membro da direcção que não se filiou no PCP, Maria de Fátima Nóbrega, demitir-se-á da direcção na sequência da "crise dos bancários" em fins de 1973 (ver aqui mais adiante).

elegeriam novamente uma lista de esquerda, mas desta vez incluindo já um ou dois elementos comunistas.¹

Um importante sindicato conquistado por uma lista heterogénea de oposição (incluindo elementos comunistas) foi o Sindicato dos Electricistas de Lisboa, em 1972. No Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, onde se realizaram finalmente eleições em Dezembro de 1973 (mais de 3 anos após a suspensão dos respectivos dirigentes), seria eleita também em lista única uma "d direcção da classe" (assim definida pelo jornal clandestino *Avante!*), presidida por um católico esquerdista, Jerónimo Franco. Em Abril de 1974, neste sector, apenas o Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro mantinha uma direcção corporativista, eleita graças a várias irregularidades cometidas pelos corpos gerentes cessantes, com a colaboração do delegado local do INTP e a bênção final do tribunal do trabalho.² Sindicatos que se conservaram numa linha de oposição, mas passaram inteiramente para o controlo pelos comunistas, foram o Sindicato dos Seguros de Lisboa e o Sindicato dos Profissionais de Propaganda Médica.

Enfim, algumas das Ordens de profissões liberais foram também abandonando o "espírito corporativo". Segundo o relato retrospectivo de Marcelo Caetano, na Ordem dos Médicos e na Ordem dos Engenheiros "grupos de jovens diplomados, continuando a acção política iniciada nas universidades, apossaram-se dos postos dirigentes perante a passividade e o comodismo da maioria, imprimindo à acção desses organismos carácter

¹ Entrevista com F. Osório Gomes. Este sindicato já tinha desde 1971 uma equipa de assessores técnicos constituída por quatro juristas comunistas (Jorge Leite, Vital Moreira, J. Gomes Canotilho e A. Avelãs Nunes), que acompanharam o processo de negociação do contrato para o sector quando os sindicatos de bancários de Lisboa e Porto se encontravam com comissões administrativas nomeadas pelo governo.

² As peças do processo judicial de impugnação das eleições sindicais foram reunidas por J. Afonso e Mário Brochado Coelho em *Uma Farsa Eleitoral – O Caso do Sindicato Metalúrgico de Aveiro*, Afrontamento, Porto, 1973. Na contestação da acção que lhes era movida, dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro acusaram os autores da impugnação de abrirem "livre campo à subversão" (*op. cit.*, p. 25).

nitidamente sindicalista revolucionário".¹ As primeiras greves de médicos de que há memória em Portugal tinham-se desenrolado em 1970 nos hospitais de Lisboa. As Ordens referidas, actuando como sindicatos, chegaram também a participar em reuniões intersindicais ou a subscrever documentos aí aprovados, misturando-se desse modo com os representantes da classe operária e dos "colarinhos brancos", para consternação do governo.

Em compensação, o Sindicato dos Escritórios de Lisboa passaria a ser dirigido, em 1972, por elementos da total confiança do governo, após a impugnação da lista da oposição, que à partida tinha assegurada a maioria dos votos do colégio eleitoral.² O governo não queria repetir a experiência da direcção anterior, que tinha aberto o sindicato à corrente oposicionista, prestado valiosa colaboração na organização das reuniões intersindicais e, sobretudo, causado forte descontentamento patronal num processo de negociação colectiva.³ O novo líder do sindicato, José Braz Rodrigues, aproximava-se do arquétipo de sindicalista do regime de Caetano. Embora não tivesse legitimidade democrática, politicamente era de confiança e integrava-se perfeitamente na organização corporativa.⁴ A essas características juntava um certo dinamismo,

¹ Marcelo Caetano, *Depoimento, op. cit.*, p. 132.

² A lista oposicionista para a direcção central do sindicato era liderada por Caiano Pereira. A lista corporativa, liderada por José Braz Rodrigues, recolheu 23 votos, quando, em circunstâncias normais, o colégio eleitoral seria composto por cerca de 360 elementos. Perante a existência de uma única lista, a grande maioria dos eleitores não compareceu ao acto eleitoral.

³ Trata-se do contrato colectivo para os empregados de escritório do ramo de produtos químicos para a agricultura e indústria, publicado em Março de 1972, cuja negociação fora iniciada em Maio de 1970. O grémio patronal, controlado pelo grupo CUF, "fez grandes pressões sobre o governo" durante esse processo negocial. Segundo J. L. Nogueira de Brito (então subsecretário de Estado do Trabalho), a CUF tinha a sua própria "política social" e "sentiu que perdia o poder de condução dessa política quando se deu o surto de contratação colectiva" (entrevista com J. L. Nogueira de Brito).

⁴ No Sindicato dos Escritórios de Lisboa José Braz Rodrigues fora dirigente entre 1968 e 1971 da 5.^a secção de actividade (indústria de petróleos). Braz Rodrigues foi também procurador à Câmara Corporativa e director da Corporação da Indústria (em representação dos sindicatos). Em 26 de Abril de 1973, Braz Rodrigues conferiu ao secretário-geral da dita corporação, Basílio Horta, a "medalha de reconhecimento" do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, que lhe seria entregue em cerimónia oficial pelo secretário de Estado do Trabalho, J. Silva Pinto. No discurso que então fez, o dirigente sindical dirigiu ao

capacidade de diálogo e espírito pragmático, tornando assim possível a cooperação da direcção central do sindicato com certas secções de actividade dirigidas por elementos da oposição.¹

Reconquistado o Sindicato dos Bancários de Lisboa — conta Antero Martins, um dos seus dirigentes de então — estava cumprida a "tarefa principal" para o relançamento das reuniões intersindicais, que em Julho de 1971 haviam sido interrompidas.² Em meados de 1972 estas já se realizavam novamente. Diz o citado dirigente: "Quando recomeçaram, as reuniões intersindicais eram clandestinas. A polícia não intervinha então porque não sabiam onde elas eram".³ Opinião a este respeito muito diferente tem o secretário de Estado do Trabalho de então, Silva Pinto, que declara: "As reuniões intersindicais foram toleradas até ao final". A proibição de 1971 não era, segundo declara, para ser cumprida rigorosamente: "Uma coisa é o discurso oficial, outra é a atitude que se adopta ria realidade".⁴ O então dirigente sindical do sector dos lanifícios e um dos principais fundadores da Intersindical, Manuel Lopes, descreve a situação em causa como sendo de *semiclandestinidade*: "As reuniões intersindicais tinham sempre três ou quatro locais alternativos para o caso de a polícia aparecer num deles. Mas não eram clandestinas. O governo tinha conhecimento da sua realização".⁵ Na opinião deste

secretário de Estado os seus pedidos, fazendo-se eco também de algumas das preocupações sentidas pelos sindicatos em geral. Entre os pedidos então formulados saliente-se o de legislação que proibisse os despedimentos sem justa causa e o da regulamentação da actividade dos delegados sindicais.

¹ José Braz Rodrigues declarou (em entrevista) ter contado, como presidente da direcção central do sindicato, com a colaboração de José Luís Judas (comunista), dirigente da 6.^a secção de actividade (construção civil). Em 1973, Braz Rodrigues apoiou Caiano Pereira, dirigente da 10.^a secção de actividade (indústria química) e cabeça de lista de oposição para a direcção central do sindicato, quando este foi objecto de um processo disciplinar por parte da empresa em que trabalhava (Nitratos de Portugal) por ter criticado numa circular sindical a sua política de despedimentos.

² Entrevista com Antero Martins.

³ Idem.

⁴ Entrevista com Joaquim Silva Pinto.

⁵ Entrevista com Manuel Lopes.

dirigente, o governo não teria tido condições para destituir as direcções dos sindicatos envolvidos.

Outro indício de que o governo teria *não oficialmente* adoptado uma atitude distinta da proibição pura e simples, está no facto de José Braz Rodrigues, o presidente do Sindicato dos Escritórios de Lisboa que actuava em sintonia com os responsáveis do Ministério das Corporações, ter em 1972 mostrado interesse em participar nas reuniões intersindicais. Não conseguiu, porém, ser convidado, dada a pouca confiança política que os sindicalistas oposicionistas tinham nele.¹ J. Braz Rodrigues considera, aliás, ter liderado informalmente em 1972-74 um grupo de 5 ou 6 sindicatos de Lisboa com uma orientação oposta à do grupo "intersindical".² Numa tentativa de alargar a sua influência, Braz Rodrigues ainda chegou a reunir em fins de 1973 com outros sindicatos de escritórios, debatendo com eles a hipótese de fusão, num só sindicato de âmbito nacional, de todos os organismos distritais, em que se encontravam associados cerca de 200.000 trabalhadores.³ Esta proposta já não teve qualquer seguimento, a curto ou médio prazo, em virtude da Revolução de Abril de 1974, que, numa primeira fase, viria a favorecer uma evolução diferente. Contudo, depois das tentativas pouco ou mal conseguidas de verticalização dos sindicatos no período pós-1974, a ideia voltaria a ganhar oportunidade e adeptos durante os anos 80, como adiante veremos.

Tal como acontecera em 1970, as reuniões intersindicais retomadas em 1972 iriam debruçar-se preferencialmente sobre a legislação laboral e sindical produzida pelo governo, criticando-a ou repudiando-a. Em 1972, três diplomas suscitaram os protestos dos sindicatos. Dois deles apertavam ainda mais o controlo estatal sobre a organização

¹ Entrevistas com José Braz Rodrigues e Dulcínio Caiano Pereira.

² Entrevista com José Braz Rodrigues.

³ "Duzentos mil empregados de escritório querem sindicato único", *Expresso*, n.º 2, 13-I-1973, pp. 1 e 4.

sindical.¹ O terceiro, que seria o mais contestado, adoptava uma série de providências de combate à alta dos preços, estabelecendo nomeadamente limitações à negociação colectiva. De futuro, as tabelas salariais das convenções só poderiam ser revistas de dois em dois anos (algumas, de facto, já eram revistas anualmente) e as restantes cláusulas contratuais de quatro em quatro, excluindo-se a possibilidade de ser estipulada contratualmente a indexação das remunerações ao custo de vida, praticada já em alguns casos.² Perante a evolução preocupante da taxa de inflação desde 1970, o governo de Caetano procurava assim evitar o "sobressalto de constantes reivindicações e alterações". O governo, que já dispunha de fortes meios de controlo dos aumentos salariais, declarou ter preferido esta solução ao congelamento puro e simples das remunerações, adoptado então em alguns países. Mas a medida era excessiva, atendendo à crescente pressão da inflação sobre os salários, e contraditória, pois que a pretexto de moderar o aumento do poder de compra congelava por quatro anos o clausulado não salarial das convenções. Se outro mérito não teve, este decreto — logo apodado de *congelamento dos salários* nos meios sindicais — congregou as reacções dos sindicatos contra ele e foi um dos mais directos incentivos ao reatamento de reuniões entre sindicatos. No ano seguinte o governo tentará minorar as consequências do decreto com duas novas medidas legislativas em sentido contrário.³ Entretanto, o salário médio real

¹ O Decreto 51/72, de 10 de Fevereiro de 1972, tornava obrigatória em todos os casos a verificação das condições de elegibilidade dos candidatos a dirigentes sindicais mediante *prova documental* a fornecer pelas autoridades administrativas, designadamente a prova documental, dependente do critério da polícia política, de que o candidato não professava ideias contrárias à *disciplina social*, etc. Por exemplo, José Pinela, o presidente do Sindicato dos Caixeiros de Lisboa e um dos maiores impulsionadores do movimento intersindical, não pôde por esse motivo ser reeleito, em 1973, para o cargo. O Decreto-Lei 447/72, de 10 de Novembro de 1972, permitia que o governo, em alternativa à designação de comissões administrativas, nomeasse *curadores* para gerir os sindicatos que tivessem direcções suspensas ou destituídas, sem estipular prazos para a regularização da vida sindical. Os curadores podiam ser estranhos à respectiva classe de trabalhadores. Este decreto, mais um retrocesso da legislação relativamente às reformas de 1969, foi imediatamente aplicado na secção regional de Lisboa da Ordem dos Médicos, cuja direcção foi suspensa e substituída por um curador.

² Decreto-Lei 196/72, de 12 de Junho de 1972.

na indústria e transportes, que vinha crescendo regularmente desde a década anterior e tinha atingido aumentos máximos em 1969 e 1970, já não registaria em 1972 e 1973 qualquer aumento.¹ É impossível determinar até que ponto isso foi obra do decreto de "congelamento dos salários" ou mero resultado da inflação, em todo o caso o governo ofereceu-se como bode expiatório.

Em Outubro de 1973 o governo forneceu ao movimento sindical oposicionista um motivo suplementar de protestos e acção conjunta: a publicação do novo "Estatuto dos empregados dos organismos corporativos".² A pretexto de regulamentar as relações colectivas de trabalho desses profissionais, o governo fixava salários e regras de promoção, permitindo-se inclusive regular minuciosamente a admissão de empregados pelos sindicatos (e grémios), submetendo-a ao mesmo controlo político (requisitos de elegibilidade) dos candidatos a dirigentes sindicais. Isto vinha atingir muito em particular o recrutamento de elementos da oposição (especialmente comunistas, alguns dos quais saídos da prisão) para o aparelho administrativo dos sindicatos conquistados pela oposição. Este estatuto foi obviamente considerado uma ingerência na gestão interna dos sindicatos e proporcionou movimentações de protesto de grande envergadura, apoiadas em documentos elaborados no quadro das reuniões intersindicais. Uma das resoluções foi a apresentação de um recurso de anulação do estatuto em questão no Supremo Tribunal Administrativo, subscrito por 27 sindicatos, 2 federações (lanifícios e metalúrgicos) e a Ordem dos Engenheiros, posição a que posteriormente

³ Decreto-Lei 377/73, de 24 de Julho de 1973, encurtando os prazos processuais das revisões salariais e Decreto-Lei 698/73, de 19 de Dezembro de 1973, isentando da aplicação do D.L. 196/72 em caso de redimensionamento da área ou âmbito das convenções em vigor (medida favorecendo também a concentração sindical).

¹ Daniel Bessa, "O processo inflacionário português", *Análise Social*, n.º 70, 1982, p. 74 (quadro n.º 20).

² Decreto-Lei 734/73 de 24 de Outubro de 1973.

aderiram mais 16 sindicatos, perfazendo um total de 43, um recorde. No âmbito intersindical, a resolução tomada pela maioria foi a não aplicação do Estatuto.¹

Mas as reuniões intersindicais não iam limitar-se a reagir às medidas que o governo tomava com incidência no mundo do trabalho ou na vida das organizações sindicais. Iniciativas próprias também se registaram, como a proposta novamente feita ao governo em Maio de 1973 — desta vez com toda a prudência — e subscrita por 20 sindicatos, no sentido de serem estes a indicar os componentes da representação dos trabalhadores portugueses à Conferência Internacional do Trabalho. Como em 1971, a proposta não seria considerada pelo governo, para o qual a OIT funcionava um pouco como a ONU e outras organizações internacionais em que se "atacava" Portugal a propósito das guerras coloniais. E, com efeito, em 1972 a Conferência Internacional do Trabalho tinha aprovado uma resolução condenando a acção de Portugal nos territórios de África (por opressão colonial, discriminação racial e violação dos direitos sindicais), fazendo com que a delegação portuguesa — da confiança do governo — abandonasse os trabalhos em sinal de protesto. Além disso, a OIT admitirá no seu seio, ainda antes de 1974, "representantes dos povos autónomos da Guiné, Angola e Moçambique", sob proposta da CISL – Confederação Internacional dos Sindicatos Livres.² Numa reunião intersindical de Fevereiro de 1974 foi ainda decidido voltar a apresentar ao governo (como fora feito em 1971 e 1973) os nomes propostos pelos sindicatos para a delegação dos trabalhadores portugueses à Conferência.³ Esta *démarche* estava a tornar-se rotineira, embora não houvesse razões para crer que algum dia o governo a atenderia.

¹ Acta da reunião intersindical regional (Sul) de 4 de Janeiro de 1974.

² Jornal *República*, 30-IV-1974.

³ Acta da reunião intersindical nacional de 3 de Fevereiro de 1974.

Outra iniciativa foi a participação no I Congresso Nacional da Previdência Social, em Julho de 1973, com uma "Tese dos Sindicatos", elaborada e subscrita conjuntamente por 16 sindicatos que afirmavam representar 160.000 trabalhadores.¹ Não foi pacífica a decisão de participar neste congresso, pois havia sempre quem condenasse o "reformismo" ou "colaboracionismo" de tais actuações. A tese conjunta pretendia fazer uma abordagem das "questões de fundo" do sistema de segurança social, contrariando a perspectiva "tecnicista" e a temática especializada do congresso. O texto apresentado e aparentemente aceite foi, contudo, censurado pela comissão organizadora do congresso, que também se recusou a indicar a sua autoria colectiva. Os representantes dos sindicatos acabaram por abandonar o Congresso, não sem antes terem lido uma declaração em que acusavam a organização de não ter permitido "que os legítimos representantes dos trabalhadores se fizessem ouvir". A "Tese dos Sindicatos" pugnava pela criação de um *seguro de desemprego*, ainda inexistente em Portugal. Defendia, além disso, que a gestão administrativa e financeira da Previdência devia caber aos trabalhadores, que as suas estruturas deviam ser "concentradas numa única instituição" e que todos os trabalhadores deviam ser por ela uniformemente abrangidos, com cobertura integral dos riscos.

As reuniões intersindicais começaram igualmente a debater a reivindicação de um *salário mínimo nacional*, depois de terem tomado conhecimento, em fins de 1973, de um estudo "confidencial" do governo sobre o assunto.² O movimento intersindical, na pegada do PCP, temia o efeito desmoralizador de melhorias outorgadas pelo governo e não *conquistadas* pelos trabalhadores. Na realidade, o Ministério das Corporações tinha, desde 1969, "estudos adiantados" sobre o salário mínimo, pensando o então ministro J.

¹ Fotocópia (arquivo do projecto).

² Acta da reunião intersindical regional (Norte) de Dezembro (?) de 1973 e acta da reunião intersindical regional (Sul) de 9 de Janeiro de 1974.

Gonçalves de Proença, na hora da despedida do cargo, que a sua introdução estivesse para breve.¹ As "grandes disparidades salariais existentes" e o receio de causar "grave abalo" à economia fizeram, porém, que o governo de Caetano retardasse o processo. Decidiu-se depois impor gradualmente, sector a sector, por via da homologação dos contratos colectivos, um limite salarial mínimo, permitindo a futura estipulação de um salário mínimo interprofissional. Mas até esta política, segundo escreveu Marcelo Caetano no seu *Depoimento* do exílio, foi "muitas vezes mal compreendida pelos patrões, que se queixavam de ser o próprio governo a aumentar salários aceites pelos sindicatos".² Quando se deu a Revolução de Abril de 1974, as reuniões intersindicais não tinham ainda estabelecido um quantitativo a reivindicar como salário mínimo interprofissional, contrariamente ao que é afirmado na citada obra do antigo primeiro-ministro. Enquanto um grupo de trabalho intersindical era encarregado de estudar a questão, a prioridade no terreno era dada ao combate ao "congelamento dos salários". Mas a reivindicação de um salário mínimo nacional foi avançada por alguns sindicatos individualmente.

Embora publicamente já não se pudesse falar, como em 1970-71, das reuniões intersindicais e estas evitassem agora cuidadosamente apresentar-se como entidade colectiva, muitos dos resultados da sua actuação estavam contudo patentes nos documentos, teses, petições e cartas que subscreviam. Uma apreciação desapaixorada do tipo de sindicalismo praticado então pelo movimento intersindical não pode deixar de lhe reconhecer a relativa urbanidade e moderação, atendendo inclusive à hostilidade manifesta que o regime lhe votava. Todavia, no *Depoimento* escrito no exílio em 1974 Marcelo Caetano refere sempre o movimento intersindical como um *grupo de*

¹ Discurso de J. Gonçalves de Proença em 15 de Janeiro de 1970 na tomada de posse do seu sucessor, Baltazar Rebelo de Sousa (*Boletim do INTP*, n.º 2/1970, p. 30).

² Marcelo Caetano, *Depoimento*, op. cit., pp. 133-134.

agitadores, denotando assim a sua grande incompreensão do fenómeno sindical para cuja reanimação havia, singularmente, contribuído.

A um nível não publicitado ou clandestino, a organização intersindical tinha naturalmente outros tipos de actividades. Por exemplo, desde pelo menos 1971 que ela mantinha contactos com centrais sindicais de outros países e com confederações internacionais.¹ Estes contactos, efectuados obviamente à margem da lei, asseguravam o contributo da solidariedade internacional, quer através de campanhas nos meios de comunicação estrangeiros e acções no quadro da OIT ou outros organismos, quer pela cedência de fundos que em Portugal serviam nomeadamente para auxiliar grevistas, sindicalistas que eram alvo de retaliações, a organização do movimento sindical, etc.²

A partir de 1972, a influência do PCP nas reuniões intersindicais, que já tinha sido grande em 1970-71, vai acentuar-se, em consequência também do reforço da presença dos comunistas nos sindicatos e da adesão ao partido de alguns dirigentes sindicais. O próprio relançamento das reuniões intersindicais seguiu de perto, tal como em 1970, as directivas aprovadas nesse sentido e divulgadas pela direcção do PCP.³ Os comunistas terão tido que vencer previamente algumas resistências de sectores esquerdistas que preconizavam a clandestinização completa das reuniões.⁴ A estratégica oposição do PCP às tendências de clandestinização do movimento sindical radicava na sua própria

¹ Entrevista com F. Marcelo Curto. Este consultor sindical integrou uma delegação da Intersindical a Itália no Verão de 1971 com Manuel Lopes e António Mota.

² Auxílios concedidos pela FSM e pela CMT serviram para apoiar grevistas antes de 25 de Abril de 1974 (entrevista com F. Canais Rocha). O *Avante!* noticiou em Novembro de 1973 o encontro de uma delegação de "sindicalistas democratas" de Portugal com uma delegação da FSM em Praga, em que foram tomadas "as medidas necessárias para o reforço dos laços de amizade, cooperação e solidariedade internacional". A Federação Sindical Mundial era a organização sindical internacional patrocinada pela União Soviética.

³ Álvaro Cunhal apelou à "renovação das intersindicais" na Rádio Portugal Livre (sediada em Praga) em Abril de 1972 (*Avante!* n.º 441, Maio de 1972). Na reunião do Comité Central do PCP de Maio de 1972, entre as "direcções de trabalho" aprovadas para o movimento sindical preconizava-se a "cooperação intersindical nas formas aconselháveis no momento" (*Avante!* n.º 442, Junho de 1972).

⁴ Entrevista com José Pinela.

experiência, encontrando até certo ponto um paralelo, se não uma fonte de inspiração directa, na experiência das Comisiones Obreras espanholas, resultantes da "recusa das catacumbas" pelos sindicalistas comunistas do país vizinho. De facto, do ponto de vista do PCP, existia já uma estrutura clandestina e provavelmente bastava — o próprio partido. Por outro lado, a clandestinização equivalia ao corte do "apoio das massas" e à impossibilidade de protagonismo indirecto do partido, tudo o que de mais importante o PCP ia buscar à acção sindical.

Durante a prisão do dirigente bancário de Lisboa Daniel Cabrita, que aos olhos do próprio governo aparecera como o líder natural do movimento,¹ o dirigente bancário do Porto Avelino Gonçalves, tido por elemento da linha mais moderada (ou "recuada") do PCP, assumiu certa preponderância nas reuniões intersindicais, aparecendo como o seu coordenador.² Em 1973, quando Daniel Cabrita foi libertado, depois de cumprida a sua pena, e regressou aos trabalhos das intersindicais, já não reassumiu o papel de liderança anterior.

Em Abril de 1973, no congresso oposicionista de Aveiro, um "grupo de trabalhadores da Marinha Grande" (provavelmente ligados ao PCP), apresentou uma tese sublinhando a necessidade de se "incrementar a acção intersindical" e a urgência de se pôr de pé uma *central sindical*. Definida como "organismo *coordenador e fiscalizador* das actividades sindicais", essa central deveria ser capaz de conduzir "para a luta muitos sindicatos que se auto-submeteram ao sindicalismo corporativo" e chamá-los "ao cumprimento dos seus deveres para com os trabalhadores".³ Se bem que não se tratasse de um documento emanado da direcção do PCP, esta tese prefigurava já

¹ Entrevista com J. L. Nogueira de Brito.

² Entrevista com José Pinela.

³ 3.º Congresso da Oposição Democrática - Teses, 2.ª secção, *op. cit.*, pp. 150, 154.

fielmente a estratégia comunista de tomada de controlo sobre a organização sindical corporativa a partir do órgão de cúpula intersindical.

A preponderância da linha comunista foi bem patente na reunião intersindical de Outubro de 1973, quando da discussão e aprovação do documento denominado "Constituição, estrutura e funcionamento das reuniões intersindicais" ¹ (o legalismo manifestava-se já no modo como se evitou chamar-lhe *estatutos*). Esta importante reunião teve lugar na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto e foi dirigida por João Amaral, consultor jurídico do dito sindicato e membro do PCP.² No primeiro ponto do documento aprovado definiam-se as reuniões intersindicais pela negativa — "não são nem uma federação, nem uma confederação, nem uma união de sindicatos" — e pela positiva — "são reuniões de direcções de sindicatos que [...] debatem entre si os problemas e tentam estabelecer uma plataforma de acção comum dos seus sindicatos". A participação nas reuniões intersindicais era submetida a três condições: "honestidade na defesa dos interesses dos trabalhadores; ligação efectiva ao sector profissional e representatividade das direcções; comprometimento numa acção comum com os sindicatos componentes". Ponto decisivo, em que a posição dos comunistas vingou por 6 votos contra 5, era o que reservava a participação nas reuniões intersindicais apenas às *direcções sindicais em exercício*.³ Excluía-se, assim, a presença nas reuniões de representantes informais ("grupos de trabalho") de sindicatos cujas direcções tivessem sido destituídas pelo governo e substituídas por comissões administrativas. Os comunistas, bem posicionados em muitas direcções em exercício, argumentaram com a necessidade de impor a *legalização* da estrutura intersindical. Igualmente ficavam excluídos das reuniões os consultores sindicais e outros funcionários não dirigentes que,

¹ Fotocópia (arquivo do projecto).

² Entrevista com Armando Santos.

³ Idem. Armando Santos disse ter defendido nessa reunião posição contrária à dos comunistas.

na sua maioria, escapavam ao controlo do PCP, resultando tudo num reforço deste partido na organização intersindical.¹

Os estatutos das reuniões intersindicais incluíam a constituição de um *secretariado* permanente, composto por cinco sindicatos eleitos (a votação não incidia, pois, sobre nomes de dirigentes sindicais, mas sobre sindicatos). Como principais funções do secretariado, os estatutos previam a convocação das reuniões garantindo os meios para a sua realização, a elaboração das respectivas actas de relatórios de actividades, a preparação da ordem de trabalhos e a proposta de um coordenador para cada reunião. O secretariado teria ainda funções de execução das deliberações tomadas nas reuniões, de informação, de comunicação entre os sindicatos, etc. As reuniões intersindicais seriam de dois tipos: regionais, a realizar, em princípio, mensalmente, e nacionais, de dois em dois meses. Para o efeito, a organização era dividida em três regiões: Sul, Norte e Centro. Estas regiões elegeriam respectivamente três, um e um sindicato dos cinco que integravam o secretariado. A estrutura organizativa assim fixada² não iria ser posta à prova durante muito tempo. Até Abril de 1974, realizar-se-iam por mês uma reunião intersindical nacional e cerca de duas regionais. As reuniões nacionais de Fevereiro e Março de 1974 registaram a presença de 18 e 22 sindicatos respectivamente. Dias antes da Revolução de 25 de Abril, teve lugar uma reunião intersindical para preparar o 1.º de Maio de 1974.

Ainda em relação com a preponderância gradualmente adquirida pelos comunistas no movimento intersindical, interessa aqui focar a evolução interna do Sindicato dos Bancários de Lisboa entre 1972 e 1974. A "crise dos bancários", como chegou a ser

¹ Entrevista com José Pinela.

² Segundo F. Marcelo Curto (entrevista), a estrutura da Intersindical repartida por três regiões e a criação de um secretariado permanente tiveram origem num plano elaborado ainda em 1971 por ele, Marcelo Curto, Vítor Wengorovius e Mário Brochado Coelho — três consultores jurídicos sindicais que participaram no lançamento das reuniões intersindicais em 1970-71.

designada no final de 1973, não foi significativa apenas por se ter produzido no sindicato que indiscutivelmente liderou a organização das reuniões intersindicais e cujo papel de destaque no panorama sindical português era, por sinal, muito anterior à sua conquista pela oposição. Este caso teve, por um lado, o condão de evidenciar, em vésperas do 25 de Abril, importantes linhas de fractura existentes no movimento sindical que o unitarismo antifascista ocultava ou subalternizava. Fornece, por outro lado, uma amostra dos métodos postos em prática pelos comunistas para imporem a sua concepção de unidade sindical.

Após as eleições de 1972, como atrás já foi referido, a direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa ficou sob o controlo dum grupo de militantes do PCP e próximos. Alguns dos membros da anterior direcção, que por força da sua destituição pelo regime tinham ficado inelegíveis, não quiseram contudo deixar de dar a sua colaboração, participando nos vários *grupos de trabalho*. Estes grupos criados a partir de 1969 constituíam ao mesmo tempo uma especialização de tarefas (nas áreas da segurança social, contratação colectiva, revista do sindicato, acção cultural) e uma forma de abertura do sindicato à cooperação dos associados mais interessados e activos.¹ Os comunistas também tentavam criar grupos de trabalho no interior dos sindicatos com direcções corporativistas ou com comissões administrativas, como forma de prepararem a sua conquista — nem sempre seguida de êxito. Tinha sido por esse meio que, entre 1971 e 1972, o grupo comunista tinha preparado a reconquista, bem sucedida, do Sindicato dos Bancários de Lisboa. A partir de 1972, contudo, a direcção maioritariamente comunista começou a opor-se à autonomia dos grupos de trabalho e ao estatuto directivo a que estes pretendiam aceder, nomeadamente no quadro de um novo órgão que propunham para dirigir o sindicato — o *plenário*. Tudo foi recusado pela

¹ Entrevista com Fernando Moura Palhaça.

direcção, que impôs a sua concepção centralista ou "dirigista", com a autoridade que lhe garantiam os estatutos oficiais do sindicato e a própria lei sindical. Os comunistas não só se escudavam assim na legalidade corporativa para se desembaraçarem dos elementos de outras tendências, como quebravam um acordo tácito segundo o qual os ex-dirigentes impedidos legalmente de se recandidatarem participariam, não obstante, na direcção do sindicato. Quando, em 1973, a direcção despediu arbitrariamente um funcionário, a confrontação interna agudizou-se bastante, provocando a demissão de três elementos não comunistas dos corpos gerentes e de dois advogados do sindicato.¹ Dois dos principais responsáveis dos *grupos de trabalho* seriam ainda alvo de um "voto de censura e desconfiança" que a direcção fez aprovar numa assembleia geral.²

Apesar do ascendente visivelmente conquistado pelos comunistas a partir de 1971-72 sobre as reuniões intersindicais, a direcção do PCP ainda tecia críticas, em 1973, ao modo como aquelas se desenrolavam. O dirigente partidário José Vitoriano verberava por essa altura as "discussões estéreis e sem fim que geram impasses e dificuldades", o esquerdismo, a "excessiva radicalização de linguagem" de alguns participantes, as "concepções sindicalistas", ou seja, as que privilegiavam o ponto de vista sindical em detrimento do político, etc.³ Estas "tendências negativas" estariam directamente relacionadas, a seu ver, com a "grande preponderância nas reuniões intersindicais de classes profissionais *não proletárias*". Segundo as estatísticas de José Vitoriano, dos 38 sindicatos que em 1970-71 participaram, com ou sem regularidade e

¹ Os dirigentes demissionários foram os dois secretários da mesa da assembleia geral, Paulo Loureiro Baptista e José Dias Diniz, e a directora Maria de Fátima Nóbrega. O funcionário despedido, Jorge Aguiar, tinha anteriormente constituído uma comissão de trabalhadores do sindicato e apresentara "reivindicações" à direcção.

² No relato deste caso considerei os depoimentos de Fernando Moura Palhaça, António Ferreira Guedes e Antero Martins. O primeiro e o segundo lideravam em 1973 os grupos de trabalho, o terceiro era membro da direcção do sindicato. Sobre este caso veja-se também o semanário *Expresso* de 8, 15 e 22 de Dezembro de 1973.

³ José Vitoriano, *Experiências de Três Anos de Luta Sindical*, loc. cit.

até a título de observadores, nas reuniões intersindicais, apenas 12 se poderiam considerar "representantes da classe operária", 10 dos quais de presença esporádica ou irregular. As "tendências negativas" ter-se-iam agravado ainda com a participação activa nas ditas reuniões de "elementos estranhos às massas sindicais", isto é, consultores, advogados, árbitros e funcionários administrativos dos sindicatos. Em suma, segundo o citado dirigente do PCP, a "maioria esmagadora" dos participantes nas reuniões intersindicais era "de *empregados* e de outras profissões *não operárias*".¹ Não havendo razões para duvidar das estatísticas de José Vitoriano, o quadro que ele traça é, de facto, eloquente: por pouco que a *classe operária*, no sentido tradicional do termo, não era vista nem achada na criação da Intersindical. O que não impedia o PCP, como vimos, de manter nessa estrutura uma influência crescente e até preponderante — justamente através de uma maioria de sindicalistas *não operários* dos sectores da banca, do comércio, dos serviços, etc.

Pouco antes do 25 de Abril de 1974 duas últimas medidas legislativas do governo ocuparam o movimento intersindical, embora já não viessem a surtir efeitos práticos. Um decreto de Silva Pinto (elevado a ministro das Corporações em Novembro de 1973) propunha-se ir "progressiva mas firmemente restringindo" a quotização obrigatória dos trabalhadores não sindicalizados, os chamados *contribuintes*.² "Hoje em dia, dado o notável incremento do espírito associativo verificado nos últimos anos, vão diminuindo as razões que justificam o instituto da quotização obrigatória" — alegava o preâmbulo do decreto, que considerava actuar também "de acordo com o preconizado internacionalmente". Efectivamente, a supressão da quotização obrigatória estava incluída entre as recomendações que a OIT fazia periodicamente a Portugal. A maneira

¹ Idem.

² Decreto-Lei 30/74, de 1 de Fevereiro de 1974.

como o ministro decidira cumprir aquela recomendação conferia-lhe contudo acrescidos poderes de interferência na vida sindical.

Por força da lei sindical então em vigor o governo já tinha o poder de recusar os aumentos de quotizações decididos pelas assembleias dos sindicatos. Esse meio de pressão estava então precisamente a ser utilizado por Silva Pinto no Sindicato dos Caixeiros de Lisboa e no Sindicato dos Lanifícios de Lisboa, cujas direcções se viram aliás forçadas a montar sistemas "paralelos" (clandestinos) de cobrança de quotas, para obviar à não homologação dos aumentos de quotizações pelo governo. Ora com o novo decreto, o ministro podia ir muito mais longe. Fundando-se em juízos movediços sobre a utilização "inconveniente" ou "defeituosa" das receitas pelos sindicatos, o Ministério podia "a todo o tempo" suprimir ou reduzir livremente o montante das quotizações obrigatórias enviadas pelas empresas para os sindicatos. Para certos sindicatos isso poderia significar a perda de mais de metade das receitas. Podia, no entanto, ser uma situação embaraçosa para os sindicatos "representativos" terem de reivindicar a manutenção da quotização obrigatória. Mas não foi: logo na reunião intersindical de 3 de Fevereiro de 1974 se ouviram protestos contra esta "nova medida de carácter repressivo".¹ Já em 1970 um sindicato criado nesse ano (Sindicato dos Técnicos de Desenho) e participante nas *reuniões intersindicais* havia solicitado — e obtido — do governo um despacho de quotização obrigatória, pois não tinha até então angariado receitas suficientes nem para pagar salários.² Evidentemente, nem todos os dirigentes sindicais pensavam da mesma maneira. Vimos já como o dirigente dos lanifícios e outros subscreveram em 1970 a reivindicação de supressão da quotização obrigatória.

¹ Acta da reunião intersindical de 3-II-1974 (intervenção do representante do Sindicato dos Bancários do Porto).

² Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho, *Relatório e Contas da Comissão Directiva (1970-1972)*, pp. 3-4.

A outra iniciativa legislativa do governo não chegou a passar da discussão na Câmara Corporativa e denominava-se "Estatuto dos delegados sindicais".¹ Provocou vivas reacções e debates, inclusive no seio das intersindicais. O estatuto pretendia regular a competência para a designação dos delegados sindicais, limitar o seu número por sindicato e por empresa e submeter a sua nomeação aos mesmos critérios de elegibilidade dos dirigentes sindicais (não professar ideias contrárias à *disciplina social* etc.). A nomeação (e a exoneração) dos delegados sindicais seria da exclusiva competência da direcção do respectivo sindicato, que devia atender nomeadamente à aceitação de que aqueles gozassem junto dos trabalhadores *e da entidade patronal*. Não seria também permitida a nomeação de delegados em empresas com menos de 50 trabalhadores. Este diploma surgia cinco anos depois da reforma sindical de 1969, a partir da qual, e sem regulamentação específica, muitas centenas ou talvez milhares de delegados haviam sido nomeados (algumas vezes eleitos previamente nas empresas), as suas funções acrescidas com a própria reanimação da actividade sindical e criadas algumas estruturas centralizadoras, como as *comissões de delegados*. Ora, com a aplicação do estatuto, o número de delegados teria de ser em certos casos drasticamente reduzido.²

No debate intersindical que se lhe seguiu surgiram posições moderadas, como a do representante dos bancários do Porto, considerando que o estatuto, "embora contenha certas normas repressivas não deixa de legalizar uma prática que os sindicatos estão realizando".³ Outros dirigentes sindicais, classificando o decreto de intolerável alteração dos estatutos dos sindicatos, propunham que se criassem "estruturas paralelas de

¹ Projecto de Decreto-Lei n.º 2/XI, *Actas da Câmara Corporativa*, 21 de Janeiro de 1974.

² Veja-se a este respeito Bento José [Francisco Canais Rocha], "Estatuto dos delegados sindicais", *Seara Nova*, n.º 1541, Março de 1974, p. 46.

³ Acta da reunião intersindical de 3 de Fevereiro de 1974.

delegados" integradas na estrutura organizativa intersindical. Esta proposta foi por sua vez rebatida pelos elementos legalistas do PCP, para os quais a criação de estruturas paralelas "seria andar para trás e não um avanço".¹ Por detrás desta polémica outra divergência se encontrava: enquanto certos dirigentes, nomeadamente alguns comunistas, queriam que os delegados fossem nomeados pelas direcções e, quando muito, ratificados pelas bases, outros pretendiam que fossem sempre eleitos pelos trabalhadores nas empresas. Na sequência do debate na reunião intersindical seria elaborado um contraprojecto de estatuto para ser apresentado à Câmara Corporativa através dos procuradores de que a Intersindical dispunha nesse órgão desde fins de 1973. Esta decisão foi muito contestada por parte dos dirigentes menos legalistas ou mais ciosos da autonomia dos sindicatos e que consideravam estar a dar-se "demasiada importância aos procuradores à Câmara Corporativa."² O contraprojecto ainda chegou a ser apresentado na Câmara Corporativa, cujo vice-presidente, Almeida Cotta, se mostrou "aberto e disposto a criar uma comissão especial para examinar o problema."³ Mas este já só seria resolvido depois da Revolução.

O caso do "Estatuto dos delegados sindicais", que nunca chegou a ser aprovado nem a vigorar, é elucidativo do empenho posto por um sector de dirigentes sindicais, sobretudo comunistas, na estratégia de legalização a todos os níveis — que era aqui ao mesmo tempo recusa da clandestinização e recusa das "estruturas paralelas", ainda por cima basistas. Pode, por outro lado, constatar-se como o entrismo sindical do PCP evoluía então para entrismo nas instâncias superiores da organização corporativa. Nos sindicatos nacionais os comunistas estavam porque, segundo diziam, era necessário *estar onde a classe operária estava*. Na Câmara Corporativa, esta razão era menos

¹ Idem.

² Idem.

³ Entrevista com Antero Martins.

óbvia.¹ Diga-se, aliás, que outras tendências das intersindicais se encontravam igualmente representadas na Câmara Corporativa. Dos cerca de 11 procuradores "intersindicalistas", 5 ou 6 eram da área do PCP.²

Além da Câmara Corporativa, havia as corporações, para cujos órgãos muitos dirigentes sindicais da oposição foram também eleitos. É de destacar que em Outubro de 1973 foi eleito presidente da Corporação de Crédito e Seguros um representante sindical (por sinal muito próximo do PCP), o que constituiu caso único durante o regime corporativo de Salazar e Caetano.³ Na direcção da mesma corporação encontrava-se também o comunista Avelino Gonçalves, uma das figuras mais influentes das intersindicais. Um futuro governante socialista, António Maldonado Gonelha, então dirigente da Federação Nacional dos Electricistas, era desde 1973 vogal da 2.ª secção da Corporação da Indústria, onde integrou, na companhia de representantes gremiais e do governo, um "Grupo de trabalho misto para o estudo da reconversão sindical".⁴

Uma interpretação possível desta recuperação da organização corporativa pela oposição, muito especialmente pelos comunistas, estará na tentativa de transformação do regime por dentro, isto é, no aproveitamento das suas instituições que, uma vez tornadas mais representativas, poderiam contribuir para uma evolução política favorável

¹ Segundo o dirigente sindical comunista Antero Martins (entrevista), que foi procurador à Câmara Corporativa durante alguns meses em 1973-74, "era preciso levar a luta contra o regime aonde fosse preciso, aproveitando todas as aberturas. O fascismo estava a ser corroído por dentro."

² Eram os seguintes os procuradores à Câmara Corporativa em representação de sindicatos participantes nas reuniões intersindicais: Antero Martins e José Abreu (Sindicato dos Bancários de Lisboa), António Freitas Monteiro (Sindicato dos Bancários do Porto), António Maldonado Gonelha (Sindicato dos Electricistas de Lisboa e Federação Nacional dos Electricistas), Carlos Guinote (Sindicato dos Químicos de Lisboa), José Silva Pinto e Manuel Silva Costa (Sindicato dos Jornalistas), João Ferreira Martins (Sindicato dos Seguros de Lisboa), Walter Behrend (Sindicato dos Seguros do Porto), Manuel Cruz Júnior (Sindicato das Telecomunicações e Radiodifusão) e Pedro Arsénio Nunes (Ordem dos Engenheiros). Cf. *Actas da Câmara Corporativa*, 17 de Novembro de 1973.

³ António Freitas Monteiro, elemento muito próximo do PCP, mas não filiado (J. P. Castanheira, "Intersindical participou na Câmara Corporativa", *O Jornal*, 16-10-1987), era então o presidente da mesa da assembleia geral do Sindicato dos Bancários do Porto.

⁴ *Boletim do INTP*, n.º 4/74, 29 de Janeiro de 1974, p. 167. Curiosamente, a reconversão sindical ia ser estudada por um grupo de trabalho oficializado pela presença de dois representantes do governo, em que os sindicalistas, em minoria no conjunto, participavam com o mesmo peso dos representantes patronais.

ou, porventura, para desequilibrar todo o sistema. Os comunistas, de resto, não eram tão preconceituosos que não vissem as potencialidades de uma *câmara de representação de interesses* com funções consultivas adaptada a uma situação política diferente, com ou sem "democracia burguesa". Em 1975, no auge da Revolução, a Intersindical propôs algo do género.

6. Balanço em vésperas da Revolução.

A poucos meses do 25 de Abril nem o governo, nem o patronato, nem o movimento sindical esperavam uma revolução social, muito menos como aquela que se desenvolveria nos dois anos seguintes. Uma certa mitologia oposicionista nunca deixara, é certo, de acreditar num "derrube do fascismo", que traria eventualmente consigo o fim da "exploração capitalista". O próprio regime não se cansou, ao longo de décadas, de agitar o espantalho comunista da revolução. Em 1958, na sequência da inusitada agitação que caracterizou a campanha de Humberto Delgado às eleições presidenciais, o Bispo do Porto previra, na sua célebre carta a Salazar, uma "tremenda erupção anarco-social-comunista" para o caso de o regime persistir na frustração corporativista das ânsias das massas trabalhadoras. Mas nada se passaria de remotamente comprovativo de tal profecia, nem mesmo após o início das guerras coloniais que, pelo contrário, serviram eficazmente ao regime, numa primeira fase, de motivo "patriótico" para cerrar fileiras na "retaguarda" contra a "subversão". Sob Marcelo Caetano, foi a irresolução do problema colonial e não a "luta de classes" que

paralisou a tentativa de evolução pacífica e gradual do regime para fórmulas mais próximas das democracias liberais da Europa.

É certo que desde finais de 1973 se verificava um novo surto de lutas salariais e de greves em empresas, acompanhando uma pronunciada tendência ascendente do custo de vida, estreitamente relacionada com a primeira crise do petróleo. Mas não viria daí abalo fatal ao regime. A prática das relações colectivas de trabalho não tinha parado de evoluir desde 1969, mau grado os retrocessos no plano legislativo atrás assinalados. O sistema já denotava em 1973-74 um maior poder de encaixe dos conflitos colectivos do que em 1969-70. Se o governo continuava a não ter a menor intenção de legalizar a greve, a sua atitude em relação ao fenómeno havia visivelmente mudado, aprendendo a viver com ele. Em 1973, os Serviços de Acção Social do Ministério das Corporações já mantinham um registo dos conflitos e greves, se bem que para seu uso exclusivo. Durante décadas, o governo havia considerado o assunto mais do foro da polícia e, desde os anos 20, não se publicavam nem se elaboravam estatísticas oficiais de conflitos de trabalho. Em Espanha, pelo contrário, isso já acontecia desde o início dos anos 60, embora no país vizinho ocorressem então incomparavelmente mais conflitos e greves do que em Portugal.¹ Refira-se, a propósito, que em Espanha datava de 1962 o início de reformas laborais idênticas às que o governo de Caetano viria a introduzir no final dessa década em Portugal. A atitude do legislador espanhol tinha evoluído, desde aquele ano, duma posição de condenação dos conflitos de trabalho e de proibição total das greves sem distinção, qualificadas de *crimes de sedição*, para o reconhecimento do papel social

¹ Ver, por exemplo, José Félix Tezanos, "Los conflictos laborales en España", *Revista Española de la Opinión Pública*, n.º 38, 1974, pp. 93-110. O Ministério do Trabalho de Espanha publicava anualmente um *Informe sobre conflictos colectivos de trabajo* desde pelo menos 1968, se bem que o registo dos conflitos tivesse começado alguns anos antes.

dos diferendos de natureza laboral e económica.¹ Em 1965, uma alteração do Código Penal espanhol despenalizaria de facto a maior parte das greves com fins profissionais.²

Em 1973, a orientação dominante nos meios sindicais de oposição era, apesar de algum maximalismo verbal, relativamente moderada e até legalista, apostando *de facto* na progressiva institucionalização dum sistema moderno de relações laborais. Um tal sistema, tendendo a prazo para os modelos vigentes nas democracias europeias, não seria, de resto, politicamente neutro, no sentido em que não caucionaria, por si só, o corporativismo de Caetano, antes actuaria sobre ele em permanência como factor de mudança. A sua gradual institucionalização em Portugal constituía corno que um *programa mínimo* para o movimento sindical. Nem o sector esquerdista da Intersindical ignorava isto, quando sublinhava (ou apesar de sublinhar) o horizonte "limitado" da luta estritamente sindical e da negociação colectiva em Portugal.³

Nos anos de Marcelo Caetano, a contratação colectiva saíra definitivamente da letargia em que ainda se encontrava no final do governo de Salazar, ganhando algum carácter autenticamente negocial, enquanto *triplicava o* número de convenções acordadas anualmente (**quadro 9**). As possibilidades abertas pelas reformas laborais, o exemplo da acção das direcções sindicais "representativas", assim como a pressão inflacionária contribuíram para que *em todos os sectores e profissões* se animasse a negociação colectiva, e não apenas naqueles em que predominava o sindicalismo

¹ Decreto de 20 de Setembro de 1962, sobre o processo de formalização, conciliação e arbitragem dos conflitos de trabalho. É a primeira regulamentação dos conflitos colectivos em Espanha desde 1939. Ver Mário Pinto, "Novo regime jurídico da greve profissional em Espanha", *Análise Social*, n.º 16 (1966), pp. 701-706 e José Luís Guinea, *Los Movimientos Obreros y Sindicales en España de 1933 a 1978*, Madrid, 1978, pp. 120-125.

² Mário Pinto, artigo citado, p. 706. Em Maio de 1970¹ e² Maio de 1975 novas disposições legais aproximaram o regime das *greves de natureza laboral* da virtual legalização, embora sob uma forma extremamente regulamentada (ver J. L. Guinea, *op. cit.*, p. 122).

³ Veja-se "Luta sindical e contratação colectiva em Portugal – suas limitações", em *Classes, Política, Luta de Classes*, Afrontamento, Porto, 1974.

oposicionista. De facto, muitas conciliações e até arbitragens surgiram em negociações com direcções sindicais da confiança do regime. Algumas destas tinham sido perfeitamente apáticas no passado, como no caso do Sindicato da Construção Civil de Lisboa e da União dos Sindicatos da Construção Civil do Norte, limitando-se a agradecer as raras dádivas que o governo lhes concedia directamente ou pela via dos seus bons ofícios junto do patronato do sector. A partir de 1969-70, com a pressão inflacionária, a nova tramitação da negociação colectiva e a ofensiva das listas alternativas em geral conotadas com a oposição, as direcções sindicais da confiança do regime foram obrigadas a sair da apatia, elaborando propostas de revisão de contratos e iniciando-se, de facto, na prática da reivindicação.

Esta evolução do sindicalismo e das relações laborais sob Marcelo Caetano é *até certo ponto* dissociável do fenómeno de politização que o regime apodava de agitação, subversão ou exploração da acção sindical para fins políticos. Não se via muitas vezes, com efeito, correspondência entre a politização radical de certas direcções sindicais (observável no plano dos conceitos e linguagem utilizados nos comunicados e panfletos) e a sua prática quotidiana, dominada pelas preocupações mais prosaicas da contratação colectiva. No quadro desta, a maioria das reivindicações eram equilibradas ou, quando não aparentavam sê-lo, situavam-se ainda ao nível normal das referências ou balizas para a negociação colectiva, sobretudo em período de inflação crescente.

É porém conhecido que a actividade sindical raramente se processa sob uma forma "pura", politicamente neutral ou despida de considerações ideológicas. Não constituiu excepção a esta regra o movimento reivindicativo surgido da reanimação sindical do período caetanista, por várias e fortes razões. Impassível primeiro, visivelmente alarmado depois, crispado até final, o regime persistiu na sustentação doutrinária de um sindicalismo imune a influências políticas e partidárias. Ora

independentemente dos aspectos programáticos concretos de que se revestiu a politização, esta era duplamente compreensível na situação de bloqueio político da sociedade portuguesa, que forçosamente se estendia ao condicionamento das liberdades e direitos sindicais. Por outro lado, num regime em que se coarctavam as liberdades políticas elementares, o terreno sindical — oferecendo facilidades comparativas no respeitante à possibilidade de associação, reunião, expressão, debate, negociação, representação democrática, etc. — tenderia sempre a veicular acção e contestação política, cujas condições, factores e canais de expressão são basicamente similares aos da acção sindical. A politização sindical funcionou também, abstractamente, como factor de distanciamento e autonomização do novo movimento sindical relativamente ao Estado Corporativo, à sua atitude tutelar e à sua ideologia de cooperação interclassista e de submissão aos "superiores interesses nacionais". De modo idêntico, no interior do campo sindical oposicionista, o radicalismo dos meios mais esquerdistas pode também ter funcionado como factor de demarcação relativamente à esfera dominante de influência e controlo por parte do PCP.

O movimento intersindical contribuiu fortemente para a politização da actividade sindical. Poderá mesmo dizer-se que encarnou e culminou esse processo. Nem para o governo isso constituía uma surpresa, ciente como sempre esteve de que as centrais sindicais são, em todo o lado, organismos de cariz eminentemente político. Além disso, o conflito do regime com a Intersindical era já, por natureza, político — independentemente do que a embrionária central fizesse ou proclamasse. De facto, a estrutura intersindical, pela sua mera conformação de cúpula "classista", começava logo por não ter lugar na organização corporativa, onde era um corpo estranho e filosoficamente adverso. Seria contudo cair numa perspectiva errada admitir que, pela sua prática, a Intersindical — encarada como simples veículo da instrumentalização

comunista-esquerdista da acção sindical — teria produzido *ex nihilo* a politização em questão. Equivaleria isso a ignorar ou subestimar gravemente o duplo *enjeu*, social e político, da acção sindical e da conflitualidade laboral, especialmente visível e agudo sob o corporativismo.

Na exploração desse duplo jogo ou desígnio nem as forças oposicionistas nem o governo de Caetano foram obviamente inocentes. As primeiras, pela tentativa de instrumentalização da acção sindical no combate permanente ao governo e ao regime. O segundo, pela denúncia da "subversão" dos sindicatos, elasticamente utilizada para denegrir também a sua acção reivindicativa, e pela persistente tentativa de enfeudamento da organização sindical à política governamental. A teoria de Marcelo Caetano, exposta no seu *Depoimento* retrospectivo, sobre as *minorias subversivas e os grupos de agitadores* que se sobrepunham às *maiorias silenciosas e comodistas* é uma visão muito parcelar e deficiente do fenómeno de politização sindical que teve de enfrentar. Esconde, sobretudo, a responsabilidade histórica do seu próprio regime pela gradual entrega dos sindicatos à facção organizada e invisível do PCP e à minoria esquerdista, bem como pelo atrofiamento de correntes político-sindicais intermédias, reformistas, mas autónomas em relação ao poder.

A radicalização do sindicalismo tinha, decerto, raízes ou tradições anteriores ao próprio salazarismo. O declínio da influência dos socialistas no movimento sindical, em benefício da orientação anarco-sindicalista e, depois, comunista, datava já da 1.^a República. Mas as correntes moderadas foram as que resistiram menos ao salazarismo, isto é, as que nas circunstâncias da forçosa clandestinidade menos se organizaram, quase que desaparecendo. Após a sucessão de Salazar, o regime não passou a considerar com menor desconfiança a social-democracia e o socialismo moderado, tidos como flora inadequada para o solo português. Caetano procurou antes atrair à órbita do seu

regime os estratos que tradicionalmente fornecem a base social daquelas correntes. No domínio político como no sindical, o governo de Marcelo Caetano acumulou a grave responsabilidade de não ter promovido nem preparado o pluralismo.

Capítulo III

Os sindicatos na Revolução (1974-1975)

1. Os primeiros passos: ocupação das estruturas corporativas, defesa e consagração da Revolução

A Revolução de 25 de Abril de 1974 derrubou o governo de Marcelo Caetano, conduzindo simultaneamente ao termo do regime corporativo instaurado em 1933. Perante uma alteração tão radical das coordenadas políticas e sociais, vastas possibilidades de evolução se ofereciam no domínio sindical. O programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) divulgado no dia 26 de Abril determinava que, sem prejuízo das reformas de fundo a adoptar posteriormente no quadro de um poder constituído democraticamente, devia ser promovida de imediato pelo Governo Provisório a liberdade de reunião e associação. No mesmo parágrafo era assim permitida a formação de *associações políticas*, "embriões de futuros partidos", e garantida a *liberdade sindical*, "de acordo com lei, especial que regulará o seu exercício".¹ Todavia, entre a divulgação deste programa e a tomada de posse do governo que o deveria cumprir (15 de Maio), uma avalanche de movimentações aparentemente espontâneas encarregou-se de ir dando determinado rumo aos acontecimentos. A prevista lei sindical, por seu turno, esperaria mais de um ano até ser aprovada e posta a vigorar.

Já no dia 26 de Abril se deu a primeira ocupação pelos associados de uma organização profissional: a secção regional de Lisboa da Ordem dos Médicos, que o

¹ *Programa do Movimento das Forças Armadas*, capítulo B, ponto 5, alínea b). Um pouco adiante — ponto 6, alínea a) — o referido programa fixava como *prioridade imediata* da política económica do Governo Provisório a "luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida", acrescentando: "o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista".

governo caetanista mandara encerrar em 1973 e cuja direcção suspensa aguardava o processo de destituição. No mesmo dia, uma reunião em Lisboa da Intersindical decidia a ocupação dos sindicatos que tivessem direcções corporativas.¹ O exemplo dos médicos e a directiva da Intersindical foram a breve trecho seguidos por todo o país por outros grupos de trabalhadores, em particular nos sindicatos onde o regime de Caetano mantivera ostensivamente direcções da sua confiança contra a vontade dos associados.² Mas rapidamente se começaram também a ocupar sindicatos onde a actividade da oposição fora ténue ou quase nula no passado, tendo muitas vezes faltado a mobilização dos associados para a apresentação de listas alternativas às eleições.³ Nos sindicatos ocupados formaram-se comissões com diversos nomes — geralmente designadas *comissões directivas provisórias* eleitas ou empossadas por grupos de trabalhadores mais ou menos numerosos. Em geral, convocaram-se de imediato assembleias de sócios ou reuniões gerais de trabalhadores, com vista à normalização da vida sindical e à preparação de eleições.

No Sindicato dos Escritórios de Lisboa (mais de 60.000 quotizantes, metade dos quais sócios efectivos), os ocupantes foram cerca de meia centena.⁴ A direcção em exercício, chefiada por J. Braz Rodrigues, ainda tentara em 26 de Abril uma manobra de autolegitimação, através do alinhamento com o MFA e com o órgão de poder saído da Revolução, a Junta de Salvação Nacional.⁵ A ocupação do sindicato na manhã do dia

¹ Entrevista com Manuel Lopes. Essa primeira reunião de Lisboa da Intersindical foi convocada, segundo o mesmo dirigente, no dia anterior, 25 de Abril, "com as tropas já no largo do Carmo".

² Sindicatos dos Escritórios, Motoristas, Gráficos e Profissionais de Armazém de Lisboa, Ferroviários do Centro (Lisboa), Ferroviários das Oficinas do Entroncamento, Químicos de Setúbal, Profissionais de Escritório, Caixeiros, Telefonistas, Panificação e Gráficos do Porto, etc.

³ É o caso do Sindicato da Construção Civil de Lisboa (que tinha mais de 100.000 quotizantes, dos quais apenas 10% inscritos voluntariamente), dos Sindicatos da Hotelaria de Lisboa e Porto, etc.

⁴ *O Século*, 28-IV-1974.

seguinte — a segunda ocupação, pois, de uma sede sindical após a Revolução — surgiu em parte como uma resposta àquela tentativa. A *comissão coordenadora* formada pelos ocupantes era composta por alguns dirigentes de secções de actividade do sindicato, entre os quais elementos da lista oposicionista que em 1972 fora impedida de concorrer às eleições da direcção central.¹ A comissão era liderada por dois elementos ligados à Intersindical, Caiano Pereira e José Luís Judas. O dirigente afastado, J. Braz Rodrigues, chamado ao sindicato, declinou o convite que lhe teria sido feito para trabalhar com a comissão coordenadora.² O grupo ocupante informou então a Junta de Salvação Nacional (JSN) de ter expulsado a direcção, qualificando-a de "vil serventuária do governo fascista".³ A direcção deposta ainda protestou publicamente contra essa acusação, denunciando por sua vez o "assalto" da sede do sindicato e negando ter-se demitido.⁴ Em 29 de Abril, porém, uma reunião com cerca de 2.500 associados — dirigida por Álvaro de Campos Marçal, presidente da assembleia geral em exercício desde 1972 e antigo presidente da direcção do sindicato — ratificou a ocupação e a eleição da comissão coordenadora, passando esta a designar-se *comissão directiva*

⁵ Vejam-se os telegramas de 26-IV-1974 endereçados pela direcção de J. Braz Rodrigues ao comando do MFA e ao presidente da Junta de Salvação Nacional, transcritos na *Capital* de 29-IV-1974. A direcção tentou ainda divulgar um comunicado aos sócios, convidando-os a colaborar com as Forças Armadas, mas o documento teria sido "impedido de seguir" (*A Capital*, data citada).

¹ A comissão coordenadora central (depois: comissão directiva provisória), era composta por sete elementos, em que se destacavam os comunistas Caiano Pereira (da comissão directiva da secção de indústria química e cabeça da lista oposicionista nas eleições para a direcção central em 1972), José Luís Judas (da comissão directiva da secção de construção civil) e Marília Villaverde Cabral (da comissão directiva da secção de instituições de previdência), assim como o católico progressista José Hipólito (da comissão directiva da secção de comércio de automóveis). Os elementos comunistas eram publicamente referidos como militantes da CDE.

² Entrevista com José Braz Rodrigues.

³ *O Século*, 28-IV-1974.

⁴ "Esclarecimento da direcção dos empregados de escritório", *A Capital*, 29-IV-1974. Todavia, em carta datada de 29 de Abril e endereçada ao presidente da assembleia geral do sindicato, escrita num tom muito mais conciliador, J. Braz Rodrigues apresentou formalmente a sua demissão. Nessa carta Braz Rodrigues reconhecia que a eleição da direcção a que presidiu desde 1972 fora "efectuada num conteúdo político e legislativo anacrónico e limitativo da vontade dos trabalhadores" (fotocópia, arquivo do projecto).

provisória e contando a partir de então com o reconhecimento tácito do MFA.¹ Entre 1972 e 1974 Campos Marçal e a direcção de Braz Rodrigues haviam mantido um relacionamento sempre conflituoso.²

Em alguns sindicatos a ocupação foi mais difícil. Na sede do Sindicato da Panificação do Porto os ocupantes só conseguiram penetrar por arrombamento, enquanto no Sindicato dos Motoristas de Lisboa os ocupantes foram recebidos a tiro por um funcionário preocupado com os comprometedores documentos ali guardados.³ A descoberta destes documentos, depois divulgados pela imprensa, contribuiu para legitimar e encorajar novas ocupações de sindicatos. A direcção do Sindicato dos Telefonistas dos Porto também resistiu à ocupação (que não conseguiu evitar) alegando já ter convocado uma assembleia geral. No Sindicato dos Ajudantes de Farmácia de Lisboa, por seu turno, a comissão directiva instalada pelos ocupantes teve de devolver as instalações à direcção afastada, depois de a JSN ter considerado ilegítima a tomada do sindicato.⁴ Em muitos outros casos a transmissão de poderes processou-se sem incidentes ou resistência, recorrendo-se nomeadamente aos mecanismos estatutários. Assim se manifestava a ausência de um sentimento de representatividade por parte dos dirigentes afastados, bem como a falta de apoio dos associados, salvo raríssimas excepções. Não foram raras, em compensação, as tentativas de adesão ao *status quo* revolucionário por parte de direcções corporativistas, num reflexo de vassalagem ao

¹ *Diário de Notícias*, 30-IV-1974. Esta reunião, segundo a comissão directiva provisória do sindicato, teria contado com 5.000 presenças embora o jornal refira apenas 2.500.

² Entrevista com J. Braz Rodrigues.

³ Na sede do Sindicato dos Motoristas de Lisboa, um dos mais importantes da capital, os ocupantes encontraram cartas dirigidas pelo presidente da direcção à polícia política DGS, fornecendo informações sobre associados (ofício 2615/73 de 7-V-1973, reproduzido no *Notícias da Amadora* de 30-IV-1974). Antes de ascender a esse cargo, o dirigente referido integrara uma comissão administrativa nomeada pelo governo para obter o adiamento das eleições e impedir a conquista do sindicato pela oposição.

⁴ *O Século*, 8-V-1974. Ter-se-á tratado, neste caso, de uma tentativa de tomada de controlo do sindicato por parte de um grupo profissional (empregados dos laboratórios) contra outro (ajudantes de farmácia propriamente ditos).

poder instalado. Algumas delas, antes de serem afastadas, a exemplo do que fez a direcção do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, tinham prudentemente mandado reproduzir nos jornais as cartas ou telegramas enviados a apoiar a JSN e o programa do MFA.¹ Este incluía, como atrás se referiu, uma referência à *liberdade sindical*.

Compreensivelmente, as direcções ditas representativas não foram contestadas. Foram mesmo confirmadas nas suas funções em assembleias que, pouco após a Revolução, todas convocaram. Data de então, todavia, o início do recurso sistemático às "votações de braço no ar", método (posteriormente muito contestado) de fazer aprovar, geralmente por unanimidade e aclamação, propostas, nomeações ou alterações regulamentares submetidas a assembleias a que afluíam por vezes milhares de associados. Assim aconteceu na assembleia geral do Sindicato dos Bancários de Lisboa, realizada pouco após o 25 de Abril, em que se confirmou o mandato da direcção até ao fim do ano.² Esta fora eleita em 1972 (para o triénio 1972-74) e, em virtude de circunstâncias relatadas no capítulo anterior, era integralmente composta por comunistas — embora em princípios de Maio de 1974 ainda muito poucos bancários tivessem disso conhecimento. Os elementos não comunistas que em 1971 haviam sido eleitos para a direcção e depois destituídos pelo governo foram, após a Revolução, mantidos à distância dos órgãos directivos, o mesmo acontecendo no Sindicato dos Bancários do Porto. Pelo contrário, o comunista Daniel Cabrita, dirigente bancário de Lisboa,

¹ Foi o caso da Ordem dos Farmacêuticos, Sindicato da Construção Civil de Lisboa, Sindicato dos Oficiais Maquinistas da Marinha Mercante, Sindicato dos Trabalhadores em Carnes de Lisboa, Sindicato dos Caixeiros do Porto, Sindicato dos Marceneiros do Porto, Sindicato da Indústria Cerâmica de Aveiro, etc.

² Entrevista com Manuel Barbosa de Oliveira. Nessa assembleia, em que teriam participado 6.000 bancários, foi repescado para uma "vaga" da direcção Daniel Cabrita, que fora dirigente do sindicato entre 1969 e a sua prisão em 1972. Pouco depois, ainda em Maio de 1974, Cabrita seria nomeado secretário do ministro do Trabalho Avelino Gonçalves (*República*, 22-V-1974). Em Dezembro de 1974, uma assembleia geral prorrogou o mandato da direcção, que terminava então, por mais seis meses (*Alavanca*, 16-XII-1974).

igualmente destituído (depois de preso) pelo governo em 1971, foi reintegrado por aclamação na direcção do seu sindicato pela referida assembleia geral.

As assembleias sindicais foram deixando de seguir, após o 25 de Abril, boa parte das disposições estatutárias, consideradas suspensas até que a vida dos organismos fosse regularizada numa nova base. Isto aconteceu mesmo no caso dos sindicatos que anteriormente já tinham direcções representativas. Com efeito, os estatutos dos sindicatos eram em geral tidos como resultado das imposições legais ou governamentais do regime anterior. A atitude a este respeito mais coerente foi a dos dirigentes do Sindicato dos Arquitectos do Norte, que no próprio dia 25 de Abril de 1974 se demitiram, alegando que a sua eleição fora "submetida a regras ridículas de processo eleitoral" e, como tal, era "falha de legitimidade".¹ Mas, na maioria dos casos, a ambígua legitimidade e a precária representatividade conquistadas por direcções oposicionistas durante o caetanismo foram extrapoladas, sem grandes problemas de consciência, para além do 25 de Abril, ainda que submetidas pouco depois a uma ratificação formalmente democrática. A legitimidade das comissões provisórias ou comissões *ad hoc* surgidas em alguns dos sindicatos ocupados não era, no fundo, muito menor. Os ocupantes ou tinham figurado no passado em listas alternativas para a respectiva direcção (perdendo depois as eleições "fora das urnas"), ou tinham mantido uma actividade continuada em grupos de trabalho, ou haviam convocado assembleias e "concentrações" de sócios nos sindicatos para debater os problemas profissionais, pressionar os dirigentes em exercício, etc., ou seja, várias formas de "entrismo" na organização sindical corporativista que, embora não tivessem conduzido à conquista das respectivas direcções (o que era bastante aleatório sob o regime anterior), proporcionavam agora os seus frutos.

¹ Orlando Neves (dir.), *Mil Dias – Diário de uma Revolução*, vol. I, Lisboa, 1978, p. 181.

No Sindicato dos Escritórios de Lisboa, uma vez instalada e confirmada em nova assembleia geral (29 de Abril) a comissão directiva provisória, esta procedeu no espaço de quatro breves dias a uma reformulação radical da fisionomia e do funcionamento da organização. As secções de actividade do sindicato e os respectivos órgãos (comissões directivas e assembleias) foram extintas e em seu lugar criados "grupos de trabalho abertos". A assembleia geral — em que, dada a dimensão do sindicato, anteriormente apenas participavam representantes dos associados — passou a estar aberta directamente a todos os trabalhadores, sócios ou não. Com efeito, a comissão directiva provisória decidiu que "passavam a ter os mesmos direitos todos os trabalhadores que descontavam para o sindicato".¹ Com este eufemismo a comissão directiva propunha-se de facto manter e legitimar a *quotização obrigatória*, a que estavam sujeitos nesse sindicato mais de 30.000 trabalhadores, os chamados "contribuintes". Adiante se verá como a legislação geral vai consolidar esta herança do corporativismo. Em suma, consagrava-se no sindicato em questão uma fórmula de aparente democracia directa, mas vocacionada, na realidade, para o predomínio de uma força militante organizada, apoiada em técnicas de condução de assembleias. Em confronto com a *prática* do passado, contudo, a reformulação organizativa do sindicato ocorria num período de incomparavelmente maior participação dos associados. A 3 de Maio, apenas oito dias decorridos sobre a queda do regime de Caetano, as alterações à organização e ao funcionamento do Sindicato dos Escritórios de Lisboa foram ratificadas por nova assembleia sindical.² Marcaram-se então as primeiras "eleições livres" para 31 de Maio. Era o primeiro sindicato a organizar tais eleições, antecipando-se assim ao programa do MFA, que previa a elaboração de nova legislação sindical. Simultaneamente, a

¹ *Lista A – Programa de Acção* (Direcção Provisória do Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa), Maio de 1974.

² A assembleia geral teve lugar no Coliseu dos Recreios, com a participação de milhares de trabalhadores, 8.000 segundo a comissão directiva provisória (veja-se *Lista A – Programa de Acção*, *cit.*).

comissão directiva provisória, completada com alguns nomes, apresentou-se como lista candidata à direcção. A lista era encabeçada e na realidade liderada por militantes do PCP, apresentados, porém, como activistas da CDE.¹ Entre eles destacava-se Francisco Canais Rocha, destacado militante comunista (com o estatuto de "funcionário do partido") e antigo trabalhador metalúrgico, que em 1973 fora libertado após cinco anos de prisão em Peniche. Canais Rocha foi logo após o 25 de Abril catapultado para o secretariado da Intersindical como representante do Sindicato dos Escritórios de Lisboa,² tornando-se algo inesperadamente o líder ("coordenador") da central sindical nascente, em cuja génese não participara. F. Canais Rocha atribui esse facto às circunstâncias de "ter estado preso e de ter maior experiência".³ A ascensão relâmpago de F. Canais Rocha quer à direcção do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, no qual só pouco antes se filiara, quer ao secretariado da Intersindical e à sua liderança poderá ser interpretada como uma plausível decisão do PCP, correspondendo aparentemente a uma vitória da chamada "linha operária" na direcção do partido, onde, como vimos no capítulo anterior, o dirigente José Vitoriano denunciava a preponderância de elementos não proletários nas reuniões intersindicais.

Nos dias que se seguiram à publicação do programa do MFA surgiram rapidamente iniciativas para a organização de sectores de trabalhadores impedidos até então de se sindicalizarem. Sob o governo de Caetano, já em alguns desses sectores se fizera ouvir a exigência de sindicalização legal desses profissionais. Os primeiros a

¹ Os candidatos comunistas à direcção (nenhum deles referenciado como membro do PCP, mas sim, em geral, como activistas da CDE) eram: Francisco Canais Rocha, Dulcínio Caiano Pereira, José Luís Judas, Marília Villaverde Cabral, Euclides Pereira, Eugénio Silva Pereira, J. da Graça Silva e, possivelmente, outros mais. O candidato à presidência da assembleia geral era, novamente, Álvaro de Campos Marçal, membro dos corpos gerentes centrais do sindicato desde 1966.

² Após a sua libertação em 1973, F. Canais Rocha inscrevera-se no Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa, pois começara então a trabalhar como funcionário do Sindicato dos Jornalistas e, depois, do Sindicato dos Electricistas de Lisboa (entrevista com F. Canais Rocha).

³ Entrevista com F. Canais Rocha.

movimentarem-se após a queda do regime foram aparentemente os trabalhadores dos correios,¹ aos quais se seguiram de imediato os trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos, os funcionários da administração pública, os trabalhadores rurais, os professores do ensino público, os pescadores, os funcionários judiciais e alfandegários e as empregadas domésticas. Disse-se, então, que os futuros sindicatos poderiam vir a abranger cerca de 40% dos assalariados portugueses.

Os sindicatos puseram-se muito cedo ao serviço da Revolução. A 29 de Abril a direcção dos Sindicatos dos Bancários de Lisboa recomendou aos associados a constituição de piquetes de trabalhadores nas agências bancárias, na sequência das primeiras medidas de restrição à actividade bancária introduzidas pela JSN.² O dirigente bancário José Abreu propôs mesmo em assembleia geral que se colocassem piquetes em todas as agências *de dia e de noite*.³ No mesmo dia, a comissão directiva provisória do Sindicato dos Escritórios de Lisboa apelou a todos os técnicos de contas para que denunciassem ao MFA ou ao próprio sindicato "qualquer movimento de capitais que contrarie o que está estipulado".⁴ A 2 de Maio, o Sindicato dos Ourives de Lisboa apelou aos seus associados para que controlassem "minuciosamente o movimento de fabrico e venda de ouro e jóias de grande vulto, informando o MFA e o sindicato sempre que tal se verifique".⁵ A primeira alegada tentativa de fuga de capitais para o

¹ *República*, 30-IV-1974.

² O apelo foi correspondido e a imprensa matutina de 30 de Abril já reproduzia fotografias de trabalhadores vigilantes à porta dos bancos privados, que tinham aberto ao público só para pagamento de salários (*Mil Dias – Diário de uma Revolução*, op. cit., p. 183). Idêntica medida seria posta em prática pelos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos, instituição de crédito do Estado onde, por esta razão a sindicalização estivera proibida.

³ *O Século*, 30-IV-1974.

⁴ *Mil Dias – Diário de uma Revolução*, op. cit., pp. 183-184.

⁵ *Idem*, p. 184. O Sindicato dos Ourives de Lisboa tinha, desde Fevereiro de 1974, uma direcção de extrema-esquerda.

estrangeiro foi detectada, também a 2 de Maio, por trabalhadores da TAP num avião pronto a partir para os Estados Unidos.¹

A Intersindical apareceu publicamente em cena através de um comunicado amplamente divulgado a 26 e 27 de Abril, aprovado numa reunião de 15 sindicatos (14 sediados em Lisboa e um de Santarém) no dia 26 de Abril.² Além da aprovação deste documento, a reunião de 26 de Abril tomara também a decisão de proceder à ocupação dos sindicatos corporativos, como já vimos. O comunicado tornado público, emitido em nome dos sindicatos signatários — os mesmos que participavam antes da Revolução nas reuniões intersindicais regionais do Sul — apresentava as 14 "reivindicações imediatas, fundamentais e intransigentes de todos os trabalhadores". No preâmbulo, o comunicado declarava, um tanto irreflectidamente, que teria sido "a movimentação dos trabalhadores em luta ao longo dos últimos 50 anos" que criara condições para o êxito do MFA. Preconizava em seguida a "participação consciente e imediata de todos os trabalhadores no processo ora iniciado" como condição para a "efectiva libertação económica e política da classe trabalhadora". Referia depois a necessidade urgente de convocação de assembleias gerais (dos sindicatos) para debater o "futuro sindical do nosso país". Por fim, vinham os 14 pontos reivindicados: "1 – 1.º de Maio como feriado. 2 – Total liberdade sindical, com ratificação da Convenção n.º 87 da OIT. 3 – Que sejam repostas as liberdades individuais do povo português. 4 – Fim à carestia da vida. 5 – Aumento imediato de salários e instituição do salário mínimo nacional. 6 – Redução do horário de trabalho semanal para 40 horas, em 5 dias. 7 – Reintegração nos seus locais de trabalho de todos os trabalhadores despedidos abusivamente pela sua actividade sindical. 8 –

¹ Idem, p. 184.

² Os sindicatos signatários desse comunicado foram os dos Caixeiros, Seguros, Metalúrgicos, Químicos, Transportes Urbanos, Bancários, Lanifícios e Electricistas, todos de Lisboa, o dos Caixeiros e Escritórios de Santarém, e os de Radiodifusão e Telecomunicações, Técnicos de Desenho, Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, Propaganda Médica, Jornalistas e Serviço Social, todos de âmbito nacional.

Liberdade de reunião e associação. 9 – Imprensa completamente livre. Responsabilidade das redacções na orientação das publicações. 10 – Administração da Previdência exclusivamente pelos trabalhadores. 11 – Federação em organismos internacionais sindicais. 12 – Direito á greve. 13 – Extinção total da PIDE/DGS e julgamento público dos seus membros. 14 – Liberdade imediata de todos os presos políticos".¹

Uma mistura, como se pode constatar, de reivindicações de cunho sindical, de peso muito variável, com reivindicações de cariz político, mas essenciais para uma prática sindical livre. A relativa moderação é ainda a nota dominante destes 14 pontos. Tirando as reivindicações de carácter político genérico (pontos 3, 8, 9, 13 e 14), quase todas as outras retomavam as posições intersindicais expressas no passado (pontos 2, 5, 7, 10, 11, 12 e a primeira parte do ponto 6). Como novidade, surgia apenas o feriado do 1.º de Maio (ponto 1) e a semana de trabalho de 5 dias (segunda parte do ponto 6), já que anteriormente a Intersindical admitira o regime de semana inglesa para alguns sectores.² O ponto 4 também não era propriamente novo, apesar de fortemente relacionado com a conjuntura inflacionária do momento, sendo de salientar apenas a *precedência* que nesta lista se confere ao combate à inflação relativamente ao ponto seguinte, os aumentos salariais.

O documento emanado da reunião intersindical do Sul seria apoiado nos dias imediatos por diversos sindicatos de todo o país, incluindo as comissões directivas provisórias dos sindicatos entretanto ocupados. As estruturas intersindicais do Norte e do Centro (Porto e Coimbra) aderiram também aos 14 pontos, embora a reunião intersindical do Porto tivesse começado por divulgar uma lista de apenas 6 pontos, a 26

¹ *Comunicado aos Trabalhadores* (fotocópia, arquivo do projecto).

² "Acerca do projecto de decreto-lei sobre a duração de trabalho", documento apenso à acta da reunião intersindical de 7-II-1971.

de Abril.¹ A estrutura intersindical do Sul, que se achava em reunião permanente, preparava por esses dias a manifestação e o comício sindicais de Lisboa do 1.º de Maio, data que a 29 de Abril a JSN proclamou feriado nacional. A comissão organizadora criada para o efeito congregava representantes de 23 sindicatos, dos quais 5 recém-ocupados. Na véspera da manifestação, o presidente da JSN, o general António de Spínola, convocou "todos os presidentes dos sindicatos" para lhes fazer um "apelo à ordem e à disciplina". Compareceram cerca de 200 dirigentes sindicais, entre os quais alguns da confiança do regime anterior.² Spínola declarou aos sindicalistas que alguns "atropelos" haviam já sido cometidos nos dias anteriores e que não deveriam repetir-se, embora tivessem "certa legitimidade".³ Um discurso ambíguo, a marcar o primeiro contacto oficial da Junta militar com o movimento sindical.

No mesmo dia 30 de Abril, representantes de cerca de 20 sindicatos, cumprindo uma decisão da Intersindical, tinham ocupado os 17 andares do Ministério das Corporações, a pretexto de impedirem a saída de documentos.⁴ Por consenso entre os sindicalistas e os representantes da JSN que acorreram ao local, aquele departamento governamental passou então a designar-se Ministério do Trabalho, designação que será mantida quando da constituição, duas semanas depois, do I Governo Provisório. Entretanto, seriam também ocupadas pelos intersindicalistas as Corporações, as Caixas de Previdência (cujas gestão seria provisoriamente assumida pelos sindicatos) e a FNAT – Federação Nacional para a Alegria no Trabalho.⁵ Nas instalações desta última

¹ Informação prestada por Fátima Patriarca.

² Um dos dirigentes que compareceu já tinha inclusivamente sido afastado: Pereira Coutinho, presidente da Federação dos Sindicatos de Escritórios do Sul, que na véspera tinha sido expulso da sede do organismo por centenas de trabalhadores.

³ *O Século*, I-V-1974.

⁴ *República*, 2-V-1974.

localizará a sua sede a União dos Sindicatos do Sul — formada sobre a estrutura das reuniões intersindicais do Sul — e, depois, a própria Intersindical Nacional. Todas estas ocupações estariam já decididas desde a reunião intersindical de 26 de Abril.¹

Da reunião de sindicatos para a preparação do 1.º de Maio saíra também a proposta do nome do líder da Intersindical, F. Canais Rocha, para delegado da JSN no Ministério das Corporações, até à nomeação dos membros do Governo Provisório.² O nome será contudo rejeitado pela JSN, que acabou por nomear um militar.³

As manifestações e comícios do 1.º de Maio organizados em Lisboa, Porto e Coimbra por comissões da Intersindical foram um acontecimento político de primeira importância. Para muitos, foi a consagração da Revolução pelo decisivo apoio popular.⁴ No testemunho retrospectivo de um dos intervenientes na preparação do 25 de Abril admite-se que a acção militar desencadeada contra o regime teria sido marcada para poucos dias antes do 1º de Maio contando com o apoio popular que por essa data se manifestaria.⁵ Hipótese entretanto desmentida, mas que não deixa de ser significativa. De facto, na sociedade portuguesa os sindicatos (ou uma parte deles) constituíam o principal espaço onde forças da oposição ao regime de Caetano — ainda que não nessa

⁵ A FNAT (após 1974: INATEL), instituição criada pelo governo de Salazar em 1935, destinada a desenvolver a sua acção no campo do aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores, nomeadamente para combater o "atractivo da taberna", inspirava-se no modelo italiano do Dopo Lavoro, criado em 1925 pelo regime de Mussolini. Em 1974 contava com mais de 150.000 sócios.

¹ Entrevista com Manuel Lopes.

² Entrevista com F. Canais Rocha.

³ Tenente-coronel Rafael Ferreira Durão. Antes de se decidir pelo militar, a JSN tivera a intenção de nomear um funcionário do próprio Ministério das Corporações, Fernando Cid Proença, o que, segundo o jornal *O Século*, provocara manifestações de desagrado.

⁴ "Foi hoje aqui que destruímos o fascismo" — declarou o líder socialista Mário Soares perante a enorme multidão reunida no antigo Estádio da FNAT.

⁵ J. E. Sanches Osório, *O Equívoco do 25 de Abril*, Lisboa, 1975, p. 37. Pelo contrário, segundo Otelo Saraiva de Carvalho, o chefe operacional do golpe, a acção militar teria sido programada para a semana de 20 a 27 de Abril como forma de se antecipar às possíveis desordens por ocasião do 1.º de Maio, dadas as manifestações esquerdistas que se preparavam (ver J. F. Antunes, *Os Americanos e Portugal*, vol. I, Lisboa, 1986, p. 303).

qualidade oficialmente — se achavam organizadas em permanência, dispendo plausivelmente de uma capacidade considerável de mobilização popular, em especial por ocasião de um 1.º de Maio. Acrescem a esta circunstância as evidentes afinidades *sindicalistas* do "movimento dos capitães", havendo quem prefira falar do carácter *corporativo* do processo reivindicativo que esteve na origem do Movimento das Forças Armadas. É de considerar, por fim, que ao decretar o feriado nacional do 1.º de Maio a JSN não terá simplesmente cedido a uma reivindicação sindical, tendo provavelmente sopesado o apoio ou o efeito consagrador que dali adviria ao poder saído da Revolução.

A manifestação e comício de Lisboa contaram com a participação conjunta dos líderes das principais organizações políticas de esquerda — o PCP, a CDE e o PS. Esta participação já não foi, aliás, nada do agrado de alguns sindicalistas mais ciosos da sua autonomia. O católico esquerdista Jerónimo Franco, então presidente da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, foi um dos dirigentes sindicais que se opôs à admissão de bandeiras partidárias no cortejo, discordando também de que este fosse encabeçado pelos ditos líderes partidários. Esta posição inscrevia-se, declaradamente, numa recusa de "divisões partidárias" no movimento sindical, que era a entidade organizadora do "Dia do Trabalhador". Na realidade, porém, alguns desses sindicalistas, incluindo o próprio Jerónimo Franco, já se encontravam então a ultimar os preparativos do lançamento de um novo partido, o MES, que viria a surgir dias depois.

Ao desfile, considerado a maior manifestação de rua até então verificada em Portugal, seguiu-se o comício no Estádio da FNAT, convertido nesse dia em Estádio 1.º de Maio. Antes de os dirigentes políticos nele tomarem a palavra, discursaram vários dirigentes sindicais. Manuel Lopes, dirigente dos lanifícios e membro do secretariado da Intersindical, aludiu de raspão ao objectivo de criação de uma sociedade socialista, insistindo depois nas reivindicações dos "14 pontos" ainda não satisfeitas. Terminou

declarando que em Portugal não se pretendiam "nem novos caudilhos nem ditadores" — o que foi geralmente entendido como uma advertência ao general Spínola. O representante dos metalúrgicos de Lisboa, Jerónimo Franco, afirmou: "Éramos prisioneiros na nossa terra. Libertemo-nos agora apoiando o Movimento das Forças Armadas!" Reivindicou, depois, a gestão da Previdência pelos trabalhadores, subsídios familiares proporcionais ao número de filhos e "uma rede de centros infantis onde as mães possam deixar os filhos e estes possam ser preparados para assumirem o seu papel na sociedade socialista do futuro".¹ Um dirigente dos caixeiros afirmou ser necessário "fazer frente ao capitalismo ainda existente", acrescentando: "Neste momento é preciso arrebatá-las das mãos dos capitalistas os sindicatos ainda reféns." José Nunes Lourenço, um dos poucos animadores iniciais da Intersindical que viria posteriormente a aderir ao PS, fez uma intervenção sobre liberdade sindical. Por fim, António Santos Júnior, dirigente esquerdista dos metalúrgicos de Lisboa que o governo de Caetano destituíra em 1970, foi impedido de discursar por um grupo de militantes comunistas.²

Os dirigentes políticos que discursaram no histórico comício insistiram principalmente na *unidade* das forças populares e democráticas e na *unidade* com as Forças Armadas. De entre a multidão um grupo de militantes do PCP exigiu a inclusão do seu líder Álvaro Cunhal no Governo Provisório então em preparação.³

¹ H. Barrilaro Ruas (coord.), *A Revolução das Flores – Do 25 de Abril ao Governo Provisório*, Lisboa, 1975, pp. 186-187.

² Entrevistas com A. Ferreira Guedes e F. Marcelo Curto. Ver também Henrique Monteiro, "Aliança Soares-Cunhal abafou divergências", *O Jornal*, 4-V-1984.

³ Henrique Monteiro, artigo citado.

2. A Intersindical expande-se e organiza-se sobre as estruturas "herdadas". A estratégia de conquista.

Após o 1º de Maio continuaram a suceder-se as ocupações de sindicatos, predominando agora aqueles onde a acção da oposição fora fraca ou nula antes da Revolução. Sucederam-se também as adesões à Intersindical através das estruturas regionais desta, que então apareceram com o nome de União dos Sindicatos do Sul e União dos Sindicatos do Norte. Relativamente à estrutura das reuniões intersindicais aprovadas no Outono de 1973, nota-se o desaparecimento de uma estrutura regional na Zona Centro. A primeira reunião nacional da Intersindical (também referida como primeiro *plenário* da Intersindical Nacional) realizada após o 25 de Abril teve lugar de 8 a 10 de Maio de 1974 em Lisboa, com a presença de 54 sindicatos de todo o país.¹ Os sectores e profissões mais representados eram: os trabalhadores bancários e dos seguros (com todos os sindicatos existentes), os metalúrgicos (com 8 sindicatos), os profissionais de escritório e caixeiros (5 dos principais sindicatos, de entre os mais de 20 existentes), os trabalhadores dos lanifícios e dos têxteis (5 dos mais importantes sindicatos) e ainda os químicos, os gráficos e os electricistas (2 sindicatos cada). Presentes também numerosos pequenos sindicatos, alguns de âmbito nacional.

A participação dos sindicatos no primeiro plenário da intersindical fez-se formalmente por representação da União dos Sindicatos do Sul e da União dos Sindicatos do Norte.² Esta segunda estrutura teve vida muito curta, já que na prática começaram a funcionar, em lugar dela, as *uniões distritais* (do Porto, Aveiro, Coimbra, Braga, etc.), inicialmente pensadas como *uniões sub-regionais*. Apesar de contempladas no *Regulamento Provisório* da Intersindical aprovado no plenário de 1 de Junho de

¹ *República*, 11-V-1974.

² *República*, 8-V-1974.

1974, as uniões regionais (cada região abrangendo um conjunto de distritos) não iriam singrar. A União dos Sindicatos do Sul, por reflexo também do não funcionamento da do Norte, foi-se extinguindo na prática ao longo de 1974. Os estatutos da Intersindical de Julho de 1975 consagraram finalmente as uniões distritais, sediadas em todas as capitais de distrito, e as *uniões locais*, de âmbito concelhio ou pluriconcelhio, localizadas em certos centros industriais. Aparentemente, o organigrama intersindical vergava-se à tradição de uma estrutura sindical descentralizada.

Na ordem dos trabalhos do primeiro plenário da Intersindical figurava, entre outras, a questão da nomeação do ministro do Trabalho do Governo Provisório. Contrariamente à primeira posição da Intersindical, quando em Abril propusera Canais Rocha para delegado da JSN no Ministério das Corporações, o plenário decidiu não propor nenhum nome à JSN para o cargo de ministro. Como antecedente, havia a recusa pela Junta da proposta anterior. Mas o argumento agora invocado foi o de que "a representatividade dos trabalhadores no Governo Provisório não seria a melhor via para estes se movimentarem". Porque "com a permanência das estruturas capitalistas, os interesses dos trabalhadores têm de ser defendidos por outros meios que não a participação num governo, que terá de ser sempre de feição burguesa e capitalista".¹ Finalmente, o ministro do Trabalho do I Governo Provisório seria indicado pelo PCP, recaindo a escolha sobre Avelino Gonçalves, presidente do Sindicato dos Bancários do Porto desde 1972 e figura proeminente das intersindicais, considerado um moderado. Como ministro, o seu primeiro acto foi apresentar-se perante uma reunião da Intersindical para declarar ter aceite o cargo a "título individual" (em representação do PCP) e não como sindicalista, pois que a Intersindical rejeitara participar no governo.²

¹ Idem.

² *República*, 16-V-1974. Todo este processo de escolha do ministro do Trabalho foi pouco claro. Segundo Canais Rocha, o seu nome também chegou a ser ventilado no seio do PCP (entrevista com F. Canais

Para o seu *staff* Avelino Gonçalves recrutou, em todo o caso, destacados dirigentes e funcionários sindicais.¹ O líder do PCP, Álvaro Cunhal, ocupou entretanto o cargo de ministro sem pasta, assumindo também uma espécie de superintendência (a título de *coadjuvação*) do sector do Trabalho.

O primeiro plenário da Intersindical aprovou uma moção enviada à JSN tomando posição pelo fim da guerra e pela independência das colónias, assim como dois documentos sobre questões sindicais e laborais.² Um deles, sobre *estratégia sindical*, reconhecendo que o melhoramento do nível de vida do povo português era uma necessidade imediata, insistia porém em que a luta por tal objectivo deveria "inserir-se na luta geral pela liquidação do fascismo e construção do Portugal Democrático". Ora as "estruturas fascistas" não estavam ainda destruídas, pelo que haveria que "abater 50 anos de criações reaccionárias". Chamava-se ainda a atenção dos trabalhadores para o aproveitamento que podia ser feito da sua acção por "arrivistas e oportunistas que, objectivamente, fazem o jogo da reacção". Em especial no respeitante à greve, uma arma que só deveria ser usada "depois de esgotados todos os outros meios", para evitar que os inimigos do povo e da democracia fizessem dela uso indiscriminado ou indevido. Na contratação colectivaurgia "impor a negociação directa entre os trabalhadores e os patrões, sem interferências da Administração [isto é, do Ministério do Trabalho]".

O segundo documento tornado público pela Intersindical, sobre *reestruturação e organização sindical*, começava com a afirmação de que "a organização sindical, embora muito importante, não deve de qualquer modo desviar ou inibir a luta dos

Rocha). Depois de a Intersindical ter recusado propor um nome para o cargo, teria o PCP optado por indigitar, entre dois dos mais destacados dirigentes sindicais, aquele que a Intersindical não escolhera? Ou não passou tudo isto de uma maneira de o PCP repartir por dois dos seus militantes o duplo papel de governo e de oposição que na área laboral assumia?

¹ Entre eles, Daniel Cabrita (dirigente) e Odete Santos (secretária-geral) do Sindicato dos Bancários de Lisboa e João Amaral, jurista do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, todos militantes comunistas.

² Intitulados "Para uma estratégia do movimento sindical no momento actual" e "Reestruturação e organização sindical". Estão reproduzidos em *A Revolução das Flores...*, op. cit., pp. 217-219.

trabalhadores na consolidação das conquistas já alcançadas". Em seguida, declarava: "A estrutura sindical actual, imposta deliberadamente pelo fascismo, não corresponde nem nunca correspondeu à necessidade de defesa dos trabalhadores face à exploração capitalista. Não obstante, os sindicatos existentes são uma forma de organização de que os trabalhadores dispõem, na sua luta contra o capitalismo. Assim, e sem prejuízo da sua reestruturação, eles deverão ser utilizados nas fases de lutas imediatas". Esta argumentação era muito pouco clara. Sobretudo não fornecia uma explicação plausível para o facto de os comunistas terem desistido de extinguir os "sindicatos fascistas" com a extinção do "Estado fascista" — como ainda em 1968 tinha defendido a folha *O Militante*.

Os socialistas acusarão mais tarde os comunistas de terem conservado os antigos sindicatos como modo de preservarem, por um lado, o domínio que tinham conquistado sobre eles e, por outro, o regime da unicidade que lhes era inerente. Construir uma nova organização sindical de raiz era, com efeito, muito arriscado do ponto de vista "unitário" da Intersindical. Mas a isto acrescia outra questão fundamental: o destino do património herdado dos sindicatos corporativos. Contrariamente ao que sucederia em Espanha a partir de 1976, em Portugal, com a antiga CGT há muito morta e enterrada, não apareceu de facto ninguém, depois da Revolução, a reclamar uma parte daquele património a título de compensação pelos bens confiscados aos sindicatos livres entre 1927 e 1934. Ao decidir, a 26 de Abril de 1974, a ocupação dos sindicatos, a Intersindical candidatava-se, numa jogada de antecipação, a herdeira daquele património. Para o dirigente Manuel Lopes, a conservação da organização sindical do corporativismo justificava-se também por essa razão: "Foi extremamente positivo o modo como os sindicatos corporativos foram, com o seu património, ocupados pelos

trabalhadores".¹ Ainda que os sindicatos existentes não fossem ricos — no final de 1972 os sindicatos possuíam apenas 37 sedes próprias, contra 286 arrendadas e 3 cedidas —, o seu património de receitas não era nada de desprezar. Dois indicadores podem ilustrar essa situação: no ano de 1973 os sindicatos tiveram 276 mil contos de receitas, mantendo 2.280 pessoas ao seu serviço.² Com o fim do regime corporativo, tornava-se ainda possível desbloquear de imediato o aumento das quotizações, tornado urgente pela crescente inflação. De facto, em 1974 o total das receitas sindicais saltou para 485 mil contos.

O documento sobre reestruturação e organização sindical aprovado no primeiro plenário da Intersindical recomendava ainda a realização "num prazo breve" de um "Congresso de Trabalhadores", significando, mais exactamente, um congresso dos sindicatos portugueses.³ Propunha, enfim a criação imediata de duas comissões da Intersindical. A primeira, com a missão de estudar "as possíveis formas de *organização sindical*, a integração sindical dos trabalhadores ainda não abrangidos por sindicatos e a constituição de novos sindicatos". A segunda, com a incumbência de "proceder ao estudo de projectos de nova *legislação* sindical e do trabalho, tendo por base as Convenções n.º 87, n.º 98 e outras da OIT". Estas comissões foram realmente constituídas, tendo a primeira concluído um projecto de *estrutura sindical* ainda em Junho, que viria a ser aprovado pela Intersindical em Julho.⁴ A segunda comissão terá começado por elaborar um conjunto de propostas no âmbito da preparação do pacote de medidas económicas e sociais do I Governo Provisório.⁵ Até Outubro de 1974, data em

¹ Entrevista com Manuel Lopes.

² *Estatísticas da Organização Corporativa e Previdência*, INE, anos de 1972 e 1973-74.

³ Entrevista com F. Canais Rocha. O congresso sindical só viria, de facto, a realizar-se mais de um ano depois, em Julho de 1975.

⁴ Acta do plenário da Intersindical de 13 e 14-VII-1974 e documento anexo ("Estrutura Sindical").

que produziu um lacónico relatório e silenciosamente se extinguiu, esta segunda comissão debruçou-se sobre vários projectos de legislação, nomeadamente os projectos de lei da greve, lei sindical, lei da negociação colectiva, trabalho temporário, etc., denotando, contudo, muito pouco entusiasmo ou poder de iniciativa.

Durante a realização deste primeiro plenário houve ainda a assinalar um comunicado da Junta militar desmentindo notícias relativas ao seu reconhecimento da Intersindical.¹ No dia 8 de Maio, num encontro entre o delegado da JSN no ex-Ministério das Corporações e representantes da Intersindical, havia sido abordado o problema das convenções colectivas concluídas antes da Revolução, algumas das quais havia apenas meses, e que aguardavam ainda a homologação. O delegado da JSN revelou que seriam brevemente homologadas todas as convenções pendentes, não significando isso, porém, que o processo de homologação se fosse ulteriormente manter. De futuro, a resolução dos conflitos devia ser encontrada "entre as partes interessadas". O delegado da JSN teria ainda informado os representantes da Intersindical do reconhecimento desta organização pela Junta.² O desmentido formal pela JSN, no dia seguinte, de tal reconhecimento esclarecia que "as relações com elementos ligados àquela associação [a Intersindical] se têm situado no campo dos contactos destinados ao esclarecimento mútuo de tudo o que respeita à situação dos trabalhadores e seus legítimos anseios". A Junta reservava para legislação a elaborar oportunamente "toda a reestruturação do trabalho", incluindo, pois, a definição e a legitimação da representatividade dos trabalhadores e suas formas de associação, alicerçadas "no uso

⁵ Entrevista com F. Canais Rocha. O pacote de medidas do governo Palma Carlos (D.L. 214-74, de 27 de Maio) introduziu, nomeadamente, o salário mínimo nacional em Portugal.

¹ *República*, 10-V-1974.

² *República*, 9-V-1974.

pleno da liberdade à luz dos mais puros princípios democráticos e de acordo com as recomendações dos organismos internacionais competentes nessas matérias".¹

Segundo o depoimento de F. Canais Rocha, a direcção da Intersindical iria pender definitivamente para uma orientação estratégica que singularmente designa de "terra queimada".² Já nas ocupações de sindicatos, organismos corporativos e outras instituições, a directiva tinha sido "apanhar tudo o que fosse possível, que depois seria legalizado ou confirmado".³ No respeitante à legislação sindical prevista pelo programa do MFA, a Intersindical nunca deu mostras de não a desejar, criando inclusive, como vimos, uma comissão para estudar o assunto e emitir propostas. Mas a atitude realmente adoptada foi a de "retardar a sua elaboração o mais possível", porque "uma vez saída a legislação, tudo parava ali".⁴ Daí o empenho posto de imediato no funcionamento da *comissão de reestruturação sindical*, que terminou a missão para que fora criada ainda em Junho, enquanto a *comissão de legislação* (sindical e laboral) reuniu com grande irregularidade, foi dividida em duas, transferida para o Porto, etc., acabando por não apresentar nenhum projecto próprio de lei sindical.⁵ Tratava-se, pois, de pôr primeiro de pé toda a organização da Intersindical, do secretariado nacional aos delegados sindicais, das uniões regionais às comissões sindicais de empresa. O essencial era "conquistar terreno até quando se pudesse, para depois ficar tudo na lei".⁶ Como é óbvio, o PCP não expunha publicamente tal estratégia e a Intersindical também não. Segundo F. Canais Rocha, o partido, absorvido com a sua institucionalização, nomeadamente a abertura de

¹ *República*, 10-V-1974.

² Entrevista com F. Canais Rocha.

³ *Idem*.

⁴ *Idem*.

⁵ "Relatório da comissão de legislação", anexo 7 à acta do plenário de 12 e 13-X-1974.

⁶ Entrevista com F. Canais Rocha.

sedes e centros de trabalho pelo país, deixava a Intersindical "andar mais à frente".¹ Com a entrada do PCP para o Governo Provisório, de facto, uma "divisão do trabalho" entre o partido e a Intersindical ainda se acentuou, mas a elaboração dos projectos da lei sindical e das leis laborais cabia ao governo (isto é, ao Ministério do Trabalho do comunista Avelino Gonçalves, "coadjuvado" pelo ministro sem pasta Álvaro Cunhal) e não à Intersindical.

3. Forças e tendências no movimento sindical: o predomínio comunista.

No panorama da organização propriamente sindical vai revelar-se, desde os primeiros tempos do pós-25 de Abril, uma notória preponderância dos comunistas, controlando o secretariado da Intersindical e as direcções da talvez maioria dos sindicatos, quer dos antigos sindicatos "representativos", quer dos novos "sindicatos livres",² através das comissões directivas provisórias colocadas à sua frente. A influência comunista estendeu-se naturalmente às comissões intersindicais ou comissões de delegados sindicais criadas após o 25 de Abril em grande número de empresas, bem como à escolha dos próprios delegados sindicais. No plenário da Intersindical de 14 de Julho de 1974 seria consagrado o princípio da *designação dos delegados sindicais pela direcção dos respectivos sindicatos*, o que correspondia à concepção centralista dos

¹ Idem.

² Nos primeiros meses após o 25 de Abril, muitos dos sindicatos recém-ocupados passaram a intitular-se de um momento para o outro *Sindicatos Livres*, em lugar da fórmula precedente de *Sindicatos Nacionais*. Aquela denominação seria depois abandonada por quase todos, dada a afinidade que sugeria com a tendência sindical da CISL (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres).

comunistas.¹ Mas ao nível das direcções dos sindicatos, comissões sindicais e delegados o ascendente do PCP impôs-se mais gradualmente do que nas estruturas propriamente intersindicais. Alguns sindicatos importantes — como os dos têxteis, vestuário e lanifícios — escaparam ao controlo comunista, geralmente em benefício de correntes esquerdistas. Noutros, os comunistas tiveram de aceitar uma partilha de influência com outras correntes, desenvolvendo ao mesmo tempo uma paciente luta palmo a palmo pelo controlo do aparelho. Nos metalúrgicos de Lisboa, o católico esquerdista Jerónimo Franco acabaria por abandonar a direcção, para que fora eleito em Dezembro de 1973, depois de os comunistas lhe terem feito a vida impossível.²

Foi contudo nas *comissões de trabalhadores*, órgãos não sindicais de representação a nível de empresa, directamente eleitos em assembleias nos locais de trabalho, que a influência dos comunistas comparativamente mais dificuldade teve em se impor. As comissões de trabalhadores existiam já, em alguns casos, antes da Revolução, mas foi depois desta que começaram a formar-se espontaneamente em grande número de empresas, protagonizando as lutas reivindicativas e o diálogo com as respectivas entidades patronais. A imediata ligação às bases e o não enquadramento em estruturas de grau superior fizeram das comissões de trabalhadores órgãos particularmente ágeis e combativos. Para elas convergiam igualmente a atenção e a militância das correntes "basistas", esquerdistas ou socialistas, opostas ao "dirigismo" do PCP. A rebeldia das comissões de trabalhadores era temida não só pelas entidades

¹ Intersindical Nacional, "Estrutura Sindical – Projecto" (aprovado no plenário de 14-VII-1974), p. 4. Segundo o texto aprovado, contudo, as direcções sindicais não deviam nomear os delegados sindicais "sem ouvir primeiro os trabalhadores". O documento referia, aliás, que a "experiência sindical portuguesa aconselha que os delegados sindicais sejam eleitos pelos trabalhadores". O princípio da designação dos delegados pelas direcções sindicais — defendido no debate da Intersindical pelo dirigente dos Caixeiros José Pinela — justificar-se-ia, assim, como meio de ultrapassar a resistência patronal à presença e acção dos delegados nas empresas ou evitar, pelo contrário, que na sua escolha influíssem os patrões (entrevista com F. Canais Rocha).

² Entrevista com Vítor Wengorovius.

patronais como pelas próprias organizações sindicais, que denunciavam por vezes as suas "actuações anárquicas". Os comunistas e a direcção da Intersindical encararam a rápida substituição das comissões de trabalhadores, que consideravam órgãos transitórios, por comissões constituídas nas empresas pelos delegados sindicais.¹ A realidade obrigaria, porém, os comunistas a mudar de planos, enveredando então pela tentativa de imporem a sua influência nas comissões de trabalhadores, dispostos a aceitarem a existência destes órgãos, mas decididos a combaterem o seu "paralelismo" relativamente às estruturas sindicais. De facto, as comissões de trabalhadores configuravam uma espécie de "sindicalismo espontâneo" — para utilizar a expressão de Mário Sottomayor Cardia em artigo publicado na revista *Seara Nova* em Maio de 1974. Estruturado a partir dos locais de trabalho, nada impedia, contudo, a futura articulação desse sindicalismo espontâneo a nível sectorial, regional e nacional. Esta eventualidade não escapava decerto aos comunistas e à Intersindical, para cuja estratégia unitária e centralista ela podia representar um grave escolho.

Muitos sindicalistas terão formalizado a sua adesão ao PCP após a Revolução, na grande vaga de inscrições naquele partido que então se verificou. Outros mantiveram-se enquadrados no MDP/CDE, uma organização "unitária" herdada dos tempos de oposição ao Estado Novo. O MDP/CDE era, de certo modo, um equivalente político da Intersindical — outra organização "unitária" controlada por elementos comunistas ou próximos do PCP —, se bem que inicialmente congregasse também alguns elementos do PS e do PPD. Em fins de Maio, o observador enviado pela Intersindical ao congresso da CES – Confederação Europeia dos Sindicatos, em Copenhaga — a primeira

¹ "Prevista a substituição das comissões de trabalhadores por delegados sindicais", *O Século*, 19-VII-1974. O dirigente da Intersindical Caiano Pereira, membro da direcção do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, afirmava então que a sua central já estava a trabalhar naquele sentido, esperando assim contribuir para pôr termo ao "clima reivindicativo anárquico" que então se verificava nas empresas. Esta afirmação foi feita durante um colóquio sobre problemas laborais que contou também com a presença do dirigente da recém-formada Confederação da Indústria Portuguesa, António Vasco de Melo. O dirigente da CIP compartilhava, então, com a direcção da Intersindical a aposta no fortalecimento dos sindicatos como representantes dos trabalhadores e interlocutores do patronato.

participação oficial dos sindicatos portugueses num congresso sindical internacional em várias décadas — foi justamente um membro da Comissão Central Provisória do MDP/CDE, J. Gonçalves André, próximo do PCP.¹ Mais tarde, um sector dos socialistas acusará o PCP e "os seus dóceis instrumentos do MDP/CDE" de terem imposto na Intersindical e, através desta, nos sindicatos, uma "linha indiscutível e hegemónica a que eufemisticamente chamaram unidade do movimento sindical".²

A segunda força político-sindical, que pouco depois da Revolução apareceu à luz do dia sob o nome de MES – Movimento de Esquerda Socialista, reunia um certo número de militantes até então geralmente referenciados como católicos progressistas ou de esquerda,³ entre os quais vários dirigentes sindicais importantes,⁴ além de intelectuais e estudantes esquerdistas com ou sem referência confessional. Pequeno partido que nunca terá expressão nacional, o MES possuía na sua orgânica uma Comissão de Intervenção Sindical. No campo sindical a tendência MES opunha-se ao "sindicalismo de cúpula" dos "reformistas" — ou seja, dos comunistas —, com os quais estava todavia aliada na Intersindical. Advogavam "o efectivo controlo pelos trabalhadores" de uma futura "Confederação Geral do Trabalho", cuja criação propunham. Queriam um movimento sindical "dirigido pelos operários industriais e pelos trabalhadores rurais". Diziam lutar por aumentos de salários que acompanhassem

¹ J. Gonçalves André, "Congresso Sindical Europeu de Copenhague – Primeira participação internacional dos nossos sindicatos", *República*, 27-V-1974. O socialista Marcelo Curto, convidado por dirigentes da CISL para estar presente no congresso da CES, acompanhou Gonçalves André. Segundo este, Curto teria representado não a Intersindical, mas sim o Partido Socialista, mais exactamente, uma "comissão sindical socialista para a Intersindical unitária" (loc. cit.).

² A. Maldonado Gonelha, *A Questão Sindical* ("Documento Gonelha"), transcrito em *A Luta*, 5 a 9-V-1977.

³ No seu primeiro documento divulgado, o MES utiliza a fórmula "cristãos revolucionários" (*Declaração do MES*, Maio de 1974, policopiado).

⁴ Manuel Lopes e António Rosas (ambos da indústria dos lanifícios), Jerónimo Franco (presidente da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa) e António Santos Júnior (antigo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa).

e ultrapassassem o custo de vida e os aumentos de produtividade, como modo de "diminuir de facto a exploração de que são vítimas os trabalhadores". Nos planos político, económico e cultural o MES afirmava "lutar por uma sociedade inteiramente controlada em todos os seus aspectos pela classe trabalhadora".¹ Também a UDP e outros grupos de extrema-esquerda detiveram então posições, geralmente minoritárias, no movimento sindical "unitário". Do papel dos agrupamentos maoístas (AOC, MRPP) no movimento sindical trataremos mais adiante.

Os católicos vão encontrar-se logo após o 25 de Abril muito divididos e essa divisão acentuar-se-á com o evoluir dos acontecimentos revolucionários. Duas linhas distintas de militância "operária" católica — já nitidamente reveladas no final dos anos 60, como anteriormente vimos — vão manifestar a sua profunda divergência em dois documentos emitidos no próprio dia 1 de Maio de 1974.

Um grupo de *trabalhadores cristãos*, entre os quais alguns dos principais animadores do CCO – Centro de Cultura Operária entre 1962 e 1967, reuniram naquele 1.º de Maio e emitiram um comunicado em que afirmavam pretender "intervir activamente no processo em curso com vista ao estabelecimento de uma verdadeira *democracia* política, económica e social, à dignificação da classe trabalhadora e à criação das condições de vida a que têm direito". Convidavam, por isso, "todos os trabalhadores cristãos a reunirem-se a nível local, regional e nacional com o objectivo de encontrar as formas apropriadas à sua intervenção nos diferentes planos e aspectos da vida do país e o de participar na definição das reivindicações da classe trabalhadora".²

¹ *Declaração do MES*, doc. cit., e *Para uma Acção Sindical* (21-V-1974).

² *República*, 4-V-1974. O documento citado foi entregue na sede da JSN por uma "comissão provisória" constituída por Carlos A. Fernandes de Almeida (antigo. presidente nacional da JOC, fundador do CCO e ex-dirigente da LOC), Manuel Alpiarça e outros.

Com a mesma data de 1 de Maio, foi enviado aos militantes dos organismos operários da Acção Católica (JOC, JOCF, LOC, LOCF) um apelo assinado pelos respectivos dirigentes nacionais e assistentes eclesiásticos.¹ Este documento privilegiava o conceito de *libertação* (e de *libertação integral da classe operária*) e falava da construção de uma *sociedade nova* e de uma *fraternidade sem limites*. No essencial, qualificava de "atentado contra a unidade do Movimento Operário" o facto de alguém "pretender que os operários cristãos criem ou se associem em organizações cívicas ou políticas separadamente dos outros trabalhadores". Os visados pelo texto não eram identificados, mas não era difícil descobri-los. O documento acreditava, pois, que os movimentos católicos operários *nada tinham depois do 25 de Abril a alterar nas suas linhas de orientação*, continuando assim "integrados na marcha duma classe operária que se quer unida e consciente". Esta unidade, esta "caminhada solidária com todos os trabalhadores para além das diferentes posições ideológicas" é consagrada pelos autores do documento como forma de "vivência da fé e anúncio de Jesus Cristo". É aqui clara a intenção de estigmatizar até sob uma luz teológica qualquer tentativa de associação de trabalhadores cristãos fora das organizações unitárias. Tal atitude teve como paralelo no plano político o apelo feito no imediato pós-25 de Abril por certos cristãos — que viriam a ligar-se ao MES ou ao MDP/CDE — para que se abandonasse o uso do rótulo de *católicos progressistas*, que já não faria sentido nas novas circunstâncias.²

Outro documento surgiria depois, em Junho, assinado por treze sindicalistas e militantes católicos (entre os quais o dirigente da Intersindical Manuel Lopes), tomando

¹ Comunicado reproduzido sob o título "Libertação integral da classe operária", no jornal católico do Porto *Voz Portucalense* de 11-V-1974. O documento era assinado por Emídio Martins, José da Costa, Maria Isabel Vieira, Maria Augusta R. Sousa, Padre Agostinho Jardim Gonçalves e Padre Horácio Noronha. Em 1974, a LOC/LOCF e a JOC/JOCF fundiram-se duas a duas, formando respectivamente as novas LOC e JOC.

² Veja-se o discurso de Nuno Teotónio Pereira, em nome dos "católicos progressistas", no comício do 1.º de Maio de 1974, *Diário de Notícias*, 3-V-1974. Nuno Teotónio Pereira seria, dias depois, um dos fundadores do MES.

posição contra a tentativa de promover formas católicas de organização social.¹ O "documento dos treze", como foi então denominado, terá sido directamente suscitado por uma iniciativa do episcopado após o 25 de Abril no sentido de se criarem sindicatos cristãos.² Os esforços desenvolvidos no sentido da não confessionalização do sindicalismo após a Revolução eram motivados pela preocupação de unidade da organização sindical e pelo receio de que a religião ou a acção da Igreja pudessem constituir factores de pluralização. Curioso é constatar que por motivos idênticos, ainda que numa perspectiva política oposta, tinha Salazar impedido em 1933-34 a formação de sindicatos cristãos, como vimos no capítulo precedente.

Pouco antes, em meados de Maio, a imprensa noticiava a criação de um movimento denominado FDT – Força Democrática do Trabalho, que se propunha basicamente "lutar por todas as formas de associativismo (sindicatos, cooperativas, associações culturais), defendendo a criação de *novos sindicatos*, organizados por sectores de actividade.³ A FDT surgia, de facto, no seguimento da referida reunião de "trabalhadores cristãos" de 1 de Maio, que havia suscitado imediatas reacções. Todavia, no documento programático emitido — talvez em resultado da enorme pressão ambiente que se fazia sentir — a FDT afastava todas as referências confessionais e assumia um perfil ideológico marcadamente socialista, defendendo a "primazia do trabalho sobre o capital" e a "necessidade urgente de socialização de todas as empresas monopolistas e daquelas que têm capital do Estado e da Previdência". Segundo o depoimento retrospectivo do seu principal dinamizador, a FDT inicialmente aspirava, de facto, a tornar-se uma central sindical, mas foi prejudicada por uma *má imagem*, devido

¹ Entrevistas com Agostinho Jardim Gonçalves, Fernando Abreu e Manuel Lopes.

² Entrevista com Agostinho Jardim Gonçalves.

³ *O Século*, 17-V-1974.

aos constantes ataques e acusações de divisionismo de que foi alvo.¹ Em 1975, a JOC, politicamente muito radicalizada, voltará a denunciar a FDT em novo documento. Seria no campo da formação, nomeadamente de quadros sindicais, que a FDT concentraria a sua acção neste período.

Na área política e ideológica do Partido Socialista e, ainda mais, do Partido Popular Democrático, era muito reduzido o número de sindicalistas com alguma experiência.² As tentativas de recrutamento pelo PS de sindicalistas formados na antiga "escola" católica foram algumas vezes mal recebidas por estes.³ Os poucos aderentes ao partido com alguma ligação aos sindicatos e à Intersindical acabaram sendo afastados pelos comunistas ou retirando-se eles próprios, deslocando a sua atenção de preferência para as *comissões de trabalhadores*.⁴ Tanto o PS como o PPD se achavam, aliás, numa fase muito incipiente de organização no período das ocupações de sindicatos, da nomeação das respectivas comissões directivas provisórias e da escolha de representantes dos sindicatos para as diversas estruturas intersindicais.⁵ Muitos meses seriam necessários até o PS e o PPD organizarem a partir quase do zero não só as suas

¹ Entrevista com Carlos A. Fernandes Almeida.

² O Partido Socialista foi fundado cerca de um ano antes do 25 de Abril por um grupo de 27 personalidades portuguesas reunidas em Bad Munstereifel, na Alemanha Federal, sob os auspícios da Fundação Friedrich Ebert, ligada ao partido SPD. A decisão de criar o partido não foi unânime, contando com a adesão de dois terços dos presentes. O Partido Popular Democrático foi criado em Maio de 1974 por antigos deputados da *ala liberal* da Assembleia Nacional, nove dias antes da tomada de posse do Governo Provisório, em que o PPD se fará representar por dois ministros.

³ Joaquim Calhau, responsável da JOC na zona Centro nos anos 60, bancário, militante da BASE-FUT após o 25 de Abril, afirma (entrevista) ter sido convidado em 1974 para organizar o sector sindical do PS em Coimbra, tendo recusado, para evitar a "partidarização do movimento sindical unitário". Calhau será em 1977 elevado à direcção da Intersindical.

⁴ Entrevista com F. Marcelo Curto. Ver também A. Maldonado Gonelha, *A Questão Sindical*, op. cit.

⁵ Estas estruturas, em que nunca participou um militante do PS ou do PPD, eram os *secretariados* da Intersindical Nacional, das uniões regionais (já vimos que a União dos Sindicatos do Norte quase não chegou a funcionar) e das uniões distritais, assim como as *comissões* de reestruturação sindical e de legislação (criadas em 10 de Maio) e os *grupos de trabalho* intersindicais.

redes de militantes nos locais de trabalho e nos sindicatos como as próprias estruturas partidárias de base.

Escreveria a este respeito o líder comunista Álvaro Cunhal, em 1976: "Para aqueles que no tempo de fascismo nada haviam feito para defender os interesses dos trabalhadores nem para organizá-los, teria sido mais cómodo que na altura do 25 de Abril não houvesse já um poderoso movimento sindical organizado. Nesse caso partiriam à corrida a aproveitar as liberdades instauradas para constituir os seus sindicatos. Mas o movimento sindical revolucionário e a Intersindical existiam. Não necessitaram de formar-se à pressa. Impuseram-se desde logo, por força da realidade, como o movimento sindical dos trabalhadores".¹ Uma visão que enferma de subjectivismo partidário, ao silenciar nomeadamente o facto de os sindicalistas do PCP terem combatido e arredado do seu caminho sempre que puderam, antes e depois do 25 de Abril, os activistas e até funcionários sindicais de outras tendências — incluindo marxistas — que não se lhes submetiam ou de que já não precisavam. Fizeram-no por vezes sob o especioso pretexto de despartidarizar o movimento sindical.² Não deixa, contudo, o citado texto de Cunhal de assinalar uma situação insofismável: a prática inexistência, no final do regime de Salazar e Caetano, de forças sindicais não comunistas organizadas, prestigiadas perante os trabalhadores e interligadas — segundo uma tradição observável em toda a Europa e com antecedentes remotos também em Portugal — com organizações políticas de centro-esquerda ou esquerda moderada.

De facto, o PS e o PPD, partidos feitos à pressa e a partir do topo para entrarem imediatamente num governo, vão também à pressa procurar montar uma base social de apoio no mundo do trabalho, partindo contudo em grande desvantagem relativamente ao PCP e até a pequenas organizações de extrema-esquerda. Mesmo em sindicatos de

¹ Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa – O Passado e o Futuro*, ed. Avante!, 1976, p. 66.

² Entrevista com José Pinela.

trabalhadores das classes médias, a impreparação e o desenraizamento sindicais dos dois partidos eram notórias. As eleições de 31 de Maio de 1974 para o Sindicato dos Profissionais de Escritório de Lisboa (tidas como as primeiras "eleições sindicais livres" realizadas após o 25 de Abril) decorreram com apenas duas listas. A lista apresentada pela comissão directiva provisória do sindicato, composta essencialmente por comunistas — incluindo o líder da Intersindical F. Canais Rocha — recolheu 5.926 votos num total de 7.813 votantes. Uma segunda lista, de extrema-esquerda, reclamando um "sindicalismo de base", obteve 1.885 votos. Tudo estava a passar-se entre comunistas e esquerdistas. A enorme desvantagem com que socialistas e populares democratas partiam nos sindicatos ameaçava perpetuar-se. O enraizamento que essas recentes forças políticas procuravam nos meios laborais revelava-se muito dificultado no quadro da unicidade sindical vigente. O PCP vai obviamente servir-se das armas ao seu alcance e, em primeiro lugar, da unicidade corporativa, abençoada pelos católicos esquerdistas, para contrariar aquele enraizamento.

No PS, aonde confluíam famílias políticas muito díspares, surgiu uma grande diversidade de projectos e estratégias sindicais, incluindo tendências esquerdistas e obreiristas apoiantes do sindicalismo unitário. A própria contestação do domínio sindical comunista favorecerá o aparecimento de um sector do PS com posições mais radicais, de *crítica pela esquerda* do perfil "responsável" e pró-governamental assumido pela Intersindical perante o surto de greves e reivindicações salariais de Maio-Junho. Este sector do PS combate, antes de tudo, o dirigismo comunista instalado a todos os níveis da organização sindical existente e não propriamente o monopólio representativo desta — ainda que busque apoiar e enquadrar esse combate nas estruturas "paralelas" a nível de empresa, as *comissões de trabalhadores*. É contudo necessário frisar que

depois do 1.º de Maio de 1974 quase ninguém ousava em Portugal pôr em questão a unicidade (o monopólio representativo) da organização sindical frontalmente.

Não obstante, já em Julho de 1974 aparece, criado por militantes socialistas moderados e apoiado por organizações sindicais europeias, o Centro de Estudos para a Criação de Novos Sindicatos (adiante: CECNS).¹ O nome do organismo parecia já reflectir uma estratégia de ruptura com a organização sindical existente, depois da sua tomada de controlo pelos comunistas e esquerdistas da Intersindical. Nesse momento, de facto, o dirigente socialista Marcelo Curto pensava que uma nova organização sindical a criar em Portugal deveria encaminhar-se para o modelo alemão federal (18 sindicatos organizados por grandes grupos de actividades). Segundo então afirmou, a Intersindical estava já "totalmente dominada" pelos comunistas.² No plano político, em princípios de Julho de 1974 iniciava-se também a ruptura entre elementos do PS e do PCP no projecto comum do MDP/CDE.

Um dos primeiros passos do CECNS foi, a 12 de Julho, um contacto informal, praticamente secreto, com dirigentes da CIP - Confederação da Indústria Portuguesa, por iniciativa destes últimos. A recém-formada CIP tinha, dias antes, feito a entrega solene ao Presidente da República de um "plano de sete pontos para o desenvolvimento económico e social do País". Preocupada com a proeminência política rapidamente alcançada pela Intersindical, cuja audiência junto de vários responsáveis governamentais era já notória, a CIP lançava assim uma espécie de contra-ofensiva — que podemos, aliás, considerar como a primeira proposta de *concertação social* surgida em Portugal na era pós-25 de Abril. Pela voz do seu líder, António Vasco de Melo, a

¹ F. Marcelo Curto, Pelágio Madureira e Fernanda Lopes Cardoso foram os primeiros dinamizadores do CECNS, que se instalou em Lisboa no local aonde o PS tivera a sua primeira sede após o 25 de Abril (entrevista com Marcelo Curto).

² Ver *O Capital Monopolista Conspira Assis*, Seara Nova, 1977, p. 134. O teor do depoimento de carácter confidencial, aí reproduzido, prestado por F. Marcelo Curto em princípios de Julho de 1974, foi confirmado em 1987 pelo seu autor.

CIP propunha o estabelecimento em Portugal da livre negociação entre as associações já formadas, com vista a atingir-se "um acordo na definição das linhas orientadoras para o desenvolvimento económico e social", chegando mesmo a referir-se expressamente a uma "economia concertada". No imediato, a CIP propunha diversas formas de negociação à escala nacional entre as organizações patronais e sindicais, incidindo designadamente sobre um grande programa de formação profissional e um programa de construção de habitações sociais. Este último deveria ser financiado pelas empresas filiadas na CIP, mediante a afectação de cerca de 2% da respectiva massa salarial, esperando-se também a comparticipação do Estado. Este programa deveria ser gerido *paritariamente* pelas organizações sindicais e, patronais. O contacto pouco depois havido entre a CIP e responsáveis do CECNS, a que acima fiz referência, destinava-se precisamente a sondar este organismo sobre a eventual participação dos "novos sindicatos" na gestão paritária do proposto programa de construção social, ao lado de representantes do patronato. A inexistência, porém, dos "novos sindicatos" e a incerteza quanto ao calendário da sua criação provocaram, obviamente, o adiamento para melhores dias do projecto da CIP, que foi, de resto, bem acolhido pelo CECNS.¹ A Intersindical não havia mostrado qualquer interesse pelas propostas feitas publicamente pela CIP. No plenário dos sindicatos da Intersindical de 13-14 de Julho de 1974 observou-se, significativamente, um rigoroso silêncio sobre as propostas constantes da iniciativa da CIP junto do Presidente da República.

Em fins de 1974 o CECNS abandonaria a sua denominação original, passando a CES – Centro de Estudos Sindicais, não só para aliviar o nome do organismo da carga de interferência externa (partidária) na vida sindical, mas também por começar a preponderar no PS o projecto de conquistar direcções nos sindicatos existentes e de

¹ Idem, pp. 129-136.

"conquistar a Intersindical por dentro". O CECNS e, depois, o CES receberam importantes apoios estrangeiros, nomeadamente financeiros, de organizações sindicais alemãs e americanas ou através da CISL,¹ mas sem grandes resultados aparentes.²

O PPD, embora com uma estratégia sindical mais definida, apostando mais, desde o início, na criação de uma nova organização sindical, para a qual chegou a procurar apoios no estrangeiro sem os conseguir,³ fazia contudo depender toda a viabilidade do empreendimento de uma aliança sindical (se não também política⁴) com os socialistas. Sem apoio internacional e sem o concurso dos socialistas, os dirigentes do PPD consideraram "tarefa impossível" a criação de uma segunda central que competisse com a Intersindical.⁵

O interesse imediato das organizações sindicais estrangeiras — e designadamente das três confederações internacionais CISL, CMT e FSM — pelo rumo que tomaria o nascente movimento sindical livre em Portugal fez deslocar ao país, poucos dias após a queda do regime de Caetano, numerosos dirigentes e delegações sindicais estrangeiras. A CISL e a FSM, mas também a CMT, desdobraram-se em contactos com dirigentes sindicais e políticos portugueses, dando aliás continuidade a um relacionamento e a formas de apoio que já existiam antes do 25 de Abril. A Intersindical recebeu nesse

¹ A federação dos metalúrgicos alemães IG Metal, a confederação sindical alemã DGB, a Fundação Friedrich Ebert, a confederação sindical americana AFL-CIO e a CISL foram algumas das entidades directa ou indirectamente envolvidas no financiamento do CECNS/CES. Em Maio de 1974 Marcelo Curto participou em Copenhaga no congresso da Confederação Europeia dos Sindicatos, contactando com dirigentes sindicais belgas, alemães e italianos que lhe falaram da urgência de os socialistas portugueses terem os seus próprios sindicatos, a criar de raiz, caso não conseguissem conquistar influência nos existentes (entrevista com Marcelo Curto).

² Segundo Mário Pinto, conselheiro do dirigente popular democrata Francisco Sá Carneiro para a política laboral e sindical desde 1974, o grande apoio financeiro prestado pelos sindicatos alemães e americanos ao CECNS/CES teria sido nesse período absorvido pelo PS para outros fins (entrevista com M. Pinto).

³ Entrevistas com Mário Pinto e com Amílcar Mateus.

⁴ O dirigente popular democrata F. Sá Carneiro em 1976 ainda admitia a hipótese de uma *fusão* do PS com o PPD/PSD.

⁵ Entrevista com Mário Pinto.

período vários auxílios financeiros estrangeiros. A CISL, cujos dirigentes foram recebidos pela Intersindical na sua sede em Lisboa, anunciou também a concessão de um auxílio,¹ que não terá sido concretizado. Organizações sindicais da Europa do Leste — nomeadamente a FDGB, da Alemanha Democrática e o CCSS da União Soviética concederam sucessivos auxílios monetários e de equipamento.² Em Agosto de 1974 a Intersindical, na sequência de contactos anteriores, endereçou à CISL um pedido de 1.700 contos, para equipamento e fundos destinados aos sindicatos (em formação) dos trabalhadores agrícolas e da função pública, bem como às uniões distritais de sindicatos.³ Até 31 de Dezembro de 1974, a Intersindical receberia de "organizações sindicais internacionais" de todas as proveniências um total de 1.260 contos, cerca do dobro da receita que no mesmo período conseguiu em quotizações dos sindicatos filiados.⁴ Dos 216 sindicatos naquela data filiados na Intersindical apenas 68 pagavam as quotizações devidas, 12 tinham deixado de pagar e 136 não tinham pago nunca,⁵ o que levava o secretariado a concluir, como "mais que evidente", a "absoluta incapacidade financeira da Intersindical para manter a estrutura actual sem o auxílio dos trabalhadores dos outros países".⁶

Em Julho de 1974, a ITF (Federação Internacional dos Transportes, filiada na CISL) tinha apelado aos sindicatos portugueses do sector para que a ela aderissem.⁷ A

¹ *República*, 18-V-1974.

² Actas dos plenários da Intersindical de 24 e 25-VIII-1974, anexo 7, e de 19 e 20-IV-1975, anexo 23.

³ Acta do plenário da Intersindical de 24 e 25-VIII-1974, anexo 9. Também não há notícia da concretização deste auxílio.

⁴ "Relatório das contas do exercício de 1974" (acta do plenário da Intersindical de 8 e 9-III-1975, anexo 4).

⁵ *Idem*.

⁶ Acta do plenário da Intersindical de 8 e 9-III-1975, p. 6.

⁷ Acta do plenário da Intersindical de 13 e 14-VII-1974, anexo 8.

possibilidade de "federação [dos sindicatos portugueses] em organismos internacionais sindicais" figurava, aliás, como o 11.º dos "14 pontos" reivindicados pela Intersindical em 26 de Abril de 1974. Todavia, a Intersindical fizera entretanto marcha atrás nesse ponto, comunicando à CISL a sua decisão de não se filiar em quaisquer confederações internacionais, alegadamente por "serem de tendência partidária, o que viria forçosamente a dividir os trabalhadores portugueses, quando se pretende um movimento sindical unitário independente de qualquer tendência partidária".¹ Em consequência, os sindicatos filiados na Intersindical (já eram 214, em Agosto de 1974) foram aconselhados a também não se filiarem em federações internacionais. O apelo da ITF à adesão dos sindicatos portugueses foi ainda alvo de um protesto da Intersindical, em que se referiam os intuitos divisionistas daquela "manobra".² Este incidente abriu as "hostilidades" entre a Intersindical e a CISL.

Os apoios financeiros que o PS, membro da Internacional Socialista, começou entretanto a receber, destinados ao CECNS e provenientes de várias organizações sindicais estrangeiras, assim como o relacionamento privilegiado que a CISL mantinha em Portugal como os meios socialistas fariam com que no verão de 1974 a Intersindical começasse a denunciar a "ingerência estrangeira" no movimento sindical português. Daí a apresentar as tentativas de organização autónoma das outras tendências sindicais como *divisionismo fomentado pelo imperialismo*, foi um curto passo. Na futura campanha da Intersindical pela lei da unicidade sindical, o "dinheiro da CIA" para fomentar a divisão dos trabalhadores portugueses será argumento muito usado.

¹ Idem, ibidem.

² Idem, ibidem.

4. Reivindicações, lutas e conflitos. A lei da greve. A crise da negociação colectiva.

O surto de conflitos e greves que eclodiram pouco depois do 25 de Abril assumiu rapidamente proporções alarmantes. A partir, sobretudo, da segunda semana de Maio, com início ainda antes da posse do I Governo Provisório e estendendo-se até à primeira semana de Junho, vão contar-se no país cerca de 150 greves.¹ Ou seja, nas quatro semanas que vão de 12 de Maio a 8 de Junho de 1974 ocorreram aproximadamente metade do número total de greves verificadas nesse ano.² O número de conflitos com ou sem greve elevou-se durante aquelas quatro semanas a perto de 300, acompanhados frequentemente da ocupação das instalações pelos trabalhadores e, em mais de um terço dos casos, da exigência de "saneamento" (destituição e substituição) das administrações, tanto em empresas privadas como públicas, departamentos de Estado e instituições.³

As reivindicações de "saneamento", que começaram a surgir logo nos últimos dias de Abril, fundavam-se em acusações de comprometimento político com o anterior regime, prepotência, incompetência, corrupção — por esta ordem, numa primeira fase. Mais tarde, a partir do outono de 1974 e em 1975, surgirão sobretudo as acusações de *sabotagem económica*.⁴ Até fins de Maio, o estudo citado calcula em um milhar o número de administradores e quadros destituídos. Entre as principais empresas cujas administrações foram "saneadas" por exigência dos trabalhadores, nesta fase, estão os

¹ Mil Dias — *Diário de uma Revolução*, op. cit., pp. 103-106 e 233-234.

² Segundo as estatísticas de greves do Ministério do Trabalho, em 1974 verificaram-se 313 greves, o que seria o *mais baixo* número anual de greves até 1987, seguindo-se 1978 (com 333 greves) e 1975 (com 340). A partir de 1987, inclusive, a frequência anual de greves irá descer e manter-se até à actualidade [1990] abaixo do nível de 1974. Para os anos de 1974-75, os primeiros para os quais o MT publicou estatísticas de conflitos de trabalho, não há contudo números de trabalhadores envolvidos ou de dias perdidos por greve. Alguns anos antes do 25 de Abril, o Ministério das Corporações já tinha começado a recolher dados sobre greves, mas sem carácter exaustivo e apenas para informação interna.

³ Mil Dias — *Diário de uma Revolução*, op. cit., loc. cit.

⁴ M. Lourdes Lima dos Santos *et al*, "As lutas sociais nas empresas e a Revolução do 25 de Abril", *Análise Social*, n.º 42-43, 1975, pp. 295-296.

CTT, os Telefones de Lisboa e Porto, a TAP, a CP, a Carris, a CGD, a Radiotelevisão Portuguesa, a Emissora Nacional de Radiodifusão o Rádio Clube Português, a Companhia das Águas de Lisboa, a Companhia Portuguesa de Electricidade, as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, a Sacor, a Cidla, a Imprensa Nacional – Casa da Moeda e os jornais Diário Popular, A Capital, Jornal de Noticias e Diário de Notícias. No Metropolitano de Lisboa, por seu turno, a administração foi demitida pelo governo, depois de ter cedido às reivindicações salariais, consideradas incomportáveis para a empresa. Predominam nos casos enumerados as grandes empresas de serviços públicos (muitas delas então ainda privadas ou com o estatuto de concessionárias), de comunicação social e do sector energético. Os processos de "saneamento" precederam de alguns meses em muitas empresas as reivindicações de nacionalização. Nas restantes grandes empresas industriais e comerciais onde surgiu — e não foram poucas — a exigência de "saneamento" das administrações foi geralmente colocada fora da questão pela entidade patronal. Foi o caso das empresas do grupo CUF, Siderurgia Nacional, Firestone Portuguesa, Salvador Caetano, C. Santos, J. J. Gonçalves, etc., embora outras tenham feito cedências nesse ponto.¹

A característica talvez mais saliente do surto de conflitos residia no modo aparentemente espontâneo como se foram desencadeando, partindo de um impulso directo das bases. As reivindicações e greves eram geralmente decididas por assembleias ou reuniões gerais dos trabalhadores, à revelia dos próprios sindicatos e delegados sindicais. As estruturas sindicais de empresa, algumas ainda em formação, muitas vezes se opuseram à greve e às próprias reivindicações, considerando-as inoportunas ou irrealistas. Os dirigentes sindicais chegaram curiosamente a invocar o velho argumento sobre minorias de "agitadores" e "aventureiros" que, a seu ver,

¹ Idem, pp. 312-328. Empresas industriais privadas que aceitaram os "saneamentos" foram, por exemplo, a Timex, a Companhia Industrial Portugal e Colónias e, após longa resistência, a Lisnave.

estariam por detrás das movimentações dos trabalhadores. As negociações com as administrações das empresas foram assumidas frequentemente por comissões de trabalhadores recém-eleitas (que as empresas foram obrigadas a reconhecer como representativas) e só raramente por estruturas sindicais. Na talvez maioria dos conflitos registou-se a intervenção de militares, representando a JSN ou o MFA e actuando como mediadores, a solicitação das empresas ou dos trabalhadores. A corrida ao Ministério do Trabalho para resolver conflitos foi também uma constante a partir do 25 de Abril. Milhares de delegações de trabalhadores de todo o país foram ali recebidas, intervindo muitas vezes o próprio ministro e o secretário de Estado como mediadores ou conciliadores.

Como todos os movimentos espontâneos, também este surto de conflitos se revelou dificilmente controlável. A Junta militar, o comando do MFA, o governo, a Intersindical, o PCP, o MDP/CDE, o PPD e, com maior ou menor convicção, o próprio PS juntaram as suas vozes e mobilizaram os meios de comunicação social para combater a maré de greves que, a seus olhos, começavam a ameaçar com o "caos económico" ou a "anarquia". Mas esta unanimidade não passava por vezes de aparente. Relativamente aos "saneamentos" nas empresas, por exemplo, a JSN, o Governo Provisório e o PPD mostravam uma relutância menor ou maior em aceitá-los, enquanto o PCP, o PS e o MDP/CDE (para não referir as organizações esquerdistas) ou não se pronunciavam, consentindo e apoiando tacitamente, ou declaravam abertamente a sua concordância. Ora os "saneamentos" apoiavam-se quase exclusivamente em greves.

Um grande irrealismo era, de facto, a nota dominante dos cadernos reivindicativos que começaram a aparecer, tanto no respeitante aos aumentos salariais e aos seus complementos (13.º e 14.º meses), como à redução de horários de trabalho e às regalias mais diversas. As várias reivindicações surgiam todas ao mesmo tempo e em plena

recessão causada pelo primeiro choque petrolífero. Os salários mínimos exigidos elevavam-se frequentemente ao dobro (e mais) dos praticados. A exigência de grandes aumentos salariais fundava-se, por um lado, no recente salto observado na inflação, cuja taxa andava em Abril de 1974 pelos 30% (últimos doze meses), nível desconhecido em Portugal desde a segunda metade da década de 40. Mas não se tratava, fundamentalmente, de repor um poder de compra afectado pelo surto inflacionário. A ideia base da vaga reivindicativa era acabar com os "salários de miséria". Daí a outra característica das reivindicações desta fase: o seu *igualitarismo*, patente na exigência de redução do leque salarial e de fortes aumentos dos salários mais baixos.

A reivindicação de um *salário mínimo nacional* intersectorial, incluída nos “14 pontos” da Intersindical, não chegaria entretanto a ser quantificada publicamente pela central. Certos meios esquerdistas tinham já situado essa reivindicação em 6.000 escudos — tanto quanto o salário mínimo reclamado já antes do 25 de Abril para o sector metalúrgico e metalomecânico pelos sindicatos. Em muitas empresas e vários sectores de actividade começou então a ganhar terreno a reivindicação dos 6.000 escudos mínimos. O pacote de medidas sociais e económicas do Governo Provisório — Decreto-Lei 217/74 de 27 de Maio acabaria, no entanto, por fixar o salário mínimo nacional em 3.300 escudos, para vigorar na indústria e nos serviços, em empresas com mais de 5 trabalhadores.¹ A Intersindical, segundo o testemunho do seu líder de então havia proposto numa reunião com o governo o quantitativo mínimo de 3.000 escudos,² o que dá bem a medida da moderação dos responsáveis sindicais comunistas naquela

¹ No mesmo "pacote económico e social" (D.-L. 217/74, de 27 de Maio), o governo concedeu ainda um aumento simples do abono de família — recusando a proposta da Intersindical de um *subsídio familiar* fortemente progressivo consoante o número de filhos — e congelou provisoriamente os preços de todos os bens e serviços, as rendas de casa e, sob proposta da Intersindical, os salários superiores a 7.500 escudos (entrevista com F. Canais Rocha).

² Entrevista com F. Canais Rocha. A proposta dos dirigentes da Intersindical incluía, é certo, outras medidas de carácter social (o referido aumento progressivo do abono de família, etc.) que não foram aprovadas pelo governo.

época. Dado o empolamento das reivindicações, o pacote governamental desapontou muitos trabalhadores. O ministro sem pasta Francisco Pereira de Moura (MDP/CDE) declarou então na televisão que o Rendimento Nacional inteiro seria necessário para garantir a todos os assalariados o mínimo pretendido de 6.000 escudos.

A introdução do salário mínimo nacional beneficiou em 1974, segundo o governo, cerca de 50% dos trabalhadores (65% no sector público, 78% das mulheres.) Pelo seu significado social e também económico, como incentivo ao aumento da produtividade, o salário mínimo nacional viria a revelar-se como uma das medidas mais importantes tomadas por qualquer governo desde o 25 de Abril. A sua introdução descuidada, fixando-se inicialmente a um nível ainda demasiado alto, teve porém efeitos nefastos a curto e médio prazo sobre o nível do emprego, principalmente em conjugação com as medidas restritivas postas em prática para combater a alta dos preços, com a retracção dos mercados de exportação na sequência do choque petrolífero e com a quebra acentuada do investimento e da actividade da construção civil e obras públicas. Até finais de 1974 o número de desempregados mais que duplicou, afectando sobretudo os trabalhadores dos três sectores com maiores efectivos — construção civil (com mais de um terço dos novos desempregados), indústrias têxteis e indústrias metalúrgicas e metalomecânicas.

Ao elevado volume de despedimentos que se começaram a verificar logo após a fixação, em Maio de 1974, do primeiro salário mínimo nacional, juntar-se-ia uma nítida quebra na criação de novos postos de trabalho durante esse ano e no seguinte (em que o salário mínimo nacional voltaria a subir, para 4.000 escudos.) Ao longo de 1975, agravando extraordinariamente as consequências da referida conjuntura económica interna e externa, a descolonização precipitaria a formação de uma verdadeira "reserva de desempregados" em Portugal, em virtude da afluência de centenas de milhares de

activos desalojados e soldados desmobilizados das ex-colónias. O número total (estimativa) de desempregados quadruplicou num ano, saltando a taxa respectiva de 1,5% no primeiro trimestre de 1974 para 5,5% em 1975 (e 6,6% em fins de 1976). Há ainda que considerar o decréscimo brusco, a partir de 1974 inclusive, dos contingentes da emigração, que nas décadas passadas havia contribuído decisivamente para manter um nível de desemprego meramente friccional.¹

Entretanto, o salário mínimo para o sector metalúrgico e metalomecânico seria fixado, numa das primeiras negociações que decorreram em Portugal após a Revolução entre representantes dos grémios e dos sindicatos, em 4.500 escudos, bastante abaixo dos 6.000 antes reclamados. Esta reivindicação (que, como vimos, vinha já de 1973) fora confirmada pela classe no 1.º de Maio de 1974 e, novamente, a 11 de Maio, num comício em que participaram vários milhares de metalúrgicos. A "cedência" negociada em tempo recorde (duas semanas) e em pleno surto nacional de greves, causou grande descontentamento entre os metalúrgicos, mas conduziu ao fim de muitos conflitos em empresas do sector, desarmando também as reivindicações de salários mínimos de 6.000 escudos entretanto surgidas no processo de revisão salarial de várias convenções colectivas (operários da construção civil, minas, panificação, trabalhadores agrícolas de algumas regiões, etc.). Pela parte sindical a entidade negociadora fora a Federação dos Sindicatos Metalúrgicos, cuja direcção era composta por elementos comunistas. Por essa altura, alguns dos sindicatos federados — caso do de Lisboa — ainda incluíam nas suas direcções elementos esquerdistas (do MES, por exemplo), que geralmente tinham menos contemplações pela "grave situação económica" do país. O líder da Intersindical, Canais Rocha, afirmaria pouco depois que a reivindicação do salário mínimo de 6.000 escudos para os metalúrgicos, antes do 25 de Abril, "visava apenas a agudização das

¹ Ver, sobre a evolução do desemprego em 1974-76, João Moura, *Economia do Trabalho*, Fundação Oliveira Martins, Lisboa, 1986, pp. 100-121 e Maria João Rodrigues, *O Sistema de Emprego em Portugal – Crises e Mutações*, Dom Quixote, Lisboa, 1988.

contradições do regime", precisando: "Tal como hoje, já sabíamos que a nossa economia não estava preparada para suportar um salário dessa grandeza".¹

O pacote de medidas sociais e económicas de fins de Maio de 1974, acompanhado de uma forte campanha de propaganda anti-greve, contribuiu decisivamente para fazer decrescer o número de paralisações. Comícios do PCP quase diários em Lisboa e outras localidades, comunicados do PCP e do PS, comunicados de muitos sindicatos individualmente e da União dos Sindicatos do Sul, uma manifestação de rua através de Lisboa organizada pela Intersindical com discurso final do ministro comunista do Trabalho (1 de Junho), programas de televisão com governantes, dirigentes partidários e sindicais, foram algumas das inúmeras acções realizadas com o intuito de sustentar a vaga de greves.

A oposição da maioria dos sindicatos, da Intersindical e do PCP ao movimento grevista de Maio-Junho tinha múltiplas causas, não podendo considerar-se meramente táctica. No mínimo, era óbvio que a legislação sobre greve já anunciada poderia vir a ser prejudicada pela explosão de conflitos e paralisações. Mas estas punham a nu, por outro lado, o escasso controlo que o aparelho sindical tinha sobre as lutas dos trabalhadores expondo-o por consequência à acusação de falta de representatividade. Nos processos reivindicativos surgidos nas empresas conjugavam-se o espontaneísmo das assembleias de trabalhadores com o aparecimento das comissões de trabalhadores — durante algum tempo tidas pelos comunistas como estruturas "paralelas" — e com a influência crescente de partidos esquerdistas e do próprio PS.² No apelo da Intersindical

¹ Entrevista de F. Canais Rocha à revista *Flama* de 6-IX-1974.

² Em fins de Maio de 1974, a Comissão Sindical e do Trabalho criada no PS, liderada pelo esquerdista A. Aires Rodrigues, tomou uma posição fortemente ambígua sobre o surto grevista, procurando retirar da situação o máximo de dividendos. Por um lado, aproveitava para pôr em causa a representatividade dos sindicatos: "Se o sindicato não controla a greve é porque não controla ainda a classe trabalhadora que diz representar". Colocando-se numa perspectiva "marxista", refutava em seguida os argumentos sobre a gravidade da situação económica portuguesa, perguntando se esta afectava a classe burguesa ou a classe

à manifestação de 1 de Junho contra a "greve pela greve", a vaga de conflitos era atribuída às "manobras provocatórias" dos que estariam interessados em "dividir a classe trabalhadora, gerando a confusão onde a unidade deve imperar".¹

A tudo isto acrescia o fantasma da desestabilização económica e dos perigos que corriam as ainda frágeis conquistas democráticas. Em 1974 estava, com efeito, ainda muito fresca em Portugal a memória do golpe militar que em Setembro do ano anterior derrubara no Chile o governo de Salvador Allende. O paralelismo prontamente estabelecido, por mais relevantes que fossem as diferenças, entre as situações políticas e sociais dos dois países, fazia pairar o espectro da "Unidade Popular" chilena e do golpe do general Pinochet sobre tudo quanto se fazia ou acontecia no Portugal pós-25 de Abril: os *slogans* políticos, as estratégias, os erros que se queriam evitar, os riscos que não se queriam correr, as alianças, os programas. No plano sindical e laboral tudo isto se reflectia com particular intensidade. A posição tomada já em 10 de Maio pela Intersindical contra as greves salariais "indiscriminadas" que faziam o "jogo da reacção" compreende-se, em parte, como reflexo do espectro do Chile. A primeira greve publicamente apoiada pela Intersindical (por ela convocada, de resto) depois do 25 de Abril foi uma paralisação nacional simbólica de 5 minutos, a 11 de Setembro de 1974, "como forma de solidariedade e apoio à luta dos trabalhadores e do povo chileno como homenagem à morte heróica do presidente Salvador Allende e de todos os patriotas da Unidade Popular que lutam contra a junta militar fascista".² Dias antes, falando em Lisboa perante um plenário extraordinário da Intersindical, Eduardo Rojas, dirigente no

operária e se acaso não favorecia o "desenvolvimento revolucionário e socialista". Ao mesmo tempo, não deixava de alertar contra a subida vertiginosa dos salários, o que na sua óptica podia "favorecer o grande capital". Por fim tomava posição pela continuação das greves de "saneamento" (*República*, 1-VI-1974).

¹ *República*, 1-VI-1974.

² Acta do plenário extraordinário da Intersindical de 3.IX.1974. A paralisação de 11 de Setembro, realizada no primeiro aniversário do golpe militar e da morte de Allende, integrou-se numa "Semana de apoio ao povo do Chile" organizada pela Intersindical.

exílio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Chile, afirmara: "A luta em Portugal é muito similar à que travámos no Chile quando do golpe fascista. O inimigo trabalhava pacientemente na sombra com os grupos divisionistas e os 'novos democratas' para derrubar o regime de Unidade Popular, tal como vemos hoje em Portugal. Assegurem o vosso processo democrático, pois será um triunfo para os portugueses, mas também para o povo chileno".¹ Em Maio de 1974 o Sindicato dos Transportes Urbanos de Lisboa alertara os 5.000 trabalhadores da Carris em greve para o exemplo do Chile.²

A lei que restabeleceu em Portugal o direito de greve — abolido pela Ditadura Militar em Fevereiro de 1927, a que se seguiu forte penalização da greve pelo regime de Salazar em 1934 — foi publicada em 27 de Agosto de 1974 (Decreto-Lei 392/74). Iniciada elaboração da lei ainda sob o primeiro Governo Provisório, foi aprovada já pelo segundo. Na sua origem tinham estado dois projectos, o do ministro popular democrata Francisco Sá Carneiro e o do Ministério do Trabalho, elaborado por uma equipa de juristas comunistas,³ após audição da já referida "comissão de legislação" da Intersindical. Sobre a matéria do diploma tinham-se pronunciado previamente a Intersindical, a recém-formada Confederação da Indústria Portuguesa e alguns partidos. A greve foi minuciosamente regulamentada, condicionada e dificultada pela lei, que por sua vez permitia o *lock-out defensivo* (o *lock-out* também fora proibido em 1933-34 pela legislação do Estado Novo). A lei da greve impunha um período mínimo de 30 dias de negociação prévia e numerosas formalidades e condições a cumprir antes do início de uma paralisação, proibindo as greves políticas, as greves de solidariedade (excepto na

¹ Idem.

² M. Lourdes Lima dos Santos *et al*, *op. cit.*

³ Os juristas que trabalhavam junto do ministro do Trabalho na elaboração de legislação laboral (nomeadamente um dos projectos de lei da greve e a futura lei sindical), eram Vital Moreira, Jorge Leite e J. Gomes Canotilho.

própria empresa), as chamadas "greves trombose", as greves com ocupação das instalações, etc. Só podia ser convocada uma paralisação se as reivindicações dos trabalhadores tivessem antes sido desatendidas "significativamente", preceito demasiado subjectivo. Tinha-se adoptado, das legislações de países democráticos, a maior parte das medidas restritivas do direito de greve, combinadas desordenadamente e sem consideração pela lógica em que cada uma delas se inseria, no país de origem.¹ Na maioria das restrições detectava-se a orientação defendida então pelo ministro Sá Carneiro e o seu partido, que veria contempladas no diploma as suas principais posições sobre a greve — regulamentação do direito "como meio último de defesa dos trabalhadores", proibição das greves políticas e de solidariedade, proibição da ocupação dos locais de trabalho e reconhecimento do *lock-out* como meio defensivo.²

Reagindo ao conteúdo da lei, a Intersindical apressou-se a tornar pública a sua total discordância relativamente ao *lock-out* e à tramitação da declaração de greve, bem como à proibição de vários tipos de paralisações.³ Fê-lo, aliás, em coerência com uma resolução do plenário da Intersindical de 13-14 de Julho, segundo a qual se comprometia a tomar "posição pública contra qualquer limitação do direito à greve". O PS achou que a lei era merecedora de fortes críticas. O PCP, com irrecusáveis responsabilidades de governo nesta área, deixou para a Intersindical a tarefa da crítica à lei. Alguns dias depois da posição "dura" da Intersindical, todavia, o líder comunista Álvaro Cunhal achou por bem temperar a gravidade das consequências da lei. "Não ficaremos pior do que na maioria dos países de democracia burguesa" — disse Cunhal a

¹ Manuel de Lucena, "A regulamentação do direito de greve pelo segundo Governo Provisório", *Expresso*, 1-XI-1974.

² Entrevista de F. Sá Carneiro ao *Diário Popular* de 8-VII-1974. Ver também o *Expresso* de 13-VII-1974.

³ *A Capital*, 6-VIII-1974 (relato da conferência de imprensa da Intersindical realizada na véspera, em que, pela voz do seu líder F. Canais Rocha, tomou posição contra os aspectos restritivos da lei da greve).

respeito da lei, acrescentando que "a consolação é fraca, a comparação necessária".¹ Este ocasional sentido das realidades — que o PCP perderá futuramente, com o seu afastamento da área do poder — valer-lhe-ia em 1974 a acusação de cumplicidade na autoria da lei da greve.

Após as mudanças políticas de 28 de Setembro de 1974, a Intersindical (plenário de 12-13 de Outubro) aprovou as conclusões de um relatório sobre a greve em Portugal marcadamente influenciado pelas posições do PCP, o que representou um recuo sobre a prévia oposição nítida da central sindical à lei da greve. O relatório partia da afirmação que a greve era "um fenómeno próprio da sociedade capitalista, cujo poder político é exercido pelos capitalistas". Abordava depois a questão do "custo social" que todas as greves tinham, sublinhando a existência de outros meios de luta "socialmente menos onerosos". Declarava que as greves só deviam ser apoiadas pelos sindicatos depois de se ponderar "a forma conveniente de luta para os objectivos em vista, os meios de que se dispõe, o condicionalismo social e político em que se inserem". Desenvolvendo a parte relativa ao *contexto político*, o relatório da Intersindical constata que o aparelho de Estado já não estava (em Outubro de 1974) ao serviço dos monopólios, dos latifundiários e dos capitalistas. A "correlação de forças a nível de governo" na altura da publicação da lei da greve ter-se-ia entretanto alterado. Mantinha-se, contudo, o "mesmo condicionalismo socioeconómico" (isto é, o capitalismo). Reconhecendo também que, em virtude do insuficiente desenvolvimento da organização sindical, as lutas reivindicativas ainda eram por ela "incipientemente conduzidas", o relatório concluía, de modo vago e nubloso, pela "necessidade de preparar a revisão da lei [...]"

¹ Entrevista de Álvaro Cunhal ao *Avante!*, 9-VIII-1974. No II Governo Provisório o ministro sem pasta Álvaro Cunhal continuava a "coadjuvar" o ministro do Trabalho, depois de o comunista Avelino Gonçalves ter sido substituído por Costa Martins, um oficial da Força Aérea considerado "um amigo dos trabalhadores" pelo líder do PCP. O comunista Carlos Carvalhas mantinha no governo o cargo de secretário de Estado do Trabalho.

em termos que correspondam às condições sociopolíticas vigentes e aos avanços efectivos no cumprimento duma política económica antimonopolista". De concreto, o relatório só achava necessário eliminar da lei a possibilidade de *lock-out*.¹

A partir daqui, o movimento sindical deixará de se preocupar com o regime legal da greve — que só será liberalizado pela Constituição de 1976, que também proibirá o *lock-out*. Na prática, entretanto, a lei teve um destino semelhante ao da sua antecessora republicana de 6 de Dezembro de 1910, apodada naquele tempo de *lei-burla* pelos sindicatos, que a acusaram de condicionar excessivamente a greve a pretexto de a legalizar. A lei de 1974 receberia o epíteto (injusto, embora não totalmente mentiroso) de *lei anti-greve*. Como fora previsto, o diploma ficou "rapidamente desactualizado em relação à prática concreta dos trabalhadores" — palavras do socialista Marcelo Curto.² E uma das primeiras infracções à lei surgiria, talvez inesperadamente, da parte da própria Intersindical, ao convocar para 11 de Setembro a já referida greve geral de 5 minutos em solidariedade com o Chile (a lei proibia as greves políticas e as de solidariedade). Deve contudo registar-se que no primeiro mês de aplicação da lei da greve o número de paralisações diminuiu, de facto, para menos de metade do que em qualquer dos três meses anteriores, mantendo-se depois a um nível bastante moderado até final do ano.³ Mas para isso outros factores devem ter contribuído decisivamente, com destaque para a forte inflexão à esquerda da conjuntura política portuguesa após os referidos acontecimentos de 28 de Setembro.

¹ Acta do plenário da Intersindical de 12 e 13-X-1974. Entre a posição tomada pela Intersindical a 5 de Agosto e as conclusões do relatório de 13 de Outubro verificou-se também o afastamento de F. Canais Rocha da liderança da Intersindical e o regresso de Avelino Gonçalves ao secretariado da central, factos que talvez não constituam meras coincidências.

² Resposta de F. Marcelo Curto a um inquérito do semanário *Expresso*, 9-XI-1974.

³ *Mil Dias – Diário de uma Revolução, op. cit.*, pp. 233-238.

Se o número de paralisações começou a decair a partir de Junho de 1974, nem por isso cessaram as reivindicações irrealistas de toda a ordem, alimentadas por um clima social e político favorável aos "mais desfavorecidos" e pela má imagem pública do patronato. Na contratação colectiva, que registou em 1974 um movimento quase duas vezes superior ao verificado no ano anterior (ver **quadro 9**), as revisões salariais lançadas pelos metalúrgicos fizeram bola de neve. Quase todas as tabelas salariais foram revistas, mesmo as que haviam sido estabelecidas poucos meses antes da Revolução. Um novo regime da negociação colectiva encontrava-se alegadamente na forja, para ser introduzido em conjunto com a restante legislação laboral e sindical. Enquanto isso se não verificava, a lei caetanista continuava em vigor, mas tacitamente suspensa em tudo o que não favorecesse os trabalhadores — como os condicionamentos temporais e outras formalidades do processo de negociação. Um sector do novo poder tinha-se já manifestado pelo fim da homologação das convenções e da intervenção do governo na negociação colectiva em geral. Ainda assim, o I Governo Provisório tinha expressamente salvaguardado todos os meios de intervenção directa na regulamentação colectiva (fixação de salários e outras condições de "laboração das empresas").¹

Os sindicatos tinham adoptado aparentemente com entusiasmo a filosofia da liberdade de negociação e do fim da intervenção do Estado na regulamentação colectiva. A Intersindical, que antes do 25 de Abril se queixara constantemente dessa intervenção, aprovara já em Maio, como um dos "14 pontos", o princípio da *negociação directa entre os trabalhadores e os patrões, sem interferência da Administração*. E, de facto, poucos dias depois do 25 de Abril já os metalúrgicos convocavam os grémios do sector para o início de "negociações directas", marcadas para 2 de Maio (a última tabela salarial para o sector fora negociada meses antes, em Dezembro de 1973). Uma

¹ Decreto-Lei 217/74, de 27 de Maio, artigo 6.º, ponto 2.

assembleia-geral de metalúrgicos ficava também marcada para 4 de Maio — um aviso aos negociadores gremiais para não faltarem à reunião. Mas, ao mesmo tempo, como se não confiassem na sua própria força negocial, os metalúrgicos pediam apoio ao MFA para que forçasse o patronato a reconhecer os seus direitos.¹ A filosofia da não intervenção do Estado fora aparentemente mal assimilada pelos metalúrgicos.

Interpretação diversa (mas não mais "liberal") da não intervenção do Estado foi a levada à prática pelos trabalhadores da construção civil, cujos sindicatos, liderados pelo de Lisboa, conduziram em 1974 e 1975 os processos de negociação colectiva mais anómalos e acidentados da história da instituição contratual em Portugal. Com as ocupações de que foram alvo no pós-25 de Abril, os sindicatos da construção civil tinham passado directamente da mais sonolenta *pax corporativa* para uma aguerrida ofensiva sindical. Circunstância agravante, a direcção do Sindicato da Construção civil de Lisboa era então disputada por dois grupos rivais. Após a ocupação do sindicato (pelo grupo pró-PCP), uma guerra de assembleias-gerais fez com que a comissão directiva provisória passasse, primeiro, para as mãos do grupo esquerdista-socialista (Maio de 1974) e, depois, novamente para as mãos dos primeiros (Dezembro de 1974). Entre os dois grupos gerou-se uma espécie de emulação: cada um pretendia alcançar mais e maiores conquistas perante o patronato do que o anterior. Assim, e procurando também não ficar atrás dos metalúrgicos, o Sindicato dos Operários da Construção Civil de Lisboa convocou, ainda em Maio, o Grémio dos Industriais de Construção e Obras Públicas do Sul para negociações de revisão dos salários (que igualmente tinham sido acordados meses antes, em Dezembro de 1973, pelos dirigentes sindicais corporativistas). No dia em que os três negociadores patronais compareceram à primeira reunião, marcada para 7 de Junho no Ministério do Trabalho, depararam com a

¹ *República*, 2-V-1974.

presença, do outro lado da mesa, de nada menos que 44 aguerridos negociadores, representando os sindicatos da construção do Sul do país. A separar as partes, numa cabeceira da mesa, encontrava-se um técnico do Ministério do Trabalho. Como condição imposta pelos sindicatos, a negociação teria de prosseguir *ininterruptamente* durante as horas ou os dias necessários até à conclusão de um acordo. Negociando debaixo de coacção psicológica e física, os representantes patronais concederiam, 16 horas depois (às 8 horas da manhã do dia 8 de Junho), salários mínimos para o sector iguais aos dos metalúrgicos, 4.500 escudos mensais, o que representava por si só um aumento de 60%, além de aumentos similares para outras categorias de operários e uma redução de 3 horas semanais no horário de trabalho.¹

Meses depois, a 20 de Dezembro de 1974, nova "negociação" teve lugar, em torno da questão do subsídio de Natal. Como o patronato se recusasse a comparecer para discutir a concessão do 13.º mês ainda em 1974, os sindicatos da construção civil de Lisboa e do Sul, apoiados na rua por uma multidão de vários milhares de operários, montaram cerco à sede do grémio. Depois de terem cortado o trânsito na zona, os representantes dos trabalhadores penetraram por arrombamento nas instalações do grémio, sequestraram os funcionários que lá se encontravam e foram em busca dos dirigentes patronais. Cerco e sequestro mantiveram-se na noite de 20 para 21 de Dezembro, com mais de 2.000 operários na rua, sem que quaisquer forças de ordem se acercassem. As negociações, já com a presença dos dirigentes gremiais, decorreram ao longo do dia 21, no meio de ameaças de "destruir tudo" proferidas pela multidão. Esta fora entretanto engrossando, graças aos apelos difundidos pelo sindicato através do Rádio Clube Português, chegando a atingir mais de 5.000 trabalhadores. A presença,

¹ Grémio dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Sul, *Memorial*, datado de 10-VII-1974, enviado ao Presidente da República, JSN, primeiro-ministro, cinco ministros e cinco secretários de Estado (fotocópia do Arquivo).

por fim, de alguns militares e do colaborador do ministro do Trabalho, Daniel Cabrita, evitou o pior. Ao princípio da noite de 21 de Dezembro, as partes "acordaram" a concessão de 50% de subsídio de Natal em 1974, pagável em duas prestações, e 100% a partir do ano seguinte.¹

Como se pode concluir, os sindicatos da construção civil exploraram a fundo, em 1974, a falência da autoridade do Estado e o colapso da legalidade, tentando (e conseguindo parcialmente) impor a sua vontade aos negociadores patronais pela coacção psicológica e física, numa interpretação perfeitamente anómala da livre negociação. Adiante veremos como as peculiares movimentações reivindicativas dos trabalhadores da construção civil conduziram, em meados de Novembro de 1975, ao sequestro do primeiro-ministro e da própria Assembleia Constituinte, precipitando involuntariamente o termo da anarquia então reinante.

5. A adiada reestruturação sindical. Prioridade à consolidação organizativa da Intersindical.

Enquanto a publicação da anunciada lei sindical ia sofrendo sucessivos adiamentos ao longo de 1974 (Maio, Junho, Agosto, etc.), os sindicatos "herdados" do corporativismo, dirigidos na sua maioria por comissões directivas provisórias e regidos, no melhor dos casos, por regulamentos igualmente provisórios, iam ganhando na prática

¹ *Informação* de 31-XII-1974 do técnico dos Serviços de Acção Social do Ministério do Trabalho, Amadeu Dias, que acompanhou as negociações sobre o subsídio de Natal para os trabalhadores da construção civil no dia 21 de Dezembro (arquivo da Direcção-Geral das Relações Colectivas de Trabalho, M.T.).

estatuto de respeitabilidade plena. Esta legitimação *avant la lettre* fez-se em três planos distintos e simultâneos: perante o Estado, perante os trabalhadores e perante o patronato.

Nas circunstâncias da legalidade revolucionária, o reconhecimento *de facto* ou officioso das comissões directivas por parte da JSN e do Ministério do Trabalho, que chegou a revestir-se de alguma formalidade, equivalia, para todos os efeitos, a um pleno reconhecimento legal. Como se isso não bastasse, em fins de Junho de 1974 o I Governo Provisório aprovou um diploma da iniciativa do ministro do Trabalho Avelino Gonçalves¹ que mantinha em vigor todos os despachos de *quotização sindical obrigatória* existentes. Esta medida assegurava aos sindicatos a manutenção das quotizações de cerca de 600.000 trabalhadores não inscritos, muito perto de 30% do valor das quotizações recebidas por todas as organizações sindicais (ver os **quadros 1a e 4d**). O equivalente a um subsídio, só em 1974, de cerca de 125 mil contos, concedido assim aos sindicatos únicos, na sua maioria já sob a influência hegemónica do PCP e da extrema-esquerda. O diploma em causa assumia a especiosa forma de revogação de um Decreto-Lei de J. Silva Pinto, com que o ministro de Caetano se propunha no início de 1974 ir extinguindo caso a caso a quotização obrigatória (assunto a que aqui se fez referência no devido lugar).² O sector esquerdista da Intersindical que em 1971 exigira a "supressão completa e absoluta da quotização obrigatória", agora não manifestou qualquer discordância. O argumento avançado em 1971 pelo grupo do líder dos lanifícios, Manuel Lopes, contra a quotização obrigatória era a necessidade de

¹ Decreto-Lei 329/74, de 10 de Julho, com as assinaturas de Francisco Sá Carneiro e Avelino Gonçalves, promulgado em 29-VI-1974 pelo Presidente da República, António de Spínola.

² Decreto-Lei 30/74, de 1 de Fevereiro. Este decreto-lei de J. Silva Pinto, segundo o preâmbulo do diploma que depois do 25 de Abril o revogou, conferia ao ministro "poder discricionário para impor ou denegar, caso a caso, a obrigatoriedade de quotização sindical". Segundo o dito preâmbulo, o decreto teria sido "imediatamente denunciado pelos trabalhadores como uma tentativa de retirar a alguns sindicatos as bases materiais em que assentava um sério esforço de defesa dos interesses dos trabalhadores" (D.-L. 329/74, de 10 de Julho). O que intencionalmente se omite aqui é que o decreto de J. Silva Pinto se propunha também, conforme se lê no respectivo preâmbulo, ir "progressiva mas firmemente restringindo" a quotização obrigatória.

"assegurar a completa autonomia sindical, no sentido de os trabalhadores poderem decidir qual a organização sindical que lhes convém". Aparentemente, este princípio perdera actualidade após o 25 de Abril.

Do lado dos trabalhadores, o que se podia constatar era a maior participação de sempre na vida dos sindicatos, ainda que pelas assembleias gerais, muito concorridas, não passasse senão uma fracção mais ou menos significativa dos associados. Nunca também anteriormente aqueles sindicatos (únicos) tinham tido direcções tão democraticamente mandatadas, ainda que numa apreciação rigorosa se possa duvidar da democraticidade que terá rodeado a eleição de braço no ar ou por aclamação de certas comissões directivas, em assembleias de 5.000 ou 10.000 trabalhadores. Também houve em 1974, contudo, eleições sindicais por sufrágio secreto.

Do lado dos grémios, enfim, não se punha em causa (pelo menos publicamente) a representatividade dos sindicatos ou das respectivas comissões directivas. A notória má consciência que nos primeiros meses dominou uma parte das hostes patronais inibia-os disso. Levantar então reservas à representatividade dos novos parceiros, após décadas de aceitação de interlocutores dóceis ou impotentes, seria fatalmente tomado como uma atitude provocatória ou de hostilidade política. Por outra parte, o patronato mais esclarecido, nomeadamente a direcção da CIP, compreendia a necessidade de ter nos sindicatos interlocutores autorizados e fortes, em face dos perigos que antevia na actuação "anárquica" das comissões de trabalhadores, que instalavam o centro da conflitualidade nas empresas.¹

Não obstante este *reconhecimento geral* de que os sindicatos inicialmente desfrutavam, restava a intenção e o desejo expressos unanimemente pela Intersindical, pelos dirigentes sindicais e pela generalidade dos sectores políticos (inclusive o PS e o

¹ Nesse sentido se pronunciou o líder da CIP, António Vasco de Melo, em Julho de 1974. Ver a já citada notícia "Prevista a substituição das comissões de trabalhadores por delegados sindicais", *O Século*, 19-VII-1974.

PPD) de se proceder a uma reformulação da organização sindical, através da reestruturação dos organismos existentes, considerados inadequados, ou da criação de novos organismos. Para a Intersindical, a experiência da vaga de conflitos nas empresas, em Maio de 1974, fora concludente: na sua maioria, os sindicatos existentes não tinham, devido à sua estrutura profissional, "capacidade de resposta e de coordenação das situações criadas pelas lutas reivindicativas a nível de empresa".¹ Ou seja: os sindicatos não teriam assumido eficazmente a condução dos processos reivindicativos em muitas das empresas por representarem apenas fatias das respectivas colectividades.

Embora os 82 sindicatos reunidos em plenário da Intersindical a 13-14 de Julho de 1974 tivessem aprovado um documento que previa uma profunda reformulação do aparelho sindical existente, em 1974 praticamente nada se chegou a fazer nesse sentido. Em Outubro deixou mesmo de reunir e extinguiu-se misteriosamente a *comissão de reorganização e reestruturação sindical*, responsável pela elaboração do documento. O projecto de “Estrutura Sindical” — assim se intitulava — previa a criação, sem indicação de prazo, de sindicatos de ramo de actividade (ou verticais) e de área geográfica "que a prática delimitará", em substituição dos sindicatos profissionais de base distrital existentes. Para se atingir esse fim propositadamente vago e impreciso — exigências do pragmatismo — o projecto apontava no imediato dois caminhos. Primeiro, a constituição a nível de empresa de comissões sindicais compostas por delegados de todas as profissões e categorias de trabalhadores, sobre as quais poderia assentar de futuro o sindicato vertical. Segundo, o agrupamento (tanto quanto possível) dos sindicatos profissionais existentes em federações nacionais de grandes ramos de actividade. No total, para abranger todos os assalariados, bastariam cerca de 20 destas federações nacionais. Julgava-se, pois, que a transformação dos sindicatos existentes

¹ Intersindical Nacional, “Estrutura Sindical – Projecto”, *loc. cit.*, p. 2.

deveria começar a nível de empresa e a nível de federação nacional, deixando para o fim, quando fosse caso disso, a reforma dos sindicatos propriamente ditos: "A constituição de sindicatos verticais só será um facto quando os trabalhadores decidirem da conveniência e utilidade da sua existência".¹

Este projecto, se tivesse sido levado a bom termo, teria aparentemente deixado o âmbito profissional de representação dos sindicatos sem correspondência na base nem órgão de coordenação nacional, níveis em que imperariam critérios de associação distintos. A prática demonstrou que se tratava de um programa vocacionado para deixar tudo na mesma, pelo menos a curto ou médio prazo. De facto, transferir os problemas da verticalização sindical para o nível de empresa não era resolvê-los, já que eles se punham ali com a mesma, se não maior acuidade. O que de mais importante estava em jogo na verticalização era a representação dos interesses, forçosamente diversificados, dos vários estratos de trabalhadores e segmentos profissionais, quer na empresa quer fora dela. Ora a vaga de igualitarismo e obreirismo desencadeada após a Revolução certamente que sensibilizara já muitas categorias de trabalhadores contra uma experiência de sindicalismo vertical. Já a outra parte do projecto o agrupamento dos sindicatos então existentes em federações por grandes ramos de actividade, o que se revelaria uma ideia mais exequível, mas a médio e longo prazo.

A inexistência de legislação sindical (obstáculo em si próprio pouco decisivo) e circunstâncias de índole muito diversa, essencialmente políticas, parecem ter-se conjugado para varrer da ordem do dia em 1974 e princípios de 1975 a anunciada reestruturação da organização sindical. Entre elas, o debate sobre a lei sindical e o problema da unicidade — que viria a tornar-se em Janeiro de 1975 uma questão política

¹ Idem, p. 7.

de primeiro plano — assim como, provavelmente, o início do processo de perda de influência dos comunistas nos sindicatos.

Em 1974 apenas haverá algumas fusões de sindicatos, algo que o referido projecto de “Estrutura Sindical” justamente *não* incluía nas suas recomendações. Em Novembro, sob o impulso de dirigentes sindicais ligados ao MES, formou-se o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, resultado da fusão de seis sindicatos de Lisboa, Setúbal e Santarém. Em Maio e Julho, respectivamente, já o Sindicato dos Plásticos de Lisboa e o Sindicato das Moagens de Lisboa tinham optado por integrar-se no Sindicato dos Químicos de Lisboa decisões posteriormente muito contestadas pela União dos Sindicatos do Sul, da Intersindical, sob vários pretextos. Não era visto com bons olhos, na verdade, o alargamento de influência do Sindicato dos Químicos de Lisboa, dirigido por elementos maoístas da AOC, francamente hostis ao PCP. O Sindicato dos Químicos do Porto também havia sido subtraído pelo mesmo grupo político à influência do PCP. Desde Junho que, através de comunicados, os dirigentes dos Químicos de Lisboa acusavam a Intersindical (cujo secretariado aliás integravam) de desmoralizar e desmobilizar os trabalhadores, atacar as greves e as lutas reivindicativas, actuar ao lado dos patrões, etc.¹ A guerra aberta declarou-se quando sindicalistas do PCP tentaram por todos os modos impedir que a integração do Sindicato dos Plásticos se consumasse, o que viria no entanto a acontecer em Dezembro de 1974. Em Março de 1975 o Sindicato dos Químicos de Lisboa foi expulso do secretariado da Intersindical.² No dia seguinte registaram-se graves incidentes na sede do sindicato, onde os dirigentes se haviam barricado, acabando estes por ser desalojados e presos por tropas enviadas pelo governo. Em

¹ "Relatório sobre a actuação da direcção do Sindicato da Indústria Química de Lisboa", acta do Plenário da Intersindical de 12 e 13-X-1974.

² Acta do plenário da Intersindical de 8 e 9-III-1975.

eleições realizadas uma semana depois, a direcção maoísta seria vencida tangencialmente por uma lista afecta ao PCP. O Sindicato dos Plásticos foi então mantido integrado no Sindicato dos Químicos.

Além das fusões citadas e da integração do Sindicato dos Trabalhadores de Armazéns no Sindicato dos Caixeiros de Lisboa, seguir-se-ão em 1975 a fusão dos três sindicatos de vidreiros num só e a redução do número de sindicatos de ferroviários de sete para três (agrupando no Norte, Centro e Sul o pessoal dos serviços centrais, movimento e oficinas e armazéns). Há que registar, por outro lado, a criação de novos sindicatos, principalmente nas profissões que no passado não tinham podido associar-se. Entre 1974 e 1975 formam-se sete sindicatos de trabalhadores agrícolas no Sul do país, sindicatos de pescadores, um da indústria farmacêutica, sindicatos de professores em Lisboa e Porto, três organizações pró-sindicais na função pública (Norte, Centro e Sul) e uma primeira organização pró-sindical de trabalhadores das autarquias (Câmara Municipal de Lisboa). Nos correios e telecomunicações aparece a princípio uma única organização pró-sindical, que dará origem, posteriormente, ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações. A comissão pró-sindicato, à revelia da Intersindical e contra a posição expressa pelo PCP, comandou as lutas reivindicativas e as greves dos CTT em Maio-Junho de 1974. Na sequência da greve de Junho, um grupo de trabalhadores do sector de telecomunicações em desacordo com a comissão pró-sindicato começou de imediato a formar uma segunda organização, depois designada Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações dos CTT (SINTEL), próximo da Intersindical. Este foi, de facto, o primeiro sindicato "paralelo" criado em Portugal após a Revolução.

A Intersindical, como organismo unificador e coordenador dos sindicatos existentes, não descurou a sua estruturação a nível central e regional e a construção de

um sistema de relações e normas. Podemos seguir os passos dados através de diferentes documentos adoptados. O *Regulamento Provisório*, aprovado no plenário de 1 de Junho de 1974, continha as regras provisórias sobre composição, atribuições e funcionamento dos órgãos (plenário e secretariado) da central e das uniões regionais. Insistia-se, aí, numa estrutura descentralizada, composta por (duas ou três) uniões regionais, das quais a Intersindical seria o órgão coordenador. Vimos já que esta fórmula, muito próxima da adoptada no regulamento de 1973, não vingaria no futuro, aparecendo rapidamente, em lugar das uniões do Norte e do Sul, as uniões distritais. Não aderiria à Intersindical ou às suas uniões regionais quem quera: a filiação de um sindicato ficava sempre dependente do juízo sobre a "legítima, representatividade dos seus órgãos" emitido pelo secretariado nacional ou regional. O plenário nacional tinha "plenos poderes deliberativos", mas não elegia o secretariado, que era composto pelos secretariados da União dos Sindicatos do Sul e da União dos Sindicatos do Norte. Por sua vez, o plenário da união regional elegia o respectivo secretariado e tinha poderes deliberativos, mas não podia "ser contrário à orientação da Intersindical".

A Intersindical continuava, tal como em 1973, a não se definir como confederação ou central sindical. O *Regulamento Provisório* de 1 de Junho de 1974 fugia a qualquer tipo de definição objectiva. Em Agosto de 1974 os dirigentes intersindicais recusavam mesmo a designação de *organismo*, descrevendo a Intersindical como "o conjunto do movimento sindical português".¹ Por este modo, enquanto aparentava respeitar escrupulosamente a legalidade (não havia ainda lei sindical), a Intersindical preparava-se para se impor como a face da própria legalidade. Quando, em 30 de Abril de 1975, a Intersindical veio a ser reconhecida legalmente, foi-o como "a confederação dos sindicatos portugueses".

¹ "Entrevista do secretariado da Intersindical" concedida em 23-VIII-1974, reproduzida no jornal *Nortada*, n.º 7, de 8-X-1974.

Os *Princípios Gerais*, aprovados em 14 de Julho de 1974, registam já um modo diferente de constituição do secretariado, para o qual eram eleitos em plenário nacional um certo número de sindicatos. Entre 1974 e Julho de 1975, figuraram como membros do secretariado os seguintes sindicatos: Bancários do Porto, Bancários de Lisboa, Escritórios do Porto, Escritórios de Lisboa, Ferroviários do Centro, Propaganda Médica, Gráficos do Porto, Metalúrgicos de Lisboa, Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Lisboa e Químicos de Lisboa (este último expulso em Março de 1975). De notar que o secretariado não era composto por pessoas, mas por sindicatos — uma aparente reminiscência da ilegalidade anterior à Revolução, útil em todo o caso para agora sustentar a imagem "unitária e independente" da Intersindical. No capítulo das relações da Intersindical com os sindicatos seus filiados, os *Princípios Gerais* estipulavam a obrigatoriedade de cumprimento das deliberações emanadas do plenário nacional. O documento vincava, por outro lado, a atitude de independência dos sindicatos relativamente ao Governo Provisório, permitindo conservar uma margem de crítica e eventual combate às medidas governamentais que não fossem do seu agrado. Esta atitude da organização sindical a todos os seus níveis implicava a sua recusa de intervir em conflitos de trabalho a solicitação de organismos governamentais, entidades patronais, etc. com uma função que pudesse ser tomada como de "arbitragem". Afirmava ainda o documento a obrigação de todos os trabalhadores, "como cidadãos", de participarem na "actividade política dos partidos que julguem melhor defender os seus interesses de classe", proibindo contudo a intervenção em "comícios e outras actividades partidárias" aos membros do secretariado e das comissões especializadas da Intersindical, dado que isso poria "em risco a unidade do movimento sindical".¹ O interesse em manter esta opacidade em torno da filiação partidária dos dirigentes da

¹ *Princípios Gerais*, acta do plenário da Intersindical de 13 e 14-VII-1974, anexo 4.

Intersindical prende-se, decerto, com o facto de, na sua totalidade, serem membros do PCP ou de pequenas organizações de extrema-esquerda.

O projecto de “Estrutura Sindical” de 14 de Julho, já várias vezes aqui referido, preconizava um modelo de representação e coordenação dos sindicatos no interior da Intersindical em três linhas: uma linha directa de representação no órgão deliberativo central (o plenário), uma linha de representação regional, através das uniões e uma linha de representação sectorial, através das federações nacionais de grandes ramos de actividade. As estruturas intermédias (uniões e federações) far-se-iam depois representar num órgão consultivo do secretariado nacional — o conselho geral. Quanto às estruturas intermédias existentes, as federações de profissão e as uniões de sindicatos afins, criadas sob o corporativismo, deveriam, pois, desaparecer, fundir-se ou alargar o seu âmbito para dar lugar às novas federações sectoriais. As novas uniões, entendidas como órgãos regionais da Intersindical, deveriam naturalmente ser criadas de raiz, pois não existia nada de semelhante no anterior regime. Estas foram, aliás, as únicas que de imediato se foram constituindo e, entre elas, as *uniões distritais* as que se revelaram mais viáveis, tratando-se apenas de coordenar nas capitais de distrito os sindicatos filiados na Intersindical ali existentes. Em 1975, as uniões distritais cobriam já todo o país, à excepção do Distrito de Bragança. Começariam também a formar-se algumas *uniões locais*, de âmbito ainda mais restrito (concelhio ou pluriconcelhio). Quanto às federações sectoriais, pouco avançou a sua concretização em 1974-1975.

6. A polémica em torno da futura lei sindical. O papel dos sindicatos no avanço da Revolução.

A 10 de Novembro de 1974, quase sete meses depois do programa do MFA ter preconizado a elaboração de uma lei que regulasse o exercício da liberdade sindical, o Ministério do Trabalho apresentou à apreciação dos sindicatos, por um período de *dez dias*, o projecto de lei das associações sindicais.¹ A pedido da Intersindical, que pretendia submeter o projecto à "ampla discussão dos trabalhadores", o Ministério prorrogou o prazo por mais *dez dias*. A imprensa só teve acesso ao projecto a 21 de Novembro, décimo primeiro dia do prazo concedido aos trabalhadores para debate. No vigésimo dia do prazo, com extrema pontualidade, a Intersindical reuniu em plenário e, em nome da "classe trabalhadora", tomou posição acerca da lei sindical.² Um milhão e cem mil trabalhadores teriam entretanto participado em "centenas de assembleias de sindicatos e nas empresas, reuniões de delegados, etc." Com a excepção dos representantes de cinco sindicatos ("em todo o país"), que não representavam mais do que 40.000 trabalhadores, teria sido unânime a decisão de exigir a fixação na lei da *unicidade* a todos os níveis da organização sindical.³ Ao plenário da Intersindical não restaria, pois, mais de que fazer-se porta-voz das exigências unânimes dos trabalhadores.

Tudo isto não passou, bem entendido, de urna encenação em grande escala. O projecto de lei sindical, nos seus pontos essenciais, havia meses que era do conhecimento, pelo menos, dos dirigentes da Intersindical, cuja *comissão de legislação* havia, de resto, acompanhado e participado desde Maio na sua elaboração, junto do

¹ Acta do plenário da Intersindical de 30-XI-1974.

² Idem.

³ Sindicato dos Electricistas do Sul, *Unicidade ou pluralismo sindical*, Cadernos Sindicais, n.º 1, p. 1.

"grupo de peritos" do Ministério do Trabalho.¹ O projecto de lei elaborado por uma equipa de juristas comunistas sob a orientação de membros do governo igualmente comunistas não foi, todavia, por uma razão desconhecida, posto à discussão dos trabalhadores. O plenário da Intersindical de 24-25 de Agosto de 1974 rejeitou mesmo, por maioria, uma proposta submetida à votação por um grupo de dirigentes sindicais esquerdistas no sentido de se exigir do governo que a lei sindical fosse posta à discussão pelas organizações de trabalhadores antes de ser aprovada.² O secretariado alegou então que o *debate* pelos sindicatos da lei sindical e das leis laborais antes de estas serem aprovadas seria "chamar para os trabalhadores uma função do Conselho de Estado".³ Mas em Outubro, animada pela derrota da "tenebrosa conspiração" de 28 de Setembro, a Intersindical desencadeou uma forte campanha a favor da consagração da unicidade sindical na lei. No plenário de 12-13 de Outubro de 1974, o secretariado da Intersindical fez aprovar uma moção nesse sentido, na qual se condenavam também as "tentativas de desmembramento da organização sindical, com intuito manifesto de criação de sindicatos por opção política partidária".⁴ (De notar, num parêntese, a coincidência com o argumento invocado por Caetano, em 1969, para manter os sindicatos únicos: a necessidade de preservar a organização sindical da partidarização.) Por fim, em plena campanha pela unicidade iniciada no mês anterior, a Intersindical lançou em Novembro

¹ Entre outros, integraram a comissão de legislação da Intersindical o dirigente dos caixeiros, José Pinela, e Jaime Félix (entrevista com J. Pinela). Canais Rocha, ainda líder da Intersindical, também prestou "assistência" à comissão (entrevista com F. Canais Rocha). A equipa de peritos do Ministério do Trabalho era constituída pelos juristas comunistas Vital Moreira, Joaquim Gomes Canotilho e Jorge Leite. A partir de dada altura, a comissão de legislação sindical da Intersindical passou a funcionar no Porto (*Relatório da comissão de legislação*, acta do plenário da Intersindical de 12/13-X-1974, anexo 7).

² Acta do plenário da Intersindical de 24 e 25-VIII-1974. A proposta dos dirigentes sindicais esquerdistas (do MES e várias tendências marxistas-leninistas) registou 11 votos a favor, 9 abstenções e 33 votos contra. No plenário, cada sindicato tinha então direito a apenas um voto, independentemente do número de associados.

³ Acta do plenário da Intersindical de 30-XI-1974.

⁴ Acta do plenário da Intersindical de 12 e 13-X-1974.

de 1974 a atrás referida consulta relâmpago, predominantemente às suas próprias bases, que naturalmente cumpriram com o que delas se esperava.

Segundo o testemunho do dirigente dos caixeiros José Pinela, que integrou a comissão de legislação da Intersindical, terá na realidade havido *desacordo*, ainda durante o I Governo Provisório (Maio-Julho de 1974), entre, por um lado, a dita comissão e, por outro, o ministro Avelino Gonçalves e o secretário de Estado Carlos Carvalhas, a respeito da imposição da unicidade pela lei. Os dois governantes comunistas do sector do Trabalho, em perfeita sintonia com o líder do PCP e ministro sem pasta Álvaro Cunhal, queriam a unicidade na lei. Ao invés, os membros da comissão de legislação da Intersindical "foram logo contra dar-se forma de lei ao monopólio de representação dos sindicatos e da central", segundo Pinela. "Sentíamos a necessidade da unidade, mas não de uma unidade imposta. Também não devíamos dar facilidades para que qualquer grupinho formasse um sindicatozinho. Mas tínhamos outros meios para desencorajar a pulverização sindical. Tínhamos lutado tantos anos contra os sindicatos únicos e não íamos agora impô-los na nova legislação".¹

Numa reunião com os governantes comunistas e o grupo de juristas que trabalharam na elaboração do projecto de lei, que teve lugar no gabinete do ministro sem pasta Álvaro Cunhal por volta de Julho de 1974, o sindicalista José Pinela afirma ter ainda tentado alertar, sem êxito, o ministro Álvaro Cunhal para o risco de a futura lei sindical poder virar os trabalhadores contra os governantes comunistas e contra o PCP.²

¹ Entrevista com José Pinela.

² Idem. A este argumento, Cunhal teria respondido: "Nós, PCP, existimos para servir os trabalhadores". Segundo José Pinela, também Jaime Félix, hoje [1990] membro do CC do PCP, e F. Canais Rocha, então ainda líder da Intersindical, teriam posto reservas à fixação da unicidade na lei. F. Canais Rocha corrobora o facto de a comissão de legislação se ter oposto à imposição legal da unicidade: "Defendiam a liberdade sindical, por isso se opuseram" (entrevista com F.C.R.). Mas Canais Rocha não se inclui a si próprio entre os que se opuseram expressamente à unicidade. Em Agosto de 1974, Canais Rocha deixou a Intersindical por "razões pessoais", as mesmas que o teriam levado também a deixar de pertencer ao CC do PCP pela mesma época. De facto, o seu "comportamento na polícia", quando em 1968-1973 tinha estado preso, foi o que esteve na origem desses afastamentos (entrevista com F.C.R.). Esse

Nada teria ficado decidido naquela reunião, pois só meses depois o projecto de lei foi divulgado e só no ano seguinte publicada a lei. Mas este episódio, testemunhado por um dos mais destacados sindicalistas da década de 70 e um dos principais fundadores de Intersindical, é revelador da verdadeira origem da exigência de consagração legal dos sindicatos únicos e da data em que essa exigência surge — Julho de 1974, se não antes. Levanta também uma ponta do véu sobre alguns factos enigmáticos. Por exemplo, a divisão em duas partes da comissão de legislação da Intersindical, ocorrida no verão de 1974, ficando uma parte no Porto, encarregada da legislação sindical, e a outra parte em Lisboa, com a legislação laboral.¹ Note-se que foi precisamente a estrutura intersindical do Porto (USP), liderada pelo ex-ministro Avelino Gonçalves, que em Outubro de 1974 submeteu ao plenário da intersindical uma proposta defendendo a unicidade sindical.² Em Setembro desse ano, a folha *Nortada*, do Sindicato dos Bancários do Porto (então presidido por Avelino Gonçalves), defendia já expressamente as "organizações sindicais únicas".³ Compreende-se, enfim, melhor porque terá demorado tanto tempo a publicar-se a lei sindical prevista em Abril de 1974 pelo programa do MFA. Com efeito, desde o I Governo Provisório que os dirigentes comunistas tencionavam inscrever a unicidade na lei, sem que contudo estivessem reunidas todas as condições políticas para a fazer aprovar pelo governo ou pela autoridade do MFA. Essas condições só se proporcionariam a partir dos acontecimentos políticos de 28 de Setembro de 1974 e, decisivamente, no seguimento de nova inflexão política à esquerda, em 11 de Março de 1975.

comportamento foi denunciado publicamente no verão de 1974 pelo partido maoísta MRPP, tornando inviável a permanência de Canais Rocha à frente da Intersindical.

¹ *Relatório* da comissão de legislação sindical, acta do plenário de 12 e 13-X-1974, anexo 7.

² Acta do plenário da Intersindical de 12 e 13-X-1974.

³ "Liberdade sindical, monolitismo e pluralismo", *Nortada*, n.º 6, 24-IX-1974.

A polémica pública em torno da questão da unicidade sindical iniciara-se, de uma forma ainda não totalmente explícita, no princípio do verão de 1974, com as primeiras reacções ao aparecimento da FDT – Federação Democrática do Trabalho (Maio) e do CECNS – Centro de Estudos para a Criação de Novos Sindicatos (Junho-Julho), aqui já referidos. Em Agosto fizeram-se já ouvir algumas vozes esparsas que defendiam abertamente o *pluralismo sindical* — caso do Partido Social-Democrata Independente, de vida efémera. Apareceu então uma não menos efémera comissão pró-Confederação dos Sindicatos Livres, que divulgou pela imprensa uma "Proclamação da CSL" preconizando a "constituição urgente do maior número possível de sindicatos livres", assim como o diálogo entre estes, as associações patronais e os ministérios do Trabalho, da Economia e das Finanças. Esta iniciativa, anónima e desgarrada, não teve aparente receptividade entre os trabalhadores, mas foi considerada pela Intersindical como um "atentado contra a unidade de que tem dado mostras o sindicalismo português".¹

O PCP e a Intersindical estavam vigilantes e reagiam à mínima tentativa de "divisionismo". Começam então a aludir com insistência a uma hipotética tradição unitária do movimento sindical português, que haveria agora que respeitar. Mas esta alegada tradição apresentava contornos muito pouco claros, em confusão aparente com a tradição unitária, isso sim, da estratégia de hegemonia sindical do PCP. Em defesa da unicidade chegou a alegar-se, em fins de 1974 princípios de 1975, que "sob o fascismo, não se reclamava o pluralismo", mas sim as liberdades de reunião, de negociação, de eleição dos dirigentes e dos delegados, etc. "Que nos interessava ter duas comissões sindicais na empresa sem liberdade de acção sindical? Que nos interessava ter dois boletins sindicais censurados? Que nos podia interessar ter dois sindicatos à escolha,

¹ Acta do plenário da Intersindical de 24 e 25-VIII-1974.

ambos com dirigentes condicionados pelas autoridades administrativas?"¹ Este fraco argumento — que esquecia a reivindicação de livre constituição de sindicatos durante o governo de Caetano, *inclusive por um sector esquerdista da Intersindical* — perdia, porém, qualquer espécie de validade com o restabelecimento das liberdades após o 25 de Abril. Mas a retórica comunista foi igualmente buscar à vivência da democracia e do pluralismo a justificação para a manutenção da unicidade: "E hoje? Será que duas comissões sindicais nos defendem melhor que uma? Será que dois sindicatos, concorrendo entre si, impõem com mais força o cumprimento do contrato? Estamos numa situação democrática. [...] Vivemos uma situação em que se multiplicam os partidos políticos. [...] Numa altura em que dezenas de partidos fazem o quadro político em Portugal há, efectivamente, um risco muito grande de se pulverizarem os sindicatos se alguma vez a liberdade sindical entendida em termos burgueses (o liberalismo sindical) for instituída em Portugal".²

Em Outubro de 1974, após a posse do III Governo Provisório, pensou-se que a publicação da lei sindical estaria para breve. A polémica ia começar a centrar-se sobre o projecto de lei, que não tinha ainda sido divulgado, mas do qual se conheciam já os pontos mais quentes. A abrir o debate, o dirigente socialista Marcelo Curto declarou "inaceitável que seja uma lei a impor uma confederação única". Se em certos países ocidentais existiam centrais sindicais únicas — e o referido dirigente do PS dava o exemplo da Alemanha e da Inglaterra — isso teria sido o resultado "de uma dialéctica própria e não da imposição do legislador".³ A posição socialista parece coerente e clara, mas é significativo que o mesmo dirigente, no mesmo local e na mesma data, dissesse a

¹ Sindicato dos Electricistas do Sul, *Unicidade ou pluralismo sindical*, op. cit., p. 12.

² Idem, pp. 12-13.

³ *República*, 2-X-1974.

respeito da *unidade sindical* (não imposta), que considerava necessária em Portugal: "Só ela permite passar do nível das lutas parciais para o das lutas generalizadas contra o inimigo comum que é necessário destruir". Também o PPD começa pela mesma altura a tomar posição, em comunicados, contra o projecto de lei sindical.¹

Entretanto, o referido plenário da Intersindical de Outubro adoptou a resolução de defender junto do governo a "consagração legal do princípio da unicidade". Fê-lo em nome da "longa tradição de unidade que tem o movimento sindical português independente" e considerando que "já sob o fascismo a Intersindical assinalava a necessidade de desenvolvimento de uma acção sindical unitária".² Em Novembro, especialmente após a divulgação do projecto de lei, a polémica subiu de tom, com o socialista Marcelo Curto, ainda em nome do CECNS, a interrogar-se: "Com que direito é que a Intersindical surge da clandestinidade e, pura e simplesmente, pretende impor a sua lei a todos os trabalhadores?".³ Considerava o mesmo dirigente "chocante que seja uma central sindical a pedir a um governo que legisle no sentido de não permitir outras centrais ou sindicatos". Marcelo Curto contestava também abertamente a hipotética tradição de unidade do movimento sindical português que, na sua opinião, apenas podia reportar-se à unidade sindical imposta em "meio século de fascismo". Afirmando mesmo que a lei sindical defendida pela Intersindical "cheira a ditadura", o dirigente socialista deixava porém, novamente, uma impressão de incoerência. Admitia, com efeito, nas circunstâncias concretas de então, como "ideia válida" e merecedora de "todo o apoio" a existência de uma única central sindical — desde que não imposta pela lei.⁴ Mas a adesão dos socialistas ao princípio da unidade (e até da unicidade) parecia então

¹ *República*, 11 e 14-X-1974.

² Acta do plenário da Intersindical de 12 e 13-X-1974.

³ Marcelo Curto, "Os trabalhadores e a unicidade sindical", *República*, 8-XI-1974.

⁴ *Idem*.

ainda mais inequívoca no caso não da central, mas dos sindicatos propriamente ditos. Na *Linha de Acção Sindical* que a Comissão do Trabalho do PS divulgou em Novembro de 1974, preconizava-se, com efeito, que os trabalhadores "se associem na sua profissão, no seu ramo ou sector de actividade num único sindicato", ainda que com a vaga condição de "amplo e livre debate" prévio. *O pluralismo sindical* é expressamente repudiado nesse documento — tanto, aliás, como o "dirigismo".¹

Os socialistas inclinavam-se, pois, para "transformar a Intersindical por dentro". Em fins de Novembro, o dirigente do PS Marcelo Curto declarou: "Estamos a lutar dentro da Intersindical, não abandonamos esse terreno de actuação e procuraremos ganhar aí uma influência decisiva, pondo em causa a orientação actualmente dominante, que é dirigista, não democrática, paternalista".² Esta estratégia divergia obviamente do programa sugerido no próprio nome do CECNS – Centro de Estudos para a Criação de Novos Sindicatos. Alguns meses antes, em Julho, o mesmo Marcelo Curto julgara possível arrancar ainda em 1974 com urna nova organização sindical, concebida em moldes muito diferentes da existente.³ Por outro lado, o objectivo socialista de combater a Intersindical no seu próprio terreno repercutia-se, até certo ponto, na postura esquerdizante e basista adoptada na crítica do sindicalismo praticado pelos comunistas: "A Intersindical, em uníssonos com o PCP [...] não tem feito outra coisa que não seja refrear o ímpeto da classe trabalhadora nas suas lutas por melhorar as condições de vida".⁴

¹ *Linha de Acção Sindical* (Novembro de 1974), divulgada pela Comissão de Trabalho do Partido Socialista pouco antes da realização do primeiro congresso partidário, que teve lugar em Dezembro desse ano.

² *Expresso*, 23-XI-1974.

³ Veja-se o livro aqui já citado *O capital monopolista conspira assim*, pp. 133-135 (o depoimento de Marcelo Curto registado neste livro foi confirmado pelo próprio em 1987).

⁴ Marcelo Curto, "Os trabalhadores e a unicidade sindical", artigo citado.

Quanto ao PPD, também só a sua recusa da unicidade fixada na lei era ponto assente e perfeitamente claro. A unidade sindical era publicamente tida por vantajosa, desde que não imposta. A respeito do pluralismo sindical, Sá Carneiro chegou a afirmar: "O PPD nunca defendeu o pluralismo sindical nem a divisão dos trabalhadores. Temos plena consciência [...] de que a unidade sindical exprime, por si própria, o alto nível de consciência, de coesão e de solidariedade entre os trabalhadores, porque é baseada no exercício da vontade livre".¹ Todavia, o depoimento de várias pessoas mais ou menos próximas de Sá Carneiro e naquela época ligadas aos meios sindicais é coincidente em que o líder do PPD defendia desde 1974 a criação de uma nova organização sindical, não comunista.²

O projecto de lei sindical do Ministério do Trabalho (divulgado, como se disse atrás, pela imprensa em 21 de Novembro de 1974) apenas consagrava o princípio da unicidade sindical ao nível da "Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses", que deveria ser eleita num "Congresso Nacional do Sindicatos" convocado por "sindicatos representando mais de 50% de todos os sindicalizados e aberto à participação de todos os sindicatos existentes". Ao nível dos sindicatos, bastaria a assinatura de, no mínimo, 10% dos "trabalhadores a abranger de acordo com o âmbito definido nos estatutos", para um organismo se constituir e registar legalmente — o que permitiria a existência, em teoria, de duas ou até mais organizações concorrentes. Ao nível das federações e confederações (com exclusão da "Confederação Geral") exigia-se a representatividade mínima de 30% *dos sindicalizados* no sector, profissão ou categoria interessada — o

¹ Entrevista à *Capital*, 21-I-1975, em F. Sá Carneiro, *Textos – 3.º volume (1974-75)*, EPSP, Lisboa, 1981, p. 226. Também o CDS, pela voz do seu deputado à Assembleia Constituinte, Vítor Sá Machado, se declarou em princípio desfavorável ao pluralismo sindical.

² Entrevistas com Mário Pinto, Alfredo Morgado e Amílcar Mateus. Este último declarou (entrevista) ter sido convidado em 1974 para "dirigir uma estrutura sindical ligada ao PPD", que F. Sá Carneiro pensava criar. Alfredo Morgado foi dirigente e deputado do PPD e um dos principais obreiros da criação dos "socioprofissionais", estrutura partidária de trabalhadores.

que permitiria, também em teoria, a existência de organizações concorrentes. Apenas a constituição de uniões de sindicatos, de âmbito regional, era totalmente livre. Admitindo, assim, uma certa possibilidade de concorrência de organizações sindicais, o projecto de lei conferia, porém, privilégios às mais representativas segundo o número de sócios ou o volume de quotizações, que teriam o exclusivo da celebração das convenções colectivas no sector, profissão ou categoria a abranger. Disposto a combater os sindicatos de profissão, o projecto de lei estipulava que, em caso de concorrência com sindicatos de ramo de actividade, os trabalhadores só poderiam inscrever-se nestes últimos. Por consequência, sindicatos de profissão só poderiam constituir-se onde os sindicatos de actividade não chegassem. Em consequência deste conjunto de condicionalismos, a efectiva possibilidade de pluralismo sindical poderia na prática reduzir-se significativamente. Ao nível da empresa possibilitava-se a representação dos sindicatos existentes, inclusive quando concorrentes, além de se permitir o direito de reunião a sócios e não sócios mediante certas condições. O projecto de lei constituía em comissões directivas (já não provisórias) todas as que tivessem assumido funções directivas após o 25 de Abril e se mantivessem à data de entrada em vigor do diploma. Impunham-se-lhes prazos de três meses para a revisão dos estatutos e de seis meses para a realização de eleições. Só findo este prazo de seis meses é que poderiam usar do direito de livre constituição e registo os sindicatos constituídos após o 25 de Abril, exceptuando os que entretanto haviam resultado de fusão, união, federação ou confederação dos sindicatos criados sob o corporativismo. A entidade patronal era incumbida de proceder à cobrança e remessa para os sindicatos das quotizações sindicais, sendo-lhe ainda proibido despedir sem justa causa os delegados, dirigentes e candidatos a dirigentes sindicais.

Este projecto de lei pode, pois, considerar-se corno consagrador em geral duma forte intervenção estatal na organização sindical, impondo designadamente uma única "confederação geral", condicionando em maior ou menor grau a pluralidade de organizações sindicais nos outros níveis e propondo-se extinguir o sindicalismo de profissão. Como foi então observado, o projecto de lei, ao consagrar uma central única, alinhava Portugal com a Espanha franquista, a África do Sul e a União Soviética. Um projecto concebido, já nesta sua primeira versão pública, à medida da estratégia da Intersindical e do controlo adquirido pela militância do PCP sobre a organização sindical do corporativismo. Mas o articulado denotava ainda uma certa timidez de propósitos, quiçá deliberada.

O que se passou em seguida ilustra bem a divisão do trabalho existente entre a Intersindical e o PCP, partido da coligação do governo. O plenário da Intersindical de 30 de Novembro de 1974, encerrando a "ampla discussão pelos trabalhadores" do projecto de lei, aprovou o já referido documento em que é exigida a fixação na lei do princípio da *unicidade a todos os níveis da organização sindical* e não apenas ao nível da "confederação geral". Esta exigência resultava de uma proposta submetida ao plenário pelo Sindicato dos Bancários do Porto, dirigido pelo ex-ministro do Trabalho Avelino Gonçalves.¹ Mais: como que pressentindo que a imposição legal da unicidade poderia desencadear uma desfiliação em massa dos trabalhadores sindicalizados, o plenário da Intersindical aprovou também que se reclamasse do governo o estabelecimento na lei da *filiação obrigatória*.² Como já foi dito, em Julho o governo

¹ Acta do plenário da Intersindical de 30-XI-1974, anexo 22.

² Idem, anexo 21. Esta proposta foi submetida ao plenário pelo Sindicato dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, cuja direcção era então maioritariamente afectada ao PCP. Rezava assim a proposta: "Considerando que não faz sentido consignar em lei a unicidade sindical, por um lado, e não consignar a filiação obrigatória, por outro, propõe-se [...] que deve ficar estabelecida na lei das associações sindicais a filiação obrigatória". Segundo um relatório apresentado nesse plenário pelo secretariado da Intersindical, a reivindicação da filiação obrigatória teria surgido também "em várias

decidira manter em vigor todos os despachos de quotização obrigatória, mas os governantes comunistas tinham-se coibido de inscrever no projecto de lei sindical essa invenção do corporativismo salazarista. Deixaram assim para a Intersindical a tarefa de a propor como reivindicação da "classe trabalhadora" e sob a fórmula supostamente mais respeitável de *filiação obrigatória*. Com estas duas principais propostas de alteração, a Intersindical aprovou na generalidade o projecto governamental de lei sindical.¹

O relatório do secretariado da Intersindical sobre "Unidade, unicidade e liberdade sindical", apresentado no início do mesmo plenário de Novembro, é uma tentativa de fundamentação histórica, filosófica e sociológica da necessidade da consagração dos sindicatos únicos.² É do maior interesse determo-nos nele. O relatório começava por declarar que o "processo de democratização aberto pelo MFA permite encarar amplas perspectivas de transformação social do país", mas que ele "não irá avante sem a intensa participação ou *com a divisão* dos trabalhadores portugueses". Precisando o papel do sindicalismo naquele momento histórico, afirmava que "a defesa dos interesses dos trabalhadores, mesmo os mais imediatos, passa nesta altura por uma defesa política". Lamentava depois que o carácter unitário da organização sindical portuguesa já tivesse sido quebrado, desde o 25 de Abril, pela constituição de três organismos paralelos: os sindicatos *livres* dos juristas, dos médicos e dos engenheiros (o primeiro dos quais se teria inclusive filiado na respectiva organização internacional da CISL). Mas isso seria até compreensível, acrescentava, na medida em aqueles profissionais estariam

reuniões", defendida "na base da solidariedade de interesses e da comunidade de serviços prestados pelos sindicatos (idem, anexo 11).

¹ Idem, anexo 18, com os aditamentos do anexo 24. Uma outra proposta aprovada de alteração ao projecto de lei, submetida a plenário igualmente por direcções sindicais comunistas (Propaganda Médica e Caixeiros e Armazéns de Lisboa), pedia disposições "que permitam a reestruturação democrática dos sindicatos na base de ramos de indústria ou de actividade" (anexo 23). Ou seja, a Intersindical pretendia assegurar o processo de verticalização dos sindicatos pela força da lei.

² Idem, anexo 5.

maioritariamente *livres* da exploração capitalista. Pelo seu lado, "impedindo a abertura de brechas na unidade, os [restantes] trabalhadores portugueses não constituíram um único sindicato paralelo". (Omitia-se aqui, precisamente, a criação do SINTEL – Sindicato das Telecomunicações dos CTT, da responsabilidade de elementos próximos da Intersindical, opositores da direcção do SNTCT, o primeiro sindicato que depois do 25 de Abril fora constituído naquela empresa, como aqui já se referiu). Afirmava de seguida o relatório do secretariado que, em 1971, a Intersindical tinha reclamado do governo caetanista o respeito pela Convenção 87 da OIT (alusão ao *Programa básico dos sindicatos*, enviado em Abril de 1971 a Marcelo Caetano, documento que foi aqui descrito em pormenor no capítulo II), assinalando que "com tal reclamação de modo nenhum se queria pôr em causa a unidade sindical". Ora como no capítulo II aqui se mostrou, os sindicalistas comunistas tinham sub-repticiamente eliminado, sem a pôr a debate, a referência à possibilidade de pluralismo sindical (livre criação de novos sindicatos) contida no documento *Posição dos sindicatos*, apresentado numa prévia reunião intersindical por um grupo liderado pelo sindicalista Manuel Lopes. Em lugar dessa referência, o *Programa básico dos sindicatos*, aprovado em sua substituição, incluía uma ressalva da "acção sindical unitária". É isto que, em Novembro de 1974, permite ao secretariado da Intersindical concluir no seu relatório: "O problema do pluralismo não se punha, nem se pôs nunca por iniciativa dos trabalhadores". Assim se construiu, sob o regime de Caetano, a alegada "tradição unitária do movimento sindical português" que a Intersindical pretendia encarnar em 1974.

Destino semelhante ao do pluralismo sindical teve, aliás, outra exigência contida no documento *Posição dos sindicatos*, a da "supressão completa e absoluta da quotização obrigatória", retirada igualmente do documento finalmente aprovado e

enviado a Marcelo Caetano em Abril de 1971, o *Programa básico dos sindicatos*, sem que esse ponto tivesse sido objecto de discussão nas reuniões intersindicais.¹

Na sua parte final, o relatório da Intersindical que temos estado a examinar debate o conceito "burguês" de liberdade sindical. O direito ao sindicato não seria um direito individual, mas sim de raiz colectiva, "um direito de que a classe deve dispor no seu conjunto". Daí que não lhe correspondesse o pluralismo organizacional, segundo os autores do relatório. Havia quem defendesse o pluralismo sindical por semelhança com o pluripartidarismo, ora este teria como justificação, exactamente, a existência de classes, enquanto o movimento sindical seria "próprio de uma só classe". E por aí adiante.

Os sindicalistas que haviam reclamado a possibilidade de pluralismo sindical em 1970-71 mantiveram-se silenciosos em 1974, quando da aprovação das propostas da Intersindical de alteração ao projecto de lei sindical. Também a manutenção da quotização obrigatória pelo I Governo Provisório não lhes tinha suscitado reparos. Interrogado actualmente [1990] sobre estes pontos, Manuel Lopes declarou que após o 25 de Abril algumas das reivindicações do documento *Posição dos sindicatos*, de 1970, "deixavam de fazer sentido", pois só se compreenderiam nas circunstâncias da luta contra o regime de Caetano e o sindicalismo por ele enquadrado.² Para Manuel Lopes, não há aqui qualquer incoerência de posições sobre os direitos e liberdades sindicais: "O movimento sindical nunca aceitou nem aceitará que, de fora, lhe determinem o

¹ Das actas das reuniões intersindicais realizadas entre Outubro de 1970 e Julho de 1971 não consta que se tenham discutido os pontos citados. Como se frisou no ponto 4 do capítulo II, o documento *Posição dos Sindicatos* foi afastado pelos sindicalistas comunistas a pretexto de que a exigência do direito de greve, nele contida, não seria oportuna. Mas isso não impediu que o documento finalmente aprovado e enviado a Marcelo Caetano, o *Programa básico dos sindicatos*, incluísse igualmente essa exigência...

² Entrevista com Manuel Lopes.

significado da liberdade sindical. É ao próprio movimento que compete essa definição".¹

Em Janeiro de 1975, a polémica sobre a unicidade sindical vai estalar nas esferas superiores da política e do governo, envolvendo directamente os governantes dos diferentes partidos e os chefes do MFA. O que estava em jogo não era pouco, tanto do ponto de vista do PCP como das restantes forças políticas. O país, com uma estrutura constitucional provisória e um Estado a pender para a anarquia, achava-se reduzido a uma longa espera de eleições e de instituições democráticas. A maioria dos partidos políticos estavam ainda a tentar firmar-se no terreno. O PPD e o PS tinham realizado pouco antes os seus primeiros congressos (23-24 de Novembro e 13-15 de Dezembro de 1974, respectivamente). Nesta situação ganhava todo o destaque uma organização sindical hipoteticamente representativa de milhões de cidadãos trabalhadores, consabidamente alinhada sob a batuta única ou preponderante de um partido. Os sindicatos começavam a revelar-se, de facto, uma poderosa e temível arma política. Poderosa pelo número de associados (então ainda facilmente mobilizáveis), pelos recursos organizativos disponíveis e potenciais, pela sua implantação geográfica nacional e pela sua proximidade em relação a todos os pontos-chave da economia e do Estado. Arma poderosa, sobretudo, nas manifestações de rua e em movimentações revolucionárias. O sucesso do contragolpe de 28 de Setembro de 1974, que proporcionou a nomeação de um novo Presidente da República e de um novo governo, ficou a dever muito à acção dos sindicatos. Basta seguir o relatório elaborado sobre o assunto pelo secretariado da Intersindical, que abaixo se resume.

Desde a noite de 26 de Setembro que a Intersindical tinha entrado em "alarme final". O secretariado "tratou de organizar toda uma campanha de mobilização,

¹ Idem.

alertando os sindicatos para a necessidade de chamar os trabalhadores à defesa decidida da situação democrática". E continua o relatório: "Na madrugada de 27 de Setembro, um grande número de sindicatos iniciaram trabalhos concretos. De manhã começou a difusão massiva da tarjeta *Alerta, trabalhadores*, de que foram distribuídos em todo o país centenas de milhares de exemplares. No decurso do dia, em grande número de sindicatos realizaram-se reuniões de delegados e de associados em que a situação política foi apreciada com vista à acção concreta. Na rádio, os comunicados dos sindicatos e da Intersindical (secretariado) multiplicaram-se, chamando os trabalhadores a reunirem-se e a manterem-se numa autêntica vigilância popular. Ao fim da tarde de sexta-feira, 27 de Setembro, em numerosos pontos do país, começaram a ser montadas as barragens populares que cortaram o caminho ao avanço da reacção sobre Lisboa e assim inutilizaram a sua tenebrosa conspiração. Nessa mesma noite, a rádio difundiu dezenas de apelos de sindicatos do Sul convocando os trabalhadores para as barragens populares nas entradas de Lisboa, que se mantiveram até à tarde de domingo. [...] Entretanto, na maioria dos sindicatos, mantiveram-se em vigilância e em tarefas de coordenação piquetes permanentes. Na segunda-feira, após a resignação do general Spínola e o empossamento do novo Presidente da República, general Costa Gomes, a Intersindical colaborou activamente na organização de grandiosas manifestações de apoio ao Governo Provisório, ao Movimento das Forças Armadas e ao Presidente da República, realizados em Lisboa".¹

Um exemplo da actuação de um sindicato durante os acontecimentos do 28 de Setembro foi a decisão de congelamento das contas bancárias dos "implicados na conspiração reaccionária detidos pelo MFA", iniciativa tomada pelo Sindicato dos Bancários de Lisboa, sem qualquer instrução oficial nesse sentido.²

¹ "Relatório do secretariado da Intersindical", acta do plenário de 12 e 13-X-1974, anexo 2.

A estas movimentações seguiu-se poucos dias depois nova mobilização sindical, por ocasião do *Domingo de trabalho* (6 de Outubro), correspondendo ao apelo do primeiro-ministro Vasco Gonçalves. O secretariado da Intersindical concluía no seu relatório apresentado ao plenário de Outubro, que "nas acções desenvolvidas em defesa da actual situação democrática *foi essencial a existência de uma organização sindical unitária e activa*". Perante o I Congresso da Intersindical, que se realizará em fins de Julho de 1975, o membro do secretariado responsável pelo pelouro da organização, Antero Martins, apresentará um rol impressionante de acções deste tipo, que constituem o grosso do relato das actividades da central sindical no período de 15 meses que vai de Abril de 1974 a Julho do ano seguinte.¹

Para além desta mobilização da massa dos trabalhadores para manobras de rua, tarefas de vigilância e acções de propaganda, a organização sindical desempenhou outros importantíssimos papéis em 1974 e 1975. Entre eles, a apresentação pela Intersindical ou pelos sindicatos, como reivindicações formuladas democraticamente pelos trabalhadores, de uma série de medidas políticas revolucionárias. As comissões de trabalhadores ou as reuniões gerais de trabalhadores de muitas empresas e departamentos de Estado assumiram igualmente com frequência este papel. Estas iniciativas inscreviam-se, talvez na maioria dos casos, numa divisão de tarefas com o PCP, que, em virtude, designadamente, dos seus compromissos de governo, preferia

² *República*, 1-X-1974.

¹ *Acta do Congresso da Intersindical – 1975*, ed. do Sindicato dos Bancários do Norte, Porto, 1976, p. 42. Destaca-se de entre as acções aí enumeradas: a ocupação, a seguir ao 25 de Abril, do Ministério das Corporações e de todas as corporações; a preparação da manifestação do 1.º de Maio de 1974; a manifestação de apoio ao II Governo Provisório; o "boicote da intentona reaccionária" de 28 de Setembro de 1974; a "grandiosa manifestação" (refere 300.000 pessoas) nas ruas de Lisboa de apoio à unidade sindical, em 14 de Janeiro de 1975; a mobilização dos trabalhadores "para a defesa da revolução em 11 de Março de 1975"; a "grande manifestação de apoio ao Conselho Superior da Revolução" pelas nacionalizações dos bancos e companhias de seguros; a manifestação de apoio ao Presidente da República e ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves por ocasião da aprovação do *Documento-Guia da Aliança Povo-MFA* (10 de Julho de 1975); a mobilização dos trabalhadores contra a manifestação nacional do Partido Socialista (19 de Julho). Esta lista poderia ser aumentada com muitas outras acções de "vigilância", "boicote", etc., que vêm repertoriadas, parcialmente, em J. Morais e L. Violante, *Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais – Portugal 1926-1985*, Livros Horizonte, Lisboa, 1986.

apoiar *a posteriori* muitas dessas reivindicações a ter de tomar toda a iniciativa de as lançar e o ónus de subscrevê-las como suas.

Aproveitando já a crise governamental de Julho de 1974, a Intersindical fizera então aprovar em plenário uma proposta reivindicando *a nacionalização dos bancos e das indústrias básicas*, assim como a *reforma da estrutura agrária* e a aceleração das conversações com os movimentos de libertação das colónias com vista à sua independência.¹ No respeitante a nacionalizações, os bancários foram uma vez mais pioneiros. Já em meados de Maio de 1974, reuniões gerais dos trabalhadores do Banco de Portugal e do Banco Nacional Ultramarino, em Lisboa e no Porto, tinham exigido a nacionalização dos respectivos bancos e o afastamento dos dirigentes comprometidos com o regime deposedo.² Estes dois bancos foram nacionalizados quatro meses depois, em Setembro. A 3 de Janeiro de 1975, o Sindicato dos Bancários de Lisboa realizou uma assembleia-geral em que foi aprovada "por unanimidade e aclamação" uma moção reivindicando a total nacionalização da banca privada e o "profundo saneamento" dos seus dirigentes, que deveriam ser substituídos "por pessoas dentro do espírito do MFA".³ Dias depois, os dirigentes deste sindicato seriam recebidos pelo primeiro-ministro, a quem entregaram a moção aprovada. Como justificação da nacionalização pedida, a moção do Sindicato dos Bancários invocava entre outras coisas a "necessidade de tão grande poder económico não estar nas mãos de uma minoria" e a existência de "ligações muito íntimas entre a banca privada portuguesa e o imperialismo internacional". O sindicato era também de opinião que "o capital alheio depositado nos bancos, que é de todo o povo português, cerca de 200 milhões de contos [...], deve ser

¹ Acta do plenário da Intersindical de 13 e 14-VII-1974, anexo 7.

² *República*, 14 e 17-V-1974.

³ *República*, 4-I-1975.

canalizado para investimentos no interesse da maioria do povo". O primeiro-ministro destacaria, por seu turno, o "elevado grau de consciência política" demonstrado pelo Sindicato dos Bancários, numa referência à campanha de promoção que esta organização estava a fazer a favor da compra de títulos do Tesouro pela população.¹ E aqui se desenha já a outra importante função dos sindicatos no período revolucionário: o apoio à concretização de medidas e políticas governamentais.

Três dias depois da assembleia geral dos bancários seria a vez de iniciativa idêntica por parte do Sindicato dos Seguros de Lisboa, saldando-se também pela aprovação, em nome dos trabalhadores do sector, da nacionalização das companhias de seguros. A 2 de Fevereiro de 1975 a "assembleia unitária dos trabalhadores" da Siderurgia Nacional aprovou idêntica reivindicação.

Para completar o quadro, resta mencionar aqui o importante papel desempenhado pela organização pró-sindical da função pública no processo de "saneamento e reclassificação" do funcionalismo público. Os sindicatos da função pública, por uma razão ainda não esclarecida, não foram contemplados na lei sindical comunista de 1975, ficando o seu regime remetido para uma lei especial que entretanto não surgiu, vindo os sindicatos a constituir-se legalmente só em 1976. Mas as bases estavam lançadas desde 1974 e em Janeiro de 1975 funcionavam já três verdadeiras organizações sindicais (no Norte, Centro e Sul), elegendo delegados, cobrando quotas e realizando assembleias. Eram dirigidas por "comissões directivas regionais provisórias", autênticas direcções sindicais, nas quais se fazia sentir a dominante influência comunista. Dispunham também desde 1974 de um embrião de federação de âmbito nacional, a "comissão coordenadora nacional". Além de participarem no "saneamento" da Administração

¹ *Diário de Notícias*, 11-I-1975.

Central — cujas hierarquias "ficaram aterrorizadas após o 25 de Abril" ¹ —, as organizações sindicais da função pública ocuparam-se principalmente, em 1974 e 1975, de reivindicações relativas a tabelas de salários e carreiras, fazendo vingar as mesmas tendências igualitaristas impostas nos outros sectores.

7. A guerra da unicidade sindical.

A 7 de Janeiro de 1975, Francisco Salgado Zenha, ministro da Justiça do III Governo Provisório e dirigente socialista, publicou no *Diário de Notícias* um artigo intitulado "Unidade sindical ou medo à liberdade?". Com este simples gesto, transformou em debate público nacional e na primeira questão política da ordem do dia a polémica restrita e, até então, marginalizada pelos meios de comunicação social acerca do projecto de lei sindical comunista.

No seio do próprio PS, a intervenção de Salgado Zenha teve o condão de alertar para a decisiva importância política do que estava em jogo no campo sindical. Mário Pinto (então conselheiro para as questões laborais do líder do PPD, Sá Carneiro), afirma ter tido uma parte na sensibilização dos chefes socialistas para a gravidade da questão sindical. Na sua opinião, o PS terá estado até Janeiro de 1975 muito pouco atento, para um partido que se afirmava dos trabalhadores, ao que se passava no plano sindical, o que atribui à escassa ligação dos socialistas ao movimento operário, quer antes quer logo após o 25 de Abril.² Por outro lado, o basismo esquerdista ou autogestionário

¹ Entrevista com Carlos Mamede (líder federativo, à data deste estudo, dos sindicatos da função pública da Intersindical).

dominante no PS, especialmente (mas não exclusivamente) entre os responsáveis do sector laboral, continuava a determinar uma crítica à Intersindical sobretudo pelo seu *dirigismo* ou *cupulismo* e pouco mais.

Dias antes da publicação do artigo de Salgado Zenha que iria desencadear a grande polémica, dois dos socialistas responsáveis pelo CECNS – Centro de Estudos para a Criação de Novos Sindicatos (que entretanto mudou de nome, como se disse, para CES – Centro de Estudos Sindicais) tinham publicado uma espécie de manifesto sobre o movimento sindical português.¹ Nesse texto repudiavam a orientação *trade-unionista* dos sindicatos dos países nórdicos e anglo-saxões, que apenas se interessariam pela "conquista de vantagens materiais para os trabalhadores, sem porem em causa fundamentalmente o sistema capitalista". Situavam assim o modelo sindical do PS no "quadro da luta de classes, [tendo] como objectivo a destruição do salariado e do lucro". O traço distintivo relativamente à orientação da Intersindical residiria pois, antes de tudo, na oposição entre o "sindicalismo de base" socialista e o "sindicalismo de cúpula" comunista. Mas os próprios sindicatos, porque "herdados do fascismo" e estruturalmente vocacionados para veicular dirigismos, apareciam no referido texto socialista como que depreciados no confronto com as *comissões de trabalhadores*. Estes novos órgãos eleitos nas empresas seriam supostamente avessos a "cúpulas", resultando do "impulso democrático dos trabalhadores". Os autores do texto sublinhavam a importância adquirida após o 25 de Abril pelas comissões de trabalhadores, um "meio de acção directo e eficaz", permitindo a representação dos assalariados fora do controlo de "forte aparelho burocrático" sindical. As comissões de trabalhadores eram, por fim, consideradas tão ou mais importantes, futuramente, do que os sindicatos, inclusive "do

² Entrevista com Mário Pinto. Esta opinião é rebatida pelo antigo responsável do PS para as questões laborais e sindicais, Francisco Marcelo Curto (entrevista).

¹ Fernanda Lopes Cardoso e F. Marcelo Curto, "O movimento sindical português", *República*, 4-I-1975.

ponto de vista político". Não se julgue, porém, que os socialistas encaravam aqui a construção de um novo movimento sindical a partir das comissões de trabalhadores. Os responsáveis do CECNS-CES confessavam surpreendentemente alimentar uma certa fé na reconversão da Intersindical, que admitiam poder vir a tornar-se uma central sindical unitária realmente democrática. Esforçando-se apartidariamente, se não apoliticamente, por detectar qual seria a melhor configuração do movimento sindical português, julgavam preferível a central única à existência de "duas ou três centrais sindicais", cuja representatividade conjunta não seria maior. Em conclusão, pode salientar-se neste conjunto de teses politicamente algo ingénuas o seu pequeno ou nulo efeito mobilizador, quer para o combate à hegemonia comunista na Intersindical quer, sobretudo, para a criação de uma organização sindical alternativa.

No plano político geral, a tomada de posição de Salgado Zenha no *Diário de Notícias* veio traçar com nitidez uma linha de demarcação fundamental no seio da coligação de governo, entre o campo favorável à democracia pluralista e o bloco apoiante da "arrancada do processo democrático" — um dos eufemismos então em voga para designar a revolução de tipo comunista. Já se expôs atrás muito do que estava directamente em jogo, dum ponto de vista político, na questão da unicidade sindical. Se se acrescentar ao que já foi dito a conjuntura determinada pela ofensiva comunista e esquerdista dos primeiros meses de 1975, tendo como pano de fundo a prevista realização de eleições a muito curto prazo para a Assembleia Constituinte, ter-se-á então o quadro em que se desenrolou o debate político sobre a lei sindical.

No seu artigo iniciador do debate, o ministro Salgado Zenha, polemizando pessoalmente com o secretário de Estado do Trabalho, o comunista Carlos Carvalhas,¹

¹ O comunista Carlos Carvalhas, que negava participar no governo em representação do PCP, era pessoalmente visado pelo artigo de Zenha, que lhe censurava o facto de ter ido à televisão, a 3 de Janeiro de 1975, defender a aprovação do projecto de lei sindical sem que os restantes partidos tivessem tido possibilidade de debater essa posição. Carvalhas chegou a recusar um debate televisivo com Zenha sobre

considerava que a disposição do projecto de lei que consagrava a confederação sindical única¹ era *inconstitucional*, por contrariar a "liberdade sindical" consignada no programa do MFA. Considerava depois "aberrante limitação" a exclusividade de registo conferida, nos primeiros seis meses de vigência da lei, aos "ex-sindicatos fascistas", impeditiva da legalização durante esse período de novos sindicatos. Os condicionamentos impostos na lei à liberdade sindical eram considerados por Salgado Zenha como reveladores da "desconfiança em relação à capacidade das classes trabalhadoras para usufruírem de [...] uma das liberdades por que mais têm lutado". O dirigente socialista relacionava depois esta manifestação de receio da liberdade com as tentativas (comunistas e esquerdistas) então esboçadas de pôr em causa a realização de eleições para a Assembleia Constituinte, inicialmente previstas para Março. Salgado Zenha defendia que a liberdade sindical não acarretaria necessariamente pluralismo sindical. A imposição legal da unidade é que era própria dos regimes de partido único, como a União Soviética, onde os sindicatos tinham oficialmente como função "unir os operários em volta do partido".²

Elucidativa do efeito causado pelo artigo do ministro da Justiça foi a resposta pronta e desmesurada das hostes intersindicais e comunistas. Dois dias depois, a Intersindical convocava "todos os sindicatos, os trabalhadores e a população em geral" para uma manifestação a 14 de Janeiro, pelas ruas de Lisboa, em defesa da consagração da unicidade sindical na lei, "única forma de defender os interesses da classe

a questão sindical. A polémica sobre a unicidade sindical esteve desde o início intimamente relacionada com os protestos socialistas contra a tentativa de controlo dos principais meios de comunicação social pelos comunistas.

¹ O ministro da Justiça ainda não conhecia a nova versão do projecto de lei, alterado de acordo com as propostas aprovadas no plenário de Novembro da Intersindical, que estipulava nomeadamente a unicidade sindical a todos os níveis.

² F. Salgado Zenha, "Unidade sindical ou medo à liberdade?", *Diário de Notícias*, 7-I-1975.

trabalhadora".¹ De imediato, o PCP e o MDP/CDE difundiram comunicados apoiando a "iniciativa da Intersindical".² O MES e a recém-formada FSP – Frente Socialista Popular (liderada por dissidentes esquerdistas do PS) seguiriam o exemplo. Pouco depois, em novo comunicado, a Intersindical divulgava a sua posição sobre as questões levantadas pelo artigo de Salgado Zenha. Basicamente, pretendia que tinham sido os trabalhadores a manifestar-se "de forma esmagadora e inequívoca no sentido de ser legalmente afirmado o princípio da unicidade sindical a todos os níveis". Referia a Intersindical que cerca de 500 assembleias tinham tido lugar, manifestando a vontade mais de um milhão de trabalhadores. Declarava que se fosse permitida a existência de mais do que uma organização sindical, então os "grandes monopólios e os seus agentes" poderiam livremente formar quantas "organizações fantoches" quisessem e assim "desmembrar a força dos trabalhadores face ao patronato e à reacção". Numa alusão à CISL (que em Dezembro de 1974 realizou em Lisboa uma conferência sobre temas sindicais no meio dos protestos da Intersindical), acusava as "organizações internacionais ao serviço do imperialismo que procuram lançar a divisão entre os trabalhadores", insinuando uma relação entre aquela confederação internacional e a CIA. Argumentava, depois, que o princípio da liberdade sindical estipulado pela Convenção 87 da OIT era entendido por cada país "conforme o estágio de desenvolvimento das forças produtivas em que se encontra e a distribuição dos meios de produção que adopta". Por fim, a Intersindical punha mesmo em causa o direito de o "governo provisório resultante de uma revolução legitimada pelo consenso popular [...] contrariar a vontade expressa dos trabalhadores portugueses".³ Em 26 de Abril de 1974

¹ *Diário de Notícias*, 10-I-1975.

² *Idem*.

³ *Diário de Notícias*, 11-I-1975.

a Intersindical já tinha, como vimos, sustentado que as condições para o êxito do MFA haviam sido criadas pela "movimentação dos trabalhadores em luta ao longo dos últimos 50 anos". Se esta ficção se desmentia por si própria, restava, contudo, a afirmação de Mário Soares, durante o comício do 1.º de Maio de 1974, de que o *fascismo caíra ali*.

Também o secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas, respondeu publicamente a Salgado Zenha, insistindo em que "a esmagadora maioria dos trabalhadores" já teria manifestado, através de votações, que lei sindical desejava. "Recolhidos os resultados, incluiu-se na lei os pontos que foram votados pela maioria dos sindicatos e assembleias de trabalhadores. Agora pergunto: quem é que não quer submeter-se ao resultado da discussão pública?".¹

Voltando à carga uma segunda e uma terceira vez, o ministro Zenha afirmaria: "As liberdades pertencem ao povo. Ninguém pode dispor delas em seu nome. E muito menos imolá-las ou sacrificá-las".² Informado já da existência de um novo projecto de lei contendo as propostas da Intersindical, que julgava "ainda mais inconstitucional do que o primeiro", Zenha alegou que se se impusesse por decreto um sindicato único ou uma confederação única, "pela mesma lógica amanhã se poderá impor um partido único, uma imprensa única, uma radiodifusão única, uma TV única, uma lista única de candidatos à assembleia legislativa, [...] poderá até considerar-se desnecessário eleger uma Assembleia Constituinte". Renovando o apoio de princípio dos socialistas à unidade sindical, Salgado Zenha salientaria que, tal como a "unidade das forças democráticas", também a unidade sindical teria de "assentar numa perspectiva política clara [...], o respeito pela vontade do povo expressa em eleições livres, o respeito pelas

¹ Carlos Carvalhas, "Deve-se respeitar a vontade dos trabalhadores", *Diário de Notícias*, 13-I-1975.

² *Diário de Notícias*, 11-I-1975. Defendendo este simples princípio, Salgado Zenha teve o mérito de postular, sozinho, a supremacia da liberdade, relacionando-a com a soberania popular. Fê-lo inteiramente contra a corrente gerada em 1974-75 em torno de uma dúbia concepção da "vontade dos trabalhadores".

liberdades democráticas". Caso contrário, advertia por fim o ministro socialista, podia estar comprometido o pacto político entre as várias forças democráticas representadas no governo.¹

Estava-se, na verdade, perante duas posições inconciliáveis. Por um lado, a Intersindical encarnava, para o PCP, a *classe* que como partido dizia representar, pretendendo pois conservá-la intacta sob o seu controlo como modo de compensar a muito provável minoria que as eleições "burguesas" para a Assembleia Constituinte lhe reservavam. Por seu turno, os socialistas, conscientes da desproporção entre o provável apoio eleitoral de que dispunham e o papel praticamente nulo a que estavam reduzidos nos sindicatos, pretendiam obter nestes um lugar consentâneo com a representatividade e o carácter declaradamente socialista do seu partido. Algo de semelhante se podia dizer também relativamente ao PPD, o partido que em Portugal expressamente se reclamava da *social-democracia* — expressão então muito mal cotada no seio do PS. Ora nisso não transigia o PCP que, decidido a impedir o desenvolvimento de outros partidos representativos dos trabalhadores, lhes erguia uma barreira na organização sindical, um dos viveiros tradicionais dos partidos socialistas e sociais-democratas europeus. Manuel Pedro, membro do Comité Central do PCP, chegou então a afirmar que a unicidade sindical era "a forma mais consequente de defender os trabalhadores do patronato e da *social-democracia europeia*, a qual mais não tem feito do que estar ao serviço do grande capital monopolista".² Para falar totalmente claro, a este dirigente do PCP só faltou identificar os partidos que em Portugal encarnavam ou representavam a "social-democracia europeia".

¹ *Diário de Notícias*, 13-I-1975.

² Manuel Pedro, "O PCP opor-se-á a qualquer plebiscito sobre a lei sindical", *Diário de Notícias*, 20-I-1975.

Na véspera da manifestação convocada pela Intersindical e pelo PCP, o Conselho Superior do MFA tomou posição a favor da unicidade sindical, considerando a vontade nesse sentido "expressa no resultado da discussão pública do problema, nomeadamente no seio dos sindicatos", ressalvando contudo "a liberdade sindical, quer na filiação, quer no processamento e representatividade das eleições sindicais".¹ Uma das alterações ao projecto de lei apresentadas pela Intersindical em nome da maioria dos trabalhadores, a *filiação sindical obrigatória*, não recebera, pois, o apoio dos chefes militares revolucionários.

No mesmo dia, o PS anunciava em conferência de imprensa que a consagração precipitada da unicidade sindical acarretaria "trágicas consequências".² O Partido Socialista tivera pouco tempo antes de esclarecer uma crise interna, que se saldara pela saída dos dirigentes mais esquerdistas, que fundaram a FSP. Mas este reforço da unidade interna do PS não significava, aparentemente, uma inflexão da linha do partido num sentido mais moderado, continuando a considerar necessárias "medidas concretas que liquidem definitivamente o poder do capital", na perspectiva da "construção da sociedade sem classes". O PS situava-se então politicamente pela afirmação de que "o socialismo não se fará sem o PCP, mas também não pode fazer-se contra o PS". Excluía, por outro lado, qualquer possibilidade de "alianças com o PPD ou com outros partidos capitalistas".³ Nesta linha inscrevia-se com naturalidade a tentativa de participação e de luta dos socialistas dentro da própria Intersindical, confirmada na mesma conferência de imprensa. "Não achamos que deva formar-se outra central

¹ *Diário de Notícias*, 14-I-1975

² Idem.

³ Idem.

sindical" — afirmou aí, uma vez mais, o dirigente socialista Marcelo Curto.¹ A recusa da unicidade e a consequente possibilidade de pluralismo serviria pois, em princípio, aos socialistas como modo de garantir em permanência a democraticidade na organização sindical unitária, ao lado dos comunistas.

A "grandiosa manifestação" de 14 de Janeiro pretendia ser, por parte da Intersindical, uma comprovação na rua do "apoio majoritário" dos trabalhadores à unicidade sindical. Delineada como acção de pressão sobre o governo, o cortejo, com a alegada participação de mais de 200.000 pessoas, dirigiu-se pelas ruas da capital até ao Ministério do Trabalho, onde um dirigente da Intersindical afirmou que "só a proibição legal do pluralismo sindical serve os nossos interesses". Em resposta, o ministro militar do Trabalho, Costa Martins, reafirmou a sua concordância, afirmando não estar em causa "o problema da unicidade, nem sequer uma questão entre partidos, mas sim o respeitar-se ou não a vontade da maioria" — uma referência ao resultado da "ampla discussão" do projecto de lei sindical promovido pela Intersindical.²

Dois dias depois o PS realizou, por seu turno, um comício com a presença dos seus principais dirigentes, dois militantes sindicais socialistas (não havia um único dirigente sindical), assim como o maoísta Carlos Guinote, dirigente do Sindicato dos Químicos de Lisboa, irmanado na luta contra "o inimigo comum". Na sua intervenção, Salgado Zenha revelou que o projecto de lei sindical, pronto desde Julho do ano anterior, não fora submetido à discussão pública durante vários meses, dada a oposição de certos membros do governo. Contestou depois a democraticidade da consulta promovida pela Intersindical, cujos resultados afirmou desconhecer, reclamando mesmo da Junta de Salvação Nacional um inquérito sobre o assunto. Salgado Zenha e outros

¹ Idem.

² *Diário de Notícias*, 15-I-1975.

dirigentes socialistas relacionaram novamente a imposição da unicidade sindical com a tentativa de controlo dos meios de comunicação social por parte de "certas correntes políticas que parece não quererem reconhecer direito de vida ao PS". Ora, acrescentou, a "classe operária não é propriedade de ninguém". Marcelo Curto declarou, por seu turno, que a "vontade da maioria" invocada pela Intersindical consistia numa "unidade fabricada pelas direcções sindicais e apresentada ao governo como sendo a vontade dos trabalhadores". Advertiu ainda que se a lei fosse aprovada, os trabalhadores não a queriam cumprir.¹

Também o episcopado português, numa nota enviada ao primeiro-ministro, defendeu o direito à livre criação de sindicatos. O PPD, continuando a afirmar-se por uma "unidade na liberdade" e a negar que alguma vez tivesse defendido o pluralismo sindical, declarava que a expressão da vontade dos trabalhadores por via realmente democrática não podia ser substituída por manifestações de rua. Denunciando também as "manipulações" de que fora alvo o processo de consulta aos trabalhadores pela Intersindical, os dirigentes do PPD afirmaram que a "esmagadora maioria dos trabalhadores" não se teria pronunciado. Sá Carneiro declarou que o seu partido só aceitaria a unicidade na lei "se essa fosse efectivamente a vontade dos trabalhadores expressa em plebiscito à escala nacional e sem manipulações".² Esta proposta, que também fora ventilada pelo socialista Salgado Zenha, seria repudiada imediatamente pelo dirigente do PCP Manuel Pedro, em artigo aqui já citado.

No epílogo desta discussão pública que durou pouco mais de dez dias, em 21 de Janeiro de 1975 o Conselho de Ministros aprovou por maioria o projecto de lei

¹ *Diário de Notícias*, 17-I-1975.

² "Unicidade na lei só por plebiscito – afirmou aos jornalistas o secretário-geral do PPD", *Diário de Notícias*, 18-I-1975. Pelo teor das declarações de Sá Carneiro, depreende-se que o "plebiscito à escala nacional" a que aludia deveria realizar-se apenas entre os "trabalhadores".

sindical.¹ Numa nota divulgada no mesmo dia, o Ministério do Trabalho defendia-se de algumas das acusações e críticas que lhe haviam sido feitas dias antes no comício do PS. A contestação socialista da forma como a consulta da Intersindical fora feita foi por ele rebatida com o argumento de que "documentos enviados pelos sindicatos ao Ministério do Trabalho" permitiriam concluir da vontade da "esmagadora maioria dos trabalhadores". Quanto à contestação da representatividade dos sindicatos, a réplica do ministro do Trabalho era ainda mais débil: se os sindicatos não fossem representativos, os contratos colectivos por eles entretanto celebrados perderiam o efeito vinculativo, "o que conduziria a um sistema anárquico de relações de trabalho, podendo mesmo perguntar-se para que serviria o Ministério do Trabalho".²

A polémica sobre a unicidade foi, em todo o caso, de mau presságio para a Intersindical e para hegemonia do PCP no movimento sindical. Com efeito, em Janeiro de 1975 iniciou-se um processo de perda de influência dos comunistas na organização sindical, traduzido na derrota de listas apoiadas pela Intersindical e pelo PCP em sucessivas eleições directivas. No Sindicato dos Bancários do Porto, a lista comunista encabeçada pelo presidente da direcção (o ex-ministro do Trabalho e dirigente da Intersindical, Avelino Gonçalves) apenas conseguiu — em eleições que foram as mais concorridas de sempre, com 80% de votantes — cerca de metade dos votos da lista contrária.³ Esta última reunia, sob uma plataforma programática de extrema-esquerda, elementos de todas as tendências políticas em litígio com o PCP: católicos esquerdistas da BASE-FUT, militantes do MES, maoístas e outros marxistas-leninistas, militantes do PS e até do PPD. Avelino Gonçalves, o grande promotor da unicidade sindical desde

¹ *Diário de Notícias*, 21 e 22-I-1975.

² *Diário de Notícias* 21-I-1975.

³ *Expresso*, 25-I-1975. A lista de Avelino Gonçalves, que tinha sido proposta por 2.258 bancários, obteve 2.142 votos. A lista de oposição à direcção cessante obteve 4.063 votos. O total de votos expressos foi de 6.205 entre 7.717 sócios eleitores.

a sua passagem pelo governo, seria assim, ironicamente, o primeiro dirigente sindical comunista a perder o seu lugar em eleições democráticas após o 25 de Abril.

Ainda em Janeiro, nas eleições para a direcção do Sindicato dos Correios e Telecomunicações, uma lista apoiada pela Intersindical foi derrotada por mais de 8.000 votos de diferença por uma lista congregando socialistas, maoístas e diversos esquerdistas.¹ A derrota da lista comunista ficara a dever-se, em grande medida, à posição adoptada pelo PCP e pela Intersindical durante a greve dos CTT em Maio-Junho de 1974. Nos primeiros dias de Fevereiro, ocorreu novo revés para os comunistas: perderam a direcção do Sindicato dos Telefonistas de Lisboa para uma lista apoiada pelos maoístas do MRPP, um dos partidos que mais se evidenciaram em 1975 na luta contra o domínio sindical do PCP. A primeira decisão do sindicato sob a nova direcção foi desfiliar-se da Intersindical.² Esta primeira vaga de perda de influência sindical do PCP manifestava já a sua vulnerabilidade no sector dos serviços. Revelava, por outro lado, o papel decisivo de certos meios de extrema-esquerda na ofensiva sindical que, em aliança meramente táctica com elementos socialistas e populares democratas, começou então a quebrar o monopólio dos comunistas.

A lei sindical aprovada pelo governo esperaria mais de três meses até ser promulgada, o que aconteceu só a 30 de Abril, véspera das comemorações do 1.º de Maio de 1975. Tinham entretanto ocorrido dois acontecimentos políticos de primeira importância, mas de sentido largamente oposto: nova vitória das forças revolucionárias, em 11 de Março de 1975, e a realização das eleições para a Assembleia Constituinte, em 25 de Abril de 1975, com a vitória insofismável dos partidos moderados (PS e PPD). A causa do novo atraso na publicação da lei, que não foi ainda completamente esclarecida,

¹ *Expresso*, 25-I-1975. Votaram 20.508 dos 24.478 eleitores (84% de votantes).

² Acta do plenário da Intersindical de 8 e 9-III-1975, anexo 4.

ter-se-á devido, entre outras coisas, ao receio por parte do PCP e da Intersindical dos reflexos que a imposição da unicidade poderia vir a ter nas eleições para a Assembleia Constituinte. O secretariado da Intersindical, num relatório apresentado ao plenário da organização em Março, referia claramente: "O facto de se prever que a aplicação [da lei sindical] venha a recair em pleno período eleitoral vem-nos causando algumas preocupações". O mesmo documento considerava as "fortes implicações políticas da lei", aludindo à "histórica campanha" levada a cabo em Janeiro por alguns partidos "em volta do conceito de liberdade, tentando provocar a divisão e pulverização do movimento sindical".¹

Receava-se, pois, o efeito eleitoral que o PS e o PPD retirariam do protesto contra a unicidade. Significativamente, o plenário da Intersindical de 8-9 de Março rejeitou uma proposta de um sindicato no sentido de se solicitar imediatamente do primeiro-ministro a urgente publicação da lei sindical.² No mesmo plenário, o secretariado da Intersindical defendeu a opinião de que naquela "fase da vida nacional" devia "prevalecer o princípio da liberdade de filiação [nos sindicatos]", sem prejuízo, porém, de que "num futuro mais ou menos próximo, e de acordo com a evolução das circunstâncias, a filiação se venha a tornar obrigatória" — acrescentando aqui o secretariado, com alguma dose de humor involuntário: "como corolário do crescimento da consciência de classe dos trabalhadores".³ Donde se pode concluir que, rejeitada embora, em Janeiro, a sindicalização obrigatória pelo Conselho Superior do MFA, a Intersindical, ainda antes do golpe de 11 de Março, não deixara visivelmente esmorecer a esperança de que melhores dias propiciassem a aprovação duma lei sindical

¹ Idem, anexo 21.

² Idem, anexo 23.

³ Idem, anexo 26.

inteiramente a seu gosto. Os acontecimentos revolucionários de 11 de Março de 1975 alterariam, com efeito, os dados do problema. Mas as eleições de Abril dariam por sua vez um alento definitivo às forças que se opunham ao PCP e à Intersindical.

8. A Intersindical na escalada revolucionária. O primeiro Congresso.

Na sequência da viragem política de 28 de Setembro de 1974, a Intersindical foi progressivamente assumindo o perfil colaborante de central sindical de regime comunista. Partindo duma atitude já inicialmente "responsável", mas manifestando de forma clara a sua independência perante o governo e salvaguardando uma certa margem crítica, a Intersindical aprofundaria gradualmente o seu compromisso com o poder, na exacta medida em que neste foi crescendo a influência dos comunistas. Da mera crítica às "greves irresponsáveis" e à desestabilização económica provocada por grupos de "pseudo-revolucionários", a Intersindical evoluiu, muito especialmente após o golpe de 11 de Março de 1975, para o desempenho das funções de construção e suporte de um novo regime.

Em troca da sua atitude responsável e, depois, crescentemente colaborante, a Intersindical foi recebendo dos sucessivos governos saídos da Revolução várias prerrogativas e benefícios, nos quais se pode incluir já a manutenção da quotização obrigatória em Julho de 1974. Seguiu-se a legislação consagrando a nomeação de representantes sindicais, ao lado de representantes do governo, para a administração dos organismos da Previdência (em Setembro) e da FNAT (em Outubro de 1974). Note-se que, no respeitante à Previdência, a Intersindical abdicaria na prática, entre 1974 e 1975,

da sua anterior exigência de os sindicatos assumirem inteira e exclusivamente a sua administração. A partir de finais de 1974, as prerrogativas estenderam-se a novos horizontes, com a participação, por exemplo, de alguns dos principais sindicatos e da Intersindical em grupos de trabalho tripartidos (governo, sindicatos e associações patronais), criados no âmbito do Secretariado Técnico do Planeamento, encarregados de propor medidas de emergência para os diferentes sectores de actividade e nas áreas do emprego, preços e rendimentos, relações económicas externas, etc.¹ Em princípios de 1975, enfim, a Intersindical e os sindicatos existentes recebem do governo a consagração na lei do seu monopólio de representação dos trabalhadores (a unicidade). Na realidade, tratava-se da *manutenção* do monopólio legal instituído pelo corporativismo, previdentemente defendido e conservado para futuro uso próprio pelos comunistas. A legislação revolucionária não consagrou, contudo, idêntico monopólio representativo no caso das associações patronais, cuja constituição e registo passariam a obedecer a requisitos mínimos, permitindo assim um eventual pluralismo a todos os níveis.

Já num plenário realizado significativamente dois dias antes do golpe de 11 de Março a Intersindical deixara esclarecido que, enquanto o capitalismo não fosse destruído, a atitude dos trabalhadores consistiria, no melhor dos casos, em *não contribuir para paralisar a economia*. Afora isso, o lema continuaria a ser: "Não dar tréguas às empresas industriais, comerciais e agrícolas na luta pela melhoria das nossas condições de trabalho e regalias sociais". Ou: "Não aceitar o agravamento de horários [de trabalho] ou de outras condições de trabalho e sociais enquanto não estivermos a trabalhar para nós". Dito ainda mais claramente: enquanto "os meios de produção e o

¹ Acta do plenário da Intersindical de 8 e 9-III-1975, anexo 27.

processo produtivo não estiverem nas mãos dos trabalhadores, ninguém pode esperar que os trabalhadores aceitem aumentar ritmos e horários de trabalho".¹

Após o 11 de Março e as nacionalizações que se lhe seguiram (banca e seguros primeiro, seguidas dos sectores e empresas-chave da indústria e dos transportes), a Intersindical instalou-se oficialmente na "fase decisiva do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril". Na esteira do Conselho da Revolução, a Intersindical proclamou que a atitude dos trabalhadores perante a produção e a economia — que "já não lhes é estranha" — tem que *se modificar completamente*. Não se trataria doravante de reivindicar. Chegara a hora de os trabalhadores se ocuparem da "construção socialista da economia".²

O *controlo da produção* exercido pelos trabalhadores entrou na ordem do dia após as nacionalizações de Março. Mais exactamente, o "controlo organizado da produção pelos trabalhadores para objectivos de produção e eficiência, coordenados pelos órgãos centrais de planeamento".³ O plenário da Intersindical de 19-20 de Abril de 1975 estabeleceu as suas linhas orientadoras, enquanto o governo não publicasse a respectiva regulamentação (já não chegaria a fazê-lo). O controlo da produção não deveria restringir-se às empresas já nacionalizadas ou a nacionalizar em breve, mas alargar-se a todas as empresas com dimensão económica significativa. Deveria incidir sobre a tesouraria, a contabilidade, os *stocks* de produtos e matérias-primas, os preços de custo e de venda, a qualidade e quantidade da produção, a importação e a exportação, etc. Requeria-se a vigilância contra as tentativas de baixar a produção, a denúncia da sabotagem económica e a acção para que as metas que constassem no (futuro) plano

¹ Idem, anexo 28.

² Acta do plenário da Intersindical de 19 e 20-IV-1975, anexo 9. Ver também o Decreto-Lei 203-C/75, de 15 de Abril, ponto 2, alínea a).

³ Decreto-Lei 203-C/75, de 15 de Abril.

económico fossem atingidas. Ao mesmo tempo, a Intersindical reclamava do governo que o exercício do controlo da produção coubesse apenas aos sindicatos. Cautelas eram necessárias para que os trabalhadores percebessem que não eram eles os proprietários das empresas nacionalizadas, mas sim o "Estado democrático", segundo a fórmula posta em circulação pelo PCP. Mas o *controlo da produção* era um conceito de âmbito de aplicação mais vasto, não se limitando à empresa. De futuro exercer-se-ia também a nível de sector económico, em cuja reconversão deveriam participar os sindicatos. Para esse fim, os sindicatos deveriam ser convenientemente *verticalizados*, tarefa cuja urgência se impunha agora. A nível nacional, enfim, o controlo da produção seria assumido pela Intersindical, com uma participação de pleno direito dos órgãos centrais de planeamento".¹

Por outro lado, uma *política salarial* adequada à nova situação política era também considerada necessária. A Intersindical estava finalmente disposta a pedir austeridade e a apelar à moderação voluntária das reivindicações. No plenário de Abril foi aprovada uma proposta em que os sindicatos se comprometiam a não reivindicarem salários superiores a 12.000 escudos; a orientar os maiores aumentos para os trabalhadores que auferiam menores salários, tendo em vista a redução do leque salarial; a ter, enfim, em consideração a situação económica do sector respectivo e, "sobretudo", a evolução da situação económica global.² Com efeito, o IV Governo Provisório tomaria uma série de medidas dirigidas expressamente à "correção das distorções salariais próprias da economia capitalista" e à "disciplina da contratação individual e colectiva". Já em Abril de 1975, a pretexto de impedir a sabotagem económica, o governo suspendeu todos os processos de negociação colectiva nas empresas em vias de nacionalização e impôs o controlo prévio pelo Ministério do Trabalho dos processos

¹ Acta do plenário da Intersindical de 19 e 20-IV-1975, anexo 3.

² Idem, anexo 11.

negociais de contratos colectivos que tivessem aplicação nos respectivos sectores.¹ Em Junho — e sempre com um carácter alegadamente transitório — o governo instituiu um regime de forte intervencionismo estatal na negociação colectiva, em muitos pontos semelhante ao do corporativismo do Estado Novo. O governo ficou então habilitado, pela primeira vez após o 25 de Abril, a impor *tectos salariais* a nível sectorial ou nacional. Poderia igualmente recusar a publicação de convenções colectivas cujos aumentos salariais não tivessem sido determinados "em função da capacidade económica das empresas ou sectores de actividade e do aumento do custo de vida".² Era a consagração revolucionária da antiga *homologação* das convenções colectivas.

A revolução estava em marcha e a Intersindical pronta para assumir as suas responsabilidades na mobilização dos trabalhadores para as tarefas de construção do socialismo. Mas as eleições de 25 de Abril de 1975 intrometeram-se neste processo, apesar de as forças revolucionárias terem previamente garantido que a Assembleia Constituinte a eleger se ocuparia exclusivamente da elaboração da Constituição. A Intersindical, cinco dias antes das eleições, havia recomendado aos trabalhadores o voto nos partidos que defendessem determinados pontos programáticos — na realidade, os mesmos que o PCP, o MDP/CDE e o MES defendiam. Nomeadamente, os trabalhadores deveriam votar nos partidos que defendessem a unicidade. Os "trabalhadores não suficientemente esclarecidos", acrescentava o documento do secretariado aprovado em plenário, teriam também o dever de votar, *mas em branco*.³ Dando todavia mais de 60% dos votos expressos ao PS e ao PPD, assim como apenas 20% ao PCP e a todos os seus aliados conjunturais, o eleitorado deu início a uma longa

¹ Decreto-Lei 207-B/75, de 17 de Abril.

² Decreto-Lei 292/75, de 16 de Junho. Este diploma congelava também os salários superiores a 12.000 escudos e habilitava o governo a suspender determinadas condições de trabalho nos sectores ou áreas geográficas consideradas em crise.

³ Acta do plenário da Intersindical de 19 e 20-IV-1975, anexo 18.

contagem decrescente para o termo da revolução de tipo comunista. A este respeito foi significativa a atitude da Intersindical perante os resultados eleitorais: o seu órgão oficial, o semanário *Alavanca*, não publicou na ocasião uma única linha sobre o assunto. Em Julho, durante o seu primeiro congresso, a Intersindical não fará qualquer referência nem às eleições nem à elaboração da Constituição, a não ser, como veremos, para exigir a dissolução da Assembleia Constituinte.

Alguns dias depois do acto eleitoral, o 1.º de Maio de 1975 constituiria, em vez de "jornada de unidade", o cenário do rompimento definitivo entre os campos socialista e comunista. O momento escolhido pelo Conselho da Revolução para a promulgação da lei sindical (30 de Abril, cinco dias depois das eleições para a Assembleia Constituinte) obedecera, provavelmente, a dois requisitos: o de não propiciar a sua contestação pelo PS e pelo PPD no período eleitoral e o de fazer coincidir o seu anúncio com as comemorações do 1.º de Maio. A Intersindical e o PCP pretendiam transformar o 1.º de Maio em manifestação nacional de "apoio à via socialista da revolução portuguesa". Na tribuna do grande comício de Lisboa, promovido conjuntamente pela Intersindical, PCP, MDP/CDE, PS e vários partidos esquerdistas, estariam presentes, além de dirigentes da confederação sindical, o Presidente da República, o primeiro-ministro, membros do governo e dirigentes partidários, com exclusão dos do PPD. Por fim, os próprios dirigentes socialistas foram impedidos por elementos da Intersindical de aceder à tribuna do estádio onde se realizou o comício, com a justificação de "não haver lugar para os partidos divisionistas".¹ E à saída do estádio, que decidiram então abandonar, os dirigentes socialistas — Soares, Zenha, Alegre, Curto, etc. — foram agredidos com paus de bandeiras por militantes comunistas.² Segundo um comunicado da Intersindical

¹ *Expresso*, 3-V-1975.

² Entrevista com F. Marcelo Curto.

divulgado em 2 de Maio, o PS teria tido a intenção, "que já corria por Lisboa", de aproveitar as comemorações do 1.º de Maio para "contestar a Intersindical, a sua legalização pelo Conselho da Revolução e a saída da lei das associações sindicais e, assim, criar um clima próprio a situações tais como as que se vieram na realidade a verificar".¹

Como resposta à sua exclusão das comemorações oficiais do 1.º de Maio, os militantes do PS e do PPD manifestaram-se nesse dia separadamente, acusando os dirigentes da Intersindical de estarem às ordens do PCP e este partido de não ser "o mais representativo das classes trabalhadoras". De acordo com os resultados eleitorais, com efeito, a grande maioria dos assalariados terá votado no PS e no PPD, sobretudo no primeiro. No dia 2 de Maio, os socialistas realizaram manifestações em Lisboa e no Porto em protesto contra a sua discriminação pela Intersindical e pelo PCP. Mário Soares justificou a indignação das bases socialistas declarando que o PS era o maior partido português e um partido da classe operária, como o demonstravam as votações que teve em várias zonas operárias.² A partir das eleições de 1975, de facto, o PS não mais deixaria de se proclamar "o maior partido dos trabalhadores portugueses".

Postos perante a evidência dos números, os comunistas alegariam, por um lado, o carácter pouco esclarecido dos eleitores do PS, que se teriam deixado iludir por manobras eleitoralistas. Por outro lado, segundo o PCP, a representatividade da organização sindical "unitária" não seria de modo algum afectada pelas opções eleitorais dos trabalhadores, que se situariam num plano totalmente distinto. Os comunistas consideravam que o peso real do "movimento popular de massas" no *processo revolucionário* não poderia ter tido expressão nos "resultados numéricos" das

¹ *Expresso*, 3-V-1975.

² *Idem*.

eleições para a Assembleia Constituinte.¹ Acusavam, pois, os socialistas e as outras tendências componentes da "linha divisionista" de se servirem dos resultados eleitorais como bandeira e programa sindical. Preocupado, o PCP denunciava a ofensiva pós-eleitoral da militância socialista nos sindicatos e nas empresas: "Nessa euforia de *partidarite* que sucedeu às eleições, o PS atira-se de cabeça à conquista de posições partidárias nas várias organizações do movimento operário".² É de sublinhar que já nesta fase o PCP rotulava de divisionista a tentativa dos socialistas de conquistarem influência nos sindicatos únicos e de se fazerem representar na direcção da confederação sindical única. Muito antes da formação dos sindicatos "paralelos" — e anos antes da fundação da UGT — já o PCP fazia pleno uso da acusação de divisionismo lançada contra as outras tendências. Em Maio de 1975 (mês em que o Sindicato dos Seguros do Porto foi conquistado por uma lista aparentada com o PS), o dirigente comunista Albano Lima apelou à continuação da luta contra o pluralismo sindical, cuja ameaça continuaria a existir mesmo após a consagração legal da unicidade: "Nunca é demais repetir que o alvo do pluralismo para os sindicatos não foi abandonado depois da agitação provocada à volta da unicidade. A arrumação de sindicatos por partidos [...] é uma tendência que tem de ser combatida frontalmente. [...] A actividade divisionista é um tumor que tem de ser extirpado rapidamente do movimento sindical".³ "Divisionista" era então considerada pelo PCP toda a influência política exercida no meio sindical por outros partidos. Mas os comunistas negavam sempre que a Intersindical estivesse sob a orientação do seu partido. O que existiria, e

¹ Albano Lima, "A Intersindical e a lei", *Seara Nova*, n.º 1556, Junho de 1975, pp. 12-16.

² Idem.

³ Idem.

isso não negava o PCP, era uma "coincidência de objectivos" entre o partido e a organização sindical, por serem ambos "forças verdadeiramente democráticas".¹

O 1.º de Maio foi a ocasião escolhida, também, para o primeiro-ministro Vasco Gonçalves lançar a palavra de ordem da *batalha da produção*. Esta pretendia ser essencialmente uma campanha de "consciencialização dos trabalhadores" para o aumento da produção, visando simultaneamente o pleno aproveitamento da capacidade produtiva existente, a diminuição do consumo de matérias-primas e de energia, a substituição de importações e a reconversão da economia. No seu plenário de 17 de Maio, a Intersindical aprovou um documento recomendando aos sindicatos, comissões sindicais de empresa e delegados a sua participação activa no levantamento dos problemas da produção e na busca das "melhores soluções para cada caso". Relatórios deveriam ser elaborados sobre estas questões por toda a organização sindical, que seriam depois encaminhados para o governo através da Intersindical. Aos sindicatos caberia também a missão de denunciar publicamente todas as anomalias susceptíveis de "entravar o processo".² A *batalha da produção*, mais tarde também chamada *batalha da economia*, evidenciava a característica atitude voluntarista dos regimes revolucionários perante os problemas económicos que eles próprios criam. Na sua dimensão, esta campanha de mobilização significava, mais prosaicamente, o recurso a um sobretrabalho colectivo como forma de compensar os aumentos salariais generalizados e a alarmante quebra da produtividade verificados após o 25 de Abril. A *batalha da produção* constituía também o quadro condicionante em que as futuras reivindicações dos trabalhadores poderiam ser formuladas e deveriam ser consideradas.

¹ Idem.

² Acta do plenário da Intersindical de 17-V-1975, anexo 5.

A lei sindical enfim publicada reconheceu a Intersindical Nacional como “a confederação dos sindicatos portugueses”, com todas as suas estruturas regionais (distritais) e locais. O princípio da unicidade estendia-se a todos os níveis da organização sindical. Novos sindicatos só poderiam ser constituídos para os trabalhadores ainda não representados por nenhuma associação sindical ou quando se tratasse de criar um sindicato de ramo de actividade em substituição dos sindicatos de profissão até então existentes. Nesse caso, as assembleias dos sindicatos interessados teriam de decidir previamente a favor da integração no sindicato de ramo. Estas assembleias poderiam contudo deliberar quando reunissem pelo menos 10% ou 2.000 dos respectivos trabalhadores. A filiação em organizações sindicais internacionais era proibida. A lei reconhecia o direito de livre inscrição dos trabalhadores nos sindicatos, assim como o direito de desfiliação. No caso de abandono do sindicato, o trabalhador tinha, porém, de comunicar a sua decisão por escrito ao presidente da direcção, podendo o sindicato exigir o pagamento da quotização dos três meses seguintes. A entidade patronal ficava incumbida de proceder à cobrança e remessa aos sindicatos das quotizações. A quotização obrigatória era, em princípio, abolida, mas os trabalhadores não sindicalizados e até então quotizantes tinham igualmente de comunicar por escrito ao sindicato a sua decisão de não continuar a pagar a quotização. Esta última disposição teve o efeito prático de manter por algum tempo (quase dois anos, em certos casos) uma grande parte das quotizações dos não sindicalizados. A lei sindical previa, enfim, a sua própria revisão no prazo máximo de um ano — ponto que deve ter sido consensual no seio da coligação governamental, ainda que por razões opostas.

No "verão quente" de 1975, a Intersindical participou activamente na tentativa de conquista do poder liderada pelo PCP e pelo sector militar seu aliado. Em Julho, pelo menos por duas vezes (dias 4 e 17), a Intersindical mobilizou-se em simultâneo com o

PCP, lançando o alarme e exortando à "vigilância popular". Nos dias 18 e 19, chegou a organizar o já habitual levantamento de barricadas nas vias de comunicação (como fizera em 28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975), desta vez para impedir a afluência a Lisboa dos participantes numa manifestação do PS. O I Congresso da Intersindical, realizado em Lisboa em 25-27 de Julho, ocorreu no período do apogeu da escalada revolucionária, mas coincidindo já com o início da fase de *fuga em frente*. A relação de forças no seio das instâncias revolucionárias militares começava então a evoluir desfavoravelmente para o PCP, no seguimento da crise governamental aberta pelo abandono pelo PS e pelo PPD do IV Governo Provisório (a 11 e 17 de Julho de 1975). Em 19 de Agosto, colocando-se já parcialmente na defensiva, a Intersindical organizou uma greve geral de meia hora em protesto contra a violência e o "avanço da reacção", que teve parca adesão. A onda de assaltos e atentados contra as sedes e centros de trabalho do PCP e de alguns partidos esquerdistas, iniciada em Julho, atingiu igualmente, em algumas zonas do Norte e Centro do país, as sedes de organismos sindicais (casos da União dos Sindicatos de Aveiro, em Julho, e da União dos Sindicatos do Porto, em Agosto).

O I Congresso da Intersindical contou com a presença de 159 sindicatos, cerca de metade dos então existentes em Portugal, mas quase todos os mais significativos. No relatório apresentado ao congresso sobre a actividade da Intersindical, o responsável pelo pelouro de organização, Antero Martins, declarou que os sindicatos filiados na central (cerca de 300, segundo declarou) abrangeriam então "mais de 2.500.000 trabalhadores sindicalizados, o que numa população activa de 3.200.000, representa 78 por cento".¹ No seu arrebatamento, o dirigente tomava a população activa pelos *trabalhadores por conta de outrem*, que constituem o universo dos sindicalizáveis e

¹ *Acta do Congresso da Intersindical (1975)*, ed. Sindicato dos Bancários do Norte, 1976, p. 41.

que, naquela data, não deviam ultrapassar os 2.200.000 em Portugal, incluindo toda a função pública. Declarando representar 2.500.000 trabalhadores sindicalizados, a Intersindical chamava pois a si, além da totalidade dos trabalhadores por conta de outrem (o que já não era pequeno abuso), cerca de 300.000 assalariados pura e simplesmente inexistentes.

Além dos sindicatos com direcções de tendência comunista, que eram a grande maioria, participaram também alguns dos que já tinham direcções de tendências opostas ao PCP (Bancários do Porto, Seguros do Porto, Correios e Telecomunicações e outros) e um grupo de sindicatos esquerdistas mais próximos da orientação comunista (vários sindicatos do sector têxtil, dos lanifícios e do vestuário e outros menos importantes em efectivos). Muitos dos sindicatos participantes se queixaram de que os documentos e teses do congresso tinham sido distribuídos demasiado tarde, cerca de dez dias antes do congresso, para poderem ser discutidos pelos trabalhadores. Logo no início dos trabalhos uma vintena de sindicatos apresentou um ponto prévio propondo o adiamento do congresso para Outubro, que não foi admitido à discussão. O modo como o congresso decorreu foi posteriormente objecto de numerosas críticas, acusações de sectarismo e de silenciamento das posições divergentes das do secretariado. Mais tarde, os próprios dirigentes da Intersindical reconheceriam parcialmente essas críticas, falando mesmo alguns dos "tremendos erros" cometidos, mas desculpando tudo com a situação revolucionária que então se vivia.¹

O congresso reforçou, de facto, o já absoluto domínio do PCP sobre as estruturas da confederação sindical. O secretariado, eleito em lista *nominal* — tendo-se posto termo ao sistema de eleição de *sindicatos* (e não de pessoas) para aquele órgão — contava entre os seus 15 membros efectivos 14 membros do PCP e um do MES,

¹ Veja-se, por exemplo, a entrevista com Álvaro Rana em João Vilanova, 1977/78 – *Sindicalismo em Portugal*, pp. 46-70. Ver também a mesa-redonda com a participação do sindicalista L. Kalidás Barreto, em *A Luta*, 20-VI-1977.

enquanto os dez membros suplentes eram, aparentemente, todos comunistas. Tal como antes do 25 de Abril, a pertença partidária dos dirigentes da Intersindical continuava a não ser revelada, agora já não por imperativos da acção clandestina, mas, alegadamente, para não contribuir para a divisão do movimento sindical. Na realidade, essa pertença partidária fora-se tornando após o 25 de Abril publicamente conhecida. Não sendo, porém, expressamente reconhecida, não obrigava a extrair dela as lógicas consequências em matéria de influência partidária no movimento sindical. Isso permitia manter a *fachada*, aliás bastante desacreditada, de independência partidária de que a Intersindical se reclamou sempre. Não era já segredo, porém, que os sindicalistas comunistas sempre concertavam as posições entre si e *conferiam* regularmente com os responsáveis partidários, de quem recebiam "direcções de trabalho". Caiano Pereira, membro do PCP e dirigente do Sindicato dos Escritórios de Lisboa entre 1974 e 1975, conta que reunia então semanalmente com Domingos Abrantes, o responsável pelo sector sindical na direcção do PCP.¹

O congresso foi também marcado pela forte presença do governo e de chefes militares revolucionários. No primeiro, segundo e terceiro dias do congresso, respectivamente, discursaram perante os representantes sindicais o ministro do Trabalho, major Costa Martins, o representante do Presidente da República, tenente Miguel Judas e o primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves. Foi a consagração da "Aliança Povo-MFA". O tenente Miguel Judas expôs uma doutrina similar à do PCP sobre o movimento sindical português, que considerou "uma das componentes mais importantes do movimento popular de massas". Incitou o movimento sindical a assumir as suas responsabilidades e a cumprir as suas tarefas na reconversão da máquina produtiva, no planeamento da economia, na transformação do aparelho de Estado e no

¹ Entrevista com Dulcínio Caiano Pereira.

esclarecimento dos trabalhadores portugueses.¹ O primeiro-ministro proferiu o discurso de encerramento do congresso, sendo "vibrantemente aplaudido". Sobre a aprovação da unicidade sindical pelo seu governo em Janeiro desse ano, Vasco Gonçalves declarou ter-se tratado do *primeiro golpe dado no capitalismo monopolista de Estado*. Prometeu, para uma fase posterior do processo revolucionário, *a nacionalização total da propriedade privada* em Portugal. Apelou também aos sindicalistas ali reunidos, que considerou a "vanguarda dos trabalhadores", para que fizessem dádiva total da sua vida à revolução.²

Entre os documentos aprovados no congresso, são de destacar os estatutos da Intersindical, consagrando em grande parte a estrutura organizativa já existente e anteriormente fixada em regulamentos provisórios. Os órgãos directivos da confederação eram o *congresso* (órgão deliberativo máximo), o *plenário* (deliberativo entre congressos), o *secretariado* (executivo) e o *conselho geral* (órgão consultivo do secretariado, composto por representantes das uniões distritais e das federações). O secretariado passava, como já foi referido, a ser eleito em lista nominal, processo mais seguro do que a eleição de sindicatos, do ponto de vista da manutenção do controlo do PCP sobre aquele órgão. Como órgãos regionais da Intersindical foram definitivamente consagradas as *uniões distritais*, complementadas em certos centros industriais por *uniões locais*. Nos plenários nacionais ou regionais, assim como no congresso, cada sindicato passava a contar com um número de votos proporcional ao número de trabalhadores filiados, pondo-se assim termo ao sistema de *um sindicato um voto*. O direito de organizar *tendências* no interior da Intersindical foi recusado, alegando-se que

¹ *Acta do Congresso da Intersindical, op. cit.*, p. 104.

² *Idem*, pp. 150-157.

aquelas transportariam para o movimento sindical "posições de partidos contrários ao espírito das massas".¹

O secretariado apresentou várias comunicações, entre as quais uma sobre contratação colectiva. Neste documento afirmava-se que após o 25 de Abril a contratação colectiva havia decorrido com grande liberdade, conduzindo a grandes conquistas dos trabalhadores, mas "agravando as distorções salariais e outras já existentes". Ora a contratação colectiva inteiramente livre teria "na sua base a inexistência de planificação socialista da economia". Expressando mais claramente este princípio: "A persistência da contratação livre impede a planificação da economia".² O documento previa também um declínio da luta reivindicativa "à medida que se avance na direcção do socialismo". Com efeito, o futuro regime deveria aplicar uma *política de austeridade*, não sem antes tomar medidas de melhoria das condições de vida dos trabalhadores mais desfavorecidos, esperando assim conquistar-se a "grande massa" para o processo revolucionário. Na defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores dever-se-ia "passar a segundo plano a luta pelos salários directos", dando prioridade à melhoria da segurança social, da saúde, da educação e do equipamento colectivo. A contratação deveria pois ser "disciplinada" e "ligada à planificação da economia". E o documento rematava: "Numa primeira fase, porém, será necessário proibir totalmente a possibilidade de, directamente e sem controlo do poder revolucionário a criar, os salários e condições de trabalho poderem ser estipulados através da contratação".³

¹ Idem, p. 45.

² Idem, p. 93.

³ Idem, p. 94.

O mais extenso documento aprovado no congresso intitulava-se "Documento de orientação e acção para um Portugal novo",¹ que reunia sob a forma de reivindicações dos trabalhadores um completo programa de revolução com vista à instauração no imediato de um regime de tipo comunista. Exigia-se a "extensão das nacionalizações a todas as indústrias chave do país e às dos sectores vítimas de sabotagem económica". Exigia-se uma "lei da expropriação e nacionalização da terra que abrangerá todas as explorações com mais de 50 hectares de regadio ou 500 hectares de sequeiro". Exigia-se o "total controlo através de empresas estatais sobre o comércio externo", com o objectivo, entre outros, de "alteração dos padrões de consumo" e de "diversificação de mercados externos diminuindo a actual dependência em relação aos países capitalistas". Exigia-se o "controlo do comércio interno [...] através da criação de empresas estatais responsáveis pela comercialização dos produtos essenciais, nomeadamente alimentares". Exigia-se, enfim, a planificação da economia e a sua reestruturação, "de forma a por fim à produção anárquica". Reclamava-se, ao mesmo tempo, a criação em todos os sectores da economia de "organismos apropriados, desde o nível da empresa até ao nacional, no seio dos quais os trabalhadores, pelos seus representantes eleitos, possam fazer valer os seus pontos de vista, exercer os seus direitos e responsabilidades". Devia estar a pensar-se, aqui, em algo como o Conselho Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil, eleito em "plenário de massas" em Junho de 1975 e que o ministro do Trabalho considerara então exemplo dos "órgãos em que há-de assentar a planificação socialista do sector".² No capítulo sobre organização sindical, o documento insistia na necessidade de verticalização dos sindicatos. Apontava igualmente para a *unificação* das organizações representativas dos trabalhadores a nível de empresa, pois não haveria

¹ Idem, pp. 105-132.

² *Boletim do Ministério do Trabalho*, n.º 23, 22-VI-1975, Suplemento, p. 1018 (3).

competências exclusivas das comissões de delegados sindicais ou competências exclusivas das comissões de trabalhadores. Ou seja, não haveria lugar para ambas, pelo que as segundas teriam de desaparecer a prazo — consequência lógica do princípio da unicidade. Dedicavam-se ainda dois capítulos do documento em causa a repisar os princípios orientadores do *controlo de produção* e da *batalha da produção*, já anteriormente aprovados no plenário da Intersindical.

Entre as diversas moções avulsas apresentadas por sindicatos, destaca-se uma, aprovada por aclamação, que foi submetida ao congresso pelo Sindicato dos Seguros de Lisboa (de direcção comunista) e em que se exigia a *dissolução* da Assembleia Constituinte, "que se tornou num antro de contra-revolução, virado contra o avanço do movimento revolucionário e o desenvolvimento das assembleias populares e dos outros órgãos de vontade das massas".¹ Esta é a *única referência* que durante o I Congresso da Intersindical se fez à Assembleia Constituinte e que a respectiva acta regista. O dirigente da Intersindical José Luís Judas afirmou ter-se oposto, no congresso, a uma moção apresentada por "radicais" exigindo a dissolução da Assembleia Constituinte.² O que consta da acta do congresso, porém, é apenas a aprovação *por aclamação* da referida moção. Outras moções, igualmente aprovadas por aclamação, exigiam que se pusesse termo em Portugal ao exercício privado da medicina e da advocacia, bem como ao ensino privado,³ ou que se *prendessem* "grande número de industriais têxteis que pretendem fugir do país" e se confiscassem os seus bens.⁴

¹ *Acta do Congresso...*, *op. cit.*, p. 8 e pp. 50-51.

² Entrevista com José Luís Judas.

³ *Acta do Congresso...*, *op. cit.*, p. 102. Esta moção foi apresentada pelo Sindicato dos Telefonistas do Porto.

⁴ *Idem*, p. 103. Esta moção foi apresentada pelos sindicatos dos Têxteis de Braga e do Porto.

9. A crise da Intersindical na fuga em frente da Revolução.

A partir do congresso, devido a uma multiplicidade de causas, a Intersindical entrou gradualmente em crise. A contestação ao próprio congresso era apenas um dos sinais, e menores, dessa crise. O pano de fundo era a ofensiva política de grande envergadura contra o governo de Vasco Gonçalves e contra o PCP, que se começou a desenhar em Julho, após a saída do PS e do PPD do IV Governo, e que atingiu um ponto alto em Agosto-Setembro, com a contestação à escala nacional ao V Governo. A mobilização contra o PCP nos sindicatos revelou-se então como uma importante faceta dessa ofensiva, tendo nomeadamente em vista a contestação da representatividade da Intersindical. Nas eleições sindicais realizadas ao longo do verão de 1975, as listas compostas por comunistas iam sofrer uma série de derrotas.

A 26 de Julho, quando decorria o congresso da Intersindical, uma lista reunindo militantes do PS, PPD e maoístas do MRPP venceu a lista patrocinada pela Intersindical/PCP nas eleições para a direcção do Sindicato da Indústria e Comércio Farmacêuticos (sindicato de criação recente, em que se havia integrado o Sindicato de Propaganda Médica e ao qual pertencia o dirigente da Intersindical Álvaro Rana). A derrota não foi aceite pelos elementos da lista comunista que, após o sindicato ter sido ocupado pela nova direcção, assaltaram e esvaziaram a respectiva sede, ajudados e armados por militares.¹ A 12 de Agosto, os comunistas perderam a direcção do Sindicato dos Jornalistas. A 30 de mesmo mês, verdadeiro dia negro para a Intersindical, os comunistas perderam a direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa

¹ A *Luta*, 2-IX-1975.

e direcção do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, obtendo as suas listas em ambos os casos muito menos de metade dos votos das listas vencedoras.¹ No primeiro, o afastamento dos comunistas punha termo a uma presença forte ou dominante na direcção desde 1969. Em ambos os casos, as listas vencedoras incluíam socialistas e maoístas do MRPP, uma aliança táctica então julgada necessária pelos socialistas para desalojar as direcções comunistas, mas que não se repetiria de futuro nesses sindicatos. De facto, os maoístas do MRPP, embora não pretendessem conquistar o poder político, não eram menos marxistas-leninistas do que os sindicalistas do PCP. Em Agosto, também, os comunistas foram afastados da direcção do Sindicato dos Escritórios do Porto. Seguiu-se, em Setembro, a perda pelos comunistas das direcções dos Bancários do Centro, dos Seguros do Sul, do Comércio de Lisboa e dos Técnicos de Desenho. Dos nove sindicatos até aqui mencionados, sete tinham elementos seus colocados no secretariado da Intersindical eleito no congresso de Julho — o que, por si só, dá conta da importância das perdas comunistas. Ainda no mês de Setembro, os comunistas foram derrotados nas eleições do Sindicato dos Químicos do Norte e no Sindicato dos Correios e Telecomunicações.

No conjunto, considerando as derrotas sofridas desde Janeiro de 1975, tinham-se subtraído à orientação comunista todos os sindicatos de bancários e de trabalhadores dos seguros, os principais sindicatos de trabalhadores de escritório e o principal sindicato de trabalhadores do comércio, só para citar os mais importantes. Dos 25 membros (efectivos e suplentes) do secretariado da Intersindical, 7 perderam assim a ligação à base, começando de imediato a ser acusados pelas novas direcções sindicais de não representarem ninguém. Segundo os *novos estatutos* da confederação, porém, os

¹ A lista vencedora no Sindicato dos Escritórios de Lisboa recolheu 5.202 votos, contra 2.083 da lista comunista. No Sindicato dos bancários de Lisboa a lista vencedora obteve 9.197 votos, contra 3.527 da lista comunista (*A Luta*, 1-IX-1975).

membros do secretariado não tinham que ser substituídos por essa razão. A eleição desse órgão por *lista nominal* fora introduzida a tempo de evitar a pluralização política do executivo da Intersindical.

Em Outubro, os comunistas, apesar de a sua lista ter sofrido pesada derrota nas eleições, conseguiriam retomar o controlo do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, valendo-se dos seus métodos de condução de assembleias-gerais, que prolongavam pela noite dentro até garantirem a maioria dos votos dos ainda presentes. Só se manteriam à frente do sindicato por três meses, até Janeiro 1976, quando foram novamente derrotados em eleições. O irremediável desprestígio dos comunistas perante os associados não tinha só razões políticas. No verão de 1975, a direcção comunista tinha tentado "verticalizar" os associados, isto é, começado a transferi-los, sector a sector, para sindicatos de ramo de actividade. Era uma posição "suicida" do ponto de vista do Sindicato dos Escritórios. Um dos seus dirigentes de então reconhece esse facto: "Assumimos a posição de que os sindicatos deviam ser verticalizados e que o Sindicato dos Escritórios deveria ser reduzido, por consequência, a um pequeno sindicato de serviços".¹ A lei sindical, como vimos, tinha facilitado muito este tipo de verticalização, condicionando-a somente a que uma assembleia reunindo, em cada caso, pelo menos 10% dos trabalhadores abrangidos pela operação se pronunciasse por maioria a seu favor. Mas nem assim conseguiram os dirigentes comunistas realizar a verticalização.

Se as perdas comunistas no verão de 1975 foram significativas nos sindicatos de serviços e de "colarinhos brancos", restavam contudo os "baluartes operários", como os sindicatos dos metalúrgicos, dos têxteis, da construção civil, assim como os sindicatos dos transportes rodoviários e ferroviários, gráficos, vidreiros, rurais e outros. Estes sindicatos ficaram então representados maioritariamente no secretariado da

¹ Entrevista com Dulcínio Caiano Pereira.

Intersindical. Todavia, mesmo nos sindicatos operários, as direcções comunistas foram ao longo de 1975 sendo alvo de críticas crescentes por parte das bases, nomeadamente comissões de trabalhadores e até por parte de movimentos organizados de contestação permanente dos dirigentes sindicais. É o caso da CUOM (Comissão de Unidade Operária Metalúrgica) e da CUOCC (Comissão de Unidade Operária da Construção Civil), movimentos que acusavam as respectivas direcções sindicais de sabotarem as lutas reivindicativas dos trabalhadores e de serem instrumentos da política do PCP, além de se terem feito eleger por métodos pouco democráticos. De facto, a atitude "responsável" e pró-governamental das direcções sindicais comunistas durante o ano de 1975, muito especialmente no campo da contratação colectiva, desencadeara uma vaga de descontentamento nas bases, imediatamente aproveitado por aquelas e outras organizações. A CUOM e a CUOCC reuniam militantes de várias tendências esquerdistas, sobretudo da UDP.

A acção da Intersindical, a partir de fins de Agosto de 1975, tornou-se mais opaca, provavelmente mais conspirativa. Por alguma boa razão, não se realizaram plenários da Intersindical entre o congresso de 25-27 de Julho e 30 de Dezembro de 1975. O semanário *Alavanca*, órgão da Intersindical, deixou em Agosto de aparecer regularmente, sendo publicados só mais três números até final do ano. Com a posse do VI Governo Provisório, em 19 de Setembro de 1975, tornavam-se algo sombrias as perspectivas de uma tomada do poder pela aliança entre o PCP e um sector dos militares do MFA. Mas as potencialidades revolucionárias ainda remanescentes no campo da luta laboral serão exploradas pelos meios sindicais próximos do PCP numa última fuga em frente.

O Ministério do Trabalho do V Governo, inteiramente sob a orientação de comunistas, deixara ao seu sucessor várias situações explosivas na contratação

colectiva. Com o PCP agora em semi-oposição ao VI Governo (a cuja coligação, todavia, continuava formalmente vinculado), aqueles problemas laborais poderiam facilmente servir de rastilho para situações pré-revolucionárias. Antes de abandonarem o seu posto, os responsáveis pelo sector do Trabalho do V Governo deixaram, por exemplo, pronta a publicar uma portaria de aumentos salariais para os metalúrgicos, no fim de um arrastado processo de negociação que não tivera solução. Era fácil de prever que os metalúrgicos se iriam mobilizar, após a tomada de posse do VI Governo Provisório, para exigir a "imediata publicação" da portaria assinada pelo anterior governo, recorrendo a greves, manifestações de rua e concentrações diante do Ministério do Trabalho, o que efectivamente aconteceu. Mais do que isso, no dia 7 de Outubro de 1975 trabalhadores e dirigentes sindicais metalúrgicos invadiram o edifício do Ministério, ocuparam o gabinete do ministro e tentaram coagi-lo a mandar publicar a portaria de salários.¹

No sector da construção civil a situação era semelhante: as negociações do contrato colectivo para o sector arrastavam-se desde Maio e a associação patronal recusava negociar novos aumentos salariais (depois dos que havia concedido, sob coacção, em 1974). O Ministério do Trabalho do IV e do V Governo Provisório, que actuava em plena sintonia com o PCP, opusera-se à aceitação das propostas salariais avançadas pelos sindicatos, considerando-as completamente irrealistas, tendo em conta a grave crise que o sector atravessava.² O funcionário do Ministério do Trabalho Eugénio Rosa, economista e quadro do PCP, chegara a afirmar, num livro publicado pouco antes, que a economia nacional, o processo revolucionário e a *batalha da produção* correriam perigo se fossem concedidos os aumentos pretendidos pelos

¹ Entrevista com F. Marcelo Curto (em Outubro de 1975 o ministro do Trabalho era o militar Tomás Rosa e o secretário de Estado do Trabalho era o socialista Marcelo Curto).

² A *Luta*, 20-XI-1975.

sindicatos.¹ No entanto, em Outubro de 1975, semanas após a posse do VI Governo Provisório, os sindicatos da construção civil, com direcções comunistas, relançaram a sua proposta de contrato colectivo.

Tonar-se-ia célebre o "processo negocial" liderado pelo Sindicato da Construção Civil de Lisboa, exigindo do governo uma portaria contemplando as suas reivindicações e que conduziu a uma greve nacional do sector (12 de Novembro) e ao sequestro, por 36 horas, dos deputados da Assembleia Constituinte e do primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo por 70.000 trabalhadores que cercavam o parlamento e a residência oficial do chefe do governo. Os principais dirigentes sindicais envolvidos eram todos afectos à Intersindical (sendo um deles membro do respectivo secretariado) e ao PCP, partido que elogiou "a luta vitoriosa dos trabalhadores".² É conhecida a tentativa de aproveitamento político da acção reivindicativa dos trabalhadores da construção pelo PCP e pela Intersindical, ainda que pelo menos um dirigente da central sindical tivesse manifestado o seu desacordo em relação ao sequestro.³ Durante as negociações com o primeiro-ministro sequestrado e também com o Conselho da Revolução, foi tomando vulto a exigência, sugerida pela Intersindical à comissão negociadora sindical,⁴ de demissão de vários membros do governo, entre os quais o ministro Tomás Rosa e o secretário de Estado do Trabalho Marcelo Curto. Segundo um relatório de origem sindical sobre os acontecimentos, divulgado posteriormente, chegou a discutir-se no próprio local do

¹ Eugénio Rosa, *A Economia Portuguesa em Números*, ed. Moraes, Lisboa, 1975, pp. 130-132.

² "Vitória na construção civil", *Avante!*, 20-XI-1975.

³ Terá sido esse o caso de José Luís Judas, que por essa razão teve que deixar o local (entrevista com J. Luís Judas).

⁴ *Diário de Notícias*, 14-XI-1975.

sequestro, entre militares e sindicalistas, a hipótese de aproveitamento da situação para a realização de um golpe de Estado.¹

O PCP concluiria que a acção dos trabalhadores da construção civil provava estar a classe operária "pronta a assumir o seu papel histórico na defesa e avanço do processo revolucionário rumo ao socialismo". (Como que a desmentir este optimismo, logo no dia seguinte ao sequestro da Assembleia Constituinte, manifestantes assaltaram e destruíram no Porto a sede da União dos Sindicatos local). Mas o PCP tirava dos acontecimentos também a conclusão que "só se pode governar com o apoio dos trabalhadores".² Uma forma pouco cifrada de dizer que com o PCP a perder peso na coligação governamental, os sindicatos perderiam também o seu sentido das responsabilidades e esqueceriam a *batalha da produção*.

O sequestro da Assembleia Constituinte e do primeiro-ministro contribuiu, talvez decisivamente, para precipitar o desenlace da situação político-militar anárquica que se vivia em Portugal desde o verão. Em 25 de Novembro de 1975 o PCP faria sem êxito a última tentativa de parar a "contra-revolução" e recuperar uma posição significativa no poder, apoiando-se nas organizações de trabalhadores e nos militares seus aliados. A Intersindical, suas estruturas regionais e principais sindicatos tinham-se mobilizado totalmente nos dias que antecederam a tentativa de golpe, convocando mesmo uma greve de duas horas na cintura industrial de Lisboa para 24 de Novembro.³ No próprio dia 25 apelaram à "paralisação geral", bem como à formação de piquetes nas empresas, à concentração dos delegados nos sindicatos e dos restantes trabalhadores nas unidades

¹ Relatório apresentado, em conferência de imprensa, pela direcção do Sindicato dos Técnicos de Desenho, em 1-IV-1976 (*A Luta*, 2-IV-1976).

² "Vitória na construção civil", *Avante!*, 20-XI-1975.

³ *Relatório do 25 de Novembro*, ed. Abril, Lisboa, 1976, 2.º vol., pp. 125-189.

militares, nos pontos estratégicos, etc., reclamando "um governo ao serviço da revolução".¹ Mas os apelos dirigidos aos trabalhadores não foram correspondidos.

¹ Idem, p. 157 (instruções enviadas pelo secretariado da Intersindical, em 25 de Novembro de 1975, às uniões de sindicatos).

Capítulo IV

Cisão e pluralismo no movimento sindical (1975-1979)

1. A unidade impossível. O Movimento Carta Aberta.

Na sequência dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 foi posto um termo à ofensiva revolucionária e gradualmente extinta a situação anárquica que minava a autoridade do Estado. No campo das relações laborais, dentro e fora das empresas, os reflexos da nova situação política não tardariam. O líder comunista Álvaro Cunhal considerou então que a "esquerda portuguesa" tinha sofrido uma "pesada derrota".¹ Ainda sob o VI Governo Provisório, os comunistas foram sendo progressivamente afastados da área do poder. A promulgação da Constituição, a realização de eleições parlamentares (Abril de 1976), bem como a eleição do Presidente da República (Junho do mesmo ano) lançaram definitivamente as bases da legitimidade democrática. Os partidos moderados (PS e PPD) viram confirmado o apoio maioritário do eleitorado. Em Julho, tomava posse o I Governo Constitucional, formado exclusivamente pelo PS, o partido mais votado e que afastara a possibilidade de se coligar com os partidos à sua direita e à sua esquerda. Como consequência, deixaram então de participar no governo o PPD/PSD (por três anos, até 1979) e o PCP (que não mais deixaria a oposição).

A nova Constituição garantiu a liberdade sindical, entendida fundamentalmente como liberdade de constituir associações sindicais a todos os níveis.² Também a liberdade de organização e regulamentação interna dos sindicatos foi garantida pela

¹ Discurso proferido a 7 de Dezembro de 1975 num comício do PCP realizado em Lisboa.

² Constituição da República Portuguesa, 1976 (adiante: CRP, 1976), art.º 57, n.º 2, al. a). O n.º 1 do mesmo artigo define, ainda assim, a liberdade sindical como "condição e garantia da construção da unidade dos trabalhadores", esclarecimento talvez desnecessário, mas muito em voga, naquele período, nos meios sindicais "democráticos".

Constituição, impedindo-se assim a futura intervenção da lei nesse vasto campo.¹ Foi ainda reconhecido o direito de filiação das associações em organizações internacionais.² Deste modo, o princípio da unicidade e vários outros pontos controversos da legislação sindical promulgada em Abril de 1975 passavam a colidir com o regime constitucional, vindo a ser expressamente revogados em Outubro de 1976. O governo — que através do Ministério do Trabalho requerera (ainda sob o VI Governo Provisório) a extinção judicial da Intersindical — contentou-se com a revogação do seu monopólio representativo e dos preceitos legais que sustentavam, na prática, a unicidade sindical.³

No plano dos direitos sindicais a Constituição de 1976 reconheceu exclusivamente aos sindicatos o direito de negociar convenções colectivas em representação dos trabalhadores.⁴ Concedeu-lhes ainda, e para além da competência genérica para defender os direitos e interesses dos trabalhadores, o direito de participar na elaboração da legislação laboral, na gestão das instituições de segurança social e "outras organizações que visem satisfazer os interesses das classes trabalhadoras" e no "controlo e execução dos planos económico-sociais".⁵ A Constituição concedeu também aos sindicatos, tal como às restantes organizações de interesses e aos partidos políticos,

¹ CRP, 1976, art.º 57, n.º 2, al. c).

² Idem, art.º 57, n.º 6.

³ Entre a aprovação da Constituição e a tomada de posse do I Governo Constitucional, o Ministério do Trabalho requereu dos tribunais a extinção da Intersindical, alegando a inconstitucionalidade do D.-L. 215-A/75, de 30 de Abril, que reconhecia a Intersindical como "a confederação geral dos sindicatos portugueses", isto é, como central sindical única. Após a tomada de posse do I Governo, o ministro do Trabalho Marcelo Curto (secretário de Estado do Trabalho no governo anterior) manteve o processo judicial de extinção. O objectivo era claramente o de proporcionar a reconstituição de uma central sindical sobre novas bases, de certo modo ainda em coerência com a estratégia adoptada pelos socialistas (da responsabilidade também do próprio Marcelo Curto) de conquistar ou transformar a Intersindical *por dentro*. Por fim, prevaleceria a nível governamental a decisão de eliminar da legislação sindical (D.-L. 215-A/75 e D.-L. 215-B/75) os preceitos que consagravam a unicidade, considerada "manifestamente inconstitucional" pelo governo. Isso foi feito através do D.-L. 773/76, de 27 de Outubro. De Maio a Agosto de 1976, tinham decorrido as conversações entre o secretariado da Intersindical e as tendências sindicais *democráticas* subscritoras da "Carta Aberta", mas que não chegaram a acordo quanto à realização de um "congresso de todos os sindicatos".

⁴ CRP, 1976, art.º 58, n.º 3.

⁵ Idem, art.º 58, n.ºs 1 e 2.

o direito a tempos de antena na rádio e televisão, em função da respectiva representatividade.¹

O jovem movimento sindical português encontrou-se assim, entre finais de 1975 e meados de 1976, no limiar duma nova fase, a terceira da sua existência. A primeira, ainda na oposição ao Estado Novo, fora a da sua génese, através da conquista de parte das estruturas sindicais corporativistas, desviadas dos fins para que haviam sido criadas e transformadas em organismos de luta reivindicativa e acção política. Em boa parte por iniciativa e sob o controlo dos comunistas, ainda que com a participação activa de numerosos elementos de outras organizações ou sem partido, iniciara-se então, à margem da lei, a construção sobre aquelas estruturas de um aparelho coordenador e centralizador — a futura Intersindical. Uma segunda fase, iniciada com a Revolução de 25 de Abril, proporcionou a decisiva expansão e o pleno reconhecimento oficial do movimento encabeçado pela Intersindical, que se pretendia unitário. No seu conjunto, porém, o movimento sindical acabaria por sair provavelmente mais abalado do que reforçado do seu primeiro ano e meio de existência após a Revolução. Com efeito, tendo a Intersindical subordinado a sua actuação durante todo o período revolucionário à estratégia do bloco político-militar liderado pelo PCP, comprometeu com isso talvez irremediavelmente o projecto de independência e unidade de que insistentemente se reclamava. Certas divergências políticas tinham já despontado no passado, predominantemente entre a área sindical comunista e as tendências esquerdistas. O sectarismo de algumas direcções sindicais comunistas antes de 1974 não deixara, já então, de alienar alguns militantes moderados. A actuação da Intersindical em 1974 e 1975 cavou, porém, divisões mais fundas e generalizadas entre os trabalhadores. Estas divisões começaram a revelar-se em toda a sua extensão no seio do movimento sindical

¹ Idem, art.º 40.º, n.º 1. Após a revisão de 1989, este direito constitucional refere-se apenas ao "serviço público de rádio e televisão".

à medida que o PS e o PPD — em crescente conflito político, à escala nacional, com o PCP — foram ganhando implantação no mundo do trabalho, conquistando militantes, delegados sindicais e direcções de sindicatos ou colocando elementos seus nas comissões de trabalhadores das grandes empresas.

A terceira fase do movimento sindical iniciava-se, no seguimento do 25 de Novembro de 1975, sob o signo das divisões políticas e o espectro da cada vez mais provável cisão, uma vez estipulada constitucionalmente a liberdade sindical. Contrariamente ao que se passara com a CGT nos anos 20 (ou com as centrais sindicais francesa e italiana no pós-guerra), a haver uma nova cisão do movimento sindical português, ela teria provavelmente de processar-se mais no exterior da central existente, pela criação de novas estruturas, do que no seu seio, por dissidências internas. Com efeito, dada a sua homogeneidade, tendo tido origem num núcleo conspirativo bastante fechado, a Intersindical não se mostrava susceptível de se cindir em fracções, dando origem a outras tantas centrais. As tendências sindicais moderadas (ou "democráticas"), formadas historicamente em reacção à hegemonia comunista sobre o aparelho, foram ganhando expressão no terreno somente a partir do primeiro trimestre de 1975, especialmente após a entrada em vigor da lei sindical e a consequente realização de eleições. Não conseguiram, no entanto, penetrar na estrutura confederal da Intersindical, nem mesmo após a vaga de vitórias eleitorais nos sindicatos, no auge da contestação política ao V Governo Provisório de Vasco Gonçalves. A Intersindical, construída de cima para baixo e submetida às mesmas regras de "centralismo democrático" que vigoravam no interior do PCP, revelava-se uma fortaleza inexpugnável, hostil a novas correntes.

O autodenominado "sindicalismo democrático" (divisa sob a qual se apresentaram às eleições sindicais, a partir de 1975, as listas de oposição à tendência comunista),

surgira na base, isto é, nos sindicatos, demasiado tarde e demasiado em conflito com a orientação da Intersindical para conseguir uma partilha do poder na cúpula já fortificada da organização. A implantação maioritária conseguida em alguns sindicatos importantes poderia servir apenas para conseguir a desfiliação desses sindicatos da Intersindical. Mas isto levou tempo a tornar-se uma evidência para as hostes "democráticas", mesmo após o contestado congresso sindical de 1975. A esperança de conquista de mais sindicatos aos comunistas também alimentava a esperança numa possível alteração da relação de forças no seio da central única.

Se denunciavam o controlo partidário dos sindicatos pelo PCP, as tendências sindicais moderadas não o faziam convincentemente em prol da independência ou da "pureza" do sindicalismo, isto é, numa atitude coerente de rejeição de qualquer tipo de partidarização. Foi, com efeito, no seio do PS e do PPD que essas tendências sindicais se geraram, motivadas fundamentalmente pela luta política, recebendo dos respectivos partidos ou através deles a justificação doutrinária e o apoio material e logístico de que necessitaram. Tudo, no fundo, à semelhança do modo como se formara — a partir essencialmente da militância, directivas e apoio do PCP — o movimento da Intersindical. Não se tratava, pois, de defender ou restaurar um sindicalismo "puro" e independente, de que não existia aliás paradigma recente na realidade nacional. Tratava-se, em grande parte, para os partidos recém-criados, o PS e o PPD, de conseguir implantação no movimento sindical, tendo para isso necessariamente de combater a hegemonia comunista.

Tal como se verificava com o PCP e com o MES, desde muito cedo que estruturas *partidárias* vocacionadas para a intervenção na vida sindical apareceram no PS e no PPD. É delas exemplo a "Comissão Sindical e do Trabalho" criada no PS em Maio de 1974 e mantida, posteriormente, como "pelouro do trabalho e dos assuntos sindicais" na

direcção do partido. Poderia citar-se aqui, também, o várias vezes referido CECNS (depois CES), organismo ligado ao PS e criado pouco depois do 25 de Abril. No PPD, logo após a sua fundação em Maio de 1974, alguns militantes com experiência sindical criaram as "estruturas socioprofissionais" do partido, estatutariamente consagradas só em 1976. Os "socioprofissionais" — como vulgarmente eram designados — eram núcleos de trabalhadores (incluindo técnicos e quadros superiores) filiados no PPD. Organizavam-se nos locais de trabalho (ao invés dos militantes partidários, organizados por área de residência) e possuíam estruturas a nível local e distrital, utilizando nesses casos as próprias sedes partidárias. A sua vocação essencial, um pouco à semelhança das estruturas partidárias do PCP, era a de exercer uma acção política coordenada no campo laboral e sindical. Aos "socioprofissionais" foi em 1976 concedida representação própria nos órgãos dirigentes (deliberativos e executivos) do PPD. A partir desse ano, alguns sindicalistas começaram também a ter assento nos órgãos nacionais do partido. A organização autónoma dos trabalhadores no interior do partido era justificada com o carácter interclassista e social-democrata de que o PPD se reclamava, recusando o perfil de partido burguês.¹

Apesar de os factores políticos e partidários terem sido determinantes na formação das correntes sindicais "democráticas", a previsível cisão do movimento sindical não se deu de imediato, isto é, em 1975-76. O processo de cisão prolongar-se-ia por três ou quatro anos, se considerarmos que se iniciou ainda em 1975 (nomeadamente com as primeiras desfiliações de sindicatos membros da Intersindical), teve os seus pontos críticos em 1976 e 1977, só se consumando definitivamente com o aparecimento de uma segunda central sindical, a UGT, em fins de 1978, princípios de 1979. Ainda assim, a cisão do movimento sindical não foi total e absoluta, pelo menos no plano

¹ J. Paz Rodrigues e Nuno Rebocho, "Para a história do sindicalismo reformista português", *Cadernos Sindicais*, ed. Fundação Oliveira Martins, n.º 1-2, 1983, pp. 11-12.

organizativo, dado que subsistem ainda hoje alguns importantes sindicatos "únicos" em que as diversas tendências, mesmo antagónicas, se encontram formal ou informalmente representadas, como nos sindicatos de bancários e profissionais de seguros.

Para esta evolução tão arrastada e indecisa concorreram diversos factores. Antes do mais, a evolução da situação política após o 25 de Novembro. A excessiva partidarização do sindicalismo começara já a suscitar um fenómeno de rejeição e descrédito entre os trabalhadores. A progressiva estabilização social, bem como o afastamento do PCP da área do poder, num processo que se foi revelando irreversível, tiveram como consequência uma sensível diminuição da mobilização para a luta contra a hegemonia sindical dos comunistas. A militância destes, se bem que não orientada já directamente para objectivos revolucionários, manteve-se, porém, a um nível relativamente alto. A criação das instituições democráticas constitucionais em 1976 também trouxe consigo, algo paradoxalmente, uma relativa depreciação política e social da organização sindical. Esta adquirira durante o período revolucionário um estatuto demasiado proeminente, que lhe advinha em parte dos pergaminhos de luta "antifascista" e, sobretudo, da representatividade democrática de que se dizia investida e que alguns meios políticos e militares de então lhe reconheciam. Vimos atrás como a Intersindical chegou em 1975 a pretender comparar a sua legitimidade e a sua representatividade com as do próprio Governo Provisório. Com a realização de eleições para os diferentes órgãos de soberania em 1976, a representação do cidadão tomou definitivamente a dianteira sobre a representação do trabalhador, culminando um processo iniciado já com as eleições de 1975 para a Assembleia Constituinte.

A formação, em Julho de 1976, de um governo minoritário do PS — decidido a enfrentar sozinho a gigantesca tarefa de relançar a economia abalada pela Revolução e pelo primeiro choque petrolífero, combater a inflação e reequilibrar as finanças externas

do país — não favoreceu uma crescente implantação dos socialistas no campo sindical. Os socialistas careciam, além disso, de quadros sindicais e mesmo de militantes experientes. No meio sindical propriamente operário, os comunistas com alguns seus aliados esquerdistas iriam conservar com relativa facilidade a hegemonia, que aliás só haviam perdido em 1975-76 num número reduzido de sindicatos operários, quase todos do Norte e Centro do país, em especial do Distrito de Aveiro (metalúrgicos, construção civil, cerâmica e vidreiros). Por seu turno, nos sindicatos de trabalhadores dos serviços e escritórios, os comunistas e seus aliados conseguiram manter, apesar das fortes perdas sofridas, um certo número de direcções, que posteriormente ampliaram, reconquistando, por exemplo, em 1976, o importante Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Lisboa, que não mais escaparia ao seu controlo.

Os socialistas viram ainda surgir na "tendência sindical reformista", constituída em 1976 pelos militantes sindicais do PPD, uma surpreendente força concorrente, na qual anteriormente apenas entreviam um eventual aliado, ou nem isso. Em 1975, militantes do PPD tinham já participado a título individual em algumas listas, ao lado dos socialistas e seus aliados maoístas. Em Janeiro de 1976, porém, uma lista composta por militantes do PPD conquistou a direcção do Sindicato dos Bancários do Porto, conseguindo mais votos do que as listas comunista e socialista juntas.¹ A concorrência movida com êxito em certos sindicatos aos socialistas pelos sociais-democratas (o PPD adoptou em Novembro de 1976 a actual denominação de PSD – Partido Social-Democrata) penalizaria o PS pela sua recusa de alianças preferenciais à direita tanto no campo político como no sindical. Para o PPD/PSD, apesar de duas vezes derrotado em eleições legislativas pelo PS (1975 e 1976), uma forte implantação sindical poderia constituir um meio não desprezável de pressionar os socialistas no sentido de uma

¹ *Ângulo Novo*, n.º 5, Maio-Junho de 1976, p. 5.

aliança política entre os dois partidos. O líder social-democrata Sá Carneiro não excluía mesmo, em 1977, a hipótese de fusão dos dois partidos com vista à criação de "um grande partido social-democrata".¹ Como partido da oposição, o PPD/PSD soube tirar dividendos também no plano sindical da política económica de austeridade e da contenção salarial postas em prática entre 1976 e 1978 pelo governo dos socialistas, coligados durante o primeiro semestre de 1978 com os democratas-cristãos do CDS. Em meados de 1978, os sociais-democratas consideravam-se já a "principal força sindical democrática", ou seja, a segunda tendência sindical portuguesa atrás dos comunistas, relegando a tendência socialista para terceiro lugar.

A eficaz concorrência movida pela tendência sindical reformista (que em Janeiro de 1977 viria a adoptar a designação de Tendência Sindical Reformista Social-Democrata – TESIRESD) penalizava também os socialistas pela sua incoerente estratégia sindical. Nomeadamente, pelas alianças eleitorais preferenciais que os socialistas haviam concluído em 1975 em diversos sindicatos com correntes políticas minoritárias marxistas-leninistas, que tinham conduzido sistematicamente as direcções assim eleitas a crises internas e impasses (caso do Sindicato dos Bancários do Porto). Essas alianças, politicamente contraditórias e sem horizontes, teriam apenas visado, para os dirigentes do PS que as inspiraram, desalojar as direcções comunistas dos respectivos sindicatos.² Muitos socialistas, contudo, as desaprovaram, considerando-as desnecessárias. Um dos mais destacados sindicalistas do PS desde esse período, António Janeiro, dirá mais tarde que as alianças com os maoístas do MRPP foram "um atestado de incompetência passado aos sindicalistas" [pelos responsáveis socialistas].³

¹ Entrevista de Francisco Sá Carneiro ao *Comércio do Porto*, 18-VIII-1977.

² As alianças sindicais entre socialistas e maoístas teriam sido defendidas por Marcelo Curto, Fernanda Lopes Cardoso e outros responsáveis do PS.

³ Entrevista com António Janeiro (presidente do SITESE, deputado e dirigente socialista).

Ainda mais desfavorável para os socialistas terá sido a crescente dissonância e confusão reinantes nas suas próprias hostes em matéria de estratégia ou política sindical. A circunstância de o PS ser governo sozinho, submetendo-se com isso a um grande desgaste, reforçava as tendências centrífugas já existentes no seu seio, naturais num partido com características de *rassemblement* ou *melting pot*, doutrinariamente eclético, povoado por diversas "sensibilidades". Entre 1976 e 1977, os sindicalistas socialistas foram-se distribuindo por cinco ou seis correntes sindicais distintas. Para além de duas ou três sensibilidades "centrais" — as que tinham mais afinidades com a linha política da direcção do PS, mas que levaram um certo tempo a formar-se —, havia sindicalistas socialistas próximos da tendência PCP/Intersindical, alguns até comprometidos com ela em listas e órgãos directivos sindicais, outros muito próximos da tendência reformista social-democrata, outros, enfim, rotuláveis de autonomistas, trotskistas, lambertistas, etc. Nas eleições sindicais de 1976 e 1977 não era raro encontrar candidatos elementos socialistas em listas rivais, aliados a outras correntes.¹ Se, para uns, isto era a prova de que o PS era realmente "um partido democrático que permite que os seus militantes tenham opções diversas",² para outros, nomeadamente para os sociais-democratas, era sintoma de ambiguidade e de falta de direcção política.

Uma das clivagens surgidas entre os sindicalistas socialistas relacionava-se com a diversidade de circunstâncias históricas em que cada um iniciara a sua militância sindical. Esta questão punha-se aliás, com maior ou menor acutilância, no seio de todas as tendências sindicais. Mas, contrariamente a outras tendências, os sindicalistas socialistas e sociais-democratas, se contavam também entre si alguns elementos

¹ Nas eleições para o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, em 1977, os candidatos socialistas dividiam-se por três das listas concorrentes, o que contribuiu para a reconquista do sindicato pela linha próxima do PCP/Intersindical, que não mais deixaria escapar a direcção do sindicato ao seu controlo.

² Luís Kalidás Barreto em "Mesa Redonda", *A Luta*, 20-VII-1977, p. IV. Kalidás Barreto é um socialista e um sindicalista dos têxteis do Centro, ligado à Intersindical desde os seus inícios e membro da sua direcção nacional.

católicos ou independentes com *tarimba* sindical anterior ao 25 de Abril, eram porém, na sua maioria, novos militantes, surgidos ou revelados após a Revolução. Em bastantes casos, a sua militância partidária no PS ou no PPD antecederam mesmo o activismo sindical. Estes sindicalistas formavam pois uma nova *escola* — se assim se lhe pode chamar, dada a característica impreparação ou a formação improvisada dos novos dirigentes — ou uma nova classe de sindicalistas, forjada principalmente na luta contra o sindicalismo comunista dominante, muito apoiada nos respectivos partidos, sem a folha de serviços sindicais ou os pergaminhos "antifascistas" das escolas comunista e "católica progressista" anteriores à Revolução, mas também sem o eventual misticismo ou rigidez ideológica destas. Para concluir, e voltando aos socialistas, não é difícil entender que as numerosas divergências existentes em 1976-77 entre os principais sindicalistas do PS fizessem com que, segundo um testemunho abalizado, quase não se falassem entre si.¹

A primeira acção concertada de dirigentes sindicais com o objectivo de contestação formal da Intersindical, do respectivo secretariado eleito em Julho de 1975, da sua estrutura organizativa, programa de acção, etc., foi um encontro de dirigentes e militantes sindicais socialistas que teve lugar em Aveiro em 16 de Janeiro de 1976. Entre as conclusões desse importante encontro são de destacar: a exigência de revogação da lei sindical de 1975, o não reconhecimento de quaisquer decisões tomadas pelo congresso da Intersindical e o apelo à convocação de "um verdadeiro congresso de todos os sindicatos". No seguimento deste encontro, realizou-se a 14 de Fevereiro de 1976, no Porto, uma reunião de representantes de 29 direcções sindicais, em que foi decidido redigir uma "Carta Aberta" endereçada aos trabalhadores, às direcções sindicais e ao secretariado da Intersindical. Na mesma reunião tinha sido eleita a

¹ Entrevista com F. Marcelo Curto.

respectiva comissão de redacção, composta por sete sindicatos.¹ A "Carta Aberta" propriamente dita, documento alegadamente redigido em finais de Fevereiro e publicado só em 27 de Abril,² foi inicialmente subscrito por 16 direcções sindicais, mas chegaria posteriormente a congregar em seu torno algumas dezenas (50 a 70) de sindicatos contestatários da Intersindical, afectos a, pelo menos, cinco correntes diferentes. Proclamando que a unidade era possível, a "Carta Aberta" apelava à convocação de um "congresso democrático de todos os sindicatos", filiados ou não na Intersindical, com vista à "construção de uma central sindical única que represente de facto todos os sindicatos portugueses".³

Em 26 de Março de 1976, um plenário da Intersindical, reagindo claramente às primeiras movimentações do grupo promotor da *Carta Aberta*, havia tornado pública a intenção de realizar ainda nesse ano um congresso extraordinário. A "Carta Aberta", respondendo aparentemente à intenção ou proposta indirecta da Intersindical, punha condições para a participação dos sindicatos seus subscritores num "congresso de todos os sindicatos". As principais condições consistiam em que a preparação do congresso fosse feita com toda a democraticidade, que os principais documentos a apreciar fossem previamente discutidos pelos trabalhadores e, sobretudo, que a comissão organizadora do congresso fosse representativa de todas as "correntes de opinião" com expressão no movimento sindical português.⁴ Estas condições genéricas foram aparentemente aceites pelo secretariado da Intersindical. O 1.º de Maio de 1976, o terceiro desde a Revolução, pôde assim registar uma fugaz nota de reconciliação no movimento sindical, traduzida

¹ Sindicato dos Escritórios de Lisboa, Sindicato dos Escritórios do Porto, Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, Sindicato dos Motoristas do Porto, Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Correios e Telecomunicações e Sindicato dos Escritórios de Faro.

² José Luís Gaspar, "A questão sindical", *Diário Popular*, 24-VI-1977.

³ "Carta Aberta", revista *Ângulo Novo*, n.º 4, Abril de 1976.

⁴ Idem.

pela presença no comício da Intersindical do socialista Vítor Gonçalves, dirigente do Sindicato dos Bancários do Sul (um dos membros da comissão de redacção da Carta Aberta). O dirigente bancário fez uma intervenção no comício para proclamar, uma vez mais, que *a unidade era possível*. Num discurso inflamado e esquerdista, Vítor Gonçalves declarou nomeadamente que "a central sindical única, democrática, independente e com direito de tendência", que era necessário construir, seria a garantia das conquistas da revolução e da defesa da Constituição.¹

O movimento Carta Aberta, como veio a ficar conhecido, haveria de conduzir, no espaço de três longos anos, à criação da UGT. No momento do seu aparecimento, todavia, a Carta Aberta apresentava-se claramente empenhada na construção duma central sindical única, embora por escolha livre e democrática dos trabalhadores. A "unidade dos trabalhadores" tornara-se após o 25 de Abril uma ideia tão *tabu* para o movimento sindical — compartilhada, inclusive, por um sector da tendência sindical social-democrata —, que quando a Carta Aberta apareceu a dar uma primeira expressão organizada à *divisão* de facto já existente no movimento sindical, a sua principal preocupação foi a de dizer-se defensora da "verdadeira unidade".

Entabuladas ainda em Maio de 1976, as conversações entre o secretariado da Intersindical e a comissão de redacção da Carta Aberta, em Agosto começou a tornar-se claro que muito dificilmente seria atingido um acordo sobre a organização do congresso sindical que ambos propunham. Por um lado, a Carta Aberta, reunindo pouco mais de 50 sindicatos (18 dos quais ainda formalmente aderentes à Intersindical, se bem que alguns tivessem já deixado de pagar a respectiva quotização), insistia em que o objectivo do "congresso de todos os sindicatos" deveria ser a criação de uma *nova*

¹ "A unidade é possível" (discurso de Vítor Gonçalves no comício da Intersindical do 1.º de Maio de 1976), *Ângulo Novo*, n.º 4, Abril de 1976.

central sindical única.¹ A Intersindical, com cerca de 190 sindicatos filiados e dizendo representar perto de 80% dos trabalhadores portugueses (tantos não estavam sequer sindicalizados), entendia, por seu turno, que o congresso a realizar deveria ocupar-se apenas de *reestruturar* a Intersindical. A Carta Aberta denunciava nesta posição a intenção de os comunistas perpetuarem o seu domínio sobre a central sindical. Por outro lado, a Intersindical recusava-se, argumentando novamente com a sua maior representatividade, a admitir o princípio exigido pela Carta Aberta de *paridade* na constituição da comissão organizadora do congresso sindical, ou seja, que nesta tivessem igual peso os representantes da linha do secretariado da Intersindical (integralmente comunista, à excepção de um membro) e os representantes das direcções sindicais contestatárias.² Outras questões, como a presença ou não no congresso de sindicatos "paralelos" (havia já sete em meados de 1976), opunham também as duas partes, embora aí as divergências pudessem ter sido ultrapassadas. De facto, a questão da paridade na constituição da comissão organizadora do congresso foi a que revelou uma maior irredutibilidade de posições e que aparentemente terá conduzido ao impasse e à ruptura das negociações.³

Acusações recíprocas de divisionismo, cisionismo, má-fé, submissão aos partidos, falta de representatividade, etc., acompanharam em tom crescente as conversações entre a Carta Aberta e o secretariado da Intersindical, pelo que o resultado já não surpreendeu ninguém. As causas decisivas da ruptura foram provavelmente mais profundas do que

¹ Desde a redacção do documento que lhe deu origem que o movimento Carta Aberta insistia em que a nova central deveria ser única, entendendo-se que não por força de lei, mas por vontade dos sindicatos ou dos trabalhadores portugueses.

² Um dossier completo sobre as negociações entre a Carta Aberta e a Intersindical foi publicado num número especial do jornal *Nortada*, órgão do Sindicato dos Bancários do Porto, n.º 25 (Setembro de 1976).

³ O dirigente da Intersindical José Luís Judas declara, contudo, que mesmo sobre esse ponto o secretariado da Intersindical teria estado disposto a transigir, se não tivesse constatado a *intenção* da Carta Aberta em levar por diante a cisão do movimento sindical (entrevista com J. L. Judas).

as trazidas à superfície no debate sobre a paridade. Do lado da Intersindical (e do PCP), tornar-se-ia depois bastante clara uma opção no sentido de explorar as clivagens do meio sindical socialista, tarefa, como vimos, facilitada pelas repercussões sociais da política de austeridade do I Governo Constitucional. Nessa óptica devem ser vistas as ofertas a alguns sindicalistas socialistas (e também a católicos de esquerda) de lugares quer no secretariado da Intersindical quer em listas "unitárias" para a direcção de certos sindicatos — ofertas que seriam concretizadas, com suficiente aceitação, a partir do início de 1977. Esta solução tinha para a Intersindical e para o PCP inúmeras vantagens, ainda que se inscrevesse numa estratégia de provável cisão do movimento sindical. Mantendo fora da central as direcções sindicais que eram mais hostis à sua orientação e não tendo, por consequência, que instaurar no seu seio o *direito de tendência* reclamado pela Carta Aberta e vagamente estipulado pela própria Constituição, a Intersindical era poupada a uma detestada "parlamentarização". A grande maioria dos sindicatos participaria, de qualquer modo, num congresso que fosse convocado pela Intersindical, parecendo mesmo garantida uma representatividade maior do que a do congresso de 1975. O controlo da Intersindical e da maioria dos sindicatos pelo PCP continuaria, pois, assegurado, com a diferença de que essa influência seria agora partilhada, em aparência, com outras correntes. Tudo isto permitia otimizar as pressões que o PCP exercia na esfera do "social" sobre o governo de Mário Soares e sobre o PS no sentido da conclusão de um acordo político, visando a reclamada constituição de um governo de "maioria de esquerda", correspondendo à então larga maioria numérica que o PS e o PCP detinham no Parlamento.

A aposta dos comunistas era a de combater a aliança PS/PPD que se perfilava no horizonte sindical (e que igualmente combatiam no plano político), procurando também atrair os trabalhadores socialistas para a zona de influência da Intersindical. De

preferência a tentar obter acordos e equilíbrios difíceis com as renitentes direcções sindicais da Carta Aberta, a acção dos comunistas deveria, pois, dirigir-se às bases, onde acreditavam ser mais forte a "consciência da importância da unidade". Conquistando o apoio de trabalhadores socialistas, a Intersindical pensava também poder isolar e vencer os sociais-democratas nos sindicatos de *colarinhos brancos* em que tinham maior peso, em particular os sindicatos de bancários. O PCP nunca aceitou que o voto político majoritário dos trabalhadores no PS e no PPD devesse ou pudesse traduzir-se no movimento sindical por uma influência doutrinária importante, muito menos predominante, desses partidos. No preciso momento da ruptura com a Carta Aberta, o secretariado da Intersindical disse muito claramente que o conflito residia exactamente nesse ponto: a democracia do movimento sindical português não devia ser confundida com os processos democráticos do "mundo capitalista".¹ Ou seja, não se devia "confundir a democracia sindical, que é a democracia dos trabalhadores, perfeitamente autónoma, com a democracia partidária". Porque os partidos políticos representariam "interesses diferentes", isto é, ou os dos trabalhadores ou os dos patrões.² Estava-se aqui, de facto, em pleno núcleo dogmático da doutrina sindical comunista.

Do lado das tendências socialistas e social-democrata, as mais coerentemente empenhadas na Carta Aberta (as direcções sindicais esquerdistas acabariam por abandonar o grupo contestatário), a hipótese de serem colocadas em minoria numa central sindical controlada pela corrente comunista era, em realidade, inaceitável. Isso seria porém impossível de evitar, se a Carta Aberta chegasse a um acordo final com a Intersindical, dado que já em 1976 os comunistas conseguiram pôr um travão à viragem esboçada nas eleições sindicais de 1975. A sua maior mobilização, militância e

¹ "A Intersindical responde aos problemas de hoje", reproduzido em A. Serzedelo (coord.), *Tudo sobre a Intersindical e a Carta Aberta*, ed. Aqui, s/d, Lisboa, p. 71.

² Idem, *ibidem*.

experiência sindical, aliada a métodos que os seus opositores consideravam pouco ou nada democráticos, pareciam garantir-lhes a manutenção do controlo sobre a quase totalidade dos sindicatos da indústria e dos transportes, sem deixarem de conservar uma certa influência nos sindicatos dos serviços e dos trabalhadores das classes médias. Ao longo de 1976 foi-se constatando isso mesmo nas dezenas de eleições sindicais que se realizaram, situação a que acresceu a deserção de uma parte dos sindicatos anteriormente participantes nas reuniões da Carta Aberta, decidindo-se muitos deles, posteriormente, a participar no congresso organizado pela Intersindical. Os sociais-democratas, enfim, eram particularmente intransigentes no respeitante à rejeição da tutela do PCP sobre uma central sindical única, havendo um número crescente de vozes no seio do PPD/PSD que apoiavam expressamente a ideia de constituição de uma nova organização sindical *democrática*, isto é, sem os comunistas e tendo nos socialistas os seus aliados preferenciais. Juntamente com alguns socialistas, esses sociais-democratas pensavam que a Intersindical não era democratizável e que seriam, por conseguinte, baldados todos os esforços para a conquistar.

Paradoxalmente ou não, terá sido Mário Soares, então primeiro-ministro e secretário-geral do PS, quem se opôs, no verão de 1976, à imediata criação de uma segunda central sindical, após se terem começado a gorar as negociações entre a Intersindical e a Carta Aberta.¹ Não estariam então reunidas, sobretudo do ponto de vista do *governo*, as condições ideais para a formalização da cisão do movimento sindical, ainda que no seio deste os campos se encontrassem há muito suficientemente extremados. O primeiro-ministro socialista terá receado uma mais profunda deterioração do clima sociolaboral, como resposta da Intersindical ao aparecimento de uma segunda

¹ Entrevista com Marcelo Curto. O antigo ministro do Trabalho declara ter defendido em 1976 a criação de uma segunda central sindical. Na sua opinião, as condições políticas teriam então sido mais favoráveis para esse fim do que depois, em 1978.

central. Para muitos, porém, ficou a sensação de uma oportunidade perdida. E, para o governo, a continuação do problema do interlocutor sindical.

De facto, a política de concertação com os parceiros sociais que o governo de Mário Soares queria pôr em prática, nomeadamente a realização de um *pacto social*, exigia uma atitude dialogante da parte do movimento sindical, totalmente improvável sob a rígida liderança ideológica e política dos comunistas. Após o 25 de Novembro de 1975, a Intersindical — no seguimento da linha adoptada desde a tomada de posse, em Setembro, do VI Governo Provisório — tinha abandonado definitivamente as suas posições "responsáveis" anteriores, favoráveis ao aumento da produção, à disciplina da contratação colectiva, a uma política de austeridade, etc. Em seu lugar adoptou uma orientação que irá conservar sem alterações substanciais, até (pelo menos) meados dos anos 80 e cujas linhas mestras se podem apontar em três planos interdependentes: a total liberdade de reivindicação e negociação, a defesa intransigente das "conquistas da revolução" consignadas na Constituição e a oposição sistemática às políticas dos sucessivos governos (que, por seu turno, porão progressivamente em causa muitas das ditas "conquistas"). Em Dezembro de 1975, o secretariado da Intersindical rejeitara já a ideia de uma política de austeridade, considerada de vital importância pelo VI Governo Provisório. A Intersindical alegava existirem "pelo menos" dois tipos de políticas de austeridade: "a que serve os trabalhadores" e "a que visa em última instância a recuperação capitalista da economia".¹ Como a política de austeridade do VI Governo era alegadamente do segundo tipo, os trabalhadores não poderiam senão combatê-la. A linguagem da Intersindical começava a reflectir as posições em geral defensivas tomadas pelo PCP após o 25 de Novembro: defesa das nacionalizações, luta contra a

¹ Acta do plenário da Intersindical de 30-XII-1975, anexo 12.

"recuperação capitalista", defesa da reforma agrária, defesa do *controlo operário* em todos os sectores e a todos os níveis, etc.

Esta mesma estratégia de resistência seria plenamente consagrada no "Congresso de todos os sindicatos", realizado em Janeiro de 1977 com a presença de representantes de cerca de 250 sindicatos (dos quais 180 filiados na Intersindical central). Boicotado pelo grupo de sindicatos da Carta Aberta, tratou-se, de facto, do *segundo congresso* da Intersindical. Os mais destacados dirigentes da central foram reconduzidos, inclusive os que entretanto haviam perdido os seus cargos em eleições nos respectivos sindicatos.¹ As principais novidades deste congresso foram a mudança de nome da central para Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) e a inclusão no seu secretariado nacional, agora com um total de 35 membros efectivos e suplentes, de 6 elementos não comunistas.² Anteriormente havia apenas um elemento não comunista num total de 25 membros.

2. Impasse na negociação colectiva e na concertação social. O apogeu do intervencionismo governamental.

A plena liberdade de negociação colectiva será desde 1976 ruidosamente defendida pelos sindicatos, aliás em *unísono* com as associações patronais, incluindo a

¹ José Luís Judas (escritórios de Lisboa), Joaquim Calhau (bancários do Centro), João Pacheco Gonçalves (escritórios do Porto) e Antero Martins (bancários do Sul e Ilhas), que continuaram a integrar o secretariado da Intersindical, embora tendo perdido as eleições nos seus sindicatos.

² Desses seis elementos, dois eram socialistas, dois católicos da BASE-FUT e dois da esquerda revolucionária (ex-MES).

CIP. Mas, tal como as organizações patronais, os sindicatos abriam excepções para todas as questões de contratação colectiva em que a intervenção do Estado ou a legislação imperativa lhes parecia favorável. A Intersindical, no *Programa de Acção* que aprovou no seu congresso de Janeiro de 1977, insurgia-se contra as limitações da liberdade contratual, mas reclamava ao mesmo tempo do governo toda uma série de direitos exclusivos para os sindicatos na negociação colectiva. Assim, a "intervenção obrigatória do Estado a requerimento dos sindicatos para *impor* ao patronato regulamentação de trabalho elaborada com a participação e *acordo* dos sindicatos, sempre que se verifique recusa à negociação ou não aceitação injustificada das reivindicações dos trabalhadores".¹ Para a Intersindical a questão era então muito simples e resumia-se deste modo: "Intervenção administrativa — ao serviço de que classe?"²

Por seu lado, é necessário dizê-lo, se as associações patronais e a própria CIP condenavam, em 1976, como "antinatural e antidemocrático" o intervencionismo estatal na negociação colectiva, também não hesitavam em considerar "boa doutrina" os limites legais impostos pelo governo à liberdade de contratação — por exemplo, ao seu conteúdo (matérias negociáveis)³ — desde que esses condicionamentos acarretassem vantagens directas ou indirectas para o patronato, pondo então de parte as suas considerações liberais.

Coroando longos anos de paternalismo corporativista, o período revolucionário de 1974-75 não contribuiu, de facto, para o início de uma fase de maturidade e autonomia perante o Estado nas relações colectivas de trabalho. Após o desastre económico da

¹ CGTP-IN, *Congresso de Todos os Sindicatos (1977)*, ed. Alavanca, s/d, p. 291 (sublinhados nossos).

² CGTP-IN, *Contratação Colectiva e Política de Salários*, ed. Alavanca, 1977, p. 128.

³ Veja-se o comentário da CIP (policopiado) ao D.-L. 887/76, de 29 de Dezembro (que dá nova redacção ao D.-L. 164-A/76), em que a confederação patronal da indústria saúda como "boa doutrina" a proibição do estabelecimento por via convencional de benefícios complementares dos que eram assegurados pelas instituições de Previdência.

contratação colectiva selvagem desenrolada sob os governos provisórios, a intervenção do Estado por meio de portarias de regulamentação e de extensão foi-se substituindo em boa parte à desejável autonomia da negociação colectiva. A nova legislação sobre contratação colectiva,¹ prevista desde o longínquo I Governo Provisório, seria finalmente publicada em fins de Fevereiro de 1976, pondo também termo a um período de três meses de congelamento geral da contratação, decretado pelo governo logo após os acontecimentos de 25 de Novembro.

A nova lei da negociação colectiva retomava vários aspectos da doutrina intervencionista do caetanismo, como a obrigatoriedade de negociar e a correspondente ameaça de regulamentação administrativa das condições de trabalho, além de vários aspectos limitativos da liberdade negocial. A lei, acusada de "liberal" pela Intersindical, proclamava-se defensora de uma "atitude geral não intervencionista do Estado". Ressalvava, contudo, uma "harmonização" deste princípio com a existência de "importantes sectores e empresas públicos ou nacionalizados" — situação, de facto, amplamente contraditória com o dito princípio. Na prática, os governos provisórios já tinham feito das portarias um instrumento corrente da regulamentação do trabalho, dada a frequente recusa patronal de negociar sem regras fixas e em clima de forte agitação, mas também em virtude do extraordinário aumento do peso do Estado no conjunto da actividade económica após as nacionalizações, as *intervenções* nas empresas, etc.

Nos primeiros 11 meses de 1975, o número de portarias de regulamentação do trabalho tinha saltado para 101, depois de entre 1970 e 1973 se ter mantido — e em sectores de reduzida importância — ao ritmo de 11 por ano (ver **quadro 9**). A partir de 1976 este número começaria a baixar, não deixando porém esta diminuição transparecer a circunstância de a regulamentação administrativa se ir mantendo nos principais

¹ D.-L. 164-A/76, de 28 de Fevereiro.

sectores económicos — têxteis, construção civil, metalurgia e metalomecânica, química, material eléctrico, hotelaria, etc. A capacidade de diálogo entre os principais sindicatos da Intersindical e o patronato tornara-se praticamente nula, assumindo o Estado de forma crescente o papel de regulamentador (teoricamente "supletivo"), em lugar de simples árbitro ou mediador. Refira-se que alguns dirigentes sindicais socialistas mais "compreensivos" para com a política governamental de contenção dos salários em 1976 e 1977 (caso da direcção do Sindicato dos Bancários do Sul) seriam imediatamente acusados pelos sindicalistas comunistas e também pelos sociais-democratas de "colagem ao governo". Esta política a breve prazo lhes faria perder a confiança das bases e o próprio cargo directivo, este a favor dos sociais-democratas, que assim ficaram com a direcção dos dois grandes sindicatos de bancários, o do Norte e o do Sul.

Os sindicatos e a Intersindical não pretendiam prescindir dos seus poderes de negociação e capacidade de luta. Não hipotecariam a menor parcela desses poderes senão por uma causa que lhes fosse, do ponto de vista político, verdadeiramente simpática. A capacidade negocial dos sindicatos dependia primeiramente da mobilização dos trabalhadores para as greves e outros tipos de luta, mas após o 25 de Novembro esse poder esbarrava com os crescentes limites impostos por uma legalidade que se foi consolidando. Não era já possível conduzir em toda a impunidade processos reivindicativos recheados de ameaças, violências, sequestros, ocupações, etc. Para a generalidade dos sindicatos tratava-se prioritariamente de manter, em ambiente político adverso, "conquistas irreversíveis" obtidas em 1974 e 1975. Ora o restabelecimento de um certo equilíbrio negocial com patronato, a situação de descapitalização da maioria das empresas, a demasiado lenta recuperação da economia, a aceleração da inflação, tudo parecia opor-se à manutenção das conquistas — níveis salariais, por exemplo, que

já no passado não eram frequentemente cumpridos —, que assim progressivamente se foram revelando *reversíveis*.

Condicionados pelo estrito legalismo reinante às novas mesas de negociação e pelo declínio da mobilização das bases, os sindicatos vão virar-se para o governo, pressioná-lo, acusá-lo de cumplicidade com o patronato, exigir a *rápida publicação de portarias*, recorrendo inclusive a manifestações de rua com esse objectivo específico. A lei da contratação (a nova tal como a antiga) previa de facto a solução administrativa, dentro de prazos determinados, em caso de impasse negocial. A intervenção excessiva do Estado na contratação sectorial continuava assim a promover, como no passado, a politização das lutas reivindicativas. No meio do fogo sindical e patronal, o Ministério do Trabalho e o governo em geral tornavam-se os bodes expiatórios da negociação colectiva. Alguns anos seriam ainda necessários até o governo começar a retirar-se decididamente do centro desse vespeiro e até os sindicatos e as associações patronais compreenderem as vantagens (ou as menores desvantagens) da negociação directa, com cedências de parte a parte.

Não se limitava obviamente à negociação colectiva a área de conflito dos sindicatos com o governo. No vasto campo da *legislação laboral* encontrava-se aberta uma outra frente de combate que, pela sua natureza mais política, era directamente protagonizada pela Intersindical. Estavam aí em causa concepções mais ou menos antagónicas sobre os regimes jurídicos do despedimento, do contrato a prazo, da associação sindical, do "controlo operário" e da própria negociação colectiva, etc. — tudo matérias em que os governos pós-revolucionários se propunham introduzir alterações de monta. No conjunto, estas duas principais frentes de combate determinaram que a acção sindical se orientasse então prioritariamente para o governo, fazendo deste, simultaneamente, o seu interlocutor e o seu alvo privilegiados. Tal

orientação também radicava, naturalmente, na instrumentalização política do movimento sindical e da central única pelo PCP.

A pressão sindical sobre o governo era largamente simétrica de idêntica acção, mas de sentido oposto, sustentada pelas organizações patronais. Em especial durante a vigência do primeiro governo democraticamente eleito (de minoria socialista), as "reivindicações" patronais junto do executivo começaram a crescer bastante de amplitude e de tom, atingindo um primeiro pico em fins de 1977, pondo claramente termo à atitude de expectativa crítica e relativa trégua até então patenteada pela CIP. No meio das pressões sindicais e patronais, o governo defrontava-se ainda, por imperativo do seu próprio programa, com a árdua tarefa de travar o desemprego e de estimular a criação de postos de trabalho, além do objecto primordial de relançar o crescimento da economia.

Desde essa época que o problema do regime jurídico dos despedimentos foi também tomando vulto no panorama das relações laborais, até assumir mais tarde, ao longo da década de 80, foros de questão social e política de primeira ordem, com implicações decisivas no plano governamental. Em Julho de 1975, o governo de Vasco Gonçalves proibira os despedimentos sem *justa causa* ou sem *motivo atendível*, o que se por um lado criava uma rigidez no vínculo contratual individual, por outro concedia às entidades sindicais um importante poder deliberativo em matéria de despedimentos.¹ Após o período revolucionário, o *motivo atendível* de despedimento (e com ele o correspondente poder deliberativo sindical) foi revogado, tornando o vínculo contratual ainda mais rígido, a pretexto de assegurar a "estabilidade do emprego".² Em 1976, o

¹ No conceito de *motivo atendível* incluía-se a "necessidade de extinção do posto de trabalho" ou a "manifesta inaptidão" do trabalhador, cabendo porém às entidades sindicais avaliar a atendibilidade do motivo invocado. Em última instância seria o tribunal de trabalho a julgar (D.-L. 372-A/75, de 16 de Julho, cap. V).

governo de Mário Soares adoptaria porém duas medidas flexibilizadoras da relação de trabalho, facilitando o recurso patronal ao *contrato a prazo* e ampliando o conceito legal de justa causa de despedimento.¹ Visava assim estimular a oferta de emprego, bem como combater o absentismo e a indisciplina nas relações de trabalho. Destas medidas, a mais fértil em consequências viria a ser a respeitante ao contrato a prazo, que em pouco tempo passaria a ser utilizado massiva e indiscriminadamente na admissão de novos trabalhadores, como solução alternativa perante a continuada impossibilidade de despedimento por razões económicas.

No meio sindical, todas as tendências incluídas, a perspectiva de flexibilização da relação de trabalho, entendida como sinónimo de maior insegurança, suscitou sempre franca hostilidade ou sérias reservas, as quais só muito lentamente se atenuaram com o correr do tempo. Para muitos sindicalistas a flexibilização ia ao encontro da intenção do patronato de "regressar a um clima de relações autoritárias" ou de "desequilibrar a seu favor as relações de poder nas empresas". Do lado patronal, pelo contrário, a liberalização dos despedimentos fundava-se em exigências de eficácia económica e na ideia (expressa, por um dirigente da CIP) de que a menor estabilidade do emprego incentivaria os assalariados a "trabalhar pela defesa dos seus postos de trabalho, tal como os empresários têm de lutar pelas suas empresas".²

As alterações à legislação laboral introduzidas desde o início de 1976 contaram, naturalmente, com a maior oposição da Intersindical, deixando todavia os meios patronais sempre largamente insatisfeitos. No seio do PS e do próprio governo minoritário essas e diversas outras medidas eram também, por regra, objecto de forte

² D.-L. 84/76, de 28 de Janeiro (VI Governo Provisório), sendo ministro do Trabalho o militar Tomás Rosa e secretário de Estado do Trabalho Marcelo Curto.

¹ Respectivamente pelos D.-L. 781/76, de 28 de Outubro, e D.-L. 841-C/76, de 7 de Dezembro.

² Opinião defendida, por exemplo, pelo dirigente da CIP Nogueira Simões.

polémica, às vezes dificilmente ultrapassável. A gritante inexistência de áreas de consenso social, a persistência das tensões sociolaborais e as suas repercussões negativas na economia e no plano político motivariam crescentemente o governo minoritário socialista para a procura de novos mecanismos de concertação.

Já o VI Governo Provisório lançara às organizações sindicais e patronais a ideia (então bastante ingénua, dado carácter provisório do governo) de uma espécie de pacto ou concertação social tripartida. O Ministério do Trabalho, através do seu Departamento de Relações com as Organizações do Trabalho (DROT), sondara em finais de 1975 a receptividade dos sindicatos a "uma cooperação mínima entre todas as forças interessadas na superação da crise económica profunda que abala o país". Em resposta, o secretariado da Intersindical rejeitaria frontalmente a ideia, acusando o Ministério do Trabalho de "promover à boa maneira corporativo-fascista, um clima de paz social através da conciliação de classes de interesses antagónicos". A Intersindical recusava designadamente "um entendimento do Ministério do Trabalho com o movimento sindical sobre reivindicações", com o qual o governo pretendia "manietar os trabalhadores".¹ Os campos estavam demasiado extremados e ninguém podia seriamente oferecer ou acreditar em contrapartidas. O próprio governo, mesmo após as eleições de 1976, não tinha a credibilidade indispensável para *prometer* o controlo da inflação e o relançamento da economia.

O governo minoritário de Mário Soares, cada vez mais pressionado à sua esquerda e à sua direita (no sentido de os socialistas aderirem, respectivamente, à "Maioria de Esquerda" com os comunistas e à "Convergência Democrática" com os sociais-democratas e os cristãos-democratas), procuraria apoio junto dos parceiros sociais para a execução da sua política económica, relançando nos primeiros meses de 1977 a ideia

¹ Acta do plenário da Intersindical de 24 e 25-I-1976, anexo 26.

de um *pacto social* tripartido entre os parceiros sociais e o governo. A concertação realizar-se-ia sob os auspícios do Ministério do Plano e do Ministério do Trabalho (neste último, o secretário de Estado do Trabalho A. Maldonado Gonelha assumira em Março de 1977 o posto de ministro, deixado por Marcelo Curto). A concertação incidiria também sobre os objectivos a curto prazo da política de rendimentos e preços, mas a matéria cuja negociação o governo queria privilegiar eram as *metas do Plano a médio prazo para 1977-80*, então em preparação.¹ Antes, porém, de apresentar qualquer proposta servindo de base à negociação das questões do *curto prazo*, o governo havia já decidido as principais medidas em torno das quais a concertação poderia ter sido ensaiada, designadamente: o estabelecimento por decreto do *tecto* de 15% aos aumentos salariais contratuais,² a fixação de um *cabaz de compras* com preços controlados e medidas limitativas da liberdade negocial, tendentes a evitar a "precoce radicalização dos conflitos colectivos".³ Quanto à solicitação feita aos parceiros sociais para se pronunciarem sobre a questão do pacto, as propostas por estes apresentadas eram de tal modo dissonantes que a mediação governamental de nada podia já servir. O ministro do Trabalho reconheceria mais tarde a "má abordagem" do problema, por o governo não ter avançado com uma proposta concreta que servisse de base para as negociações.⁴ Quanto aos *tectos salariais* que vigoraram de 1976 a 1978, o ministro do Trabalho Maldonado Gonelha afirma ter discordado da sua fixação, atribuindo-os a decisões do ministro das Finanças.⁵

¹ Entrevista do ministro do Trabalho A. Maldonado Gonelha ao *Expresso*, 6-IV-77.

² D.-L. 49-A/77, de 12 de Fevereiro.

³ D.-L. 887/76, de 29 de Dezembro.

⁴ Entrevista do ministro do Trabalho A. Maldonado Gonelha ao *Expresso*, 25-II-1978.

⁵ Entrevista (particular) com A. Maldonado Gonelha.

Em todo o caso, o ministro Gonelha apostava aparentemente mais numa ampla reestruturação da organização sindical do que, de imediato, num diálogo frutuoso dos parceiros sociais entre si ou com o governo. De facto, a Intersindical continuava a dominar o panorama da negociação colectiva, fomentando a intervenção do Estado, e a demonstrar a sua indisponibilidade para a concertação, mantendo posições distantes de qualquer plataforma de consenso possível entre os parceiros sociais e o governo.

De origem operária, com experiência sindical anterior ao 25 de Abril numa linha oposicionista moderada, tendo sido reeleito presidente da assembleia-geral do Sindicato dos Electricistas do Sul em Dezembro de 1974, Maldonado. Gonelha ascenderia igualmente à direcção do PS, onde era, no princípio de 1977, secretário nacional e responsável pelo pelouro do trabalho e dos assuntos sindicais.¹ O novo ministro do Trabalho acumulava pois uma vivência pessoal do movimento sindical (incluindo uma participação na fase pré-25 de Abril da Intersindical) com as responsabilidades de governo e a chefia do sector laboral e sindical do PS em 1977. A sua acção governativa iria ficar assinalada pela tentativa de promoção do *sindicalismo democrático*, o que provocaria reacções muito vivas por parte da Intersindical. No governo, uma das suas primeiras medidas foi a alteração do sistema de cobrança das quotizações sindicais,² revogando a incumbência legal das entidades patronais para a cobrança e remessa aos sindicatos das quotizações dos trabalhadores sindicalizados. Sob o curioso pretexto de retirar ao patronato essa "forma de intervenção na vida sindical", o decreto declarava a competência exclusiva dos sindicatos para a cobrança das quotizações. O verdadeiro

¹ Maldonado Gonelha fora, antes do 25 de Abril, dirigente do Sindicato dos Electricistas de Lisboa e da Federação Nacional dos Electricistas, vogal da 2.ª secção da Corporação da Indústria (tendo nesta integrado, na companhia de representantes gremiais e do governo, um "grupo de trabalho misto para o estudo da reconversão sindical") e procurador à Câmara Corporativa na sessão legislativa de 1973-74.

² D.-L. 841-B/76, de 7 de Dezembro. Maldonado Gonelha, então ainda secretário de Estado do Trabalho, fez aprovar em Conselho de Ministros este decreto contra a posição do ministro do Trabalho, Marcelo Curto, que viria por esta razão a abandonar o governo.

objectivo deste decreto, segundo o seu próprio autor teria então declarado, era o de "partir a espinha à Intersindical" (frase depois muito citada fora do seu contexto original). Com efeito, os sindicatos seriam privados de uma parte das quotizações que recebiam, pois estas eram descontadas *automaticamente* pela entidade patronal nos salários dos trabalhadores, muitos dos quais continuavam não sindicalizados. (Após o 25 de Abril deixou de ser possível saber, como anteriormente à Revolução, quantos quotizantes sindicais existiam e a proporção que correspondia a filiados nos sindicatos). Por outro lado, a recolha das quotizações pelos delegados sindicais obrigaria a um maior contacto do sindicato com os trabalhadores, o que não deixaria de contribuir, segundo Gonelha, para a democratização da vida sindical. O decreto foi publicado meses após a ruptura da Carta Aberta com o secretariado da Intersindical. O seu efeito terá todavia sido contrário ao esperado, prejudicando mais os sindicatos com direcções socialistas e sociais-democratas.¹ Em Julho de 1977, novo regime de cobrança das quotizações sindicais seria aprovado na Assembleia da República, por iniciativa do grupo parlamentar socialista, tornando novamente possível, entre outros, o sistema de desconto da quotização sindical nos salários pela entidade patronal.²

Ao já vastíssimo campo de intervenção do governo nas relações laborais, Maldonado Gonelha acrescentou a sua interferência directa e pessoal nas questões do sindicalismo. Na sua qualidade simultânea de dirigente do PS e de responsável pelo respectivo pelouro sindical, o ministro Gonelha elaborou um documento programático orientador da acção sindical dos socialistas, aprovado pela direcção do seu partido e pelo encontro nacional de sindicalistas do PS realizado em 1 de Maio de 1977 no Porto. O documento intitulado "A questão sindical", conhecido por *documento Gonelha*,

¹ "PS ensaia novas armas para a corrida ao poder nos sindicatos", *Expresso*, 14-V-1977.

² Lei 57/77, de 5 de Agosto, elaborada pelo ex-ministro do Trabalho Marcelo Curto, regressado como deputado ao Parlamento.

pretendia, por um lado, unificar em torno de uma estratégia própria e coerente as orientações divergentes, quando não opostas, das várias correntes de sindicalismo existentes no seu partido. O PS acabara de pôr alguma ordem nas suas fileiras, destituindo aquele que fora o responsável entre 1975 e fins de 1976 pelo pelouro do trabalho e assuntos sindicais, o esquerdista Aires Rodrigues. Este dirigente seria expulso do partido, depois de em 1976 ter tentado criar por todo o país "federações do trabalho", uma segunda estrutura laboral no interior do PS ou mesmo à sua margem.¹

O documento Gonelha sustentava que a Intersindical não se democratizaria nem se reformaria, visto ser uma estrutura burocrática que se apoderara da organização sindical corporativista. Gonelha considerava que o II Congresso da Intersindical, realizado em Janeiro de 1977 após a ruptura das negociações com a Carta Aberta, clarificara definitivamente os objectivos da central: manter inalterável a posição hegemónica do PCP no movimento sindical, "firmar uma estrutura de poder paralelo através da qual se obtenha o que pelo jogo democrático não se consegue".² Denunciava a incapacidade da Intersindical para reestruturar a organização sindical herdada do corporativismo (organização por profissões). Apesar de se afirmar pela reestruturação (verticalização) dos sindicatos, a Intersindical não o faria, segundo Gonelha, porque isso poderia implicar a perda de controlo sobre as organizações. Estas, tornadas representativas dos diversos estratos de trabalhadores, rejeitariam *fatalmente* a tutela dos comunistas, tal como o voto no PCP era minoritário nas eleições políticas. A solução seria pois, segundo o documento Gonelha, caminhar por *duas vias* para a transformação das estruturas sindicais: continuar a apresentar candidaturas às eleições dos sindicatos controlados pela Intersindical, tentando conquistá-los para depois os transformar, ou avançar para a constituição de novos sindicatos organizados por ramo

¹ Entrevista com F. Marcelo Curto.

² A. Maldonado Gonelha, "A questão sindical", *A Luta*, 5-V-1977.

de actividade, agrupando todas as categorias de trabalhadores, quando as condições e circunstâncias o justificassem. Para o sucesso desta estratégia haveria que fazer alianças sempre que necessário com as outras correntes "democráticas" (no PS continuava a ser *tabu* falar de alianças *preferenciais* com os sociais-democratas). O problema do abstencionismo e da falta de militância sindical de muitos dos trabalhadores que votavam no PS ou no PSD, poderia e deveria ser resolvido com legislação instituindo eleições sindicais nos locais de trabalho. A constituição de uma segunda central sindical seria então ainda uma falsa *questão*: "Não se constroem centrais sindicais sem sindicatos". A tarefa prioritária seria pois conquistar sindicatos ou criá-los de raiz, organizados por ramo de actividade. Todo o tipo de colaboração com a Intersindical e com as direcções sindicais: que lhe eram afectas deveria, enfim, ser repudiada. Assim era condenada obviamente a presença de socialistas no secretariado da Intersindical ou em listas "unitárias" ao lado de comunistas.¹

Completava o quadro da ofensiva sindical socialista liderada pelo ministro Gonelha o lançamento, em meados de 1977, da Fundação José Fontana, na esteira, aliás, da Fundação Oliveira Martins, criada em Abril do mesmo ano pelos sociais-democratas e com idênticos objectivos. A fundação destinava-se a canalizar apoio financeiro de organizações sindicais alemãs ou ligadas ao partido SPD para a acção e formação sindical do PS, visando em particular suprir a falta de quadros sindicais. A ofensiva sindical socialista não se dirigia exclusivamente contra a Intersindical e os comunistas. A tendência sindical social-democrata, com a qual os socialistas se aliavam, então, em vários sindicatos, tinha-se fortalecido e vencido importantes eleições sozinha, começando a ameaçar a própria posição sindical dos socialistas.

¹ Idem, *A Luta*, 6 e 9-V-1977.

Do lado social-democrata, pela mesma altura, censurava-se a ambiguidade dos socialistas e atribuía-se-lhes a responsabilidade pelo relativo malogro da Carta Aberta. Em relação ao documento Gonelha, recebido em geral muito favoravelmente, apenas se censurava o não esclarecimento da questão dos aliados preferenciais, pois não se nomeavam os sociais-democratas, falando-se apenas de democratas. Em Maio de 1977, o dirigente dos "socioprofissionais" do PSD, Furtado Fernandes, pensava, como Gonelha, que seria prematura a criação de uma segunda central sindical. Considerava como tarefa prioritária das correntes democráticas "aumentar a sua implantação em termos sindicais".¹ Mas nem todos pensavam do mesmo modo no PSD. Um dirigente social-democrata dos Bancários do Sul afirmava pela mesma altura que a Carta Aberta tinha sido até então "um entrave à criação de uma verdadeira alternativa à Intersindical, na exacta medida em que ocupa o espaço de um movimento sindical democrático [...] sem usar consequentemente esse espaço".² Em Novembro de 1977, a TESIRESD apresentaria mesmo, num plenário de sindicatos da Carta Aberta, através dos dirigentes dos Bancários do Porto, um projecto sindical que visava transformar aquele movimento em central sindical.³ Os sindicalistas socialistas recusaram então a proposta, aceitando apenas instituir o MADISCA (Movimento Autónomo e Democrático de Intervenção Sindical Carta Aberta). Em 1977, entretanto, iam surgindo alguns sindicatos "paralelos", como o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, cujos filiados recusavam os sindicatos da função pública controlados pelos comunistas, e preparava-se lentamente a criação dos novos sindicatos de ramo de actividade.

¹ *Expresso*, 14-V-1977.

² *Jornal Novo*, 23-V-1977.

³ J. Paz Rodrigues e Muno Rebocho, "Para a história do sindicalismo reformista português", *Cadernos Sindicais*, n.º 1-2, 1983.

3. O nascimento da UGT.

Em Novembro de 1977, perante a rápida deterioração da situação política, o governo minoritário socialista faria uma nova proposta de pacto social, desta vez sob a forma de um documento, intitulado *Memorando aos partidos e parceiros sociais*. Esta proposta visava alcançar uma versão portuguesa do que fora em Espanha o Pacto de Moncloa do governo de Adolfo Suarez (Outubro de 1977). O governo presidido por Mário Soares não teve, todavia, o apoio nem dos partidos de oposição à sua esquerda e à sua direita, nem das organizações patronais e sindicais, quase todas elas ligadas às oposições. Este isolamento completo determinaria a queda no Parlamento do I Governo Constitucional em Dezembro de 1977. Nessa altura, para além da busca renovada de um apoio tácito da oposição à política económica do governo minoritário, estava ainda em jogo a condição de *estabilização política e social* requerida pelo Fundo Monetário Internacional, com vista à concessão a Portugal dos meios necessários à superação das dificuldades financeiras do país. A oposição no seu conjunto jogou com essa circunstância e ganhou, na medida em que o PS se viu forçado a abandonar a fórmula minoritária de governo e a procurar novas condições de uma real estabilização política e social.

Uma relativa estabilização política logrou o PS alcançá-la por meio da coligação com o CDS, em Janeiro de 1978, conduzindo à formação do II Governo Constitucional. Quanto à estabilização social, o governo procurou-a, nomeadamente, relançando a proposta de um *pacto* ou *acordo social*. Desta vez não pretenderia um mero acordo de conjuntura, mas sim um sistema institucionalizado de concertação, adequado à tarefa de

de relançamento da economia portuguesa com uma perspectiva de médio e de longo prazo.¹ Mas o acordo social estava uma vez mais condenado, por múltiplas razões. O movimento sindical, quatro anos após o 25 de Abril, continuava reduzido a uma única central, a CGTP-IN, ainda que a titubeante Carta Aberta tivesse começado a ensaiar, pela mão do governo, os seus primeiros passos como *parceiro social*, sendo recebida pelos ministros, fazendo ouvir as suas preocupações, conseguindo mesmo "corrigir" medidas governamentais (como o decreto do tecto salarial dos 15%). De facto, a Carta Aberta não passava ainda de um espaço de reunião de sindicatos de trabalhadores de escritórios e serviços (onde avultavam a banca e os seguros), não cobrindo praticamente nenhum sector operário, com grandes lacunas também entre os próprios trabalhadores dos serviços, funcionários públicos, rurais, etc. E para além do problema fundamental da escassa representatividade ou cobertura sindical, tinham-se declarado também divergências internas entre socialistas e sociais-democratas, resultando num afastamento progressivo destes últimos. Que papel estariam, pois, habilitados a desempenhar, como interlocutores sindicais, quer a Carta Aberta quer a Intersindical no pretendido sistema de *concertação institucionalizada*, semelhante à vigente em países da Europa Central ou do Norte, onde organizações sindicais poderosas e representativas tinham claras afinidades políticas com os partidos de governo?

Em Portugal, o partido com influência predominante na organização sindical estava não só na oposição (de onde não sairia previsivelmente tão cedo), como também alimentava um contencioso sem solução com os restantes partidos sobre a *natureza do regime* em Portugal. Algumas das principais opções económicas e políticas governamentais para o curto e médio prazo, como a busca do auxílio financeiro externo avalizado pelo FMI ou a adesão à Comunidade Económica Europeia, não podiam

¹ Entrevista do ministro do Trabalho A. Maldonado Gonelha ao *Expresso*, 25-II-1978.

proporcionar qualquer margem de entendimento ou negociação com a Intersindical. Esta contrapunha às opções do governo a palavra de ordem "independência nacional com projecto constitucional".¹ No plano social e político interno, as divergências de fundo entre as organizações sindical e patronal eram igualmente de molde a prever a impossibilidade de compromissos. O "cumprimento absoluto da Constituição e do projecto socialista que ela consagra"² era tudo menos uma perspectiva aliciante para o patronato que, embora ainda não reclamasse abertamente as desnacionalizações ou privatizações, julgava imprescindível o acesso da iniciativa privada nacional a sectores como a banca, que lhe estava vedado pela lei de delimitação dos sectores público e privado (Julho de 1977). Na regulamentação das questões laborais também não se adivinhavam zonas de possível consenso entre os parceiros sociais (e entre estes e o governo), bastando pensar em algumas das reivindicações permanentes do patronato: condicionamento do exercício do direito de greve, liberalização dos despedimentos, restrição dos poderes das comissões de trabalhadores nas empresas, etc. De notar que o próprio movimento Carta Aberta não teria sobre estas questões uma posição muito diferente da da Intersindical. O que também era notório era a carência de contrapartidas a oferecer, pelo governo ou pelo patronato, em troca da moderação salarial ou de qualquer cedência sindical nos campos atrás citados. A curto prazo, nem a manutenção do poder de compra ou do nível do emprego podiam ser responsabilmente prometidos aos trabalhadores. No quadriénio de 1976 a 1979, a generalidade dos trabalhadores portugueses viu os seus salários reais diminuírem sistematicamente.³

A Intersindical também não poderia, em princípio, esperar do governo e dos partidos governamentais decisões tendentes a reforçar ainda mais o seu poder de

¹ J. Barreto, "Modalidades, condições e perspectivas de um pacto social", *Análise Social*, n.º 53, p. 98.

² Editorial da revista *Alavanca* (órgão da CGTP-IN), de Maio de 1978.

³ Daniel Bessa, "O processo inflacionário português", *Análise Social*, n.º 70, p. 74.

controlo sobre o movimento sindical, como seriam a conservação da *unicidade de facto* — o reconhecimento da exclusividade da central sindical comunista na representação dos trabalhadores, por exemplo, nos contactos com o governo. Mas a este respeito é legítimo alimentar dúvidas, dadas as acusações provenientes de meios socialistas sobre um eventual comprometimento de Mário Soares perante o PCP, em 1977-78, em não favorecer de imediato a criação de uma segunda central sindical.¹ Desde 1977 que a Intersindical, na sua resposta ao *Memorando aos partidos e parceiros sociais*, pusera claramente com uma das condições prévias mais essenciais para qualquer "plataforma" a negociar com o governo a "total exclusão de organizações paralelas e de ingerências governamentais que visem consagrar o pluralismo e o divisionismo sindicais".² Mas a queda do governo PS-CDS, em Julho de 1978, viria alterar bastante os dados da problemática sindical e laboral, fazendo nomeadamente com que se deixasse de falar em Portugal de *acordo* ou *pacto* ou *concertação social* por alguns anos.

Pouco depois da demissão do II Governo Constitucional pelo Presidente Eanes (28 de Julho de 1978), os meios sindicais socialistas ligados à Carta Aberta começaram a agitar-se. A 22 de Agosto, era apresentado um projecto elaborado pelo Sindicato dos Seguros do Sul (dirigido pelo socialista Torres Couto), no sentido da transformação do quase extinto movimento da Carta Aberta em *organização sindical* com o nome de UDTP – União Democrática dos Trabalhadores Portugueses. Esta proposta, que teve o efeito de uma bomba, deveria ser discutida numa próxima reunião da Carta Aberta, em princípios de Setembro.

¹ As acusações sobre um hipotético conluio secreto entre o governo de Mário Soares e o PCP provieram da CDT – Confederação Democrática do Trabalho, uma pequena organização animada por Pelágio Madureira, ex-colaborador do primeiro-ministro para as questões laborais e sindicais (veja-se *Jornal Novo*, 25-VIII-1978). O dirigente sindical Alfredo Morgado faz eco das mesmas suspeitas (entrevista com Alfredo Morgado).

² "Resposta da CGTP-IN ao *Memorando aos partidos e aos parceiros sociais* apresentado pelo governo", *Alavanca*, Dezembro de 1977, pp. 12-13 e 40.

Para complicar um pouco a situação, tinha surgido alguns meses antes a CDT – Confederação Democrática do Trabalho, impulsionada por um grupo de militantes e sindicalistas socialistas descontentes com a política sindical adoptada pelo seu partido. A CDT apostava também na criação de *sindicatos democráticos*, isto é, sindicatos "paralelos" aos da Intersindical, de âmbito geográfico nacional e agrupando os trabalhadores por ramo de actividade. Nesse ano haviam já sido criados, com o apoio do Centro de Estudos Sindicais (antigo CECNS, regressado à sua vocação original de criar novos sindicatos), o SINDEQF (Sindicato Democrático da Indústria Química e Farmacêutica), o SINDHAT (hotelaria, alimentação e turismo) e o SINDECOMPA (construção), todos membros fundadores da CDT. Em todo este processo tivera importante papel Pelágio Madureira, socialista em processo de dissidência, ex-colaborador do primeiro-ministro Mário Soares e dirigente do Centro de Estudos Sindicais. Outros sindicatos de ramo de actividade, constituídos ou em formação já nesse ano, eram o SIMA (indústrias metalúrgicas e afins), o SINDEL (indústrias eléctricas), o SINTAP (administração pública) e alguns mais. Os sindicatos "paralelos", a que se poderia acrescentar o sindicato de base profissional SITEMA (técnicos de manutenção de aviões), filiavam trabalhadores e sindicalistas descontentes com os sindicatos da Intersindical e, em geral, resultavam da cooperação entre socialistas e sociais-democratas de várias sensibilidades.

A CDT, que além dos três recém-criados sindicatos "paralelos" referidos contava apenas com a adesão de um ou outro sindicato menor (sindicatos da construção civil de Aveiro e Bragança, por exemplo), carecia notoriamente de representatividade para desempenhar o papel de confederação. A sua primeira reacção ao anúncio do projecto de criação da UDTP foi de repúdio, denunciando-o como tentativa de criação de uma

nova central sindical partidária, mais precisamente, "a Intersindical do PS".¹ Para a CDT, que se dizia defensora de um "sindicalismo puro, livre de influências partidárias", a proposta de criação da UDTP vinha confirmar ter realmente existido um acordo PS-PCP: "Enquanto o PS foi governo, a criação da UDTP ficou congelada".² Esta hipótese é actualmente [1990] corroborada, até certo ponto, pelo secretário-geral da UGT, Torres Couto: "Enquanto o PS esteve no governo, houve sempre da sua parte uma atitude de ponderação e prudência quanto à criação de uma nova central sindical".³

As reacções contrárias à proposta do Sindicato dos Seguros do Sul foram numerosas, desde um violento comunicado da Intersindical,⁴ até às posições tomadas pela já citada CDT, pela BASE-FUT (que defendia a Intersindical, em cujo secretariado estava representada desde o congresso de 1977), partidos esquerdistas como a UDP (ligada à "corrente sindical de classe", aderente à Intersindical), sectores obreiristas do PS ligados ao ex-ministro Marcelo Curto (corrente que ele denominará "Esquerda laboral") e a própria Comissão Coordenadora Provisória da TESIRESD, que acusava a iniciativa de "cupulista".⁵ Parte dos sociais-democratas da TESIRESD, convictos da maior implantação sindical do seu partido relativamente ao PS, recusavam a liderança da iniciativa por socialistas.

Nestes dois últimos partidos também havia, contudo, importantes apoios à imediata constituição da nova organização sindical. No PS, Maldonado Gonelha, responsável pelo sector laboral e presidente da Fundação José Fontana, parecia levar a melhor sobre a corrente reunida em torno de Marcelo Curto, que continuava a levantar

¹ *Jornal Novo*, 25-VIII-1978.

² *Idem*, *ibidem*.

³ Entrevista com J. M. Torres Couto.

⁴ *Diário de Notícias*, 7-IX-1978.

⁵ *Jornal Novo*, 31-VIII-1978.

objecções à constituição de uma nova central "por iniciativa de cúpulas".¹ Na direcção do PSD assim como na TESIRESD (nesse momento ainda não formalizada como uma associação de sindicalistas desligada organicamente do partido), tinha realmente bastante peso a posição de que os sociais-democratas, "segunda força sindical" em Portugal (depois dos comunistas), deveriam liderar a nova organização sindical desde a sua criação, opondo-se por conseguinte à paridade das duas tendências nos futuros órgãos directivos. Considerações de carácter puramente partidário, como a circunstância de o PS viver então uma grave crise interna que ameaçava desintegrar o próprio partido, faziam também sonhar os responsáveis sociais-democratas com uma hegemonia absoluta no campo do "sindicalismo democrático". Mas um sector dos sindicalistas do PSD ligado a Mário Pinto (da Fundação Oliveira Martins) e que tinha o apoio de Francisco Sá Carneiro, era de opinião de que "os sociais-democratas deviam ser generosos na fundação da nova central" e, consequentemente, acordar a paridade, pois que se tratava de "historicamente, unir socialistas e sociais-democratas".² A "luz verde" recebida dos líderes de ambos os partidos foi decisiva, segundo o testemunho de vários protagonistas deste processo.³ Soares e Sá Carneiro teriam mesmo abordado, num raro encontro dos dois líderes por aquela altura realizado, a questão sindical "num tom convergente".⁴

Entretanto, a Carta Aberta, já praticamente circunscrita aos socialistas, reunia em Coimbra em 10 de Setembro de 1978 e decidia a sua própria extinção, a fim de dar

¹ Entrevista de Marcelo Curto ao *Jornal de Notícias* de 10-IV-1978.

² Entrevista com Mário Pinto.

³ Entrevistas com J. M. Torres Conto e Rui Oliveira e Costa.

⁴ Entrevista com Mário Pinto.

lugar, em Outubro, a uma nova organização sindical que deveria denominar-se UGDT.¹ No PS, as últimas resistências foram praticamente arredadas após o encontro de 1.200 sindicalistas do PS em Tróia, a 15-16 de Outubro de 1978, em que ficou por fim assente contribuir para a constituição da UGT – União Geral dos Trabalhadores, terceiro nome proposto em pouco tempo e coincidente, até na sigla, com o da central sindical socialista espanhola.² Esteve presente no final desse encontro o líder socialista Mário Soares, que afirmou ser o PS, no campo sindical, "um gigante adormecido". Conversações entretanto decorridas entre sindicalistas do PS e do PSD pareciam ter conduzido a um acordo final: constituição de uma *central com tendências e um pacto de paridade*. Na obtenção deste acordo teve importante papel o bom relacionamento e entendimento existente entre os responsáveis da Fundação José Fontana (Maldonado Gonelha) e da Fundação Oliveira Martins (Mário Pinto). Segundo este último, terá sido "extremamente difícil vencer as resistências internas em ambos os partidos".³ As maiores resistências provieram aparentemente de certos dirigentes partidários alheios ao movimento sindical, tanto no PS como no PSD.⁴

Não obstante tudo parecer encaminhado para a constituição da UGT, os dirigentes da TESIRESD romperam no último momento com os socialistas, alegando a tentativa do PS de controlo antecipado da UGT e de colonização partidária do projecto sindical democrático.⁵ Isto não impediu a realização do encontro de dirigentes sindicais de 28-29 de Outubro de 1978, em Lisboa, em que foi aprovada e assinada por 30 sindicatos, declarando representar 448.000 trabalhadores, a proposta de constituição da UGT.

¹ *Jornal Novo*, 11-IX-1978. A sigla significaria: União Geral Democrática dos Trabalhadores.

² *Jornal Novo*, 17-X-1978.

³ Entrevista com Mário Pinto.

⁴ Entrevistas com J. M. Torres Couto e Rui Oliveira e Costa.

⁵ *Jornal Novo*, 20-X-1978.

Participaram no encontro 45 sindicatos (15 dos quais com o estatuto de observadores) e três federações. Alguns dos principais sindicatos com dirigentes da TESIRESD não estiveram presentes, caso dos sindicatos dos bancários do Sul e do Norte, Enfermeiros do Norte, Professores do Norte e outros. Mas em compensação fizeram-se representar outros sindicatos cujas direcções incluíam elementos sociais-democratas ou eram até compostas por estes exclusivamente, caso do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e do Sindicato dos Seguros do Norte. Presentes estiveram também sindicatos "paralelos" de ramo de actividade, como o SIMA ou o SINDEQF (este um dos aderentes da CDT que decidiram estar presentes). Foi eleito um *secretariado instalador*, cuja principal missão era a de preparar o I Congresso da UGT, a realizar em Janeiro de 1979. Esse secretariado era composto por 25 elementos, 10 socialistas, 10 sociais-democratas e 5 independentes. Foram aprovados também os estatutos provisórios da UGT, que previa filiação de sindicatos e, directamente, dos próprios trabalhadores, de modo a obstar às grandes lacunas de cobertura dos sindicatos fundadores. A UGT defendia uma organização sindical vertical por ramos de actividade e a realização de *congressos* em vez das "clássicas assembleias gerais", manipuláveis por minorias. A UGT não se considerava ainda, por razões de representatividade, como uma "central sindical", mas os estatutos previam essa transformação no futuro.

A direcção da TESIRESD não tardou a reconhecer que os vários dirigentes sindicais reformistas haviam feito "análises diversas", "opções diferentes" acerca da constituição da UGT.¹ No encontro nacional (ou I Congresso) da TESIRESD que se realizou em Novembro de 1978 no Porto,² ficou decidido apoiar a participação dos

¹ Comunicado da TESIRESD, cit. em *Jornal Novo*, 31-X-1978.

² No Congresso foram "apresentados os Estatutos, Declaração de Princípios e Programa de Acção da TESIRESD e eleitos os seus primeiros corpos sociais da nova fase da sua existência, agora com expressão jurídico-institucional formalizada" (J.P. Rodrigues, N. Rebocho, artigo citado, pp. 9-10). Alguns militantes sindicais social-democratas que não estiveram de acordo com a fundação da UGT opuseram-se

associados na UGT. A CDT, por seu turno, não teve outro recurso senão o de anunciar a sua dissolução e "adesão" à UGT. Uma circunstância habitualmente citada como tendo concorrido decisivamente para um entendimento no terreno sindical entre socialistas e sociais-democratas e para a constituição da UGT foi a presença simultânea de ambos os partidos na *oposição* durante um lapso de tempo, após a exoneração de Mário Soares pelo Presidente da República. De facto, entre Setembro de 1978 e fins de 1979, o país teve governos de iniciativa presidencial, com o PS e PSD ambos na oposição, ainda que com pontos de vista distintos. Mas tratou-se de uma situação extraordinária, que não viria depois a repetir-se. A UGT tem-se porém mantido desde então, com o PSD no poder e o PS na oposição (1980-1983 e 1985-1990) ou com o PS no poder e o PSD formalmente coligado com ele (1983-1985). A aliança das duas tendências sindicais tem uma dimensão conflitual permanente, como no próprio momento da sua criação foi bem visível, em virtude da competição dos respectivos partidos por espaços políticos idênticos. A alternância no poder do PS e do PSD, que se tem verificado desde 1976, contribui para manter e, por ocasiões, avivar bastante essa tensão, mas esta é uma circunstância que, segundo Mário Pinto, contribuiu para "condenar" a UGT a manter-se *sindical* e a não fazer oposição *política* aos governos.¹

Os sindicatos aderentes à UGT foram imediatamente realizando referendos entre os seus associados, com o intuito de fazer ratificar pelas bases a decisão tomada, em alguns casos simultânea do abandono da filiação na Intersindical. Quando da realização do I Congresso da UGT (27-28 de Janeiro de 1979, no Porto), já tinham organizado esse referendo 33 sindicatos. Os partidos apoiantes da UGT (PS, PSD e CDS) fizeram-se

igualmente à institucionalização da TESIRESD como associação de sindicalistas exterior ao PSD. Foi o caso do bancário Arménio Santos, que viria mais tarde a liderar o processo de transformação dos "socioprofissionais" do PSD na estrutura (igualmente partidária) dos TSD, numa tentativa de assimilar e liquidar a TESIRESD.

¹ Entrevista com Mário Pinto.

representar no congresso pelos seus líderes, Mário Soares, Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa. Este dirigente do CDS escreveria a propósito da constituição da UGT tratar-se, na sua opinião, de um dos factos políticos mais importantes desde o 25 de Abril, embora a tendência sindical democrata-cristã não se encontrasse representada nos órgãos da UGT, para o que necessitaria de pelo menos 10% dos delegados ao congresso. J. M. Torres Couto, dirigente socialista do Sindicato dos Seguros do Sul, seria eleito secretário-geral da UGT e Miguel Pacheco, dirigente social-democrata do Sindicato dos Bancários do Sul, presidente do conselho geral. A paridade entre-as duas tendências estendia-se a todos os órgãos directivos.

A Intersindical reagiu de imediato à criação da UGT requerendo a sua *extinção judicial*, a pretexto de infracções à legalidade democrática, e denunciando-a como "um projecto das forças que vêm na unidade dos trabalhadores e do seu movimento sindical unitário o obstáculo intransponível aos seus propósitos de reconstituição do poder económico dos grandes monopólios e latifundiários".¹ A reacção do campo sindical comunista à constituição da UGT e dos próprios sindicatos "paralelos" (que denominavam *amarelos*) assumiria aspectos violentos, chegando às agressões físicas. Na linguagem da Intersindical, "divisionismo" passou a ser sinónimo de UGT. Para se designar a si própria a Intersindical escolheria a expressão "movimento sindical unitário", conceito que incluía ainda todos os sindicatos que, embora não filiados, participassem em qualquer das actividades da central, recusando ao mesmo tempo colaborar com a UGT.

Duma perspectiva diametralmente oposta à da Intersindical, começaram também rapidamente a formular-se dramáticas apreensões sobre o futuro da UGT, quando se descobriu, com algum espanto, que a recém-criada central sindical também apoiava

¹ CGTP-IN, *I Conferência Nacional de Organização Sindical* (Fevereiro de 1979), p. 63.

greves, o que sucederia logo em Fevereiro de 1979 com uma greve dos telefones.¹ Esta paralisação de vários dias foi, de resto, extremamente impopular, pois gerou o caos nas comunicações telefónicas num momento em que se registavam no país fortes intempéries. Para a nova central tratou-se da primeira tomada de posição frontal contra o governo de Mota Pinto (de iniciativa presidencial) e de uma tentativa de conseguir influência no importante Sindicato dos Correios e Telecomunicações, então não confederado. A UGT desempenhou, depois, um relevante papel na readmissão dos trabalhadores despedidos durante o conflito, fazendo valer as suas relações internacionais.² Até ao termo dos governos de iniciativa presidencial (fim de 1979), a UGT procurou frequentemente afirmar-se através de uma atitude reivindicativa mais intransigente do que a da sua rival: exigências salariais superiores, convocação de greves de maior duração, etc.

Na sua luta pelo estatuto de parceiro social, a UGT manteve também desde esse ano um longo conflito com a Intersindical em torno da composição da delegação dos trabalhadores portugueses à Conferência da OIT, nomeada pelo governo. A UGT pretendia um tratamento equiparado ao da Intersindical, enquanto esta última exigia para si o exclusivo da representação, fundando-se na sua maior implantação nacional. As duas centrais competiam igualmente entre si por uma projecção internacional, antes de mais na tentativa de adesão à CES – Confederação Europeia de Sindicatos. Não podendo realisticamente invocar vantagem de representatividade relativamente à Intersindical, a UGT procurou e conseguiu resolver favoravelmente estas disputas por meio dos bons ofícios que as suas ligações e afinidades políticas proporcionavam, tanto

¹ "Para onde vai a UGT? ", *Jornal Novo*, 15-II-1979. O vespertino *Jornal Novo*, criado em 1975 quando todos os grandes meios de comunicação social estavam nacionalizados, tinha ligações à CIP e ao grupo Melo.

² Pedro d'Anunciação, "Balanço do ano de 1979 – Trabalho e sindicatos", *Expresso*, 29-XII-1979. Nesse mesmo ano a UGT obteve a adesão à CISL e apresentou o seu pedido de filiação na CES, à qual a Intersindical também se havia candidatado.

no plano nacional como internacionalmente. A situação de indefinição legal do conceito de representatividade sindical e a inexistência de critérios objectivos e rigorosos para a sua aferição oficial facilitaram inegavelmente o arranque e a consolidação da UGT, como, de resto, já haviam favorecido a implantação da Intersindical.

A lei sindical de 1975, com a sua filosofia unicitária e o seu desígnio de consagração da Intersindical, era largamente omissa em relação às várias dimensões do problema da representatividade. Por um lado, partia do pressuposto abusivo de que a organização sindical então existente já era "comprovadamente representativa",¹ considerando pois desnecessária qualquer prova adicional. Por outro, proibindo o pluralismo confederal e criando fortes entraves à livre criação de sindicatos, restringia drasticamente, como é óbvio, o possível alcance da questão da representatividade. Enfim, exigências concretas de representatividade empiricamente mensurável só apareciam na lei para condicionar e dificultar a criação de novos sindicatos.²

Após a revogação pelo primeiro governo socialista da parte "manifestamente inconstitucional" do articulado de 1975, ficou-se à espera da anunciada nova lei sindical. Tardariam, porém, a aparecer na Assembleia da República os respectivos projectos. Detentor, até finais de 1979, de uma maioria parlamentar relativa, o Partido Socialista só apresentou oficialmente o seu projecto de lei em Março desse ano³ ou seja, vários meses após o arranque da UGT. Da autoria do deputado Maldonado Gonelha, que deixara o governo em 1978, este projecto iria provocar forte polémica, inclusive no seu próprio partido, o que inviabilizou finalmente a sua aprovação.

¹ D.-L. 215-A/75, de 30 de Abril, preâmbulo, ponto 1.

² Idem, artigos 8.º e 12.º.

³ Projecto de lei 230/I, *Diário da Assembleia da República*, 30-III-1979, pp. 986-994. Segundo o seu autor, o projecto teria sido redigido em 1978, ainda antes da criação da UGT.

O “projecto Gonelha” de lei sindical visava, segundo o seu autor, assegurar a *representatividade democrática* das organizações sindicais, tendo em consideração os importantes direitos e funções que lhes eram cometidos. Não se tratava todavia, ao contrário do que aquela expressão poderá sugerir, de uma tentativa de estabelecer critérios concretos de representatividade, de modo a permitir adequar o tratamento dado pelo Estado e pela lei aos sindicatos e centrais segundo a sua importância relativa e absoluta. Tratava-se sim, fundamentalmente, de garantir a *democraticidade da organização e gestão das associações sindicais*.¹ O projecto Gonelha enveredava, de facto, por uma tradução detalhada e bastante peculiar do princípio genérico de democraticidade estipulado pela Constituição.² As associações sindicais, segundo o projecto, deveriam adoptar um figurino único de organização interna, determinando aspectos tão importantes como: o congresso como órgão máximo, os processos eleitorais directos e indirectos, os órgãos executivos, a representação de tendências, etc. Além disso, transparecia do referido figurino único a sua semelhança com o modelo de organização interna da UGT, que assim claramente se pretendia generalizar. Na realidade, o projecto de lei Gonelha prolongava as teses defendidas pelo seu autor desde 1977, nomeadamente quanto à impossibilidade de a Intersindical se “democratizar” internamente: a solução seria, pois, impor-lhe essa democratização através de minuciosas disposições legais.

No mesmo ano de 1979, um parecer da Procuradoria-Geral da República considerou violadores da Constituição e de várias convenções internacionais assinadas por Portugal mais alguns pontos do articulado ainda em vigor da lei sindical de 1975,

¹ Declarações de A. Maldonado Gonelha citadas pelo *Expresso* de 14-VII-1979.

² CRP, 1976, art.º 57, ponto 3.

fazendo assim prevalecer o princípio constitucional da liberdade de organização e regulamentação interna das associações sindicais.¹ Ora a apreciação contida nesse parecer aplicar-se-ia, por maioria de razão, ao preceituado no projecto de lei de Maldonado Gonet. Por todos os motivos referidos e porque as eleições legislativas intercalares de 1979 deram origem a um Parlamento com uma composição muito diferente, não chegou a ser aprovada naquele ano uma nova lei sindical. Acrescente-se apenas que nenhum novo projecto de lei sindical foi apresentado desde então na Assembleia da República, continuando assim em vigor, *até hoje*, o remanescente do articulado da lei de 1975 (que assumira a forma de um decreto-lei do Conselho de Revolução).

¹ *Diário da República*, II série, n.º 142, 22-VI-1979.

Capítulo V

O sindicalismo nos anos 80

1. A organização sindical portuguesa após a criação da UGT.

A criação da UGT foi demorada, difícil e contestada até no próprio seio das forças que lhe deram origem. Exigiu complicadas negociações e só foi tornada possível pela intervenção concordante dos líderes partidários socialista e social-democrata. Mesmo assim, perante dificuldades surgidas no último momento, a UGT teve de se impor através do facto consumado, obtendo a adesão de um sector sindical social-democrata mais renitente somente *a posteriori*. Mas com a sua fundação não acabaram os problemas. Novos apareceram, outros mantiveram-se, ganhando uma insuspeitada dimensão.

Os problemas financeiros não foram talvez os mais sentidos. Tal como a Intersindical em 1974-75 (pelo menos), a UGT também não teve desde o seu começo que se restringir às quotizações pagas pelas organizações filiadas. Apesar de contar entre os seus aderentes alguns dos sindicatos portugueses com maiores volumes de quotização,¹ a UGT recorreu sempre a fontes de receita suplementares. Em 1987, no seu nono ano de funcionamento, cerca de um quarto da receita do orçamento oficial da UGT provinha da "solidariedade internacional" ou de subsídio estatal (**quadro 15**). A opacidade das finanças sindicais não permite, aliás, avaliar com todo o rigor o grau de dependência de fontes externas. Sem ser caso único na Europa (atendendo ao que se passa, por exemplo, em França), o sindicalismo português não tem funcionado neste

¹ Especialmente o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, actualmente o maior e mais "rico" sindicato português. O SBSI assegurava por si só, em 1990, *mais de metade* das receitas da UGT provenientes das quotizações dos 60 sindicatos nela filiados. Refira-se que o orçamento anual do SBSI é mais de *dez vezes* superior ao da UGT.

capítulo como modelo de auto-organização dos trabalhadores. A taxa de sindicalização em Portugal, inferior às da Europa Central e do Norte (mas idêntica ou levemente superior às de Espanha, França ou Grécia), está certamente na origem dos problemas de autofinanciamento. É certo que a insuficiência das quotizações pode também ser analisada pelo lado das despesas. Segundo um razoável conhecedor da questão, os dirigentes sindicais, em especial da área da UGT, estariam "habitados a que tudo lhes seja pago", sendo-lhes assim estranho o "espírito austero dos autênticos sindicalistas".¹ Mas se esta hipotética falta de parcimónia agrava o problema do autofinanciamento, também não será com uma perspectiva de virtuosa austeridade que se forma e se mantém um conjunto de indispensáveis quadros sindicais. Na área da Intersindical, ainda que também já surjam críticas às despesas excessivas dos dirigentes, é frequente ouvir desabaços sobre os sacrifícios materiais (e profissionais) a que obriga a vida de um quadro sindical.

O apoio prestado com largueza por instituições e organizações sindicais estrangeiras foi, de qualquer modo, essencial para o arranque não só da estrutura confederal da UGT como dos seus novos sindicatos sectoriais, criados muitas vezes a partir do zero, cada um a exigir a sua sede, funcionários, equipamento, delegações, organizações ao nível da empresa, formação de quadros. A Intersindical, uma vez que as organizações suas filiadas herdaram a maior parte do aparelho sindical corporativo, terá tido menos problemas deste tipo, mas também prestou apoio financeiro, logístico e técnico à criação de raiz de vários sindicatos. Em todo o caso, a construção da própria UGT assentou, em boa medida, sobre bases que provinham do passado, com destaque

¹ Entrevista com Mário Pinto (da Fundação Oliveira Martins). Segundo Mário Pinto, os sindicalistas da UGT seriam, neste aspecto, exemplo de "uma classe dirigente mal formada". É um facto que certos dirigentes de sindicatos da UGT com mais de 10 anos de existência tinham, ainda recentemente, os seus salários pagos por organizações estrangeiras. As finanças sindicais são em Portugal, dum modo geral, bastante opacas. A partir de 1974-75, a Intersindical, nos dados que tornou públicos, deixou de apontar receitas provenientes da "solidariedade internacional", embora fosse do domínio público a existência de diversas formas de apoio por parte das organizações sindicais do Leste europeu, pelo menos até 1989.

para os sindicatos de bancários, dos escritórios e dos seguros — curiosamente, note-se, as mesmas organizações pelas quais se havia iniciado em 1933 a construção do sindicalismo corporativo e que, de certo modo, foram destinadas a servir-lhe de modelo.

Além dos novos sindicatos de ramo referidos no capítulo precedente, surgiram já depois da fundação da UGT, entre outros, o SINDETEX (Sindicato Democrático das Indústrias Têxteis e do Calçado), o SINDEPESCAS (pescas) e o SITRA (transportes rodoviários), todos em 1980; o SINDEMINAS (indústrias extractivas) e o SINDETELCO (correios e telecomunicações), em 1981; o SINDEGRAF (indústrias gráficas e do papel) e o SINDIVIDRO (indústria vidreira), em 1982; o SETAA (agricultura) e o SETACCOP (construção e obras públicas), em 1986; o SINDECOR (cortiças), em 1987. A cobertura actual [1990] da UGT, que em 1981 assumiu estatutariamente a qualidade de *central sindical*, não apresenta já lacunas consideráveis. Entretanto, vários sindicatos de base profissional ou categorial, antigos ou recém-criados, foram também aderindo à UGT, como o SITEMA (técnicos de manutenção de aviões, resultante de uma cisão dos metalúrgicos), o Sindicato dos Enfermeiros do Norte, o Sindicato dos Enfermeiros Diplomados, o SINAFE (ferroviários de estação), o SINFESE (empregados e técnicos do caminho de ferro), o Sindicato dos Ferroviários de Trens e Revisão e diversos outros.

Sem ter abandonado expressamente o seu propósito de organizar nacionalmente os trabalhadores por grandes ramos de actividade, a cada um dos quais corresponderia um sindicato, a UGT continua actualmente, como no momento da sua criação, a ser uma organização mista de sindicatos de ramo, ditos "verticais", e de sindicatos profissionais e categoriais. A reestruturação sindical de que tanto se falou no passado — e que foi cavalo de batalha primeiro contra os sindicatos corporativos, depois contra a Intersindical, assim como um dos principais argumentos para a criação da UGT —

deparou na prática com grandes resistências. Nem a verticalização, nem a fusão, nem mesmo a simples federação de sindicatos se fez facilmente. Particularismos socioprofissionais, outras vezes diferenças políticas, regionalismos, etc., são obstáculos reais às tentativas de reorganização. Por exemplo, em 1990 estão filiados na UGT quatro sindicatos dos caminhos-de-ferro, cada um representando distintas faixas profissionais, mas as perspectivas de agrupamento numa só organização ferroviária são, por enquanto, meramente teóricas. Quanto aos bancários, cujos sindicatos estão todos na UGT, continuam sem uma federação nacional.

Relativamente frustrante se revelou também a tentativa de reestruturação dos sindicatos filiados na Intersindical. Na sua maioria foram formalmente verticalizados mas, na prática, não registam entre os seus associados percentagens representativas de quadros, técnicos, pessoal administrativo e outras profissões, boa parte dos quais se filiou noutras organizações. A "verticalização" apenas foi bem sucedida, em geral, no respeitante à transferência de profissões operárias de sindicatos de base profissional para sindicatos de ramo. (Por exemplo: os electricistas das indústrias metalúrgicas e metalomecânicas passaram-se para os sindicatos metalúrgicos e, inversamente, os torneiros, serralheiros, etc., das indústrias eléctricas transferiram-se para os sindicatos do respectivo sector).

A resistência à verticalização proveio, por um lado, dos tradicionais sindicatos de trabalhadores de escritório, quase todos filiados na UGT, que teriam de sacrificar contingentes de associados seus, cedendo-os aos novos sindicatos verticais. Depois de terem colaborado voluntariamente, numa primeira fase, com essa sangria, os dirigentes sindicais dos escritórios começaram a resistir, argumentando com a vontade das bases. António Janeiro, então líder do SITESE (o antigo Sindicato dos Escritórios de Lisboa, alargado ao sector dos serviços) declarava em 1986: "A verticalização não resulta. Não

resultou a imposição pelos comunistas em 1975 nem resultará agora a tentativa da UGT, através dos novos sindicatos verticais. Os *colarinhos brancos* são contra a verticalização em todo o mundo".¹ Janeiro citava o caso da central DGB, da Alemanha Federal, constituída por 16 grandes sindicatos verticais de sector. Ora a própria DGB não teria conseguido impedir que os *colarinhos brancos* criassem uma estrutura autónoma de representação. António Janeiro, que em 1979 teria sido preterido pelos responsáveis socialistas a favor de Torres Couto na indigitação para o cargo de secretário-geral da UGT,² moveu depois uma contestação crescente à central sindical de que fora co-fundador. Em 1986 (ano em que faleceu), projectava mesmo retirar o seu sindicato do âmbito da UGT e criar uma confederação nacional de *colarinhos brancos*.³ Segundo Janeiro, a aposta da UGT, a seu ver errada, nos novos sindicatos de ramo de actividade teria resultado da influência do figurino alemão, veiculada através da ajuda prestada pela DGB aos meios sindicais socialistas a partir do 25 de Abril.

Mas a resistência à verticalização não se restringiu aos sindicatos de escritórios e seus filiados. Enquanto ambas as centrais propalavam as vantagens do sindicalismo vertical, na realidade iam-se verificando fenómenos de sentido oposto. Com efeito, desde 1974 que numerosos grupos profissionais ou categorias de trabalhadores deixaram os sindicatos, antigos ou recentes, em que estavam integrados, vindo a constituir pequenos sindicatos coesos e eficazes na representação dos interesses dos seus associados. Foi o caso, entre muitos outros, dos pilotos de aviação civil, dos maquinistas dos caminhos-de-ferro, dos controladores de tráfego aéreo, dos electricistas e dos condutores do Metro e dos quadros e técnicos das indústrias têxteis, dos lanifícios,

¹ Entrevista com António Janeiro.

² Entrevista com Marcelo Curto. Terá sido o então responsável pelo sector laboral e sindical do PS, A. Maldonado Gonelha, quem fez pender a favor de Torres Couto a escolha para secretário-geral da UGT.

³ Entrevista com António Janeiro. Não se tratava, aparentemente, de um projecto para pôr em prática de imediato, mas de um plano a médio prazo.

da indústria metalúrgica, dos transportes rodoviários, do sector bancário, etc., que se foram desligando de antigos sindicatos com efectivos muito mais numerosos, alguns já de estrutura vertical ou semi-vertical. O mesmo se passou na administração pública, em que após a formação dos grandes sindicatos de funcionários públicos, que se filiaram nas centrais, começaram a surgir novos pequenos sindicatos representando à parte os quadros, o pessoal de determinados departamentos ou serviços, etc.

Os técnicos altamente qualificados ou detentores de forte poder negocial, os quadros, certos grupos e categorias profissionais com interesses específicos e, em geral, os *colarinhos brancos* reagiram assim ao "igualitarismo" e ao modo como as minorias iam sendo "cilindradas" por direcções sindicais representativas das maiorias. Esta é também a análise que faz o antigo sindicalista Manuel Bidarra, defensor desde os anos 60 de sindicatos verticais organizados por ramo de actividade e que, significativamente, viria em 1983 a ser co-fundador do Sindicato dos Quadros da Indústria Metalúrgica.¹ Em todo o caso, se os grandes sindicatos revelaram tendência para o nivelamento, também é verdade que alguns dos novos sindicatos resultantes de fraccionamentos se têm mostrado eficazes na conquista de condições de trabalho altamente privilegiadas para os seus membros, mesmo em empresas em que a generalidade dos trabalhadores usufrui salários e regalias acima da média.

Compreensivelmente, as confederações sindicais de início deploraram o fenómeno da rejeição dos grandes sindicatos, tendendo a ver na resistência à verticalização e, em particular, na fragmentação de sindicatos um processo revelador de "elitismos" ou resquícios de "corporativismo". Posteriormente, prestando maior atenção às especificidades e particularismos que haviam reprovado, as confederações começaram, por exemplo, a organizar no seu seio órgãos específicos (uma "ala" na

¹ Entrevista com Manuel Bidarra.

UGT e uma "comissão" na CGTP-IN) para a defesa dos interesses dos quadros. A Intersindical promoveu ainda a criação de uma Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos, aberta à filiação dos sindicatos de quadros existentes, mas cuja representatividade é muito limitada. Mais representativa é a Federação Nacional dos Sindicatos de Quadros (FENSIQ), que agrupa sindicatos independentes e alguns da UGT.

Como consequência tanto da sindicalização em sectores antigamente interditos, como do referido fenómeno de fragmentação de sindicatos e do pluralismo em geral, o número total de organismos sindicais de base aumentou e continua actualmente bastante acima do que era no tempo da chamada "pulverização sindical" corporativa. Apesar das muitas dezenas de fusões que se registaram desde 1974, ano em que havia 325 sindicatos, no final de 1987 esse total era já de 366, com tendência para aumentar. No período posterior ao 25 de Abril, o número de sindicatos existentes apenas mostrou tendência para baixar entre 1978 e 1984, voltando posteriormente a subir (**quadro 16**).

Os novos sindicatos de ramo da UGT propunham-se recrutar associados tanto nos sindicatos existentes, ligados à Intersindical, como entre os trabalhadores não sindicalizados. O primeiro destes objectivos terá sido de início parcialmente bem sucedido, mas os sindicatos da Intersindical teriam sido afectados menos pela concorrência (a que sistematicamente chamavam então "divisionismo") do que pelo fenómeno da dessindicalização, que se acentuou a partir do começo da década de 80 e, especialmente, a partir de 1983. Contudo, nas grandes empresas públicas (EDP, CP, Rodoviária Nacional, Petrogal, CTT, etc.), a Intersindical reconhece que os novos sindicatos da UGT se instalaram "quase exclusivamente à custa da perda de sócios de sindicatos do *movimento sindical unitário*".¹ A dessindicalização e a resistência à

¹ CGTP-IN, *Relatório de Actividades ao V Congresso (1983-1986)*, Lisboa, 1986, p. 128.

sindicalização têm constituído forte obstáculo também à expansão da UGT. O líder do SINDETEX, José Mota, declarou ter sido mais fácil recrutar associados entre os trabalhadores inscritos nos antigos sindicatos do sector, todos filiados na Intersindical, do que na massa não sindicalizada.¹ Em 1984, o secretário-geral da UGT Torres Couto falava já de *dessindicalização maciça* (que obviamente afectaria também os sindicatos filiados na sua central) alertando para o perigo de, em poucos anos, se atingirem em Portugal taxas de sindicalização inferiores às observadas nos restantes países latinos e mesmo em Espanha, uma das mais baixas da Europa.²

A crise económica duramente sentida em Portugal entre 1981 e 1985 teria sido um dos principais factores responsáveis por esta vaga de dessindicalização. No sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa (filiado na Intersindical), que perdeu naquele período mais de 30% dos seus quotizantes, o fenómeno relacionar-se-ia fundamentalmente com o desemprego.³ A Intersindical, por seu turno, reconheceu implicitamente uma quebra de quase 30% dos associados no conjunto dos sindicatos seus filiados, só no período entre 1979 e 1986 (**quadro 5**), independentemente da fiabilidade, em termos absolutos, dos efectivos que declara. Os números reclamados pela UGT, que em termos absolutos são igualmente pouco fiáveis, mostram porém uma tendência crescente no mesmo período (**quadro 6**). Tal tendência, que parece contradizer as perdas de sindicalizados que os dirigentes da UGT publicamente confessaram ao longo da década de 80, poderá

¹ Entrevista com José Mota.

² *Seminário: Portugal – Que Classes Trabalhadoras? Que Sindicalismo?*, Cadernos UGT, Fevereiro de 1985, p. 67.

³ Entrevista com David Castro (coordenador, em 1986, do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa). Este dirigente referiu que só entre 1984 e fins de 1986 se tinham registado 15.000 despedimentos na área e âmbito do seu sindicato. David Castro afirmou ainda que 12.000 associados tinham os seus salários em atraso em 1986, pelo que não pagavam quotização sindical. O seu sucessor como coordenador da direcção do sindicato, João Silva, revelaria em 1987 que os efectivos não ultrapassavam os 35.000, ou seja, cerca de metade do número oficial do princípio da década. Um dado mais recente (Março de 1990) vem confirmar a permanência da perda de efectivos: uma fonte da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa reconheceu que o número de inscritos que pagavam as quotizações não passava dos 21.000 (*Expresso*, 10-III-1990).

unicamente atribuir-se à filiação nesta central de mais de duas dezenas de sindicatos no mesmo espaço de tempo.

Os números disponíveis sobre os efectivos das associações sindicais são em geral muito pouco fiáveis. O fenómeno não é de hoje, como não é exclusivamente português, nem apenas sindical. Prende-se com a questão da credibilidade dos sindicatos tanto perante as suas bases como na sua qualidade de interlocutores do patronato e do Estado. Em período de crise de sindicalização, os verdadeiros números raramente vêm a público. Em Portugal acresce a circunstância da *guerra de representatividade* que se desenrolou nos anos 80 entre as duas centrais sindicais, transformando as estatísticas dos efectivos em matéria da importância estratégica, comparável à do voto na política.

Em compensação, são públicos e incontestados os números de sócios de alguns sindicatos com taxas reais de sindicalização muito altas. Nos bancários, em que essa taxa é superior a 90%, constituindo um máximo nacional para os sindicatos de grandes efectivos,¹ explicar-se-ia por todo um conjunto de razões: tradição de níveis de sindicalização altos, bons serviços pessoais prestados pelo sindicato, estabilidade do emprego, defesa do alto nível salarial e de outras condições de trabalho privilegiadas, nacionalização do sector em 1975, etc. Situação idêntica se verifica no sector dos seguros, em algumas grandes empresas actualmente pertencentes ao Estado e ainda em certas profissões de grande poder negocial. Na maioria dos restantes sectores e profissões, os números de sindicalizados que em geral são reclamados merecem menos crédito, pois reflectem já a guerra de representatividade, quer entre sindicatos concorrentes quer entre as centrais sindicais. Esta disputa existe também no próprio seio das centrais, onde a presença de cada sindicato nos órgãos confederais é proporcional (em princípio) ao número de associados, se bem que um certo controlo é exercido pela

¹ Taxas idênticas ou superiores à dos bancários só se registam em certos sindicatos categoriais, de pequenos efectivos, como os controladores aéreos, os maquinistas da CP, os pilotos de aviação civil, etc.

via do volume de receitas e correspondente quotização dos sindicatos para as centrais. Na UGT, a guerra dos efectivos articula-se ainda com a luta pelo poder entre socialistas e sociais-democratas. Na Intersindical igualmente se verificam disputas em torno dos efectivos reclamados pelos diversos sindicatos, apesar de as lutas entre tendências terem muito menos importância.

Qualquer comparação do número actual de sindicalizados com os existentes em (ou antes de) 1974 deve começar por ter em conta a abolição da quotização obrigatória em 1975-76 e a alteração do regime de cobrança das quotizações em 1976-77. Estes factos contribuíram para o emagrecimento brutal dos efectivos e das receitas de certos sindicatos. Um deles foi o Sindicato da Construção Civil de Lisboa, que em Abril de 1974 contava mais de 120.000 quotizantes, a grande maioria dos quais obrigatórios, e que em 1990 não atinge os 20.000, apesar de entretanto ter integrado os trabalhadores das indústrias das madeiras e dos mármore. No sector da construção, tradicionalmente um dos mais afectados pelo desemprego conjuntural e pelo trabalho precário, contribuindo também com cerca de 150.000 postos de trabalho para a *economia subterrânea*¹ em 1987, o patronato foi frequentemente acusado nos anos de recessão de não contratar sindicalizados.

O novo regime das quotizações sindicais de 1977, a crise económica de 1981-1984, a vaga de precarização da relação de trabalho (contratos a prazo, "recibos verdes", etc.), a discriminação dos sindicalizados e dos activistas sindicais pelo patronato (tanto na admissão, como na remuneração, prémios, etc.) não chegam, contudo, para explicar a queda das taxas de sindicalização em toda a sua amplitude. Nos países da Europa, a regressão dos efectivos sindicais ao longo da década de 80 foi tida como uma

¹ Na construção, o trabalho *subterrâneo*, isto é, sem contrato ou (nem) cobertura de segurança social, representa cerca de 50% da mão-de-obra, segundo várias estimativas. Os trabalhadores nessa situação eram nos anos 80, na sua talvez maioria, imigrantes das ex-colónias. Em parte como consequência disto, a taxa de sindicalização no sector é a mais baixa do país, devendo situar-se abaixo dos 10%.

"tendência geral" (de que se exceptuam somente os países nórdicos) e foi interpretada, designadamente, como consequência do desemprego, das políticas governamentais tendentes a combater a inflação e a promover a competitividade externa, da desregulamentação e das transformações estruturais da economia e do emprego.¹ Se é certo que o caso português parece inserir-se, pela similitude de certas circunstâncias, nessa tendência geral europeia, causas de índole diversa devem igualmente ser citadas, reveladoras de uma falta de atractivos do sindicalismo e do desgaste da sua imagem junto dos trabalhadores. São nomeadamente causas deste tipo que podem explicar a persistência da "crise" da sindicalização na segunda metade da década de 80, perante uma evolução da economia e do mercado do trabalho muito mais favorável para os trabalhadores.

Temos, assim, que em Portugal a sindicalização não é necessária para os trabalhadores serem abrangidos pela contratação colectiva, dado que portarias de extensão se seguem quase automaticamente à publicação das convenções negociadas. Há, por outro lado, que considerar um certo desencanto das bases pelos sindicatos, não só em consequência do período revolucionário, já longínquo, como também da posterior guerra entre as centrais e da *partidarização* da organização sindical. Consciente deste efeito negativo, o secretário-geral da UGT afirmava em 1989 que nas campanhas de sindicalização em que participa pessoalmente nunca apela à inscrição nos sindicatos *da sua central*: "Quando vou às empresas, faço apelos à sindicalização. O que é importante é que os trabalhadores estejam sindicalizados".² De facto, a dessindicalização por motivos políticos, resultantes da não identificação com a tendência dominante na direcção do sindicato, parece ter sido importante, pelo menos em certos casos mais

¹ Guido Baglioni, "Les relations professionnelles en Europe dans les années quatre-vingt", *Travail et Société*, vol. 14, n.º 3 (Julho de 1989).

² Declarações de J. M. Torres Couto em "Sindicalismo: o futuro frente-a-frente", *JL*, 1-V-89.

notórios. No SITESE, que desde o final dos anos 70 terá perdido dezenas de milhares de sócios, a persistente preponderância dos socialistas nas direcções tem sido responsabilizada, com ou sem fundamento, pelo êxodo dos associados, nomeadamente dos comunistas e sociais-democratas, uma parte dos quais aderiu a outros sindicatos.

Uma análise mais aprofundada exigiria naturalmente pesquisa empírica (que ainda não se fez em Portugal) sobre a dimensão e os motivos tanto da dessindicalização como da não sindicalização. Também não há dados fiáveis sobre a distribuição dos sindicalizados por profissões, sectores de actividade, grupos etários, etc. É porém conhecida e confessada por responsáveis sindicais das duas centrais a pouca simpatia actual dos jovens pelo sindicalismo, tida por uma das principais causas do saldo negativo do movimento de entradas e saídas de sócios.¹ Entre outras coisas, esta antipatia pode estar relacionada com certas políticas e reivindicações sindicais, como a defesa de regalias segundo a antiguidade, a preferência dada à segurança do emprego em detrimento dos interesses dos jovens desempregados, etc. Reflexo desta situação e, ao mesmo tempo, factor dela, será o actual reduzido número de jovens em cargos responsáveis, em especial a nível confederal, problema que parece preocupar ambas as centrais.²

Refere-se igualmente com frequência que a sindicalização regista taxas muito mais elevadas nas empresas do Estado e no funcionalismo público do que nas empresas privadas. Em alguns casos concretos (EDP, CTT, CP, TAP, Petrolgal) sabe-se que essas taxas são realmente muito altas. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Emprego, extraídos dos *balanços sociais* de algumas centenas de empresas públicas e

¹ Vejam-se, por exemplo, os depoimentos de Ulisses Garrido, da União dos Sindicatos de Lisboa (CGTP-IN) e de Vítor Hugo Sequeira, do SITESE (UGT) em "A Máquina Está Cansada", revista *Classe*, n.º 7, Novembro de 1988.

² Declarações de José Mota (dirigente do SINDETEX e da UGT) ao semanário *O Jornal*, 29-IX-1989. Quanto à Intersindical, procurou enfrentar o problema com a criação, em 1989, da Interjovem, uma estrutura representativa dos jovens trabalhadores, integrada na central, com o objectivo de "incrementar a participação da juventude na direcção" (*Diário de Lisboa*, 20-III-1989).

privadas de grande dimensão (com 500 ou mais trabalhadores ao seu serviço), a taxa de sindicalização média entre 1986 e 1988 foi de 86-87% nas empresas públicas e de 55-60% nas privadas. Relaciona-se, por outro lado, a eventual maior incidência de greves e de conflitos politizados tanto na Administração Pública como nas empresas públicas com a maior taxa de sindicalização que aí se verifica. Um cientista social, por sua vez, emitiu a opinião de que predomina em Portugal um "sindicalismo de estufa", que "recusa o risco" e é "alimentado pelo Estado e pelo sector público".¹ São hipóteses mais ou menos consistentes, no mínimo, estimulantes, se bem que fundadas principalmente em indícios ou impressões. Em geral falta o suporte empírico e estatístico que permitiria aprofundar a análise. As estatísticas de conflitos de trabalho publicadas desde finais da década de 70 pelo Ministério do Trabalho não permitem, por exemplo, comparar com um mínimo de rigor a incidência das greves nos sectores público e privado da economia. Além disso, desde 1986 que essas estatísticas oficiais deixaram de incluir dados sobre as *paralisações de funcionários públicos*.

É muito provável que algumas das teses acima indicadas possam vir a ser corroboradas por um apuramento rigoroso das taxas de sindicalização ou da incidência de conflitos respectivamente no sector privado e no sector público e administrativo. É duvidoso, contudo, que a maior implantação sindical no sector público possa ser julgada reveladora, por si só, de atávicas debilidades do sindicalismo português. Num país com as maiores tradições sindicais, a Inglaterra, a taxa de sindicalização no sector público atingia os 81% em 1987, contra 38% no sector privado.² Uma recente investigação à escala europeia dá igualmente conta de taxas de sindicalização acima da média no

¹ Opinião expressa numa intervenção radiofónica de Maio de 1988 pelo historiador e político social-democrata José Pacheco Pereira.

² Brian Towers, "Running the Gauntlet: British Trade Unions under Thatcher, 1979-1988", *Industrial and Labor Relations Review*, vol. 40, n.º 2 (Janeiro de 1989).

sector público.¹ Quanto à alegada "estufa" estatal, a imagem peca pela sustentação preconceituosa da *artificialidade* das condições proporcionadas ao exercício da actividade sindical no sector público e administrativo, tendo implícita a ideia não menos discutível da *naturalidade* dos obstáculos e dificuldades com que aquela actividade se defronta em muitas empresas privadas. Independentemente do reconhecimento e apoio que o Estado possa conceder à actividade dos sindicatos, é para estes claramente mais fácil fazer valer os seus direitos perante a administração estatal e as empresas públicas, devido à atitude tradicionalmente mais legalista dos gestores públicos e à menor ameaça de represálias ou arbitrariedades que nesse sector pende sobre os activistas sindicais. Nas empresas públicas, em comparação com o sector privado, a maior aceitação do sindicalismo é documentada pelo facto de o desconto e envio das quotizações para os sindicatos ser muito mais frequente (por estipulação nas respectivas convenções colectivas). Por outro lado, tanto a taxa de sindicalização como a incidência da conflitualidade nas empresas públicas devem ser igualmente consideradas em função da *dimensão* (geralmente grande) dessas empresas, dada a correlação positiva classicamente existente entre essas variáveis.² Estes aspectos da questão não podem ser menosprezados, ainda que se possa reconhecer a benevolência da vigente legislação portuguesa para com o sindicalismo, especialmente se tomarmos como modelo ou termo de comparação o tratamento que o governo de Margaret Thatcher infligiu aos sindicatos ingleses a partir de 1979.

Voltando às causas da falta de atractivos do sindicalismo actualmente em Portugal, deve, enfim, registar-se que os sindicatos prestam em geral poucos serviços

¹ Guido Baglioni, "Les relations professionnelles en Europe dans les années quatre-vingt", *op. cit.*

² [Nota de 1992] Os dados disponíveis nas estatísticas agregadas dos *balanços sociais* das empresas permitem de facto comprovar a existência de uma forte correlação, em Portugal, entre a dimensão empresarial, medida pelo número de trabalhadores, e a taxa de sindicalização (ver *Estatísticas – Balanço Social 1990*, Ministério do Emprego e Segurança Social, 1992, p. 93, quadro 27). Constitui excepção a construção civil, onde a taxa de sindicalização é muito baixa em todos os escalões de dimensão.

aos sócios, em parte porque as funções mutualistas e assistenciais foram, nos anos 70, desprezadas e conotadas com o corporativismo. Neste capítulo, os sindicatos da UGT pretenderam introduzir novidades, tanto no capítulo dos seguros pessoais, como nos tempos livres, férias, subsídios escolares, assistência médica, etc. Mas não se trata aqui simplesmente de uma questão de filosofia associativa. Se exceptuarmos um punhado de sindicatos da UGT, da Intersindical ou independentes, que até conseguem dispor de um *fundo de greve* (uma raridade no panorama nacional), as possibilidades financeiras das organizações sindicais portuguesas são francamente limitativas. Recentemente, as duas centrais sindicais e os sindicatos seus filiados ou os independentes têm organizado acções de formação profissional, aproveitando os recursos disponíveis no quadro do Fundo Social Europeu. Nesse campo, contudo, a perspectiva de conseguir, através das verbas comunitárias para formação, receitas suplementares para a actividade corrente dos sindicatos tem claramente jogado.

A UGT não foi muito bem sucedida na tentativa de filiar os sindicatos não aderentes à Intersindical, mais de uma centena e meia, muito ciosos da sua independência perante os partidos e o poder. Em 1987, as duas centrais só filiavam 206 sindicatos (dos quais 152 a Intersindical e 54 a UGT) dos 366 existentes no país, ou seja, 56% do total. É todavia claro que, em relação ao número total de trabalhadores sindicalizados, a proporção de confederados nas duas centrais é muito maior, aproximando-se dos 90%. O maior sindicato não confederado até à década de 80, o SNTCT (correios e telecomunicações), acabou por aderir em 1988 à CGTP-IN). Dos 160 sindicatos não filiados nas centrais, a Intersindical declarava em 1986 manter bom relacionamento e acções comuns com 73. Os restantes 87 seriam ou totalmente independentes ou mais próximos da orientação da UGT. Todos estes números são apenas parcialmente reveladores da implantação e representatividade das duas centrais,

pois que em virtude da muito diversa dimensão dos sindicatos, desde algumas dezenas ou centenas de trabalhadores até várias dezenas de milhares, não substituem as estatísticas de efectivos.

Embora a UGT reivindique um total de associados inferior mas próximo do da Intersindical (ver **quadros 5 e 6**), estimativas independentes atribuem à primeira apenas cerca de metade ou três quintos dos efectivos da segunda. Pela nossa parte, considerando verosímil esta proporção e baseando-nos, nomeadamente, numa pequena amostra de sindicatos de ambas as centrais, para os quais nos foi possível obter números mais realistas, calculamos em cerca de um milhão, no máximo, o total de trabalhadores *inscritos e quotizantes*, compreendendo não só a Intersindical e a UGT como ainda os sindicatos independentes.¹ Isto significaria uma taxa de sindicalização actual (referida ao número total de trabalhadores por conta de outrem) rondando, *no melhor dos casos*, os 33%. Se déssemos pleno crédito aos efectivos avançados pelas centrais, a taxa de sindicalização em Portugal ultrapassaria os 80%. Na realidade, pouquíssimos sindicatos se poderão gabar de tal percentagem. Para Arménio Santos, antigo dirigente sindical dos bancários e da UGT, posteriormente líder dos Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD), a percentagem de sindicalizados em Portugal não ultrapassaria sequer os 20% em 1989.² É, pelo menos, uma opinião a ter em conta, dado o presumível conhecimento que este sindicalista tem de parte da organização sindical portuguesa. Existindo cerca de três milhões de trabalhadores por conta de outrem, tal percentagem significaria um total de sindicalizados não superior a 600.000.

Dez anos depois da sua criação, a UGT ainda não conseguiu desembaraçar-se inteiramente do rótulo de *central sindical de serviços*, vocação que desde 1979 declarou

¹ Neste total de um milhão de sindicalizados, segundo a nossa estimativa mais optimista, os sindicatos da UGT contariam cerca de 311.000 a 350.000 inscritos e quotizantes, a CGTP-IN de 550.000 a 600.000, sendo os restantes filiados em sindicatos independentes.

² Declarações de Arménio Santos reproduzidas pelo *Diário de Notícias* de 4-I-1989.

rejeitar, ambicionando tornar-se numa grande central alternativa à Intersindical. Na verdade, a UGT sempre foi mais do que uma central de serviços, pois englobou desde o início também sindicatos de trabalhadores de escritórios dos sectores primário e secundário e sindicatos dos transportes, de profissões técnicas, de quadros, de pescadores e da indústria, incluindo os então ainda incipientes sindicatos "verticais" dos têxteis, metalurgia, química, etc. Em rigor, seria mais correcto dizer que a UGT representa *predominantemente* as classes médias assalariadas. Esta especificidade da UGT, resultante da matriz socioprofissional preponderante dos sindicatos nela filiados, espelha-se bem na composição do seu secretariado nacional. Os seus principais dirigentes provêm dos sindicatos da banca, seguros, escritórios, administração pública e outras profissões de *colarinhos brancos*. O secretariado nacional eleito no IV Congresso (1988) incluía, num total de 41 membros, 30 dirigentes dessa procedência.

Das listas de sindicatos da UGT e da CGTP-IN ordenados por escalões de efectivos (**quadros 10 e 11**), pode constatar-se um evidente predomínio dos *colarinhos brancos* na primeira, em contraste com a situação da segunda, em que predominariam os sindicatos operários. Haveria a registar a progressão, desde a sua fundação, de alguns sindicatos verticais da indústria dentro da UGT — com destaque para o SIMA (metalúrgicos), o SINDETEX (têxteis) e o SINDEQ (química) — mas persistem dúvidas sobre o número real dos seus associados.¹ Idênticas dúvidas há, contudo, sobre os actuais efectivos do SITESE, durante anos considerado o maior sindicato da UGT, mas que actualmente se situará bem atrás do Sindicato dos Bancários de Lisboa.²

¹ O SINDETEX já chegou a reclamar 45.000 associados, mas na lista dos sindicatos representados no conselho geral da UGT (1987) figura no escalão dos 30.000, enquanto dirigentes da rival Federação Têxtil (Intersindical) lhe atribuem no máximo 15.000. Quanto ao SIMA, os seus efectivos são há muito objecto de polémica. Em 1981, o seu secretariado reclamava 30.000 associados, mas elementos críticos da direcção disseram então existirem apenas 10.000, dos quais só cerca de metade pagavam regularmente a quotização (*O Jornal*, 16-I-1981).

² Segundo o presidente do SITESE, Vítor Hugo Sequeira, o sindicato tinha em 1989 apenas 30.000 filiados inscritos nos cadernos eleitorais (pagando regularmente as quotas), contra 65.000 em 1976 (J. P.

Na Intersindical, a tradicional hegemonia dos metalúrgicos encontra-se por sua vez ameaçada pelos sindicatos da função pública e da administração local, que foram os que até finais da década de 80 mostraram maior crescimento.¹ Assim, o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores tornou-se nos anos 80 no organismo com maior número de associados nesta central, reclamando igual posição no conjunto dos sindicatos portugueses — o que é frontalmente contestado pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (UGT). Por altura do V Congresso da CGTP-IN, em 1986, o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, anteriormente o primeiro sindicato desta central, aparecia já no quarto lugar em efectivos, atrás da Função Pública do Sul, Têxteis do Porto e Metalúrgicos do Porto e no mesmo escalão que o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (de âmbito nacional).

2. As dimensões do pluralismo.

Pode falar-se actualmente, em relação ao conjunto do movimento sindical português, de uma situação de efectivo pluralismo, que se manifesta por uma variedade de correntes político-ideológicas actantes no meio sindical e, no plano organizativo, por uma pluralidade de estruturas. As diferentes correntes estão por norma ligadas aos partidos — PCP, PS, PSD, CDS, UDP, PRD — e a outras organizações de cunho semipolítico, como a BASE-FUT. Esta ligação aos partidos nem sempre transparece

Castanheira, *Expresso*, 25-XI-1989). O líder do SITESE atribui as perdas aos efeitos conjugados da verticalização promovida pela UGT, a má gestão do sindicato e a crise geral do sindicalismo, omitindo porém a transferência de sócios para outros sindicatos de escritórios (CESL, da CGTP-IN e SITESEC, da UGT), sobre o que não existem dados fiáveis. Convém notar que em 1976 os efectivos do SITESE ainda acusavam provavelmente a inércia do antigo sistema de quotizantes. Em 1974, os sócios voluntariamente inscritos rondavam os 30.000, tantos quantos os chamados "contribuintes". Nesse ano, a direcção comunista do sindicato aboliu tal distinção, considerando sócios todos os quotizantes (mais de 60.000).

¹ Entrevista com Manuel Lopes. Em 1989, o *Relatório de Actividades* apresentado ao VI Congresso da CGTP-IN voltava a referir a função pública como sendo o sector de maior crescimento sindical.

claramente na designação que as correntes sindicais adoptam para si: *unitária* (PCP), *reformista* (PSD), *democrata-cristã* (CDS), *de classe* (UDP), *autogestionária* (BASE-FUT). Por sua vez, no plano organizativo o pluralismo sindical traduz-se na existência de estruturas sindicais concorrentes ou alternativas em quase todos os sectores e profissões, filiadas ou não em confederações. Um motorista, um enfermeiro, um operário da indústria, um professor, um ferroviário ou um médico pode geralmente optar entre dois ou mais sindicatos para se filiar. Na maioria dos sindicatos existe uma corrente hegemónica mais ou menos consolidada, por vezes associada a outras correntes. Em torno das duas centrais sindicais polarizam-se grande parte dos sindicatos segundo a afinidade política das respectivas correntes. Mas um numeroso grupo de pequenos sindicatos independentes subsiste à margem das confederações, alguns surgidos precisamente contra elas, denunciando o seu excessivo empenhamento na política partidária. Mais do que propriamente apolíticos, os sindicatos independentes serão provavelmente contrários a estados-maiores confederais que preconizam a solidariedade interprofissional e estratégias conjuntas ou tentam interferir na vida interna dos organismos de base. Uma boa parte destes sindicatos não deixa, porém, de ter as suas inclinações partidárias ou as suas tendências políticas preponderantes.

Internamente, as duas confederações moldaram-se segundo concepções muito distintas de *organização democrática* e de pluralidade de tendências (abreviadamente, *pluralismo*), virtudes a cuja prática a Constituição vigente apela ou obriga. A Intersindical desde o seu II Congresso, realizado em 1977, quando adoptou a denominação de Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), que promove, sobretudo a nível confederal, a representação de determinadas "correntes de opinião", comumente conhecidas por *minoritárias*, ao lado da corrente comunista ou *maioritária*. Assim, o órgão permanente da " direcção político-

sindical" da central — o antigo secretariado que, em 1977, passou a comissão executiva do secretariado nacional e, em 1983, a comissão executiva do conselho nacional — tem vindo a suavizar ao longo dos anos a imagem inicial de monolitismo comunista.

Em Julho de 1975, recorde-se, apenas um dos 25 membros (efectivos e suplentes) do secretariado não era militante comunista, embora fosse próximo.¹ Em Janeiro de 1977, após o aparecimento da Carta Aberta, o secretariado, já com um total de 35 membros entre efectivos e suplentes, passou a incluir dois sindicalistas socialistas, dois católicos de esquerda (BASE-FUT) e dois sindicalistas da esquerda revolucionária. No conselho nacional saído do V Congresso da CGTP-IN (1986), composto por 95 membros entre efectivos e suplentes, contavam-se 59 comunistas, 15 socialistas, 9 católicos de esquerda, 9 independentes de várias esquerdas, 2 da corrente sindical "de classe" e 1 "renovador" (PRD). Para a comissão executiva do conselho nacional, composta por 20 membros, foram eleitos 13 comunistas, 3 socialistas, 3 católicos e 1 independente. No VI congresso da CGTP (Maio de 1989), foram eleitos para o conselho nacional, com 99 membros, 60 comunistas, 19 socialistas, 6 militantes da BASE-FUT e católicos, 3 da UDP, 9 independentes e 2 da Intervenção Democrática (dissidentes do MDP). Na comissão executiva, eleita após o congresso, mantiveram-se as mesmas proporções de 1986.

O pluralismo que se pode constatar na composição do conselho nacional e da sua comissão executiva é relativo, na medida em que os elementos minoritários têm, por regra, uma orientação próxima da maioria comunista. Os "católicos" ou "socialistas" são os que a maioria comunista selecciona ou elege e que, por consequência, podem ser católicos que não se identificam com a doutrina social da Igreja e socialistas contrários à direcção do PS. Já o mesmo não se passa com os elementos da maioria comunista, que,

¹ Tratava-se de António Rosas, então dirigente do MES, partido marxista da esquerda revolucionária.

em princípio, gozam da confiança do seu partido (em 1989, 11 membros do conselho nacional da CGTP-IN eram igualmente membros do comité central do PCP). Além disso, a algo generosa partilha de postos do executivo nacional entre a maioria e as correntes minoritárias não tem paralelo nas restantes estruturas da organização, seja no local de trabalho, nas direcções dos sindicatos, nas uniões locais e distritais, nas federações, no plenário dos sindicatos ou no congresso. Na base, a relação de forças entre as várias tendências é muito mais desequilibrada, proporcionando algumas situações conflituosas.¹

A configuração relativamente plural do conselho nacional da Intersindical e, em particular, da sua comissão executiva radica, pois, numa preocupação propagandística: sustentar uma imagem “unitária” da central (contra a sua aparência monopartidária). Daí a importância atribuída à presença de certos católicos. É o caso de Emídio Martins, católico próximo do marxismo, que foi presidente nacional da LOC até 1986 (a Liga Operária Católica, diga-se, não tem actualmente em todo o país mais do que uns 700 ou 800 activistas). Emídio Martins não era dirigente nem tão-pouco sócio de um sindicato da Intersindical quando, em 1986, foi catapultado para o secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa (USL, estrutura distrital da CGTP-IN) e, meses depois, colocado na comissão executiva do conselho nacional da dita confederação.² Posteriormente esta incongruência foi reparada e Emídio Martins escolhido, em 1987, para dirigente da FEPCES (a federação do comércio, escritórios e serviços da Intersindical). Em 1983 já a Intersindical havia convidado outro católico, Fernando Abreu, também não filiado em qualquer organismo dessa central sindical, para integrar a respectiva comissão

¹ José Pedro Castanheira, "Os sindicatos e a vida política", *Análise Social*, n.º 87-88-89 (1985), pp. 801-818.

² Emídio Martins era sócio do SITESE (sindicato filiado na UGT) antes de ser nomeado para o secretariado da USL e, depois, para a comissão executiva do conselho nacional da Intersindical (entrevista com Emídio Martins).

executiva, convite que foi então recusado.¹ Ainda em 1983, outra destacada militante católica, Maria Augusta de Sousa (presidente nacional da JOCF em 1972, coordenadora europeia da JOC internacional entre 1975 e 1979 e dirigente do Sindicato dos Enfermeiros do Sul desde 1981), foi convidada a integrar o conselho nacional da Intersindical, tendo aceite o cargo.²

Os *militantes católicos*, que muitas vezes não possuem outro rótulo (ideológico ou partidário), não servem apenas para contrariar a imagem monolítica da direcção da Intersindical, como dão um contributo considerado valioso para a implantação da organização entre os trabalhadores, na base. "A JOC foi fermento para o movimento sindical unitário em muitas regiões consideradas difíceis" — lê-se na revista *Alavanca*, órgão da CGTP-IN.³ Refira-se a este propósito que a LOC e a JOC, que não se consideram organizações *representativas*, são constantemente convidadas a participar em iniciativas da CGTP-IN, atitude que contrastou até há pouco tempo com o não reconhecimento por esta central da UGT e de muitos sindicatos considerados *divisionistas* e não *representativos*.

A representação de socialistas no conselho nacional da CGTP-IN também ultrapassa muito o seu peso nas direcções da grande maioria dos sindicatos e outros organismos da central, obedecendo ao aparente propósito de encorajar os trabalhadores que votam socialista, numericamente importantes, a manterem-se na órbita do "movimento sindical unitário", em lugar de se transferirem para as fileiras do "divisionismo". Desde o IV Congresso da CGTP-IN, em 1983, que militantes socialistas fazem parte também da comissão executiva do conselho nacional da central (o primeiro

¹ *O Jornal*, 14-I-1983. Fernando Abreu, de tendência autogestionária, antigo dirigente da LOC e do CCO, fundador e animador da BASE-FUT, continuava em 1983 inscrito no SITESE (filiado na UGT), sindicato a que sempre pertencera no passado.

² *O Jornal*, 18-III-1983.

³ "A JOC luta nas empresas pelos direitos sindicais", *Alavanca*, n.º 6-7, 1986, p. 92.

foi F. Sá Pereira, do Sindicato dos Têxteis do Porto, que antes de 1974 passara pelas organizações operárias da Acção Católica).

O PS desde antes da fundação da UGT (isto é, desde o documento Gonelha, aprovado pela direcção do partido e pelo encontro nacional de sindicalistas socialistas de 1 de Maio de 1977) que repudiava oficialmente qualquer tipo de "aliança, coligação ou entendimento com a Intersindical". Mas nem após a criação da UGT conseguiu o PS fazer acatar essa directiva por muitos dos seus militantes e eleitores, que não se transferiram para a nova central (na qual se poderiam ter inscrito individualmente) ou para os sindicatos nela filiados.

Em Janeiro de 1981, num encontro nacional de sindicalistas socialistas realizado em Tróia, foi aprovado "por unanimidade e aclamação" um documento contendo a "linha sindical socialista", reafirmando, de facto, a orientação Gonelha, mas precisando melhor certos aspectos. Esse documento propunha designadamente que o IV Congresso do PS, a realizar em Maio desse ano, estabelecesse "como obrigação estatutária inerente à condição de militante socialista, sendo sindicalizado, a inscrição em qualquer dos sindicatos representativos filiados na UGT".¹ A proposta não vingou, porém, no congresso partidário (apesar de contar com o apoio de Mário Soares), devido sobretudo à oposição que contra ela conseguiu congregiar no partido o antigo ministro do Trabalho, Marcelo Curto, que se bateu pela liberdade de inscrição sindical.

Posteriormente a situação não sofreria alteração, continuando os militantes (e os eleitores) socialistas dispersos pelos sindicatos da sua livre escolha, de ambas as centrais ou independentes. Os militantes (e até dirigentes) partidários socialistas que ocupam cargos responsáveis respectivamente na Intersindical e na UGT não coordenam a sua acção nem mantêm qualquer relacionamento entre si na base da comum filiação

¹ *Acção Socialista*, 22-I-1981.

partidária, aparentando mesmo por vezes uma situação de corte de relações. A Tendência Sindical Socialista (TSS), organização dos responsáveis sindicais filiados no PS, exclui do seu seio os militantes que actuam na área da CGTP-IN. Têm-se gorado as tentativas de aproximar os socialistas das duas centrais. Diga-se que a TSS tem sido contestada desde a sua constituição, em 1986, por alguns sindicalistas socialistas da área da própria UGT.

A hegemonia do PCP na Intersindical não é beliscada pelo relativo pluralismo consentido na cúpula da organização. Os principais pelouros da comissão executiva (coordenação, organização, relações internacionais, etc.) têm pertencido sempre aos comunistas. Ainda que as afinidades políticas não fossem grandes, como realmente são, entre os comunistas e os minoritários seleccionados para pluralizar a imagem da central, os votos da maioria em princípio garantiriam sempre antecipadamente o desfecho de qualquer votação. As eventuais divergências só podem, por conseguinte, proporcionar autêntico debate e negociação quando surgirem no interior da própria maioria comunista. Ora se isso não foi durante muito tempo perceptível nem habitual entre os sindicalistas do PCP, na segunda metade da década de 80 os casos começaram a multiplicar-se, relacionáveis com o aparecimento a público de um sector "crítico" ou "renovador" dentro do partido. Adiante veremos algumas das questões que então opuseram "ortodoxos" e "críticos" no seio da corrente majoritária da Intersindical.

As tendências existentes na Intersindical, oficialmente denominadas "correntes de opinião", submetem-se à lógica unitária que as impede de se manifestarem nessa condição dentro da central. Sob a norma unitária, contudo, escondem-se grandes diferenças quanto ao grau de organização das tendências na *prática*. Por exemplo, os comunistas membros do executivo da Intersindical constituem uma célula do PCP e, como tal, reúnem à parte entre si, concertam posições e respondem perante os dirigentes

partidários, em particular o responsável pelo pelouro sindical.¹ As tendências minoritárias da central (à excepção talvez da minúscula corrente "de classe") não se encontram enquadradas de modo semelhante, além de pela sua própria natureza terem contornos incomparavelmente mais ténues. Nem todos os elementos classificados como católicos na Intersindical estão ligados à BASE-FUT, uma pequena organização declaradamente não confessional que quase se restringe à formação e intervenção sindical. Os socialistas, como já foi dito, divergem mais ou menos flagrantemente da linha dominante no seu partido, do qual alguns chegaram a estar de facto desligados. Enfim, os independentes, por definição, não têm em torno de que se organizar.

Desde sempre, os comunistas não querem ouvir falar de tendências organizadas no interior da Intersindical. Os minoritários presentes a título individual, desde 1977, nos órgãos directivos da Intersindical também nunca pretenderam, por motivos certamente ponderosos, organizar-se formalmente em tendências. No congresso da CGTP-IN de 1986, apesar de a situação de fundo não se ter alterado, os estatutos então aprovados referiam, num artigo novo sobre o *direito de tendência*, que as "correntes de opinião político-ideológicas" existentes no seio da Intersindical se podiam organizar apenas no *exterior* do movimento sindical. Se para isso, como é óbvio, não precisariam, em princípio, de licença da Intersindical, a mera referência dos estatutos a correntes internas foi uma novidade. Sob o pretexto de evitar uma execrada "parlamentarização" do funcionamento da central, os estatutos estipularam então que as correntes de opinião apenas podiam intervir e exprimir-se no seu seio através do *direito de participação de cada associado individualmente considerado*.² Ora, como os comunistas não se encontram representados, por natureza, em nenhuma instância da Intersindical a título

¹ José Pedro Castanheira, artigo citado.

² *Estatutos da CGTP-IN* (Lisboa, 1986), art.º 18.

propriamente individual, não é sustentável pretender que eles intervêm e se exprimem apenas como "associados individualmente considerados".

A distribuição de lugares nos órgãos directivos pelas várias "correntes de opinião" segundo proporções determinadas (constatáveis de congresso para congresso) sugere que, contrariamente à norma estatutária, as tendências estão já de certo modo organizadas no *interior* da Intersindical. Essa distribuição não se processa, é certo, segundo qualquer regulamento ou norma pré-estabelecida, como também não resulta de nenhum critério objectivo de representatividade, sendo em última análise decidida no seio da maioria comunista, com ou sem negociação. Ainda que afirmando o contrário, os estatutos da Intersindical não impedem, na prática, determinado tipo de organização interna das tendências, traduzida numa partilha de poderes entre elas. A circunstância de essa organização interna não ser formalmente regulamentada, nem nos estatutos nem por outra via, tem um efeito prático de dissimulação do predomínio absoluto dos comunistas.

Na UGT a situação estatutária é substancialmente diferente, ainda que várias importantes questões se decidam também à margem dos estatutos. A confederação resultou, ela própria, de um acordo entre duas tendências sindicais, organizadas depois formalmente no seu seio a todos os níveis. Nisto reside a "originalidade" da UGT — e não só no panorama nacional. Tal circunstância levou críticos internos e externos da UGT a qualificarem-na de *central de tendências*, em vez de central de sindicatos. Nos termos do acordo de partilha do poder, durante os primeiros cinco anos vigorou na estrutura da central um sistema de paridade entre socialistas e sociais-democratas na composição dos diversos órgãos (conselho geral, secretariado nacional e secretariado executivo), à excepção do congresso, dividindo ainda as duas tendências entre si os cargos de secretário-geral e de presidente da UGT. As restantes tendências existentes

nos sindicatos da UGT ficaram pois nesses anos representação naqueles órgãos, devido também a um mecanismo estatutário que lhes exigia determinada representatividade mínima no congresso da central. Contrariamente ao que se dá na Intersindical, as tendências minoritárias estavam assim menos representadas nos órgãos directivos do que nos órgãos deliberativos e nas bases. Embora um maior equilíbrio interno de poderes e uma mais nítida diferenciação entre várias correntes sejam diferenças notórias em comparação com a Intersindical, os socialistas foram desde o início da UGT a tendência maioritária nas bases e, por consequência, no congresso. Esta maioria com o tempo foi-se reforçando, para o que decerto contribuiu a permanência do PSD no governo a partir de 1979 e, no plano sindical, o controlo pelos socialistas dos sindicatos "verticais" da indústria. Refira-se, aliás, que nestes sindicatos (SIMA, SINDETEX, SINDEQ, etc) não há, em geral, tendências formalmente organizadas.

Em 1984, a tendência socialista — aproveitando provavelmente também a vitória do PS nas eleições políticas de 1983, que parecia comprovar a maior implantação deste partido na população assalariada — impôs aos sociais-democratas o fim da paridade, que apenas se manteve no secretariado executivo. Como compensação, entre outras cedências, os socialistas reconheceram como único interlocutor social-democrata a estrutura pouco antes criada no seio do PSD denominada Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD). Esta estrutura *partidária*, representativa dos trabalhadores por conta de outrem filiados no PSD, surgiu como claro prolongamento dos anteriores núcleos "socioprofissionais" do partido, dando-lhes uma direcção nacional. Porém, os TSD pretendiam também associar e representar em exclusivo os sindicalistas sociais-democratas. Estes estavam, até então, agrupados na TESIRESD, associação de sindicalistas, logo *exterior* ao partido e aberta em princípio a não membros do PSD. A TESIRESD deveria ter sido extinta em 1984 e os seus associados integrados nos TSD.

Tratava-se de uma operação tendente a unificar as divididas hostes sindicais sociais-democratas sob uma orientação comum, definida no seio dos TSD — que, como estrutura partidária, devia naturalmente fazer suas as posições do partido, nomeadamente em matéria de política laboral. Mas a TESIRESD não viria a extinguir-se totalmente, permanecendo ao contrário um reduto de "sindicalistas puros", ciosos da sua independência perante o partido e do seu direito de criticar ou não acatar a política laboral do PSD, que a partir de 1979 esteve no governo (entre 1983-85 coligado com o PS) por muitos anos.

Quando das eleições presidenciais de 1986, vários elementos da TESIRESD tornaram público o seu apoio ao candidato de esquerda Mário Soares, embora o PSD tivesse optado por apoiar o candidato de direita Freitas do Amaral. A consequente ruptura entre a direcção do PSD e o reduto sindicalista da TESIRESD saldar-se-ia pela expulsão do partido de alguns destacados dirigentes sindicais sociais-democratas. Pouco depois, estes apareciam a impulsionar a criação de um novo grupo social-democrata no seio da UGT, a ASIRESD. Enquanto os TSD se consideravam os *autênticos sociais-democratas* porque permaneciam fiéis, ao PSD, os sindicalistas da ASIRESD reclamavam para si essa autenticidade porque preservavam a autonomia dos sindicatos em relação ao partido. A ASIRESD criticava ainda os TSD, estrutura partidária, pelo "equivoco" da pretendida fusão orgânica com a TESIRESD, uma estrutura de sindicalistas. Entretanto, uma terceira sensibilidade sindical social-democrata liderada pelo presidente da UGT, Pereira Lopes, posicionava-se entre a direcção dos TSD e a ASIRESD, espelhando-se deste modo na UGT o conjunto das clivagens internas do PSD.

O IV Congresso da UGT, realizado em Fevereiro de 1988, confirmou no entanto o acordo de partilha de poder entre a tendência socialista e a estrutura dos TSD,

consumando-se então o afastamento dos sindicalistas da ASIRESD dos órgãos directivos da UGT. Neste congresso voltara a registar-se uma larga maioria dos socialistas (701 delegados), seguidos dos sociais-democratas agrupados nos TSD (390 delegados, incluindo a *linha* Pereira Lopes), dos sociais-democratas da ASIRESD (mais de 100), dos comunistas ou "unitários" (cerca de 60) e dos cristãos-democratas (cerca de 50), além de outros. No secretariado nacional da UGT só as duas tendências dominantes obtiveram novamente representação, em proporções previamente negociadas entre si, com 23 lugares para os socialistas e 18 para os TSD (em 1984 a proporção fora de 17 para 13). As duas tendências escolheram ainda cada uma 7 membros para o secretariado executivo, órgão presidido pelo secretário-geral da UGT e no qual, como atrás se disse, se manteve a primitiva paridade entre as duas tendências.

Pouco depois do congresso de Fevereiro de 1988, iniciou-se uma grave crise interna na UGT, para o que concorreram vários factores. Primeiro, a actuação no Parlamento dos deputados do PSD que eram simultaneamente dirigentes da UGT, votando favoravelmente uma proposta governamental de legislação sobre despedimentos, à qual a central já se opusera. Segundo, o desacordo surgido entre os socialistas e os TSD quanto à greve geral que teve lugar em Março de 1988 e cuja realização fora previamente aprovada no congresso. Por fim, a formação inédita de uma lista socialista-comunista para as eleições no maior sindicato da UGT (Bancários do Sul), com o claro propósito, aliás bem sucedido, de desalojar os sociais-democratas da sua direcção. A direcção da central encontrava-se profundamente desunida e a UGT abalada nos seus próprios fundamentos. Os socialistas decidiram-se então por uma clarificação, convocando um congresso extraordinário da central que se realizou em princípios de Julho do mesmo ano.

O V Congresso (extraordinário) da UGT limitou-se praticamente a eleger um novo secretariado nacional, para cuja lista os socialistas mantiveram os 23 nomes que tinham sido eleitos em Fevereiro. A diferença ia pois consistir apenas nos nomes dos 18 elementos sociais-democratas. Após complicadas negociações (a que não foram alheios responsáveis partidários sociais-democratas) todas as sensibilidades sindicais do PSD, e não apenas a mais pró-governamental, os TSD, ficaram representadas no secretariado nacional da central, tendo os seus membros sido escolhidos com base na representatividade (número de delegados) dos respectivos sindicatos. Novidade foi ainda a inclusão no secretariado nacional, como suplentes, de dois democratas-cristãos, quebrando-se assim o monopólio até então vigente das duas principais tendências da UGT. Entre os sociais-democratas que saíram estava Arménio Santos, o líder nacional dos TSD, que meses antes tinha sido afastado da direcção do Sindicato dos Bancários do Sul, bem como os cinco sindicalistas deputados do PSD (todos dirigentes dos TSD) que tinham apoiado no Parlamento a proposta governamental de legislação sobre despedimentos.

O agitado congresso extraordinário de Julho de 1988 não marcou obviamente o fim dos acordos entre tendências para a partilha do poder na UGT, frequentemente considerados como o "pecado original" desta central. Dado que o secretariado nacional é eleito, de acordo com os estatutos, pelo sistema de lista mais votada, os acordos de partilha de lugares existirão enquanto a tendência majoritária no congresso (até hoje socialista) entender partilhar esses lugares com algumas ou a totalidade das restantes tendências. O que aparentemente terminou com o V Congresso (falta ver como se processarão os futuros) foi a directa ingerência partidária que no passado houve nesses acordos, mais acentuadamente desde 1984, quando os TSD se fizeram reconhecer pelos socialistas como o seu único interlocutor social-democrata na UGT.

Um "compromisso de solidariedade" assinado a título individual por todos os componentes do secretariado nacional garantia, a partir de Julho de 1988, a necessária unidade do executivo da central, prevendo-se que no futuro tudo se passaria mais entre sindicalistas e menos entre partidos. O secretário-geral Torres Couto exprimiu também o voto de que em futuro congresso fosse criado um novo órgão directivo, composto pelos líderes de todos os sindicatos filiados na central, sem atender a proporções de tendências. Mas o problema de fundo reside na evolução da relação dos sindicalistas com os partidos a que se encontram ligados tanto por simples filiação como, sobretudo, pelos cargos políticos que neles desempenham (dirigentes nacionais, deputados). Na UGT, um sector de opinião há muito que defende a incompatibilidade entre cargos sindicais e políticos, como, de resto, a legislação sindical em vigor ainda impõe.¹

No confronto com o que se passa na Intersindical surgem, assim, algumas analogias significativas. Em ambas as centrais, a partilha dos lugares de direcção resolve-se à margem dos estatutos, os quais não prescrevem qualquer distribuição (proporcional ou não) pelas várias tendências. Em ambas as centrais, a corrente maioritária entende dever partilhar esses cargos directivos e fá-lo sem atender à representatividade real das diversas correntes no congresso. Em ambas as centrais há uma organização interna, formal ou informal, das várias correntes, mas tanto na Intersindical como na UGT se pretende declaradamente limitar o protagonismo das tendências pela via da intervenção ou responsabilização individual dos sindicalistas, alegando-se a necessidade de combater a partidarização do movimento sindical. Não obstante, ambas as centrais se encontram ainda fortemente partidarizadas, com a diferença de que na Intersindical esse fenómeno se manifesta apenas através da

¹ D.-L. 215-B/75, de 30 de Abril, art.º 6, ponto 3, que declara a incompatibilidade do exercício de cargos de direcção sindical com o "exercício de qualquer cargos de direcção em partidos políticos ou instituições religiosas". Esta norma não é, na prática, acatada, registando-se infracções a ela por parte de sindicalistas membros das direcções dos três principais partidos (PSD, PS e PCP).

hegemónica corrente comunista, enquanto na UGT todas as correntes estão intimamente ligadas a partidos, os principais do espectro partidário português, incluindo o PCP.

No órgão máximo da UGT, o congresso, estão representadas praticamente todas as tendências existentes no movimento sindical português, à excepção apenas de uma ou outra corrente esquerdista muito minoritária. A amplitude da representação é, assim, muito maior do que na Intersindical, embora o peso relativo dos comunistas nos órgãos deliberativos da UGT (sem mencionar os órgãos executivos) não seja de modo algum proporcional à sua implantação no movimento sindical em Portugal. Com efeito, os delegados "unitários" ao congresso provêm apenas dos sindicatos da banca, seguros, economistas e pouco mais, filiados na UGT e cujos âmbitos profissionais a organização da Intersindical não cobre. Por poucos delegados que os comunistas tenham no congresso, são em todo o caso autênticos representantes da tendência sindical "unitária", e não dissidentes ou contestatários da direcção do PCP que tivessem sido escolhidos pelas forças dominantes da UGT.

A efectiva diferenciação das tendências, a sua livre expressão e organização formal dentro das estruturas sindicais de base ou de cúpula da UGT contrasta com o unanimismo, real ou aparente, por que se rege a Intersindical, muito à imagem do "centralismo democrático" do PCP. Na UGT o debate é por consequência mais vivo, a negociação permanente, ainda que a prevalência numérica da tendência socialista esteja antecipadamente assegurada. Analogamente ao que se passa na Intersindical, também na UGT são só as eventuais divergências no seio da tendência maioritária que podem pôr em causa a sua influência dominante. Esta preponderância socialista é, no entanto, limitada na prática pela necessidade de garantir uma plataforma de entendimento e coesão mínima, essencial ao funcionamento da central. Na UGT, com efeito, a coesão interna é aparentemente muito mais precária do que na Intersindical, onde nunca

pareceu ameaçada. Os sociais-democratas da UGT têm-se socorrido de todos os meios ao seu alcance para combater o predomínio socialista: negociação de acordos antes dos congressos, ameaça de desfiliação ou suspensão da quotização dos sindicatos em que controlam a direcção, ameaça de rompimento em bloco com a UGT e fundação de uma terceira central sindical (desde 1984 que esta ameaça é repetida por alguns dirigentes dos TSD), não cumprimento de deliberações dos órgãos da central, recusa de aliança com os socialistas em certos sindicatos, não adesão à UGT de sindicatos de tendência social-democrata, etc.

Os sociais-democratas chegaram inclusivamente a aliar-se aos comunistas nas eleições de 1986 do Sindicato dos Seguros do Sul contra a lista encabeçada por Torres Couto, numa tentativa desesperada (atendendo ao tradicional anticomunismo dos sociais-democratas) de cortar o apoio das suas próprias bases ao secretário-geral da UGT — objectivo que falharam por um escasso número de votos. Este viria a ser, de resto, o antecedente invocado pelos socialistas em 1988, quando se coligaram com os comunistas no Sindicato dos Bancários do Sul para desalojarem da direcção do sindicato a Arménio Santos, o líder nacional dos TSD.

Mas as divergências no interior da UGT não se limitam à guerra surda entre as duas tendências principais, já que no seio de cada uma destas também existem divisões ou rivalidades. Entre os sindicalistas socialistas são frequentes os conflitos em torno de problemas de organização, representatividade, contratação colectiva ou questões políticas e estratégicas. A Tendência Sindical Socialista, frágil organização dos sindicalistas filiados no PS (mas que, como vimos, não inclui os que militam na área da Intersindical), tem sido desde a sua formação um espelho de rivalidades e divergências. Os sindicalistas sociais-democratas, por sua vez, distribuem-se por três grupos distintos, incapazes de assentarem numa estratégia sindical comum. As "sensibilidades" e grupos

que se formam no interior das tendências socialista e social-democrata podem reflectir meras lutas pessoais ou resultar de uma natural diversidade de estilos e concepções sindicais, mas também se articulam com as facções e lutas internas dos respectivos partidos.

A UGT vive, por todas estas razões, numa permanente tensão interna, em contraste com a imagem muito mais coesa que a Intersindical até finais da década de 80 difundiu de si própria. Debilidade que pode também ser virtude, na medida em que impede a colagem da central a um partido político, a precária coesão da UGT dificulta, porém, grandemente a efectiva coordenação dos sindicatos nela filiados.

3. Competição entre tendências, sindicatos e centrais.

Após a constituição dos sindicatos "paralelos" (da UGT, independentes e também da Intersindical), deixaram praticamente de se verificar, na grande maioria dos sindicatos, as disputas eleitorais opondo listas comunistas ou "unitárias" a listas "democráticas", além de outras muito minoritárias. Essas disputas, que se tinham tornado habituais entre 1975 e 1978, quase se restringem actualmente aos sindicatos de bancários e de trabalhadores dos seguros. Nestes sectores, cujos sindicatos foram dos principais promotores da fundação da UGT, os comunistas não se decidiram pela criação de estruturas paralelas, parecendo improvável que algum dia o venham a fazer. Para a Intersindical, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas é não só o mais rico e melhor organizado sindicato português, como também uma espécie de talismã do movimento sindical português nas últimas décadas. A experiência pouco satisfatória

colhida pelos comunistas em algumas estruturas "paralelas" que criaram, bem como a sua aposta preferencial na divisão entre socialistas e social-democratas, apontam para a continuação no futuro da *unicidade sindical* na banca. Em 1982, a desunião de socialistas e social-democratas permitiu o regresso dos comunistas à direcção do Sindicato dos Bancários do Norte, ainda que só por uma mandato (em 1985 o sindicato seria novamente conquistado por uma lista social-democrata e, três anos depois, por uma aliança entre socialistas e uma ala social-democrata). Mas, em 1988, a já referida surpreendente aliança de socialistas e comunistas conquistou a direcção dos Bancários do Sul, fazendo tremer os próprios alicerces da UGT. Mais recentemente, a unicidade parece enfim ameaçada no sector dos seguros, mas não por banda dos comunistas: em 1989, os TSD começaram a organizar um sindicato paralelo, depois de pela primeira vez não terem apresentado lista própria às eleições do Sindicato dos Seguros do Sul, uma vez mais vencidas pelos socialistas.

Além dos sindicatos da banca e dos seguros, há ainda alguns (poucos) sindicatos da Intersindical ou independentes em que as eleições são igualmente disputadas, mas em espectro de tendências reduzido ou entre listas não partidárias. Assim, no Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, no Sindicato da Função Pública do Sul e Açores ou no Sindicato do Vestuário do Norte, todos da Intersindical, comunistas e esquerdistas ainda têm concorrido em listas separadas. Mas em 1989 a Intersindical reconhecia que o fenómeno da lista única está quase completamente generalizado nos sindicatos da sua área de influência.¹ Em muitos dos sindicatos verticais da UGT (SINDETEx, SIMA, etc.) e no próprio SITESE (a cujas eleições já só tem concorrido uma lista), a tendência socialista predomina em absoluto, sem sinais de efectivo pluralismo político interno. Na maioria dos sindicatos atingiu-se, pois, um sistema de direcções estáveis, com reduzida

¹ *Relatório de Actividades (1986-1989)*, aprovado no VI Congresso da CGTP-IN, Maio de 1989, pp. 100-101.

participação eleitoral dos associados. Com raras excepções, as eleições sindicais deixaram de ser propriamente *competitivas*.

A competição entre as tendências sindicais transferiu-se predominantemente para a concorrência entre sindicatos ou entre as centrais. No próprio seio da UGT há múltiplos sinais desta polarização das tendências em torno de certos sindicatos. Uma parte dos sociais-democratas do antigo Sindicato dos Escritórios de Lisboa (SITESE) transferiu-se para o SITESC (antigo Sindicato dos Escritórios do Porto), onde são maioritários. Tanto o SITESE como o SITESC têm actualmente âmbito nacional, constituindo pois estruturas concorrentes dentro da UGT. Esta separação de águas tem inclusive dado origem à formação de novos sindicatos que não se filiam na UGT (professores, motoristas, profissionais de seguros e outros), promovidos geralmente por elementos dos TSD. Dentro e fora da UGT vai-se formando, assim, o embrião duma possível terceira central sindical.

Durante os anos 80, o alargamento e consolidação do pluralismo associativo teve como consequência directa a generalização do fenómeno da competição entre sindicatos. Fenómeno basicamente novo no mundo do trabalho em Portugal, pois a concorrência entre organizações sindicais (não nos referimos a simples tendências) nunca se verificou no passado a uma escala semelhante, incluindo todo o período anterior a 1933. A competição sindical estendeu-se a todos os níveis e domínios desde a representação ao nível de empresa e a captação de associados, até ao plano nacional e internacional de actuação das confederações, passando pela contratação colectiva sectorial e de empresa. Em todos esses domínios se assistiu muitas vezes, na primeira década de existência da UGT, mais do que a uma simples concorrência entre organizações de filosofias e objectivos divergentes, a uma luta tendente a eliminar o adversário. O não reconhecimento mútuo, a recusa dos sindicatos da Intersindical de se

sentarem à mesma mesa de negociação colectiva com os sindicatos "paralelos", a tentativa por parte de sindicatos da UGT de desalojarem os da Intersindical no campo da contratação, a recusa de acções conjuntas mesmo ao nível da base, as agressões a militantes "divisionistas", os duelos verbais mais ou menos insultuosos de parte a parte publicitados pelos *media*, etc., caracterizaram uma primeira fase de relacionamento entre a UGT e a Intersindical.

Na segunda metade da década de 80, a conjugação de vários dados novos proporcionou uma alteração sensível do panorama descrito. A presença solitária do PSD no poder desde 1985, com maioria absoluta parlamentar desde 1987, remeteu o PS para uma plausivelmente prolongada oposição, onde regressou à companhia do PCP. A política laboral prosseguida pelo governo social-democrata — simultânea, embora, duma conjuntura económica muito favorável, com repercussões positivas na evolução do emprego — provocou uma certa aproximação de pontos de vista entre os campos sindicais comunista e socialista. Curiosamente, a própria emulação existente entre a UGT e a Intersindical influiu nesse sentido, quando se tratou, por exemplo, de tomar posição sobre a nova legislação de despedimentos ou sobre a política de rendimentos do governo. Mas um importante factor de política internacional viria a adicionar-se aos dados da situação política nacional, influenciando igualmente no sentido de uma aproximação entre a UGT e a CGTP-IN. Trata-se das transformações políticas e sociais verificadas no bloco soviético durante a segunda metade da década, especialmente a partir de 1987, e cujas repercussões não se fizeram esperar no seio do PCP e da Intersindical. Em meados de 1988, uma figura de larga experiência no sindicalismo português e profundo conhecedor da área sindical comunista já declarava que tudo estava a mudar na Intersindical desde o início da *perestroika* na URSS.¹

¹ Entrevista com José Pinela (fundador da Intersindical, actual consultor do CESL – Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, filiado na CGTP-IN).

Por outro lado, no seio da UGT, os novos dados da situação política nacional foram-se repercutindo nas estratégias e no relacionamento das diversas tendências e "sensibilidades" socialistas e social-democratas. A estabilidade política e a animação da economia contribuíram globalmente para um reforço da lógica *sindical* da actuação da central, idêntico fenómeno se registando na Intersindical. Em compensação, a aliança *interpartidária* em que a criação da UGT assentara entrou em declínio e alguns dos problemas que afectavam a coesão interna da central desde o seu início sofreram um agravamento.

Teoricamente, o período aparentemente mais favorável à aliança entre socialistas e social-democratas no campo sindical terá sido o do governo do *bloco central* (coligação PS-PSD), entre 1983 e 1985. Na realidade, as tensões internas da UGT não desapareceram nesses anos, antes espelharam e até contribuíram para agravar as relações conflituosas no interior da coligação governamental, que cedo se viria a desintegrar. Da situação inicial de vocacionados ou condenados a entenderem-se no plano sindical, socialistas e social-democratas evoluíram ao longo da década para uma situação de pré-ruptura da UGT, que atingiu o seu zénite nos primeiros meses de 1988. A plataforma de relativa coesão conseguida no congresso extraordinário de Julho de 1988 apenas foi possibilitada pela divisão dos sindicalistas social-democratas, dos quais um sector maioritário, agrupado em torno da TESIRESD e da ASIRESD, continuou a apostar no "projecto sindical democrático" da UGT.

Os TSD, tendo entretanto perdido alguns postos-chave em importantes sindicatos da central (bancários do Norte e do Sul) e resignando-se aparentemente a suportar as consequências das suas posições pró-governamentais, viram em Julho de 1988 drasticamente reduzida a sua participação no executivo da UGT. Sem condições ou apoios suficientes para o lançamento duma terceira central sindical, que a própria

direcção do seu partido aparenta desapoiar, os TSD não se decidiram a abandonar a UGT. A hipotética nova central sindical seria, além do mais, inevitavelmente tida como pró-governamental, o que acarretaria inconvenientes para a implantação e influência do PSD no meio laboral. Acatando o novo *statu quo* da central, os TSD enveredaram, em compensação, pelo desempenho do papel de oposição pública às decisões tomadas pela direcção da UGT ou às posições do seu secretário-geral. O fácil acesso dos TSD aos *media* permite-lhes actuarem nesse domínio como um grupo de pressão comparável às centrais sindicais, sem o serem.

Parece entretanto claro que a divisão reinante entre os vários sectores social-democratas veio permitir ao partido no poder jogar em vários tabuleiros. Dispõe, nos TSD, de uma estrutura vocacionada para funções de "correia de transmissão" sem, por outro lado, perder completamente o pé no meio sindical, através das sensibilidades social-democratas mais autonomistas, mas ainda leais e "responsáveis". Por seu turno, a presença mesmo reduzida dos TSD na direcção da UGT pode continuar a justificar-se como contraponto às franjas sindicais socialistas de cunho mais antigovernamental e como travão à aproximação da central com a Intersindical.

A unidade e coesão interna da UGT não são afectadas somente por divergências de posicionamento perante o governo e as suas políticas. O fenómeno já referido da competição sindical não se limita, com efeito, à concorrência entre as organizações das duas centrais ou entre os sindicatos confederados e os independentes. A competição existe no *interior* da própria UGT, através da possibilidade de inscrição alternativa entre alguns sindicatos profissionais e os sindicatos de ramo, mas também entre sindicatos do mesmo ramo, entre sindicatos da mesma profissão, e até, entre sindicatos de ramos diferentes. Estes choques de âmbito representativo dentro da UGT resultam, por sua vez, quer da coexistência pouco pacífica de dois modelos de associação (horizontal e

vertical), quer da luta entre tendências, cuja convivência e integração no quadro da central se revelou igualmente problemática. Em muitos casos as tendências comportam-se como líquidos imiscíveis dentro dum mesmo recipiente. Em consequência da competição no seu seio, a UGT, contrariamente ao que se passa no interior da Intersindical, é palco de lutas pela captação de associados, querelas de representatividade e confrontos ou actuações desconcertadas na negociação colectiva.

Diferenças políticas, competição entre organizações filiadas, particularismos profissionais, "corporativismos" e até regionalismos transformaram a projectada estrutura simplificada e geométrica da UGT num sonho longínquo, se não utópico. Com sindicatos dum mesmo sector, por vezes minúsculos sindicatos de uma só empresa, a resistirem à fusão e até a fórmulas suaves de federação nacional, não é evidente que a UGT possa vir um dia a realizar o seu plano de organização dos sindicatos por grandes ramos de actividade. Neste capítulo, a Intersindical, em razão da sua maior coerência interna, teve menos dificuldade em construir uma rede federativa nacional cobrindo quase todos os sectores nela representados. Existem cerca de 20 federações na área da Intersindical, ainda que algumas tenham um funcionamento muito deficiente ou incluam sindicatos não filiados na central. Estas "estruturas intermédias" da CGTP-IN têm conseguido firmar-se como órgãos de coordenação de toda a acção reivindicativa, e não apenas como simples comissões negociadoras de convenções colectivas, a sua função talvez mais evidente.

Voltando à competição que opõe a UGT e a Intersindical, constata-se que, ao longo da década de 80, se foi radicanando em ambas a percepção da impossibilidade de eliminar a existência da outra. Perante a realidade insofismável do pluralismo, que ultrapassa claramente o âmbito da querela entre as duas confederações, escasseiam já os

defensores da unicidade e até as acusações de "divisionismo" correm o risco de se extinguirem com o tempo.

O não reconhecimento em Portugal da UGT pela CGTP-IN (contradito no plano internacional — perante a OIT, a Confederação Europeia de Sindicatos, os órgãos da Comunidade Económica Europeia, etc. — por um reconhecimento tácito) não só se foi tornando crescentemente absurdo, como acarretou múltiplos inconvenientes para a central comunista, tanto no plano nacional como no europeu. Após a entrada da UGT na CES, em 1982, a Intersindical viu durante anos rejeitado o seu pedido de adesão àquela organização. Através do veto dos seus aliados europeus na CES, a UGT foi pressionando o seu reconhecimento pela Intersindical em Portugal. Em 1989, os dirigentes da UGT fizeram igualmente saber que se oporiam à adesão à CES da Intersindical enquanto esta não pusesse termo às atitudes hostis dos sindicatos seus filiados contra os sindicatos concorrentes.

Os contacto primeiros informais, depois formais, estabelecidos entre os dirigentes das duas centrais, respectivamente em 1988 e 1989, resolveram uma parte do problema. No relatório de actividades da CGTP-IN apresentado ao congresso de 1989 referiam-se pela primeira vez num documento oficial da central "alterações positivas" na actuação da UGT. Pouco depois do congresso dar-se-ia o primeiro encontro de delegações das duas centrais, em que foi aprovada uma *declaração comum*. Mais do que o simples reconhecimento oficial da UGT pela CGTP-IN, este acontecimento significou o primeiro passo dado no sentido de acções concertadas entre as duas centrais. Resta, todavia, o problema do reconhecimento *de facto* dos sindicatos filiados na UGT pelos organismos da Intersindical. Esta questão põe-se especialmente em relação aos sindicatos de ramo industrial da UGT (o SIMA, o SINDETEX, o SINDEQ e outros). A hostilidade que as respectivas federações da central concorrente lhes votam levou a

UGT, em Novembro de 1989, a dirigir um ultimato à Intersindical, pondo a resolução do problema como condição para a continuidade do diálogo entre as duas centrais.¹

Do lado da UGT, há igualmente a registar durante os anos 80 uma modificação de atitude em relação à CGTP-IN. Desde a fase da sua formação, a UGT afirmara-se predominantemente pela oposição à Intersindical. Durante ainda algum tempo sobreviveu a velha tese da "Carta Aberta", retomada num sentido algo diferente pelo *documento Gonelha* de 1977, segundo a qual era necessário construir não uma segunda central, mas *a primeira*, já que a Intersindical não passaria duma ficção antidemocrática. A esperada decadência desta, contudo, não se verificou. Em 1981, o mesmo Maldonado Gonelha, discursando num encontro nacional de sindicalistas socialistas, apelava já no sentido de a UGT deixar de se afirmar pela atitude anti-Intersindical e passar a afirmar-se pelos serviços prestados aos trabalhadores seus filiados.² Desde a sua criação, aliás, que a UGT procedeu relativamente à Intersindical com implícito reconhecimento da existência desta. Nomeadamente quando, ainda em 1979, a UGT propôs publicamente à Intersindical a realização de votações nos locais de trabalho para se avaliar a representatividade nacional duma e doutra central. Apesar do clima hostil existente entre as duas centrais, a UGT nunca chegou ao ponto de pretender ignorar a existência da Intersindical ou de se lhe referir em termos exclusivamente ofensivos — ao contrário da atitude que a segunda adoptou em relação à primeira e que manteve praticamente até final da década de 80. Em 1989, a CGTP-IN continuava a considerar *não existentes* cerca de cem sindicatos filiados na UGT ou independentes.³

¹ Carta de Torres Couto aos dirigentes da Intersindical citada pelo *Diário Popular* de 14-XI-1989.

² Intervenção de M. Gonelha no Encontro Nacional de Dirigentes e Delegados Sindicais Socialistas, em Tróia (*Portugal Hoje*, 18-I-1981).

³ CGTP-IN, *Relatório de Actividades (1986-1989)*, *op. cit.*, p. 97.

No final dos anos 80, parecia estar em vias de ser definitivamente ultrapassado o profundo antagonismo existente dez anos antes entre a UGT e a CGTP-IN. A acção conjunta ou convergente, em alguns conflitos e processos negociais, de sindicatos de ambas as centrais foi um primeiro sinal desse processo.¹ Os contactos inter-confederais a partir de 1988, favorecidos pela convocação simultânea da greve geral nacional de Março de 1988, aceleraram o degelo. Os factores políticos nacionais e internacionais (crise mundial dos regimes comunistas, integração europeia) constituem um quadro aparentemente favorável ao prosseguimento da aproximação entre a UGT e a Intersindical. Entrando no domínio da futurologia, não é de excluir que na década de 90 esta aproximação crie condições para a unidade orgânica. É o que parece pressagiar, também, a aliança entre socialistas e comunistas no maior sindicato português (o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas), cujo pioneirismo tantas vezes ficou já demonstrado.

4. A acção dos sindicatos.

Como na década anterior, a actuação dos sindicatos desenvolveu-se nos anos 80 em dois planos principais, a *negociação colectiva* e a *acção política*,² que adiante se

¹ É de referir que a FETESE, principal estrutura negociadora dos trabalhadores de escritório, ligada (pelo SITESE) à UGT, nunca deitou de estar presente à mesa de negociação colectiva ao lado dos sindicatos filiados na CGTP-IN.

² Um terceiro plano de acção sindical existe, o dos serviços prestados directamente aos sócios, o qual, sem pretender subestimá-lo, não se privilegiou como objecto do presente estudo. Entre os ditos serviços prestados aos sócios inclui-se a informação, o aconselhamento jurídico, o apoio a conflitos individuais de trabalho, as prestações de tipo assistencial e social, a formação profissional, os serviços culturais, etc.

examinam separadamente. Antes disso, será necessário determo-nos sobre estes conceitos, definindo-os e integrando-os numa visão de conjunto do sistema relações profissionais em Portugal.

4. 1. Os dois planos de acção sindical e o sistema de relações profissionais.

No primeiro plano, a *negociação colectiva*, entendida na sua acepção mais lata, compreende-se a contratação e os conflitos colectivos, áreas em que os sindicatos portugueses exercem importantes direitos exclusivos.¹ Integrada no domínio da chamada auto-regulação social, a negociação colectiva caracteriza-se essencialmente pelas *transacções* que têm lugar entre os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, conduzindo ao estabelecimento de condições de trabalho e de normas reguladoras das relações entre as partes. O segundo plano, a *acção política*, abrange não só a acção desenvolvida pelos sindicatos junto dos órgãos do poder, das forças políticas e da opinião pública no sentido de influenciar a tomada de *medidas legislativas ou administrativas* com incidência específica no mundo do trabalho, como também a acção voltada para fins propriamente políticos, incluindo a luta pelo poder ou pela transformação da sociedade, a que certas correntes sindicais conferem primazia.

Assim definidos,² os dois planos da acção sindical só parcialmente correspondem à clássica dicotomia entre interesses profissionais (ou económicos) e interesses políticos. Com efeito, a distinção principal entre negociação colectiva e acção política

¹ Capacidade exclusiva para negociar convenções colectivas em representação dos assalariados (CRP, 1989, artigo 56.º, ponto 3 e D.-L. 519-C1/79, art.º 3.º) e competência exclusiva para decidir do recurso à greve (D.-L. 65/77, art.º 29.º, ponto 1, com a única excepção constante do ponto 2 do mesmo artigo).

² Este trabalho baseou-se na obra de Hugh Clegg, *Trade Unionism under Collective Bargaining – A Theory based on Comparisons of Six Countries*, Basil Blackwell, Oxford, 1976 para a adopção e definição dos conceitos utilizados de negociação colectiva (*collective bargaining*) e acção política (*political action*).

está na via pela qual os sindicatos procuram fazer prevalecer aquilo que consideram ser os interesses dos trabalhadores, sendo por vezes muito difícil decidir se esses interesses são "profissionais" ou "políticos".¹ Também apenas parcial é a correspondência que se pode estabelecer entre a negociação colectiva e os interesses de um grupo (profissional, regional, etc.) de trabalhadores, assim como entre a acção política e os interesses genéricos do conjunto dos assalariados. Não é impossível, ainda que seja pouco vulgar, que um grupo de trabalhadores obtenha por via da acção política determinada medida ou regulamentação aplicável apenas a esse grupo. Foi assim que pela primeira vez se introduziu em Portugal a jornada de oito horas de trabalho em algumas profissões operárias. Os tipógrafos foram os primeiros a obtê-la, em 1915, através de uma lei que reconhecia o carácter insalubre da sua indústria e que foi conseguida por *lobbying* sindical no Parlamento.² No mesmo ano, os empregados bancários haviam obtido, igualmente por lei, a fixação da jornada de trabalho de sete horas na sua actividade.³

A luta do conjunto do movimento sindical por legislação genérica consagrando, por exemplo, o mês de férias, as 40 horas de trabalho semanais, a limitação do trabalho extraordinário ou as compensações por despedimento é *acção política* ainda que as reivindicações em causa não possam deixar de ser consideradas profissionais ou laborais. No entanto, as mesmas reivindicações também podem ser satisfeitas pela via da negociação colectiva. Sê-lo-ão, neste caso, eventualmente de forma mais gradual (sector a sector, região a região, profissão a profissão, etc.), mas há exemplos, até em Portugal, de rápida generalização, por via contratual, de determinado direito ou regalia

¹ Veja-se, a este propósito, Alan Stoleroff, "Sindicalismo e relações industriais em Portugal", *Sociologia*, n.º 4 (1988), p. 148. Enquanto aqui se fala de *via*, Stoleroff fala de *locus*.

² Lei 367, de 28 de Agosto de 1915, que incluía a indústria tipográfica nas indústrias insalubres definidas pela Lei 296, de 22 de Janeiro do mesmo ano. Ver José Barreto, "Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II)", *Análise Social*, n.º 70, 1982, pp. 198-199.

³ Lei 295, de 22 de Janeiro de 1915.

obtido também por via contratual. Em diversos países europeus, como a Itália ou a Suécia, a negociação inter-confederal, com ou sem a participação dos governos, permite a celebração de acordos válidos para o conjunto dos assalariados.

Outras reivindicações há (como a de certas formas de controlo de gestão pelos trabalhadores ou a de proibição de despedimentos por razões económicas), que podem ser consideradas tão "políticas" como "profissionais". Trata-se, na verdade, de reivindicações que vão além da clássica defesa das condições de trabalho (ou da luta por melhores condições), correspondendo antes a uma estratégia, geralmente ligada a concepções ideológicas, de criação de novos direitos dos trabalhadores e de alteração da balança de poderes nos locais de trabalho. Nestes e noutros casos, em que o patronato geralmente recusa abdicar de parcelas julgadas substanciais do seu poder de decisão, não é a negociação colectiva (ainda que esta não esteja excluída), mas sim a acção política a via a que os sindicatos preferencialmente recorrem para conseguir os seus objectivos. A opção por esta via e o seu êxito estão naturalmente relacionados com os apoios que os sindicatos dispõem na esfera política, nomeadamente na área do poder.

Exemplo de uma reivindicação simultaneamente económica e política é a do desagravamento da carga fiscal dos assalariados, um assunto que nos últimos anos tem figurado entre as principais preocupações das centrais sindicais portuguesas. Trata-se, obviamente, de uma questão insusceptível de negociação colectiva, sendo apenas passível de acção (e decisão) política. A dimensão política desta reivindicação não decorre propriamente de uma concepção ideológica, dado que apenas é invocado um critério que se pode considerar universal de equidade ou justiça tributária. O seu carácter político advém antes do facto de ser a esfera político-governamental a única responsável pela realização da justiça fiscal. Evidentemente, também confere cunho político àquela reivindicação a exigência nela implícita de um reequilíbrio da carga

fiscal entre as várias classes de contribuintes, tendencialmente representados por partidos políticos diferentes.

A negociação colectiva e a acção política são planos basicamente distintos. A teoria remete a primeira para a esfera da *democracia económica* e a segunda para a esfera da *democracia política* (ou, se se preferir, do *pluralismo democrático*). Mas do mesmo modo que não é possível traçar uma linha de demarcação rigorosa entre os interesses económico-profissionais e os interesses políticos, também a fronteira entre os domínios da negociação colectiva e da acção política é difusa. Situando-se o fenómeno sindical, pelo menos desde as suas origens modernas, na encruzilhada do económico com o político, tende por vezes a relativizar-se a distinção entre os dois planos de acção, em função das características estruturais do associativismo sindical (e patronal) e das condições concretas em que actua, incluindo as condições políticas. Vimos já que o *âmbito dos interesses* a defender não é exclusivo dum ou doutro plano. Também o não são os meios de pressão utilizados. Assim, a acção política dos sindicatos pode apoiar-se na greve, meio característico da negociação colectiva. Inversamente, a negociação colectiva não exclui o *lobbying* sindical junto do poder ou as acções de sensibilização da opinião pública — meios característicos da acção política.

Em regra, a acção política e a negociação colectiva coexistem e são complementares, uma podendo contribuir para reconhecimento, o desenvolvimento ou a eficácia da outra. Mas também acontece revelarem-se vias alternativas, suprimindo uma a falta da outra, desenvolvendo-se uma em detrimento da outra, etc. Em todos os casos se pode concluir pela interdependência dos dois planos, como uma constante.¹

Em Portugal, vários factores têm concorrido, nos anos que constituem o marco cronológico deste trabalho, para tornar especialmente permeáveis os dois planos da

¹ Sobre este tema, veja-se Hugh Clegg, *Trade Unionism under Collective Bargaining...*, op. cit., pp. 100-102 e 116-117.

acção sindical, incerta a sua vocação, ambivalentes os seus meios, alternativos (e não complementares) os seus objectivos. Ora isto não acontece apenas como consequência da ideologização ou da instrumentalização partidária do sindicalismo português. Nos anos 80, em comparação com a década anterior (antes e depois de Abril de 1974), ter-se-á mesmo verificado um recuo das práticas de manipulação da negociação colectiva em função de meras estratégias políticas ou partidárias. Na realidade, o sindicalismo defronta-se há muito em Portugal com uma situação que se pode qualificar como *subalternização da negociação colectiva*. Esta constatação ressalta facilmente da comparação actual do caso português com os vários sistemas de regulação laboral e relações profissionais existentes na Europa e noutros países desenvolvidos.¹ A tal situação não é decerto alheio o tipo de sindicalismo existente no nosso país, a sua predominante debilidade organizativa, a sua estratégia e o seu grau de partidarização, mas outras razões de fundo concorrem, de igual modo, para ela. Vejamos algumas.

A manutenção nas últimas décadas de um alto grau de intervencionismo estatal na economia e nas relações laborais, aliada ao peso do Estado como empregador directo e indirecto (Administração, serviços públicos e empresas públicas), determinou em boa parte o incipiente desenvolvimento da auto-regulação social, designadamente da negociação colectiva. Classicamente, a negociação colectiva é uma emanção da esfera económico-social, visando a regulação conjunta de certos aspectos do mercado de trabalho, traduzindo assim uma certa partilha de poder entre empregadores e assalariados.² Nessas condições, o Estado, reconhecendo uma larga margem de

¹ Guido Baglioni, "Les relations professionnelles en Europe dans les années quatre-vingt", *Travail et Société*, vol. 14, n.º 3, Julho de 1989; Mário Pinto, "Les relations professionnelles et la crise au Portugal", e Nascimento Rodrigues e Rocha Pimentel, "Les accords d'entreprise et les relations professionnelles au niveau de l'entreprise au Portugal", em *Concertation sociale et mutations économiques dans les pays du sud de l'Europe*, IIES, Genève, 1987.

² Para a teoria económica (excluídas as correntes ultraliberais, que sempre duvidaram da validade da contratação colectiva), a regulamentação colectiva dos salários, encarada como um mecanismo que afecta

autonomia à regulamentação conjunta entre as partes, poderá eventualmente conferir-lhe um enquadramento jurídico ou meios institucionais de resolução dos conflitos. O Estado abstém-se, porém, de cercear significativamente a liberdade negocial, designadamente por via de uma legislação do trabalho demasiado regulamentar e pormenorizada ou por via duma estipulação directa (administrativa) das condições de trabalho. Ora o caso português diverge consideravelmente deste modelo clássico.

Em Portugal, o Estado regula, com efeito, de múltiplas maneiras, directas e indirectas, as relações e as condições de trabalho. Se abstrairmos de algumas tendências evidenciadas nos anos mais recentes (e, nomeadamente, de algumas das medidas previstas no Acordo Económico e Social assinado em 1990 pelo governo, a CIP, a CCP e a UGT, a que mais adiante se voltará), esse papel interventor do Estado ter-se-á até acentuado globalmente nas duas últimas décadas, tanto em consequência da sua produção legislativa como da sua actuação enquanto empregador e, inclusivamente, no âmbito das políticas de rendimentos dos sucessivos governos.

A tutela estatal das relações laborais começa na legislação, fortemente esquemática e regulamentar, sobre o contrato individual de trabalho, contratos a prazo, despedimentos, horário de trabalho, férias, faltas, segurança social, remunerações mínimas nacionais e diversos outros aspectos, condicionando assim grandemente o conteúdo possível da negociação colectiva. Acresce que a contratação colectiva, em virtude do regime legal a que está submetida, se caracteriza, hoje como no início da década de 70, por um alto grau de juridicização. Na hierarquia das fontes de Direito do

o equilíbrio ideal da oferta e da procura, deve a sua existência às "imperfeições" e "especificidades" do mercado de trabalho (ver, por exemplo, P. Samuelson e W. Nordhaus, *Economia*, McGraw-Hill, Lisboa, 1988, pp. 794 e segs). A questão é, todavia, mais complexa do que a visão economicista pretende, pois envolve também a actuação dos sindicatos e o reconhecimento do seu poder de intervenção na estipulação das condições de trabalho. Este reconhecimento social e, em última análise, também *político* opõe-se, de facto, à concepção de *soberania do empregador*, típica do liberalismo clássico. Nos Estados Unidos, por exemplo, foram razões sociais e políticas e não propriamente económicas que levaram à aprovação da Lei Wagner (1935), durante o *New Deal* do presidente F. D. Roosevelt, com o objectivo de institucionalizar e dar maior difusão à negociação colectiva, ao arrepio das concepções predominantes entre o patronato.

Trabalho, o contrato colectivo situa-se num escalão superior ao contrato individual e inferior à legislação geral e aos regulamentos emitidos pelo Ministério do Trabalho (nos termos da lei do contrato individual de trabalho em vigor, datada de 1969). Além disso, a contratação é minuciosamente regulamentada e processualizada, limitado o seu conteúdo e restringida a liberdade negocial das suas partes.¹

Nas relações laborais do sector empresarial do Estado, até à actualidade, a intervenção do governo tem sido sempre decisiva, pois aí nada é negociado sem a orientação prévia (os "parâmetros") dos "ministérios da tutela", os quais devem ainda dar a sua aprovação final a toda a matéria acordada entre as partes, sob pena de nenhum efeito. Também sobre o sector privado pode incidir regulamentação administrativa das condições de trabalho, sob a forma de portarias e despachos aplicáveis quer sectorialmente, quer em empresas isoladas ou conjuntos de empresas. Poderia ainda citar-se, como outra variante deste paternalismo estatal, a tradicional intervenção do Ministério do Trabalho (actualmente Ministério do Emprego) nos conflitos colectivos — quase sempre a solicitação dos próprios sindicatos. O envio de uma delegação sindical ao Ministério tornou-se desde 1974 num passo quase obrigatório dos processos conflituais colectivos. Um anterior secretário de Estado do Trabalho declarou ter recebido entre 1984 e 1985 uma média de 5 delegações sindicais por dia.²

O intervencionismo estatal e a subalternização da negociação colectiva são, no entanto, facetas dum fenómeno mais vasto, cujas causas remontam, pelo menos em parte, ao passado distante. As dificuldades de enraizamento da negociação colectiva na prática laboral portuguesa vêm já de muito longe. Nos primeiros anos deste século, Rui Enes Ulrich considerava que a contratação colectiva, embora nascida e praticada já em

¹ Mário Pinto, *Caracterização do Modelo Jurídico-Institucional da Contratação Colectiva em Portugal*, edição policopiada, UGT, 1988.

² Entrevista com Vítor Ramalho.

muitos países europeus sem qualquer enquadramento legal, deveria em Portugal ser introduzida pela mão do Estado e minuciosamente regulamentada por lei. A debilidade do sindicalismo português era, certamente, um dos principais fundamentos da sua tese, pois estava consciente do "rigoroso paralelo" que se verificava entre o grau de evolução da associação operária e o desenvolvimento da contratação colectiva nos países mais adiantados.¹

Por outro lado, tanto a Monarquia como a 1.^a República viam na "legislação operária" um útil instrumento político, de que ciclicamente os governos se serviam, especialmente em períodos de crise política ou económica, na tentativa de alargar a sua base de apoio, combater manobras e alianças oposicionistas ou refrear a agitação social. Esta prática, inspirada principalmente na legislação operária francesa, estimulou nas correntes sindicais moderadas o recurso à acção política e ao *lobbying*, que ao longo de décadas se foi rotinizando e produzindo alguns inegáveis resultados. Um dos primeiros e mais significativos foi a legalização das associações de classe (pelo Decreto de 9 de Maio de 1891), que havia sido reclamada quatro meses antes num Congresso das Associações de Classe realizado em Lisboa e que fora concedida sete anos antes aos sindicatos franceses por uma lei 1884. As correntes sindicais mais radicais, especialmente as libertárias, voltar-se-iam, contudo, para a "acção directa" — designação que significava, antes de mais, a recusa da via da acção política legal. Aos sindicalistas revolucionários repugnavam as petições e "representações" ao Parlamento e ao governo, o jogo partidário, a angariação de influências — ou seja, o que eles consideravam depreciativamente como "a política". Não acreditavam, de resto, na emancipação dos trabalhadores por mérito da dita legislação operária, cujo incumprimento pelos patrões constantemente denunciavam. Alguns olhavam também

¹ José Barreto, "Sobre a implantação da contratação colectiva na Europa e em Portugal", em *Análise Social*, nº 64, 1989.

com grande desconfiança para a contratação colectiva, que se praticava sobretudo no estrangeiro e da qual diziam que atava as mãos aos sindicatos.¹

Se o contrato colectivo tinha, apesar disso, bastantes adeptos no meio sindical português, inclusive entre alguns sindicalistas revolucionários, o resultado da maioria das tentativas de negociação feitas junto do patronato era desencorajador. O associativismo patronal, ainda mais incipiente e dividido que o dos trabalhadores e plenamente orientado para o *lobbying* político, não era de molde a favorecer a contratação colectiva. Assim, no meio sindical português, até ao regime corporativo, acreditava-se principalmente nas virtualidades da legislação laboral e da influência junto do poder ou, pelo contrário, nos métodos mais ou menos violentos de "luta de classes", conduzindo eventualmente à esperada Revolução. Do patronato, por modo pacífico ou negociado, pouco esperavam os sindicatos. Até ao fim da 1.^a República, a contratação colectiva pouco se expandiu, não conseguindo ultrapassar o seu carácter irregular ou casual, ainda que muitos reconhecessem as suas potencialidades.

A governamentalização das relações colectivas de trabalho empreendida pelo regime corporativo — simultânea da perda de autonomia e de poder negocial por parte das associações sindicais — destruiu as condições de evolução gradual da situação anterior num quadro de democracia liberal. Paradoxalmente para um regime em cuja propaganda a contratação colectiva ocupava um lugar destacado — mas em consonância com a sua doutrina intervencionista e paternalista —, o corporativismo congelou por muitos anos as premissas dum contratualismo responsável e duma verdadeira auto-regulação social, sustentando-lhe embora certos aspectos formais, como encenação pedagógica. O *lobbying* sindical, pelo menos nos moldes em que fora

¹ Veja-se, por exemplo, José Barreto, "Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II)", artigo citado, p. 194, onde se citam vários outros argumentos de sindicalistas revolucionários portugueses contra o contrato colectivo, retomados, segundo tudo aparenta, dos seus correligionários franceses.

praticado durante a Monarquia e a 1.^a República, desapareceu igualmente sob o corporativismo, tendo deixado de existir forças políticas em competição por clientelas e apoios eleitorais. Se as petições e a angariação de influências não desapareceram, mudaram porém radicalmente de campo, de sujeito, de tom e de sentido. Em substituição do velho *lobbying*, também se encenaram algumas ficções pedagógicas, como a da representação sindical na Câmara Corporativa. Tanto a negociação colectiva como as pressões sindicais sobre o "mercado político" não podiam medrar sob o corporativismo. O regime instituiu, com efeito, um sistema em que a melhoria da situação dos trabalhadores assumia a forma de dádivas soberanamente agendadas e outorgadas pelo poder. Nesse sistema, a fidelidade ao regime dos representantes sindicais, *a priori* exigida, não podia servir de moeda de troca para concessões aos trabalhadores, embora as pudesse facilitar em casos precisos.

Sob a influência deste quadro histórico estruturante não é de admirar que, com o restabelecimento das liberdades democráticas, após 1974, se reproduzissem certos comportamentos sindicais e patronais em contradição com a nova autonomia de que os parceiros sociais se reclamaram perante o Estado. A "reprivatização" das organizações de interesses não desencadeou a procura entre elas de um espaço de regulação conjunta e autónoma que desembaraçasse as relações laborais da tutela do Estado. Pelo contrário, houve como que um regresso à situação pré-corporativa, ao clima de hostilidade e de falta de diálogo institucionalizado, mantendo-se apenas do passado recente certos reflexos condicionados de dependência em relação ao Estado — os frutos aparentemente mais duradouros da "encenação pedagógica" corporativa.

Pode falar-se aqui, como alguns o têm feito,¹ de hábitos, expectativas e exigências em relação ao Estado que os parceiros sociais herdaram do regime corporativo e que

¹ Ver, entre outros, Alan D. Stoleroff, "Sindicalismo e relações industriais em Portugal", *op. cit.*, pp. 157-158.

concorreram para a manutenção de um modelo intervencionista. Mas a continuidade deste não se ficaria a dever exclusivamente ao quadro histórico ou a um atavismo comportamental — ainda que, é verdade, boa parte dos actores em presença no campo laboral se tenham mantido, durante a transição para a democracia, quer em postos estatais quer em cargos associativos sindicais e patronais. Tanto ou mais do que hábitos enraizados de dependência em relação ao Estado e do que a inexperiência duma negociação colectiva livre, intervieram *novos factores* de dependência, que se combinaram com os anteriores.

Primeiro factor, a brusca revelação, logo após Abril de 1974, de uma nova situação de desequilíbrio de poder negocial, agora de sentido inverso, entre o patronato e os sindicatos, tanto em consequência de desorientação das fileiras patronais como da rápida deterioração das relações hierárquicas e de autoridade nos locais de trabalho e na sociedade em geral. Segundo factor, a desconfiança e hostilidade então demonstradas pelos sindicatos perante as organizações patronais, atitudes de raiz essencialmente política, traduzidas numa clara indisponibilidade para o diálogo ou cedências mútuas. Terceiro, a ideologia estatista das forças políticas predominantes nos sindicatos, revelando algumas afinidades práticas com o intervencionismo corporativista. Enfim, o gradual predomínio, após um curto período de hesitação, dessa mesma filosofia política estatizante nos órgãos de poder pós-autoritários, servida em muitos casos pelas alavancas de comando prontas a utilizar, herdadas do anterior sistema. Bastaria recordar o imediato recurso, em 1974, por parte dos responsáveis governamentais comunistas do sector do Trabalho, aos instrumentos deixados *sur place* pelo regime corporativo, como as portarias de regulamentação de trabalho e a homologação e publicação das convenções colectivas no boletim oficial do Ministério como condição legal da sua eficácia. Porém, *novas alavancas* de regulamentação estatal foram criadas desde o I

Governo Provisório, sendo o caso mais notório o do *salário mínimo nacional*. Perante esse meio quase mágico de melhoria das condições de trabalho da maioria dos assalariados, era a imagem da negociação colectiva subalternizada que inevitavelmente se reforçava.

Entre 1974 e 1976 (pelo menos), a situação caótica que rapidamente se gerou na negociação colectiva, caracterizada pela virtual impossibilidade de transacções livres e voluntárias entre os representantes patronais e sindicais, favoreceu a manutenção e o aumento substancial da intervenção legislativa e administrativa nas relações laborais.

Vários dos condicionamentos legais então introduzidos (a título declaradamente "transitório" ou em resposta a problemas conjunturais que o país enfrentava), num clima político aliás propício à sua aceitação mais ou menos pacífica pelos sindicatos, viriam a revelar-se extraordinariamente resistentes ao tempo e às conjunturas e a tornarem-se objecto de acerbas críticas sindicais.¹ Idêntica inércia se verificou, de resto, no caso da legislação favorável aos sindicatos ou aos trabalhadores, aprovada no contexto político do período que se seguiu ao 25 de Abril e que foi mantida por largos anos — de que é exemplo parte da legislação relativa a despedimentos.

Outro factor do intervencionismo estatal nas relações laborais nas últimas décadas foi, decerto, o alto nível atingido pela inflação, sobretudo a partir de 1973, e que persistiu até final da década de 80, embora já em sensível declínio. Só nos anos do segundo pós-guerra tinha a economia portuguesa conhecido um surto inflacionário comparável. O contexto económico dos anos 70 e 80, incluindo a queda das taxas de crescimento real do PIB e o aumento do desemprego, não favoreceu, muito pelo

¹ É disso exemplo flagrante o D.-L. 505/74, de 1 de Outubro, actualmente [1990] ainda em vigor (embora esteja prevista a sua revogação), que proíbe a redução dos horários de trabalho por convenção colectiva ou contrato individual, condicionando-a à autorização do governo, quando este a considere "compatível com o desenvolvimento económico do ramo de actividade a que respeite". No final dos anos 80, o governo continuava, impassível, a publicar no *Boletim do Trabalho e Emprego* as "autorizações de redução da duração do trabalho semanal", sector a sector, empresa a empresa e, até, *trabalhador a trabalhador* (cf. *BTE*, 1.ª série, 15 de Agosto de 1987, pp. 1313-1314).

contrário, o desenvolvimento da negociação colectiva. O crescimento da inflação levou os governos a desenvolver políticas salariais anti-inflacionistas autoritárias (tectos salariais), a queda da produtividade e a estagnação do PIB deixou menos para repartir e o aumento do desemprego exerceu grande efeito compressor sobre os salários, compelindo os sindicatos à mera defesa do poder de compra.

Uma libertação da negociação colectiva tornara-se teoricamente possível a partir de 1974, após a reconquista da autonomia plena pelas associações sindicais e o desaparecimento de alguns entraves corporativos. Em seu lugar, porém, os primeiros anos do regime democrático proporcionaram, pelas razões indicadas, a instauração de um sistema de relações colectivas de trabalho largamente dependente da acção política das associações sindicais e patronais e da intervenção do Estado. A fatal rigidez desse sistema, patente inclusive na dificuldade que governos mais liberais ulteriormente experimentaram na tentativa de o abolir ou reformar, bem como o deficiente desenvolvimento da negociação colectiva em Portugal até à actualidade, são, em boa medida, consequência dos rumos tomados *já no período democrático*, ainda que sob alguns efeitos da situação anterior.

Trata-se, em todo o caso, de um sistema que está longe de se ter estabilizado, revelando grande heterogeneidade interna e forte discrepância entre os seus aspectos formais e a realidade. A sua instabilidade manifesta-se designadamente nas permanentes pressões e tentativas para o modificar, ou seja, na ausência de um suficiente consenso social a seu respeito. Todos os governos têm pretendido efectuar alterações em pontos fulcrais da legislação laboral, com mais ou menos êxito. A heterogeneidade do sistema traduz-se pela existência no seu seio de diferentes estratos, correspondentes às sucessivas etapas da sua génese e de sentido por vezes divergente, senão oposto.¹

¹ Veja-se a análise de Guy Caire em "Naissance d'un système de relations professionnelles au Portugal", *Travail et Société*, vol. 12, n.º 2, Maio 1987, pp. 385-386.

Enfim, a discrepância entre o sistema formal e a realidade (tendo em conta, por exemplo, as dimensões assumidas pelo trabalho infantil, precário e subterrâneo) põe em evidência as limitações da esfera político-estatal na regulação das relações laborais e do mercado de trabalho.

4. 2. A negociação colectiva nos anos 80.

O pluralismo sindical e a competição entre a UGT e a Intersindical foram importantes factores das mudanças ocorridas ao longo da década na contratação colectiva. O conflito entre as duas organizações assumiu nesse domínio os seus aspectos talvez mais agudos e persistentes, que nem a aproximação entre as cúpulas da UGT e da Intersindical verificada no final da década conseguiu ainda eliminar.

Os dirigentes dos novos sindicatos da UGT tinham desde o início consciência, da importância decisiva do protagonismo na negociação colectiva para a implantação das suas organizações no terreno. Até 1981, contudo, os sindicatos de ramo de actividade da UGT (SIMA, SINDEQ, SINDHAT, etc.) limitavam-se a aderir *a posteriori* aos contratos colectivos negociados pelos sindicatos da Intersindical. Foi o SINDETEX, criado em 1980 com escassos dois ou três milhares de associados (num universo recrutável de mais de 200.000 trabalhadores) que procurou alterar essa situação, tentando tirar proveito da actuação considerada intransigente da Federação Têxtil da Intersindical. Esta, entre 1974 e 1981, havia celebrado apenas dois contratos colectivos com as associações patronais, o último dos quais em 1980, já com o SINDETEX em fase de arranque. No mesmo período, o Ministério do Trabalho tinha publicado duas portarias de regulamentação do trabalho (PRT) para o sector, para suprir a ausência de acordos de revisão da convenção de 1975.

O líder do SINDETEX, o sindicalista socialista José Mota, já tinha experiência anterior de negociação colectiva, no âmbito dos trabalhadores de escritório das indústrias têxteis. Perante o crónico arrastar das negociações entre a Federação Têxtil e as diversas associações patronais, José Mota procurou demonstrar que era possível chegar a acordo também para as profissões operárias do sector. Na sua opinião, "a Federação Têxtil tinha o costume de ficar à espera das PRT, explorando politicamente a insatisfação nas empresas, pressionando e responsabilizando o governo pela publicação de portarias, criticando-o depois pelos salários concedidos".¹ Em Agosto de 1981, o SINDETEX, aproveitando o mês de férias, negociou rapidamente com o patronato das indústrias têxteis três contratos colectivos para o sector.² Deste modo, em Setembro, as associações patronais recusaram-se a retomar as negociações com a Federação Têxtil da Intersindical, iniciadas meses antes, sob o pretexto de já terem concluído o respectivo processo com o SINDETEX. Segundo o patronato, à Federação Têxtil não restaria mais do que *aderir* aos novos contratos. Como tal adesão obviamente não aconteceu, o Ministério do Trabalho do governo de coligação PSD/CDS começou então a publicar portarias de extensão (PE) alargando a todos os trabalhadores do sector têxtil, incluindo os representados pela Federação Têxtil, as condições negociadas pelo minoritário SINDETEX. Aqui é necessário dizer que o SINDETEX, demonstrando uma flexibilidade e um pragmatismo bastante raros no panorama sindical português — que lhe valeriam depois o epíteto, lançado pelos seus opositores, de *sindicato patronal* — abdicou de algumas regalias e direitos, conquistados pela Federação Têxtil nas negociações revolucionárias de 1975, em troca de um bom aumento salarial (22%) e rapidamente obtido. Foi quanto bastou para que a Federação Têxtil se lançasse numa

¹ Entrevista com José Mota.

² Isto representou um desdobramento em três do contrato colectivo então em vigor para todo o sector, que fora negociado pelos sindicatos da Intersindical e que serviu de ponto de partida para as negociações entre o SINDETEX e o patronato dos vários subsectores.

grande campanha contra o "conluio" do SINDETEX com o patronato e o governo, denunciando os "cem direitos roubados" e acusando o sindicato da UGT de se ter "vendido por um prato de lentilhas". Em 1981-82, sob a orientação dos sindicatos da CGTP-IN, uma série de conflitos laborais e greves assolaram o sector, afectando especialmente o subsector dos lanifícios, chegando a colocar a região industrial da Covilhã em estado de grande agitação.

Entre 1980 e 1986, a Federação Têxtil não conseguiu negociar nenhum novo acordo com o patronato têxtil (incluindo os subsectores dos lanifícios, vestuário, malhas e cordoaria), enquanto o SINDETEX continuou a celebrar pontualmente revisões de salários (anuais) e do restante clausulado contratual (bianuais). Os inicialmente magros efectivos do SINDETEX registaram a partir de fins de 1981 um grande aumento, atingindo em 1984, segundo o seu líder, os 20.000 inscritos. Este êxito de recrutamento teria ficado a dever-se, segundo alguns, à "pressão económica" exercida sobre os trabalhadores que, para gozarem melhores condições salariais, se teriam passado aos milhares dos sindicatos da Federação Têxtil para o SINDETEX.¹

O exemplo do SINDETEX foi seguido, com êxito muito variável, pelos restantes sindicatos de ramo da UGT: na metalurgia, correios e telecomunicações, hotelaria, panificação, indústrias gráficas, química, transportes, construção civil. Quase todos os sindicatos "paralelos", sejam da UGT, da Intersindical ou independentes participam hoje na contratação colectiva.

O Ministério do Trabalho, pressionado pelo Comité de Liberdade Sindical da OIT (onde a Intersindical tinha apresentado queixa contra o governo português), deixou em 1983 de fazer a extensão integral das convenções negociadas pelos sindicatos da UGT a todos os trabalhadores dos respectivos âmbitos. O secretário de Estado do Trabalho

¹ Entrevistas com Vítor Ramalho (antigo secretário de Estado do Trabalho, 1984-85) e com José Mota.

responsável pelas extensões, Fernandes Marques, era ele próprio um ex-sindicalista (presidente da assembleia-geral do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e, nessa qualidade, um dos fundadores da UGT em 1978). Na sua resposta às recomendações da OIT, o governo desculpou-se alegando desconhecer a *representatividade* das diversas organizações sindicais, não aceitando pois a acusação de estar a mandar aplicar a uma maioria dos trabalhadores as condições negociadas pelos representantes duma minoria. Para os sindicatos da Intersindical, o problema da extensão integral das convenções negociadas pelos sindicatos concorrentes estava nas cedências feitas por estes em matérias não pecuniárias (direitos e regalias). Por isso, exigiam do governo a publicação de numerosas PRT para os seus filiados, contendo apenas as novas tabelas salariais, de modo a preservarem os direitos e regalias anteriormente conquistados.

Se o governo deixou de fazer as extensões contestadas pelos sindicatos da Intersindical, continuou porém a recusar publicar as reclamadas PRT. Embora a legislação sobre negociação colectiva tivesse continuado a prever a emissão de PRT para os casos de "recusa reiterada de uma das partes em negociar",¹ o governo achou-se desobrigado de o fazer em face dos acordos que os sindicatos da UGT iam celebrando com o patronato. Nas grandes empresas (públicas, sobretudo), em que se negociavam acordos de empresa (AE), as respectivas administrações não tiveram problema em aplicar a todos os trabalhadores as condições de trabalho negociadas com sindicatos da UGT (ou da Intersindical), alegando tratar-se de *actos de gestão* legítimos. Assim aconteceu várias vezes em empresas como os CTT, Siderurgia Nacional, Tabaqueira, EDP, Petrogal, CP, Carris, etc.

A UGT e o pluralismo sindical conseguiram deste modo tornar realidade um dos maiores receios da Intersindical relativamente ao fim da *unicidade sindical*: a quebra do

¹ D.-L. 519-C1/79, de 19 de Dezembro (governo M. L. Pintasilgo, de iniciativa presidencial), art.º 36.

seu monopólio negocial. Com isso, reduziu-se substancialmente a possibilidade de a Intersindical continuar a pautar a sua acção no campo da negociação colectiva pela intransigência — a coberto da fatal intervenção supletiva do Ministério do Trabalho — e pela tentativa de aproveitamento político dos conflitos de trabalho.

Em consequência, também o Estado se pôde ir retirando do meio do "fogo" da negociação colectiva, pelo menos no sector privado. Persistiu, contudo, no seu papel de "maior empregador", dada a dimensão do sector empresarial do Estado e, também, os cerca de 450.000 funcionários da Administração central e local e dos serviços públicos (saúde, educação, etc.). Aqui têm surgido nos últimos anos alguns dos maiores e mais prolongados conflitos colectivos de trabalho. É provável que já antes do 25 de Abril houvesse uma tendência acima da média para o conflito em muitas das empresas (e sectores) que após a Revolução foram nacionalizados e onde a conflitualidade se tem mantido elevada (principalmente nos transportes). Muitas dessas empresas são deficitárias "por natureza" ou foram mal administradas pelo Estado, apresentando algumas, ao fim de poucos anos, gigantescos *deficits* acumulados. Os preços que muitas das empresas públicas praticam têm uma repercussão directa sobre os indicadores da inflação. Como "maior empregador" e, ao mesmo tempo, como responsável pela política económica e financeira do país, o governo tenta dar o exemplo no sector público através do cumprimento rigoroso da sua política global de rendimentos e de combate à inflação.

Se o pluralismo sindical, ao retirar o monopólio negocial a uma maioria de direcções sindicais de tendência comunista ou próxima, contribuiu para solucionar o impasse em que tinha caído, até 1978-79, a contratação colectiva em Portugal, não deixou também de introduzir nesse campo um elemento concorrencial entre os sindicatos das duas centrais. Assim o reconheceu o secretário-geral da UGT, em Março

de 1984 — dias depois da criação do Conselho Permanente de Concertação Social e com o "bloco central" do PS e PSD no poder — ao afirmar, autocriticamente, que uma emulação "demagógica" e "irresponsável" se havia gerado entre os negociadores sindicais da UGT e da Intersindical, em detrimento de uma visão realista das possibilidades da economia e das empresas.¹ Segundo o líder da UGT, aquele era o momento ideal para que os sindicatos das duas centrais passassem a ter uma intervenção de responsabilidade e de bom senso, como até então nem uns nem outros tinham tido.

Uma das consequências da chegada dos novos sindicatos da UGT, da Intersindical ou independentes, à contratação colectiva foi a criação de paralelismos entre convenções. Muitos dos processos negociais, que anteriormente reuniam todos os sindicatos interessados à mesma mesa, foram-se também fraccionando em novas unidades de negociação, devido à autonomização de certas profissões, subsectores ou regiões. Gerou-se deste modo, inegavelmente, uma duplicação ou triplicação de esforços e, por vezes, uma grande confusão em torno da aplicabilidade e vigência das diversas convenções paralelas ou fraccionadas. Entre 1982 e 1986, o número de convenções paralelas subiu de 48 para 91 (entendem-se aqui as convenções celebradas pelas mesmas associações patronais em determinada área geográfica e âmbito profissional mas com diferentes associações sindicais).² Ao mesmo tempo, firmava-se a tendência para que estas convenções paralelas se tornassem quase ou completamente iguais entre si, inclusive quanto à vigência.³ A situação era paradoxal, porque processos negociais separados conduziam a convenções iguais. A explicação está em que as associações patronais seguiram, naturalmente, uma política de uniformização das

¹ *Seminário: Portugal – Que Classes Trabalhadoras...*, op. cit., pp. 64-65.

² Também surgiram casos de paralelismo entre convenções colectivas devido a pluralismo organizativo *patronal*. Existem associações patronais paralelas nomeadamente nos sectores da hotelaria e restauração, indústria do vestuário, indústria do tomate e ensino particular (cf. *Balanço, Tendências e Perspectivas da Contratação Colectiva em Portugal*, sob a coordenação de Mário Pinto, UGT, 1988).

³ *Balanço, Tendências e Perspectivas ...*, op. cit. na nota anterior.

condições mínimas de trabalho, além de que uma mesma entidade empregadora não podia, por imperativo legal, empregar nas mesmas funções trabalhadores com condições de trabalho diferenciadas segundo o sindicato a que pertençam ou consoante estejam sindicalizados ou não.¹ As associações patronais negociariam, pois, unicamente com os sindicatos com que primeiro chegassem a acordo, se não tivessem que tomar em linha de conta a força negocial e o poder de mobilização dos restantes, sobretudo quando estes são tão ou mais representativos que os primeiros. Estas circunstâncias condicionam obviamente o sentido e o alcance da competição sindical na contratação. O primeiro sindicato a chegar a acordo com o patronato é aquele que se pode reclamar das eventuais conquistas e que pode, é certo, ser responsabilizado pelas cedências. Os restantes sindicatos, se o patronato aceder a negociar com eles, já não podem aspirar a conseguir um clausulado diferente. Deste modo, a competição entre sindicatos pode reverter em benefício da posição negocial patronal, pelo estímulo à obtenção do acordo por qualquer sindicato primeiro que os outros.

Os governos, um pouco, em contradição com a sua atitude geralmente intervencionista e regulamentar, têm-se recusado assumir o ónus de legislar sobre representatividade sindical, unidade de negociação, capacidade para celebrar convenções extensíveis, etc., alegando o "melindre" dessas matérias. Na verdade, não há muito quem reclame a *regulamentação da representatividade* das organizações de interesses, sindicais ou patronais. A Intersindical considera que isso seria fazer o jogo do patronato e contribuir para o divisionismo. Apenas alguns sindicalistas da área da UGT o propõem, sem grande insistência e com a condição de se recorrer a uma metodologia peculiar de aferição da representatividade, semelhante à utilizada em Espanha desde os anos 70, consistindo em votações nos locais de trabalho abertas a

¹ "Discriminação salarial (selecção de algumas decisões judiciais)", *Documentação CGTP-IN*, n.º 32, Novembro de 1986.

todos os trabalhadores, sindicalizados ou não. Com o voto da massa de não sindicalizados, a UGT esperaria levar de vencida a Intersindical (tal como aconteceu em Espanha entre as Comisiones Obreras e a UGT local. De qualquer modo, como a legislação portuguesa coloca todos os sindicatos em pé de igualdade na negociação colectiva, para alguns pequenos sindicatos da UGT era talvez preferível que nada mudasse.

Para solucionar o relativo "caos" da contratação colectiva, restaria aos diversos sindicatos a hipótese de constituírem comissões negociadoras conjuntas, pondo de lado o que as separa e concertando entre si previamente as posições reivindicativas. Tal hipótese parece ainda hoje meramente teórica, tendo em conta o forte efeito de divisão provocado pela competição entre os sindicatos. O ambiente manteve-se ao longo da década de 80 turvado por acusações mútuas de "oportunismo", "cedências miseráveis", etc.. Mas o requisito de economia de meios e de eficácia negocial dos sindicatos não deixa de apontar para soluções daquele tipo, ainda que se apresentem num horizonte distante.

Há em todo o caso a registar, desde já, movimentações conjuntas dos diferentes sindicatos em alguns processos negociais (greves simultâneas, por exemplo, embora com pré-avisos separados). Se não fazem a regra, tais exemplos de unidade na acção podem inspirar novas soluções. As posições políticas que dividem as organizações sindicais, se ainda permanecem consideráveis, produzem já comportamentos muito menos diferenciados na negociação colectiva. Uma tendência geral no sentido do pragmatismo e de posições vincadamente sindicais fez-se sentir sobretudo a partir de meados da década de 80, com a estabilização política e económica do país. A aproximação esboçada no final da década entre as cúpulas das centrais sindicais poderia igualmente encorajar uma evolução no sentido da negociação conjunta. Os maiores

obstáculos residem no mau relacionamento entre os diferentes organismos (sindicatos e federações) que conduzem directamente os processos de negociação colectiva sectorial, nível no qual a competição é mais viva, independentemente até das diferenças políticas. Nas bases propriamente ditas as rivalidades esbatem-se mais, havendo exemplos de acção conjunta nas empresas, incluindo plenários sindicais com a participação de delegados e filiados de sindicatos das duas centrais.¹

Como se sublinhou já, as principais alterações verificadas na contratação colectiva na década de 80 deveram-se não a factores relacionados com o seu regime jurídico — que datava de 1979, mantendo ainda características herdadas da legislação corporativa —, mas sim a factores relacionados com o pluralismo e a competição sindical. Referiu-se depois o papel do governo e do patronato na exploração das novas condições proporcionadas pelo pluralismo, apoiando o esforço de protagonização dos sindicatos "paralelos" na contratação. Indicaram-se, finalmente, factores políticos e de conjuntura económica, que concorreram no sentido duma maior pragmatização e despolitização da negociação colectiva.

No respeitante ao enquadramento legal, a única novidade digna de registo foi a concessão, em 1984, do direito de negociação colectiva aos funcionários públicos. A lei estabeleceu, todavia, um regime especial para esse sector, que exclui a contratação propriamente dita. A negociação entre os representantes da "Administração Pública" e as associações sindicais não conduz à assinatura de convenções colectivas, mas sim a "soluções consensuais" ou "acordos" que valem somente como recomendações, não produzindo por si só efeitos jurídicos e podendo ser ignorados pelo governo.² Trata-se,

¹ Assim aconteceu em 1986, na empresa Maconde, do sector do vestuário (entrevista com José Mota).

² D.-L. 45-A/84, de 3 de Fevereiro. Desse direito de negociação colectiva ficaram, ainda assim, excluídas as Forças Armadas e as forças militarizadas (PSP, GNR, Guarda Fiscal), às quais a lei não reconhece direitos de associação *sindical*. Em 1989, os agentes da PSP obtiveram, após dura e prolongada luta, o direito de "associação profissional", regido por normas específicas (proibição de greve).

por conseguinte, de um mero direito de participação, a título consultivo, na fixação das condições de trabalho. Partindo da aceção de que "o Direito da função pública é um ramo do Direito Administrativo", recusou-se assim, formalmente, o direito à contratação colectiva aos mais de 400.000 funcionários remunerados pelo Orçamento de Estado.

Tal facto não impediu, no entanto, uma certa institucionalização do diálogo e da conflitualidade nas relações laborais da função pública, com os seus "processos negociais" anuais e intermináveis conversações sobre estatutos e carreiras, pontuados frequentemente por "formas de luta". Embora as *frentes sindicais* da função pública¹ convoquem por vezes greves gerais do sector, são muito mais frequentes e eficazes as paralisações em certos subsectores ou serviços do Estado (professores, médicos, enfermeiros, trabalhadores das contribuições e impostos, funcionários alfandegários, funcionários judiciais, polícia, magistrados, serviços prisionais, etc.). Tais acções são frequentemente coordenadas por sindicatos independentes, representando determinadas profissões, categorias ou serviços.

Durante os anos 80 assistiu-se mesmo a um crescendo da conflitualidade nos diversos ramos do funcionalismo público, denotando um grau de mobilização e combatividade que contrastou, curiosamente, com o comportamento observado em muitos outros sectores de trabalhadores. As movimentações reivindicativas estenderam-se às próprias forças militares e militarizadas. A política governamental de contenção das despesas orçamentais e de travagem dos efectivos da função pública, que tem sido pedra-base de todos os programas anti-inflacionistas, bem como as grandes reformas em

¹ A Frente Comum de Sindicatos é a estrutura reivindicativa e negocial da CGTP-IN para o conjunto da função pública, em que se fazem representar 26 sindicatos (1989). No âmbito da UGT funciona idêntica estrutura, a FESAP – Frente Sindical da Administração Pública, que diz representar mais de 20 sindicatos. Existem, porém, vários sindicatos de funcionários públicos, confederados ou independentes, que negociam com a Administração Pública à margem daquelas duas estruturas. No diálogo que os diferentes ministérios ou departamentos da Administração mantêm com os representantes dos respectivos funcionários, os sindicatos (em alguns casos, as comissões de trabalhadores) participam muitas vezes individualmente.

curso na Administração Pública, estão certamente entre as causas principais deste incremento de conflitualidade. A própria rigidez estatutária do sector público administrativo, com a sua peculiar falta de maleabilidade na gestão dos recursos humanos, é fonte permanente de conflitualidade. Mas a segurança do emprego na função pública parece constituir, igualmente, um factor favorável ao poder de mobilização e combatividade dos sindicatos desse sector.

Em cerca de dois terços das empresas públicas as condições de trabalho não se regem por convenções sectoriais (contratos colectivos de trabalho — CCT), mas sim por acordos de empresa (AE), negociados entre os conselhos de gerência e os sindicatos. Algumas dessas empresas tinham já a sua própria contratação colectiva antes de 1974, em outras o processo negocial foi autonomizado pelo governo só após aquela data. Dada a dimensão nacional de muitas destas empresas, os AE do sector público são, na realidade, muitas vezes convenções de tipo sectorial, mas de sectores de uma só empresa ou perto disso (correios e telecomunicações, transportes aéreos, transportes ferroviários, aeroportos, indústria do cimento, indústria dos tabacos, produção e distribuição de electricidade, indústria do petróleo, etc.).

Mas a autonomização do processo negocial das empresas públicas deve-se essencialmente à apertada tutela que o governo exerce sobre elas. Como se viu já, os conselhos de gerência recebem instruções governamentais detalhadas para a negociação dos AE, os quais não são publicados no boletim oficial senão após autorização final do governo — *a persistente homologação ministerial*, retomada do sistema corporativo.¹ Se bem que fundado nas suas grandes linhas já em 1976 (com o estatuto legal das empresas públicas), este apertado controlo foi sendo confirmado e até refinado pelos sucessivos governos, com o propósito declarado de controlar os *deficits* do sector

¹ Uma das medidas acordadas pelo governo, CIP, CCP e UGT no Acordo Económico e Social (1990) prevê a extinção desta autorização, que de qualquer modo estaria já condenada pelo processo de privatizações em curso.

público empresarial.¹ É o reflexo, no âmbito laboral, da reduzida autonomia de gestão de que dispõem os conselhos de gerência das empresas do Estado. Esta circunstância constitui o governo em super-parceiro social, envolvendo-o indirectamente (por vezes mais directamente do que desejaria) na negociação de dezenas de convenções colectivas do sector público. Super-parceiro social, também, porque embora não participe directamente no processo negocial, mantém todo o poder decisório sobre ele, podendo ainda servir-se dos outros poderes regulamentares do Estado. Deste modo, os sindicatos dos trabalhadores das empresas públicas encontram-se fatalmente perante o governo, numa situação intermédia entre a negociação colectiva e a acção política — o mesmo se podendo dizer quanto aos sindicatos do funcionalismo público.

Apesar da limitada capacidade negocial dos seus conselhos de gerência, as empresas públicas fornecem o grosso dos casos de contratação colectiva ao nível de empresa em Portugal.² Uma das principais características da negociação a esse nível é, naturalmente, a de incidir sobre condições de trabalho *efectivas*, enquanto a negociação sectorial estabelece apenas condições *mínimas* para as empresas do sector. Por esta razão, seria óbvio o interesse sindical pelos AE. A prática tem igualmente revelado uma maior diversificação das matérias negociadas nas convenções de empresa do que nas convenções sectoriais.³

Típico do sistema português de relações profissionais tem sido o predomínio da negociação sectorial, simultâneo da inexistência da negociação interconfederal (até

¹ O estatuto das empresas públicas elaborado em 1976 foi assinado pelo ministro socialista das Finanças F. Salgado Zenha (D.-L. 260/76, de 8 de Abril). O regime jurídico das relações colectivas de trabalho em vigor [em 1990] foi da responsabilidade do governo Pintasilgo. A resolução do Conselho de Ministros prevendo as formas de acompanhamento pelo governo dos processos negociais das empresas públicas, datada de 1980, foi da autoria do governo de F. Sá Carneiro (resolução 163/80, de 9 de Maio).

² Em 1989, 5% dos trabalhadores por conta de outrem eram cobertos por acordos de Empresa (AE), dos quais cerca de 4,6% em empresas públicas e apenas 0,4% em empresas privadas.

³ *Balanço, Tendências e Perspectivas (...), op. cit.*

1990) e do atrofamento da contratação colectiva de empresa. Esta última, quando existe, ao contrário do que se passa em muitos países europeus, não *complementa* a negociação sectorial, antes se lhe *substitui*. Como um autor assinalou, é a própria legislação de relações colectivas de trabalho que inviabiliza essa articulação entre a contratação colectiva sectorial e a de empresa.¹

A estratégia patronal de maximização do poder de livre estipulação das condições de trabalho nas empresas é, sem dúvida, uma das causas principais do pequeno número de AE no sector privado. A larga margem de gestão daí resultante contribui, de certo modo, para compensar os constrangimentos e a rigidez da legislação laboral. A contratação sectorial, em contrapartida, proporciona um nível mínimo de condições de trabalho abaixo do qual a competição entre as empresas *não* é permitida, contribuindo assim para uma regulamentação "moralizadora" da concorrência e constitui um incentivo ao aumento da produtividade das empresas menos produtivas.

Todavia, num certo número de empresas em que as condições de trabalho se regem por convenções sectoriais, na sua maioria empresas privadas ou participadas pelo Estado, os sindicatos e, sobretudo, as comissões de trabalhadores conseguem negociar *cadernos reivindicativos* com as respectivas administrações, dando assim origem a uma prática de negociação informal (isto é, sem estatuto jurídico), complementar da negociação sectorial. Esta prática, independentemente da sua difusão actual (sobre a qual não há dados quantitativos, podendo apenas adiantar-se que se verifica em empresas de quase todos os principais sectores), introduz nas relações colectivas um elemento de flexibilidade e adaptabilidade que notoriamente escasseia no sistema formal de negociação colectiva. Em algumas empresas em dificuldades (Lisnave, Setenave, Companhia Industrial Vidreira) esta negociação informal traduziu uma

¹ Mário Pinto, *Caracterização do modelo jurídico-institucional...*, *op. cit.*

"contratação derogatória de crise",¹ na medida em que suspendeu condições de trabalho estipuladas convencionalmente, garantindo, em troca, a manutenção de postos de trabalho e o pagamento de salários. O facto, não previsto pela lei, de as comissões de trabalhadores participarem deste modo na negociação das condições de trabalho não é necessariamente tratado como concorrência indesejada pelos sindicatos, que legalmente continuam a deter o monopólio da negociação, tanto mais que as CT têm hoje, na prática, muitas ligações com a organização sindical.

A política de redução substancial do sector público, seguida pelo governo social-democrata a partir da vitória eleitoral de Julho de 1987, bem como a inserção das empresas portuguesas no mercado único europeu após 1992 não deixarão de ter repercussões no campo da negociação colectiva — e, de facto, já começaram a tê-las. Os sindicatos representativos dos trabalhadores das empresas nacionalizadas temem, sobretudo, pela perda da segurança do emprego e outras regalias. Numa das mais importantes empresas a privatizar a curto prazo, a Petrogal, os preparativos para a sua devolução à iniciativa privada e para a concorrência à escala europeia incluíram, em 1989, o abandono do AE que nela vigorava, a favor do contrato colectivo sectorial. Isso fez-se com o acordo, bastante relutante, dos sindicatos presentes na empresa, que não queriam abdicar de regalias anteriormente conquistadas. Foram todavia forçados a isso, após a realização de *referendos* entre os trabalhadores, aos quais a administração da empresa ofereceu, em troca, avultada quantia em dinheiro.² Inédito a vários títulos, este

¹ Idem.

² J. P. Castanheira, "Gestão à japonesa custa 3 milhões", *Expresso*, 4-XI-1989. A Petrogal ofereceu 500 mil escudos a cada um dos seus 6.000 trabalhadores. As principais regalias sacrificadas, em troca, foram os sistemas de anuidades e de progressão salarial automática, que a administração acusava de fomentarem a "rigidez do factor trabalho". Esses mecanismos remuneratórios, típicos, aliás, do funcionalismo público, haviam sido obtidos pelos sindicatos no início da década de 80, como forma de contornarem o limite aos aumentos salariais imposto pelo governo àquela empresa pública.

acordo pode vir a servir de modelo para outras empresas públicas, que se encontram na mesma situação.

Ao nível interconfederal, sem a participação do Estado, enfim, não existiu até 1990 negociação colectiva digna desse nome (no ponto seguinte abordarei as conversações tripartidas mantidas no quadro do Conselho Permanente de Concertação Social). Mesmo simples encontros *bilaterais* entre as confederações sindicais e patronais estiveram totalmente fora de questão desde 1974 até ao fim da década de 80, momento em que se registou uma mudança de atitudes.¹ Neste campo haveria um decisivo passo a dar, com o duplo sentido de criação de um nível de negociação colectiva *absolutamente inédito* em Portugal e de avanço em direcção a um modelo desgovernamentalizado de relações colectivas. No imediato, porém, dificilmente o governo poderá alhear-se ou ser mantido à margem de negociações bilaterais entre os parceiros sociais, dado o enorme peso que o Estado mantém na economia e na regulação das relações laborais.

Um dos princípios do actual sistema de contratação colectiva, inspirado, como outros, na legislação caetanista, continua a ser, *teoricamente*, a obrigatoriedade de negociar. Para a *recusa reiterada em negociar*, caso que a lei² só contempla expressamente desde 1976, nunca existiu, contudo outra "sanção" legal que não fosse a regulamentação administrativa, por meio despachos normativos ou de PRT. Estes

¹ Em 1990, as três confederações patronais (CIP, CAP e CCP), recém-agrupadas no CNEP – Conselho Nacional das Empresas Portuguesas, acederam finalmente a realizar encontros bilaterais com os representantes das duas confederações sindicais, sem a participação do governo. Nas cimeiras realizadas no início do ano, foi proposto pelo patronato aos sindicatos reverem a sua posição sobre a flexibilização das relações laborais, em troca de aumentos salariais superiores à inflação prevista pelo governo para o ano em curso. O CNEP estaria ainda inclinado a apoiar uma liberalização da negociação colectiva, se os sindicatos concordassem com alterações na legislação sobre faltas, despedimentos, greve, etc., bem como na lei do arrendamento urbano. Não foi, porém, possível alcançar qualquer consenso. O governo, fisicamente ausente nestes contactos bilaterais em que, todavia, se discutiu sobretudo legislação, esteve obviamente presente em espírito. As negociações seriam depois retomadas com a participação do governo no quadro do CPCS, dando lugar à celebração do AES em Outubro de 1990.

² D.-L. 887/76, de 29 de Dezembro, substituído pelo D.-L. 519-C1/79, de 20 de Dezembro.

existiam desde os anos 30, mas só com a reforma de 1969, que tornou obrigatória a negociação colectiva, o seu uso assumia carácter "automático". Como vimos, a obrigatoriedade de negociar, que de certo modo "revolucionou" a contratação colectiva a partir de 1969, compreendia-se num sistema que bania a greve, que é o modo clássico de pressionar a negociação. Depois de 1974, as PRT emitidas para solucionar impasses negociais tornaram-se crescentemente anacrónicas, dado existir o direito de greve, e disfuncionais, dado desincentivarem a negociação propriamente dita e contribuírem para alimentar e politizar os conflitos.

Desde 1978, a regulamentação colectiva por meio das PRT encontra-se legalmente restringida à estipulação de matérias pecuniárias e à definição e enquadramento das profissões em níveis de remuneração, quando antes elas podiam incidir sobre todo o clausulado convencional.¹ Na última década, o governo social-democrata afirmou repetidamente o seu propósito de abandonar definitivamente as PRT — o que só não se concretizou em 1987 porque o Presidente da República, a instâncias das confederações sindicais, vetou um diploma governamental que acabava com aquelas portarias. Na prática, em todo o caso, o número de PRT tendeu nos anos 80 para zero,² tudo indicando que tal tendência se manterá. Embora ainda previsto na lei e vinculando o governo ao seu uso,³ já não funciona, praticamente, o principal mecanismo legal "sancionador" da recusa de negociar. O outro mecanismo sancionador poderá ser, em certos casos, a portaria de extensão.

Restam assim, aos sindicatos, a ameaça de greve e outros meios de pressão para modificar a eventual disposição patronal de não negociar ou de arrastar indefinidamente

¹ D.-L. 380/78, de 5 de Dezembro.

² Ver **quadro 19**. Durante o governo do "bloco central" (1983-85), verificou-se um breve retorno à emissão de PRT.

³ O já citado Acordo Económico e Social (AES) de 1990 prevê a "revogação das normas que possibilitam a emissão de portarias de regulamentação do trabalho *fora dos casos de inexistência de associações sindicais ou patronais*".

as negociações. Chegados a esta hora da verdade, os sindicatos portugueses contam apenas com o seu poder de mobilização e a sua representatividade, mas também com o seu realismo e a sua maleabilidade negocial, se quiserem contribuir para desenvolver a contratação colectiva e, nomeadamente, estendê-la aos níveis de empresa e interconfederal ou alargar o leque das matérias de negociação, ainda muito centradas sobre as questões remuneratórias. Tal desenvolvimento requer, decerto, algumas condições suplementares, como sejam a adopção de novas políticas contratuais pelo patronato e a eliminação, por parte do Estado, das múltiplas restrições legais ao conteúdo da negociação colectiva, que nas actuais condições aparecem em contradição com o intuito liberalizador do governo.¹

O desaparecimento das PRT não significa um declínio decisivo da intervenção do Estado na regulamentação colectiva do trabalho, uma vez que, por exemplo, as portarias de extensão (PE) continuam a assumir grande importância, tanto pelo seu número (que registou notável crescimento nos anos 80 relativamente à década anterior), como pelo seu alcance prático. As PE tornam as condições de trabalho constantes das convenções colectivas extensivas às entidades patronais e aos trabalhadores que, nas mesmas áreas geográficas, profissões ou actividades, não estão inscritas nas associações signatárias das ditas convenções.² Equivale isto a dizer, com base em estimativas realistas dos efectivos associativos, que as PE se aplicam a um número de trabalhadores de ordem de grandeza idêntico à do número de abrangidos directamente pelas convenções. Dito de outro modo, sem as PE, ficariam excluídos da aplicação das convenções colectivas cerca de metade dos assalariados actualmente abrangidos.

¹ No AES de 1990, o governo comprometeu-se a eliminar algumas dessas restrições legais.

² Como já vimos, as PE também podem tornar extensivas as convenções colectivas a trabalhadores da mesma área e actividade, mas inscritos noutros sindicatos que não os signatários dessas convenções (a legislação permite-o, embora isso seja contestado por muitos sindicatos). Enfim, as PE podem ainda aplicar-se a trabalhadores de áreas geográficas diversas das reguladas por convenção.

A intervenção do Estado também continua importante, embora qualitativamente diferente, na *resolução dos conflitos colectivos*, principalmente através do seu papel nos processos de conciliação. Esta intervenção, como foi dito, é na maioria dos casos requerida pelos sindicatos. Outros mecanismos voluntários de resolução dos conflitos colectivos, como a mediação e a arbitragem, também previstos na lei, não têm qualquer aceitação entre os sindicatos e as associações patronais.¹ Na década de 80, a arbitragem praticamente desapareceu, enquanto a mediação nunca foi requerida e apenas se praticou "informalmente" nos processos de conciliação.² A dificuldade de escolha do mediador ou do terceiro árbitro parece explicar a nula aceitação destas fórmulas de resolução dos conflitos: "Ninguém quer entregar a sua sorte a terceiros".³ O próprio governo já não se serve da faculdade que a lei lhe confere de determinar a arbitragem obrigatória nos conflitos das empresas públicas. Assim, a tentativa de conciliação é o método invariavelmente adoptado em caso de impasse negocial, recorrendo-se por sistema aos serviços de conciliação do Ministério do Trabalho. As razões disto são várias: gratuitidade desses serviços, a sua já longa experiência na matéria, bem como "o facto de os parceiros sociais poderem eventualmente pressionar, de alguma forma, os poderes públicos e interessá-los no resultado".⁴

Outra forma de intervenção do Estado na negociação colectiva processou-se no quadro das políticas de rendimentos dos sucessivos governos. No final dos anos 70, mais precisamente entre 1977 e 1979, a política de contenção dos salários centrara-se na

¹ Aqui também o AES de 1990 prevê mudanças. Com efeito, o governo e as confederações signatárias acordaram no estabelecimento futuro de um sistema de *arbitragem obrigatória* dos conflitos, no caso de estes se arrastarem sem solução e de as partes não requererem a arbitragem voluntária. A Intersindical, que não assinou o AES, mostrou-se porém concordante quanto a este ponto.

² *Balanço, Tendências e Perspectivas ...*, *op. cit.* Ver também aqui o **quadro 19**.

³ Entrevista com Fernando Marques, do Gabinete de Estudos da CGTP-IN.

⁴ M. Odete Fabião Santana, "A administração do trabalho face à contratação colectiva", *Cadernos Sindicais* (Fundação Oliveira Martins), n.º 7, 1985, p. 86.

imposição legal de "tectos" (limites percentuais máximos do aumento anual da massa salarial), a observar em todas as actualizações de tabelas fixadas por instrumentos de regulamentação colectiva. Esta experiência iniciada pelo governo socialista em 1977 produziu maus resultados. Não só não constituiu um travão eficaz aos aumentos salariais *efectivos* (a negociação colectiva sectorial incide sobre salários *mínimos*), como terá sido pródiga em efeitos perversos — proliferação de prestações complementares e outros expedientes destinados a contornar os *plafonds*, aumento do recurso à via administrativa (PRT), etc.¹ Os "tectos", que haviam sido pensados como aumentos *máximos* permitidos, foram geralmente entendidos pelos sindicatos como aumentos *mínimos* a atingir (e a ultrapassar) nas negociações. O caso não era para menos, porque a inflação nos anos em questão revelou-se sempre superior à percentagem imposta pelos tectos.

Na década de 80, esta dimensão da política de rendimentos governamental enveredou por formas de aparência mais suave excepto no sector público empresarial e administrativo, onde continuou a vigorar a mão de ferro. O sistema dos "tectos" foi revogado em 1980, ano de eleições parlamentares em que se verificou (pela última vez até 1986) um aumento substancial dos salários reais. Sem a imposição de "tectos", substituídos por "directivas" governamentais de carácter indicativo, os salários reais, corroídos pela inflação, desceram acentuadamente entre 1982 e 1984, registando aumentos insignificantes em 1981 e 1985. A partir de 1986, a política de rendimentos ensaiou um novo estilo, passando a constituir objecto de diálogo com os parceiros sociais no quadro do Conselho Permanente de Concertação Social, visando o estabelecimento de metas consensuais.

* * *

¹ Graça Padinha, "Aspectos económicos da contratação colectiva em Portugal", *Cadernos Sindicais* (Fundação Oliveira Martins), n.º 7, 1985, pp. 33-35.

Dadas as persistentes deficiências das estatísticas oficiais sobre greves,¹ as únicas existentes, e a grande carência de estudos sectoriais ou globais sobre o fenómeno grevístico em Portugal desde a legalização da greve em 1974, não é possível traçar aqui um quadro rigoroso da sua amplitude, significado e evolução ao longo da década de 80. Pode contudo avançar-se, com base na informação disponível,² que em todo o período posterior a 1974 terá sido nos primeiros anos da década de 80 que se registaram os maiores índices de conflitualidade. Tomando por base o número total de greves, de trabalhadores envolvidos e de dias de trabalho perdidos, os valores máximos foram todos atingidos em 1981. Quanto ao número médio de trabalhadores envolvidos e de dias de trabalho perdidos por greve, foi em 1980 que se registaram os valores mais altos. Numa apreciação conjunta dos vários indicadores, o período de maior conflitualidade desde o 25 de Abril ter-se-á situado entre 1980 e 1983. A partir de 1984, inclusive, alguns ou todos esses indicadores iniciam uma curva descendente, atingindo-se em 1987 o menor nível de conflitualidade desde a instauração da democracia. Em 1988 e 1989 os indicadores retomaram uma tendência crescente, mas permanecendo ainda longe dos altos níveis do princípio da década (ver **quadro 21**).

A crise económica do princípio da década de 80, o início da competição entre sindicatos na negociação colectiva e a luta político-sindical contra o governo da coligação de centro-direita Aliança Democrática (1980-1983) parecem ter sido os principais factores do referido período de máxima conflitualidade. Para o relativo

¹ As principais deficiências das estatísticas fornecidas pelo Ministério do Trabalho (actualmente Emprego) são, a nosso ver, as seguintes: falta de rigor e de critério na divulgação, descontinuidades e falhas de comparabilidade, cobertura incompleta, limitações da tipologia de greves utilizada (apenas são distinguidas as "greves de empresa" e as "de pluriempresa"), atraso na publicação (especialmente dos dados anuais). Em todo o caso, deve reconhecer-se que na última década foi feito um esforço sério para melhorar a qualidade das estatísticas sobre greves, desde a recolha de dados à sua divulgação. Os dados anuais são presentemente divulgados no ano seguinte ao da ocorrência.

² MTSS-DGT, *Conflitos Colectivos de Trabalho*, relatórios anuais de 1984 e 1985 e MESS-DE, *Informação Estatística – Greves*, síntese trimestral e anual, desde 1986.

apaziguamento da segunda metade da década (em cujas estatísticas não figuram, porém, dados relativos às *numerosas greves da função pública* nem se repercute a greve geral nacional de Março de 1988), terão concorrido a boa evolução dos indicadores económicos (em particular do emprego e da taxa de inflação), a estabilidade governativa e, segundo algumas interpretações, os acordos sobre política de rendimentos assinados em 1986 e 1987 no quadro do Conselho Permanente de Concertação Social.¹

Analisando a distribuição das greves por sectores de actividade, o indicador de frequência dos conflitos (número de greves) atingiu na década de 80 os valores mais altos em actividades como a metalurgia e metalomecânica, têxtil e vestuário e transportes e comunicações. Indicadores mais susceptíveis de revelar a importância dos conflitos ou o grau de mobilização (número de trabalhadores envolvidos ou de dias perdidos por greve) colocam à cabeça os sectores bancário — ainda que as greves sejam aí muito menos frequentes — e dos transportes e comunicações.² Nos anos 1986-1990, as paralisações da banca e dos transportes representaram 55,4% do total de *dias perdidos por greve* (respectivamente 13,6% e 41,8%) e 55,3% do total de *trabalhadores envolvidos em greves* (10,5% e 44,8% respectivamente).

As comparações que se podem fazer com base nas estatísticas oficiais são sempre muito contingentes, dada a variedade de tipos de greve e de dimensão empresarial de sector para sector. Recorde-se novamente, sobretudo, a inexistência de dados estatísticos sobre os conflitos da função pública, onde na realidade se têm registado algumas das greves mais prolongadas e de maior adesão (saúde, ensino, organização judicial, contribuição e impostos, alfândegas, etc.). Conjugando os dados estatísticos

¹ *Balanço, Tendências e Perspectivas ...*, op. cit.

² Sabe-se que em algumas profissões, geralmente representadas por sindicatos independentes, as taxas de adesão às greves se aproximam frequentemente dos 90-100%. As estatísticas divulgadas pelo Ministério do Trabalho (actualmente Emprego) não permitem estimar, na maioria dos casos, as taxas de adesão, porque o âmbito real das greves só muito raramente corresponde à ventilação por actividades económicas utilizada (CAE, 2 dígitos). A grande maioria das greves contabilizadas é de uma só empresa.

oficiais com a informação divulgada pela imprensa, não é muito arriscado dizer que a maior capacidade de luta se observa em sectores de actividade onde predominam empresas públicas e em vários ramos do funcionalismo público. Além disso, as greves com maior adesão parecem ser desencadeadas preferencialmente por sindicatos muito homogéneos (sindicatos de profissão, de categoria ou de serviço administrativo) e muito representativos (taxas de sindicalização elevadas), filiados ou não em centrais. Quanto às indústrias metalúrgicas e metalomecânicas,¹ o sector de actividade tradicionalmente com maior número de greves de empresa, é comparativamente baixo o número de dias de trabalho perdidos por greve e são raras as greves propriamente sectoriais. Entre 1986 e 1990, todo este grande sector representou apenas 13,9% do total de dias de trabalho perdidos por greve, muito próximo dos 13,6% representado só pelos bancários (ver **quadro 22**).

4. 3. A acção política dos sindicatos nos anos 80.

Na acepção lata em que se considera aqui a *acção política* dos sindicatos (ver ponto 4.1.) cabe uma grande variedade de intervenções. Tentando estabelecer uma tipologia, podem enumerar-se as seguintes formas principais de intervenção: a) formulação de reivindicações perante o governo e tomada de posições sobre a actuação deste ou outras questões políticas; b) realização de acções de luta, mobilização das bases e sensibilização da opinião pública; c) participação directa ou indirecta das organizações sindicais ou, individualmente, dos seus dirigentes na vida político-partidária, designadamente em lutas eleitorais; d) *lobbying*, diálogo e concertação junto das várias instâncias do poder e das forças políticas e sociais, sob formas institucionalizadas ou

¹ Também neste sector existem empresas públicas e participadas pelo Estado, desconhecendo-se contudo o seu peso no conjunto dos conflitos da indústria metalúrgica e metalomecânica.

estabelecidas pela prática, tentando influir ou participando por direito próprio nos processos decisórios.

Não se trata aqui de tipos alternativos de acção ou intervenção política, já que podem coexistir e combinar-se. Em todo caso, a prática corrente de *lobbying* ou a concertação institucionalizada junto dos órgãos do poder (e, no limite, a cooperação com o governo) pressupõem um alto grau de integração sociopolítica do sindicalismo. Levada ao extremo, esta integração tende a desvirtuar o papel de contrapoder dos sindicatos, constituindo-os em meras instâncias de cooperação com o governo e até de sustentação de determinados regimes políticos. Numa democracia pluralista, contudo, este desvirtuamento é tanto menos provável quanto estão asseguradas as condições de concorrência entre tendências e organizações sindicais.

Historicamente, a articulação do sindicalismo com os partidos constituiu um importante factor de integração política das classes trabalhadoras, cuja "exclusão social" se exprimia preferencialmente por posições autonomistas, representadas durante muito tempo, em alguns países europeus, pelos próprios sindicatos.¹ O carácter desta integração varia naturalmente consoante o tipo de partidos a que os sindicatos se ligam, isto é, segundo o protagonismo ou marginalidade desses partidos no jogo político, segundo a sua aceitação ou rejeição das instituições vigentes, etc.

Um sindicalismo autonomista, de *acção directa*, revolucionário, politicamente "não integrado", correspondendo ao velho modelo anarco-sindicalista, privilegiará na sua intervenção política uma actuação de crítica, protesto ou luta antigovernamental (qualquer que seja o governo), repudiando naturalmente o *lobbying* e a concertação social, bem como a articulação com as organizações partidárias.

¹ Jacques Julliard, *Autonomie ouvrière – Etudes sur le syndicalisme d'action directe*, Ed. du Seuil, 1988. O autor considera que o *sindicalismo revolucionário* (ou de *acção directa*) constituiu um movimento contrário à integração política das classes trabalhadoras durante um período do princípio do séc. XX.

No polo oposto, o sindicalismo corporativista que vigorou em Portugal entre os anos 1930 e 1970 — com as reservas que a sua falta de autenticidade sindical nos obriga a guardar — adoptou um modelo de acção política plenamente orientado para a cooperação com os órgãos do poder. Nesse modelo, que tem algumas evidentes afinidades com o dos regimes de tipo comunista, o "diálogo" e a "concertação" processam-se no pressuposto de uma comunhão de princípios ideológicos e num quadro político oposto ao pluralismo partidário. Tal como no caso do anarco-sindicalismo, se bem que por razões diferentes, a articulação da acção sindical com a luta partidária está obviamente excluída.

Num plano equidistante destas duas modalidades extremas — e que não são para nós meros *tipos ideais*, dada a circunstância de terem sido postas em prática, em diferentes épocas, em Portugal — situa-se um modelo de acção sindical tendencialmente articulada com os partidos e o jogo político, que não combate as instituições vigentes, não repudia o *lobbying*, a concertação ou a participação institucional, mas não abdica do papel essencial do sindicalismo como *contrapoder social*. É o modelo dominante na Europa Ocidental do pós-guerra, que em Portugal se foi consolidando ao longo dos anos 80. A esse modelo teve de se conformar também a acção política dos sindicatos ligados a partidos comunistas em França, Itália, Espanha e, mais recentemente, em Portugal.

4.3.1. Sindicatos e partidos

Muito ficou dito nos capítulos precedentes sobre as ligações do sindicalismo com os partidos e a luta política em Portugal. No período crítico da formação do sindicalismo contemporâneo, coincidente *grosso modo* com a década de 70 (desde a

génese da Intersindical à formação da UGT), as lutas políticas condicionaram fortemente as estratégias e as estruturas sindicais nascentes. Primeiro, a luta contra o governo de Caetano e o seu regime corporativo. Depois, a partir de 1974, a luta pelo poder entre as forças comunistas, socialistas e sociais-democratas. As organizações sindicais emergentes nesse período (descontando o grupo, aliás heterogéneo, dos sindicatos independentes, cujo número aumentou consideravelmente nos anos 80) procuraram sempre esbater ou dissimular a sua imagem partidarizada, mas sem grande êxito, porque tal imagem se ajustava com demasiada frequência à realidade da vida interna dos sindicatos e à acção por eles desenvolvida.

Desde meados da década de 80, todavia, é sensível um processo evolutivo, ainda que lento, no sentido da (re)sindicalização da prática e da imagem das organizações sindicais. Fenómenos de rejeição e compensação provocados pela partidarização dos sindicatos foram sendo melhor compreendidos e tidos em conta. O decréscimo das taxas de sindicalização, o fortalecimento do sindicalismo independente e os efeitos indesejados da competição entre tendências, sindicatos e centrais obrigaram a inflectir atitudes e estratégias, para o que também contribuiu o clima de *estabilização política e económica* da segunda metade dos anos 80. Um aspecto desta evolução consistiu numa certa autonomização ou reforço da posição dos sindicatos e sindicalistas perante os partidos ou dentro deles. Influuiu particularmente neste sentido a experiência da UGT e dos sindicatos nela filiados, obrigados pelas circunstâncias a uma certa distanciação e demarcação em relação aos governos do PSD e (ou) do PS.

Na área da Intersindical também há sinais de autonomização, mais subtil, relativamente ao PCP, mas devida principalmente ao aparecimento neste partido de sectores "renovadores" ou "críticos", com ligações no meio sindical e, sobretudo, bem representados na liderança da central. Em virtude do *centralismo democrático*, da

configuração pouco interclassista do PCP e da sua vocação oposicionista, a posição do sector sindical como força autónoma dentro do partido é, por natureza, muito mais esbatida do que no PS ou no PSD. Por esta razão, os comunistas "renovadores" — em especial quando aliados à correntes minoritárias da central — constituem o principal factor de autonomização da Intersindical relativamente ao PCP.

Em 1989 ou 1990 a CGTP-IN já não espelhava as posições políticas da direcção do PCP tão fielmente como em 1975 ou 1980. Dir-se-á, porventura, que a própria estratégia política do PCP mudou entretanto e que as alterações verificadas na actuação da Intersindical mais não fizeram do que acompanhar essa mudança. Mas não há simplesmente uma mudança de orientação política do PCP: a direcção deste e, em particular, o responsável, pelo sector sindical (Domingos Abrantes, um dos dirigentes mais chegados ao secretário-geral Álvaro Cunhal) tornaram-se desde meados da década de 80 no alvo de formas inusitadas de contestação interna. Na Intersindical, estas divergências apareceram à luz do dia em questões como a participação no Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), o peso concedido à corrente minoritária socialista no Conselho Nacional da central, o relacionamento desta com a UGT, algumas posições tomadas pela central sobre matérias de política internacional (Polónia e Afeganistão) ¹ e, em 1989-90, em relação com a crise dos regimes comunistas da Europa do Leste. Deste modo, a Intersindical — como estrutura menos fechada e doutrinariamente menos homogénea do que o PCP — tem constituído um espaço de confronto e de compromissos entre comunistas "renovadores" e "ortodoxos".

Desde 1974, nunca as organizações sindicais, enquanto tais, apoiaram directa e expressamente um partido ou coligação em eleições para a Assembleia da República.

¹ Após o golpe de Estado de Jaruzelski na Polónia, em 1981, a Intersindical reconheceu os sindicatos oficiais daquele país em detrimento do movimento sindical Solidariedade, então ilegalizado. Anteriormente, o dirigente da CGTP-IN Manuel Lopes havia declarado que se Lech Walesa fosse português, certamente pertenceria à sua central sindical, a Intersindical. A CGTP-IN tomou também posição favorável à ocupação militar soviética do Afeganistão.

Tal atitude chocaria flagrantemente com as pretensões unitárias da Intersindical, com o pluralismo democrático da UGT ou com o apartidarismo dos sindicatos independentes. Mas, se nunca o fizeram directamente e em seu próprio nome, as organizações sindicais nem por isso se têm alheado das lutas e campanhas eleitorais. No caso das eleições presidenciais, em 1980 e 1986 (segunda volta), a CGTP-IN apelou mesmo abertamente ao voto útil nos candidatos que acabariam por sair vencedores, respectivamente Ramalho Eanes e Mário Soares — atitude em que não foi seguida pela UGT, que estava dividida entre os principais candidatos.

Como vimos atrás, a Intersindical começara, em 1975, por dar indicações de voto indirectas: os trabalhadores deveriam votar nos partidos que defendessem determinados pontos pragmáticos, os quais coincidiam visivelmente com as posições do PCP, mas igualmente com as de pequenos partidos como o MDP, o MES e outros. Essas sugestões de voto assumiriam, a partir de 1980, uma forma personalizada, com o aparecimento de dirigentes da Intersindical nas listas da coligação liderada pelos comunistas.¹ Cinco dirigentes executivos da CGTP-IN (dos quais quatro comunistas) foram eleitos ou exerceram o mandato de deputados, entre 1980 e 1985, pela coligação APU, liderada pelo PCP.² Entre eles, José Luís Judas, o líder informal da central, que não exerceu os seus dois mandatos de deputado, podendo concluir-se que a sua candidatura apenas visou envolver a imagem da CGTP-IN no apoio à coligação APU. Outros dirigentes da CGTP-IN ocuparam, todavia, os seus lugares na Assembleia da República.³ A partir das

¹ Já em 1976 e 1979 o PCP fizera eleger para o Parlamento alguns dirigentes de sindicatos da Intersindical, mas não membros do secretariado desta central.

² Outro dirigente da Intersindical, L. Kalidás Barreto, havia já exercido o cargo de deputado. Eleito em 1976 pelo PS, Kalidás Barreto só depois entrou para a direcção da Intersindical (Janeiro de 1977). Abandonou posteriormente o seu partido, mantendo-se, porém, no Parlamento como independente.

³ Os dirigentes da CGTP-IN Armando Teixeira da Silva (então coordenador da comissão executiva do secretariado), bem como Manuel Lopes, Odete Filipe e J. Torrinhos Paulo foram deputados pela APU entre 1980 e 1985.

eleições de 1985, contudo, os dirigentes da Intersindical desaparecem do Parlamento.¹ O grupo parlamentar do PCP deixaria, igualmente, de contar entre os seus membros com dirigentes de sindicatos, com uma única (e breve) excepção (ver **quadro 20**). Não são públicos os motivos do desaparecimento do Parlamento dos sindicalistas comunistas e dirigentes da Intersindical.

A UGT, no seu todo, sempre se manteve distanciada das disputas eleitorais, em virtude de os seus dirigentes se repartirem pelos dois partidos mais habilitados a competirem pelo poder político. Individualmente, porém, todas as figuras mais destacadas da direcção da UGT, por vezes acumulando com a direcção de importantes sindicatos, se apresentaram já às eleições em listas do PS e do PSD. Desde as eleições legislativas dos anos 70 que tinham aparecido alguns sindicalistas nas bancadas parlamentares dos dois partidos, mas só a partir de 1980 esta presença se tornou quantitativa e qualitativamente importante (ver **quadro 20**).

A ausência actual [1990] de dirigentes da Intersindical no Parlamento não impede, naturalmente, que a bancada comunista apresente propostas e intervenha activamente em todos os trabalhos e debates sobre questões laborais numa linha coincidente com a da central. Os sindicalistas da UGT, quanto a eles, preferiram não deixar essa tarefa por mãos alheias. O número de dirigentes da central presentes na Assembleia da República como deputados pelo PSD e PS foi, assim, evoluindo de 1 em 1979-80, para 2 em 1980-83, 6 em 1983-85, 9 em 1985-87 e 10 em 1987-1991. Para o secretário-geral da UGT, Torres Couto, essa presença da UGT no Parlamento é duma importância decisiva, só ela

¹ Em 1985 o dirigente da Intersindical Manuel Lopes foi novamente candidato a deputado pela lista da APU, mas num lugar que não permitiu que fosse eleito.

garantindo que determinadas posições sindicais vinguem (mas nem sempre) entre os deputados do PSD e do PS.¹

Trata-se aqui, também, de uma forma de subsídio indirecto da UGT pelos partidos e, em última análise, pelo Estado, que os financia. Por outro lado, o estatuto de *políticos* (inclusive no plano remuneratório) de numerosos dirigentes da UGT dá por vezes a sensação de brigar com o seu outro estatuto, alegadamente "principal", de sindicalistas. O pano de fundo desta situação é a debilidade sindical portuguesa, que parece inverter em Portugal o modelo de relacionamento entre sindicatos e partidos característico da Inglaterra, Alemanha e países escandinavos. Mas se os sindicatos portugueses, ao contrário do que se passa em alguns desses países, não contribuem financeiramente para os partidos e se, inclusivamente, se verifica existirem formas de apoio indirecto dos primeiros pelos segundos, isso não autoriza, contudo, a concluir pela dependência unívoca e pela subalternidade do sindicalismo em Portugal.

Os partidos portugueses só marginalmente "subsidiem" o sindicalismo, sem proporção com a grande importância política que lhes atribuem. Esta importância não decorre unicamente de preocupações de imagem ou de *marketing* partidário, isto é, de considerações sobre o peso eleitoral das classes assalariadas e os meios de as atrair ou de lhes fazer chegar determinada mensagem. Mais do que isso, todos os partidos portugueses tentaram, desde a fase de fundação, apoiar a sua própria construção e assegurar o seu crescimento na base fornecida pela organização sindical. Certas afinidades e paralelismos dos respectivos aparelhos e redes organizativas, bem como os recursos materiais e humanos dos sindicatos convidavam à sua utilização como meios permanentes de recrutamento, propaganda e suporte partidário, ao lado de outros meios, naturalmente, e com um peso variável de partido para partido.

¹ Entrevista com J. M. Torres Couto. Segundo este, na legislatura de 1983-1985 os deputados pertencentes à UGT terão conseguido impedir que fosse aprovada uma lei dos despedimentos demasiado liberal.

Reconhece-se geralmente que o sector mais estruturado e activo do PCP é o sindical. Algo de equivalente se afirma na actualidade a respeito da estrutura dos TSD no seio do PSD¹ ou até do sector sindical-laboral do PS.² Pequenas organizações políticas, como o antigo MES ou a ainda existente BASE-FUT, viveram em boa medida da parcela de influência e implantação sindical de que dispunham. Mesmo o partido situado mais à direita no espectro parlamentar, o CDS, afectado na década de 80 por sucessivas quebras eleitorais, procurou multiplicar os pontos de apoio na organização sindical como condição para a diversificação e o alargamento da sua base de militância.

É pois necessário matizar o quadro da partidarização do sindicalismo, dada a frequente tentação de figurar os sindicatos como presas dóceis e obedientes dos partidos. Os sindicatos vivem em Portugal num meio associativo muito concorrencial, onde inclusivamente é mais fácil escapar a tutelas e sobreviver à margem das grandes organizações do que no meio político-partidário. Nestas condições, os partidos, todos eles, estão hoje mais conscientes de que lhes pode sair cara qualquer tentativa de instrumentalização desrespeitadora dos interesses e das regras elementares do sindicalismo. Se a balança de poderes e influências mútuas entre sindicatos e partidos difere em Portugal da dos países da Europa Central e do Norte, na prática está-se longe duma situação de mera subserviência sindical. O futuro pode reservar a este respeito novos desenvolvimentos, numa linha de autonomização do sindicalismo relativamente aos partidos como a que se verificou em Espanha já nos anos 80 e de que há exemplos em França e Itália. De resto, a ligação exclusiva ou preponderante do sindicalismo a um

¹ Mário Pinto (entrevista) considera os TSD como "o mais forte *lobby* interno do PSD".

² Para um partido que em Abril de 1974 carecia dramaticamente de implantação no meio laboral, foi notável a evolução observada nos anos imediatos, conduzindo à formação de um importante sector sindical afecto ao PS. Um dos mais destacados sindicalistas socialistas formados nessa época, António Janeiro, líder do SITESE, foi até à sua morte, em 1986, o homem-chave da logística das campanhas eleitorais do seu partido, tendo mesmo sido acusado de se servir do aparelho sindical para esse fim. António Janeiro e, sobretudo, Torres Couto personificaram a crescente influência do sector sindical dentro do partido.

único partido, segundo o modelo da Europa Central e do Norte, também é susceptível de ser vista como limitativa da autonomia sindical.

O conceito de *partidarização* não implica necessariamente a ideia de supremacia ou tutela partidária sobre os sindicatos. Há partidarização da vida sindical desde que se verifique uma ligação estreita dos sindicatos com os partidos, independentemente da existência ou inexistência de laços orgânicos (como a dupla filiação, o financiamento, a designação de deputados) e independentemente de os sindicatos se mostrarem politicamente seguidistas em relação à orientação partidária ou de, pelo contrário, procurarem afirmar a sua própria personalidade política dentro do partido a que se ligam.

4.3.2. As principais lutas políticas dos sindicatos. A aproximação entre a UGT e a Intersindical.

Até às eleições legislativas de 1987, as grandes dificuldades sentidas no plano económico pelos governos da AD – Aliança Democrática, liderado por F. P. Balsemão, (1981-1983), e do "Bloco Central", liderado por Mário Soares (1983-1985), os persistentes problemas internos dessas coligações, bem assim como o carácter minoritário do primeiro governo monocolor do PSD (1985-1987), sustentaram um quadro de prolongada incerteza e instabilidade políticas. Nessas circunstâncias, a actuação da Intersindical pautou-se por uma oposição frontal e permanente aos sucessivos governos. Entre 1981 e 1985 a ofensiva política da Intersindical foi particularmente viva, com a convocação de duas greves gerais em 1982 e de "jornadas nacionais de luta", "marchas contra o desemprego", etc. Exagerando muito o impacto das lutas dos trabalhadores por ela comandadas, a Intersindical atribuiu-se, em

documentos emanados dos seus órgãos dirigentes, um papel pouco menos que determinante na queda do VII Governo Constitucional (primeiro governo Balsemão) em Agosto de 1981, na remodelação do segundo governo Balsemão em Junho de 1982, no "isolamento da AD" que conduziu à dissolução da Assembleia da República em Janeiro de 1983 e na queda do governo chefiado por Mário Soares, em Julho de 1985.¹ Na realidade, a agitação sindical e, em particular, a mobilização da CGTP-IN contra o governo terá sido muito mais um efeito do que uma causa das crises políticas. As maiores dificuldades do executivo da Aliança Democrática não foram criadas pela CGTP-IN, a qual tentou, sim, agudizá-las e explorá-las.

O mesmo se poderia dizer da oposição que a UGT moveu ao governo da AD entre fins de 1981 e a queda deste em 1983, se bem que a contestação ugêta se concentrasse mais sobre a questão concreta da liberalização dos despedimentos. Reivindicação patronal permanente desde a década de 70 e condição imposta pelo FMI para a negociação de um novo empréstimo a Portugal, a revisão da legislação sobre cessação do contrato de trabalho constava entre as prioridades dos programas de governo da coligação dos sociais-democratas e democratas-cristãos. Em Novembro de 1981, a UGT ameaçou com uma greve geral nacional para o caso de o governo de Francisco Balsemão pretender levar por diante o projecto de liberalização dos despedimentos individuais incluído num "pacote laboral". Tal atitude significou, segundo o secretário-geral da UGT, o termo da "fase de trégua social e de benefício da dúvida" que esta central assumiu até finais de 1981 perante o governo da AD. Em 1984, Torres Couto chegará a declarar enfaticamente, referindo-se ao "ultimato" de Novembro de 1981, que fora então desferido "o primeiro e grande golpe *mortal* na política da Aliança

¹ Ver CGTP-IN, *A Situação do País e a Luta dos Trabalhadores Durante os Governos da Direita* (relatório de actividades apresentado ao IV Congresso da CGTP-IN, em Março de 1983), Lisboa, 1984, pp. 9-13 e *Do "Bloco Central" ao Governo PSD* (relatório de actividades apresentado ao V Congresso da CGTP-IN em Maio de 1986), Lisboa, 1986, pp. 11-34.

Democrática", acrescentando: "Seu autor, a UGT".¹ Uma apreciação afinal tão subjectiva e irrealista quanto a da CGTP-IN sobre a capacidade sindical de precipitar crises políticas e derrubar governos.

A ameaça de greve geral da UGT contou, nesta central, com o apoio do sector socialista e dos sociais-democratas agrupados na TESIRESD. A outra corrente social-democrata da UGT, afecta aos *socioprofissionais* do PSD (estrutura partidária precursora dos actuais TSD), condenou nos termos mais vivos aquela atitude. Um documento do secretariado nacional dos *socioprofissionais* defendeu então que "uma greve geral é o último dos últimos recursos, é uma atitude revolucionária de verdadeira insurreição, só justificável quando a própria democracia está em jogo".² A estrutura laboral do PSD condenou a TESIRESD pela "irresponsabilidade" demonstrada neste caso, qualificando de "intolerável" a posição dos sociais-democratas que na UGT haviam apoiado a ameaça de greve geral. Os *socioprofissionais* achavam que o pacote laboral do governo só pecava por ficar "muito aquém da renovação indispensável", sem deixar de ter para o PSD o "ónus político" que em qualquer caso este haveria de suportar por uma legislação previsivelmente impopular. Um curioso raciocínio, vindo de uma estrutura liderada por sindicalistas ou ex-sindicalistas.

Declaradamente pouco impressionado com a ameaça da UGT, o governo preferiu contudo não lançar mais achas para a fogueira da conflitualidade política e da agitação laboral, adiando *sine die* a discussão do pacote legislativo laboral.³ Após esta decisão do governo, a UGT abandonou a sua proposta de greve geral. A Intersindical, pelo

¹ "Relatório do Secretário-Geral", apresentado ao III Congresso da UGT (Março-Abril de 1984).

² Documento citado pelo semanário *O Jornal* de 15-I-82.

³ A decisão do governo Balsemão de "congelar" o pacote laboral foi tomada a 7 de Janeiro de 1982. Nela terá pesado, além da intenção de desarmar a agitação sindical (a da UGT e a da Intersindical), a posição desfavorável à nova legislação por parte dos deputados sociais-democratas membros da Comissão de Trabalho da Assembleia da República, entre os quais se contavam três membros do Conselho Geral da UGT (*O Jornal* de 15-I-82).

contrário, após ter recusado e criticado duramente a proposta de paralisação nacional da UGT, alegando nomeadamente a inexistência de condições políticas para o seu êxito, lançou-se ela própria na preparação de uma greve geral contra "a política revanchista e inconstitucional das forças políticas de direita" e "abrindo perspectivas para uma solução democrática".¹ Apesar de entretanto o governo já ter metido o pacote laboral na gaveta, a greve geral da CGTP-IN seria marcada para 12 de Fevereiro de 1982. Esta assumia, assim, um carácter flagrantemente político, visando principalmente o afastamento da Aliança Democrática do poder, numa colagem à estratégia e palavras de ordem do PCP.² Para o secretário-geral da UGT, Torres Couto, a greve inseria-se num plano comunista que visava não só derrubar o governo como também entravar a revisão constitucional então em curso — que o PS, então na oposição, viabilizara.

A greve geral de 12 de Fevereiro de 1982 não foi, obviamente, acompanhada pela UGT. Dias antes da greve, forças extremistas faziam deflagrar uma bomba à porta da residência de Torres Couto. Manobras de intimidação verificaram-se igualmente em muitos locais de trabalho. A greve foi todavia fracamente seguida em todo o país, excepto numa parte das empresas públicas, no Alentejo e nas empresas metalúrgicas do Sul.³ Constituiu, em todo o caso, a primeira tentativa de realização de uma greve geral em Portugal desde a remota e abortada movimentação de 18 de Janeiro de 1934 (convocada pela central anarco-sindicalista CGT contra a “fascização” dos sindicatos). Serviu, também, ao PCP para tentar mostrar a sua influência no campo laboral e à

¹ CGTP-IN, *A Situação do País e as Lutas dos Trabalhadores*., *op. cit.*, p. 12.

² A 10 de Janeiro de 1982, num discurso em Alpiarça, o líder comunista Álvaro Cunhal, prescindindo do seu habitual pudor em relação à Intersindical, não se coibiu mesmo de opinar sobre se a greve geral deveria ser de um dia ou de meio dia (J. P. Castanheira, "Perspectiva", *O Jornal*, 26-II-1982).

³ Para a Confederação da Indústria Portuguesa, a adesão nacional à greve não ultrapassou os 12%. A UGT referiu uma adesão de 17% e a CGTP-IN declarou que a greve tinha mobilizado milhão e meio de trabalhadores, correspondendo a mais de 70% de todos os sindicalizados. Para o *Diário de Notícias*, enfim, os níveis reais de adesão ter-se-iam situado entre os 30% e os 40% (*O Jornal* de 19-II-82).

CGTP-IN para se apresentar a si própria como a única organização sindical capaz não só de ameaçar, mas de avançar na prática com uma greve à escala nacional.

Em Maio de 1982, apenas três meses depois da primeira, nova greve geral foi convocada pela CGTP-IN. Aliadas às razões políticas que já haviam determinado a primeira, esta segunda greve teve também motivações directamente relacionadas com o clima de rivalidade e crescente hostilidade entre a UGT e a CGTP-IN. Com efeito, a greve surgiu na sequência de graves incidentes registados no Porto, onde militantes das duas centrais adversárias disputaram violentamente o mesmo local da cidade para festejar o 1.º de Maio. Da intervenção da polícia resultariam dois mortos e a imediata convocação pela CGTP-IN de uma greve nacional para o dia 11 desse mês, "contra a repressão policial" e exigindo a "demissão do governo". Novamente minoritária, esta greve terá mesmo sofrido uma quebra de adesão relativamente à de 12 de Fevereiro.¹

Apesar do habitual tom triunfalista com que o PCP e a Intersindical saudaram os "sucessos históricos" de 12 de Fevereiro e de 11 de Maio, as duas greves gerais de 1982 não deixaram de reflectir e acentuar o isolamento das forças comunistas no contexto sociopolítico nacional. Nesse isolacionismo, em grande medida deliberado, assumia aliás vulto a recusa da Intersindical de qualquer tipo de *unidade na acção* com a UGT, a qual, pela voz do seu secretário-geral, apresentara em finais de 1981, como vimos, uma primeira proposta nesse sentido, ignorada pela central comunista.

Com as eleições de Abril de 1983, de que resultou a formação do governo PS-PSD (dito do "bloco central"), goraram-se uma vez mais as perspectivas comunistas de uma "solução democrática" — isto é, uma fórmula governativa que, negociada com o PCP, contasse com o apoio deste. Desde as primeiras semanas do governo do "bloco central", Álvaro Cunhal avisara que "o PCP e os trabalhadores não aceitarão as medidas

¹ *O Jornal*, 31-XII-1982.

que este governo quer impor ao país [...] e dar-lhe-ão firme combate".¹ Com efeito, entre 1983 e a ruptura da coligação governamental PS-PSD (Junho de 1985), a CGTP-IN desdobrou-se em jornadas e acções nacionais de luta, concentrações, desfiles, manifestações, vigílias e outras campanhas, em que foi sistematicamente exigida a demissão do governo. Em Março de 1984, a CGTP-IN não compareceu também à tomada de posse dos membros do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS).

A UGT, por seu turno, apoiou algumas das iniciativas governamentais (como a criação do CPCS) e, depois de conceder um prolongado "benefício da dúvida" ao governo de Mário Soares e Mota Pinto, concentrou as suas críticas sobre o Ministério do Trabalho. O processo que conduziu à queda do executivo do "bloco central" foi parcialmente motivado pelo desentendimento entre os governantes socialistas e sociais-democratas quanto à revisão da legislação laboral, embora tivesse sido essencialmente determinado pela crescente oposição movida por um sector do PSD à própria coligação governativa. Estas divergências repercutiam-se no seio da UGT, entre cujos dirigentes havia adeptos e inimigos da fórmula do "bloco central", apoiantes e opositores de um novo pacote laboral, etc.

Depois da quebra eleitoral sofrida em Outubro de 1985 e agravada, ainda, em Julho de 1987, o isolamento político nacional do PCP atingiu o seu ponto mais dramático desde 1974. O apoio, em desespero, do PCP e da Intersindical à candidatura de Mário Soares na segunda volta das eleições presidenciais de 1986 foi o primeiro gesto dum penoso processo de reajustamento estratégico, para o qual os acontecimentos políticos da União Soviética iriam contribuir decisivamente a partir de 1987-88, tornando-o irreversível. Em fins de 1989 acentuar-se-ia também o isolamento

¹ J. Morais, L. Violante, *Cronologia dos Factos Económicos e Sociais – Portugal 1926-1985*, Livros Horizonte, p. 384.

internacional do PCP e da própria Intersindical (fim do relacionamento solidário com as centrais sindicais da República Democrática Alemã, Hungria e outros países do Leste).

Das resoluções e documentos aprovados no V Congresso da CGTP-IN (Maio de 1986) não transparece o menor sinal premonitório das profundas alterações que a orientação geral da central sindical iria sofrer ao longo do triénio que então começava. Com alguma boa vontade, poder-se-ia apenas detectar a intenção da central de realisticamente considerar consumada a adesão de Portugal à Comunidade Europeia (efectiva desde 1 de Janeiro desse ano), embora continuasse a qualificá-la de "operação política que visava e visa atentar contra o regime democrático consignado na Constituição".¹ Com efeito, a Intersindical, sem deixar de manifestar a sua radical oposição de sempre à adesão de Portugal, reivindicava simultaneamente o "direito a participar nos diversos organismos ligados a instituições da CEE em que esteja prevista a representação sindical dos Estados membros".² Como justificação da sua participação nesses organismos, a CGTP-IN alegava a necessidade de representar os trabalhadores portugueses, nomeadamente os emigrantes, defender os interesses e a soberania nacionais ameaçados, bem como intervir no conjunto do movimento sindical europeu.

A UGT e as confederações patronais denunciaram tal posição, que tinham por contraditória com a recusa da CGTP-IN em ocupar em Portugal os seus lugares no Conselho Permanente de Concertação Social. O governo de Cavaco Silva, mediante recomendação do CPCS, indigitou apenas dois representantes da CGTP-IN para o Comité Económico e Social da CEE, menos um que os três lugares atribuídos à UGT.³

¹ "Programa de Acção", aprovado no V Congresso da CGTP-IN (Maio de 1986), *Documentos da CCTP-IN*, n.º 6, pp. 89-90.

² *Idem*, p. 91.

³ A recomendação definitiva do CPCS sobre a representação portuguesa nos organismos consultivos das Comunidades Europeias foi aprovada por unanimidade naquele órgão a 13 de Março de 1986. Na indicação do número de membros de cada central sindical, o governo atendeu ao facto, alegado na dita

Com a entrada dos representantes da Intersindical, ao lado dos da UGT e das confederações patronais, para os organismos consultivos da CEE (Maio de 1986), deixava realmente de fazer sentido a recusa de participação da central no CPCS. A partilha com a UGT da representação sindical no plano internacional criava um precedente flagrante. Ainda assim, mais de um ano decorreria até que uma decisão fosse tomada. Aparentemente, um prolongado debate interno teve lugar, com os "minoritários" e os comunistas "renovadores" a pressionarem a entrada para o CPCS e os "ortodoxos" a oporem-se-lhe. A escolha do momento mais adequado para a entrada poderá, todavia, ter sido a principal questão em causa, dado que os irredutíveis opositores do CPCS se encontrariam em minoria. Em fins de Outubro de 1987 (pouco tempo após as eleições que deram a maioria absoluta ao PSD), a Intersindical decidiu finalmente ocupar os lugares que desde 1984 lhe estavam legalmente reservados no CPCS.¹

Esta viragem na orientação da Intersindical — que desde a criação do CPCS se lhe opusera por razões não conjunturais, mas de fundo² — será, no entanto, descrita pelos responsáveis como a "ocupação dos lugares a que a CGTP-IN tem direito". A entrada da Intersindical para o CPCS não significaria, assim, o reconhecimento de qualquer mérito do órgão em questão, antes se explicaria pela necessidade de utilizar

recomendação, de a CGTP-IN não integrar em Portugal o CPCS e de ter movido uma oposição sistemática à CEE e aos princípios essenciais do Tratado de Roma.

¹ A tomada de posse dos representantes da Intersindical no CPCS ocorreu a 2 de Novembro de 1987.

² Num documento da CGTP-IN do princípio de 1984 (transcrito em *O Jornal* de 20-I-1984) com a apreciação da central sobre o projecto de criação do CPCS, condena-se o modo de formação, o figurino, o espírito, a composição e as atribuições do novo órgão — ou seja, tudo. Nesse documento a CGTP-IN recusa liminarmente a sua participação no futuro Conselho, que considera inútil e contrário ao espírito da Constituição. Em fins de 1983, dirigentes da CGTP-IN tinham-se já referido ao projecto do CPCS como o de uma "mini-Câmara Corporativa" (*O Jornal*, 30-XII-1983).

aquela tribuna e de evitar que o governo, o patronato e a UGT continuassem a "tomar decisões nas costas dos trabalhadores".¹

Nenhuma justificação foi, porém, suficiente para dissipar a convicção generalizada de que a CGTP-IN tinha, de facto, reconsiderado a sua prévia posição de fundo sobre o CPCS. Mesmo nos círculos mais ilustrados e moderados da central, o CPCS fora anteriormente tido como "um instrumento de uma estratégia que, não reconhecendo a CGTP-IN tal qual ela é e recusando negociar com ela como força determinante do mundo do trabalho, tende a isolá-la para a neutralizar".² Se no breve espaço de um ou dois anos esses sectores moderados fizeram pender a decisão da Intersindical para a entrada no CPCS, foi porque entretanto se reconheceram as vantagens de tal passo. Entre estas, estava certamente a de diminuir o protagonismo da UGT que, desde o início do funcionamento do CPCS, declarava o seu propósito de representar nele "os interesses de *todos os* trabalhadores portugueses". O aparente êxito do *acordo de política de rendimentos* subscrito em 1986 pela UGT no quadro do CPCS pode ter dado que pensar à Intersindical. Mas outras vantagens terão sido ponderadas por esta central: o acesso, em primeira mão, à informação económica e social que o governo levava para o CPCS; a participação, há muito reivindicada, nas estruturas consultivas tripartidas de organismos como o Instituto do Emprego e Formação Profissional, mas reservada pelo governo aos membros efectivos do CPCS; enfim, o

¹ Esta mesma posição foi defendida pelo secretário-geral do PCP, quando pela primeira vez admitiu publicamente a entrada da CGTP-IN para o CPCS (*Diário de Notícias*, 13-1-1987). Cunhal não deixaria de reafirmar nessa altura que o CPCS era um "órgão indesejável", que não servia "para resolver os problemas dos trabalhadores" e que não se deviam alimentar ilusões quanto à "natureza, composição e eventuais decisões" daquele órgão. O *nihil obstat* do CC do PCP foi emitido duas semanas antes da decisão final do plenário da CGTP-IN, tomada a 29 de Outubro, de entrar imediatamente para o CPCS.

² José Barros Moura (coordenador do Gabinete de Estudos da Intersindical de 1976 a 1986), "Intervenção dos Parceiros Económicos e Sociais", em *Conferência sobre Políticas de Desenvolvimento Económico e Social*, IED, 1985.

direito a um subsídio governamental a título de participação no CPCS, que em 1987 rendera à UGT a não desprezável quantia de 12,9 mil contos.

O passo que marcou decisivamente a nova orientação estratégica da Intersindical foi a sua adesão à iniciativa da UGT de convocar uma greve geral para 28 de Março de 1988. Esta destinava-se a combater nova tentativa do governo de alterar a legislação laboral. Com a legitimidade categoricamente conquistada nas eleições de Julho de 1987, o governo parecia finalmente decidido a liberalizar a lei dos despedimentos. Decidida no seio da UGT com a oposição de dirigentes afectos aos TSD, a convocação da greve geral despertaria na CGTP-IN sentimentos inéditos acerca da "imperiosa necessidade de unidade".¹ Formalmente, não se verificou uma rigorosa adesão da Intersindical à paralisação decidida pela UGT, mas sim a convocação pela primeira de uma greve para o dia apazado pela segunda. Os objectivos da dupla paralisação também não coincidiam inteiramente, com a UGT centrada sobre o novo pacote laboral do governo e a CGTP-IN a estender o seu protesto à política de privatizações e à "ofensiva do governo contra a Reforma Agrária". Além disso, as duas centrais coordenaram separadamente as movimentações do dia 28 de Março. Mas as declarações de intenções e os formalismos não puderam encobrir a realidade de a Intersindical ter aderido a uma iniciativa da central sindical até aí tratada de "divisionista".

A greve geral de 28 de Março de 1988 foi a primeira maioritariamente seguida em Portugal pelos sindicatos (mais de 300 emitiram pré-avisos de greve, dos quais cerca de 100 independentes) e pelos próprios trabalhadores, ainda que as taxas de adesão proclamadas pelas centrais (80-85% no conjunto do país) tivessem sido contestadas pelo governo. Novidade foi também a considerável adesão em grande número de empresas privadas, inclusive algumas das que o primeiro-ministro Cavaco Silva escolhera para

¹ *Expresso*, 12-III-1988.

visitar no próprio dia da greve, com o intuito de demonstrar a normalidade da laboração.¹ O êxito da adesão à greve já não obsteu a que a nova legislação sobre despedimentos fosse efectivamente publicada, ainda que só no ano seguinte e com algumas cedências relativamente às primeiras versões do projecto.² Em Janeiro de 1989, sob a ameaça de nova greve geral apoiada pela UGT e CGTP-IN, o governo terá feito algumas concessões de última hora. No final, o patronato manifestou-se desapontado. O órgão da CIP desabafaria: "Somos forçados a concluir que, ainda hoje, em Portugal, apesar de termos um governo maioritário, não é possível levar a cabo reformas que tenham a oposição das duas centrais sindicais".³

Apesar de tudo, a greve geral não demoveu o governo do propósito de introduzir medidas flexibilizadoras do mercado de trabalho e, por isso mesmo, não foi um êxito total. No rescaldo da paralisação, a Intersindical tinha defendido que o executivo ficara sem *legitimidade legislativa* para levar por diante as pretendidas alterações ao regime dos despedimentos.⁴ A UGT não foi tão longe na interpretação das consequências da greve, considerando-a embora um "referendo aos trabalhadores sobre o pacote laboral".⁵ Mas se o governo não cedeu senão parcialmente, a greve geral não deixou de ter outras importantes consequências. Ela constituiu, para além de uma manifestação de força e unidade sindical em que o governo visivelmente não acreditara, um passo decisivo no processo de normalização das relações entre a Intersindical e a UGT.

¹ Teria mesmo sido cancelada a visita do primeiro-ministro a algumas das empresas inicialmente previstas (*Semanário*, 31-III-1988).

² Decreto-Lei 64-A/89, de 27 de Fevereiro (regime jurídico da cessação do contrato individual de trabalho e da celebração e caducidade do contrato de trabalho a termo).

³ Jaime de Lacerda, *Indústria*, n.º 12, ano VIII, p. 5.

⁴ *Diário de Notícias*, 29-III-1988. Os dirigentes da CGTP-IN justificavam a sua tese opondo a taxa de adesão à greve, 84,8% segundo esta central, aos 51% do eleitorado que tinham votado no partido do governo em Julho de 1987.

⁵ *Diário de Notícias*, 29-III-1988.

No seio da UGT as repercussões também não se fizeram esperar. Um congresso extraordinário seria convocado para Julho, com o fim único de destituir os elementos do secretariado da central afectos aos TSD que, na sua qualidade de deputados, haviam apoiado a iniciativa legislativa governamental. É de referir que, poucos dias antes da greve geral, a direcção dos TSD tinha também tomado posição contra ela, denunciando o seu carácter alegadamente *político e* repudiando a acção conjunta da UGT com a Intersindical. A proposta de realização do congresso extraordinário da UGT partira do novo líder do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, Barbosa de Oliveira — que em Abril, como vimos, se aliara com êxito aos comunistas para afastar Arménio Santos (líder dos TSD) da direcção daquele importante sindicato. Neste como em todos os episódios anteriores e ulteriores da aproximação entre as duas centrais sindicais, os TSD apareceram sempre a opor-se-lhe.

A aproximação entre as duas centrais foi promovida de ambos os lados, ainda que, por força das circunstâncias, o passo decisivo para o desbloqueamento das relações tenha partido da Intersindical.¹ Nesta, as posições dos "ortodoxos" (nomeadamente da Federação Metalúrgica), que já haviam sido postas em minoria na questão da entrada para o CPCS, sê-lo-iam de novo na resolução de aderir à iniciativa de greve geral da UGT e, depois, na decisão de estabelecer um relacionamento formal com esta última central. A evidente maior sintonia dos "ortodoxos" da CGTP-IN com a direcção do PCP conferiu às sucessivas derrotas das suas posições no seio da central sindical um significado especial. Gerou-se, deste modo, pela primeira vez, uma certa imagem de autonomia da central em relação à direcção do partido — imagem encarnada sobretudo

¹ A direcção da CGTP-IN já em 23 de Fevereiro de 1988 tinha tornado pública, em conferência de imprensa, a sua disposição de enfileirar com a UGT na luta contra o pacote laboral do governo, posição confirmada depois em Conselho Nacional, a 12 de Março, com a marcação da greve geral para o mesmo dia da UGT. Estes passos parecem ter sido decisivos no processo de aproximação das duas centrais.

por José Luis Judas, eminência parda da CGTP-IN, e secundada até certo ponto pelo próprio líder formal, Manuel Carvalho da Silva.

A 7 de Julho de 1988, o primeiro encontro entre os dirigentes da UGT e da Intersindical, realizada na sede do CPCS, representou o reconhecimento formal da primeira pela segunda. Foi então celebrado entre as duas confederações um acordo respeitante à partilha dos lugares sindicais nos organismos consultivos nacionais e internacionais e ao modo de actuação no quadro do CPCS. Novos encontros entre delegações das duas centrais se seguiriam em 8 de Março e 19 de Setembro de 1989, de que resultou a elaboração de análises e propostas conjuntas — outro acontecimento inédito. A longa guerra entre as duas centrais estava formalmente encerrada. Doravante, governo e associações patronais passavam a contar com um campo sindical diversificado e plural, mas capaz de pôr de lado as suas divisões e actuar de forma concertada — situação de que não havia memória.

4.3.3. A acção política no quotidiano.

As greves gerais de 1982 e 1988 (a que se poderão acrescentar a ameaça de greve geral da UGT, em fins de 1981 e nova ameaça, agora por parte da UGT e CGTP-IN, em Janeiro de 1989) constituíram talvez as formas mais salientes de pressão política dos sindicatos na década de 80. Foram, porém, intervenções de carácter excepcional, cujo impacto não pode ser sobrevalorizado na comparação com as formas de acção política adoptadas *quotidianamente* pelos sindicatos.

Destas formas de intervenção permanente, por vezes tão ou mais eficazes do que as grandes movimentações de luta, são exemplo certas campanhas ou acções prolongadas, operando pela insistência e pela conjugação de uma diversidade de meios

pacíficos, sem contudo excluir *formas de luta*, eventualmente em articulação com a negociação colectiva. Muitas vezes, a acção política dos sindicatos não reveste a forma de luta propriamente dita. Devem citar-se, neste caso, os frequentes contactos, consultas, conversações ou acções de *lobbying* junto dos vários órgãos do poder, grupos parlamentares, partidos, Igreja e outras instituições.

Estes contactos, não obedecendo a qualquer norma de regularidade ou outra, foram-se contudo intensificando e tornando rotineiros ao longo da década de 80. As audiências do primeiro-ministro concedidas separadamente às duas centrais antecederam importantes decisões governamentais ou acções sindicais em momento de conflito. O Presidente da República, no âmbito da sua função moderadora — mais marcada, talvez, no caso de Soares do que de Eanes — recebeu frequentemente delegações das forças sociais, ouvindo as suas preocupações e queixas. Audiências regulares às organizações sindicais foram também concedidas pelo Presidente da Assembleia da República, pelas comissões parlamentares e, com maior frequência, por diversos ministros e secretários de Estado (principalmente do Trabalho e Emprego, Justiça, Indústria e Energia e Finanças, por vezes em conjunto com o primeiro ministro). No caso da CGTP-IN, as reuniões avulsas com membros do governo parecem ter-se tornado menos frequentes após a sua entrada para o Conselho Permanente de Concertação Social, em Novembro de 1987.

Entre 1980 e 1989, delegações da CGTP-IN foram recebidas 13 vezes pelo primeiro-ministro (3 vezes em 1982, 1 em 1983, 1 em 1984, 1 em 1985, 2 em 1986, 1 em 1987, 3 em 1988 e 1 em 1989, até Maio deste ano).¹ No mesmo período de tempo, o Presidente da República recebeu 15 vezes a CGTP-IN (1 vez por ano entre 1981 e 1986, 3 vezes em 1987, 4 em 1988 e 2 em 1989, até Maio deste ano), sendo visível a maior

¹ Informações recolhidas nos *relatórios de actividades* apresentados ao IV, V e VI Congressos da CGTP-IN. Os relatórios do secretário-geral da UGT aos respectivos congressos são omissos quanto a este ponto.

frequência destas audiências desde a eleição de Mário Soares. Embora não haja dados completos sobre idênticos contactos da UGT quer com o chefe do governo quer com o Presidente da República, pode talvez presumir-se que terá sido recebida tantas vezes quanto a CGTP-IN. O Presidente Mário Soares utilizou várias vezes a sua influência e as suas competências constitucionais (não promulgação ou envio de diplomas à apreciação do Tribunal Constitucional) em matérias de legislação laboral, após audiências prestadas às centrais sindicais. No espaço de um mês que antecedeu a greve geral de 1988, o PR recebeu duas vezes as centrais sindicais.

A CGTP-IN iniciou em 1982 a realização de contactos formais com responsáveis eclesiásticos, tendo até 1989 sido recebida 5 vezes pelo Cardeal Patriarca, 1 pelo presidente da Conferência Episcopal e 1 pelo Arcebispo de Braga. Depois de ouvidas as centrais sindicais, várias vezes os chefes da Igreja exprimiram publicamente a sua preocupação sobre questões como a exploração do trabalho infantil, os salários em atraso e a alteração da lei dos despedimentos. O Cardeal Patriarca recebeu as duas centrais sindicais antes da greve geral de 1988 e a CGTP-IN antes da greve de 1982.

Não é negligenciável a pressão que as organizações sindicais portuguesas exercem a nível internacional sobre o governo, através da OIT ou dos organismos comunitários europeus, contando muitas vezes com o apoio das confederações sindicais internacionais (CISL, CES, CMT, FSM, etc.). Neste capítulo, a Intersindical tem uma experiência que remonta ao período do corporativismo.

Outra forma de intervenção política das centrais sindicais são as tomadas de posição públicas sobre os mais diversos assuntos, veiculadas diariamente pelos principais meios de comunicação social. Não dispondo de órgãos de informação próprios com um mínimo de projecção e qualidade — as experiências com publicações

periódicas sindicais têm falhado nesses aspectos,¹ o mesmo acontecendo, aliás, com as associações patronais — as organizações sindicais dedicam muita atenção à sua presença nos grandes meios de informação. Tal como os partidos políticos, as organizações sindicais recorrem frequentemente a conferências de imprensa, comunicados, entrevistas e declarações avulsas dos seus dirigentes como objectivo de manterem uma imagem viva nos *media* e de tornarem públicos os seus pontos de vista. Os congressos e reuniões sindicais, bem como as conferências e colóquios organizados pelos sindicatos são outras tantas ocasiões para ocupar espaço informativo. Os próprios meios de informação promovem essa presença constante perante o grande público, cobrindo sistematicamente os conflitos mais importantes e auscultando regularmente as posições dos dirigentes sindicais, que não raramente são também personagens da vida político-partidária.

Há muito que na Europa a sensibilização da opinião pública se tornou um campo privilegiado da acção sindical, pelo que os sindicatos em Portugal não fazem mais do que seguir a uma certa distância as pisadas dos seus colegas estrangeiros. Certos críticos vêem nesta preocupação sindical em ocupar os *media*, de preferência a ocuparem as ruas ou os pátios das fábricas, uma "arte de dissimular as suas fraquezas".² Mas, em geral, a atenção que os sindicatos devotam aos *media* é compreensível e legítima, tanto do ponto de vista da defesa da sua imagem, muitas vezes denegrida, como da eficácia da sua acção.³ A isso os impele, naturalmente, o enorme poder que têm os meios de comunicação (e sobretudo a televisão) na formação da opinião pública. Bastaria referir,

¹ Referimo-nos às publicações periódicas sindicais que visavam abranger um público mais amplo do que os filiados nas respectivas organizações. É o caso da revista *Alavanca*, lançada em 1974 pela Intersindical, que depois de várias suspensões e outras tantas tentativas de relançamento se encontrava novamente parada em 1989. O mesmo se passou com revistas lançadas pela Fundação José Fontana e pela UGT (*Sindicalismo, Trabalho e Sindicalismo, Novos Desafios*).

² Hubert Landier, *Demain, quels syndicats?*, Pluriel, 1981, pp. 19-24.

³ Ver Geoff Walsh, "Les syndicats et les médias", *Revue Internationale du Travail*, 1988, n.º 2, pp. 233-249.

relativamente a Portugal, o decisivo impacto que teve a cobertura televisiva da luta dos agentes da Polícia de Segurança Pública pela legalização da sua associação sindical, em Abril de 1989.

O tempo de antena garantido constitucionalmente em Portugal nos meios de comunicação do Estado, não tem para os sindicatos grande significado prático, representando como que um meio de recurso para se fazerem ouvir, provavelmente não dos mais eficazes. Muito menos importante, em todo o caso, do que o espaço de que as organizações sindicais usufruem quotidianamente nos *media*, através da cobertura constante que estes asseguram, por sua iniciativa, das questões laborais. Em 1974-1975 os sindicatos tinham conquistado uma presença excessiva nos *media* nacionalizados, chegando a Intersindical a deter, a partir de Janeiro de 1975, um espaço radiofónico exclusivo de duas horas diárias na emissora de maior audiência nacional (Rádio Clube Português). A norma constitucional de 1976 tanto visava a garantia como a disciplina do acesso aos principais meios de comunicação, então quase todos estatizados.¹

O largo âmbito das questões sobre as quais se pronunciam publicamente também aproxima as organizações sindicais dos partidos. O secretário-geral da UGT, discursando no IV Congresso da central em Fevereiro de 1988, declarou que "tudo na vida política portuguesa, *tudo*, diz respeito ao sindicalismo".² A vida política é aqui entendida no seu sentido mais lato, englobando todos os assuntos, por vezes de carácter eminentemente técnico, que são submetidos aos processos de discussão, negociação ou decisão política.

Assim, da política de rendimentos do governo aos programas de reestruturação e modernização industrial, do Orçamento Geral do Estado aos inúmeros problemas

¹ CRP, 1976, art.º 40 (aprovado com 22 abstenções do PCP e MDP), segundo o qual os tempos de antena dos partidos e das organizações sindicais na rádio e na televisão deveriam ser atribuídos "de acordo com a sua representatividade e segundo critérios a definir no estatuto da informação".

² *Expresso*, 13 de Fevereiro de 1988.

decorrentes da integração europeia, das reformas do ensino e da Administração Pública à política de privatizações, das questões da regionalização aos aumentos das pensões dos reformados, dos preços dos bens e serviços essenciais à reforma do sistema fiscal, para não citar todos os assuntos directamente ligados com o emprego, as relações laborais, a formação profissional e a segurança social — pouco parece escapar, de facto, ao direito ou ao dever de as organizações sindicais se pronunciarem em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Muitas vezes, as posições que os sindicatos tomam a respeito desses assuntos pouco diferem ou nada acrescentam de essencial às dos partidos a que estão mais ligados, limitando-se a tornar mais enfática a defesa de certos interesses. Aludi já noutras passagens deste estudo a uma "divisão do trabalho" existente, por vezes, entre os sindicalistas e os dirigentes dos partidos a que pertencem. No caso dos partidos mais interclassistas e vocacionados para o exercício do poder, essa divisão funcional liberta os responsáveis partidários de certos compromissos que podem ser considerados particularistas ou prejudiciais para a sua imagem de promotores do "interesse geral". Há também divergências, geralmente acessórias, processuais, que aparecem nas tomadas de posição dos sindicalistas relativamente às dos seus partidos. Contudo, estas diferenças de ênfase ou de ângulo de visão podem transformar-se em nítida demarcação das posições dos sindicalistas, especialmente quando os respectivos partidos exercem o poder e as divergências, por essa razão, são menos iludíveis. Os sindicalistas com responsabilidades partidárias na área do PS e PSD são, assim, muitas vezes apertados entre duas fidelidades, nem sempre conciliáveis. Por isso existe na UGT uma corrente de opinião contrária à ocupação de cargos políticos ou partidários por dirigentes sindicais — no sentido, aliás, do preconizado pela lei sindical vigente, que não é respeitada na prática.

Em todo o caso, também é muito vasto o campo de intervenção política das associações patronais, se bem que em relação a estas não se possa falar dum tipo de politização idêntica à dos sindicatos, marcada, como vimos, por uma articulação mais ou menos estreita com as posições e estratégias dos partidos. No caso da Confederação da Indústria Portuguesa (e possivelmente também de outras confederações patronais) haveria mesmo a assinalar a "tendência para ocupar, como associação de interesses, uma posição política num quadrante que considera vago".¹ A insuficiente ou incoerente representação dos interesses dos empresários pelos partidos políticos existentes, muito em especial nos anos 70, teria, assim, levado a CIP a aparecer e a proceder no terreno político como o *partido dos empresários*, mas liberta dos clássicos compromissos partidários e de preocupações eleitoralistas, assumindo por isso abertamente e com naturalidade posições consideradas mais conservadoras ou de direita.

Não que não pudéssemos, com alguma analogia, falar também das centrais sindicais como de *partidos dos trabalhadores*, dado, por um lado, o seu grau de envolvimento político e, por outro, o seu ponto de vista "de classe" ou "corporativo", em sentido amplo. Mas a analogia terminaria aí, verificando-se que as duas centrais sindicais, eleitoralmente menos despreocupadas do que as confederações patronais, partidariamente mais comprometidas, nunca pretenderam definir nem ocupar qualquer espaço político vago ou autónomo, como no passado remoto fora o caso flagrante da CGT.

¹ Carlos Gaspar, *As Aventuras das Associações Empresariais e a Democracia Portuguesa* (versão preliminar), ICS - Tinker Foundation, 1988, p. 180. O autor considera que essa tendência se verificou particularmente desde 1981, após a eleição de Pedro Ferraz da Costa para a presidência da CIP. Mas já anteriormente, desde a fase revolucionária dos anos 70, a CIP assumira — dada a sua *solidão* "na defesa dos interesses empresariais ou de um programa económico que lhes atribuíra uma função decisiva" — um papel que o autor define como de "partido político dos empresários e da iniciativa privada" (*idem*, p. 82).

4.3.4. Concertação social e participação institucional.

O Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), definido como órgão tripartido de funções consultivas, foi criado em Março de 1984 pelo governo do "bloco central" PS-PSD, com o fim de promover o diálogo (mais exactamente, a *concertação*) entre o executivo e as confederações sindicais e patronais.¹ O CPCS surgia dez anos após o 25 de Abril e oito após as primeiras tentativas governamentais de negociação de acordos sociais e de criação, à escala nacional, de órgãos consultivos tripartidos.

Essas tentativas haviam falhado no passado. O Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, criado em 1976 sob dependência do primeiro-ministro, tinha como missão genérica contribuir para a definição de uma política global de rendimentos e preços, designadamente propor ao governo objectivos em matéria de política de salários. Este Conselho manteve-se inactivo quase desde a sua criação, nunca se cumprindo o propósito de vários governos de o reactivarem. Quanto ao Conselho Nacional do Plano, previsto na Constituição de 1976 e regulamentado desde 1977, teve um funcionamento deficiente e pouco produtivo, quase se limitando a emitir pareceres anuais (frequentemente atrasados) sobre as Grandes Opções do Plano. A própria planificação económica, inserida no quadro constitucional da *transição para o socialismo*, tinha-se tornado, na prática governativa, um conceito em evidente declínio. O CNP era, assim, encarado com indiferença pela maioria dos que nele deveriam participar. Em 1987 já se previa a sua extinção e eventual substituição por um conselho consultivo do tipo dos existentes em vários países europeus. A segunda revisão constitucional (1989) determinaria, realmente, a substituição do CNP por um Conselho

¹ Decreto-Lei 74/84, de 2 de Março. No ponto 3 do seu preâmbulo o diploma refere a "necessidade de institucionalizar em Portugal o diálogo e a consulta entre o governo e as principais organizações a nível confederativo dos trabalhadores e de empregadores, de forma que as transformações estruturais necessárias à modernização da economia nacional possam vir e efectuar-se de forma concertada [...]".

Económico e Social, cuja regulamentação inicialmente se previu para 1990 e, depois, para 1991.

Vimos atrás como haviam igualmente falhado as propostas dos primeiros governos de Mário Soares no sentido da negociação de um acordo tripartido de carácter conjuntural, sob a designação de "pacto social" (provavelmente inspirado no *social contract* proposto pelo governo trabalhista inglês, mas celebrado apenas entre este e a central sindical TUC, em 1975 e 1976). Em 1978, o ministro Gonelha achava já preferível a criação dum sistema de concertação institucionalizada ou permanente, mas a ideia perder-se-ia então. Após a pouca receptividade manifestada em 1980 pelo governo de Sá Carneiro à proposta dum "contrato social" avançada pela UGT, será novamente esta central a lançar, sozinha, idêntica proposta em Janeiro de 1981. Em Espanha tinha-se acabado de negociar a revisão do AMI – Acordo-Quadro Interconfederal entre a UGT local e a confederação patronal CEDE (em Junho de 1981 seria ainda negociado um Acordo Nacional para o Emprego, desta vez também com a participação de Comisiones Obreras). A UGT portuguesa buscava aparentemente inspiração na fórmula adoptada no país vizinho, mas o seu secretário-geral, Torres Couto, defendia também um modelo de concertação social para o nosso país "similar ao utilizado na Áustria e nos países escandinavos ao longo das últimas décadas".¹ O primeiro-ministro Balsemão e o ministro do Trabalho Nascimento Rodrigues apoiavam a celebração de um contrato social desde que ao governo coubesse um simples papel

¹ Entrevista de Torres Couto a *O Jornal* de 30-I-1981. O líder da UGT, rejeitando a fórmula dos *social contracts* ingleses, bilaterais e centrados sobre a política de rendimentos (especialmente sobre o controlo dos aumentos salariais), defendia a negociação de um "contrato colectivo geral", que abarcasse um conjunto de questões laborais, económicas e sociais. A referência ao modelo austríaco (aliás distinto do dos países escandinavos) parecia significar a adesão do líder da UGT a uma concertação com carácter permanente entre os parceiros sociais.

mediador, tal como acontecera no caso do AMI, em Espanha.¹ Era palpável, contudo, o desinteresse da Confederação da Indústria Portuguesa pelas várias fórmulas possíveis.

Em Novembro de 1981, a UGT retomava a iniciativa no campo laboral e ameaçava com uma greve geral para o caso de o governo pretender levar avante o seu "pacote laboral" consagrando a liberalização dos despedimentos individuais. Vimos já qual foi a sequência que isso teve: congelamento do pacote pelo governo em Janeiro de 1982, abandono da proposta de greve geral por parte da UGT, convocação e realização de uma primeira greve geral pela CGTP-IN, a 12 de Fevereiro desse ano.

Após esta paralisação, o Ministério do Trabalho anunciou o propósito da criação de estruturas permanentes de concertação social, iniciativa que contava com o apoio da UGT. Pensava-se instituir oito comissões tripartidas, voltadas para áreas temáticas ou sectoriais autonomizadas, e uma comissão coordenadora igualmente tripartida, funcionando em ligação com primeiro ministro.² O projecto, animado pelo então ministro do Trabalho, Queirós Martins, não chegaria a ver a luz do dia boicotado, muito provavelmente, por alguns dos parceiros sociais que nele deveriam participar.³ Em fins de 1982 a UGT passou a contestar abertamente o governo de Balsemão, retirando a sua proposta de "contrato social" e contestando mesmo o projecto governamental de estruturas permanentes de concertação, que anteriormente apoiara.

Em princípios de 1983, com a crise final do governo de coligação da AD e a perspectiva crescente de um regresso do PS ao poder (dele afastado desde meados de 1978), a UGT relançou a proposta de um "acordo social", que contava com todo o

¹ *Expresso*, 31-I-1981.

² J. M. Rocha Pimentel, "Concertação social e política de rendimentos em Portugal: experiência recente e perspectiva para a década de 80", em *Cadernos Sindicais*, FOM, n.º 3-4, 1984, p. 35.

³ Referimo-nos, nomeadamente, à CIP e à CGTP-IN. Após o fracasso do "pacote laboral" e das "comissões tripartidas", o ministro Queirós Martins abandonaria o governo (Junho de 1982).

interesse dos socialistas.¹ Perante o aprofundar da crise económico-financeira do país e a evidente necessidade de mais um tratamento de choque, os socialistas e a UGT esperavam muito da negociação de um acordo entre o futuro governo e os parceiros sociais sobre matérias económicas e laborais. Expectativa ingénua, em vista da situação social que a Aliança Democrática deixava em herança e que, no imediato, não deixaria de se agravar, com o crescimento do desemprego e da inflação, a fome a aparecer em zonas vitimadas pela recessão e fuga do investimento, a praga dos *salários em atraso* a alastrar pelo país, os índices de conflitualidade (greves) a atingirem os níveis mais altos de sempre. Expectativa irrealista, também, dada a indiferença ou hostilidade que as propostas de acordos sociais suscitavam da parte de alguns dos principais parceiros.

Com efeito, a mera ideia de um acordo social continuava a merecer a total oposição da Intersindical. Pouco depois das eleições de Abril de 1983, que deram uma maioria relativa ao PS, a central sindical comunista reiterava a sua posição de princípio contrária a qualquer tipo de "acordos de salvação nacional" ou "pactos e acordos sociais", que mais não visariam do que "fazer pagar aos trabalhadores as dificuldades resultantes da crise". Para a Intersindical, apoiante da reclamação de um "governo progressista" (palavra de ordem do PCP), tudo dependia da "composição do governo saído das eleições e da política que este se propuser executar". Do *entendimento dos parceiros sociais* nada haveria a esperar, pois que a CGTP-IN defendia os direitos dos trabalhadores e as nacionalizações, enquanto a CIP pretendia exactamente o contrário.² Contrariamente à UGT, que já admitia a revisão negociada da legislação do trabalho (greve e despedimentos), a CGTP-IN permanecia inflexível em toda a linha.

¹ Em Janeiro de 1983, o assunto foi tema de uma reunião do secretariado da UGT com a direcção do PS. Pouco antes, os dirigentes socialistas tinham-se encontrado com a CGTP-IN, presumindo-se que a questão do "acordo social" tenha igualmente dominado a agenda das conversações (*O Jornal*, 28-I-1983).

² Relato da conferência de imprensa da CGTP-IN de 28-IV-1983 (*O Jornal*, 29-IV-1983).

Para a CIP, apenas a fixação de normas de evolução global dos salários poderia então constituir objecto de um eventual pacto ou acordo social, mostrando-se, ainda assim, reservada quanto às possibilidades de êxito de um tal empreendimento. A proposta de acordo alargado da UGT era, pois, qualificada de *utópica*. Na opinião da CIP, competiria exclusivamente ao governo eleito encontrar e aplicar as "soluções qualitativas para questões que se prendem com o sistema económico, com as regras de funcionamento da economia e com aspectos importantes da legislação de trabalho". Essas soluções não deveriam depender de prévios consensos.¹ A CIP juntava-se, deste modo, à CGTP-IN, no reconhecimento da impossibilidade de se atingir um consenso entre os parceiros sociais. As concepções diametralmente opostas da confederação patronal e da central sindical comunista justificavam plenamente essa opinião coincidente. Por isso, a CIP e a Intersindical convergiam na ideia de que deveria ser o poder político a decidir as matérias essenciais, prescindindo de qualquer prévio entendimento dos parceiros sociais.

Apesar da maior propensão revelada pela UGT para o diálogo e a busca de consensos, deve assinalar-se que também esta central sindical defendia posições de fundo largamente inconciliáveis com as principais reclamações dos empresários. Uma dessas posições foi, durante alguns anos, a defesa intransigente do sector financeiro nacionalizado bem como do respectivo monopólio estatal, reafirmada com solenidade em Fevereiro de 1983, num encontro dos cinco sindicatos da banca e dos seguros, promovido pela UGT.² Longe ainda da flexibilidade ideológica que a caracterizará na

¹ Declarações de P. Ferraz da Costa (presidente da CIP) a *O Jornal* de 6-V-1983. Note-se a abissal diferença entre esta posição da CIP de Ferraz da Costa e as generosas propostas de uma "economia concertada" que a mesma CIP, nos heróicos idos de 1974, avançara pela voz do seu líder de então, António Vasco de Melo (veja-se o cap. III, ponto 3, deste trabalho).

² *O Jornal*, 4-II-1983. Este encontro, onde convergiram, curiosamente, dirigentes sindicais de todas as correntes e tendências existentes em Portugal (os comunistas e seus aliados detinham então a direcção do Sindicato dos Bancários do Norte), contou com a participação do secretário-geral da UGT (então

segunda metade da década, a UGT opunha-se igualmente, em Fevereiro de 1983, a qualquer alteração significativa à lei da delimitação dos sectores público e privado. Após a formação do governo do Bloco Central e, sobretudo, a vitória social-democrata nas eleições de 1985, a UGT abandonaria de vez as suas posições em defesa do sector nacionalizado da economia. Ao mesmo tempo, a UGT iria enveredar decididamente por um modelo de sindicalismo mais próximo do dos países da Europa Central e do Norte, no qual caberia a propriedade e exploração de empresas lucrativas e, eventualmente, de um banco próprio.¹

Uma vez mais, a hipótese de negociação de um acordo social não vingou. Mas, em contrapartida, o governo PS-PSD saído das eleições de Abril de 1983, chefiado por Mário Soares, apresentaria em finais desse ano o anteprojecto de criação do Conselho Permanente de Concertação Social, dando assim cumprimento a um ponto do programa governativo do Bloco Central. A concepção do governo a tal respeito demorara algum tempo a ganhar contornos precisos, já que em Setembro de 1983 o ministro do Trabalho Amândio de Azevedo ainda falava de um Conselho Económico e Social.² Dum ponto de vista político, o CPCS, ainda que concebido primordialmente como amortecedor da conflitualidade laboral, aparecia até certo ponto vocacionado para compensar certos

dirigente do Sindicato dos Seguros do Sul), o qual teve a seu cargo a intervenção final. Os sindicatos dos Bancários do Sul e dos Seguros do Norte, então sob direcção social-democrata, também não tiveram dúvidas em subscrever a moção conjunta. Em Maio de 1983, porém, o Conselho geral da UGT aprovou uma moção em que já se admitia a abertura da banca e dos seguros à iniciativa privada, mas só após "uma profunda e sólida reestruturação destes sectores, tendente a enfrentar a concorrência, assegurando a competitividade e os actuais postos de trabalho" (citado em *Cadernos Sindicais*, n.º 1-2, pp. 18-20).

¹ Em 1986, a UGT entrou em negociações com o governo de Cavaco Silva com vista à criação de um banco próprio. Entre os muitos planos da UGT para o seu "sector de intervenção social" (assim eufemisticamente designada a projectada área empresarial da central) avultava, em 1987, a compra de um jornal diário (entre os então ainda nacionalizados) e a participação numa estação de rádio e outra de televisão (entrevista de José Veludo a *O Jornal*, 2-X-1987). Até 1989, porém, a UGT tinha apenas criado a SINPAR, uma *holding* para o controlo de pequenas empresas da central, como a APF (Associação Portuguesa de Férias) e a AGTUR (agência de viagens), constituídas essencialmente com capitais provenientes da "solidariedade internacional". Em princípios de 1990, a UGT parecia continuar a acarinhar o projecto da criação de um banco, mas de carácter mutualista.

² Entrevista de Amândio de Azevedo ao *Tempo* de 1-IX-1983.

factores de instabilidade relacionados com o delicado equilíbrio em que assentava a coligação governamental, que, embora largamente maioritária no Parlamento, não disfarçava as suas profundas divisões internas. Em todo o caso, é talvez significativo que tenha sido esse governo, formado pelos dois maiores partidos, e não outro, a conseguir pôr de pé, com um mínimo de credibilidade e aceitação, um órgão como o CPCS, dependente da participação voluntária dos parceiros sociais (pelo menos da sua maioria). Não havia sido também necessário que esses dois partidos se achassem ambos na oposição, em 1978, para que os seus líderes dessem enfim luz verde à criação da UGT?

A criação do CPCS contou com o apoio firme da UGT, a não oposição das três confederações patronais, bem como a frontal hostilidade da CGTP-IN. Esta central era de opinião que o CPCS, atendendo à sua composição tripartida paritária, se limitaria a dar cobertura e fazer suas as decisões do governo. Ora a Intersindical não estava disposta a fornecer qualquer indício de caução — muito menos sob a ideologicamente rebarbativa fórmula de "concertação" — às políticas do Bloco Central, num momento em que a situação social e económica do país se agravava visivelmente. Enfim, a presença no CPCS da UGT (a que um dirigente da Intersindical, Álvaro Rana, chamava então "o instrumento anti-sindical"), com o mesmo número de lugares que a CGTP-IN, mais negativo tornava o órgão da concertação aos olhos dos sindicalistas comunistas.¹ Realmente, a verificar-se, a entrada da CGTP-IN para o CPCS poderia ser tomada como um primeiro passo para o reconhecimento da central rival, como mais tarde, de facto, veio a acontecer.

O diploma que criou o CPCS reservou a cada uma das centrais sindicais três lugares no plenário daquele órgão (que a CGTP-IN deixaria vagos até Novembro de

¹ *Diário de Notícias*, 27-II-1984.

1987), dois lugares a cada uma das três confederações patronais e seis lugares a membros do governo. A criação de um espaço permanente de diálogo que não existira até então, combinado com o acesso institucionalizado aos membros do governo e à informação económica e social em primeira mão foram os primeiros aspectos positivos do CPCS. A presença obrigatória de membros do executivo era um dos principais atractivos do órgão.¹ É que, independentemente da sua composição tripartida, o CPCS servia também o diálogo bilateral de cada um dos parceiros sociais com o governo.

O CPCS foi, de certo modo, também uma vitória do voluntarismo e do formalismo institucional, após oito ou nove anos de desinteresse pela vaga figura do "pacto" ou "acordo social", mais ou menos suspensa das nuvens. Criado o fórum e iniciados os seus membros na rotina do diálogo e da consulta, ficaram na verdade lançadas as bases para se prosseguir em direcção à efectiva concertação e à negociação de acordos. A recuperação económica, a partir de 1985, bem como o apadrinhamento do CPCS pelo governo minoritário social-democrata chefiado por Cavaco Silva — o qual era um defensor da concertação institucionalizada, contando já com uma experiência de vários anos na presidência do Conselho Nacional do Plano — deram ao novo órgão um alento suplementar.

Os pareceres e recomendações emitidos pelo CPCS como *produtos da concertação* até 1986 foram, por si sós, de importância muito reduzida. Foi o caso, designadamente, do parecer adoptado por unanimidade (mas com muitas reservas mentais) sobre o projecto governamental do Programa de Recuperação Financeira e Económica (PRFE), em Setembro de 1984.² Em matérias como a revisão da legislação

¹ Os membros do governo presentes no CPCS podem designar suplentes, que terão obrigatoriamente de ser outros membros do governo.

² As críticas da CIP ao parecer que subscreveu, que teriam sido mais que suficientes para o chumbar, constam sinteticamente dum texto do seu presidente publicado na revista *Indústria* (Setembro de 1984),

laboral (despedimentos, contratos a prazo, greve) ou o problema dos salários em atraso não foi possível obter consensos.

A aprovação pelo CPCS, em Julho de 1986, de uma recomendação sobre *política de rendimentos* para 1987, viria a constituir o primeiro passo importante no caminho de uma efectiva concertação social. A recomendação teve repercussões por muitos julgadas significativas, quando não "decisivas" no campo do combate à inflação. Segundo o documento aprovado por unanimidade (governo, UGT e as três confederações patronais), a negociação colectiva de salários deveria ser conduzida em todo o país em função da *inflação esperada* e não da inflação verificada no período anterior. Ao mesmo tempo, eram fixados os valores percentuais da inflação esperada que deviam ser tidos em conta nas negociações de tabelas salariais a vigorar a partir de cada um dos trimestres de 1987. O aumento dos salários nominais deveria reflectir também os *ganhos esperados de produtividade* e, caso a inflação realmente verificada viesse a revelar-se significativamente superior à esperada, haveria então lugar a correcções. O acordo aludia também à formação dos preços, recomendando aos empresários uma contenção "compatível com os objectivos fixados para a inflação". Salientava-se, em especial, a necessidade de cooperação por parte das "empresas com posição dominante na formação dos preços em Portugal".

O efeito deste *acordo de cavalheiros* deveria ser essencialmente psicológico, pois não se previam sanções para o seu incumprimento pelos associados das confederações signatárias. Não se tratava, também, de mais um *tecto salarial*, como os que, durante anos anteriores, os sindicatos tinham passado o tempo a tentar "quebrar" e "furar". A desaceleração da inflação era, à partida, um dado adquirido (desde 1985), pelo que se

sob o título "Concertação – Balanço de um ensaio". O PRFE acabaria por não ser aplicado, em virtude da queda do governo do Bloco Central. A UGT defendeu, contudo, que o aumento de 1,5% dos salários reais verificado em 1985 se teria ficado a dever à recomendação do CPCS, adoptada pelo PRFE, referente à política salarial para aquele ano. Nada lhe custava reclamar os louros...

tratava de cooperar em regime de voluntariado e boa-fé numa acção de *sustentação* dessa desaceleração. O conceito introduzido de inflação esperada e a aposta na sua tendência decrescente ganharam aparentemente lugar no espírito de todos os agentes económicos, contribuindo para diminuir as expectativas inflacionistas. Enfim, a evolução muito favorável dos salários reais que se estava a verificar em 1986, graças sobretudo ao "choque petrolífero invertido" de 1985, aumentava as expectativas da UGT em relação ao acordo, embora este não abrangesse outras matérias económicas e sociais, cuja inclusão aquela há muito vinha defendendo. Era, por conseguinte, reduzido o *risco* em que a UGT incorria, perante as suas bases ou os assalariados em geral, ao co-responsabilizar-se pela execução da política de rendimentos.

O ano de 1987 foi passado sob o signo do controlo da inflação dentro dos parâmetros previstos e do decréscimo da conflitualidade laboral, no meio do clima geral de euforia económica que antecedeu e sucedeu às eleições de 19 de Julho, em que o PSD conquistou a maioria absoluta. Mas já no final desse ano as "metas" da inflação prevista começaram a ser ultrapassadas, tendência que em 1988 se reforçaria. A continuidade do *acordo de política de rendimentos* (um título talvez demasiado pomposo, dado o seu objectivo primordial de contenção da inflação salarial) começou a ficar comprometida quando o governo, em 1988, recusou a adopção das medidas de correcção previstas no acordo, alegando o mau ano agrícola e outras circunstâncias dúbias. Em breve a UGT denunciava o acordo, nos termos em que este havia sido renegociado em fins de 1987 e que, aliás, a CGTP-IN, presente no CPCS desde Novembro desse ano, recusara subscrever.

Uma nova tentativa de acordo sobre o chamado "referencial da inflação" viria a ter lugar no CPCS só em Janeiro de 1989. Um pré-acordo chegou mesmo a ser concluído entre o governo e a UGT, no qual, além da taxa de inflação prevista para o

primeiro trimestre daquele ano, se recomendava o desconto (e remessa aos sindicatos) das quotizações sindicais pelas entidades patronais, medida reivindicada pela UGT como condição para assinar o documento.¹ O patronato reagiu energicamente contra esse pré-acordo, recusando dar-lhe a sua adesão, considerando a questão do desconto das quotizações *inegociável*. "Não temos medo de sindicatos fortes, mas não somos masoquistas" — diria então o presidente da Confederação do Comércio Português, Manuel Gamito.²

O patronato pensava, além do mais, que nada ganharia com tal acordo, uma vez que os seus dirigentes começavam a considerar dispensável o próprio referencial de inflação esperada. Responsáveis da CCP e CIP, anteriormente apoiantes dos *acordos de política de rendimentos*, duvidavam agora da necessidade de controlar a evolução global dos salários por meio de referenciais "concertados", alegando que, pelo menos no sector privado, a negociação colectiva se processava sem sobressaltos.³ Na verdade, os ditos referenciais destinavam-se *também* a promover, como vimos, a moderação na formação dos *preços*, terreno em que mais se avolumavam as reticências patronais relativamente a "metas" da taxa de inflação para o conjunto da economia. Enfim, rumores insistentes (e fundados) de que o governo tinha feito cedências de última hora à UGT no respeitante ao texto definitivo da nova lei dos despedimentos, mais persuadiam o patronato a recusar a sua adesão ao acordo entre a UGT e o governo. No princípio de 1989, o órgão da CIP falava já de "crise da concertação", apelando a uma redefinição dos objectivos a

¹ Da negociação deste "pré-acordo" entre a UGT e o governo de Cavaco Silva teria igualmente resultado a promessa do primeiro-ministro de introduzir pequenas alterações de última hora à nova e controversa lei dos despedimentos (publicada pouco depois, a 27 de Fevereiro de 1989). A ameaça de nova greve geral com o apoio de ambas as centrais, que tinha pairado até fins de Janeiro, desvaneceu-se, com efeito, após a conclusão do referido "pré-acordo" UGT-governo.

² *Diário de Notícias*, 1-II-1989. Em Espanha, uma cláusula sobre o desconto das quotizações sindicais fora aceite pelo patronato em 1981, quando da assinatura do Acordo Nacional para o Emprego (ANE) por todas as grandes confederações patronais e sindicais.

³ "Governo desconcertou", semanário *Independente*, 31-III-1989.

perseguir pelo CPCS, isto é, dos temas a privilegiar na discussão, que deveriam ser futuramente "as grandes questões que se põem ao futuro da nossa economia".¹

Não encontrara, já antes, suficiente eco a proposta da UGT, apresentada em 1986, de negociação de um *Contrato Social para a Modernização* — extenso documento a que foi dada ampla divulgação pública. A negociação proposta deveria incidir, com uma "perspectiva global", sobre um vasto conjunto de matérias: política de emprego, formação profissional, reestruturação industrial, política de rendimentos, reforma fiscal, reforma do sistema de segurança social, salários em atraso, introdução de novas tecnologias, reforma dos tribunais do trabalho, revisão da legislação laboral, democratização da empresa e outras. A proposta não chegava propriamente a confundir-se com um programa de governo, mas foi com certeza considerada demasiado vasta e ambiciosa. A sua apreciação, no âmbito do CPCS, a nada conduziu de concreto.

O documento da UGT representou, em todo o caso, um esforço meritório no sentido da definição e fundamentação de uma política sindical global, na linha do "sindicalismo de proposição" de que a central se reclama e revelando uma preocupação dominante pelas grandes questões económicas e sociais do futuro, em particular as relacionadas com a adesão europeia. Os programas de desenvolvimento e modernização da economia portuguesa tornados possíveis pelas dotações e créditos comunitários abriam, com efeito, um vasto espaço de diálogo e discussão com os parceiros sociais. Não se trataria aqui de debater prognósticos de inflação ou de conciliar pontos de vista mais ou menos irredutíveis sobre a lei dos despedimentos ou a lei da greve. O que estava em causa era a aplicação de recursos excepcionais que a Comunidade Europeia punha à disposição do país rio seu conjunto, tendo em vista as reestruturações

¹ Jaime de Lacerda, "A crise da concertação", *Indústria*, ano VIII, n.º 12, p. 5. Essas "grandes questões", seriam, para o dirigente da CIP, o aumento da competitividade das empresas portuguesas, a crise financeira da Segurança Social ou a preservação da autonomia de decisão das empresas nacionais no contexto de crescente internacionalização da economia.

necessárias à sua adaptação ao mercado único. Tratava-se, para as organizações sindicais, de defender não só uma aproximação de Portugal dos padrões sociolaborais europeus, como também uma transformação consciente das estruturas produtivas e do modelo do crescimento económico. Sem essa transformação, dizia a UGT, a competitividade externa da economia portuguesa continuaria a assentar nos baixos salários, nos horários elevados, no trabalho pouco qualificado e crescentemente precarizado.

A conclusão de novos acordos sobre matérias económicas e sociais de âmbito geral parecia em 1988-89 comprometida a curto ou a médio prazo, mas nem por isso o CPCS, como instituição, foi posto abertamente em causa. Os parceiros sociais consideraram, apesar de tudo, útil a sua manutenção como órgão restrito de consulta do governo e de negociação tripartida, mesmo quando viesse a ser criado o Conselho Económico e Social, no qual previsivelmente haveria uma representação mais variada dos diversos sectores da sociedade, conjugada com um modo de funcionamento menos propício à celebração de acordos de concertação. O órgão engendrado em 1984 pelo governo do Bloco Central e que teve o reconhecido mérito de promover o conhecimento mútuo e de institucionalizar o diálogo entre as confederações empresariais e sindicais e o executivo, parecia estar, em 1988-89, apesar do hiato na concertação, ainda longe de ter esgotado as suas potencialidades. Havia já então, em todo o caso, muito menos reticências a respeito da utilidade do CPCS do que no momento da sua criação.

Nem depois das eleições de 1987, que lhe asseguraram uma confortável maioria absoluta no Parlamento, deixou o governo do PSD de estar interessado na manutenção do CPCS. Para além da imagem dialogante que esse órgão eventualmente lhe granjeava e de que poderia tentar retirar dividendos eleitorais, o executivo de Cavaco Silva via também no CPCS um escudo em que se podia abrigar de certas pressões a que era

submetido, por exemplo, em matéria de revisão da legislação laboral. O rápido decréscimo da taxa de desemprego a partir de 1986 enfraqueceu boa parte da argumentação patronal, que o governo também fazia sua, a favor duma revisão urgente e substancial da lei dos despedimentos. Essa argumentação consistia em imputar à rigidez do vínculo contratual por prazo indeterminado a insuficiente criação de postos de trabalho. Na realidade, porém, já desde 1976 que a maioria das admissões de trabalhadores se fazia com contratos a prazo.¹ O governo, após a revisão suave da lei em Fevereiro de 1989, decidiu transferir para o CPCS a ulterior responsabilidade naquela matéria, recusando-se a tomar a iniciativa de alterar esse ou qualquer outro ponto fulcral da legislação laboral sem um prévio consenso dos parceiros sociais. Esta atitude foi rotulada pelo patronato como um alijar das responsabilidades do governo.

* * *

O ano de 1990 traria, no campo da concertação social, novos e significativos desenvolvimentos, como que a desmentir a "crise" observada em 1988-89. O governo empenhou-se a fundo na tentativa de obtenção de um acordo tripartido no quadro do CPCS, inicialmente concebido para um período de aplicação de cinco anos, de modo a articulá-lo com a execução do plano de ajustamento de médio prazo QUANTUM.²

O acordo proposto pelo governo aos parceiros sociais, designado por PESAN,³ deveria pois servir de "suporte ao processo de convergência" (entendendo-se por *convergência* a eliminação progressiva da "disparidade do comportamento da economia

¹ Em média, mais de dois terços das admissões ao longo dos anos 80 foram feitas com contratos a prazo. Em 1990, perto de um quinto de todos os trabalhadores por conta de outrem tinham já um contrato de trabalho a prazo, taxa muito elevada em termos europeus, só suplantada pela Espanha (22%).

² *Quadro de Ajustamento Nacional para a Transição para a União Económica e Monetária*, cujo objectivo fundamental era a consolidação orçamental, como principal condição para a aproximação da taxa de inflação do nível médio europeu até 1995.

³ *Progresso Económico e Social para os Anos Noventa*, que constava de três grupos de questões: política de rendimentos para o período 1991-95, medidas complementares para o aumento da competitividade das empresas e medidas complementares de ajustamento social (todas com um prazo de execução também de médio prazo).

portuguesa em relação à do resto da Comunidade Europeia"). A política de rendimentos proposta, centrada sobre o "esforço de desinflação" assumido pelos parceiros sociais, previa também uma aproximação efectiva, "todos os anos", dos salários portugueses em relação aos níveis médios europeus. Desde cedo, porém, que alguns dos parceiros sociais (a CGTP-IN e a CIP, nomeadamente), descontentes com diversos aspectos da proposta governamental, começaram a alimentar a suspeita de estarem a ser aliciados para uma manobra eleitoralista do governo.¹ De facto, perfilando-se no horizonte próximo a realização de eleições legislativas (1991), um acordo deste tipo, para mais com um prazo de execução de cinco anos, não deixaria de constituir um importante trunfo eleitoral para o partido do governo. Mas nem a convicção generalizada de que o governo era o principal interessado na celebração do acordo impediu que este fosse finalmente concluído em Outubro de 1990, ainda que sem as assinaturas da CGTP-IN e da CAP – Confederação dos Agricultores Portugueses.

O Acordo Económico e Social (AES), como acabaria por ser designado, se bem que tendo perdido a óptica predominante de médio prazo que caracterizava a proposta governamental do PESAN, não deixou de constituir um relativo êxito, apenas diminuído pela recusa das duas confederações citadas em subscrevê-lo. Pela primeira vez se concluía um acordo tripartido extravasando largamente da temática da política de rendimentos e abrangendo um amplo conjunto de matérias sociolaborais.² Algumas cedências sindicais (da UGT), nomeadamente no respeitante à lei dos despedimentos, à

¹ Ver, por exemplo, P. Ferraz da Costa "As contradições e os riscos do PESAN", *Expresso*, 8-IX-90, e, pelo lado da Intersindical, as declarações de um dirigente da central ao *Jornal* de 31-VIII-90.

² O AES desdobrou-se pelas seguintes áreas e temas: recomendações para a contratação colectiva em 1991, aumentos dos rendimentos mínimos e prestações sociais, protecção e segurança social, formação profissional, higiene e segurança no trabalho, regimes jurídicos da pré-reforma, do trabalho de menores, do trabalho no domicílio, do trabalho em comissão de serviço e das férias e licenças sem vencimento para formação, regularização das dívidas à segurança social, regime das relações colectivas de trabalho, período experimental, fiscalização e justiça no trabalho, redução e adaptabilidade dos horários de trabalho, lei dos despedimentos.

flexibilização do tempo de trabalho e ao período experimental, foram largamente compensadas com a promessa do governo de alteração a curto prazo de numerosos aspectos da legislação sociolaboral, indo ao encontro de algumas velhas reivindicações sindicais (redução do horário de trabalho semanal, regulamentação do trabalho infantil e ao domicílio, alterações ao regime da negociação colectiva, férias, higiene e segurança do trabalho, etc.). Aparentemente, o governo juntou ao ramalhete das questões controversas, realmente objecto de negociação, várias medidas susceptíveis de recolher um consenso alargado, mas que anteriormente nunca tinham sido apreciadas no CPCS no quadro da negociação de um acordo (actualização do salário mínimo nacional e das pensões, por exemplo). Ou seja, medidas que o governo nunca deixaria de tomar, mesmo sem acordo no CPCS, e, até, medidas *já tomadas* (caso da redução da carga fiscal sobre as pensões e os rendimentos salariais, que se enquadrava nas propostas apresentadas pelo Governo no Parlamento quatro dias *antes* da assinatura do AES), mas que, acrescentadas ao texto do acordo, pareciam reforçar-lhe os seus atractivos e aumentar-lhe a sua base da consensualidade.

A negociação do acordo teve ainda o condão de tornar mais visível a linha de demarcação entre os "ortodoxos" da Intersindical (que, por uma vez aliados à minoria socialista da central, recusaram a assinatura do AES) e os elementos "renovadores" da maioria comunista (que tomaram posição pela assinatura). A justificação pública da recusa em assinar o AES consistiu numa absolutização dos "aspectos negativos" do acordo para os trabalhadores, *démarche* que não deixou de contrastar com a grande abertura e maleabilidade evidenciadas pela Intersindical no decurso das negociações. Aparentemente, considerações de estratégia política compartilhadas com a direcção do PCP reuniram por fim maior consenso nos órgãos decisórios da central, contra a posição de J. Luís Judas, eminência parda em declínio na CGTP-IN desde que o seu nome

apareceu crescentemente ligado à facção dos "críticos" no PCP. Em todo o caso, seria redutivo falar unicamente de uma vitória da ortodoxia sindical comunista. Primeiro, porque os "duros" da Intersindical conseguiram nesta questão o apoio da minoria socialista da central. Segundo, porque tendo a CGTP-IN participado até ao último minuto nas negociações do AES, a sua assinatura final já nada iria alterar no conteúdo — pelo contrário, da não assinatura é que podiam ainda ser retirados alguns dividendos extra, políticos mas também sindicais. Terceiro, porque a recusa em fornecer um trunfo eleitoral ao governo não se pode considerar uma atitude exclusiva dos ortodoxos da Intersindical (vejam-se as grandes reticências surgidas no seio da própria UGT, para já não falar da CIP).

As negociações do AES e, antes delas, a elaboração da proposta governamental do PESAN, em Julho de 1990, tiveram como antecedente próximo a realização de uma série de cimeiras entre as duas centrais sindicais e o CNEP (estrutura agrupando a CIP, a CAP e o CCP, constituída quinze dias antes da primeira cimeira¹). Estas conversações, ocorridas entre Janeiro e Março de 1990, foram os primeiros encontros bilaterais (sem participação do governo) entre as organizações de cúpula do patronato e dos trabalhadores. Segundo dirigentes patronais — que ainda em 1989 haviam recusado uma proposta conjunta da UGT e da CGTP-IN para a realização de encontros bilaterais —, a crise dos regimes comunistas do Leste europeu havia proporcionado as condições duma desdramatização do diálogo social em Portugal, uma vez que teriam deixado de existir "dois modelos de sociedade antagónicos". O dirigente da CAP, Rosado Fernandes, adiantaria mesmo que as cimeiras bilaterais representavam uma "prova de vitalidade da sociedade civil". Falou-se também da inauguração de uma "nova fase do

¹ O CNEP, como estrutura representativa unificada do conjunto da classe empresarial portuguesa, tivera já dois lançamentos frustrados (em 1975 e 1979), não podendo constituir surpresa que a sua reactivação em 1990 viesse a ser seguida de nova colocação em *stand by*.

diálogo social", dispensando a iniciativa e a mediação do governo. Na realidade, como pano de fundo destes encontros adivinhava-se a expressa recusa do governo em alterar a legislação laboral sem a *prévia* obtenção de um consenso entre os parceiros sociais. O líder da Intersindical não tardaria a interpretar a nova disponibilidade do patronato para o diálogo bilateral como uma tentativa de conseguir directamente das centrais sindicais o que não pudera obter do governo de Cavaco Silva, apesar de este dispor duma maioria absoluta.¹

De facto a proposta do CNEP lançada sobre a mesa das conversações consistia na troca de uma *revisão global da legislação laboral* — para a qual se requeria a anuência dos sindicatos — por aumentos salariais bastante elevados, que o líder da CIP depois precisou poderem ir até aos 17% em 1990. Imediatamente encarada pela Intersindical como uma *venda de direitos essenciais*, a proposta do CNEP seria igualmente recusada pelas principais correntes da UGT. O secretário-geral da UGT achou de resto sintomático que o CNEP tivesse "escolhido, para núcleo duro das suas propostas de diálogo bipartido, temas a que só o Governo e a Assembleia da República podiam dar resposta". A série de cimeiras saldar-se-ia por um fracasso, ainda que tivesse sido salientada a circunstância de os parceiros sociais ficarem com um conhecimento mais profundo e rigoroso das posições mútuas. As confederações sindicais mantiveram uma posição concertada até final e não deixaram de referir que o patronato haveria reconhecido *implicitamente* que era possível conceder maiores salários e melhorar a distribuição da riqueza em Portugal. Na verdade, porém, os 80 a 90 milhões de contos a mais que o patronato se mostrou disposto a conceder nos aumentos salariais de 1990 tinham como condição *sine qua non* uma liberalização da lei dos despedimentos,

¹ *O Jornal*, 16-II-1990.

tratando-se, pois, até certo ponto, de uma troca de postos de trabalho a eliminar por maiores acréscimos de salários.

Todo este episódio, se constituiu uma experiência legítima e inédita, bem como um teste, em presumível boa-fé, à capacidade negocial das partes, parecia contudo desde o início orientar-se para um fim previsível — o desacordo e a impossibilidade de uma transacção. A ausência de representantes do governo nas conversações não contribuía, com efeito, para uma aproximação das posições patronais e sindicais. Houve mesmo quem, no decorrer da série de cimeiras, antecipando-se ao seu desfecho, defendesse que só no âmbito de uma negociação *tripartida* se poderia desembocar num acerto de soluções para os problemas que se debatiam: reforma da legislação laboral, definição de uma política salarial, incentivos ao emprego e até a alteração da legislação sobre arrendamento da habitação...¹ Ao patronato, visivelmente, interessou mais a oportunidade de fazer chegar a sua mensagem ao grande público do que a remotíssima possibilidade de persuadir as cúpulas sindicais acenando-lhes com melhores salários.

Mas o ano de 1990 registaria ainda outro acontecimento inédito, antes da assinatura, em Outubro, do AES: a elaboração, no âmbito do CPCS, de um *parecer conjunto* da CIP, CCP, CGTP-IN e UGT sobre a problemática do sector têxtil em Portugal, na sequência de um relatório sobre esse tema apresentado pelo governo. A defesa dos interesses das empresas têxteis portuguesas e dos seus trabalhadores em face da tendência liberalizadora da CEE no respeitante ao comércio internacional dos produtos do sector proporcionava, com efeito, a oportunidade para uma tomada de posição conjunta, incluindo a apresentação de propostas concretas ao governo.²

¹ Nascimento Rodrigues, "Uma concertação social renovada?", *Diário de Notícias*, 5-III-1990.

² *Sector Têxtil Português – Parecer das Associações Sectoriais da CIP, CCP, CGTP-IN e UGT*, Porto, Julho de 1990 (documento policopiado).

Uma das consequências mais relevantes, talvez imprevistas, do funcionamento do CPCS é o papel que tem desempenhado na promoção do relacionamento *bilateral* tanto entre as organizações sindicais e o patronato (em que o ano de 1990 foi particularmente revelador), como entre as próprias UGT e Intersindical. Ocupando estas últimas o mesmo lado da mesa de conversações, rapidamente sentiram a conveniência prática de acertarem as suas posições de modo a aparecerem diante do patronato e do governo com uma plataforma comum. A *concertação sindical* — corno já lhe chamaram - a que o CPCS forneceu a ocasião e o pretexto, sem de algum modo esgotar as causas da aproximação verificada entre a UGT e a CGTP-IN, contribuiu inegavelmente para ela. É significativo que todos os encontros de delegações das duas centrais realizados até Julho de 1990 tenham tido lugar na sede do CPCS.

O CPCS revelou-se um órgão essencialmente político, talvez mesmo a principal instância formal da política não directamente partidária. A sua composição, finalidade e atribuições para isso o vocacionaram. Mas esse perfil é fomentado também pelo tipo de questões que afluem à mesa de conversações, tendo corno pano de fundo a situação de subdesenvolvimento da negociação colectiva em Portugal e o seu par, o intervencionismo do Estado. Há, porém, no CPCS uma outra faceta, embrionária ou submersa na dimensão política, que se poderia definir como a propensão para servir de órgão de cúpula da negociação colectiva, se bem que a negociação centralizada (ou interconfederal), tal como existe em vários países europeus, pode dispensar o enquadramento formal de um órgão com esse fim. Neste terreno específico os parceiros sociais actuam fundamentalmente em representação dos *empregadores* e dos *assalariados* com um estatuto correspondente ao que detêm a nível de sector ou de empresa. Como órgão predominantemente político que é, pelo contrário, o CPCS tende a albergar e a promover um diálogo alargado, quase sem limites, em que os parceiros

aparecem a reclamar também a sua qualidade de representantes dos investidores, contribuintes, consumidores, desempregados, reformados, etc.

Resta saber qual o modelo de concertação centralizada (qualquer que venha a ser o destino futuro do órgão em questão) que será mais viável e eficaz — se o da negociação colectiva interconfederal, estimulada e até possivelmente ratificada pelo Estado (que manterá sempre a sua qualidade de maior empregador do país), se o do diálogo tripartido de âmbito mais político e global, em que a possibilidade de negociação se torna porventura mais remota e a função consultiva tende a predominar. Teoricamente ambos os modelos de concertação centralizada encerram potencialidades, mas o primeiro depende mais da força, representatividade, iniciativa e capacidade de negociação dos parceiros sociais, enquanto o segundo depende essencialmente da atitude dialogante do governo, do maior ou menor valor político que este atribui aos consensos sociais e do grau de legitimidade com que se acha investido para poder eventualmente dispensar esses consensos.

Neste ponto consagrado à concertação social e à participação institucional, abordados aqui como modalidades da *acção política* dos sindicatos, temo-nos debruçado exclusivamente sobre a concertação centralizada, protagonizada por organizações de cúpula e pelo governo, a que talvez se pudesse chamar *macroconcertação*. Explica-se essa atenção privilegiada pelo facto de ser a esse nível que a concertação social possui características mais evidentes de acção política, mas também porque a concertação a nível regional ou sectorial, a que se poderia chamar *mesoconcertação*, não passou ainda em Portugal duma fase totalmente incipiente. Há apenas a registar um ou outro caso de negociações ou iniciativas conjuntas dos parceiros sociais em áreas e sectores em crise, sendo os exemplos mais recente o do sector têxtil e o dos lanifícios da Covilhã. Quanto à chamada "concertação" a nível de empresa, de que

há também alguns exemplos, aí estaríamos já decididamente fora do âmbito da acção política dos sindicatos.

* * *

Resta falar do plano específico da acção política dos sindicatos que designámos genericamente de *participação institucional*. Trata-se da participação de representantes sindicais em organismos e instâncias do Estado, geralmente de carácter consultivo e composição tripartida. Num sentido amplo, talvez não se devesse excluir do âmbito da participação institucional o próprio CPCS. Certos autores defendem, porém, uma demarcação mais ou menos subtil dos conceitos de *concertação* e *participação*, sobretudo quando esta última é de carácter consultivo.¹ Assim, o conceito de concertação implicaria uma tentativa de aproximação, equilíbrio ou compromisso dos diferentes pontos de vista, no limite com o objectivo de atingir consensos, enquanto na participação consultiva a tónica está posta no conhecimento mútuo das diferentes posições, sem empenho na sua aproximação. É, no entanto, difícil afirmar que a própria participação meramente consultiva não contém em si ou não favorece aqueles elementos distintivos da concertação.

A participação institucional dos sindicatos compreende diversas modalidades, em função, nomeadamente, do tipo de organismo ou instância estatal em que tem lugar. Pode, também, revestir-se dum carácter mais político ou ser de dominante técnico-profissional. Além do já referido Conselho Nacional do Plano (hoje em extinção), as organizações sindicais estão actualmente representadas em Portugal num largo número de organismos de funções quase exclusivamente consultivas, ainda que o título formal por vezes sugira atribuições mais vastas.

¹ Ver Mário Pinto, "Doutrina social da Igreja e concertação social", em *Cadernos Sindicais*, FOM, n.º 3-4, 1984. Este autor tenta situar a concertação, num sentido restrito, como "momento de passagem entre a participação consultiva e o consenso" (idem, p. 12). Noutro passo do seu trabalho, Mário Pinto afirma que a concertação é "sempre um tipo de participação formal ou institucionalizada" — mas, logicamente, nesse caso não é um tipo de participação meramente consultiva.

As centrais sindicais estão representadas em vários conselhos de administração, fiscalização e gestão (Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social); no conselho-geral do Inatel; na direcção da Caixa Nacional de Seguros e Doenças Profissionais; em numerosos conselhos superiores ou nacionais (da Educação, de Qualidade, de Estatística, de Engenharia e Tecnologia, de Higiene e Segurança no Trabalho, da Juventude); na Comissão Nacional de Aprendizagem; na Comissão para a Igualdade no Emprego; na Comissão Nacional da UNESCO; em várias comissões técnicas ou consultivas e grupos de trabalho; nos Conselhos Regionais da Segurança Social; em Conselhos Municipais; nos Conselhos Regionais Agrários; etc. Ao nível de federações e de sindicatos, há representação no Conselho de Imprensa, no Conselho Nacional do Turismo, nas Comissões Regionais de Turismo e em várias comissões e grupos de trabalho. As centrais sindicais estão representadas também em organismos consultivos da CEE: além do Comité Económico e Social, existem diversos comités paritários, compostos por representantes do patronato e dos trabalhadores, assistidos por funcionários comunitários. Refira-se, por último, a representação dos trabalhadores na delegação do Estado português às sessões da Conferência Internacional do Trabalho, a cargo das duas centrais sindicais.

A inserção das organizações sindicais em toda esta teia institucional de feição "corporativa" ou "neocorporativa" é completamente voluntária, desejada e até objecto de reivindicações no sentido da criação de mais organismos, com atribuições mais vastas, maior número de representantes sindicais, etc. "A participação institucional deveria ser central, sectorial e regional" — defendia em 1985 José Barros Moura, então coordenador do Gabinete de Estudos da Intersindical.¹ Até data recente, a competição entre as duas centrais sindicais manifestava-se muitas vezes na corrida aos cargos de

¹ José Barros Moura, intervenção na já citada Conferência do IED, em 1985.

representação sindical em vários organismos estatais. A partilha desses lugares é agora efectuada pacificamente, no âmbito de acordos entre as duas centrais.

A representação sindical nos organismos consultivos (ou outros) do Estado nunca pôs problemas ideológicos à UGT, defensora de um sindicalismo de "protagonismo social" e basicamente identificada com todas as fórmulas do que chama *democracia pluralista e participada*. Para a CGTP-IN, a fronteira da integração social e institucional do sindicalismo é apenas marcada pela recusa, cada vez mais ténue e teórica, do sistema capitalista, julgando por isso dever acentuar o carácter *conflitual* do modelo de participação que defende.¹ Com a sua entrada para o Conselho Permanente de Concertação Social, desvanecer-se-iam as únicas reservas sérias da CGTP-IN em relação à participação institucional.

A imagem, outrora depreciativa, de um sindicalismo "integrado no sistema" não parece hoje preocupar seriamente ninguém em Portugal. Preocupa aparentemente mais a exclusão ou a marginalidade em relação ao sistema. Os próprios sindicatos conhecidos por independentes a procuram combater, quando aparecem colectivamente a reclamar o estatuto de "interlocutores sociais válidos", ao lado das centrais sindicais, pretendendo nomeadamente fazer-se representar no CPCS e em outras estruturas tripartidas estatais. A verdadeira independência do sindicalismo talvez não tenha que implicar, como nas primeiras décadas do século XX muitos acreditavam firmemente, uma rigorosa distanciação e desresponsabilização em relação às instituições estatais. A autenticidade, a autonomia da organização sindical em relação não só ao Estado como às chefias partidárias e às entidades patronais, bem como a efectiva representatividade parecem ser critérios muito mais definitivos da independência dos sindicatos. Assegurados estes diferentes requisitos, os processos de corporativização do Estado e das relações laborais

¹ Idem. Barros Moura defendeu, na sua intervenção, que "a participação nos órgãos do Estado capitalista" não significa o "abandono de uma linha de massas e de classe".

são menos susceptíveis de causar dano à independência sindical. Provavelmente, talvez se esteja hoje, na prática, mais perto de um Estado de feição autenticamente corporativa do que em 1973, ainda que as ressonâncias pejorativas do termo *corporativismo* continuem a ter a prevalência na linguagem comum, no discurso político e, até, em alguma análise sociológica.¹

A integração institucional do sindicalismo (terna a que ainda se voltará no capítulo final deste trabalho) pode, todavia, repercutir-se negativamente sobre a independência dos sindicatos, quando os requisitos atrás citados ou já não se observam à partida ou deixam de se observar, por efeito da perda de representatividade, da perda de autonomia em relação à esfera política e estatal, ou das duas, correlativa e potenciadamente. Nas circunstâncias actuais de dessindicalização, declínio da admissão de novos associados e dificuldades de autofinanciamento da organização sindical, a participação institucional pode significar quer um acesso a recursos alternativos (subsídios estatais sob as mais diversas formas), quer um modo de legitimação supletivo e, em boa parte, substitutivo da declinante representatividade das bases. Eis como, sobre o cenário (hipotético) de uma crescente debilidade futura da organização sindical, a participação institucional e a própria concertação podem vir a constituir uma *voie royale* de regresso aos vícios e dependências do sindicalismo corporativo, desta vez pela mão dum Estado de democracia liberal.

¹ São muitos e diversos os sentidos em que habitualmente se usa hoje o qualificativo *corporativo*, mas quase todos com uma conotação negativa. Assim, os dirigentes sindicais apelidam de corporativas as tendências para a fragmentação da representação sindical, que consideram negativa. O primeiro-ministro Cavaco Silva, por seu turno, esforça-se por demonstrar que o funcionamento do CPCS não configura um caso de "neocorporativismo disfarçado" (o *disfarçado* apenas gradua aqui o sentido já de si negativo do *neocorporativismo*). Analistas sociopolíticos não se cansam, enfim, de denunciar a conspiração corporativa (i.e., dos interesses de grupo, dos interesses adquiridos e dos interesses particularistas e retrógrados) contra as boas intenções reformadoras do executivo ou contra as prerrogativas dos órgãos da democracia política

Reflexão final

**Continuidade e mudanças do sindicalismo português
no longo prazo**

Abordou-se, neste estudo, o período da história do sindicalismo português decorrido entre 1968 e a actualidade, que se considerou ser o da formação do sindicalismo contemporâneo. Como se referiu, poderia delimitar-se uma fase crítica desse processo de formação entre a génese da Intersindical, em 1970-71, e a constituição da UGT, em 1978-79, coincidindo, pois, com a década de 70. Há, nessa dezena de anos, uma tal profusão de acontecimentos fundadores e elementos matriciais que se justifica aquele destaque especial. Mas os anos subsequentes parecem vir a indicar que não foi um modelo acabado ou estável de sindicalismo o que dali resultou.

Não é provavelmente pacífica a marcação do período 1968-1990, concedendo-lhe mesmo honras de título. Observar-se-á, porventura, que no decurso destes vinte e poucos anos se sucederam momentos muito distintos na evolução do sindicalismo, marcados por rupturas (a começar pelo próprio 25 de Abril), avanços e recuos, divisões e aproximações, alterações estratégicas, reestruturações organizativas. Além disso, se a data de 1968 pretende assinalar o início de um ciclo na história das relações laborais, a de 1990 apenas corresponde ao momento em que se concluiu o presente texto. Objectar-se-á, por outro lado, que a viragem de 1974 aparece como que despromovida a um dos estádios, nem o primeiro, nem o definitivo, da formação do sindicalismo contemporâneo em Portugal. Poderá, enfim, duvidar-se da importância do corte que 1968 estabelece com o passado e preferir-se o englobamento da fase caetanista num período iniciado em 1933 e terminado em 1974. Ou, pelo contrário, defender-se que aspectos fundamentais da génese do sindicalismo contemporâneo se situam na época de Salazar e até antes. Embora não se pretenda conferir a esta questão cronológica uma

relevância excessiva, sempre haverá que dizer algo em defesa dos marcos temporais por que se optou.

A constatação mais elementar e imediata da presente pesquisa foi a da grande transformação sofrida pela organização e pela actividade sindicais desde a época de Salazar até à actualidade. No decurso das dezenas de entrevistas realizadas, uma interrogação surgia espontânea e invariável: quando é que tudo começou? A noção de um começo da mudança estava sempre implícita nos depoimentos, mesmo (ou até principalmente) quando estes remontavam a um passado mais distante.

Com efeito, o modelo de sindicalismo instaurado pelo governo de Salazar na década de 30 imperara durante décadas sem alterações essenciais, ainda que a imobilidade não tenha sido total. Houve pequenos ajustamentos de permeio — para não falar da breve fase de animação do segundo pós-guerra — mas o colete corporativo nunca cedeu e, em certos aspectos, até foi reforçado. Os sindicatos, é certo, foram crescendo regularmente em número e em efectivos. Mas a isso não correspondeu o aumento da sua credibilidade nem um interesse crescente das bases pela vida associativa, pelo contrário. Se já no passado os sindicalistas se queixavam com alguma frequência do alheamento dos trabalhadores em relação às suas associações de classe, com o corporativismo do Estado Novo esse fenómeno generalizou-se como o reconheceram até diversos responsáveis corporativos. Salvo algumas excepções, a própria penúria de meios materiais e técnicos dos sindicatos continuou a ser a nota dominante.

Quanto ao resto, os condicionamentos legais, políticos e doutrinários do corporativismo determinaram a prevalência de um *sindicalismo de Estado* (Mário Bigotte Chorão) ou *sindicalismo oficial* (como lhe chamou Francisco Sá Carneiro). Os sindicatos nacionais foram, na melhor das hipóteses, agências de queixumes e petições

ao poder, não um *contrapoder social* propriamente dito, tão-pouco um *parceiro social* credível, temido ou sequer respeitado pelo patronato. Em suma, o sindicalismo autêntico esteve fora de cena durante décadas sucessivas em Portugal, rompendo-se desse modo uma tradição de livre associação com mais de meio século, impedindo-se a sua evolução natural e relegando-se para o esquecimento a experiência até então acumulada, penosamente transmitida de geração em geração.

Só em 1968 surge da parte dos governantes o propósito declarado de "reanimar", "fortalecer", "autonomizar" e "responsabilizar" as estruturas sindicais existentes — afinal o reconhecimento da sua inoperância, debilidade e dependência nas décadas passadas. As reformas laborais de Marcelo Caetano constituíram referência obrigatória e unânime do início da mudança, ainda que as apreciações do mérito intrínseco dessas reformas possam divergir muito. Se não alteraram tudo nem o mais importante, as reformas caetanistas começaram por criar uma grande expectativa de mudança. Permitiram, depois, que fórmulas e tendências adversas ao velho corporativismo se instalassem até certo ponto nas estruturas sindicais, como uma cunha ou enclave. É discutível se tal processo foi realmente caucionado pelo poder ou se este, pelo contrário, o não conseguiu impedir. Sabe-se, porém, da história que, sobretudo no fim de longos períodos de imobilismo, muitas transformações sociais e políticas começam por ser outorgadas por um poder reformador e acabam sendo conquistadas ou desviadas noutra direcção. O poder não está, então, em condições de fixar soberanamente os limites da mudança.

Não foi por acaso que a Intersindical comemorou em Outubro de 1990 o seu vigésimo aniversário, preterindo assim a data de 1974 a favor da de 1970. O facto de a embrionária Intersindical ter dirigido boa parte da sua acção contra o governo de Marcelo Caetano não afecta a cronologia e, em alguma medida, até salienta o eventual

mérito das reformas. Ao início destas seguiu-se, pouco depois, um "fecho" ou refluxo, é certo. Mas tal inconsequência parece sugerir que a "abertura" no campo sindical e laboral avançara demasiado, porque desacompanhada de reformas políticas de fundo, logo fatalmente em conflito com as estruturas políticas vigentes. De 1971 a 1974, as *reuniões intersindicais* foram semilegais ou semiclandestinas, mas antes do governo de Caetano elas teriam sido simplesmente impensáveis.

Numa perspectiva histórica, o corte de 1968 só se completa e se revela em toda a sua extensão em 1974, no preciso momento em que nova ruptura, mais vasta, se lhe sobrepõe. Assim, a ocupação do aparelho sindical corporativo depois do 25 de Abril foi a consumação, praticamente já sem resistência, do processo de conquista dos sindicatos oficiais pelas forças de esquerda, iniciado em 1969-70. Após a Revolução, houve dezenas de sindicatos que mantiveram parte ou a totalidade dos seus dirigentes, provando a independência em relação ao antigo poder que um sector da organização sindical havia já conquistado. A Intersindical, saída então da obscuridade e pronta a actuar no imediato era, também ela, a imagem das mudanças operadas sob Marcelo Caetano e que sobreviveram ao "fecho".

O governo de Caetano não restaurou a liberdade sindical, como também não restituiu aos portugueses as liberdades políticas confiscadas quarenta anos antes. Mas ao conceder, tanto no plano sindical como no político, uma certa margem de expressão a formas de dissidência, ou de dialéctica interna, do regime, lançou voluntária ou involuntariamente sementes que o 25 de Abril se encarregaria de fazer germinar. No plano partidário, o PPD-PSD é disso exemplo flagrante, tendo sido fundado pelos expoentes da desencantada "ala liberal" da Assembleia Nacional caetanista.

Comparativamente com outras datas e factos cruciais para o sindicalismo em Portugal, as reformas de Caetano podem parecer secundárias. Em 1933-34, por

exemplo, tentou apagar-se o passado consubstanciado nas associações de classe por um processo vizinho da tábua rasa. Duma penada, desterrava-se a "luta de classes" e lançavam-se as bases duma arquitectura sindical que se pretendia inteiramente nova. Em 1968, com muito menos aparato e doutrina, apenas se aliviaram alguns dos dispositivos de segurança da construção. Foi, porém, o suficiente para lhe abalar a fachada e os alicerces.

A Revolução de Abril de 1974, mesmo entendida até Novembro de 1975, também não mudou tudo, nem por vezes o mais importante, no sindicalismo propriamente dito. Alterou, sim, radicalmente a ordem política e, a partir daí, as condições gerais da existência do sindicalismo. Vastos sectores de assalariados iniciaram-se de imediato às práticas associativas e reivindicativas que lhes haviam sido vedadas durante quatro décadas. Mas a plena liberdade sindical só data de 1976 — e este é outro marco indiscutível. A consolidação do sistema democrático (e das condições de existência do sindicalismo livre) exigiu um prazo ainda mais dilatado. A cisão do movimento sindical, a formação de "sindicatos paralelos", a constituição da UGT, o aparecimento dum numeroso grupo de sindicatos declarados independentes, a institucionalização da concertação social tripartida ou a greve geral de 1988 são outros tantos marcos da formação do sindicalismo contemporâneo — processo que obviamente se prolongará no futuro.

A partir de 1968, parece pois terem-se desencadeado irresistivelmente os ventos de mudança no sindicalismo português, conduzindo, sob o efeito das transformações políticas e económicas do país, ao modelo de organização e acção sindical que hoje vigora. Poderá perguntar-se se este modelo, com as suas radicais novidades e diferenças, não terá retomado nada do passado corporativo e, ainda mais longe, do sindicalismo livre da Monarquia e da 1.^a República.

Há, no longo prazo, insofismáveis linhas de continuidade. Nenhuma ruptura, por mais profunda que aparentasse ser, repôs no ponto de partida a história do sindicalismo. Nem o revolucionarismo da CGT, nem a corporativização de 1933, nem o sindicalismo actual construíram algo de integralmente novo. A polémica entre sindicatos de ramo (ou "de indústria"), por um lado, e sindicatos de ofício, profissão, categoria ou empresa, por outro, arrastou-se insolavelmente ao longo do século, sem vitória categórica para qualquer lado. A debilidade organizativa do sindicalismo é outra grande constante, de que é muito sintomático o tradicional empolamento dos efectivos sindicais pelos dirigentes. A subalternização da negociação colectiva (e da auto-regulação social em geral) relativamente à acção política e à intervenção do Estado condicionou e caracterizou perenemente a actividade sindical. A vasta querela em torno das ligações político-partidárias dos sindicatos nunca se apagou, se bem que tivessem variado, ao longo dos tempos, os seus protagonistas. O relacionamento dos sindicatos e da Igreja revela igualmente curiosos aspectos de continuidade em distintos momentos ao longo do século XX — por exemplo, a tenaz oposição dos sindicalistas a reiteradas tentativas de ganho de influência ou de interferência no domínio sindical por parte da hierarquia da Igreja.

No plano organizativo, há tradições que por vezes remontam ao século XIX. Algumas dezenas de sindicatos são herdeiros e continuadores directos de organismos fundados há 60, 70 ou 100 anos. O que não foi transmitido de geração em geração, devido, em boa parte, ao intervalo corporativo, recompôs-se, por vezes, com características similares após décadas de interrupção. O próprio *sindicalismo revolucionário*, de que o regime corporativo e até os comunistas pensaram um dia ter-se desembaraçado definitivamente, como que reapareceu em força nos anos 70, sob diversas formas e concepções de organização autónoma dos trabalhadores, perdidas,

embora, boa parte das suas referências ideológicas dos anos 10 a 30. De inspiração muito variável e contornos difusos, essas tendências autonomistas, basistas e revolucionárias chegaram durante algum tempo a disputar com o PCP a preponderância em muitas comissões de trabalhadores e dezenas de sindicatos.

Mais significativas e profundas do que as continuidades parecem, todavia, ser as mudanças. Tentar-se-á de seguida enumerar as características essenciais do sindicalismo contemporâneo em Portugal, fazendo ressaltar as suas diferenças e aspectos mais inovadores relativamente à época corporativa bem como ao movimento sindical da Monarquia e da 1.^a República. Desta sistematização destacar-se-á porventura uma linha de evolução de longo prazo, o que de modo nenhum pretende significar que essa evolução tenha realmente sido "linear".

a) O sindicalismo, hoje em Portugal, é livre. Esta fórmula, *sindicalismo livre*, foi também a adoptada para designar a vida sindical existente até 1933, especialmente em comparação com a que se lhe seguiu. As restrições, ameaças e maus tratos que sob os governos da Monarquia e da 1.^a República foram impostas às organizações operárias nunca foram por estas colocadas ao mesmo nível do colete-de-forças corporativista de 1933. A revolta de 18 de Janeiro de 1934 foi, antes de mais, um acto de defesa do sindicalismo livre.

Alguns ideólogos do corporativismo português não se furtaram a produzir doutrina contra a livre associação e a livre acção sindical, se bem que a maioria preferisse a tarefa de refutação, talvez menos árdua, da *luta de classes*. O economista católico Fernando Seabra, cujos argumentos contra a livre negociação de salários já foram citados neste trabalho,¹ tentou demonstrar, escrevendo no segundo pós-guerra, que a "acção sindical livre pode constituir uma ameaça permanente à estabilidade do

¹ Ver capítulo I, ponto 3.

sistema económico".¹ Segundo o mesmo autor, o crescente poder das organizações sindicais nas sociedades modernas, "em desproporção com a extensão dos interesses que representam", a influência que exercem sobre a política e o Estado, sem terem nem poderem ter "a consciência do Estado", a sua fatal irresponsabilidade, "a ninguém tendo de prestar contas", geravam um "inquietante desequilíbrio", a exigir "urgente remédio". O Estado deveria assim ser "colocado ao abrigo das pressões das organizações sindicais" e estas, simultaneamente, ser "associadas às responsabilidades do Estado".² Obviamente, a receita era endereçada aos regimes de capitalismo liberal, pois no corporativismo o problema já estava sanado. Aqui o sindicato era uma "organização construtiva" e não, como nos primeiros, "uma antiorganização, um anticorpo destinado a combater certas toxinas sociais".³

Com o 25 de Abril e a Constituição de 1976 ter-se-á restaurado uma tradição longínqua de sindicalismo livre, mas a liberdade de associação e acção sindical hoje existente não encontra rigoroso paralelo em nenhum período do passado, nem juridicamente nem na prática. Ainda que persistam actualmente algumas controversas limitações legais e, sobretudo, diversos *entraves práticos* à acção sindical, os sindicatos constituem-se livremente a todos os níveis, cumprindo apenas a formalidade de depósito dos estatutos. Usufruem da liberdade de expressão e do direito de reunião, inclusive nos locais de trabalho. Regulam em princípio toda a sua vida interna de modo autónomo em relação ao Estado. Gozam, além disso, de um generoso direito de greve, mesmo em comparação com alguns países de tradição democrática liberal.

¹ Fernando Seabra, "A remuneração do trabalho", comunicação apresentada às Semanas Sociais Portuguesas (Porto, 1949), reproduzida em *Problemas do Trabalho*, Lisboa, 1950, p. 254.

² Idem, p. 255.

³ Idem, p. 256. O autor certamente não conhecia (ou evitava usar) o conceito sociológico de *contrapoder social*.

Desde o século XIX até 1975, nunca em Portugal as associações de classe ou sindicatos adquiriram existência legal sem a prévia autorização dos seus estatutos pelo governo, o qual sempre teve a faculdade de lhes retirar essa autorização caso se *desviassem dos fins para que haviam sido instituídos*.¹ Evidentemente, aquele requisito e esta faculdade legais que vigoraram ininterruptamente desde 1891 até 1975 não foram por si sós determinantes de todos os aspectos da vida sindical, nem a sua aplicação teve o mesmo rigor e as mesmas consequências ao longo dos tempos.

As associações de classe já existiam muito antes de ser legalmente permitida (1891) a sua formação e, até 1933, vários aspectos da sua organização e acção reais careciam frequentemente de base jurídica sólida, quando não desafiavam abertamente a lei. As uniões e federações de associações de classe precederam largamente o primeiro diploma que previa expressamente a possibilidade de se constituírem, que data de 1924. As confederações nunca chegaram a ser contempladas nos textos legais, o que não impediu a constituição e o funcionamento da CGT¹² nem outras experiências anteriores. A proibição, em 1891, de as associações de classe discutirem ou tratarem de assuntos estranhos aos seus fins legais (leia-se: proibição de fazerem política) nunca foi levada muito a sério, nem sequer pelas autoridades. A lei de 1910 que introduziu e regulamentou o direito de greve foi basicamente ignorada pelas associações de classe, como já antes o fora a proibição expressa de *coligações operárias* para fazer subir os

¹ A legislação sindical corporativa retomou esta formulação da antiga lei das associações (cf. o art.º 12 do Decreto de 9 de Maio de 1891 com o art.º 20 do Decreto-Lei 23050, de 23 de Setembro de 1933, inclusive na sua nova redacção dada pelo Decreto-Lei 49058, de 14 de Junho de 1969).

² O Decreto 10.415, de 27 de Dezembro de 1924 (governo de José Domingues dos Santos) veio permitir a constituição legal de federações e uniões de associações de classe sem prévia autorização governamental, por meio de simples depósito dos estatutos. O diploma considerava que as federações e uniões, representando já então "a feição preponderante da organização profissional", se encontravam até aí "fora da lei", embora as associações que as formavam tivessem existência legal. O decreto omite, porém, as confederações e, na sua letra, nada permite concluir que estas seriam também abrangidas. Interpretando-o por sua conta, o jornal sindical *A Batalha* declararia pouco depois que a CGT tinha sido enfim reconhecida legalmente (António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, 1º vol., 1980, p. 358).

salários (1852). Só com o regime autoritário-corporativo de Salazar começou a ser imposta uma observância sistemática das novas normas legais, já de si extremamente condicionantes, sobre sindicatos e greves (estas, depois de proibidas pela Ditadura Militar, foram criminalizadas com severas penas).

A actual plena liberdade de associação data de 1976, como consequência da aprovação da nova Constituição e da revogação de diversos condicionamentos contidos na lei sindical de 1975. Mas já na letra desta lei se eclipsara a velha tutela governamental acima referida e se tinham introduzido substanciais direitos, inéditos no panorama da legislação sindical portuguesa, que hoje subsistem. Entre eles, os respeitantes à acção sindical nas empresas, a que a legislação de 1969 fizera já uma magra referência, se bem que pioneira (nomeação de delegados sindicais). Em suma, o estatuto jurídico dos sindicatos nunca lhes foi tão favorável como hoje, o mesmo se podendo dizer do regime da greve, o seu vital meio de pressão.

b) Ao reconhecimento jurídico dos clássicos direitos e liberdades sindicais acresce o elevado grau de *institucionalização* do sindicalismo contemporâneo em Portugal, isto é, a sua integração *voluntária* num sistema institucional que lhe assegura uma série de direitos de negociação, consulta, participação, etc. Pode dizer-se que também neste capítulo nunca os sindicatos foram tão longe como na actualidade.

Alei de 1891 que reconheceu as associações de classe concedia-lhes já um ou outro direito deste tipo. Assim o direito de funcionarem como "corporações consultivas" do governo, quando este bem o entendesse — implicando, aliás, a *obrigação* de as associações responderem às eventuais consultas governamentais, o que por vezes elas se negaram a cumprir. Na prática, os sindicatos portugueses foram lutando por mais alguns poderes (que, pela Europa, se iam já tornando direitos, como o de negociação colectiva), ainda que demonstrando alguma relutância por formas institucionalizadas de

compromisso, co-responsabilização ou colaboração, que consideravam envenenadas. A *acção directa* que algumas correntes sindicais então privilegiavam podia ir até ao boicote, à sabotagem e outras violências, encaradas na sua perspectiva como direitos inalienáveis dos trabalhadores. Doutrinários sindicais inteligentes e respeitáveis, como Emílio Costa, fizeram placidamente a defesa de tais "direitos".

A legislação, em 1893, 1912 e 1924, concedeu aos sindicatos mais alguns poderes institucionais (que se distinguem dos clássicos direitos e liberdades sindicais), mas de aplicação sempre adiada, facultativa ou dependente de múltiplas vontades.¹ Até aos anos 30, o legislador foi em geral pouco voluntarista nestas matérias. A instabilidade política e social também não era propícia a projectos legislativos cujo prazo de execução excedesse o imediato. Mas durante toda a 1.^a República a integração institucional do sindicalismo defrontou-se também com as fortes reticências e a desconfiança dos próprios sindicalistas. A hipotética intervenção das associações de classe em organismos de carácter público era encarada pelas correntes sindicais mais radicais, dominantes a partir da guerra de 1914-18, como uma colaboração com a República *burguesa e*, consequentemente, rejeitada. A idolatria da greve como meio universal de acção autónoma dos trabalhadores afastava também qualquer possível adesão a mecanismos institucionalizados de composição dos conflitos — como a *arbitragem* (voluntária), prevista na lei desde Dezembro de 1910 e raríssimas vezes aceite pelos representantes dos trabalhadores. A desconfiança dos sindicalistas relativamente à integração institucional foi-se acentuando, especialmente a partir do início dos anos 20, alarmados pelas concepções corporativistas postas em prática na

¹ A legislação sobre *bolsas de trabalho* (1893), da autoria de Bernardino Machado, não foi aplicada pelo governo, o mesmo acontecendo com um decreto de 1912 que instituiu as chamadas *juntas de conciliação*. Ambas as instituições, de carácter público, deveriam contar com um certo número de membros eleitos pelas associações de classe. O decreto de 1924 que conferia às organizações sindicais capacidade para celebrar contratos colectivos de trabalho não tinha qualquer carácter regulamentar, deixando a negociação colectiva inteiramente à iniciativa e metodologia das partes — tal como até então ela se processara na prática.

Itália de Mussolini e, depois, na Espanha de Primo de Rivera, apoiadas em Portugal pelos meios conservadores e reaccionários.¹

Pela via da sua inserção no Estado Corporativo (Corporações, Câmara Corporativa, etc.), os sindicatos nacionais passaram a deter amplos direitos nominais de participação institucional. Na negociação colectiva, em teoria, foi igualmente concedido um importante poder aos sindicatos. Mas todo este novo estatuto da organização sindical sob o corporativismo estava à partida prejudicado pela inexistência de liberdade de associação e pela apertada tutela política e organizativa que o governo exercia sobre os sindicatos. As reformas laborais de Marcelo Caetano pretenderam introduzir mais verdade neste sistema e, em certa medida, foi isso mesmo que conseguiram. Se uma revolução política não se tivesse entretanto tornado inevitável, talvez as ditas reformas pudessem ter ido mais longe.

A partir de 1974-76 e em simultâneo com a instauração da efectiva liberdade de associação e acção sindical, foram novamente reconhecidos aos sindicatos amplos direitos de consulta e participação — embora num quadro institucional inteiramente diferente — e reforçados os poderes sindicais na negociação colectiva, cujo sistema foi parcialmente mantido. Poder-se-ia aqui perguntar se, no capítulo da integração institucional do sindicalismo, não terá sido adquirido algo de perene durante o período corporativo. De facto, o elemento mais notoriamente caduco do sistema corporativo foi o "nacionalismo" que o impregnava, ou seja, a sujeição dos diversos interesses sociais a um autoritarismo doutrinariamente definido como o "primado da Nação". Mas as principais instituições corporativas estavam igualmente eivadas, nas suas bases e desígnios, desse princípio nacionalista, razão pela qual foram rejeitadas em 1974 como

¹ Todavia, várias figuras afectas ao sindicalismo revolucionário, bem como socialistas e até comunistas foram nessa época — tal como acontecera em França e outros países europeus — atraídos pelas doutrinas corporativistas, aderindo alguns posteriormente à união Nacional de Salazar. Foi o caso de José Carlos Rates (ex-sindicalista revolucionário, ex-secretário-geral do PCP), João Pina Cortes (comunista em 1920-21), Costa Júnior (ex-deputado do Partido Socialista) e outros.

formas de integração institucional do sindicalismo. Assim, apenas um certo estatuto de respeitabilidade institucional do sindicalismo (em boa parte por se ter tratado de um sindicalismo de Estado) e o enquadramento *legal* da contratação colectiva se poderão contabilizar como aquisições do período corporativo nesse capítulo.

c) Outra característica relevante do sindicalismo contemporâneo em Portugal é o importante papel assumido pelas confederações sindicais. A diferença introduzida relativamente ao período do corporativismo, que as excluía, é abissal. Mas já em relação ao sindicalismo da época pré-corporativa se poderia falar do reatamento duma tendência — verificada, de resto, por toda a Europa desde os princípios do século XX e retomada após a queda dos regimes nazi-fascistas e autoritários, no final da segunda guerra mundial (com a óbvia excepção de Portugal e Espanha).

As centrais sindicais assumiram contemporaneamente em Portugal um papel significativo em duplo sentido: como órgãos coordenadores e estruturantes da organização e da acção sindicais e, para o exterior desta, como entidades representativas legalmente constituídas, com um estatuto sociopolítico amplamente reconhecido e institucionalmente integradas. Se já a CGT adquirira, do ponto de vista da organização e acção sindicais, uma relevância, se não idêntica, pelo menos comparável, o actual estatuto jurídico e sociopolítico das centrais sindicais é, em Portugal, uma novidade absoluta.

A actuação das centrais foi, como vimos, parcialmente determinante na estruturação da organização sindical actualmente existente, não se tendo limitado a uma função de coordenação de sindicatos previamente existentes. A criação de novos sindicatos, a fusão e reorganização dos já existentes, a constituição de estruturas regionais e sectoriais (as uniões distritais e federações, no caso da Intersindical), a formação de quadros, etc., realizaram-se muitas vezes sob a orientação e com o apoio

das centrais, quando não partiu destas a própria iniciativa. Se a acção da UGT, em comparação com a da Intersindical, teve efeitos talvez mais modestos neste campo, não foi por lhe terem faltado ideias e planos ambiciosos de reestruturação da organização sindical. A esta acção estruturante das centrais escaparam, como é óbvio, a centena e meia de sindicatos independentes que recusaram a filiação confederal, muitos deles surgidos já em oposição às estratégias colectivas ou às simpatias partidárias das centrais.

Quanto à influência que as centrais exercem sobre a acção dos sindicatos nelas filiados, são evidentes os maiores problemas que a UGT sempre teve, relativamente à Intersindical, em formular e, sobretudo, em fazer acatar directivas, normas de conduta e planos de acção ou até, em casos extremos, em estabelecer uma coordenação mínima entre os seus membros. Uma mais marcada pluralidade de correntes internas e uma maior heterogeneidade do conjunto de sindicatos filiados na UGT (onde coexistem os mais diversos figurinos organizativos, bases socioprofissionais e dimensões) poderão explicar parcialmente a sua estrutura menos centralizada e a menor capacidade dos seus órgãos centrais em fazer cumprir linhas de orientação. Problema adicional pode ser o peso algo "desproporcionado" que um só sindicato (entre sessenta), o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, tem nesta central sindical, muito especialmente no aspecto financeiro, o que lhe confere maior prontidão para influenciar e pressionar a liderança da UGT do que para dela receber directivas para a acção. Na Intersindical, o cimento político-ideológico e, em particular, a disciplina partidária dos sindicalistas do PCP estiveram na origem duma forte autoridade confederal que, mesmo sem uma fiel expressão estatutária, se repercute a todos os níveis da acção sindical (contratação colectiva, greves, acção política). Alegar-se-á, porventura, que se trata de uma

autoridade que radica no exterior da organização propriamente sindical, mas não é esse facto que lhe retira funcionalidade.

Vimos atrás (capítulos I e II) como a coordenação, a acção conjunta e a cumulação de forças dos sindicatos chocava com a lógica do corporativismo, mesmo sob Marcelo Caetano, e como o modelo de sindicalismo decapitado (inexistência de confederações) e disperso (debilidade do escalão federal) constituiu os organismos primários, os sindicatos, no que se designou por *o nível substancial* de toda a organização sindical. A descentralização inerente a esse modelo (abstraindo do efeito da tutela comum pelo INTP) "continuou" de algum modo a tradição descentralizada do sindicalismo livre anterior a 1933 e deixou vestígios mais ou menos importantes nas estruturas sindicais para além da fase caetanista e do próprio 25 de Abril. Em 1974 era teoricamente possível pôr de pé uma organização sindical inteiramente nova, construída a partir do topo — como aconteceu na Áustria do pós-guerra, resultando na organização sindical certamente mais homogénea e centralizada da Europa Ocidental — ou a partir da base, como durante um breve período em Portugal se pensou que as comissões de trabalhadores poderiam vir a possibilitar. A herança da organização sindical corporativa, activamente assumida pela Intersindical depois (e já antes) do 25 de Abril, "poupou" aquele trabalho de construção *de raiz* e afastou a alternativa do sindicalismo basista de 1974-75.

Todavia, ao acolher tal património, a Intersindical não deixou, por sua vez, de contribuir para a preservação de certos traços de descentralização organizativa a que também a estrutura herdada da contratação colectiva, muito regionalizada e desdobrada por pequenos sectores e profissões, contribuiu para dar continuidade. Assim, por mais forte que tenha sido o efeito concentrador e centralizador veiculado pelo dirigismo comunista na Intersindical, os condicionalismos da estrutura organizativa herdada, de

par com a estrutura mantida da negociação colectiva, actuaram por vezes em sentido inverso, retardando, marcando limites ou criando trilhos obrigatórios aos processos de concentração e centralização. Poder-se-ia referir aqui a nada fictícia manutenção da personalidade jurídica de *cada sindicato* (o que não existe no já citado exemplo austríaco, onde só a confederação a tem), ou o moroso processo que conduziu à formação das 20 federações sectoriais e, mais do que isso, ao efectivo exercício por essas federações de âmbito nacional de funções tangíveis de orientação e coordenação nos respectivos sectores, morosidade que contrastou com a grande rapidez com que a Intersindical construiu a sua rede de uniões distritais e locais (agrupando sindicatos de todas as actividades). Estas uniões eram organismos novos e muito mais vocacionados para canalizarem a orientação político-doutrinária proveniente da cúpula confederal do que para coordenar a acção reivindicativa dos diferentes sindicatos (a lógica da coordenação reivindicativa é mais sectorial, enquanto que a lógica da coordenação político-doutrinária é mais intersectorial). Instrumentos de *centralização* da Intersindical, as uniões tiveram porém, como vimos (capítulo III), de se vergar à *descentralização* que vinha de trás e, por isso, se constituíram, contra os planos iniciais do verão de 1974, nas capitais de Distrito e outros centros urbanos onde os sindicatos corporativos tinham as suas sedes.

Se a Intersindical e, em evidente menor grau, a UGT se podem considerar, por comparação com organizações sindicais de alguns países, estruturas dotadas de bastantes poderes de coordenação e orientação, ficam todavia ainda aquém ou muito aquém dos níveis de centralização atingidos noutros países europeus. No seu conjunto, o sindicalismo português é mesmo fortemente descentralizado, por efeito do pluralismo organizativo largamente surgido em rejeição da tentativa monopolista e dirigista da Intersindical em 1974-75. Resta acrescentar que a autoridade confederal existente tanto

na Intersindical (onde resulta essencialmente do "centralismo democrático" comunista), como na UGT, não foi construída nas bases sólidas em que ela se apoia em vários países europeus onde é forte, como os poderes de intervenção central (estatutariamente reconhecidos e regulados) nos processos de negociação colectiva, a negociação colectiva centralizada (entre as confederações sindicais e patronais), a constituição de importantes fundos de greve confederais ou a prestação de múltiplos serviços aos sindicatos membros e aos trabalhadores nestes filiados. A liderança da UGT fundou e procurou reforçar a autoridade confederal em bases mais frágeis: o protagonismo que tentou desenvolver, no plano nacional, ao nível do diálogo com o governo e da concertação tripartida e, no plano internacional, o seu relacionamento privilegiado com as organizações sindicais dos países democráticos, servindo nomeadamente como intermediária dos auxílios da "solidariedade internacional" para os sindicatos nela filiados. Como pano de fundo, é certo, encontramos a debilidade organizativa e financeira do sindicalismo português, o subdesenvolvimento da negociação colectiva e a correlativa prevalência das formas de acção política dos sindicatos.

O reconhecimento pela lei das centrais sindicais, desde 1975-76, é um dado novo na história do Direito português.¹ A legislação actual não só prevê a sua constituição como lhes confere vários direitos de participação institucional. O reconhecimento das centrais não é, todavia, apenas legal, mas também social e político: o patronato, o governo e os partidos políticos conferem-lhes directa ou indirectamente, no seu

¹ Após a legalização das associações de classe, em 1891, várias tentativas se verificaram no sentido de dotar o movimento sindical de órgãos de coordenação ou deliberação à escala nacional e, por essa via, de lhe constituir uma entidade colectiva, sempre inserida, aliás, no conjunto do movimento operário ou socialista. Da Confederação Nacional das Associações de Classe, fundada em 1894 (uma "central" pouco menos que fantasmática, apêndice da facção Azedo Gnecco do Partido Socialista, com existência meramente nominal entre os seus congressos), até à CGT, perseguida e "dissolvida oficialmente" (segundo Manuel Joaquim de Sousa) pela Ditadura Militar em 1927, nunca as confederações foram expressamente reconhecidas pelas autoridades monárquicas ou republicanas. O sistema corporativo também não previa a sua constituição, perseguiu duramente as suas tentativas de sobrevivência clandestina e, sem as proibir taxativamente na lei, excluía-as da lógica da organização corporativa. O governo de Marcelo Caetano, como vimos, denunciou e proibiu formalmente em 1971 a tentativa de as *reuniões intersindicais* se constituírem num organismo de tipo confederativo.

relacionamento com elas, uma dignidade ou uma proeminência que a Constituição e a lei sindical vigentes se abstêm de estatuir. A legislação que conferiu às confederações sindicais consideráveis direitos em matéria de participação institucional pode ela própria ser encarada, até certo ponto, como fruto do estatuto sociopolítico entretanto adquirido pelas centrais, primordialmente relacionado com a sua capacidade de influenciar a negociação colectiva e a conflitualidade laboral, disciplinando-a ou fomentando-a, com o poder e a credibilidade política que lhes advêm da sua ligação aos partidos e, enfim, com a sua representatividade em termos de efectivos.

Um critério de aferimento do reconhecimento social das centrais sindicais reside hoje certamente — e ainda mais no futuro, com a prevista redução substancial do sector público da economia — no estatuto que as organizações patronais lhes acordam de sua livre vontade, isto é, na atitude que demonstram na prática relativamente a elas, independentemente dos quadros legais. Algo de similar se poderia afinal dizer do reconhecimento social das próprias confederações patronais, tendo em conta a atitude das organizações sindicais perante elas. Na sequência do 25 de Abril, foi a Intersindical e não a Confederação da Indústria Portuguesa quem, de imediato, se colocou numa atitude de absoluta hostilidade e consequente indisponibilidade para o diálogo. A constituição da CIP, no início do verão de 1974, fora em parte motivada pela urgência de contrabalançar a acção da Intersindical, reconhecida a grande influência social e política que esta então detinha, potenciada pela sua ligação umbilical ao PCP. No quadrante político da Intersindical, o nascimento da CIP foi prontamente assimilado a uma hipotética conspiração do "capital monopolista" contra o "25 de Abril" e esta noção levaria mais de uma década a esbater-se, se nunca se dissipou inteiramente.

A total ausência de relacionamento interconfederal, bilateral ou mediado pelo governo, só terminaria, num primeiro andamento, em 1984, com a entrada em

funcionamento do Conselho Permanente de Concertação Social. Neste, a UGT começou por representar solitariamente o lado sindical, juntando-se-lhe a Intersindical apenas em 1987. Dado o carácter voluntário da participação no CPCS, este órgão pode ser um indicador, porventura ainda falível, do grau de reconhecimento mútuo das organizações de cúpula dos parceiros sociais. Podem sê-lo igualmente, e por maioria de razão, as negociações bilaterais decorridas em 1990 entre as confederações patronais reunidas no CNEP e as duas centrais sindicais, o que foi um desenvolvimento informal dos contactos mantidos no quadro do CPCS mas, em alguma medida, ainda sob a influência e os desígnios deste órgão.

Escusado será sublinhar que também este reconhecimento mútuo é inédito em Portugal, só muito remotamente se lhe podendo apontar um antecedente no funcionamento das Corporações e da Câmara Corporativa, mesmo após as reformas laborais caetanistas. Durante a 1ª República, especialmente na sua fase final, uma enorme distância, feita de intransigência ideológica e preconceitos classistas, opunha a CGT e as principais organizações patronais de então, uma e outras, no fundo, só muito parcialmente representativas. Seria talvez um anacronismo projectar sobre aquela época as modernas noções de *parceria social*, diálogo e concertação social, na tentativa de lhes divisar indícios embrionários ou oportunidades perdidas. Mas poderiam invocar-se vários exemplos coevos de atitudes sindicais e patronais orientadas para a busca do compromisso e a criação de consensos, nada condizentes com os *clichés* extremos de guerra de classes, bombismo anarco-sindicalista e caceteirismo patronal. Em todo o caso, sobre as ténues e provavelmente isoladas iniciativas dialogantes e negociais predominavam irreduzíveis oposições políticas, buscando frequentemente na rua o local privilegiado de confronto e tendo na conquista ou no derrube do poder o seu objectivo estratégico — muito mais ilusório para uns do que para outros, diga-se.

d) O sindicalismo moderno em Portugal distingue-se dos modelos mais ou menos *unitários* do passado pelo seu *pluralismo*. Na acepção rigorosa (e mais corrente) do termo, o pluralismo sindical significa a existência de uma pluralidade de organizações sindicais de âmbito concorrente. Com o mesmo sentido utilizou-se também neste estudo a expressão *pluralismo organizativo*, para acentuar a diferença em relação ao mero pluralismo de correntes. Este implica apenas diversidade de orientações ideológicas ou programáticas, não se traduzindo obrigatoriamente na existência de organizações sindicais concorrentes. Podem existir diferentes tendências dentro de um sindicato ou de uma confederação mesmo que esse sindicato e essa confederação não tenham concorrentes. Existindo, porém, organizações concorrentes, pode inferir-se que elas corporizam ou adoptam distintas orientações programáticas e estratégicas, porque esse é um dos efeitos lógicos do pluralismo e da concorrência.

Fundamentalmente, o pluralismo sindical permite que os assalariados que pretendam filiar-se possam escolher entre duas ou mais organizações. Sendo isto possível, estabelece-se fatalmente uma competição entre as várias organizações, sem a qual não há pluralismo sindical propriamente dito. Ora em Portugal existe quase sempre mais do que um sindicato por profissão ou ramo de actividade numa determinada área geográfica (vimos que a concorrência se pode estabelecer tanto entre sindicatos de âmbito profissional e geográfico idêntico como entre sindicatos de âmbito só parcialmente coincidente). Por outro lado, o pluralismo sindical estende-se entre nós também ao nível confederal, existindo actualmente duas centrais. Não se trata nem de uma condição nem de uma consequência necessária do efectivo pluralismo. Em Inglaterra, por exemplo, há concorrência entre alguns grandes sindicatos, embora exista uma só central, na qual nem todos estão filiados. Mas a existência de duas ou mais centrais concorrentes é uma característica frequente do pluralismo sindical (é o caso de

Espanha, França, Bélgica, Holanda, Itália, alguns países da América do Sul, etc.). Em Portugal, a formação de duas centrais sindicais foi menos uma consequência do pluralismo do que uma das suas causas.

Nunca houve em Portugal pluralismo sindical numa escala idêntica ou sequer comparável à actual. Do século passado até aos primeiros anos do pós-25 de Abril, a *organização* sindical foi sempre basicamente unitária, mesmo quando nela conviviam e se defrontavam correntes ideológicas muito diferentes — socialistas moderados e anarquistas, por exemplo.

Os *sindicatos nacionais* eram, por definição, únicos, logo não concorrentes. Ao monopólio representativo acrescia o monopólio doutrinário, segundo princípios estipulados na lei de forma inequívoca: colaboração dos sindicatos com o Estado, cooperação do trabalho com o capital, subordinação dos interesses sociais parcelares aos "superiores interesses da Nação". Nem as ligeiras fugas por vezes toleradas, na prática, a tão rígida orientação, nem a relativa diversidade ideológica e programática consentida nos anos de governo de Marcelo Caetano autorizam, naturalmente, que se fale de pluralismo sindical em relação ao período corporativo.

Como vimos, raras foram as vozes, mesmo nos meios de oposição ao regime corporativo, que pugnaram pela livre constituição de sindicatos em concorrência com os então existentes. Se a liberdade sindical foi sempre reclamada pela oposição, o sentido dessa reivindicação era fundamentalmente outro: eleições sindicais livres, autonomia em relação ao Estado, liberdade de expressão, reunião e acção sindical. O "entrismo" e o unitarismo dos comunistas talvez não sejam suficientes para explicar esta atitude predominante. Não havia, de facto, em Portugal uma tradição de pluralismo organizativo, mas sim uma tradição de unicidade, que nem a cisão comunista na CGT, em 1924-25, conseguiria quebrar. Além disso, os sindicatos corporativos, com a sua

massa de quotizantes (ainda que muitos deles por obrigação) e os seus meios de acção (ainda que muito modestos, na maioria dos casos), proporcionavam uma base organizativa apeteável, porventura utilizável a prazo, quando houvesse liberdade sindical e outras condições políticas, tanto mais que essa organização fora paga com o dinheiro dos trabalhadores. Ao fim de 40 anos de Estado Novo, o património dos sindicatos corporativos era geralmente pobre,¹ mas em comparação com os antigos sindicatos livres a diferença de infra-estruturas era apreciável e, nalguns casos, enorme.

Durante a Monarquia liberal e a 1.^a República, o pluralismo organizativo foi sempre uma realidade marginal ou temporária. Chegou a haver associações de classe e até federações de âmbito *profissional* concorrente, mas em geral por pouco tempo, algumas delas com uma existência meramente nominal. Em compensação, as várias tendências dos socialistas, os anarquistas, os sindicalistas revolucionários e os comunistas competiram encarniçadamente pela influência junto dos trabalhadores e pelo poder dentro das associações existentes. Desde meados da década de 90 até à criação, em 1914, da UON – União Operária Nacional, vários organismos federativos agruparam em Lisboa e no Porto as associações de classe segundo as tendências e as facções nelas dominantes: marxistas, possibilistas, reformistas, sindicalistas. Mas a esse pluralismo *federal* não correspondia, na base, idêntica pluralidade organizativa. No interior das associações de classe, geralmente únicas, o debate era frequente, as escaramuças não raras, mas do ponto de vista organizativo as lutas entre correntes saldavam-se, no máximo, por mudanças de líderes, alterações de alianças, desfiliações de órgãos de nível superior, cisões temporárias ou inconsequentes, etc. Em muitos casos, no entanto, as

¹ Das 326 sedes de sindicatos existentes em Dezembro de 1972, perto do fim do corporativismo, 286 eram alugadas, 3 cedidas e somente 37 propriedade sua, entre adquiridas e doadas. Apenas 9 sindicatos tinham uma escola profissional e 3 uma escola primária. Os rendimentos de bens patrimoniais constituíam, no mesmo ano, apenas 1,5% das receitas correntes do conjunto de todos os sindicatos, contra 81,4% representados pelas quotizações. Quanto ao "parque automóvel" dos sindicatos, basta referir que em 1972 foram gastos, em todo o país, apenas 13 mil escudos na sua conservação e 71 mil escudos na "aquisição de veículos com ou sem motor" (*Estatísticas da Organização Corporativa e Previdência*, 1972). O grosso das despesas sindicais ia para a remuneração do pessoal administrativo e técnico.

maiorias e as minorias respeitavam-se ou entendiam-se, cooperando mal ou bem, por vezes exemplarmente, na direcção das respectivas associações.¹

Os magros efectivos e a grande debilidade de todo o movimento sindical daquela época constituíam, na base, um forte dissuasor natural das tentativas de pluralização organizativa, que eram alimentadas sobretudo por divergências político-estratégicas entre facções de dirigentes. Quando, em 1924-25, os comunistas e simpatizantes da Internacional Sindical Vermelha (ISV) operaram uma cisão na já declinante CGT, rapidamente constataram que não estavam em condições de criar uma alternativa consistente a esta central, como pretendiam. Em 1931, sob a Ditadura Militar, passaria finalmente a haver duas "centrais", a CGT e a CIS (Comissão Inter-Sindical, ligada ao PCP e à ISV), cúpulas distintas que se disputavam pela filiação dos sindicatos únicos existentes.² Esqueléticas e clandestinas, as duas "centrais" continuaram a rivalizar num meio político definitivamente hostil a ambas, no qual acabariam por desaparecer. Até ao último suspiro do "sindicalismo livre", anarquistas, comunistas e socialistas mantiveram um quinhão de influência numa organização sindical tão debilitada que, pouco antes da Ditadura, já dificilmente conseguia organizar uma greve.³ Dramaticamente, os partidos e agrupamentos políticos que se disputavam pouco mais aderentes e seguidores teriam do que os próprios sindicatos cujas direcções controlavam.

¹ Alexandre Vieira, nas suas obras sobre o movimento sindical do primeiro quarto do século XX, fornece numerosos testemunhos da boa cooperação e frequente amizade existente entre sindicalistas das mais variadas tendências (ver *Em volta da Minha Profissão*, Lisboa, 1950, *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*, Lisboa, 1959 e *Para a História do Movimento Sindical Português*, Lisboa, 1970).

² A CIS foi criada à margem da lei, em Setembro de 1931, sob a forma de central de sindicatos, contando inicialmente com o apoio de meia dúzia de associações de classe: arsenalistas, alfaiates, conferentes marítimos, estivadores e descarregadores do Porto de Lisboa. Desde 1925-26 que os comunistas se tinham decidido pela constituição de uma segunda central sindical, filiando não só as associações de classe saídas da CGT, como também as que nunca se tinham confederado (*A Internacional*, n.º 56, Janeiro (?) de 1926, citada por Canais Rocha em *Sindicatos: Tarefas de Ontem e de Hoje*, Seara Nova, Lisboa, 1974). A cisão levada a cabo pelos comunistas em 1924-25 seria mais tarde considerada pelo líder do PCP Bento Gonçalves "um erro" táctico e "um crime" de lesa-união (*Palavras Necessárias – Elementos para a História do Movimento Operário Português*).

³ António José Telo, *op. cit.*, pp. 109-110.

O pluralismo existente em Portugal desde a década de 70, se bem que represente uma profunda alteração qualitativa em relação ao passado, é um fenómeno talvez ainda demasiado recente para que possamos ajuizar da sua consistência e durabilidade futuras. Será o actual pluralismo sindical um acidente resultante das exacerbadas divisões políticas posteriores ao 25 de Abril e, como tal, um estádio de aprendizagem de futuras organizações unitárias? Ou, pelo contrário, estaremos perante um modelo de sindicalismo destinado a perdurar, com os seus efeitos de competição interna, dispersão de recursos e articulação com as lutas interpartidárias? Pode admitir-se, sob certas condições, que nem o sindicalismo unitário nem o sindicalismo pluralista estão condenados a uma excessiva partidarização. Ou que ambos estão igualmente expostos a essa eventualidade. Ou que tanto um como o outro podem proporcionar condições de efectiva expressão de uma diversidade de correntes. Se assim for, que interesse poderá ter, do ponto de vista *sindical*, o modelo pluralista sobre o unitário, o qual, quanto a si, apresenta desde logo a vantagem da concentração de recursos ou (menos óbvia) a de uma voz única em representação dos assalariados?

A evolução interna do PCP nos próximos tempos, no seguimento lógico das revoluções no mundo comunista, pode constituir uma parte essencial da resposta a estas questões. O desafio de uma reunificação do movimento sindical a médio prazo, lançado pessoalmente pelo secretário-geral da UGT no início de 1990, eclodiu com algum fragor e suscitou de imediato desacordos e reticências em quase todas as correntes e sensibilidades sindicais. Mas Torres Couto pode simplesmente ter-se antecipado, com intuição e calculismo, ao reconhecimento colectivo de uma evolução provável, se não inevitável.

e) As correntes sindicais mais influentes em Portugal estão actualmente ligadas às três principais forças políticas, desde um partido de vocação oposicionista, teoricamente

com um programa revolucionário (PCP), até aos mais vocacionados para a alternância no poder (PSD e PS). Formações de menor ou nenhuma expressão eleitoral detêm igualmente um espaço de influência, mas reduzido, no mundo sindical. O contraste é flagrante em relação ao que se passou desde o século passado até 1933, quando as principais tendências políticas actuautes no movimento sindical se distinguiam, quase sempre, pela sua *marginalidade* relativamente à disputa institucionalizada do poder, a qual frequentemente repudiavam por motivos ideológicos.

Dos socialistas reformistas aos anarquistas e aos comunistas, todos constituíam então aquilo a que hoje chamaríamos, na base do juízo das urnas em sufrágio universal, forças políticas muito minoritárias. É certo que os socialistas sempre se queixaram do âmbito socialmente muito restrito do sufrágio, que determinaria fatalmente a sua reduzidíssima expressão eleitoral.¹ Em 1910, contavam-se no Parlamento alemão 45 deputados socialistas e, perante isso, havia então em Portugal quem pensasse que o Partido Socialista Português poderia ter uma expressão eleitoral comparável. Na verdade, mesmo que todo o operariado tivesse tido direito de voto e que, por um improvável fenómeno, votasse maciçamente nos socialistas, ainda assim estes teriam sido muito minoritários, porque também aquela classe social o era em Portugal. Sob a Monarquia, os relativos sucessos eleitorais dos republicanos já contrastavam com a falta de audiência dos socialistas nas urnas quando a elas concorreram isoladamente. Dificilmente o alargamento do direito de voto teria arrancado os socialistas da insignificância política a que parece tê-los condenado, essencialmente, o atraso económico e social de Portugal, para não referir a pobreza das associações de classe e as múltiplas e constantes divisões do "movimento operário". De resto, a concessão do direito de voto a todos os indivíduos que exercessem uma profissão, como o PSP

¹ Maria Filomena Mónica adopta um tanto acriticamente essa explicação para os fracos resultados eleitorais dos socialistas durante a Monarquia e a República (ver *O Movimento Socialista em Portugal 1875-1934*, Lisboa, 1985).

reivindicava no seu programa de 1895 (em vigor ainda em 1910), teria levado igualmente às urnas a massa dos eleitores rurais do Norte e do Centro do país, ou seja, a maior parte da população e a mais receptiva à influência da Igreja e dos meios políticos conservadores.

Socialistas e republicanos eram famílias políticas de matriz social e ideológica bem distinta, mas com objectivos parcialmente concorrentes de proselitismo e implantação nos meios populares, particularmente entre a elite operária. Segundo César Nogueira (que foi dirigente socialista e autor de várias obras sobre a história do movimento operário), nos finais do século XIX "a grande massa popular voltou-se, de facto, para o Partido Republicano".¹ Ainda antes disso, quando os *centros*, os *clubes* e outras agremiações republicanas começaram a multiplicar-se e a conseguir adesão nas classes trabalhadoras, os socialistas sentiram-se defraudados, chegando alguns a atribuir a essa causa o estado de "abandono das associações de classe"² — nas quais, de resto, os republicanos também tentaram penetrar. Os socialistas *possibilistas* consideravam que uma parte dos seus potenciais adeptos andava iludida pelo republicanismo e "arredios do seu verdadeiro campo".³

Isto não obstava a uma certa abertura dos republicanos à colaboração com os socialistas, como não impedia a existência de um sector socialista (facção Azedo Gnecco) receptivo a alianças eleitorais com o republicanismo. Vários elementos destacados do movimento socialista desejavam um relacionamento mais íntimo, se não a fusão, com o republicanismo, acabando alguns, como Ernesto da Silva, Teodoro Ribeiro e Nobre França, por romperem com o seu partido de origem e transferirem-se

¹ César Nogueira, *Esboço biográfico de Azedo Gnecco*, Lisboa, 1934, p. 12.

² M. Filomena Mónica e Maria Goretti Matias, *Manuel Luís de Figueiredo – Um socialista ignorado*, ICS, Lisboa, 1986.

³ Idem.

para o campo republicano. Mas outros socialistas consideravam o republicanismo como um logro, mera demagogia burguesa, e tratavam os republicanos de divisionistas do movimento operário. Nas vésperas da instauração República, a questão da *forma de Estado* e até os lemas "burgueses" de liberdade e democracia não pareciam interessar especialmente este sector socialista. O líder possibilista Manuel Luís de Figueiredo chegaria a afirmar que, com a implantação da República em 1910, o mais positivo era ter cessado o motivo que "desviara" milhares de trabalhadores para a militância contra a Monarquia. Derrubada esta, o operariado poderia e deveria voltar à "sua legítima bandeira", a do socialismo.¹

A Monarquia tentou por diversas vezes chamar a si a causa do operariado, indo ao encontro de algumas das suas aspirações. Jogava assim, fundamentalmente, na divisão entre os campos republicano e socialista. Após a agitação republicana do final da década de 1880 e na sequência do movimento de 31 de Janeiro de 1891, quando o governo suspendeu jornais e encerrou agremiações dos republicanos, surgiu uma autêntica vaga de *legislação operária* (na qual se incluiu a legalização das associações de classe), com que a Monarquia procurou atrair o movimento operário para a sua órbita, isolando-o do republicanismo. Figuras como Manuel Luís de Figueiredo cooperaram na elaboração dessa legislação. João Franco, depois de em 1896 ter imperecivelmente ligado o seu nome a um célebre decreto que degredava agitadores sociais e anarquistas para Timor, tentou em 1905 uma aproximação do seu partido às classes trabalhadoras, promovendo a criação de *centros operários regeneradores-liberais*, ao que se seguiria em 1907, como chefe do governo, a lei do descanso semanal. Confessadamente, o seu objectivo primordial era o de disputar aos republicanos o apoio das classes trabalhadoras. No Porto, na viragem do século, meios aristocráticos e eclesiásticos ligados ao jornal

¹ Idem.

católico *A Palavra* lançaram os *círculos católicos operários*, que depois o governo viria também a acarinhar, genericamente destinados a combater o revolucionarismo e o ateísmo do movimento operário e, pelas mesmas razões, francamente hostis ao republicanismo anticlerical. Entre o regicídio e o 5 de Outubro, a Monarquia em desespero, na pessoa do jovem rei e dalguns dos seus principais governantes, interessou-se vivamente por uma aliança com o movimento operário, promoveu discreta mas eficazmente a reconciliação das facções socialistas desavindas desde 1891, namorou os operários do Arsenal da Marinha, mandou realizar um *Inquérito ao Trabalho Nacional*, estudou projectos socialistas sobre construção de habitações operárias e tentou um entendimento secreto com os dirigentes do PSP, entre os quais o próprio Azedo Gnecco.¹ Este dirigente socialista obteria do último ministério monárquico, em 1910, uma portaria criando junto do governo uma *Comissão de Trabalho*, que incluía três delegados das associações de classe.²

A luta entre a Monarquia e os republicanos colocava o movimento operário e socialista numa posição favorável para negociar com uns e outros e obter concessões, "melhoramentos", apoios ou promessas. Não era, nas circunstâncias dadas, o irrelevante comportamento eleitoral do operariado o que interessava aos que lhe faziam a corte: a ameaça à Monarquia não vinha tanto das urnas como da rua, isto é, da eventual disposição das massas populares citadinas em alinharem numa movimentação revolucionária desencadeada pelos republicanos. Numa palavra, a instabilidade política e a ameaça que pendia sobre o próprio regime eram a fonte principal do interesse e da atenção que os socialistas, como *hipotéticos* condutores do operariado, suscitavam nos políticos monárquicos e republicanos.

¹ *Documentos políticos encontrados nos palácios reais depois da Revolução republicana de 5 de Outubro de 1910*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1915, pp. 138-149.

² *Idem*, p. 146.

Mas os últimos anos da Monarquia e, em especial, os primeiros da República coincidem também com a perda acelerada da influência ideológica dominante dos socialistas nas associações de classe, a favor da doutrina importada de França da auto-suficiência do sindicalismo, da *acção directa* e da greve geral revolucionária. Sindicalistas revolucionários e anarquistas, os grandes inspiradores da intensa agitação social de 1910-12, argumentavam com o "esforço indispensável" do povo (logo, dos trabalhadores) na vitória da Revolução republicana, exigindo a sua compensação.¹ A forma como a implantação do novo regime se fizera seria, de resto, a melhor prova da legitimidade dos movimentos insurreccionais em geral e da *acção directa* em particular.² A legalidade republicana, que só gradualmente se foi consolidando, era figurada pelos sindicalistas como algo de aleatório, resultante de uma relação de forças momentânea e exprimindo, além disso, o domínio dos interesses burgueses. Contra estes, os sindicalistas revolucionários pretendiam, no mínimo, afirmar a especificidade do movimento operário — uma realidade anterior ao próprio movimento republicano, como gostavam de sublinhar. No máximo, pretendiam uma *República Social* ou aspiravam por uma quimérica *revolução social* que acabasse com o Estado. Deste modo, as novas tendências dominantes nas associações de classe permaneciam distantes das principais disputas políticas, que opunham agora as várias facções de republicanos entre si e todas elas aos monárquicos e católicos conservadores. Um modo, em todo o caso, de preservar a autonomia do sindicalismo em relação aos principais partidos e ao poder político.

Um sector dos socialistas — cujo partido, em decadência, continuou na verdade muito dividido após a reconciliação de 1908-1909 — apostou na aliança com os republicanos, agora no poder. Esperavam vir a aumentar significativamente, à sombra

¹ António Ventura e Alberto Pedroso, *Emílio Costa e o Sindicalismo*, Seara Nova, 1977.

² Idem.

do novo regime, a influência política do PSP, transformando-o num forte partido reformista. Este projecto, nascido quando os socialistas perdiam já a sua forte implantação nas associações de classe, seria todavia modestamente apoiado, numa primeira fase, pelos republicanos, mais interessados na promoção da sua própria força de atracção e na atracção de outras camadas sociais. Só no final da guerra e após o sidonismo é que tal projecto foi verdadeiramente posto em prática, com a ajuda decisiva do Partido Democrático, que nele se empenhou a fundo. O PSP conheceu então um ilusório e breve "período áureo", com uma imagem de partido governamental e um ministro no governo, na pasta do Trabalho, ligando o seu nome à adopção da lei das 8 horas e outras iniciativas.¹ Em 1919, o PSP conseguiria ainda a eleição de 7 deputados nos principais centros industriais e muitas centenas de adesões pelo país. Pouco durou esta situação: a conjuntura política e as conveniências tácticas de poder republicano alteravam-se de dia para dia. Além disso, o PSP continuava a dividir-se entre tendências e facções pouco menos que antagónicas e mostrava-se incapaz de reconquistar a sua antiga predominância no movimento operário e sindical, onde a palavra pertencia agora à CGT.

Durante a 1.^a República, as tensões entre o sindicalismo e o poder político ultrapassaram muito tudo o que se conhecera sob a Monarquia. A repressão dos sindicalistas pelos governos republicanos quase fez esquecer a obra da *lei celerada* do ministro João Franco ou a sanha persecutória do célebre juiz Veiga. Também é certo que durante a Monarquia nunca a agitação laboral e a violência sindical assumiram proporções comparáveis às verificadas sob o regime republicano. Os governantes da República chegaram a acusar diversas vezes os dirigentes sindicais de conivência com as forças monárquicas e conservadoras, mas sem provas realmente concludentes. Não

¹ A. J. Telo, *op. cit.*, 1.º vol., pp. 176-182.

que essas forças não tenham procurado por todos os meios desestabilizar o inimigo, a República Democrática, para o que uma aliança táctica com o sindicalismo teria servido bem. O regime de Sidónio Pais e a Ditadura Militar de 1926 tentaram de imediato tranquilizar e aliciar o movimento sindical para os seus programas e manobras, mas em ambos os casos os dirigentes sindicais, inicialmente expectantes ou indecisos, acabariam por reagir firmemente, convocando greves de características insurreccionais. Em 1931, as autoridades da Ditadura Militar ainda procuravam, sem êxito, persuadir os dirigentes da CGT a integrarem o então criado Conselho Superior da Economia Nacional, um precursor da Câmara Corporativa, mas que então se ficou letra morta.

Exceptuando talvez o período das "exaltações produzidas pela Revolução Russa" (Emílio Costa) — em que a UON/CGT admitia um próximo derrube do "Estado burguês" em Portugal e, por isso, a derrota da tentativa restauracionista monárquica lhe parecia um prelúdio necessário da iminente revolução proletária — a regra geral do sindicalismo foi o alheamento em relação às lutas entre facções das *classes dominantes* e a defesa intransigente das condições de vida e de trabalho dos assalariados. Esse alheamento e essa intransigência já eram mais do que suficientes para que a República hostilizasse ou alimentasse as maiores suspeitas em relação ao movimento sindical, que de resto lhe pagava da mesma moeda.

Mas em Fevereiro de 1925 pôde ver-se pela primeira vez a CGT, em conjunto com os partidos e organizações da esquerda, vir para a rua em defesa dum ministério republicano, *o governo canhoto* de José Domingues dos Santos.¹ O único governo republicano de esquerda conseguira uma coisa notável: a união, em seu apoio, de toda a "esquerda social" e, até, o predomínio, na direcção da CGT, dos elementos mais moderados. A experiência, inédita, foi demasiado curta. As "forças vivas", cada vez

¹ Idem, 1.º vol., pp. 361-364.

mais viradas contra a República, não podiam tolerar tal bloco no poder. Com o regresso da direita republicana ao poder e o imediato ataque do primeiro-ministro António Maria da Silva aos sindicalistas, não só se desfez a unidade da "esquerda social" e o bloco desta com os republicanos radicais, como se gerou um grande desânimo e a indiferença do movimento operário e sindical pelo próprio destino da República Democrática, ameaçada de morte desde a tentativa de golpe conservador de 18 de Abril de 1925. Após o 28 de Maio de 1926, o jornal da CGT declarou-se indiferente ao encerramento do Parlamento: "Fomos nitidamente contra a ditadura do senhor Silva, contra essa ditadura de Parlamento aberto. Somos igualmente contra a ditadura de Parlamento fechado. Entre ditaduras, não estabelecemos distinções".¹

Concluindo, nem a Monarquia nem a 1.^a República — mau grado certas tentativas cíclicas em períodos de agitação e sobressaltos dos respectivos regimes — conseguiram atrair o movimento operário à sua órbita, integrando-o politicamente. Também não promoveram coerentemente um partido operário reformista que, em troca de algum acesso ao poder, constituísse um factor de estabilidade política e social, designadamente através da sua efectiva influência sobre o movimento sindical. Naturalmente, o êxito de tal empreendimento não dependia só da vontade ou da clarividência dos governantes, porque várias circunstâncias adicionais, e de peso, as transcendiam. As clientelas preferenciais dos partidos monárquicos ou republicanos eram outras e, muitas vezes, de interesses divergentes ou opostos aos do operariado, mesmo que este fosse moderado e reformista. As tentativas de interclassização dos partidos políticos dominantes, sempre animadas do mais puro paternalismo para com o operariado, estavam condenadas ao fracasso. Não havia, por outro lado, na sociedade portuguesa de então condições para a implantação de um grande partido operário reformista, com peso eleitoral próprio,

¹ *A Batalha*, 5-VI-1926.

idêntico aos que se formaram em diversos países europeus, porque não o possibilitavam as próprias dimensões do operariado nacional no conjunto da população e a extensão do direito de voto, como vimos, não resolveria o problema. Um tal partido teria, além disso, necessitado de líderes naturais, classicamente saídos dum forte movimento sindical (que não existia em Portugal), capazes de concertarem interesses sociais com tácticas e interesses partidários.

Ora, a partir de 1910, o movimento operário e os seus líderes mais talentosos enveredaram progressiva mas decididamente pela auto-suficiência do sindicalismo, considerando, com razão ou sem ela, que alianças e compromissos com os políticos burgueses — como os que o PSP aceitara, a troco de um lugar de deputado (1911 e 1915), da criação do Ministério do Trabalho (1915) e de outras concessões — não valiam o que a luta, as greves e uma posição de total independência lhes pareciam melhor assegurar. A prazo, a CGT corporizaria um programa político autónomo e adverso à democracia partidária, uma espécie de *corporativismo integral* de esquerda, revolucionário e anticapitalista, fundado nas organizações de classe de todos os assalariados.¹

O regime de Salazar abordou o problema de modo radicalmente diferente, começando por passar uma esponja sobre o movimento operário — um fruto, afinal, do execrado liberalismo. A integração política das classes trabalhadoras e do sindicalismo foi procurada no quadro genérico dum Estado Novo antiliberal e corporativo, expressão e garantia da mítica unidade de todas as forças da Nação. A integração far-se-ia, pois, contra os partidos e não através deles: a sociedade (a Nação) continha em si própria os

¹ Ver "Organização social sindicalista – Carta orgânica" (1925), em Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, 1931 (5.^a ed. Afrontamento, 1976). Lendo este documento, em que se apresenta o sindicalismo como a "organização integral da sociedade futura", constatar-se-ão curiosas afinidades programáticas com outros corporativismos e não deixará de se reconhecer, pelo menos, alguma coerência doutrinária na evolução política que conduziu destacadas figuras do sindicalismo revolucionário à órbita do regime de Salazar.

elementos necessários à realização da harmonia social, bastando que o Estado (a Nação organizada) tomasse a seu cargo promovê-la e preservá-la dos seus alógenos inimigos. Apesar da tónica corporativa de todo o projecto, era claro que nenhuma *liberdade associativa* resistiria a tão mágicos intentos. A livre associação sindical, ainda tolerada, provisoriamente, numa primeira versão da organização corporativa, aprovada em 1931 pelo governo da Ditadura,¹ seria enfim posta de lado pela Constituição, pelo Estatuto do Trabalho Nacional e pela lei sindical de 1933.

A antiga *marginalidade* (e, frequentemente, hostilidade) política do sindicalismo em relação às forças em disputa pela posse do poder, cedeu assim o lugar à *proximidade* imposta, dependente, dum poder que não se sujeitava à disputa pela sua posse. Os dirigentes dos novos sindicatos nacionais — e, futuramente, os que eram seleccionados para os órgãos federativos, Câmara Corporativa, Corporações e outros organismos — passaram a ser recrutados nos meios fiéis ou, no mínimo, não hostis ao regime. Ficava assim indubitavelmente assegurada a subordinação dos interesses dos trabalhadores aos chamados "interesses gerais da Nação", mas não a *defesa* dos primeiros, pouco indicada para as mãos de funcionários atentos e veneradores ou de activistas bem intencionados mas impotentes. Quando a liberalização de Marcelo Caetano intentou reabilitar as funções sindicais que há várias décadas estiolavam, concedendo-lhes alguma autenticidade e representatividade, logo os inimigos do regime reapareceram à frente

¹ Decretos n.º 20.342 e 20.343, de 24 de Setembro de 1931. Esta legislação continha os princípios que deviam "moldar a constituição e o funcionamento dos organismos representativos das profissões e interesses económicos dos grandes grupos de actividades". Tratava-se de um sistema corporativo "criado e fiscalizado pelo Estado", preenchendo três condições fundamentais: "ser unitário, hierárquico e subordinado à realização dos interesses gerais da Nação". A seu lado, poderiam permanecer as *associações livres* à data legalmente existentes (o que já excluía as dissolvidas desde 1927, como a central sindical CGT), mas só à nova organização corporativa reconheceria o Estado "carácter verdadeiramente representativo", deixando prever que as antigas associações tinham os dias contados. O diploma foi assinado pelo primeiro-ministro militar, general Domingos de Oliveira e, entre outros, pelo ministro das Finanças, Salazar, de cujo "discurso da Sala do Risco" (30 de Julho de 1930) são citados excertos no preâmbulo. Um outro decreto de 1931 (19.694, de 5 de Maio) pretendia conferir às associações de classe legalmente constituídas um direito especial de voto na eleição das câmaras municipais e do poder legislativo (já Sidónio Pais acenara ao movimento sindical com idêntico privilégio). Em 1931 a grande maioria das associações de classe recusou o recenseamento, inviabilizando a aplicação do dito decreto.

dos principais sindicatos, aproveitando a abertura para a desestabilização política. Ao fim de quarenta anos, o velho problema da integração política dos trabalhadores e do sindicalismo continuava inteiramente por resolver.

Com a instauração das liberdades políticas a partir de Abril de 1974, as principais forças partidárias nascentes pretenderam todas adoptar um figurino interclassista, com a necessária implantação no mundo do trabalho e nos sindicatos. Os assalariados (dos quais cerca de 80% nos sectores secundário e terciário) representavam então três quartos da população activa com profissão e perto de metade dos futuros eleitores.¹ A sua maioria estava já sindicalizada, pelo menos em aparência. Na conjuntura política do pós-25 de Abril, os sindicatos logo se revelaram de importância primordial, tanto mais que estavam à partida, ou caíram de imediato, sob o controlo preponderante do PCP e das organizações de extrema-esquerda, forças que se opunham à instauração dum sistema de democracia liberal em Portugal. A manutenção das estruturas unicitárias corporativas (e da quotização sindical obrigatória), bem como o adiamento sucessivo da publicação duma nova lei sindical permitiram ao PCP/Intersindical barrar o acesso das forças políticas moderadas a cargos directivos da organização sindical durante pelo menos um ano. Não obstante, como vimos, os sindicatos tornar-se-iam um dos terrenos privilegiados da luta contra a escalada revolucionária do *gonçalvismo* em 1975.

A penetração da influência socialista e social-democrata nos sindicatos iniciou-se principalmente pelas classes assalariadas médias e altas (serviços, escritórios, quadros técnicos, etc.) e logrou manter-se ali dominante. Estas perdas para o sindicalismo comunista não foram de pouca monta: escapavam-lhe, assim, alguns dos principais baluartes da primeira Intersindical, num processo aparentemente irreversível. Para mais, o sindicalismo operário revelar-se-ia gradualmente em declínio, comparado com o

¹ *Estatísticas do Trabalho*, Ministério do Trabalho, 1974.

ascendente associativismo sindical das classes médias assalariadas. Enfim, com os sindicatos "verticais" da UGT, iniciou-se a partilha da influência sindical comunista nos próprios meios operários, ainda que esta se tenha mantido aí predominante.

A grande transformação verificada na estrutura da população activa desde os anos 50, a instauração dum regime plenamente democrático segundo o modelo europeu ocidental, o simultâneo aparecimento de *partidos de massas*¹ idênticos aos que no século XX acompanharam a instauração do sufrágio universal nas democracias europeias, a generalização de formas de segurança e protecção social do *Welfare State* já esboçado sob o regime corporativo e a sucessiva rejeição popular de um regime autoritário de direita e de esquerda no período de 1974-75 — eis os principais factores de integração sociopolítica do sindicalismo levada a cabo em Portugal nos últimos 15 anos e, simultaneamente, da influência adquirida no seio desse sindicalismo por partidos de vocação governamental que se reclamam do socialismo democrático ou da social-democracia (o que, em princípio, seria rigorosamente a mesma coisa). Inclui-se neste mesmo processo a dramática perda de pé da "esquerda revolucionária" nos sindicatos, bem como o lento deslizar do sindicalismo comunista para posições de crescente reformismo.

f) A ascensão do sindicalismo dos estratos sociais não operários é um dos fenómenos mais salientes do associativismo sindical nas últimas décadas em Portugal. Vários aspectos quantitativos e qualitativos se podem destriçar neste processo ascensional, que contrasta com o declínio do sindicalismo operário — considerado este quer em comparação com os seus anteriores níveis de sindicalização, mobilização e combatividade no fim do período corporativo e começo do regime democrático, quer

¹ Para a definição de *partido de massas*, ver Alessandro Pizzorno, "Interests and parties in pluralism", capítulo "The organized mass party" (*Organizing Interests in Western Europe*, ed. Suzanne Berger, Cambridge, 1981, pp. 247-284).

relativamente à sua posição claramente dominante dentro do movimento sindical da era pré-corporativa.

A expansão económica verificada a partir da década de 50, a evolução tecnológica, a terciarização, o forte crescimento da administração estatal e dos grandes serviços públicos provocaram uma transformação muito significativa da estrutura sectorial e socioprofissional da população activa. Esta evolução traduziu-se nomeadamente num aumento considerável do peso relativo das classes médias assalariadas (empregados, técnicos, quadros intermédios e superiores) no conjunto dos trabalhadores por conta de outrem. A isto juntou-se no pós-25 de Abril a possibilidade de sindicalização de uma grande massa de assalariados aos quais anteriormente ela estava vedada, com relevo para as profissões não operárias.

A liberdade sindical permitiu ainda a fragmentação de sindicatos antigos e recentes e, como consequência disso, uma maior diversificação e estratificação da representação sindical dos trabalhadores, num sentido largamente oposto ao da *verticalização* desejada pelos grandes sindicatos sectoriais e pelas duas centrais. Multiplicaram-se deste modo, entre outros, os sindicatos categoriais, agrupando separadamente estratos médios ou altos de assalariados. Só por si, o funcionalismo público forneceu várias dezenas de novos sindicatos, abarcando uns todas as profissões da administração pública, outros apenas certos departamentos ou serviços do Estado e ainda outros só determinadas categorias de funcionários (algo de semelhante se passou no sector público empresarial, onde surgiram diversos sindicatos categoriais de empresa). O sindicalismo de base profissional e, sobretudo, o categorial, tantas vezes acusados no passado de corporativos e divisionistas, conheceram nos últimos 15 anos um verdadeiro surto. Na sua origem estiveram certamente "egoísmos" profissionais, mas muito estimulados quer pelo igualitarismo e a pouca atenção votada pelos

sindicatos sectoriais às reivindicações de minorias consideradas privilegiadas, quer pela orientação política dominante em muitos desses sindicatos. Na sua pluralidade e variedade, as estruturas sindicais actualmente existentes em Portugal dão bem a imagem das clivagens e divisões de todo o tipo que atravessam o "movimento sindical".

Ao contrário do que se passava antigamente — e ainda hoje é norma um pouco por toda a Europa — os dois maiores sindicatos portugueses da actualidade não são sindicatos de dominante operária, mas sim de bancários, na UGT e da função pública, na Intersindical. Em ambas as centrais, os sindicatos "operários" vêm atrás ou muito atrás (têxteis e vestuário, metalurgia e metalomecânica, construção e madeiras, etc.). Nestes sindicatos, a que mais correctamente se deveria chamar industriais, estão também inscritos empregados, técnicos e quadros, embora geralmente numa proporção muito inferior à da estrutura socioprofissional real dos respectivos sectores. Não é raro, porém, que os dirigentes destes sindicatos provenham precisamente dessas minorias, tal como já num passado longínquo, antes e depois de 1933, era muitas vezes nas elites profissionais de cada sector que se recrutavam os líderes associativos.

Mas a crescente importância do associativismo não operário não se mede apenas pelo número dos respectivos sindicatos ou dos seus efectivos. Num plano qualitativo, a sua ascensão é também visível já desde a época corporativa. Alguns antigos sindicatos não operários — que o corporativismo privilegiou e promoveu de modo a que servissem de modelo de sindicalismo "construtivo" aos restantes — conquistaram progressivamente uma posição a todos os títulos proeminente no conjunto da organização sindical. Referimo-nos essencialmente aos sindicatos dos profissionais da banca, dos seguros e dos escritórios, mas poderíamos citar muitos outros. O seu papel na reanimação sindical tolerada sob Marcelo Caetano e na formação da própria Intersindical é a esse respeito muito elucidativo. Por sua vez, na origem da UGT esteve

basicamente um grupo de sindicatos não operários, que fornecem ainda hoje o grosso dos dirigentes desta confederação.

O sindicalismo não operário — cujo "parceiro social" directo ou indirecto é, em muitos casos, o Estado — tem igualmente denotado uma coesão e uma capacidade de luta notáveis. As suas taxas de sindicalização são, por vezes, das mais altas do país. Mais significativo ainda, a metodologia das lutas operárias foi adoptada com inegável sucesso pelas classes médias. Profissões tão distantes do operariado como os médicos, os pilotos da aviação civil, os controladores aéreos, os professores e os quadros técnicos do Estado, ou tradicionalmente tão circunspectas como os magistrados, o pessoal de investigação da Polícia Judiciária e os funcionários alfandegários ou das contribuições e impostos passaram a servir-se da greve com a mesma naturalidade com que há muito o faziam os operários, mas com taxas de adesão (e resultados) frequentemente superiores.

Tanto em consequência da ascensão do sindicalismo não operário como de outros factores sociais e político-ideológicos, o sindicalismo contemporâneo em Portugal, como havia acontecido já na Europa, perdeu a sua referência básica ao *movimento operário*. Desde os momentos mais recuados da sua formação, durante a Monarquia liberal, até ao corporativismo, o sindicalismo português — contrariamente, por exemplo, ao inglês na sua fase inicial — andou sempre intimamente ligado aos movimentos políticos que se reclamavam do operariado. Até à criação da UON/CGT, primeira central sindical digna desse nome, era fundamentalmente a articulação com os partidos e facções socialistas ou os grupos libertários que conferia ao sindicalismo uma certa coerência de princípios e uma relativa unidade — tão precária, é certo, como a do movimento operário. Para os socialistas e, mais tarde, para os comunistas, o sindicalismo era uma componente essencial do movimento operário, ao lado ou abaixo do partido. Para a corrente maioritária da CGT, pelo contrário, sindicalismo e

movimento operário eram sinónimos, sem necessidade de partido — o que não nos impede de considerar a hipótese de a CGT ter funcionado ela própria como um partido político, emanado da organização sindical ou decalcado sobre esta, representando assim um caso extremo de ligação partido-sindicatos e não o seu divórcio.

Naturalmente, no primeiro quarto do século XX já o sindicalismo se não resumia em Portugal às associações de classe propriamente operárias, mas a designação de *movimento operário* passara a aplicar-se frequentemente ao conjunto das classes assalariadas. Em 1925-26, a CGT não via problema em incluir nesse conjunto as associações de classe dos médicos, bancários, oficiais da marinha, jornalistas, professores, empregados de escritório, caixeiros-viajantes, conferentes marítimos, músicos, actores, etc., todas estas classes exercendo uma "função útil" e vivendo "do produto do seu trabalho retribuído em salário, ordenado ou vencimento".¹ Só os que viviam de lucros ou rendas ficavam de fora daquela hipotética comunidade de interesses sociais e políticos. Por razões ideológicas, *operário* tornara-se um sinónimo ambíguo de *trabalhador*, insinuando por esse modo uma teórica liderança do operariado propriamente dito dentro do movimento, no qual ainda era numericamente dominante.

Com o tempo, a dimensão puramente ideológica do conceito de *movimento operário* não mais deixaria de se acentuar, fossilizando-se o seu conteúdo sociológico original. O PCP foi, contra ventos e marés da história, o grande conservador e portador da mitologia "operária" até aos nossos dias. Como vimos, a flagrante predominância dos sindicatos não operários nas *reuniões intersindicais* ainda era vista pela direcção comunista, em 1973, como uma espécie de anomalia, geradora de "desvios" e "fenómenos negativos". Desde essa época, todavia, o núcleo dos dirigentes mais influentes da Intersindical nunca deixou de ser composto por elementos de origem

¹ Ver *Almanaque de A Batalha para 1926*, Lisboa, 1926 (inclui uma lista das associações de classe portuguesas existentes naquela data, que são dadas como integrantes do "movimento operário") e M. Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, op. cit., p. 200.

profissional não operária: técnicos, empregados bancários, contabilistas, empregados de escritório, quadros intermédios, delegados de propaganda médica, etc. Isto apesar de uma política deliberada de elevação ao órgão executivo de certos sindicalistas de proveniência mais genuinamente operária, figuras por vezes muito obscuras, em detrimento de activistas mais preparados e talentosos de outras profissões.

O regime corporativo varreu do sindicalismo todos os elementos ideológicos ou organizativos que julgou imputáveis à lógica do movimento operário, ao mesmo tempo que promoveu a sindicalização das profissões assalariadas não operárias, acentuando o seu peso no conjunto da organização sindical e sobre-representando-as nos organismos corporativos superiores. Fê-lo por modo autoritário, segundo os desígnios dum sistema político antidemocrático e antiliberal e substituindo a utopia da redenção operária pela utopia da harmonia corporativa. Em retrospectiva, porém, poderá parecer que o regime corporativo de certo modo se antecipou pioneiramente a duas tendências tornadas evidentes no fim do século XX também em Portugal: o advento dum *sindicalismo sem movimento operário*¹ e a ascensão do sindicalismo das classes médias assalariadas. Quanto ao primeiro ponto, a "antecipação" foi meramente voluntarista e superficial, bastando para isso considerar o serôdio mas explosivo reaparecimento do movimento operário em Portugal nos anos 1968-1975, quer como ideologia político-sindical quer como surto efectivo de obreirismo e conflitualidade classista. O propósito pedagógico do adormecimento a que foi forçado durante quatro décadas falhou rotundamente. A difícil e tortuosa aprendizagem política (e sindical) de 1974-76, resultando no restabelecimento das liberdades elementares, terá feito, a prazo, mais pelo declínio do

¹ É esta a designação adoptada por Alain Touraine e Michel Wieviorka no seu estudo sobre a evolução do movimento operário e do sindicalismo em França, *Le mouvement ouvrier*, Fayard, 1984. A referência à realidade francesa é válida para outros países em idêntico estágio de desenvolvimento, ou seja, "as sociedades em via de se tornarem pós-industriais". Os autores admitem, porém, que no mundo contemporâneo há ainda sociedades dominadas pelo "conflito central" do movimento operário com os empregadores, e outras que só agora atingem um estágio de industrialização suficiente para proporcionar o aparecimento dum autêntico movimento operário.

movimento operário do que quarenta anos de corporativismo. Quanto ao segundo ponto, é difícil estimar em que medida a "antecipação" foi obra do corporativismo. Noutros países europeus a ascensão do sindicalismo não operário foi inteiramente espontânea, não necessitando de ser promovida pelo Estado. Sabemos, em contrapartida, que só com a plena liberdade sindical esta ascensão ganhou em Portugal toda a sua expressão actual.

g) A perda da referência clássica do sindicalismo ao movimento operário e, segundo crescentes indícios, ao próprio socialismo, conduz-nos à questão adjacente de saber se poderá ainda hoje falar-se de um *movimento* sindical propriamente dito. Por um lado, com efeito, parece inadequado reunir sob esse rótulo, e no singular, estruturas e práticas de representação de interesses de natureza tão diversa, organizações concorrentes e até rivais, orientações políticas divergentes ou opostas — incluindo o apoliticismo declarado de bom número de sindicatos independentes. Poderá um movimento tão desconexo ter uma causa comum e própria que não seja uma aspiração mais ou menos consensual de toda a sociedade? Na prática, actualmente, já não parece muito difícil que as confederações sindicais existentes em Portugal subscrevam uma declaração comum sobre importantes questões sociolaborais, o que há meia dúzia de anos estava totalmente excluído. Também não é impossível que as duas centrais acordem na convocação de uma greve geral e que sejam seguidas por mais de uma centena de sindicatos independentes, como se verificou em Março de 1988. O duvidoso é se tais plataformas de entendimento chegam para definir os contornos de um verdadeiro movimento.

Para o ser, um autêntico movimento sindical não teria obviamente de possuir um projecto próprio e global de sociedade, como foi o caso da CGT nos anos 20, com a sua "Organização social sindicalista". Bastar-lhe-ia, como nas origens do associativismo sindical em diversos países, a causa da promoção social, económica e cultural dos

assalariados. As lutas pelo descanso semanal, pela jornada de 8 horas, contra o trabalho infantil, pelos direitos de livre associação e de greve, etc., chegaram para fazer a substância de um grande movimento. A inscrição da *abolição do salariado* na bandeira de várias correntes sindicais desde o século passado não foi fértil em resultados palpáveis para os trabalhadores, conduzindo mesmo o sindicalismo a frequentes becos sem saída. Mas se os sindicatos, para darem corpo a um movimento social, não precisam de ter um programa geral de sociedade (autónomo ou compartilhado com organizações políticas), necessitam em todo o caso de uma certa coerência de princípios e de alguns grandes objectivos comuns a médio e longo prazo.

Por outro lado, a própria integração institucional do sindicalismo e a sua actual articulação com as principais forças partidárias apontam para um esvaziamento progressivo do seu antigo carácter de *movimento*. No século XX e, porventura, já em tempos anteriores, outros movimentos sociais e políticos ilustram um percurso ou ciclo de vida em que se podem descobrir analogias com o evoluir do sindicalismo. Quando a sua acção deixa suficientes marcas nas práticas e nos costumes, na legislação, nas instituições, nos programas e estruturas internas das forças partidárias, na própria configuração das áreas governativas (assim surgiram os ministérios do trabalho, antes destes talvez os da instrução, mais recentemente os do ambiente, da condição feminina, das minorias étnicas, etc.), os movimentos sociais entram naturalmente em declínio — para ressurgirem talvez, excepcionalmente, em momentos de crise.

Simultaneamente, os líderes surgidos da militância de base no princípio ou no auge dos movimentos tendem a profissionalizar-se, acompanhando a racionalização e a burocratização das suas organizações. As iniciativas tomadas por estados-maiores quase inamovíveis, o *lobbying* e a acção política substituem-se gradualmente às acções que vivem da mobilização das bases. A acção coordenada e planificada impõe-se às

movimentações espontâneas e improvisadas que, além de pouco eficazes, rapidamente esgotam a sua energia própria. A alma do *movimento* cede à lógica da *organização*. A gestão ou a arbitragem dos numerosos diferendos internos dos movimentos organizados passa a constituir uma das principais tarefas dos seus dirigentes. Outra poderá ser a luta pela sobrevivência da organização, quando o movimento entra em decadência.

É cedo para dizer se o sindicalismo em Portugal, ou mesmo na Europa, se encontra no fim do século XX numa fase declinante, tendo eventualmente cumprido o essencial da sua missão, ou se, pelo contrário, tarefas de grande alcance futuro o esperam ainda. Pluralizando-se internamente, burocratizando-se e integrando-se de forma crescente no sistema político-institucional, o seu carácter de movimento social parece esfumar-se. Mas, em teoria, o fenómeno sindical deverá persistir enquanto houver massas de assalariados com interesses próprios a defender perante os empregadores privados ou públicos, junto dos órgãos do poder ou no seio dos próprios partidos políticos. As estatísticas revelando decréscimos mais ou menos substanciais dos efectivos sindicais ou dos indicadores de conflitualidade laboral em diversos países, especialmente na década de 80, não são encaradas por diversos autores como uma prova da perda de influência do sindicalismo, muito menos como um indício da sua crise profunda ou irreversível.¹ Em alguns países — entre os quais talvez se deva incluir Portugal — aqueles recuos quantificáveis são aparentemente compensados por uma influência constante ou até crescente das organizações sindicais nas decisões governamentais.² Pode não haver aqui real paradoxo. Em Portugal, com efeito, a representatividade e o poder de mobilização dos trabalhadores pelos sindicatos parecem globalmente estar a declinar, mas nem os governos, nem as principais forças políticas,

¹ Veja-se, por exemplo, A. Touraine e M. Wieviorka, *op. cit.*, pp. 19-21.

² Georges Spyropoulos, "The role of trade unions in a changing world", em *Trade Unions Today and Tomorrow*, vol. I, Maastricht, 1985, p. 46.

nem mesmo alguns sectores do patronato se mostram por essa razão interessados em desacreditar o interlocutor sindical, reconhecendo afinal a importância deste como parceiro social, sobretudo quando denota maior moderação e disponibilidade para o diálogo. O reconhecimento sociopolítico dos sindicatos é assim, em certa medida, independente da sua representatividade.

Da parte do poder, a necessidade de um interlocutor sindical pode explicar-se por um conjunto de factores, incluindo considerações de índole eleitoral, exigências de imagem dialogante ou a necessidade de suavizar o efeito de medidas impopulares. A prática do diálogo com os sindicatos, mesmo quando não se traduz em negociações, cedências ou contrapartidas, pode contribuir para a melhor compreensão ou aceitação de políticas governamentais com incidência no mundo do trabalho, bem como a prevenção da conflitualidade laboral. O poder, seja ele de direita ou esquerda, pode também julgar conveniente escudar-se nos sindicatos para resistir a certas pressões patronais. O Estado ou os empresários darão por bem-vindas todas as apreciações "responsáveis" ou críticas que dirigentes sindicais façam sobre greves selvagens, actos de violência, conflitos laborais que prejudiquem seriamente a economia ou a população, acções reivindicativas de certos grupos profissionais privilegiados, etc. Os partidos da oposição, qualquer que seja o seu quadrante político, podem ver no diálogo com os sindicatos um meio útil de manobra política ou de alargamento da sua audiência.

Como é óbvio, governos, partidos e empresários nem por isso deixam de contrapor às posições sindicais de que discordam aquilo que consideram ser o interesse geral ou mesmo o "verdadeiro interesse dos trabalhadores", tentando então jogar a opinião pública ou as bases dos sindicatos contra os dirigentes destes.

Não obstante o reconhecimento e a "procura" de que o interlocutor sindical é ainda actualmente alvo, o sindicalismo é também acusado em muitos países,

nomeadamente em Portugal, de ir longe demais na prossecução dos seus objectivos particulares, de não representar senão os interesses de uma minoria dos assalariados, de estar demasiado agarrado a concessões obtidas no passado, de dispor de poderes excessivos e de constituir um obstáculo ao desenvolvimento económico e social. A maioria destas censuras são muito antigas e acompanham o sindicalismo praticamente desde a sua formação. Em época recente, especialmente desde a década de 70, as escolas económicas neoliberais têm desenterrado velhos argumentos sobre os danos causados ao livre jogo da concorrência e do mercado pelo sindicalismo, pelas greves, pela contratação colectiva e pela legislação laboral obtida dos governos pelo *lobby* sindical.¹ A vaga neoliberal, neste campo, para além de ter inspirado algumas medidas — tomadas por governos nem sempre rotuláveis de conservadores — tendentes a desregulamentar o mercado de trabalho, flexibilizar o vínculo laboral ou a disciplinar certos aspectos da actividade sindical, não conseguiu até hoje pôr em xeque o essencial do património de direitos e liberdades sindicais.

Resta saber qual será a capacidade de readaptação do sindicalismo, designadamente em Portugal, perante a drástica redução do sector público que as políticas de reprivatização anunciam. Com efeito, as empresas públicas constituem um espaço privilegiado de pressão sindical sobre o governo, permitindo articular eficazmente negociação colectiva e acção política. Reduzido o Estado-patrão a dimensões muito mais modestas, é assim previsível um enfraquecimento deste instrumento de acção política dos sindicatos, para já não falar do provável efeito negativo das privatizações sobre a taxa de sindicalização. Tratar-se-á poventura aqui de

¹ Uma obra recente de J. Garelo, B. Lemennicier e H. Lepage, *Cinq questions sur les syndicats*, PUF, Paris, 1990, pretende submeter os sindicatos e a acção sindical ao crivo da análise económica, de modo a "retomar a partir do zero" a discussão das questões mais elementares sobre a existência e o papel do sindicalismo. Menosprezando o contributo das outras ciências da sociedade para o estudo do fenómeno sindical, sob a alegação do seu menor rigor e maior subjectividade, os autores compõem um autêntico libelo anti-sindical segundo a óptica neoliberal mais radical, não se esquivando sequer a contestar as "ideias feitas" que sobre as coligações operárias teriam já Adam Smith ou Jean-Baptiste Say.

uma ameaça vital para o sindicalismo ou, simplesmente, de um desafio, como outros que já teve de defrontar na sua longa história?

Quando se coloca predominantemente numa atitude de tentar preservar a todo o custo anteriores conquistas ou regalias conjunturais — quer de tipo "corporativo" quer ligadas a concepções ideológicas crescentemente desacreditadas — o sindicalismo reforça realmente a imagem de movimento em declínio, sem causa de futuro, ou de grupo de pressão movido por interesses egoístas e prejudiciais para a comunidade. Ora a maior prova de coesão e força do sindicalismo português foi provavelmente dada, nos últimos anos, pela greve geral de 1988, quando se tratou de combater a alteração substancial de uma lei dos despedimentos que tinha sido obtida numa conjuntura económica e política excepcional, actualmente ultrapassada até pela significativa redução da taxa de desemprego. Outras causas, porventura mais urgentes e legítimas, como a erradicação do trabalho infantil, o combate ao trabalho clandestino ou a aproximação de Portugal aos padrões europeus em matéria, por exemplo, de horário de trabalho, mereceram até data recente menos atenção e uma acção menos enérgica por parte das centrais sindicais.

Quadros

Quadro 1a. A organização sindical de base do corporativismo (1933-73). Sindicatos, sócios e contribuintes existentes no fim de cada ano.¹

Continente e Ilhas						
Ano	No. de sindicatos	No. de sócios	No. de contribuintes	Total de quotizantes (sócios + contrib.)	% sócios / total	% contrib. / total
1933	13	x	x	x	x	x
1938	232	185 713	x	x	x	x
1939	246	250 676	x	x	x	x
1940	276	347 501	x	x	x	x
1941	290	380 001	x	x	x	x
1942	300	398 649	x	x	x	x
1943	302	439 778	x	x	x	x
1944	311	431 431	131 728	563 159	76,6	23,4
1945	308	470 697	152 232	622 929	75,6	24,4
1946	308	496 407	163 433	659 840	75,2	24,8
1947	316	514 965	159 428	674 393	76,4	23,6
1948	315	545 916	160 621	706 537	77,3	22,7
1949	309	559 787	x	x	x	x
1950	312	557 616	x	x	x	x
1951	313	559 507	x	x	x	x
1952	313	544 703	x	x	x	x
1953	312	546 050	x	x	x	x
1954	310	x	x	734 535	x	x
1955	313	x	x	798 254	x	x
1956	311	x	x	806 950	x	x
1957	320	607 465	225 091	832 556	73,0	27,0
1958	319	628 369	266 476	894 845	70,2	29,8
1959	320	636 417	285 727	922 144	69,0	31,0
1960	323	653 493	320 194	976 687	67,2	32,8
1961	324	684 329	360 634	1 044 963	65,5	34,5
1962	326	711 483	389 831	1 101 314	64,6	35,4
1963	325	736 274	420 250	1 156 524	63,7	36,3
1964	325	757 009	455 316	1 212 325	62,4	37,6
1965	324	780 243	469 372	1 249 615	62,4	37,6
1966	323	823 946	480 248	1 304 194	63,2	36,8
1967	323	825 527	515 645	1 341 172	61,6	38,4
1968	325	844 861	541 082	1 385 943	61,0	39,0
1969	325	841 818	569 022	1 410 840	59,7	40,3
1970	326	869 853	581 680	1 451 533	59,9	40,1
1971	326	882 211	540 512	1 422 723	62,0	38,0
1972	327	895 470	562 755	1 458 225	61,4	38,6
1973	328	x	x	1 547 177	x	x

Fonte: INE (Estatísticas da Organização Corporativa).

¹ Números não disponíveis: x. Para o período 1934-37 não há dados. Incluem-se as 3 Ordens (engenheiros, médicos e advogados).

Quadro 1b. A organização sindical de base do corporativismo (1933-73).
Sócios e quotizantes por sindicato.

Continente e Ilhas

Ano	No. de sindi- catos	No. de sócios	No. de sócios por sindicato	Total de quotizantes (sócios + contrib.)	No. de quotizantes por sindicato
1933	13	x	x	x	x
1938	232	185 713	800	x	x
1939	246	250 676	1 019	x	x
1940	276	347 501	1 259	x	x
1941	290	380 001	1 310	x	x
1942	300	398 649	1 329	x	x
1943	302	439 778	1 456	x	x
1944	311	431 431	1 387	563 159	1 811
1945	308	470 697	1 528	622 929	2 022
1946	308	496 407	1 612	659 840	2 142
1947	316	514 965	1 630	674 393	2 134
1948	315	545 916	1 733	706 537	2 243
1949	309	559 787	1 811	x	x
1950	312	557 616	1 787	x	x
1951	313	559 507	1 787	x	x
1952	313	544 703	1 740	x	x
1953	312	546 050	1 750	x	x
1954	310	x	x	734 535	2 369
1955	313	x	x	798 254	2 550
1956	311	x	x	806 950	2 595
1957	320	607 465	1 898	832 556	2 601
1958	319	628 369	1 970	894 845	2 805
1959	320	636 417	1 989	922 144	2 881
1960	323	653 493	2 023	976 687	3 024
1961	324	684 329	2 112	1 044 963	3 225
1962	326	711 483	2 182	1 101 314	3 378
1963	325	736 274	2 265	1 156 524	3 559
1964	325	757 009	2 329	1 212 325	3 730
1965	324	780 243	2 408	1 249 615	3 858
1966	323	823 946	2 551	1 304 194	4 038
1967	323	825 527	2 556	1 341 172	4 152
1968	325	844 861	2 600	1 385 943	4 264
1969	325	841 818	2 590	1 410 840	4 341
1970	326	869 853	2 668	1 451 533	4 453
1971	326	882 211	2 706	1 422 723	4 364
1972	327	895 470	2 738	1 458 225	4 459
1973	328	x	x	1 547 177	4 717

Fonte: INE (Estatísticas da Organização Corporativa).

Quadro 2. As 5 últimas eleições para a direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa antes de 1974: resultados e participação.

Ano	Lista vencedora das eleições	Resultados (votos expressos)	No. de sócios ¹	% votos expressos / No. de sócios	Votos brancos e nulos	%
1962	Lista única corporativa	420	6 900	6,1	0	0,0
1965	Lista única corporativa	63	8 469	0,7	2	0,0
1968	Lista da oposição (católicos, comunistas e indep.)	985 - 913	11 569	16,4	267	2,3
1971	Lista única da oposição (católicos, comunistas e indep.)	4 365	14 706	29,7	106	0,7
1972	Lista única da oposição (comunistas)	6 504	16 000 ²	40,7	753	4,7

Fonte: Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

¹ Sócios inscritos no final do ano imediatamente anterior.

² Estimativa.

Quadro 3. As 3 últimas eleições para a direcção do Sindicato dos Bancários do Porto antes de 1974: resultados e participação.

Ano	Lista vencedora das eleições	Resultados (votos expressos)	No. de sócios ¹	% votos expressos / No. de sócios
1966	Lista única oposicionista (lider. católica)	80	2 948	2,7
1969	Lista oposicionista (lider. católica) contra lista corporativa	1 478 - 212	4 492	37,6
1972	Lista única oposicionista (lider. comunista)	2 571	5 294	48,6

Fonte: Sindicato dos Bancários do Norte.

¹ Números apurados nos recenseamentos eleitorais respectivos.

Quadro 4a. Finanças dos sindicatos sob o corporativismo (1949-1955).

Continente e Ilhas		Milhões de Escudos						
		1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955
1. RECEITAS		31,6	34,3	36,2	38,0	38,2	39,9	43,8
2. Quotizações, total		27,6	29,8	31,9	33,1	34,0	35,8	38,7
3. Quot. de sócios		22,1	23,8	25,7	26,5	26,9	x	x
3/2. %		79,9	80,2	80,8	80,1	79,0	x	x
4. Quot. de contrib.		5,5	5,9	6,1	6,6	7,1	x	x
4/2. %		20,1	19,8	19,2	19,9	21,0	x	x
5. DESPESAS		30,1	32,6	32,3	35,2	34,8	37,7	39,5
6. Administração		18,8	20,1	20,3	21,3	21,9	23,0	24,4
6/5. %		62,5	61,7	62,9	60,5	62,9	61,0	61,8
7. Acção educativa, recreativa e de assistência		7,5	7,7	8,1	8,3	8,8	9,9	10,9
7/5. %		25,0	23,6	25,1	23,6	25,3	26,3	27,6
8. Outras despesas		3,8	4,8	3,9	5,6	4,1	4,8	4,2
8/5. %		12,5	14,7	12,0	15,9	11,8	12,7	10,6

Fonte: INE (Estatísticas da Organização Corporativa).

Quadro 4b. Finanças dos sindicatos sob o corporativismo (1956-1962).

Continente e Ilhas		Milhões de Escudos						
		1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
1. RECEITAS		45,1	48,7	51,9	54,1	59,1	63,6	68,9
2. Quotizações, total		40,2	43,8	46,5	49,5	53,7	57,2	62,1
3. Quot. de sócios		x	x	x	x	x	x	x
4. Quot. de contrib.		x	x	x	x	x	x	x
5. DESPESAS		41,4	43,8	47,7	50,3	55,9	58,5	64,7
6. Administração		28,9	28,4	31,2	32,2	37,6	39,6	43,2
6/5. %		69,8	64,8	65,4	64,0	67,3	67,7	66,8
7. Acção social e assistência		11,4	14,2	14,5	15,5	18,8	18,2	19,9
7/5. %		27,5	32,4	30,4	30,8	33,6	31,1	30,8
8. Outras despesas		1,1	1,2	2,1	2,7	0,6	0,7	1,7
8/5. %		2,7	2,7	4,4	5,4	1,1	1,2	2,6
9. DESPESAS DE CAPITAL								3,6

Fonte: INE (Estatísticas da Organização Corporativa).

Quadro 4c. Finanças dos sindicatos sob o corporativismo (1963-1968).

Continente e Ilhas		Milhões de Escudos					
		1963	1964	1965	1966	1967	1968
1. RECEITAS CORRENTES		75,3	77,3	86,1	95,4	108,8	124,2
2. Quotizações, total		66,1	67,8	73,5	81,2	92,3	104,4
3. Q. de sócios		50,5	51,2	55,5	60,1	66,9	74,2
3/2. %		76,5	75,5	75,5	74,0	72,5	71,1
4. Q. de contribuintes		15,5	16,6	18,0	21,1	25,5	30,2
4/2. %		23,5	24,5	24,5	26,0	27,6	28,9
5. DESPESAS CORRENTES		70,3	71,8	79,7	86,5	98,1	111,2
6. Administração		47,0	55,3	61,5	66,3	75,0	82,3
6/5. %		66,8	77,0	77,2	76,6	76,5	74,0
7. Acção social e assistência		23,4	16,4	18,2	20,2	23,1	28,9
7/5. %		33,2	22,8	22,8	23,4	23,5	26,0
8. DESPESAS DE CAPITAL		1,2	4,0	6,6	4,7	5,7	5,6

Fonte: INE (Estatísticas da Organização Corporativa).

Quadro 4d. Finanças dos sindicatos sob o corporativismo (1969-1974).

Continente e Ilhas	Milhões de Escudos					
	1969	1970	1971	1972	1973	1974
1. RECEITAS CORRENTES	141,9	165,1	198,4	237,7	276,0	485,1
2. Quotizações, total	120,6	139,4	162,3	193,2	226,2	421,3
3. Quot. de sócios	86,2	98,4	114,7	136,2	x	x
3/2. %	71,5	70,6	70,7	70,5	x	x
4. Quot. de contribuintes	34,4	41,0	47,6	57,0	x	x
4/2. %	28,5	29,4	29,3	29,5	x	x
5. DESPESAS CORRENTES	128,7	147,8	183,8	221,7	232,9	426,3
6. Administração	97,4	114,6	144,7	177,5	203,6	303,2
6/5. %	75,7	77,5	78,7	80,1	87,4	71,1
7. Acção social e assistência ¹	31,3	33,2	39,1	44,1	29,3	123,0
7/5. %	24,3	22,5	21,3	19,9	12,6	28,9
8. DESPESAS DE CAPITAL ²	5,7	5,1	8,4	9,1	x	13,6

Fonte: INE (Estatísticas da Organização Corporativa).

¹ Em 1974 engloba também "acção sindical".

² Esta rubrica respeita essencialmente à aquisição de bens móveis e à construção e aquisição de imóveis.

Quadro 5. Representatividade proclamada pela Intersindical (1970-1989). Sindicatos participantes nas actividades da central, sindicatos filiados e respectivos números de trabalhadores sindicalizados.

Fonte	Data	Sindicatos participantes	Trabalhadores inscritos nos sindicatos participantes	Sindicatos filiados	Trabalhadores inscritos nos sindicatos filiados
(1)	Dez. 1970	15	172 000	-	-
(2)	Jan. 1971	18	190 000	-	-
(3)	Jan. 1971	41	x	-	-
(4)	Jun. 1971	47	x	-	-
(5)	Jun. 1971	x	300 000	-	-
(6)	Jul. 1973	16	160 000	-	-
(7)	Dez. 1973	46	x	-	-
(8)	Abr. 1974	x	500 000	-	-
(9)	Mai. 1974	54	1 000 000	-	-
(10)	Jun. 1974	89	x	-	-
(11)	Ago. 1974	x	x	214	1 600 000
(12)	Nov. 1974	148	x	x	x
(13)	Mai. 1975	119	x	x	x
(14)	Jul. 1975	300	2 500 000	x	x
(15)	Jul. 1975	159	1 519 000	x	x
(16)	Out. 1976	x	x	198	1 532 605
(17)	Jan. 1977	272	1 695 105	194	x
(18)	Dez. 1977	287	1 890 000	207	1 540 000
(19)	Fev. 1979	242	1 768 061	x	x
(20)	Out. 1979	309	1 932 000	220	1 600 000
(21)	Mar. 1980	256	1 619 652	x	x
(22)	Mar. 1983	223	1 583 118	153	1 347 240
(23)	Mai. 1986	212	1 326 292	150	1 130 000
(24)	Mai. 1989	220	x	152	x

Fontes: vd. página seguinte.

Nota: Os *sindicatos participantes* na Intersindical são, até Abril de 1974, os sindicatos presentes nas *reuniões intersindicais* ou subscritores de documentos aprovados nessas reuniões e, depois de Abril de 1974, o *conjunto* dos sindicatos filiados na confederação e dos que, não sendo filiados, participam nos seus congressos, plenários, frentes ou outras actividades e estruturas sindicais.

Fontes do quadro 5.

- (1) Acta da Reunião Intersindical da data referida.
- (2) *Idem*.
- (3) Número avançado pelo então responsável do pelouro da organização, Antero Martins, no seu "informe" ao Congresso da Intersindical de 1975 (*Acta do Congresso da Intersindical*, p. 41.) Vd. nota seguinte.
- (4) Alvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro*, Lisboa, 1976, p. 44. Segundo o dirigente comunista José Vitoriano, apenas 38 sindicatos estiveram presentes - incluindo os que o fizeram com o estatuto de observador - em alguma das reuniões intersindicaís que tiveram lugar desde Outubro de 1970 até Junho de 1971 (*Experiências de Três Anos de Luta Sindical*, Ed. Avante!, 1973).
- (5) *Relatório e Contas da Comissão Directiva do Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho*, Lisboa, 1973, p. 14.
- (6) *Previdência 73 - Tese dos Sindicatos*, Lisboa 1973, p. 1 (documento aprovado por 16 sindicatos, em reunião intersindical).
- (7) Número avançado pelo dirigente Antero Martins no seu "informe" ao Congresso da Intersindical de 1975 (*op. cit.*, p. 41).
- (8) Alvaro Cunhal, *op. cit.*, p. 44.
- (9) Sindicatos participantes no I Plenário da Intersindical (8 a 10 de Maio de 1974), dos quais 50 efectivos e 4 observadores. O número de trabalhadores representados é citado no *Programa de acção da lista A* para os corpos gerentes do Sindicato dos Escritórios de Lisboa (Maio de 1974). Dessa lista faziam parte alguns dirigentes da Intersindical.
- (10) Sindicatos participantes no II Plenário da Intersindical.
- (11) Entrevista do secretariado da Intersindical reproduzida em *Nortada* (boletim do Sindicato dos Bancários do Porto, n.7, 8.X.1974.)
- (12) Sindicatos participantes no VIII Plenário da Intersindical, dos quais 139 efectivos e 6 observadores.
- (13) Sindicatos participantes no XI Plenário da Intersindical, dos quais 113 efectivos e 6 observadores.
- (14) Números fantasistas avançados por Antero Martins no já referido "informe" ao Congresso da Intersindical de 1975, excedendo não só o número de sindicatos presentes naquele congresso como o número de trabalhadores por conta de outrem do país!
- (15) Sindicatos representados no I Congresso da Intersindical. O número de sindicalizados foi calculado com base no regulamento do Congresso.
- (16) Números divulgados pela Intersindical em Outubro de 1976.
- (17) Sindicatos (e respectivos filiados) representados no II Congresso da Intersindical, *Alavanca* n.29, Out. de 1979, destacável, p. XII.
- (18) *Alavanca* n.13, Abril de 1978, p. 22.
- (19) Sindicatos (e respectivos filiados) representados na I Conferência Nac. de Org. Sindical da CGTP-IN, em Fev. de 1979.
- (20) *Alavanca* n.29, destacável, p. IV.
- (21) Representatividade do III Congresso (1980), cit. por *Autonomia Sindical - Informação e Documentação*, n.1, Jul./Set. 1980, p. 41.
- (22) *Representatividade da CGTP-IN* (IV Congresso, 1983), doc. do Departamento de Organização da CGTP-IN, Arquivo do Projecto.
- (23) *Representatividade do V Congresso*, 1986, doc. do Departamento de Organização da CGTP-IN, Arquivo do Projecto.
- (24) *Relatório de Actividades ao 6.º congresso da CGTP-IN*.

Quadro 6. Representatividade proclamada pela UGT (1978-1988).

	Data	Sindicatos filiados	Trabalhadores representados
(1)	Outubro de 1978 (fundação da UGT)	30	448 000
(2)	Janeiro de 1979 (I Congresso)	33	600 000
(3)	1982	48	x
(4)	Março de 1983	49	981 000
(5)	Janeiro de 1984	49	1 003 000
(6)	1984	54	661 000
(7)	Dezembro de 1986	49	1 043 000
(8)	Verão de 1987	53	1 068 000
(9)	1988	57	x

Fontes:

- (1) Acta do Encontro de Sindicatos Democráticos, 28-29 de Outubro de 1978, em *O que é a UGT*, s.d [1978]. Dos 45 sindicatos que estiveram presentes neste Encontro 15 tinham o estatuto de observadores.
- (2) *O Escritório*, n.24-25, Jan./Fev. 1979. Dos 61 sindicatos presentes no I Congresso, apenas 33 tinham já aderido à UGT. Dos trabalhadores representados, em Outubro desse ano, cerca de 108 110 eram aderentes individuais da UGT (*O Escritório*, Out./Dez. 1979).
- (3) *O que é a UGT*, Cadernos de Formação, 1982.
- (4) Resposta da UGT ao inquérito do Comité Económico e Social, em *As Organizações Socioprofissionais em Portugal*, Bruxelas, 1984.
- (5) Resposta da UGT ao inquérito da revista *Empresas e Empregados*, número de Janeiro de 1984.
- (6) Lista dos sindicatos filiados na UGT e respectivos efectivos (cópia de documento da UGT, Arquivo do Projecto).
- (7) Resposta da UGT a inquérito do jornal *Expresso* de 10. I. 1987.
- (8) *O Jornal* de 3. VII. 1987 e *Expresso* de 26. IX. 1987.
- (9) Lista do n.º de delegados ao Conselho Geral da UGT (Nov.º 1987).

Quadro 7a. Classificação dos sindicatos existentes em Portugal em Maio de 1986, segundo a CGTP-IN.

	"Movimento Sindical Unitário"	"Divisionistas"	TOTAL
Sindicatos filiados na CGTP-IN	150	-	223
Sindicatos não filiados mas participantes na CGTP-IN	73	-	
Sindicatos independentes "não divisionistas"	42	-	87
Sindicatos independentes "divisionistas"	-	45	
Sindicatos filiados na UGT	-	49	49
TOTAL	265	94	359

Fonte: *Relatório de Actividades ao V Congresso da CGTP-IN*, 1986.

Quadro 7b. Distribuição dos sindicatos "divisionistas" segundo a sua origem, de acordo com os critérios da CGTP-IN.

Sindicatos "não paralelos" ou de "origem representativa" (i.e., antigos sindicatos corporativos)	16
Sindicatos "paralelos", mas com "origem em sindicatos representativos" (sectores que se autonomizaram)	17
Sindicatos "paralelos" desde a sua constituição	61
TOTAL	94

Fonte: *Relatório de Actividades ao V Congresso da CGTP-IN*, 1986.

Quadro 8. Taxa de sindicalização nacional calculada com base nos efectivos fictícios proclamados pelas duas centrais sindicais.

Continente e Ilhas

Data	Efectivos UGT (sind. filiados)	Efectivos CGTP-IN (sind. particip.)	Total das duas centrais ¹	Trabalha- dores por conta de outrem ²	Taxa de sind. %
1978/79	448 000	1 768 061	2 216 061	2 580 000	86%
1983	981 000	1 583 118	2 564 118	3 040 000	84%
1986	1 043 000	1 326 292	2 369 292	2 964 000	80%

Notas

¹ Não inclui, por consequência, os efectivos de várias dezenas de sindicatos independentes, geralmente de pequena dimensão.

² Estimativas do autor, referentes ao Continente e Ilhas, com base nos números do Inquérito ao Emprego (Continente) do INE.

Quadro 9. Instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho (IRCT) por ano de publicação, entre 1966 e 1975 (Continente e Ilhas).

Tipo de IRCT	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
1. CCT integral	30	11	15	21	31	79	75	54	23	55
2. CCT parcial	14	15	17	18	21	18	7	55	119	70
3. ACT integral	6	7	5	10	6	30	14	21	15	45
4. ACT parcial	4	9	6	9	6	10	6	13	40	11
5. "Condições acordadas" ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	33	45
6. Adesões total	6	10	19	6	25	42	53	19	28	17
6.1. a CCT	3	10	17	6	23	27	47	17	25	16
6.2. a ACT	3	-	2	-	2	15	6	2	3	1
7. Portarias de alargamento de âmbito ²	27	24	17	24	54	54	63	37	62	48
7.1. de CCT	20	13	12	18	42	36	50	28	52	40
7.2. de ACT	7	11	5	6	12	18	13	9	10	8
8. Portarias de regulamentação do trabalho ³	1	1	1	2	6	19	11	8	57	101
9. Total convencional (1. a 6.)	60	52	62	64	89	179	155	162	258	243
10. Total administrativo (7. e 8.)	28	25	18	26	60	73	74	45	119	149
11. Total geral (1. a 8.)	88	77	80	90	149	252	229	207	377	392

Fonte: Divisão de Estatística do FDMO (Ministério das Corporações) e Serviço de Estatística do Ministério do Trabalho.

Notas:

¹ Designação não oficial dada em 1974-75 a dezenas de protocolos de condições de trabalho acordadas geralmente a nível de empresa.

² Até 1969: despachos de alargamento de âmbito.

³ Até 1969: despachos normativos de regulamentação.

Quadro 10. Os 35 maiores sindicatos participantes na CGTP-IN, por escalões de efectivos (inscritos). Ambito geográfico e local da sede. Data de publicação dos estatutos dos sindicatos criados de raiz após 25 de Abril de 1974.

Maio de 1986

=====

94 500 / 96 250:

1. Sind. dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores. Pluridistrital, Lisboa. 1976.

52 500 / 54 250:

2. Sind. dos Trab. Têxteis do Distrito do Porto. Distrital, Porto.

50 750 / 52 500:

3. Sind. dos Trab. das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito do Porto. Distrital, Porto.

45 500 / 47 250:

4. Sind. dos Trab. da Ind. Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa. Distrital, Lisboa.
5. STAL - Sindicato dos Trab. da Administração Local. Nacional, Santarém. 1976.

43 750 / 45 500:

6. Sind. Têxtil do Distrito de Braga. Pluridistrital, Guimarães.

40 250 / 42 000:

7. Sind. dos Trab. das Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul. Pluridistrital, Barreiro.

31 500 / 33 250:

8. CESL - Sind. dos Trab. do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa. Distrital, Lisboa.

28 000 / 29 750:

9. Sind. dos Trab. de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul. Pluridistrital, Lisboa.

(continuação do quadro 10.)

24 500 / 26 250:

10. Sind. dos Trab. das Ind. de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras dos Distritos do Porto e Aveiro. Pluridistrital, Porto.
11. Sind. dos Trab. do Vestuário, Tinturarias e Lavandarias do Distrito do Porto. Distrital, Porto.
12. Sind. dos Trab. Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul. Pluridistrital, Lisboa.

21 000 / 22 750:

13. SIESI - Sind. das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas. Pluridistrital, Lisboa.
14. Sindicato dos Trab. da Função Pública do Norte. Pluridistrital, Porto. 1976.

19 250 / 21 000:

15. Sind. Nacional dos Trab. dos Correios e Telecomunicações. Nacional, Lisboa. 1975.

17 500 / 19 250:

16. Sind. dos Trab. das Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Aveiro. Distrital, Rio Meão.

15 750 / 17 500:

17. Sind. dos Trab. da Função Pública da Zona Centro. Pluridistrital, Coimbra. 1977.
18. Sind. dos Trab. da Agricultura do Distrito de Evora. Distrital, Evora. 1975.
19. Sind. dos Trab. das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráficas e Imprensa do Sul e Ilhas. Pluridistrital, Lisboa.
20. Sind. dos Trab. da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa. Distrital, Lisboa.
21. Sind. dos Trab. das Indústrias Químicas do Centro e Ilhas. Pluridistrital, Lisboa.
22. Sind. dos Trab. dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro. Pluridistrital, Lisboa.
23. Sind. dos Trab. do Comércio e Serviços do Distrito do Porto. Distrital, Porto.
24. STIEN - Sind. dos Trab. das Ind. Eléctricas do Norte. Pluridistrital, Porto.

(continuação do quadro 10.)

14 000 / 15 750:

- 25. STRUN - Sind. dos Trab. dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte. Pluridistrital, Porto.
- 26. Sindicato dos Trab. Agrícolas do Distrito de Beja. Distrital, Beja. 1975.
- 27. Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Pluridistrital, Lisboa. 1976.

12 250 / 14 000:

- 28. Sind. dos Trab. da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga. Distrital, Guimarães.
- 29. Sind. dos Trab. do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul. Pluridistrital, Setúbal.

10 500 / 12 250:

- 30. Sind. dos Operários da Indústria do Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra. Pluridistrital, S. João da Madeira.
- 31. Sind. dos Trab. da Indústria Têxtil de Aveiro. Distrital, Aveiro.
- 32. Sind. dos Trab. dos Serviços de Portaria, Vigilância e Limpeza. Nacional, Lisboa.
- 33. Sind. dos Professores do Norte. Pluridistrital, Porto. 1983.
- 34. Sind. dos Trab. Agrícolas do Distrito de Setúbal. Distrital, Setúbal. 1975.
- 35. Sind. dos Enfermeiros da Zona Sul e Região Autónoma dos Açores. Pluridistrital, Lisboa.

=====

Nota: A distribuição dos sindicatos pelos diferentes escalões de associados fez-se com base no número de delegados inscritos para o V Congresso da CGTP-IN e no Regulamento deste. De acordo com os escalões de efectivos, os 35 maiores sindicatos da CGTP-IN representariam uma massa de 840 000 a 900 000 associados, o que parece francamente sobreavaliado.

Quadro 11. Os 16 maiores sindicatos filiados na UGT, por escalões de efectivos (inscritos). Ambito geográfico e local da sede. Data de publicação dos estatutos dos sindicatos criados de raiz após 25 de Abril de 1974.

Novembro de 1987

=====

30 000 / 45 000:

1. Sind. dos Bancários do Sul e Ilhas. Pluridistrital, Lisboa.
2. SITESE - Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços. Nacional, Lisboa.

20 000 / 30 000:

3. SIMA - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins. Nacional, Lisboa. 1978.
4. SINDETEX - Sind. Democrático dos Têxteis. Nacional, Porto. 1980.

15 000 / 20 000:

5. SITESC - Sind. dos Trab. de Escritório, Serviços e Comércio. Nacional, Porto.
6. Sindicato dos Bancários do Norte. Pluridistrital, Porto.
7. Sind. dos Trab. de Seguros do Sul e Ilhas. Pluridistrital, Lisboa.
8. SINDEQ - Sind. Democrático da Química. Nacional, Lisboa. 1978.
9. SINTAP - Sind. dos Trab. da Administração Pública. Nacional, Lisboa. 1979.
10. Sind. dos Professores da Zona Norte. Pluridistrital, Porto. 1975.
11. SINDHAT - Sind. Democrático da Hotelaria, Alimentação e Turismo. Nacional, Lisboa. 1978.

10 000 / 15 000:

12. SINDCES - Sind. Democrático do Comércio, Escritórios e Serviços do Centro / Norte. Pluridistrital, Aveiro.
13. SETAA - Sind. dos Empregados, Técnicos e Assalariados Agrícolas. Nacional, Lisboa.
14. SITRA - Sind. dos Transportes Rodoviários e Afins. Nacional, Leiria.
15. Sindicato dos Técnicos de Vendas. Nacional, Porto.
16. SINDEL - Sindicato da Indústria de Electricidade. Nacional, Lisboa. 1979.

=====

Nota: A distribuição pelos diferentes escalões fez-se com base no número de delegados ao Conselho Geral *designados* pela direcção de cada sindicato em Novembro de 1987. Os 16 maiores sindicatos da UGT representariam assim, em 1987, um máximo de 365 000 e um mínimo de 255 000 associados.

Quadro 12. Os 35 maiores sindicatos participantes na CGTP-IN, por ordem decrescente do número de delegados ao V Congresso. Ambito geográfico e local da sede. Data de publicação dos estatutos dos sindicatos criados de raiz após 25 de Abril de 1974 ou principais alterações de nome, âmbito, etc, dos sindicatos criados antes dessa data. Federação em que estão filiados. Vão também assinalados os sindicatos **não** filiados na CGTP-IN.

Maio de 1986

- =====
1. (56 delegados) **Sind. dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores.** Pluridistrital, Lisboa. 1976. Fed. Nac. dos Trab. da Função Pública.
 2. (32) **Sind. dos Trab. Têxteis do Distrito do Porto.** Distrital, Porto. Absorveu parte do extinto Sind. dos Lanifícios do Norte; cedeu sócios para o Sind. dos Têxteis de Aveiro. Fed. dos Sind. dos Trab. Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couros e Peles de Portugal.
 3. (31) **Sind. dos Trab. das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito do Porto.** Distrital, Porto. Absorveu parte do extinto Sind. da Const. e Reparação Naval do Porto. Fed. dos Sind. da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.
 4. (28) **Sind. dos Trab. da Ind. Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa.** Distrital, Lisboa. Absorveu parte dos extintos Sind. dos Carpinteiros Navais e Calafates e Sind. dos Pintores da Const. Naval; trocas em verticalizações. Fed. dos Sind. da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.
 5. (28) **STAL - Sind. dos Trab. da Administração Local. Nacional,** Santarém. 1976. Não federado, participa na Frente Comum dos Sindicatos (Função Pública). *Não filiado na CGTP-IN.*
 6. (27) **Sind. Têxtil do Distrito de Braga.** Pluridistrital, Guimarães. Absorveu parte do extinto Sind. dos Lanifícios do Norte. Fed. dos Sind. dos Trab. Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couros e Peles de Portugal.
 7. (25) **Sind. dos Trab. das Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul.** Pluridistrital, Barreiro. Fusão de 3 sindicatos metalúrgicos - Setúbal, Faro e Alentejo - , absorvendo parte dos extintos Sind. dos Carpinteiros Navais do Sind. dos Pintores Navais. Fed. dos Sind. da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.

(continuação do quadro 12.)

8. (20) **CESL - Sind. dos Trab. do Comércio, Escritório e Serviços do Distrito de Lisboa.** Distrital, Lisboa. Fusão com o Sind. dos Trab. de Armazéns; alargou âmbito aos escritórios e serviços; verticalização; perdeu técnicos de vendas. Fed. Port. dos Sind. de Comércio, Escritório e Serviços.
9. (18) **Sind. dos Trab. de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul.** Pluridistrital, Lisboa. Verticalização. Fed. dos Sind. da Ind. de Hotelaria e Turismo de Portugal.
10. (16) **Sind. dos Trab. das Ind. de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras dos Distritos do Porto e Aveiro.** Pluridistrital, Porto. Fusão de 3 sindicatos; alargou âmbito a Aveiro. Fed. Nac. dos Sind. da Construção, Madeiras e Mármore.
11. (16) **Sind. dos Trab. do Vestuário, Tinturarias e Lavandarias do Distrito do Porto.** Distrital, Porto. Fusão do Sind. dos Alfaiates e do Sind. das Costureiras do Porto; alargou âmbito às tinturarias e lavandarias. Fed. dos Sind. dos Trab. Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couros e Peles de Portugal.
12. (16) **Sind. dos Trab. Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul.** Pluridistrital, Lisboa. Fusão de 6 sindicatos - Têxteis de Lisboa, Santarém e Setúbal, Lanifícios do Sul, Alfaiates e Costureiras. Fed. dos Sind. dos Trab. Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couros e Peles de Portugal.
13. (14) **SIESI - Sind. das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas.** Pluridistrital, Lisboa. Alargou âmbito; trocas em verticalizações. Fed. dos Sind. dos Trab. das Indústrias Eléctricas.
14. (14) **Sind. dos Trab. da Função Pública do Norte.** Pluridistrital, Porto. 1976. Fed. Nac. dos Trab. da Função Pública.
15. (13) **Sind. Nacional dos Trab. dos Correios e Telecomunicações.** Nacional, Lisboa. 1975. Fed. Nac. dos Sind. das Comunicações e Telecomunicações. *Filiou-se na CGTP-IN em 1987.*
16. (12) **Sind. dos Trab. das Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Aveiro.** Distrital, Rio Meão. Fed. dos Sind. da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.
17. (11) **Sind. dos Trab. da Função Pública da Zona Centro.** Pluridistrital, Coimbra. 1977. Fed. Nac. dos Trab. da Função Pública.
18. (11) **Sind. dos Trab. da Agricultura do Distrito de Évora.** Distrital, Évora. 1975. Fed. dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura do Sul.

(continuação do quadro 12.)

19. (11) **Sind. dos Trab. das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráficas e Imprensa do Sul e Ilhas.** Pluridistrital, Lisboa. Fusão de 4 sindicatos: Ind. de Celulose do Centro, Ind. de Celulose do Sul, Gráficos do Sul e Ilhas e parte dos efectivos do extinto Sind. dos Trabalhadores da Imprensa. Fed. Port. dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa.
20. (11) **Sind. dos Trab. da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa.** Distrital, Lisboa. Fusão do Sind. da Construção de Lisboa com Sind. dos Mármore e Sind. das Serrações e Madeiras. Fed. Nac. dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore.
21. (11) **Sind. dos Trab. das Indústrias Químicas do Centro e Ilhas.** Pluridistrital, Lisboa. Fusão (em 1974-75) do Sind. dos Químicos de Lisboa, Sind. dos Plásticos do Sul, Sind. dos Químicos de Setúbal, Sind. das Moagens e Massas do Sul, Sind. dos Fósforos de Lisboa e Sind. do Papel de Coimbra, dando origem ao Sind. dos Químicos do Centro e Sul, que em 1980 se cindiu, saindo os Químicos de Setúbal e as Moagens e Massas do Sul para outros sindicatos filiados na CGTP-IN. Fed. dos Sind. de Trab. da Indústria Química e Farmacêutica de Portugal.
22. (11) **Sind. dos Trab. dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro.** Pluridistrital, Lisboa. Fusão dos Sind. de Transportes Rodoviários de Lisboa com o de Santarém; alargou âmbito a Leiria e Castelo Branco. Fed. dos Sind. dos Transportes Rodoviários e Urbanos.
23. (11) **Sind. dos Trab. do Comércio e Serviços do Distrito do Porto.** Distrital, Porto. Fusão do Sind. do Comércio com Sind. dos Barbeiros do Porto; alargou âmbito aos serviços. Fed. Port. dos Sind. do Comércio, Escritório e Serviços.
24. (11) **STIEN - Sind. dos Trab. das Ind. Eléctricas do Norte.** Pluridistrital, Porto. Alargou âmbito; trocas em verticalizações. Fed. dos Sind. dos Trab. das Indústrias Eléctricas.
25. (10) **STRUN - Sind. dos Trab. dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte.** Pluridistrital, Porto. Fusão do Sind. do Porto com Sind. de Bragança. Fed. dos Sind. dos Transportes Rodoviários e Urbanos.
26. (10) **Sind. dos Trab. Agrícolas do Distrito de Beja.** Distrital, Beja. 1975. Fed. dos Sind. dos Tra. da Agricultura do Sul.
27. (10) **Sind. dos Professores da Grande Lisboa.** Pluridistrital, Lisboa. 1976. Fed. Nac. dos Professores. *Não filiado na CGTP-IN.*
28. (9) **Sind. dos Trab. da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga.** Distrital, Guimarães. Fusão do Sind. da Const. Civil com o Sind. dos Marceneiros e o Sind. das Serrações e Madeiras. Fed. Nac. dos Sind. da Construção, Madeiras e Mármore.

(continuação do quadro 12.)

29. (9) Sind. dos Trab. do Comércio, Escritório e Serviços do Sul. Pluridistrital, Setúbal. Fusão do Sind. do Comércio de Setúbal com Sind. de Évora e alargamento a Faro e Portalegre. Fed. Port. dos Sind. do Comércio, Escritório e Serviços.
30. (8) Sind. dos Operários da Indústria do Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra. Pluridistrital, S. João da Madeira. Fed. dos Sind. dos Trab. Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couros e Peles de Portugal.
31. (8) Sind. dos Trab. da Indústria Têxtil de Aveiro. Distrital, Aveiro. Fusão do Sind. do Vestuário de Aveiro, Sind. dos Chapeleiros, Sind. da Tapeçaria, absorvendo parte do extinto Sind. dos Lanifícios do Norte e associados do Sind. dos Têxteis do Porto. Fed. dos Sind. dos Trab. Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couros e Peles de Portugal.
32. (8) Sind. dos Trab. dos Serviços de Portaria, Vigilância e Limpeza. Nacional, Lisboa. Fed. Port dos Sind. do Comércio, Escritório e Serviços. *Não filiado na CGTP-IN.*
33. (8) Sind. dos Professores do Norte. Pluridistrital, Porto. 1983. Fed. Nac. dos Professores. *Não filiado na CGTP-IN.*
34. (8) Sind. dos Trab. Agrícolas do Distrito de Setúbal. Distrital, Setúbal. 1975. Fed. dos Sind. dos Trab. da Agricultura do Sul.
35. (8) Sind. dos Enfermeiros da Zona Sul e Região Autónoma dos Açores. Pluridistrital, Lisboa. Absorveu os enfermeiros da função pública após 1974. Não federado, participa na Frente Comum de Sindicatos (Função Pública).

=====

Quadro 13. Os 16 maiores sindicatos filiados na UGT, por ordem decrescente do número de delegados ao Conselho Geral. Âmbito geográfico e local da sede. Data de publicação dos estatutos dos sindicatos criados de raiz após 25 de Abril de 1974 ou principais alterações de nome, âmbito, etc, dos sindicatos criados antes dessa data. Federação em que eventualmente estão federados.

Novembro de 1987

- =====
1. (111 delegados) Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Pluridistrital, Lisboa.
 2. (111) SITESE - Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços. Nacional, Lisboa. Antigo Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa; fusão com vários sindicatos de escritórios e caixeiros do Centro; alargamento de âmbito ao comércio e serviços; alargamento de âmbito a nacional. FETESE - Federação dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços (sede: Lisboa).
 3. (78) SIMA - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins. Nacional, Lisboa. 1978.
 4. (78) SINDETEX - Sindicato Democrático dos Têxteis. Nacional, Porto. 1980.
 5. (52) SITESC - Sind. dos Trab. de Escritório, Serviços e Comércio. Nacional (pluridistrital até 1987), Porto. Antigo Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Dist. do Porto; alargou âmbito ao comércio e serviços; alargou âmbito a nacional. FESINTES - Fed. dos Sind. dos Trab. de Escritório e Serviços (sede: Porto).
 6. (52) Sindicato dos Bancários do Norte. Pluridistrital, Porto.
 7. (52) Sindicato dos Trab. de Seguros do Sul e Ilhas. Pluridistrital, Lisboa. Federação dos Sindicatos de Seguros de Portugal.
 8. (52) SINDEQ - Sindicato Democrático da Química. Nacional, Lisboa. 1978.
 9. (52) SINTAP - Sindicato dos Trab. da Administração Pública. Nacional, Lisboa. 1979.
 10. (52) Sindicato dos Professores da Zona Norte. Pluridistrital, Porto. 1975. Federação Nacional dos Sindicatos de Professores.
 11. (52) SINDHAT - Sindicato Democrático da Hotelaria, Alimentação e Turismo. Nacional, Lisboa. 1978.

(continuação do quadro 13.)

12. (33) SINDCES - Sind. Democrático do Comércio, Escritórios e Serviços do Centro / Norte. Pluridistrital, Aveiro. Alargou âmbito geográfico. FESINTES - Fed. dos Sind. de Trab. de Escritório e Serviços.
13. (33) SETAA - Sind. dos Empregados, Técnicos e Assalariados Agrícolas. Nacional, Lisboa. Antigo Sindicato dos Regentes Agrícolas (depois: Engenheiros Técnicos Agrários); alargou o âmbito a todas as profissões da agricultura, absorvendo os associados de três sindicatos extintos.
14. (33) SITRA - Sind. dos Transportes Rodoviários e Afins. Nacional, Leiria. Resulta da fusão de três antigos sindicatos distritais de motoristas (Castelo Branco, Leiria e Portalegre), com alargamento de âmbito a nacional.
15. (33) Sindicato dos Técnicos de Vendas. Nacional, Porto. Antigo Sindicato dos Caixeiros Viajantes e de Praça do Distrito do Porto; alargou âmbito a nacional.
16. (33) SINDEL - Sindicato da Indústria de Electricidade. Nacional, Lisboa. 1979.

=====

Quadro 14. Contas da CGTP-IN relativas ao ano de 1988 (grandes rubricas).

Milhões de Escudos

Receita total efectiva	224,2
------------------------	-------

Principais receitas:

-- Quotizações pagas pelos sindicatos	175,1
-- Contribuições extraordinárias pagas por certos sindicatos	27,5
-- Participação no CPCS	7,2

Principais despesas:

-- Redistribuição via uniões distritais e locais	84,5
-- Vencimentos dos dirigentes e funcionários da central	78,5

Fonte: J. P. Castanheira, *O Jornal*, 14.IV. 1989.

Quadro 15. Finanças das centrais sindicais em 1987.

Milhões de Escudos		
	CGTP-IN	UGT
Despesa total orçamentada para 1987	200	142
(1983)	(114)	(62)
(1980)	(67)	(20)
<i>Receitas principais do orçamento para 1987:</i>		
1- Quotizações e outras contribuições dos sindicatos filiados	ca. 200	107
2- "Solidariedade internacional"	?	22,1
3- Participação no CPCS ¹	-	12,9
<i>Receitas não incluídas no orçamento de 1987:</i>		
1- Formação profissional	22,5	?
2- Participação em organismos da CEE	?	?
Volume de quotizações auferidas pelos sindicatos filiados nas centrais	2 800	2 035

Fontes: Joaquim Dionísio (CGTP) e José Veludo (UGT), para os dados relativos a 1987.

¹ CGTP-IN só participa no CPCS a partir de Novembro de 1987.

Quadro 16. Associações sindicais com existência legal no final de cada ano (1972-1988).

Ano	Sindicatos	Federações	Uniões ¹	Confederações
1972	327	23	6	-
1973	328	23	6	-
1974	328	23	6	-
1975	321	9	15	1
1976	355	12	16	1
1977	370	16	19	1
1978	383	19	28	2
1979	380	20	35	2
1980	373	22	37	2
1981	364	24	38	2
1982	356	25	39	2
1983	357	26	40	2
1984	350	26	40	2
1985	355	26	40	2
1986	363	26	41	2
1987	366	26	41	2
1988	370	26	41	3 ²

Notas: ¹ A partir de 1975, as *uniões* são exclusivamente organismos intermédios da Intersindical.

² Inclui-se já a Confederação Portuguesa de Quadros Científicos e Técnicos.

Quadro 17a. Ambito territorial das associações sindicais existentes.

Dezembro de 1988				
	Sindicatos	Federações	Uniões	Confederações
Concelhio	4	-	20	-
Pluriconcelhio	3	-	-	-
Distrital	93	-	18	-
Regiões Autónomas	44	-	3	-
Pluridistrital	95	2	-	-
Nacional	131	24	-	3
TOTAL	370	26	41	3

Fonte: INE.

Quadro 17b. Variação do âmbito territorial dos sindicatos (1969-1988).

	1969	1988
Total de sindicatos	325	370
1. Ambito distrital (1 Distrito), concelhio e pluriconcelhio	183	144 ¹
2. Ambito pluridistrital	106	95
3. Ambito nacional	36	131

Fonte: INE.

Nota: ¹ Inclui os sindicatos das Regiões Autónomas, cuja maioria é de âmbito distrital.

Quadro 18. Localização da sede das associações sindicais existentes.

Dezembro de 1987

Distrito	Sindicatos	Federações	Unões	Confederações
Aveiro	19	-	3	-
Beja	2	-	1	-
Braga	12	-	3	-
Bragança	2	-	1	-
Castelo Branco	6	-	1	-
Coimbra	17	-	2	-
Evora	5	1	2	-
Faro	9	-	2	-
Guarda	4	-	1	-
Leiria	9	-	2	-
Lisboa	133	21	5	3
Portalegre	2	-	1	-
Porto	64	4	3	-
Santarém	8	-	4	-
Setúbal	17	-	4	-
Viana do Castelo	6	-	1	-
Vila Real	4	-	1	-
Viseu	7	-	1	-
Regiões Autónomas	44	-	3	-
Total	370	26	41	3

Fonte: INE.

Quadro 19. Regulamentação colectiva de trabalho anualmente publicada (1976-1989).

Tipo de IRCT	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Total de convenções colectivas e suas alterações:	146	118	158	189	243	269	298
Das quais:							
CCT	82	79	102	123	174	170	187
ACT	34	15	17	20	17	23	23
AE	30	24	39	46	52	76	88
Acordos de adesão	7	19	29	48	63	71	80
Portarias de extensão (PE)	32	69	44	89	113	164	138
Portarias de regulamentação do trabalho (PRT)	37	32	28	27	13	12	4
Das quais:							
Resultantes de conflitos colectivos	..	24	23	20	11	5	3
Decisões arbitrais	11	7	8	2	3	-	1

(continua na pág. seg.)

(continuação do quadro 19.)

Tipo de IRCT	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Total de convenções colectivas e suas alterações:	311	317	376	353	353	386	374
Das quais:							
CCT	223	228	156	271	281	289	293
ACT	24	16	27	19	20	26	24
AE	64	73	93	63	52	71	57
Acordos de adesão	60	57	45	47	49	48	43
Portarias de extensão (PE)	165	165	200	206	151	161	158
Portarias de regulamentação do trabalho (PRT)	4	8	14	3	1	1	1
Das quais:							
Resultantes de conflitos colectivos	1	5	7	-	-	-	-
Decisões arbitrais	-	1	2	-	-	-	-

Fontes: MTSS/MESS e FETESE (1988).

Quadro 20a. Número de dirigentes sindicais (incluindo confederais) que foram eleitos para o Parlamento ou que exerceram o mandato de deputado na década de 80, por grupo parlamentar.

Data da eleição	Grupos parlamentares				Total do Parlamento
	CDS	PSD	PS	PCP	
2 Dez. 1979	- (43)	6 (80)	1 (64)	3 (44)	10 (250)
5 Out. 1980	- (46)	10 (82)	2 (66)	6 (39)	18 (250)
25 Abr. 1983	- (30)	12 (75)	5 (101)	5 (41)	22 (250)
6 Out. 1985	- (22)	9 (88)	4 (57)	- (35)	13 (250)
19 Jul. 1987	- (4)	14 (148)	6 (60)	1 (29)	21 (250)

Fontes: *Diário da Assembleia da República*, G. P. do PS, G. P. do PCP e TSD (Trabalhadores Sociais-Democratas).

Nota: incluíram-se os sindicalistas deputados que só exerceram parte do mandato e os que não chegaram a tomar posse. Entre parênteses indica-se o total de deputados de cada grupo parlamentar.

Quadro 20b. Número de dirigentes confederais da UGT e da Intersindical que foram eleitos para o Parlamento ou que exerceram o mandato de deputado na década de 80, por grupo parlamentar.

Data da eleição	Grupos parlamentares				Total do Parlamento
	CDS	PSD	PS	PCP	
2 Dez. 1979	-	1 UGT	-	-	1
5 Out. 1980	-	2 UGT	-	3 CGTP	5
25 Abr. 1983	-	3 UGT	3 UGT	4 CGTP	10
6 Out. 1985	-	6 UGT	4 UGT	-	10
19 Jul. 1987	-	4 UGT	6 UGT	-	10

Fontes: *Diário da Assembleia da República*, G. P. do PS, G. P. do PCP e TSD (Trabalhadores Sociais-Democratas).

Quadro 21. Greves, trabalhadores envolvidos e dias de trabalho perdidos por greve (1974-1990).

Anos	Número de greves	Trabalhadores envolvidos / greve	Dias de trab. perdidos (total)	Duração média (dias)	Dias de trab. perdidos/1000 assalariados
1974 ¹	313
1975	340
1976	367
1977	357
1978	333	478	(580 419) ²	3,6	236
1979	381	885	(621 792)	1,8	252
1980	374	1 066	(734 536)	1,8	283
1981	756	671	(941 220)	1,8	349
1982	563	609	(595 654)	1,7	217
1983	532	608	(767 676)	2,3	271
1984	550	514	(331 100)	1,2	120
1985	504	478	(335 664)	1,4	122
1986 ³	363	638	381 917	1,6	136
1987	213	382	113 228	1,4	39
1988	181	859	197 902	1,3	66
1989	307	965	357 377	1,2	115
1990	271	476	146 532	1,1	46

Fontes: MT/MESS, INE.

Notas: 1 Últimos 8 meses.

² Os números entre parênteses foram obtidos por cálculo.

³ A partir de 1986, a administração pública e os serviços públicos não estão cobertos pela estatística.

Quadro 22. Número total de greves, trabalhadores envolvidos e dias de trabalho perdidos por greve no sector privado e empresas públicas¹ nos últimos cinco anos (1986-1990).

	Número de greves	Número de trabalhadores envolvidos (milhares)	Número de dias de trab. perdidos (milhares)
Têxteis, vestuário e calçado	122	55,1	87,5
%	9,1	6,2	7,7
Ind. metal. de base	63	52,2	46,2
%	4,7	5,8	3,9
Produtos metálicos, maquinaria e equip. de transporte	334	144,5	119,6
%	25,0	16,2	10,0
Transportes e comunicações	199	400,3	500,0
%	14,9	44,8	41,8
Bancos	5	93,4	162,8
%	0,4	10,5	13,6
Subtotal	54,1	83,5	76,6
Restantes sectores	45,9	26,5	23,4
TOTAL	1 335	893,3	1 197,0
%	100	100	100

Fonte: Dep. de Estatística do MESS.

¹ Administração pública e serviços públicos (educação, saúde, etc) não incluídos (dados não disponíveis).

Índice dos quadros

- Quadro 1a. A organização sindical de base do corporativismo (1933-1973). Sindicatos, sócios e contribuintes existentes no fim de cada ano.....p. 575.
- Quadro 1b. *Idem*. Sócios e quotizantes por sindicato.....p. 576.
- Quadro 2. As cinco últimas eleições para a direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa antes de 1974: resultados e participação.....p. 577.
- Quadro 3. As três últimas eleições para a direcção do Sindicato dos Bancários do Porto antes de 1974: resultados e participação.....p. 578.
- Quadros 4a a 4d. Finanças dos sindicatos sob o corporativismo (1949-1974).....p. 579.
- Quadro 5. Representatividade proclamada pela Intersindical (1970-1989). Sindicatos participantes nas actividades da central, sindicatos filiados e respectivos números de trabalhadores sindicalizados.....p. 583.
- Quadro 6. Representatividade proclamada pela UGT (1978-1988)...p. 585.
- Quadros 7a e 7b. Classificação dos sindicatos existentes em Portugal em Maio de 1986, segundo a CGTP-IN. Distribuição dos sindicatos "divisionistas" segundo a sua origem, de acordo com os critérios da CGTP-IN.....p. 586.
- Quadro 8. Taxa de sindicalização nacional calculada com base nos efectivos fictícios proclamados pelas duas centrais sindicais.....p. 587.
- Quadro 9. Instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho (IRCT) por ano de publicação, entre 1966 e 1975 (Continente e Ilhas).....p. 588.
- Quadro 10. Os 35 maiores sindicatos participantes na CGTP-IN, por escalões de efectivos (Maio de 1986).....p. 589.
- Quadro 11. Os 16 maiores sindicatos filiados na UGT, por escalões de efectivos (Novembro de 1987).....p. 592.
- Quadro 12. Os 35 maiores sindicatos participantes na CGTP-IN, por ordem decrescente do número de delegados ao V Congresso (Maio de 1986).....p. 593.

- Quadro 13. Os 16 maiores sindicatos filiados na UGT, por ordem decrescente do número de delegados ao Conselho Geral (Novembro de 1987).....p. 597.
- Quadro 14. Contas da CGTP-IN relativas ao ano de 1988 (grandes rubricas).....p. 599.
- Quadro 15. Finanças das centrais sindicais em 1987.....p. 600.
- Quadro 16. Associações sindicais com existência legal no final de cada ano (1972-1987).....p. 601.
- Quadros 17a e 17b. Ambito territorial das associações sindicais existentes em Dezembro de 1988. Variação do âmbito territorial dos sindicatos (1969-1988).....p. 602.
- Quadro 18. Localização da sede das associações sindicais existentes em Dezembro de 1987.....p. 603.
- Quadro 19. Regulamentação colectiva de trabalho anualmente publicada (1976-1989).....p. 604.
- Quadro 20a. Número de dirigentes sindicais (incluindo confederais) que foram eleitos para o Parlamento ou que exerceram o mandato de deputado na década de 80, por grupo parlamentar.....p. 606.
- Quadro 20b. Número de dirigentes da UGT e da Intersindical que foram eleitos para o Parlamento ou que exerceram o mandato de deputado na década de 80, por grupo parlamentar.....p. 607.
- Quadro 21. Greves, trabalhadores envolvidos e dias de trabalho perdidos por greve (1974-1990).....p. 608.
- Quadro 22. Número total de greves, trabalhadores envolvidos e dias de trabalho perdidos por greve no sector privado e em empresas públicas (1986-1990).....p. 609.

Fontes

1. Arquivos e ficheiros

Arquivos pessoais de Joaquim dos Reis Marques, José Malaquias Pinela, Francisco Marcelo Curto, Dulcínio Caiano Pereira e outros. (*Estes acervos documentais respeitam essencialmente ao período 1970-1977 e incluem actas e resoluções de reuniões e assembleias, comunicados, cartas, ofícios, panfletos, folhetos, recortes de jornais, etc.*).

União Geral de Trabalhadores.

CGTP-Intersindical Nacional.

Arquivos e registos de diversos sindicatos e federações.

Ministério do Trabalho/Emprego (*ficheiros das associações sindicais e da contratação colectiva, documentação da DGRCT, arquivo de recortes de jornais*).

Arquivo da biblioteca do Instituto de Ciências Sociais.

2. Publicações e relatórios oficiais, informação estatística e económica

Actas da Câmara Corporativa.

Boletim do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra.

Boletim do INTP (1934-1974).

Boletim do Ministério do Trabalho (1974-1976).

Boletim do Trabalho e Emprego (desde 1977).

Conflitos Colectivos de Trabalho (relatórios anuais desde 1980 até 1985), Direcção-Geral do Trabalho, MTSS.

Diário da Assembleia da República (desde 1976).

Diário do Governo (até 1976).

Diário da República (desde 1976).

Estatísticas da Organização Corporativa e Previdência, INE (até 1974).

Estatísticas das Associações Sindicais, Patronais e Previdência, INE (após 1974).

Estatísticas da Protecção Social, Associações Sindicais e Patronais, INE (desde 1985).

Estatísticas – Quadros do Pessoal, Departamento de Estatística, MESS (anual, desde 1988).

Estatísticas – Balanço Social, Departamento de Estatística, MESS (anual, desde 1986).

Estatísticas do Trabalho, MT/MESS (anual).

Informação Estatística – Greves (sínteses trimestrais e anuais, desde 1986), Departamento de Estatística, MESS.

Indicadores Económicos – Portugal, Banco de Portugal (1980-1985 e 1985-1989).

Inquérito Permanente ao Emprego – Portugal 1974-1981, INE.

OECD Economic Surveys – Portugal (anual).

Official Bulletin / Bulletin Officiel, ILO/OIT.

Pareceres da Câmara Corporativa.

Relatório de Actividades do CPCS (anual).

Relatório do Banco de Portugal (anual).

Regulamentação do Trabalho por Actividades, FDMO, Ministério das Corporações e Previdência Social, 1967.

Relatório de Conjuntura, MT/MESS (trimestral e anual).

3. Imprensa diária e semanal

A Capital.

A Luta.

Diário de Lisboa.

Diário de Notícias.

Diário Popular.

Época.

Expresso.

Flama.

Independente.

Jornal de Notícias.

Jornal Novo.

Notícias da Amadora.

O Comércio do Porto.

O Diário.

O Jornal.

O Século.

Portugal Hoje.

Público.

República.

Semanário.

Tempo.

Voz Portucalense.

4. Imprensa associativa

Alavanca (Intersindical).

Ângulo Novo (SBSI).

CIP - Boletim.

Indústria (CIP).

Informação Sindical (1971-1974).

Info UGT.

O Escritório (SITESE).

Nortada (SBN).

Novos Desafios (UGT).

Revista dos Quadros Técnicos do Estado (STE).

Trabalho e Sindicalismo (UGT).

5. Imprensa partidária

Acção Socialista.

Àvante!.

O Militante.

6. Bibliografia sobre temas laborais portugueses

Acta do Congresso da Intersindical (1975), ed. do Sind. Bancários do Norte, Porto, 1976.

Afonso, José e Mário Brochado Coelho, *Uma Farsa Eleitoral - O Caso do Sindicato Metalúrgico de Aveiro*, Afrontamento, Porto, 1973.

Almanaque de A Batalha para 1926, Lisboa, 1926.

Alpiarça, Manuel, "Os cristãos e os sindicatos em Portugal", em *Educação e Trabalho*, n.º 35, Jul./Set. 1985.

A Situação do País e a Luta dos Trabalhadores Durante os Governos da Direita (relatório de actividades apresentado ao IV Congresso da CGTP-IN em Março de 1983), Edições Um de Outubro, Lisboa, 1984.

As Organizações Socioprofissionais em Portugal, ed. Comité Económico e Social, Bruxelas, 1984.

Barreto, José, "Sobre a implantação da contratação colectiva na Europa e em Portugal", *Análise Social*, n.º 64, 1980.

—, "Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal" (I e II), *Análise Social*, n.º 66 e 70, 1981 e 1982.

—, "Jorge Coutinho e 'O Despertar dos Trabalhadores Rurais' (1911)", *Análise Social*, n.º 83, 1984.

—, "Modalidades, condições e perspectivas de um pacto social", *Análise Social*, n.º 53.

Cabral, Manuel Villaverde, *O Operariado nas Vésperas da República*, Ed. Presença/GIS, Lisboa, 1977.

Caire, Guy, "Naissance d'un système de relations professionnelles au Portugal", *Travail et Société*, vol. 12, n.º 2, Maio de 1987.

Castanheira, José Pedro, "Os sindicatos e a vida política", *Análise Social*, n.º 87-88-89.

—, *Os Sindicatos e o Salazarismo – A História dos Bancários do Sul e Ilhas (1910-1969)*, ed. do SBSI, Lisboa, 1983.

Chorão, Mário Bigotte, "Espírito sindical e espírito corporativo", em *I Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social* (1961), vol. III das *Comunicações*, Lisboa, 1962.

I Conferência Nacional de Organização Sindical da CGTP-IN, Lisboa, 1979.

Congresso de Todos os Sindicatos (1977), ed. Alavanca (CGTP- IN), Lisboa, s/d.

Consiglieri, Carlos, *Por um Sindicalismo Revolucionário de Classe*, Lisboa, 1976.

Contratação Colectiva e Política de Salários, ed. Alavanca (CGTP-IN), Lisboa, 1977.

Contrato Social para a Modernização – Proposta, UGT, Lisboa, 1987.

Costa, Emílio, *Sindicalismo Independente*, Lisboa, 1931.

Curto, Francisco Marcelo, "O sindicalismo em questão", *Seara Nova*, n.º 1.496, Jun. 1970.

— e Vítor Wengorovius, *Uma Questão Sindical – O Processo dos Metalúrgicos de Lisboa*, ed. dos autores, distrib. Ed. Inova, Porto, s/d [1971].

Estatutos da CGTP-IN, Edições Um de Outubro (1983 e 1986) e da CGTP-IN (1989).

Ferreira, José Carlos e Joaquim Silva Pinto, "Resolução dos conflitos colectivos de trabalho", *II Colóquio Nacional do Trabalho...* (1962), Lisboa, 1963, vol. I das *Comunicações*.

Formação Sindical. Temas para Estudo, Departamento de Formação Sindical, Intersindical, 1976.

Franca, João, *Cinquenta Anos da Vida de um Sindicato*, ed. do STTMMAP, Lisboa, 1984.

Gonilha, A. Maldonado, "A questão sindical", em *A Luta*, 5 a 9 de Maio de 1977.

Gonçalves, Bento, *Palavras Necessárias – Elementos para a História do Movimento Operário Português*, ed. clandestina do PCP, 1969.

Goodolphim, J. C. da Costa, *A Associação* (1ª ed. 1876), Seara Nova, Lisboa, 1974.

- Lima, Albano, "A Intersindical e a Lei", *Seara Nova*, n.º 1.556, Junho de 1975.
- , *Sindicatos e Acção Sindical*, col. Cadernos do PCP, ed. Avante!, Lisboa, 1986.
- Martinez, Agustín e Agostinho Roseta, *O Movimento Sindical em Portugal*, Instituto Sindical Europeu, Bruxelas, 1988.
- Mónica, Maria Filomena, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, ed. INCM/IED, Lisboa, 1985.
- e Maria Goretti Matias, *Manuel Luís de Figueiredo – Um Socialista Ignorado*, ICS, Lisboa, 1986.
- Moura, João, *Economia do Trabalho*, ed. Fundação Oliveira Martins, Lisboa, 1986.
- Nogueira, César, *Esboço Biográfico de Azedo Gnecco*, Lisboa, 1934.
- Oliveira, César, *O Movimento Sindical Português - A Primeira Cisão*, PEA, Mem Martins, s/d.
- O PCP e a Luta Sindical*, ed. Àvante!, 1975.
- Optenhogel, Uwe e Alan Stoleroff, *The Logics of Politically Competing Union Confederations in Portugal: 1974-1984*, comunicação apresentada ao *III Meeting on Modern Portugal*, New Hampshire, 1984.
- O que é a UGT*, ed. UGT, s/d [1978].
- O que é a UGT*, Cadernos de Formação, ed. UGT, s/d [1982].
- Padinha, Graça, "Aspectos económicos da contratação colectiva em Portugal", *Cadernos Sindicais*, n.º 7, 1985.
- Patriarca, Fátima, "O Triângulo Corporativo", *Análise Social*, n.º 99, 1987.
- Pedro, Edmundo, *45 Anos de Luta pela Democracia Sindical – Reflexões de um Militante*, Fundação José Fontana, Lisboa, 1979.
- Pinela, José Malaquias, *A Manifestação dos Caixeiros de 15 de Março de 1971 e a Luta das 44 Horas – Contributo para a História do Movimento Sindical Português*, ed. da Federação Portuguesa dos Sindicatos de Comércio e Serviços, Lisboa, 1981.
- Pinto, João M. Cortez, "Parecer n.º 21/IX" (alteração da legislação sindical), *Pareceres da Câmara Corporativa*, ano de 1969, Lisboa, 1970.
- Pinto, Mário, "Novo regime jurídico da greve profissional em Espanha", *Análise Social*, n.º 16, 1966.

—, "Les relations professionnelles et la crise au Portugal", em *Concertation sociale et mutations économiques dans les pays du sud de l'Europe*, IIES, Genève, 1987.

—, *Caracterização do Modelo Jurídico-Institucional da Contratação Colectiva em Portugal*, edição xerocopiada, UGT, 1988.

— (coord.), *Balanço, Tendências e Perspectivas da Contratação Colectiva em Portugal*, edição xerocopiada, UGT, 1988.

— e Carlos Moura, *As Estruturas Sindicais Portuguesas*, Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, 1973.

Pires, José, *Greves e o 25 de Abril*, Edições BASE, s/l, s/d.

Policarpo, J. de Almeida, "Conciliação dos conflitos colectivos de trabalho", *Estudos Sociais e Corporativos*, n.º 13, Março de 1965.

—, "Notas sobre alguns problemas relativos à contratação colectiva", *Estudos Sociais e Corporativos*, n.º 23, Set. de 1967.

Programa da CGTP-IN. Programa de Acção. Plataforma Reivindicativa (aprovados no V Congresso da CGTP-IN), Edições Um de Outubro, Lisboa, 1986.

Relatório de Actividades ao V Congresso (1983-1986), col. Documentos da CGTP-IN, Edições Um de Outubro, Lisboa, 1986.

Relatório de Actividades (1986-1989) Aprovado no VI Congresso - Maio de 1989, CGTP-IN, Lisboa, 1989.

Rocha, F. Canais, *Sindicatos: Tarefas de Ontem e de Hoje*, Seara Nova, Lisboa, 1974.

— [sob pseudónimo de Bento José], "Estatuto dos delegados sindicais", *Seara Nova*, n.º 1.541, Março de 1974.

Rodrigues, H. Nascimento, *Regime Jurídico das Relações Colectivas de Trabalho Anotado*, Coimbra, 1971.

— e J. M. Rocha Pimentel, "Les accords d'entreprise et les relations professionnelles au niveau de l'entreprise au Portugal", em *Concertation sociale et mutations économiques...*, IIES, Genève, 1987.

Rodrigues, J. Paz e Nuno Rebocho, "Para a história do sindicalismo reformista português", *Cadernos Sindicais*, n.º 1-2, 1983.

Rodrigues, Maria João, *O Sistema de Emprego em Portugal - Crises e Mutações*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1988.

Santana, Emídio, *Memórias de um Militante Anarco-Sindicalista*, ed. P & R, Lisboa, s/d.

Santos, M. de Lurdes L. e outros, "As lutas sociais nas empresas e a Revolução do 25 de Abril", *Análise Social*, n.º 42-43, 1975.

Seabra, Fernando M. A., "Salários e estabilidade económica", em *I Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência* (1961), vol. *Sessões Plenárias*, Lisboa, 1962.

—, "A remuneração do trabalho", comunicação às Semanas Sociais Portuguesas (Porto, 1949), reprod. em *Problemas do Trabalho*, Lisboa, 1950.

Seminário: Portugal – Que Classes Trabalhadoras? Que Sindicalismo?, col. Cadernos UGT, Lisboa, 1985.

Serpa, Eduardo, *Em Portugal: Sindicatos e Subversão*, s/l, s/d [1972].

Serzedelo, A. (coord.), *Tudo sobre a Intersindical e a Carta Aberta*, ed. Aqui, Lisboa, s/d.

Silva, Maria da Conceição Tavares da, *Direito do Trabalho* (apontamentos policopiados das lições), IES, Lisboa, 1964-1965.

Sousa, Manuel Joaquim de, *O Sindicalismo em Portugal* (1ª ed. 1931), Afrontamento, Porto, 1976.

—, *Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante* (1938), Antígona, Lisboa, 1989.

Stoleroff, Alan D., "Sindicalismo e relações industriais em Portugal", *Sociologia*, n.º 4, 1988.

Telo, António José, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*, Ulmeiro, 1977.

Trabalho, Sindicatos e Greves no Regime Fascista, ed. da Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, Lisboa, 1984.

Unicidade ou Pluralismo Sindical [autor provável: Jorge Leite], col. Cadernos Sindicais, ed. Sindicato dos Electricistas do Sul, Lisboa, s/d [1975].

Ventura, António e Alberto Pedroso, *Emílio Costa e o Sindicalismo*, Seara Nova, Lisboa, 1977.

Vieira, Alexandre, *Em Volta da Minha Profissão*, ed. do autor, Lisboa, 1950.

—, *Figuras Gradadas do Movimento Sindical Português*, ed. do autor, Lisboa, 1959.

—, *Para a História do Movimento Sindical em Portugal*, Seara Nova, 1974.

Vilanova, João, 1977/1978 – *Sindicalismo em Portugal*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1977.

7. Bibliografia sobre outros temas portugueses

Alpiarça, Manuel, "O drama de *O Trabalhador*", em *Educação e Trabalho*, n.º 15, Jul./Set. 1980.

Antunes, José Freire, *Os Americanos em Portugal*, vol. I, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1986.

Bessa, Daniel, "O processo inflacionário português no pós-25 de Abril de 1974", *Pensamiento Iberoamericano*, n.º 9, 1986.

—, "O processo inflacionário português", *Análise Social*, n.º 70, 1982.

Cabral, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1979.

Caetano, Marcelo, *O Sistema Corporativo*, Lisboa, 1938.

—, "Corporações no Estado ou corporações do Estado?", em *Cadernos Corporativos*, n.º 4, 5-III-1933.

—, *Depoimento*, Rio de Janeiro, 1974.

Cardoso, J. Pires, "Editorial", *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 34, Jul./Set. 1959.

Carneiro, Francisco Sá, *Textos*, vols. 1 a 5, ed. EPSD, Lisboa, várias datas.

Classes, Política, Luta de Classes, Afrontamento, Porto, 1974.

Conferência sobre Políticas de Desenvolvimento Económico e Social, IED, 1985.

3º Congresso da Oposição Democrática (Aveiro, 1973), *Teses - 2ª Secção*, Seara Nova, 1974.

Costa, Augusto da, *A Nação Corporativa - Textos Legais, Comentados e Justificados*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1937.

Cruz, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1986.

Cunhal, Álvaro, "Una année de grands événements", *La Nouvelle Revue Internationale*, n.º 3, 1970.

- , *A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro*, ed. Avante!, Lisboa, 1976.
- Dez Anos de Política Social*, INTP, Lisboa, 1943.
- Documentos Políticos Encontrados nos Palácios Reais depois da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1915.
- Domingues, Frei Bento, "Artes de ser católico português", em *Reflexão Cristã*, n.º 46/7, 1985.
- Fernandes, A. Monteiro, *Noções Fundamentais de Direito de Trabalho*, vol. 2, Almedina, Coimbra, 1983.
- Gaspar, Carlos, *As Aventuras das Associações Empresariais e a Democracia Portuguesa* (versão preliminar, inédito), ICS, 1989.
- Lucena, Manuel de, *O Salazarismo*, Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1976.
- , *O Marcelismo*, Perspectivas & Realidades, 1976.
- , "Neocorporativismo? – Conceito, interesses e aplicação ao caso português", *Análise Social*, n.º 87-88-89, 1985.
- Marques, A. H. de Oliveira, *História da 1ª República Portuguesa – As Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, s/d.
- Morais, J. e L. Violante, *Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais – Portugal 1926-1985*, Livros Horizonte, Lisboa, 1986.
- Neves, Orlando (dir.), *Mil Dias – Diário de uma Revolução*, Lisboa, 1978.
- Nunes, Adérito Sedas, *Situação e Problemas do Corporativismo*, Gabinete de Estudos Corporativos, Lisboa, 1954.
- O Capital Monopolista Conspira Assim*, ed. Seara Nova, Lisboa, 1977.
- Osório, J. E. Sanches, *O Equívoco do 25 de Abril*, Lisboa, 1975.
- Padre Américo – Páginas Escolhidas e Documentário Fotográfico*, Inova, Porto, 1974.
- Pimentel, J. M. Rocha, "Concertação social e política de rendimentos em Portugal: experiência recente e perspectiva para a década de 80", *Cadernos Sindicais*, n.º 3-4, 1984.
- Pinto, J. M. Cortez, "Editorial", *Estudos Sociais e Corporativos*, n.º 29, Março de 1969.

Pinto, Joaquim Silva, "Corporações já instituídas – Análise da sua estrutura e funcionamento", em *I Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social* (1961), vol. III das *Comunicações*, Lisboa, 1962.

Pinto, Mário, "Doutrina social da Igreja e concertação social", *Cadernos Sindicais*, n.º 3-4, 1984.

Relatório do 25 de Novembro, ed. Abril, Lisboa, 1976.

Rocha, Padre Manuel, "O amor tem que ser servido pela organização" (testemunho), em *Educação e Trabalho*, n.º 15, Jul./Set. de 1980.

Rosa, Eugénio, *A Economia Portuguesa em Números*, ed. Moraes, Lisboa, 1975.

Ruas, H. Barrilaro (dir.), *A Revolução da Flores*, vols. I e II, ed. Aster, s/d.

Salazar, A. de Oliveira, *Conceitos Económicos e Sociais na Nova Constituição*, 1933 (conferência publicada em diversos locais e datas, nomeadamente em *Cadernos Corporativos*, n.º 5, 1933).

—, *O Trabalho e as Corporações no Pensamento de Salazar* (antologia), ed. Junta da Acção Social, Lisboa, 1960.

Silva, Francisco Maria da (Arcebispo de Braga), "Padre Abel Varzim e o comunismo", *Educação e Trabalho*, n.º 15, Jul./Set. 1980.

Sousa, Alfredo de, *Inflação e Desenvolvimento em Portugal*, Cadernos GIS, Lisboa, 1973, pp. 51-52.

Telo, António José, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, vols. I e II, A Regra do Jogo, Lisboa, 1980 e 1984.

Textos Cristãos – 25 de Abril – Novembro 25, col. Forças da Vida, Ulmeiro, Lisboa, 1977.

Trony, José A. P. de Alarcão, *As Corporações na Economia Nacional*, Corporação do Comércio, Lisboa, 1971.

Varzim, Padre Abel, *Comunismo*, SET, 1949.

8. Bibliografia sobre temas não portugueses

Baglioni, Guido, "Les relations professionnelles en Europe dans les années quatre-vingt", *Travail et Société*, vol. 14, n.º 3, Julho de 1989.

Berger, Suzanne (dir.), *Organizing Interests in Western Europe*, CUP, Cambridge, 1981.

Clegg, Hugh, *Trade Unionism under Collective Bargaining – A Theory based on Comparisons of Six Countries*, Basil Blackwell, Oxford, 1976.

Despax, Michel, *Conventions Collectives*, Dalloz, Paris, 1966.

Garello, J., B. Lemennicier e Henri Lepage, *Cinq questions sur les syndicats*, PUF, Paris, 1990

Guinea, José Luís, *Los Movimientos Obreros y Sindicales en España de 1933 a 1978*, Madrid, 1978.

Julliard, Jacques, *Autonomie Ouvrière – Etudes sur le syndicalisme d'action directe*, Ed. du Seuil, Paris, 1988.

Landier, Hubert, *Demain, quels syndicats?*, col. Pluriel, Hachette, Paris, 1981.

Lefranc, Georges, *Le syndicalisme dans le monde*, PUF, 1979.

Panitch, Leo, "The Development of Corporatism in Liberal Democracies", in Schmitter & Lehmbruch, *Trends Toward Corporatist Intermediation*, Sage, 1979.

Samuelson, Paul e W. Nordhaus, *Economia*, McGraw-Hill, Lisboa, 1988.

Spyropoulos, Georges, "The Role of Trade Unions in a Changing World", em *Trade Unions Today and Tomorrow*, vol. I, Maastricht, 1985.

Tezanos, José Félix, "Los conflictos laborales en España", *Revista Española de la Opinión Pública*, n.º 38, 1974.

Touraine, Alain e Michel Wieviorka, *Le mouvement ouvrier*, Fayard, 1984.

Towers, Brian, "Running the Gauntlet: British Trade Unions under Thatcher", *Industrial and Labor Relations Review*, vol. 40, n.º 2, Janeiro de 1989.

Walsh, Geoff, "Les syndicats et les médias", *Revue Internationale du Travail*, n.º 2, 1988.